

JOSÉ MARIA AMADO MENDES

A ÁREA ECONÓMICA DE COIMBRA

ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 1867-1927



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

COIMBRA

1984

JOSÉ MARIA AMADO MENDES

A ÁREA ECONÓMICA DE COIMBRA

ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 1867-1927

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

COIMBRA

1984

Fotocomposição:

- *Mário Matos*

Secção de Offset:

- **Fotografia:** *Adelino Bandeira*
- **Paginação e Montagem:** *Adelino Bandeira*
- **Transporte:** *José Balocas*
- **Impressão:** *Joaquim Felício e António Manuel*

Capa de:

- *Victor Torres*

Trabalho subsidiado pelo Instituto Nacional de Investigação Científica

NOTA PRÉVIA

A ocorrência de processos de implantação industrial, em épocas e locais muito diversos, tem sido objecto de análises interessadas por parte de economistas, historiadores e outros cientistas sociais. Assim aconteceu, de um modo mais extenso e aprofundado, em relação à Revolução Industrial Inglesa, que abriu caminho às que se seguiram nos demais países. Mas assim tem acontecido também em relação aos processos de arranque industrial que nestes depois ocorreram.

Tem já merecido igualmente e merece hoje em dia uma atenção muito particular a análise mais localizada do modo como a industrialização teve início em determinadas regiões ou localidades dentro de cada país. Para além das condicionantes que num contexto mais geral, mesmo no contexto internacional, podem levar a um processo dessa índole, na sua localização em concreto são determinantes circunstâncias espaciais — de recursos naturais, meios de transporte, mercado ou ainda factores humanos e sociais — variáveis de caso para caso. Assim se explica que em qualquer país, como foi o caso do nosso, iguais circunstâncias mais gerais não tenham levado a uma industrialização disseminada por todo o território. Não pode sequer traçar-se a linha de demarcação entre zonas industrializadas e zonas não industrializadas de um modo relativamente simplista, distinguindo por exemplo apenas o litoral do interior, dado que a industrialização não se verificou em muitas zonas do litoral e foi pelo contrário importante em algumas zonas do interior.

Verifica-se ainda que o processo de industrialização iniciado tende depois a manter-se e a reforçar-se, através da criação de economias externas e outros efeitos de polarização. Pelo contrário, vem-se reconhecendo a dificuldade de desencadear exogenamente qualquer processo de desenvolvimento, tendo em alguns casos sido desastrosas experiências de arranque industrial sem correspondência com a vocação das áreas onde foram promovidas.

O reconhecimento da necessidade de fazer despontar antes os recursos endógenos de cada região foi muito acentuado desde a última década, quando com a recessão começaram a comparar-se os resultados dos grandes empreendimentos, em muitos casos levados a cabo num claro desconhecimento das zonas onde foram implantados, com a flexibilidade e as possibilidades que continuaram a ser oferecidas pelas pequenas e médias iniciativas bem inseridas localmente. Verifica-se, pois, que um desenvolvimento industrial consistente resulta de um processo complexo, onde são decisivas diversas circunstâncias, proporcionando condições para que surja a iniciativa empresarial, sem a qual nada de novo pode ser conseguido. Compreende-se, assim, que com particular acuidade num período de graves dificuldades económicas se procure saber como em anos passados se desencadearam processos de industrialização bem sucedidos.

Análises desta natureza, a que os historiadores podem meter ombros, constituem uma fonte insubstituível de ensinamentos para os economistas, para os empresários e para os decisores em geral. Mais uma vez, a história é reconhecida como uma ciência instrumental básica para a ciência e para a política económicas, depois de passada alguma euforia em relação às potencialidades oferecidas por meios matemáticos e estatísticos de investigação. Sem poder de forma alguma negar-se o relevo de todos eles, reconhece-se o contributo indispensável que a experiência passada é capaz de dar em domínios da actividade social que as análises lógica e quantitativa não podem esgotar. A história surge mesmo como um meio capaz de oferecer elementos para esses tipos de análise e de ajudar a uma sua correcta interpretação.

O estudo do Doutor José Maria Amado Mendes sobre a área económica de Coimbra constitui um excelente exemplo dos frutos que a investigação histórica pode proporcionar. Trata-se, desde logo, de um estudo do maior mérito científico, devidamente avaliado por quem é competente para o efeito. Não devemos nós, de forma alguma, fazer juízos neste âmbito. Constitui para além disso um estudo da maior actualidade, esclarecendo,

através da pesquisa histórica, a importância decisiva das componentes espaciais, durante tanto tempo incompreensivelmente desconhecidas da ciência económica.

A área considerada é por seu turno esclarecedora das dificuldades de toda a problemática em causa, insusceptível de ser analisada sem se considerar em todas as suas condicionantes. Embora sendo fundamentalmente localizada no principal eixo de desenvolvimento do nosso país, só em alguns pontos se verificaram iniciativas empresariais representativas. Não é para além disso fácil encontrar em muitos casos as razões que estiveram na sua origem, nem sempre ligada a formas de produção pré-industriais e não se encontrando por vezes a ligação a qualquer das circunstâncias espaciais que a teoria tem considerado. Por fim, trata-se ainda de uma área onde alguma industrialização verificada nas décadas estudadas, com relevo apreciável no contexto nacional da época, não teve nas décadas seguintes a sequência que deveria esperar-se, o que deve constituir, segundo julgamos, mais um interessante motivo de reflexão.

Pelo seu alto merecimento científico e pelo contributo que pode dar no campo da economia regional, pareceu-nos que se justificaria que a Comissão de Coordenação da Região Centro promovesse a edição deste trabalho do Senhor Doutor Amado Mendes. Pelo que representa, poderá ser pioneiro de trabalhos da mesma índole cobrindo diferentes áreas. O autor é, conseqüentemente, merecedor das nossas felicitações e do nosso reconhecimento.

O PRESIDENTE

Manuel Carlos Lopes Porto

(Professor Doutor Manuel Carlos Lopes Porto)

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO
EM HISTÓRIA, APRESENTADA À
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVER-
SIDADE DE COIMBRA.

À Alice

Ao Nuno e ao Paulo

PREFÁCIO

O presente trabalho foi elaborado com o intuito de contribuir para um mais completo conhecimento da história da indústria. Ao considerar-se a área de Coimbra, de fraca tradição industrial, e o período de 1867-1927, relativamente próximo de nós, procurou-se sobretudo lançar alguma luz sobre «zonas» frequentemente envoltas em penumbra, sem que do facto muitas vezes se tenha nítida consciência.

Das numerosas dificuldades enfrentadas durante cerca de oito anos — período consagrado a este estudo —, recordamos principalmente as que mais condicionaram a actividade desenvolvida e, em última análise, o produto final ora apresentado.

À inexistência quase absoluta de monografias acerca de actividades e empresas da respectiva área, junta-se a escassez de estudos relativos à indústria, a nível nacional, particularmente no que concerne ao último século. Daí que, se por um lado foi necessário analisar com algum pormenor as origens e evolução de diversas indústrias e unidades produtoras, por outro, no que respeita ao estudo comparativo da área abrangida com o de outras áreas do País, não foi possível ir tão longe quanto desejaríamos.

Em relação às fontes propriamente ditas, face ao silêncio de umas — estatísticas e inquéritos industriais — e ao escasso número ou impossível acesso a outras — documentação das empresas —, tornou-se inevitável recorrer a uma multiplicidade de *fontes indirectas*. Todavia, a sua consulta, a despeito da pertinência dos dados obtidos, revelar-se-ia um tanto árdua e

particularmente morosa, devido à dispersão geográfica — a exigir deslocações várias —, à excessiva variedade e à extensão de algumas das séries compulsadas. De entre estas, salientam-se as dos livros notariais (cerca de 10 000), de *O Conimbricense* (mais de 6 000 números, de 1854-1907) e do *Diário do Governo* (1867-1927).

O material coligido e uma perspectiva totalizante — embora moderada pela temática e período em foco — conduzir-nos-iam, obviamente, ao estudo mais aprofundado de dois factores um pouco «esquecidos» nas páginas que se seguem: o social e o dos meios de transporte e comunicações. Porém, em virtude de os assuntos versados — atinentes à *estrutura* e ao *desenvolvimento industrial* — apresentarem alguma unidade e até uma certa independência, decidimos divulgá-los desde já, reservando para ulterior(es) oportunidade(s) a análise dos supraditos factores. Com esta resolução, procurámos também não dilatar demasiado a extensão e o prazo que dedicámos a este estudo.

Finalmente, pretendemos expressar a nossa gratidão a todos quantos, de forma mais ou menos directa, nos auxiliaram a levar a bom termo esta tarefa. Dada a impossibilidade prática de mencionar exhaustivamente a totalidade dos contributos, não queremos deixar de destacar os mais significativos, solicitando compreensão pelas omissões.

Ao Senhor Professor Doutor Jorge Borges de Macedo, que se dignou orientar-nos científica e metodologicamente na elaboração deste trabalho, apresentamos o nosso mais sincero reconhecimento, pelo muito que nos ensinou, pelas perspectivas que nos abriu e pelo estímulo que nos deu, de forma tão sábia e competente. Aos Senhores Professores Doutores Salvador Dias Arnaut e Luís Ferrand de Almeida expressamos a nossa gratidão, pela confiança que em nós depositaram. Ao Senhor Professor Doutor António de Oliveira agradecemos igualmente o apoio prestado nas fases iniciais da investigação. Aos Colegas do Instituto de História Económica e Social, o nosso muito obrigado pela sua compreensão e, em especial, pelo esforço generoso com que superaram a nossa ausência, no período de dispensa de serviço docente, sem olvidar a disponibilidade do Doutor João Lourenço Roque.

À Comissão de Coordenação da Região Centro, na pessoa do seu Presidente, Professor Doutor Manuel Porto, estamos profundamente gratos,

por ter acedido incluir a publicação desta obra no âmbito das suas actividades editoriais. Estamos também gratos à Senhora Dr.ª D. Maria dos Anjos Saraiva, responsável pelo Centro de Documentação e Informação da dita Comissão, bem como aos técnicos, Senhores Adelino Bandeira e Mário Matos e respectivos colaboradores, pelo empenho, cuidado e profissionalismo colocados na composição, impressão e arranjo gráfico da mesma. Ao Instituto Nacional de Investigação Científica, agradecemos os subsídios concedidos durante a preparação do trabalho.

Ao Dr. Fernando Taveira da Fonseca, pela elaboração dos Quadros (n.ºs 1, 2, 4, 5 e 6) e Gráficos (Figuras n.ºs 2 a 6) dos Apêndices, ao Senhor Vítor Torres, pelo desenho das Figuras n.ºs 2 a 6 e elaboração e desenho da Figura n.º 7 (Apêndice II), ao Doutor José Ribeiro Ferreira, pelo pronto auxílio na revisão das provas tipográficas e ao Dr. Joaquim Tomás da Silva Miguel Pereira, pela prestimosa colaboração na feitura dos índices, os nossos agradecimentos.

Da boa colaboração geralmente recebida nos Arquivos e Bibliotecas onde trabalhámos, permita-se-nos sublinhar a dos locais a que mais frequentemente recorreremos: Arquivo da Universidade de Coimbra e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. O nosso apreço, também, à administração daquelas empresas e instituições que nos permitiram a consulta dos respectivos arquivos.

Por último, uma palavra de profunda e sentida gratidão para com aqueles que mais duramente sentiram o peso da nossa dedicação a este trabalho, ao longo de vários anos. Referimo-nos aos familiares mais íntimos, mulher e filhos. Sem a sua benevolente compreensão, a exequibilidade deste estudo teria ficado comprometida.

Coimbra, 11 de Setembro de 1984

José Maria Amado Mendes

SIGLAS E ABREVIATURAS

AMAE	— Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris).
AN	— Archives Nationales (Paris).
AABPC	— Arquivo da Agência do Banco de Portugal em Coimbra.
AABPC (A AFF)	— Arquivo da Agência do Banco de Portugal em Coimbra (Arquivo da Agência da Figueira da Foz).
AACIC	— Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Coimbra.
ACMG	— Arquivo da Câmara Municipal de Góis.
ACML	— Arquivo da Câmara Municipal da Lousã.
ADA	— Arquivo Distrital de Aveiro.
AFCPP	— Arquivo da Fábrica da Companhia de Papel do Prado (Lousã).
AFL	— Arquivo da Fábrica Lufapo (Coimbra).
AFS	— Arquivo da Fábrica de Sabão (Coimbra).
AGCGD	— Arquivo Geral da Caixa Geral de Depósitos (Lisboa-Calhariz).
AGCGD (CR)	— Arquivo Geral da Caixa Geral de Depósitos (Lisboa-Cabo Ruivo).
AHBNU	— Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino (Lisboa).
AHBP	— Arquivo Histórico do Banco de Portugal (Lisboa).
AHFFT	— Arquivo Histórico da Fábrica de Fiação de Tomar.
AHMOP	— Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (Lisboa).
ASMC	— Arquivo dos Serviços Municipalizados de Coimbra.
AUC	— Arquivo da Universidade de Coimbra.
BADL	— Biblioteca e Arquivo Distrital de Leiria.
BAMC	— Biblioteca e Arquivo Municipal de Coimbra.
BBP	— Biblioteca do Banco de Portugal (Lisboa).
BGUC (SM) FIU	— Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Sala de Manuscritos), <i>Fundo da Imprensa da Universidade</i> .
BPAMFF	— Biblioteca Pública e Arquivo Municipal da Figueira da Foz.
FLSC	— Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (Coimbra).
2ª CI	— 2ª Circunscção Industrial (Coimbra).
l.n.	— livro de notas.
not.	— notário.

INTRODUÇÃO

PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA

Os últimos dois séculos encontram-se profundamente impregnados pelos consideráveis progressos verificados no domínio da indústria. O significado e extensão deste fenómeno podem descortinar-se no uso comum de expressões como *civilização industrial* (1) e *sociedade industrial* (2), através das quais se procura caracterizar globalmente uma época. Assim, não surpreende que, desde os finais do século XVIII até à actualidade, se tenha dedicado a esta temática um elevado número de estudos.

Primeiramente foi a Grã-Bretanha que, como berço da industrializa-

(1) Ver Jean Vial, *L'avènement de la civilisation industrielle de 1815 à nos jours*, Paris, 1973; R.A. Buchanan, *History and Industrial Civilisation*, Londres, 1979; Jacques Robin, *Do crescimento económico ao desenvolvimento humano* (trad. do francês), Lisboa, 1977, pp. 34-35.

(2) Que sucedeu à sociedade pré-industrial ou *sociedade tradicional*, na terminologia de W.W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento económico* (trad. do inglês), 5ª ed., Rio de Janeiro, 1974, pp. 16-18. R. Aron não hesita mesmo em classificar o conceito de *sociedade industrial* como o «mais importante da nossa época» (Raymond Aron, *Dezoito lições sobre a sociedade industrial* (trad. do francês), São Paulo-Lisboa, 1981, p. 39). Sobre as características da referida sociedade, ver pp. 73-75 desta última obra.

ção (3), suscitou a atenção dos estudiosos, desde A. Smith (4) e K. Marx (5) a A. Toynbee (6), P. Mantoux (7) e tantos mais (8). Depois, à medida que outras nações — Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos da América, Japão, etc. — se foram industrializando, o quadro geográfico da investigação foi-se simultaneamente dilatando, para o que muito contribuiu o rápido desenvolvimento tecnológico.

Também em Portugal, não obstante o reduzido peso da indústria, o seu estudo tem merecido alguma atenção, sendo de elementar justiça aludir,

-
- (3) Facto salientado por diversos autores, mas mais particularmente por Peter Mathias, *A primeira nação industrial. Uma história económica da Inglaterra, 1700-1914* (trad. do inglês), Lisboa, s.d.; *British industrialisation: Unique or not?*, in Pierre Léon *et al.* (dir.), «L'industrialisation en Europe au XIX.e siècle», Paris, 1972, pp. 497-512.
- (4) Adam Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations* (trad. do inglês), t.I, Neuchâtel, 1792, liv. 1, caps. I-III.
- (5) Karl Marx, *Le capital. Critique de l'Économie Politique* (trad. do alemão), livro I, t. II, Paris, 1973, em especial caps. XIV e XV, pp. 28-182.
- (6) Que usou — embora não pela primeira vez — a expressão *revolução industrial*, após o que a mesma se tornou clássica entre os historiadores (Arnold Toynbee, *Lectures on the Industrial Revolution*, 1884, apud Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, t. 3: *Le temps du monde*, Paris, 1979, p. 465).
- (7) Paul Mantoux, *La Révolution industrielle au XVIIIe siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre* (trad. do inglês), Paris, 1973.
- (8) A bibliografia sobre o tema é abundante, como se pode confirmar pela obra de G.S. Bain e G.B. Woolven, *A Bibliography of Industrial Relations*, Cambridge, 1979. Acrescente-se ainda que outros assuntos — como a demografia e o operariado —, pelas suas estreitas relações com a revolução industrial, têm igualmente dado origem a diversos estudos. Ver, apenas a título de exemplo, Carlo M. Cipolla, *Historia económica de la población mundial* (trad. do inglês), 3ª ed., Barcelona, 1982; E.P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, reimp., Harmondsworth, 1980; E. Levasseur, *Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France avant 1789*, 2 vols., reimp., Genebra-Paris, 1981. Outra bibliografia, referente à classe operária europeia e portuguesa, encontra-se em

entre outros, aos trabalhos de Acúrsio das Neves (9), Sousa Viterbo (10) e Esteves Pereira (11) e, mais recentemente, Borges de Macedo (12), Armando Castro (13), Joel Serrão (14), Oliveira Marques (15) e Villaverde Cabral (16). Contudo, trata-se de um domínio onde ainda há muito que investigar, particularmente no que se refere ao período ulterior aos meados do século XIX.

Entretanto, com os progressos alcançados pela historiografia da temática industrial, começaram a notar-se mais claramente as insuficiências do quadro nacional para se obter uma compreensão satisfatória do fenómeno,

Maria Filomena Mónica, *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária portuguesa (1850-1934)*, Lisboa, 1982, pp. 523-531.

- (9) José Acúrsio das Neves, *Varietades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Política*, ts. I e II, Lisboa, 1814-1817; *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa, 1820, reed. em sep. de «Ciência e Técnica Fiscal», nº 59, Lisboa, 1963.
- (10) Sobre a vasta obra deste paladino da história da indústria portuguesa — particularmente a artesanal e os artífices —, ver Victor Ribeiro, *Sous Viterbo e a sua obra. Notas bio-bibliographicas*, Lisboa, 1913, pp. 175-233, que indica 316 títulos.
- (11) Esteves Pereira, *Subsídios para a história da indústria portuguesa. Com um ensaio económico-social sobre as corporações e mesteres por Carlos da Fonseca*, Lisboa, 1979.
- (12) Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Porto, 1951 (2ª ed., Lisboa, 1982), cap. V; *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1963 (2ª ed., 1982).
- (13) Armando Castro, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, 3ª ed., Porto, 1976.
- (14) Joel Serrão, *Rotina e inovação na utensilagem técnica (1800-1850)*, in «Temas oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado», vol. I, 2ª ed., Lisboa, 1980, pp. 47-99; Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da indústria portuguesa. Do antigo regime ao capitalismo. Antologia*, Lisboa, 1978.
- (15) A.H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, 1978, cap. III, ponto 5.
- (16) Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais*,

acentuando-se a tendência para focar mais atentamente os contextos regional, local e mesmo da própria empresa. Essa perspectiva, que saiu reforçada do Colóquio de Lyon sobre a industrialização (realizado de 7 a 10 de Outubro de 1970) (17), continua actualizada em nossos dias.

De igual modo, entre nós, se tem algumas vezes salientado a importância das monografias regionais ou locais para o estudo da história geral portuguesa (18), ainda que sem repercussões assinaláveis na pesquisa histórica sobre a industrialização. Na verdade, faltam estudos monográficos sobre as diversas regiões, áreas ou localidades do País, sem o que não se obterá uma nítida visão de conjunto, tão próxima da realidade quanto possível, acerca do processo industrial português, a partir das últimas décadas do século XIX. O presente trabalho pretende assim preencher — na medida das possibilidades — a mencionada lacuna, no que à área industrial de Coimbra diz respeito.

poder político e crescimento económico de 1890 a 1914, Lisboa, 1979, em especial caps. VI e XVI.

- (17) Além de várias das comunicações apresentadas ao dito Colóquio incidirem sobre regiões de alguns países, também ali foi apontado o reduzido progresso verificado na história da indústria regional britânica, tendo o Prof. Pierre Goubert, por seu turno, enaltecido o método dos «casos», a monografia (cf. P. Léon *et al.* (dir.), *L'industrialisation en Europe du XIXe siècle*, pp. 58 e 544).
- (18) Ver António Machado de Faria, *Considerações acerca da importância da história local relativamente à do País*, in «Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal», Actas do Colóquio, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1975, pp. 1-7; Fernando Castelo-Branco, *Tráfego portuário e história regional portuguesa*, idem, pp. 241-249; P.M. Laranjo Coelho, *Vantagens do estudo das monografias para o conhecimento da história geral portuguesa*, Coimbra, 1926. Sep. de «O Instituto», vol. 73º, nº 3; Carta-prefácio de Oliveira Martins à monografia de Adelino de Abreu, *Oliveira do Hospital. Traços histórico-criticos*, Coimbra, 1893. Para a história regional e local dispomos de importante — embora não exaustiva — bibliografia em: António Mesquita de Figueiredo, *Subsídios para a bibliografia da historia local portuguêsã*, Lisboa, 1933; Durval Pires de Lima, *Bibliografia corográfica de Portugal*, 2 ts., Lisboa, 1962-1964, e 5 ts. de *Suplementos*, Lisboa, 1968-1978; Benjamin Enes Pereira, *Bibliografia analítica de etnografia portuguesa*, Lisboa, 1965, pp. 50-81 («Monografias regionais»); Jorge de Alarcão, *Introdução ao estudo da história e do património locais*, Coimbra, 1982.

O QUADRO

1. O espaço

A perspectiva em que nos colocamos leva-nos, antes de prosseguir, a tentar delimitar a *área industrial de Coimbra*. Entre os critérios a que, para o efeito, poderíamos recorrer, destacam-se os que designaremos por critério administrativo, critério geográfico e critério económico, consoante a tónica posta em cada um daqueles pontos de vista.

Pelo *critério administrativo*, adoptar-se-ia a área distrital ou a concelhia. Ainda que parte da documentação disponível e mesmo alguns trabalhos publicados (19) facilitassem essa orientação, os limites das circunscrições administrativas — distritos e concelhos —, quantas vezes estabelecidos de forma arbitrária (20), trariam algumas restrições a este estudo sobre a indústria, no âmbito da história económica e social (21).

Seguindo o *critério geográfico*, além da divisão em regiões naturais — o que não se adequaria a este tipo de estudo (22) —, restar-nos-ia a divisão

(19) Entre outros: António Luiz de Sousa Henriques Secco, *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*, Coimbra, 1853; Agostinho Rodrigues d'Andrade, *Chorographia historico-estatistica do districto de Coimbra*, Coimbra, 1896; *Anais do Município de Coimbra*, 6 vols., Coimbra, 1937-1971; *Arquivo Coimbrão*, 30 vols., 1923-1983; João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, vol. I, ts. I e II, Coimbra, 1982 (Diss. de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, policopiada).

(20) Aristides de Amorim Girão, *Esbôço duma carta regional de Portugal*, 2ª ed., Coimbra, 1933; Anselmo de Andrade, *Portugal Económico. Theorias e factos*, t. I, nova ed., Coimbra, 1918, p. 22.

(21) Todavia, algumas das fontes utilizadas, mormente as de índole estatística, obrigam-nos por vezes a apresentar elementos distritais ou concelhios.

(22) Sobre a região natural como um «conceito-obstáculo», ver Yves Lacoste, *A geo-*

provincial. Contudo, também esta tem estado sujeita a críticas e sofrido alterações (23). Acerca da zona que mais directamente nos interessa, há mesmo algumas discordâncias entre certos autores. Assim, apesar de se considerar, desde o último quartel do século XIX, a subdivisão da província da Beira em Beira Litoral, Beira Central ou Beira Alta, Beira Trasmontana e Beira Meridional ou Beira Baixa (24), já sobre as fronteiras entre as duas primeiras não há acordo (25). Por outro lado, um não menor óbice ao uso do critério geográfico reside precisamente na tecnologia, em especial nas consequências da sua aplicação aos transportes rodoviários e ferroviários.

Por último, abordaremos a noção de *área* do ponto de vista económico e, mais restritamente, industrial. O conceito de *área económica* tem sido mais utilizado por economistas que por historiadores. No entanto, devido à sua operacionalidade, já vai sendo usado na investigação histórica, estando subjacente a expressões como *área comercial* (26) e *espaço industrial*(27).

grafia serve antes de mais para fazer a guerra (trad. do francês), Lisboa, 1977, pp. 41-49. Refira-se, no entanto, que mesmo partindo do termo tradicional *região*, já se procura por vezes destacar mais os factores económico-sociais que os naturais. Nestas circunstâncias, os conceitos de *região* e de *área económica* — de que a breve trecho trataremos — assemelham-se bastante (cf. Sidney Pollard, *Peaceful Conquest. The Industrialization of Europe 1760-1970*, Londres, 1982, pp. 111-123 («The Role of the Region in Industrialization»).

(23) A. de Amorim Girão, *op. cit.*, pp. 18-21.

(24) A. Barros Gomes, *Cartas elementares de Portugal para uso das escolas*, Lisboa, 1878; A. de Amorim Girão, *op. cit.*, pp. 74-102; António Sérgio, *Obras completas. Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, 1976, pp. 86-102; Alfredo Fernandes Martins, *O esforço do homem na bacia do Mondego. Ensaio geográfico*, Coimbra, 1940, pp. 261-264.

(25) Enquanto A. de Amorim Girão inclui os concelhos de Penacova, Póvoa do Varzim, Miranda do Corvo, Lousã, Góis e Arganil na Beira Litoral (*op. cit.*, p. 81), A. Fernandes Martins (*op. cit.*, pp. 263-264), como fizera Barros Gomes, localiza-os para além dos limites daquela.

(26) Pierre Léon (dir.), *Aires et structures du commerce français au XVIIIe siècle. Colloque National de l'Association Française des Historiens Economistes. Paris, 4-6 octobre 1973*, Paris, 1975, pp. XIII-XV.

(27) M. Henri Morsel, *Les industries électrotechniques dans les Alpes françaises*

Área económica pode ser definida como «... aquella cuyos límites se determinam sobre la base de criterios económicos, tales como zona de gran mercado o zona en la que predomina um tipo particular de actividad económica» (28). Corresponde ao conceito de *espacio económico* (29), ao qual François Perroux dedicou algumas páginas (30), embora reconhecendo que os *espacios económicos*, relativamente aos *espacios geonómicos*, têm sido menos directa e profundamente estudados (31).

Uma área económica dever ser *homogénea* (32) e *funcionalmente coerente* — para o que contribui de forma decisiva o papel dos transportes —, não podendo, todavia, ser cartografada com rigor, dadas as múltiplas e frequentes alterações que vai sofrendo. Essas alterações são endógenas, se se verificam na própria área — nos domínios da produção, do mercado, do consumo, das comunicações ou da população —, ou exógenas, se têm lugar noutras áreas, limítrofes e/ou concorrentes da primeira. Pierre Cayez analisa sagazmente a fluidez da *área económica* — a que chama *espacio económico* —, ao escrever: «... n'est pas permanent et connait des flux et des reflux, des poussées brusques et des lentes expansions, il n'est ni massif ni monolithique, ni cerné par le pointillé d'une frontière. Il est en lutte contre d'autres espaces, partiellement conquis par le plus fort et conquè-

du Nord de 1869 à 1921, in P. Léon *et al.* (dir), «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», p. 580.

(28) Georges A. e Achilles G. Theodorson, *A Modern Dictionary of Sociology*, Nova Iorque, 1959, apud María Jesús Gil Alonso, *Áreas económicas*, in «Diccionario de Ciencias Sociales», vol. I, Madrid, 1975, p. 171.

(29) *Ibidem*.

(30) François Perroux, *A economia do século XX* (trad. do francês), Lisboa, 1967, pp. 143-162.

(31) *Idem*, *idem*, p. 147.

(32) Sobre os conceitos de *região homogénea* e *espacio homogéneo* — o que, em certa medida, se aplica a *área homogénea* —, ver Eugénio de Castro Caldas e Manuel de Santos Loureiro, *Regiões homogéneas no Continente português. Primeiro ensaio de delimitação*, Lisboa, 1966, pp. 39-47; Claude Ponsard, *Économie et espace. Essai d'intégration du facteur spatial dans l'analyse économique*, Dijon, 1955, pp. 15-18.

rant, pénétrant le plus faible. Donc rien de moins stable et de moins clos» (33).

As considerações precedentes sobre a noção de *área económica* aplicam-se, em grande parte, à de *área industrial*, a despeito de esta ser mais limitada, visto referir-se apenas ao sector secundário (34). Ressalta assim, do exposto, a extraordinária dificuldade com que nos deparamos ao tentar definir, com alguma aproximação, a *área industrial de Coimbra*. Tratando-se predominantemente de funções e de inter-relações de diversos factores — pessoas, povoações (35), instituições, organismos, mercados, espaços, distâncias, comunicações, etc. —, já de si diversas e complexas, a variável tempo — no caso vertente seis décadas (1867-1927) — torna-as ainda mais difíceis de apreender. Consequentemente, os elementos que se seguem mais não pretendem ser que uma base e hipótese de trabalho.

A *zona de influência* (36) de Coimbra ajudar-nos-á a delinear, grosso

(33) Pierre Cayez, *L'industrialisation lyonnaise au XIXème siècle. Du grand commerce à la grande industrie*, t. I, Lille, 1979, p. 2 (Tese apresentada à Universidade de Lyon II, policopiada).

(34) Num contexto muito diferente do português — Estados Unidos da América — definia-se assim *área industrial*, em 1929: «aire ayant comme centre une ville industrielle importante et comprenant la région (county) dans laquelle la ville est localisée, ainsi que toute(s) région(s) adjointe(s) dans laquelle (lesquelles) existe une grande concentration d'industrie manufacturière. Le nombre des salariés employés dans chaque aire est (en 1929) au moins de 40 000» (citado por Cl. Ponsard, *op. cit.*, p. 229).

(35) «Instead of considering only one town or each town on its own, what type of relations have been established between the different towns in a country or region?» (François Bédarida, *The Growth of Urban History in France: some Methodological Trends*, in H.J. Dyos (ed.), «The Study of Urban History», reed., Londres, 1976, p. 60).

(36) Ver A. Simões Lopes, *As funções económicas dos pequenos centros*, Lisboa, 1971, pp. 52-58. O tema das *zonas* ou *áreas de influência*, embora aflorado desde há muito por Georges Chabot, *La Côte orientale de la Dombes et l'influence de Lyon*, Paris, 1927, tem suscitado maior atenção nas últimas décadas, especialmente da parte de geógrafos e economistas, que o têm focado do

modo, a sua área industrial. Como capital distrital e centro urbano mais importante de uma vasta região, a cidade de Coimbra, ao longo do período estudado, foi consolidando o seu papel de *capital regional* (37), para o que contribuíram o desenvolvimento económico e as funções administrativas e culturais (38).

Paralelamente às inter-relações da cidade referida com as outras localidades da respectiva área no sector primário — fornecimento de géneros, liquidação de rendas à população urbana (39) e investimentos efectuados por uma parte desta na agricultura — e no sector terciário — aprovisionamento de bens e serviços centrais (40) —, foram-se estreitando as interdependências no sector secundário, designadamente no que se refere a mão-de-obra, transacção de artigos manufacturados e matérias-primas, gestão e investimento de capital. Estas ligações no campo industrial eram, em geral, preferenciais entre dezasseis concelhos (41) do distrito e o aglomerado urbano de Coimbra. A centralidade e acessibilidade relativas, em função das distâncias e da rede de transportes, e a importância daquele centro urbano eram factores decisivos para o grau de preferência indicado.

ponto de vista das *funções dos lugares centrais*. A carência de dados para períodos mais recuados limita a sua aplicação à pesquisa histórica que, no entanto, pode beneficiar da utilização do respectivo conceito. Ver, por exemplo, Marie-Andrée Prost, *La hiérarchie des villes en fonction de leur activités de commerce et de services*, Lyon, 1965; Jorge Gaspar, *A área de influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*, Lisboa, 1972.

(37) Expressão de Cl. Ponsard, *Économie et espace*, p. 158.

(38) M.-Andrée Prost, *op. cit.*, *passim*. Quanto às últimas (funções culturais) recorde-se particularmente o relevante papel desempenhado pela Universidade.

(39) «Toute ville a besoin d'être reliée par des moyens de transport à une région agricole produisant plus que celle-ci ne consomme» (Arnold Toynbee, *Les villes dans l'histoire. Cités en mouvement* (trad. do inglês), Paris, 1972, p. 25).

(40) Sobre a França ver M.-Andrée Prost, *op. cit.*, pp. 161-163.

(41) Concelhos de Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Poiares, Soure e Tábua. Do distrito de Coimbra excluímos o concelho de Mira, pela sua posição mais favorável relativamente a Aveiro.

Sob certa influência de Coimbra e, por conseguinte, ainda na sua área industrial, podem indicar-se o concelho de Pombal (42) e a localidade de Pampilhosa do Botão, no concelho da Mealhada (43). No primeiro desenvolveram-se algumas indústrias, em especial as de serração de madeira e de produtos resinosos. A segunda, por seu turno, tem-se destacado em especial como centro cerâmico. Trata-se, todavia, de zonas-fronteiras, cujas inter-relações eram mais notoriamente partilhadas entre Coimbra e outros centros urbanos importantes — Leiria e Figueira da Foz (44), no primeiro caso, e Aveiro, no segundo — do que sucedia com os primeiros concelhos indicados (ver Apêndice II, Figura nº 1).

Do espaço abrangido pelo presente estudo, dedicaremos naturalmente especial atenção ao centro urbano de Coimbra, mas também à Figueira da Foz — elevada à categoria de cidade, como é sabido, em 1882 (45) —, à zona de Soure, ao triângulo Lousã-Góis-Serpins e à Pampilhosa do Botão.

A *área industrial de Coimbra*, assim esboçada, apresenta algumas diferenças quanto à área do distrito do mesmo nome, especialmente no que se refere aos respectivos limites. Diferenças mais significativas são, todavia, as que a separam da área da 2ª Circunscrição Industrial, com sede em Coimbra, ou da Região 3 (Figueira da Foz-Coimbra-Viseu-Covilhã), uma das sete regiões homogéneas em que E. de Castro Caldas e M. de Santos Loureiro

(42) Do distrito de Leiria.

(43) Do distrito de Aveiro.

As zonas indicadas são, obviamente, de forte influência Coimbrã, dado que, facilitada pelos transportes, a influência de Coimbra tem vindo a intensificar-se e, já nos anos 20, se estendia a parte dos distritos limítrofes (cf. A. Torres Garcia, *A indústria transportadora na zona de Coimbra (Viação acelerada e portos marítimos)*. Tese apresentada ao 2º Congresso Económico pela Associação Comercial de Coimbra, Coimbra, 1922, pp. 5-6).

(44) O concelho de Pombal continua a repartir-se pelas áreas de influência de Coimbra, Leiria e Figueira da Foz, como foi comprovado por um estudo recente (Ana M. Cristina Pires *et al.*, *Estudo do sistema de lugares centrais da Região Centro*, in «Desenvolvimento Regional», nº 11, 2º semestre de 1980, p. 60).

(45) Joaquim Veríssimo Serrão, *A concessão do foro de cidade em Portugal nos séculos XII a XIX*, Lisboa, 1973, pp. 40-41 e 74. Sep. de «Portugaliae Historica», vol. I, Lisboa, 1973.

dividiram o País (46). No primeiro caso, como foi reconhecido pelos autores citados, a divisão tornou-se inoperante do ponto de vista da produção e do desenvolvimento industrial, circunscrevendo-se praticamente aos aspectos administrativo-burocráticos (47). No segundo, como a região mencionada agrupa concelhos de sete distritos (48), é demasiado extensa (49) para o fim que temos em vista — a delimitação e o estudo da área económica de Coimbra, sob o ponto de vista industrial —, tendo ainda sido demarcada, tal como as restantes regiões homogéneas, a partir de diversos indicadores, pelo que foi excedido o plano da indústria, em que nos colocamos. Com efeito, para a determinação das referidas regiões foram seleccionados dez indicadores, assim distribuídos: sectores agrícola e industrial (indicadores I a VIII), percentagem de fogos sem água canalizada (IX) e densidade populacional (X) (50).

Enquadrada a nossa investigação no espaço, a que período é que ela se reporta?

2. O tempo

A necessidade de circunscrever temporalmente a pesquisa põe-nos perante a realidade temporal, tão complexa como importante. Deixando de parte as diferentes noções do fenómeno *tempo* (51), cujo estudo não nos

(46) E. de Castro Caldas e M. de Santos Loureiro, *Regiões homogéneas do Continente português*, Mapa 38, entre as pp. 196 e 197, e pp. 202-203 e 206.

(47) Idem, *idem*, pp. 119-122 e Mapa 24, entre as pp. 122 e 123.. Já A. de Sousa se pronunciara no mesmo sentido: «As circunscrições industriais são órgãos fiscais apenas» (Albano de Sousa, *Aspectos da vida industrial portuguesa. Artigos técnicos publicados no «Diário de Notícias»*, Lisboa, 1930, p. 38).

(48) Distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu.

(49) Engloba 45 concelhos, contra 17 e parte de outro da área industrial por nós definida.

(50) E. de C. Caldas e M. de S. Loureiro, *op. cit.*, p. 193.

(51) Robert E. Berkhofer, Jr., *A Behavioral Approach to Historical Analysis*, Nova Iorque-Londres, 1971, pp. 211-242; Gaston Bachelard, *La dialectique de la durée*, nova ed., Paris, 1950, pp. 32, 37 e *passim*; Ciro F.S. Cardoso, *Introducción al trabajo de investigación histórica*, Barcelona, 1981, cap. 6.

interessa neste contexto, vejamos algo sobre a *duração* e os *cortes temporais*, em função da história económica e social.

A este ramo da história, mais do que datas isoladas (52), interessam períodos — entre outros, ciclos, movimentos, *trends* seculares — durante os quais se podem detectar comportamentos económico-sociais específicos, bem como determinadas transformações estruturais ou conjunturais. Consoante a amplitude desses períodos, assim o tempo se qualifica de curta, média ou longa duração (53). Se é certo que a eleição de uma ou outra daquelas divisões temporais depende da natureza da investigação e dos objectivos a atingir — recorrendo-se por vezes a mais que uma, por se tratar de realidades sobrepostas e não exclusivas —, não é menos exacto que a *longa duração* tem merecido ultimamente mais atenção da parte dos historiadores (54). Tal deve-se ao facto de se considerar que a análise *diacrónica*, suficientemente ampla, permite uma melhor apreensão das transformações e das permanências que uma perspectiva *sincrónica*. De acordo com este ponto de vista, que também perfilhamos, seleccionámos para enquadramento temporal do nosso trabalho um período de sessenta anos (1867-1927), por ele nos parecer de duração adequada ao tema em estudo — a instalação da indústria moderna na área de Coimbra (55).

Questão não menos problemática que a da duração é a dos limites cronológicos, *cortes temporais* que permitem balizar o período em foco.

(52) Como se sabe, uma das preferências da história tradicional, vulgarmente conhecida por história «évènementielle».

(53) Maurice Niveau, *Histoire des faits économiques contemporains*, 4ª ed., Paris, 1976, pp. 143-189; Jean-Alain Lesourd e Claude Gérard, *História económica. Séculos XIX e XX* (trad. do francês), vol. I, Lisboa, s.d., pp. 163-168; F. Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV^e - XVIII^e siècle*, t. 3, pp. 56-70.

(54) Fernand Braudel, *Histoire et sciences sociales: la longue durée*, in «Annales. E.S.C.», nº 4, 1958, pp. 725-753 (transcrito e traduzido em Fernand Braudel, *História e ciências sociais*, Lisboa, 1972, pp. 7-70, e em *Escritos sobre a história*, S. Paulo, 1978, pp. 41-78); Michel Vovelle, *L'histoire et la longue durée*, in Jacques Le Goff *et al.* (dir), «La nouvelle histoire», Paris, 1978, pp. 316-343.

(55) Como acentuou P. Chaunu, «La révolution industrielle ne se comprend bien qu'inserée dans une problématique de longue durée» (Pierre Chaunu, *Histoire quantitative, histoire sérielle*, Paris, 1978, p. 49).

Note-se, antes de mais, que são essencialmente motivos de índole metodológica — a imprescindibilidade de restrição no tempo — que nos obrigam a escolher um período delimitado, uma vez que em história — geral, económica e social, das mentalidades, etc. —, as datas precisas raramente marcam cortes nítidos (56), assumindo geralmente a continuidade maior importância que a ruptura.

As datas-limite deste estudo — 1867 e 1927 — devem ser observadas à luz do que fica exposto, não devendo por isso desligar-se o que se situa entre elas do que as antecede e lhes sucede (57). Mesmo assim, ocorre a pergunta: por que optámos por aquelas e não por outras datas?

Não se tendo verificado alterações sensíveis na evolução da indústria conimbricense desde os começos da Regeneração (1851), preferimos adotar como ponto de referência o ano de 1867, pelos motivos que passamos a expor. Com efeito, no terceiro quartel do século XIX começaram a notar-se alguns progressos na área industrial de Coimbra (58), como teremos oportunidade de constatar ao longo deste trabalho. Compreende-se, assim, que o nosso ponto de partida cronológico se situe neste lapso de tempo.

No plano legislativo, foi então publicada a Lei (de 22 de Junho de

(56) Cf. Louis Halphen, *Introdução à história* (trad. do francês), Coimbra, 1961, pp. 72-73; Pierre Léon (dir), *Histoire économique et sociale du monde*, t. 4: *La domination du capitalisme, 1840-1914*, Paris, 1978, p. 473; David S. Landes, *L'Europe technicienne. Révolution technique et libre essor industriel en Europe Occidentale de 1750 à nos jours* (trad. do inglês), Paris, 1975, pp. 492-493.

(57) A propósito, Ashton escreveu: «A revolução industrial deve ser estudada como um movimento, e não dentro de um período determinado de tempo» (T.S. Ashton, *A revolução industrial, 1760-1830* (trad. do inglês), 3ª ed., Mem Martins, 1974, p. 169).

(58) A título de exemplo, podemos indicar: a instalação de uma máquina de fazer papel, pelo sistema contínuo, na fábrica de papel da Ponte do Sótão (Góis), em 1859 (*O Conimbricense*, nº 758, de 30 de Abril de 1861), a qual havia sido adquirida dois anos antes (Francisco Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, Lisboa, 1861, p. 28); a instalação de uma amassadeira mecânica numa padaria de Coimbra, em 1861 (*O Conimbricense*, nº 779, de 13 de Julho de 1861).

1867) das sociedades anónimas (59), cuja importância para a economia do País se torna desnecessário enaltecer. Igualmente nesse ano, processou-se uma alteração nos impostos, mediante a extinção de alguns destes e a criação de um imposto de consumo (Lei de 10 de Junho e regulamento de 7 de Dezembro de 1867) (60) que viria a ter repercussões de ordem económico-social e política. Assim, como o novo imposto deveria entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1868, eclodiu então o movimento conhecido por *Janeirinha* — com forte adesão no Porto e em Braga e certo distanciamento em Lisboa —, de que resultou a queda do Governo (61). À crescente hegemonia da capital, patente neste caso no agravamento do fisco, seguiu-se a reacção natural de parte da província, onde as difíceis condições de vida se faziam sentir duramente.

No domínio da indústria propriamente dita, fica assim abrangida pelo período que tratamos a primeira exposição industrial realizada em Coimbra em 1869, cujo estudo se revela de bastante interesse para o conhecimento do estado em que, ao tempo, se encontrava o sector secundário na respectiva área (62). Logo aquando da 2ª exposição industrial do distrito em

(59) *Collecção official da legislação portugueza. Anno de 1867*, pp. 173-180.

(60) *Idem*, pp. 146-147 e 687-694. Contra o referido imposto se insurgiu de imediato Eça de Queirós, em termos bastante críticos: «Na sessão de 16 de Março do ano da graça de 1867, numa hora de servilismo e de abaixamento moral, a câmara de deputados votou por 100 votos contra 47 o imposto de consumo» (Eça de Queirós, *Da colaboração no «Distrito de Évora»*, — II (1867), «Obras de Eça de Queiroz», Lisboa, s.d., p. 116. Ver também pp. 159, 165 e *passim*).

(61) Enquanto não dispomos de um estudo global e aprofundado sobre o assunto — que bem o merecia —, ver alguns elementos em: Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*, vol. II, 8ª ed., Lisboa, 1977, pp. 285-286, 320-321 e 354; Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, 1935, pp. 374-375; Joel Serrão, *Janeirinha*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, Lisboa, 1965, p. 575; A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II: *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, 1973, p. 104.

(62) *Exposição districtal de industria agricola e fabril e de archeologia*, Coimbra, 1869. A imprensa local deu-lhe o devido relevo, especialmente *O Conimbricense* (de 6 de Março a 4 de Dezembro de 1869) e *O Tribuno Popular* (de 6 de Março a 11 de Dezembro de 1869). Dedicámos já alguma atenção a este cer-

1884 (63), procurava avaliar-se o progresso verificado nos quinze anos precedentes, tomando a exposição de 1869 como termo de comparação (64).

É também sensivelmente a partir dessa altura que se vai intensificar a deslocação demográfica do sector primário para o secundário, embora o seu estudo, antes de 1890 — primeiro *Censo da população* em que a actividade profissional é indicada —, se torne particularmente difícil, por falta de elementos estatísticos adequados.

O ano de 1927, por seu turno, marca o início de um período durante o qual foi dedicado maior esforço à construção e reparação de rodovias, nomeadamente através da Junta Autónoma de Estradas, criada por Decreto (n.º 13969) de 20 de Junho daquele ano (65). A instalação e o desenvolvimento de estabelecimentos fabris, cujo processo se iniciou com as vias férreas, acentuou-se progressivamente a partir daquela data, devido à importante função dos transportes rodoviários, com a consequente descentralização da indústria, ainda que sujeita às consequências da crise de 1929 e, a partir de 1931, à Lei do condicionamento industrial (66). Pelas razões apontadas, também neste caso nos inclinámos para o ano de 1927 e não para o de 1926, habitualmente preferido, em virtude de a ruptura política, verificada neste ano (28 de Maio de 1926), não ter tido paralelo na história económica (67) e, mais especificamente, na história da indústria.

tame (J. Amado Mendes, *Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX*, in «O Instituto», vol. CXXXIX, 1979, pp. 35-55).

(63) Ver J. Amado Mendes, *art. cit.*, pp. 41-48.

(64) J.A. Corte Real, *As duas exposições de Coimbra (1869 e 1884)*, in «Revista Ilustrada da Exposição Districtal de Coimbra em 1884», n.º 1, Janeiro 1884, pp. 9-12.

(65) *Diário do Governo*, I série, n.º 153, de 20 de Julho de 1927.

(66) Decreto n.º 19 354 de 3 de Janeiro de 1931 (*Diário do Governo*, I série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 1931). Ver Pinto de Almeida, *A indústria portuguesa e o condicionalismo institucional*, Lisboa, 1961, pp. 19-30.

(67) Para o facto já o Prof. J. Borges de Macedo chamou a atenção (Jorge Borges de Macedo, *A problemática tecnológica no processo de continuidade República — Ditadura Militar — Estado Novo*, Lisboa, 1979, p. 427. Sep. de «Economia», vol. III, n.º 3, 1979).

Por último e em termos globais, o nosso estudo incide assim sobre a última fase em que Coimbra foi centro aglutinador de produção e mercado, após o que entraria, durante cerca de três décadas, numa posição de subalteridade, relativamente aos centros integrados de Lisboa e Porto.

Delimitados o espaço e o tempo, foquemos seguidamente mais de perto o tema que nos ocupa.

DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

1. Indústria e industrialização

Sendo nosso intuito estudar a instalação da indústria na área de Coimbra, começemos por recordar a história do conceito *indústria*, cuja acepção tem variado ao longo dos tempos.

Primeiramente, o termo *indústria*, de acordo com a etimologia latina, significou trabalho, actividade, habilidade, diligência (68). Não obstante o uso do vocábulo com este sentido se ter tornado menos frequente com os progressos da industrialização, ainda o encontramos diversas vezes na documentação consultada. Assim sucedia nos casos de constituição de sociedades — comerciais ou industriais —, para as quais um ou mais sócios entravam apenas com a sua *indústria*, ou seja, com o seu próprio trabalho como capital(69).

(68) Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIII siècle*, t. 2: *Les jeux de l'échange*, Paris, 1979, p. 259; Werner Plum, *Aspectos socioculturais da industrialização. Utopias inglesas, modelos de cooperação social e tecnológica* (trad. do alemão), Bona, 1979, p. 43; A. Ernout e A. Meillet, *Dictionnaire étymologique de la Langue Latine. Histoire des mots*, Paris, 4.^a ed., 1959, p. 316. É com essa acepção que aparece ainda em 1835: «*Industria*, s.f. Destreza em fazer as cousas» (*Novo Dicionario da Lingua Portuguesa, composto sobre os que até o presente se tem dado ao prelo, acrescentando de varios vocabulos extrahidos dos classicos antigos, e dos modernos de melhor nota, que se achão universalmente recebidos*, nova ed., Lisboa, 1835, s.v. *Industria*).

(69) Ver, entre outros, AUC, not. Manuel Maria Toscano de Figueirego Albuquerque (Cantanhede), l. n. n.º 70, fls. 44-46, escritura lavrada em 19 de Abril de 1917.

Em seguida, numa acepção menos vaga, por indústria entendia-se toda a actividade económica, subdividindo-se aquela em três ramos: *indústria agrícola, indústria fabril e indústria comercial* (70). O emprego do termo com esta significação, relativamente comum em Portugal no final do século XVIII e inícios do XIX (71), foi caindo lentamente em desuso nesta última centúria (72).

Por fim, a palavra *indústria*, sem perder totalmente o significado antigo (73), adquire o sentido que hoje lhe atribuímos, isto é, o de *transformação de matérias-primas* (74). É nesta acepção que aqui a consideramos, ainda que a mesma também apareça, umas vezes em sentido mais restrito — abrangendo apenas a grande indústria ou indústria fabril (75) — e, outras,

Neste caso, havia um sócio capitalista e dois outros que entravam apenas com a sua *indústria* (*ibidem*, fl. 44v.).

(70) L.A. Rebello da Silva, *Compendio de economia industrial e commercial para uso das escolas populares creadas pela lei de 27 de Junho de 1866*, 2ª ed., conforme a de 1868, Lisboa, 1890, p. 11.

(71) Cf. José M. Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, 1981, p. 82.

(72) Contudo, o uso do mencionado esquema classificativo, longe de ter desaparecido na transição do século passado para o actual, surge ainda aparentemente reforçado com a subdivisão da indústria nos seguintes ramos: *extractiva, agrícola, manufactora, comercial e dos transportes* (Maximiano Lopes (dir.), *Encyclopedía Portuguesa Illustrada. Dicionario Universal*, vol. V, Porto, s.d., p. 790). Mais do que de reforço tratava-se, no entanto, de adaptação e integração, no esquema clássico, de domínios — indústria extractiva e transportes — cuja importância havia aumentado significativamente com a industrialização.

(73) O qual, com efeito, lado a lado com a significação dos nossos dias, continua a vir registado nos Dicionários actuais: «*Indústria* s.f. (do lat. *industria*). Destreza ou habilidade para fazer alguma coisa, para executar algum trabalho manual» (António de Moraes Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. V, 10ª ed., Lisboa, 1953, p. 936).

(74) Max Weber, *Historia económica general* (trad. do alemão), Pánuco-México, 1942, p. 139.

(75) Como em C. Clark: «On peut très exactement définir l'*industrie* comme le trans-

em sentido mais lato — englobando, além da indústria transformadora, a própria indústria extractiva (76).

Quando é que o vocábulo mencionado passa a ter também a actual significação? Aparentemente poderia parecer que só com o acelerado desenvolvimento industrial (77) o conceito de indústria se restringiu a um só ramo da actividade económica. No entanto, sabemos pelo sucinto mas interessante trabalho de Paul Harsin que, em França, o vocábulo *indústria* foi usado na linguagem escrita, com o sentido actual, desde os princípios do século XVIII, muito possivelmente na sequência do que acontecia, na expressão oral, já no século XVII (78). Em Portugal, segundo Joel Serrão, o conceito indústria alcançou o sentido que hoje lhe damos nas décadas de 1830 e 1850, como provam os testemunhos que indica, relativos a Lisboa (1836 e 1842) e ao Porto (1852) (79).

formation continue, sur un *grande* échelle, de matières premières en produits transportables». (Colin Clark, *Les conditions du progrès économique* (trad. do inglês), Paris, 1960, p. 153. Cf. também p. 310). Com o emprego das palavras *continue* e *transportables*, o autor exclui, por um lado, o artesanato do vestuário e a reparação de calçado, por outro, os processos de construção e de instalação.

- (76) J. Gadisseur *et al.*, *L'industrialisation en Belgique au XIXe siècle. Première approche et premiers résultats*, in P. Léon *et al.* (dir), «L'industrialisation en Belgique au XIXe siècle», p. 147. Neste caso, é preferível continuar a manter a distinção entre *indústria extractiva* e *indústria transformadora*.
- (77) A que por vezes se tem chamado *take-off* (ver W.W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento económico*, pp. 20-21 e 52-78; Simon Kuznets, *Croissance et structure économiques* (trad. do inglês), Paris, 1972, pp. 250-254).
- (78) Paul Harsin, *De quand date le mot «industrie?»*, in «Annales d'Histoire Économique et Sociale», t. II, 1930, pp. 235-242.
- (79) Joel Serrão, *Indústria — a palavra e a ideia*, in «Temas oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado», vol. I, 2ª ed., Lisboa, 1980, pp. 96-99. Este assunto merecia ser desenvolvido, através de uma investigação extensiva a todo o País, pela exploração de diversos tipos de fontes, desde as literárias e estatísticas aos relatórios e à imprensa. Apenas um exemplo: Herculano, no terceiro quartel do século XIX, se já usava algumas vezes o termo *indústria* com o significado actual, diversas outras tinha ainda necessidade de recorrer à adjecti-

Em Coimbra, certamente devido ao menor desenvolvimento industrial, o uso do termo mencionado, na acepção moderna, só nos anos de 1860 se terá tornado relativamente comum. É o que se pode deduzir de algumas expressões pouco precisas, frequentes ainda na década anterior. Assim, *industria fabril* (80), *industria mineral* (81), todas as *industrias* (82) e *proprietários, negociantes e artistas* (83) — sem qualquer referência a industriais — inculcam a noção de que se estava ainda perante uma indústria típica de Antigo Regime, onde pontificavam a actividade doméstica, o artesanato e a pequena indústria. Enquanto, por um lado, o significado da palavra *indústria* se ia aproximando do que tem actualmente, por outro mantinha uma das significações setecentistas, de que encontramos um vestígio em 1856: «A palavra *industria* costuma-se, geralmente, entender como designando todos os trabalhos cujo fim é produzir algum objecto de consumo... Dividiremos a industria em trez ramos principaes: o dos productos; o dos instrumentos, motores e processos; e o do commercio» (84). Entretanto, a terminologia adquire exactidão e moderniza-se, aludindo-se, em 1861 e 1864, a *indústria* no sentido actual do termo, apesar de, tratando-se da realidade coimbrã, se referir expressamente *pequena indústria* (85), quando, como é sabido, é a grande indústria que mais particularmente caracteriza a industrialização (86). Assinale-se, todavia, que pelo facto de o sector secun-

vação, em expressões como *indústria agrícola, indústria rural* e *indústria fabril* (A. Herculano, *Opusculos*, t. IV: *Questões publicas*, t. III, 3ª ed., Lisboa, 1901, pp. 3, 16, 24, 64, 110, 121, 126, 146, 159, 163-164, 173, 211 e 217; t. VII: *Questões publicas*, t. IV, 1ª ed., Lisboa, 1898, pp. 61-63).

(80) *O Observador*, nº 649, de 1 de Outubro de 1853.

(81) *Idem*, nº 654, de 18 de Outubro de 1853.

(82) *O Conimbricense*, nº 247, de 7 de Junho de 1856.

(83) *Idem*, nº 422, de 9 de Fevereiro de 1858.

(84) *A Ordem Publica*, nº 2, de 6 de Outubro de 1856.

(85) F.T. da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, p. 3; Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *As fabricas de Portugal*, vol. I: *Indagações relativas aos tecidos de lã*, Lisboa, 1864, p. 79.

(86) Ver P. Mantoux, *La révolution industrielle au XVIIIe siècle*, pp. 5-6; Pierre Léon, *La naissance de la grande industrie en Dauphiné (fin du XVIIe siècle -*

dário começar a adquirir certa independência conceptual não quer dizer que os progressos alcançados fossem significativos (87), como se infere da seguinte passagem, de 1863: «Coimbra não é um districto ostensivamente fabril... *A industria não está economicamente organizada*, é uma missão de todas as familias, é um encargo colectivo que a todos aproveita» (88).

Intimamente relacionadas com a noção de indústria, estão as expressões *revolução industrial* e *industrialização*. Trata-se de noções não menos complexas que a primeira, mas que oferecem a vantagem de exprimir mais apropriadamente a dinâmica do *processus* industrial das duas últimas centúrias.

O conceito de *revolução industrial*, pese embora o seu extraordinário sucesso e já longo passado — pois remonta, pelo menos, a 1837 (89)— tem

-1869), vol. I, 1954, p. 6; Schulze Gavernitz, *La grande industrie* (trad. do alemão), Paris, 1896, pp. 58-59 e 236-238.

A despeito de, em Portugal, as expressões *pequena indústria* e *grande indústria* se terem vulgarizado, em especial, a partir de 1881 (*Inquérito Industrial*), a distinção entre ambas raramente aparece com clareza. Por isso, atentemos na que se segue: «Oppõe-se correntemente hoje a *grande* à *pequena* industria. A primeira, empregando grandes capitaes, dispondo de mecanismos aperfeiçoados e podendo impulsar para muito longe a divisão do trabalho, é especialmente qualificada para proseguir [*sic*] as grandes empresas modernas. A segunda tem a sua função reduzida á industria manufactora; mas tem ainda uma grande importancia no commercio e sobretudo na agricultura, e não parece que tenda a desaparecer» (Maximiano Lemos (dir.), *Encyclopedia Portugueza Illustrada. Dictionario Universal*, vol. V, p. 790).

(87) Como se sabe os conceitos não constituem um puro reflexo da realidade (François Chazel, *La théorie analytique de la société dans l'oeuvre de Talcott Parsons*, Paris-Haia, 1974, p. 153).

(88) *O Conimbricense*, nº 997, de 13 de Agosto de 1863 (sublinhado nosso).

(89) Desconhecemos a fundamentação de T.S. Ashton, ao atribuir a paternidade da expressão *revolução industrial* a um francês, no século XVIII (Prefácio à obra de P. Mantoux, *La révolution industrielle au XVIIIe siècle*, p. I). A. Bezanson, por seu lado, detectou o uso de «Grande Révolution Industrielle», em 1827, e de «révolution industrielle», em 1829 (Anna Bezanson, *The Early Use of the Term Industrial Revolution*, in «The Quarterly Journal of Economics», vol. XXXVI, 1922, pp. 343-344). Todavia, o maior número de autores ainda se inclina para o

sido ultimamente posto em causa (90). Conceito oriundo do vocabulário político, numa altura em que até naquele ramo da história já começa a ser contestado (91), é compreensível que, quando aplicado à história económica, o seja mais veementemente. As críticas feitas à expressão *revolução industrial* incidem fundamentalmente sobre três aspectos: 1) consideração insuficiente dos aspectos cumulativos (92) e demasiada restrição temporal;

economista francês Jérôme Adolphe Blanqui, como tendo sido o introdutor daquela expressão, em 1837 (George Norman Clark, *The Idea of the Industrial Revolution*, 1953, p. 10; F. Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe - XVIIIe siècle*, t. 3, p. 465; R.M. Hartwell, *The Industrial Revolution and Economic Growth*, Londres, 1971, p. 111; P. Mathias, *A primeira nação industrial*, pp. 14-15).

Deve assim corrigir-se a afirmação de alguns historiadores, segundo a qual teria sido o belga Natalis Briavoine quem primeiro usou o conceito de *revolução industrial*, numa obra publicada em 1839 (Jan Dhont e Marinette Bruwier, *The Industrial Revolution in the Low Countries, 1700-1914*, in C.M. Cipolla (ed.), «The Fontana Economic History», vol. 4: «The Emergence of Industrial Societies», parte 1, Londres, 1976, p. 362; Pierre Lebrun *et al.*, *Essai sur la révolution industrielle en Belgique, 1770-1847*, Bruxelas, 1979, pp. 19-20; Claude Fohlen, *Qu'est-ce que la révolution industrielle?*, Paris, 1971, pp. 18-19). Este último autor, na sua aliás excelente exposição sobre o assunto («*Le cheminement d'une expression*», *op. cit.*, cap. I), escreveu: «... il manquait encore à Blanqui d'avoir accolé l'épithète «industriel» au mot «révolution». Cette conjonction, on la doit vraisemblablement à Natalis Briavoine, dans son ouvrage *De l'industrie en Belgique*, publié en 1839» (cf. Fohlen, *op. cit.*, p. 18). Porém, noutra obra de J.A. Blanqui (*Histoire de l'économie politique*) encontra-se precisamente a expressão em análise: «... *la révolution industrielle* se mit en possession de l'Angleterre» (apud G.N. Clark, *The Idea of the Industrial Revolution*, p. 10) (sublinhado nosso).

(90) Allan Thompson, *The Dynamics of the Industrial Revolution*, Londres, 1975, pp. 26-32; Ralph Andreano (dir.), *La nouvelle histoire économique* (trad. do inglês), Paris, 1977, pp. 103 e 233; Alan S. Milward e S.B. Saul, *The Development of the Economies of Continental Europe, 1850-1914*, Cambridge-Massachusetts, 1977, p. 523; Alexander Gerschenkron, *El atraso económico en su perspectiva histórica* (trad. do inglês), Barcelona, 1968, p. 20.

(91) J. Le Goff (dir.), *La nouvelle histoire*, pp. 334-335.

(92) O conceito de ruptura é expressamente defendido por uma das teses sobre a

2) a tendência para focar essencialmente o período de *descolagem*, ou seja, o de maior aceleração na primeira fase da industrialização, subestimando a importância dos períodos anterior e subsequente; 3) a dificuldade em aplicar a expressão a casos muito diferentes do da Grã-Bretanha como, por exemplo, o da própria França (93).

Tratando-se embora de um conceito operacional, a sua aplicabilidade a realidades diversas torna-o ambíguo. Assim, por vezes define-se *revolução industrial* estritamente do ponto de vista tecnológico e económico, «... as the process by which a society gained control of vast sources of inanimate energy», quando se sabe que o fenómeno tem implicações muito mais vastas, que abrangem igualmente o social, o cultural (94) e o político (95). Por outro lado, torna-se pouco claro aludir apenas a *revolução industrial*, uma vez que, segundo vários autores, não houve uma mas três, desde a

revolução industrial, à qual se opõe a tese «gradualista», mais consentânea com a realidade histórica e, por isso mesmo, com maior número de adeptos (cf. Jonathan Hughes, *Industrialization and Economic History. Theses and Conjectures*, Nova Iorque, 1970, pp. 43-46; R.M. Hartwell, *The Industrial Revolution and Economic Growth*, pp. 167-170).

- (93) Já se admitiu ter-se verificado em França uma revolução industrial desprovida de *take-off* (M. Lévy-Leboyer, *La croissance économique en France au XIX^e siècle. Résultats préliminaires*, in «Annales E.S.C.», 23^o ano, n.º 4, 1968, pp. 788-789). Só que, segundo o modelo rostowiano, este faz parte integrante daquela (ver W.W. Rostow, *Etapas de desenvolvimento económico*, pp. 20-21 e 46-78). Ver ainda J. Marczewski, *The Take-off Hypothesis and French Experience*, in W.W. Rostow (ed.), «The Economics of Take-off into Sustained Growth. Proceedings of a Conference held by the International Economic Association», reimp., Londres, 1964, pp. 119-138; *Y a-t-il eu un «take-off» en France?*, in «Cahiers de l'I.S.E.A.», sup. n.º 111, série AD, n.º 1, Mars 1961, pp. 69-94; Tihomir J. Markovitch, *La révolution industrielle: le cas de la France*, in «Revue d'Histoire Économique et Sociale», n.º 1, 1974, pp. 115-125.
- (94) Ver, entre outros, o sugestivo livro de Francis D. Klingender, *Arte y revolución industrial* (trad. do inglês), ed. revista por Arthur Elton, Madrid, 1983.
- (95) Carlo M. Cipolla (ed.), *The Fontana Economic History*, vol. 3: *The Industrial Revolution and after, 1700-1914*, Londres, 1976, pp. 7-8. Cf. também Phyllis Dean, *A revolução industrial* (trad. do inglês), Rio de Janeiro, 1973, pp. 11-12; P. Mantoux, *op. cit.*, pp. 306 e 353.

segunda metade do século XVIII até à actualidade (96). Pelos motivos apontados, no Colóquio de Lyon (1970), já mencionado, substituiu-se a expressão *revolução industrial* pelo termo neutro de *industrialização*(97), apesar de também se poder considerar aquela como a parte mais activa desta (98).

Assim, que deve entender-se por *industrialização*? Em sentido restrito, *industrialização* significa a instalação das indústrias (99). Em sentido mais lato e pondo a tónica nos factores tecnológico-científicos, W.W.Rostow considera a industrialização como a aplicação sistemática, regular e progressiva da ciência e da tecnologia à produção de bens e serviços (100).

-
- (96) A primeira revolução industrial, que teve início na Grã-Bretanha na segunda metade do século XVIII, ligada à máquina a vapor, à têxtil e ao carvão; a segunda, com inícios na década de 1870, da electricidade, do petróleo e do motor de combustão interna; e a terceira, desde os anos 40 deste século, da energia atómica e da informática (Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, 1977, pp. 117-118; Cl. Fohlen, *op. cit.*, p. 31; Nino Salamone, *Causas sociais da revolução industrial* (trad. do italiano), Lisboa, 1980, pp. 15-16). Carus-Wilson e J.N. Nef, por sua vez, fazem remontar a primeira revolução industrial, respectivamente aos séculos XIII e XVI-XVII, o que é mais susceptível de crítica (cf. Walter Endrei, *L'évolution des techniques du filage et du tissage du moyen âge à la révolution industrielle* (trad. do húngaro), Paris-Haia, 1968, p. 9, nota 1; François Crouzet, *Angleterre et France au XVIIIe siècle. Essai d'analyse comparée de deux croissances économiques*, in «Annales E.S.C.», 21º ano, nº 2, 1966, pp. 255-256 e bibliografia indicada na nota 4).
- (97) F. Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, t. 3, p. 481.
- (98) Jacques Godechot, *L'industrialisation en Europe révolutionnaire*, in P. Léon *et al.* (dir.), «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», p. 359.
- (99) Bernard Rosier, *Structures agricoles et développement économique*, Paris-Haia, 1968, p. 355, nota 20. Escrevemos *indústrias* e não manufacturas (manufactures) — como o autor citado —, por aquele termo se tornar mais adequado a esta fase do desenvolvimento industrial.
- (100) W.W. Rostow, *Industrialization and Economic Growth*, in «Première Conférence Internationale d'Histoire Économique», Paris-Haia, 1960, p. 3. Conceção análoga é expressa por David S. Landes, *Technological Change and Development in Western Europe, 1750-1914*, in H.J. Habakkuk e M. Postan (eds.), «The

Todavia, em virtude das óbvias limitações de qualquer destes significados e das múltiplas correlações deste com outros fenómenos, tende-se actualmente a enquadrar a definição e o conseqüente estudo da industrialização de forma ainda mais ampla, designadamente: a) quanto à totalidade da vida económica (101), podendo assim falar-se também da *industrialização* do sector dos serviços e da própria agricultura (102); b) quanto à totalidade das transformações de índole económico-social e cultural, inserindo-se deste modo o significado de *industrialização* no lato conceito de *modernização* (103). Esta última perspectiva, embora possa levar a incorrer no risco de, por excesso, esvaziar o conceito do seu conteúdo, oferece a vantagem de permitir a análise da indústria de vários ângulos, bem como a de possibilitar a captação, de forma mais completa, de todas as suas interconexões sectoriais.

Face ao exposto e às características do desenvolvimento industrial na área de Coimbra, adoptaremos o seguinte critério: por um lado, usaremos de preferência o termo *industrialização* — dispensando-nos de o adjectivar de *moderna*, por o julgarmos desnecessário (104) —, em vez do de *revolução industrial*; por outro lado, tomaremos aquela no sentido mais restrito já indicado — instalação das indústrias — e no mais lato, procurando ter presentes as diversas transformações operadas no período estudado.

Cambridge Economic History of Europe», vol. VI: «The Industrial Revolution and after: Incomes, Population and Technological Change» (I), Cambridge, 1965, p. 274.

(101) Cf. a definição de J. Hughes, *Industrialization and Economic History*, p. XI.

(102) B. Rosier, *op. cit.*, p. 355, nota 20.

(103) Ver Edward A. Wrigley, *Le processus de modernisation et la révolution industrielle en Angleterre*, in «Annales E.S.C.», 28º ano, nº 2, 1973, pp. 519-540; Neil J. Smelser, *The Modernization of Social Relations*, in Myron Weiner (ed.), «Modernization: The Dynamics of Growth», Cambridge-Massachusetts, 1966, pp. 119-121; P. Lebrun *et al.*, *Essai sur la révolution industrielle en Belgique, 1770-1847*, pp. 705-706 e nota 2.

(104) De opinião diferente é Buchanan, que identifica industrialização com organização industrial e caracteriza a industrialização *moderna* pela sua capacidade para um crescimento aparentemente ilimitado (R.A. Buchanan, *History and Industrial Civilization*, pp. 82-83) (sublinhado nosso).

Sendo a industrialização um dos factores mais marcantes do crescimento económico e do próprio desenvolvimento, abordemos seguidamente estes dois conceitos.

2. Crescimento e desenvolvimento

A despeito de algumas vezes se designar o crescimento moderno pelo termo de *industrialização* — da qual a *urbanização* e a *mecanização* são os dois elementos constitutivos essenciais (105) —, não há uma identificação entre aquelas duas noções. Na realidade, a *industrialização* é apenas um dos fenómenos do processo de *crescimento*, o qual, não obstante a sua relevância, é acompanhado por outros, tais como: a modernização agrícola (106), as transformações demográficas, a urbanização, a formação de capital, o consumo, a poupança e a organização sócio-económica (107).

Das várias definições de crescimento sobressai o elemento *quantitativo e global* da evolução de longo termo (108) — rendimento *per capita* (109) e crescimento duradouro da população (110) —, ainda que, em certos casos, se referenciem também as alterações da estrutura económica. Seguindo esta última orientação, François Perroux salienta: «Por crescimento designamos tão somente o crescimento duradouro duma quantidade característica da dimensão da economia nacional (produto nacional bruto ou líquido) acompanhado de modificações de estrutura da economia considerada (111).

(105) S. Kuznets, *Croissance et structure économiques*, p. 274.

(106) Pierre Léon (dir.), *Histoire économique et sociale du monde*, t. 4: *La domination du capitalisme. 1840-1914* (vol. dir. por Gilbert Garrier), Paris, 1978, p. 102.

(107) S. Kuznets, *op. cit.*, pp. 54, 124 e 138.

(108) Jacques-Henri Jacot, *Croissance économique et fluctuations conjoncturelles. Une présentation critique*, Lyon, 1976, p. 34.

(109) W. Arthur Lewis, *The Theory of Economic Growth*, 12ª ed., Londres, 1978, p. 10.

(110) S. Kuznets, *op. cit.*, p. 29.

(111) F. Perroux, *A economia do século XX*, p. 519, nota 1 e p. 539, nota 2. Perspec-

São em grande número as questões que se podem colocar acerca da teoria do crescimento económico ou, mais simplesmente, do *crecimento* (112). Entre várias outras, destacamos: a colocação da tónica na produção ou no investimento (113); o papel da ciência e da educação moderna no processo de crescimento (114); o crescimento confluyente ou não confluyente; os pólos de crescimento. Por terem grande interesse para o nosso trabalho, analisemos os últimos dois pontos.

De harmonia com o modelo de crescimento confluyente — equilibrado ou agregativo, segundo R.M. Hartwell —, a alteração de uma variável estratégica, usualmente a poupança, exerce efeitos gerais sobre toda a economia, produzindo um aumento da taxa agregada capital-rendimento, que provocará o aludido crescimento confluyente (115). Além desta confluência, de carácter geral, e de outra ainda mais geral entre a oferta e a procura, pode indicar-se também a confluência entre os diversos sectores económi-

tiva similar é a de Léon Buquet, *Croissance et créations économiques collectives*, in «Économie Appliquée», t. XII, n^{os} 1-2, 1959, p. 132.

- (112) Sobre o *crecimento* ver A.W. Lewis, *Theory of Economic Growth*, cit.; *Growth and Fluctuations. 1870-1913*, Londres, 1978; Jacques-Henri Jacot, *Croissance économique et fluctuations conjoncturelles*, cit.; Myron Weiner (ed.), *Modernization: The Dynamics of Economic Growth*, cit.; S. Kuznets, *Croissance et structure économiques*, cit.; Pierre Vilar, *Croissance économique et analyse historique*, in «Première Conférence Internationale d'Histoire Économique», pp. 35-82; W.W. Rostow, *Industrialization and Economic Growth*, *idem*, pp. 17-34; R.M. Hartwell, *The Industrial Revolution and Economic Growth*, cit.; A. Maizels, *Industrial Growth and World Trade*, Cambridge, 1971; John Hics, *Capital and Growth*, reed., Oxford, 1972; Herbert Giersch, *Uma perspectiva schumpeteriana sobre crescimento, ajustamento estrutural e emprego*, in «Economia», vol. IV, n^o 1, pp. 93-110.
- (113) J.-H. Jacot, *op. cit.*, p. 231 ss..
- (114) Richard A. Easterlin, *Why isn't the Whole World Developed?*, in «The Journal of Economic History», vol. XLI, n^o 1, 1981, pp. 1-19.
- (115) R.M. Hartwell, *The Causes of the Industrial Revolution in England*, reed., Londres-Nova Iorque, 1980, p. 78.

cos, bem como em cada um dos sectores (116). Quanto à indústria, que mais directamente nos interessa, o *crescimento confluyente* pressupõe que ele se verifica nos diversos ramos da indústria, sem que qualquer deles seja privilegiado no respectivo processo de crescimento. Inversamente, o *crescimento não confluyente* tem por base uma diferenciação, por sectores ou por ramos — consoante se trate da economia em geral ou de uma parcela da mesma —, no investimento e/ou na produção, podendo então falar-se, no caso do sector secundário, de *indústria-piloto* — «indústria motriz», «indústria dominante» ou «indústria líder» (117) —, cujo papel, por indução, é considerado de certa importância para o crescimento de outros ramos da indústria ou mesmo de outros sectores da economia.

O conceito de *crescimento não confluyente* parece-nos mais susceptível de ser confirmado pela investigação histórica que o de crescimento confluyente, além de a ele se ligar uma outra noção igualmente operacional, que é a de *pólo de crescimento*. Como escreveu François Perroux, «o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo, manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (118). Conforme a noção exposta, é necessário dedicar especial atenção a regiões — em estudos de âmbito nacional — ou a localidades — nos de âmbito regional — que eventualmente possam ter funcionado como pólos ou pontos de crescimento, analisando-os não só monograficamente mas, em particular, quanto ao papel que porventura tenham desempenhado no crescimento da respectiva nação ou região. Daí que foquemos com par-

(116) Sobre as várias noções de equilíbrio económico ver Charles P. Kindleberger, *Desenvolvimento económico* (trad. do inglês), Lisboa, 1960, pp. 236-254.

(117) As expressões entre « » são preferidas por F. Perroux à de «indústria-chave», devido à relativa neutralidade daquelas (F. Perroux, *A economia do século XX*, pp. 239-240, nota 19).

(118) F. Perroux, *ibidem*, p. 164. Sobre o conceito de *pólo de crescimento* ver todo o cap. II (pp. 163-167) da obra citada deste autor e ainda: J. Paelinck, *Possibilisme et pôles de croissance. Phénomènes de prestige et de propagation dans le cadre de l'industrialisation néerlandaise*, in «Économie Appliquée», t. XII, n.ºs 1-2, 1959, pp. 167-204; C.P. Kindleberger, *op. cit.*, pp. 255-258; Paul Bairoch, *Tailles des villes, conditions de vie et développement économique*, Paris, 1977, pp. 257-258.

ticular acuidade, como já referimos (119), Coimbra e Figueira da Foz, Soure, Lousã, Góis, Serpins e Pampilhosa do Botão. Sublinhe-se, contudo, que estes centros populacionais terão sido mais pólos de desenvolvimento que pólos de crescimento, pelo que passamos a considerar a noção de *desenvolvimento*.

A constatação de diferentes ritmos no processo histórico das várias regiões do globo tem contribuído para o progresso dos estudos sobre o *desenvolvimento económico* — também designado apenas por *desenvolvimento* —, especialmente após a II Guerra Mundial (120). Recorrendo de novo a uma elucidativa definição de F. Perroux, «o desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem mental e social de uma população que lhe possibilitem o aumento cumulativo e duradouro do seu produto global» (121).

Comparando a noção de desenvolvimento com a de crescimento, já analisada, verifica-se imediatamente a grande diferença que as distingue, apesar de, por vezes, serem usadas indistintamente (122). O conceito de *desenvolvimento* é mais amplo, pois engloba não só o económico — logo, o próprio crescimento —, como o mental e o institucional. Pode dizer-se, até, que todas as transformações registadas nas diversas estruturas económico-sociais, culturais e mentais, no sentido da modernização, caem sob a alçada do conceito de desenvolvimento (123).

(119) Cf. *supra*, p. 10.

(120) Celso Furtado, *Développement-sous-développement. Le cadre conceptuel dans une perspective historique*, in «Culture, Science et développement. Contribution à une histoire de l'homme. Mélanges en l'honneur de Charles Morazé», Toulouse, 1979, p. 485.

(121) F. Perroux, *A economia do século XX*, p. 179.

(122) Cf. F. Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, t. 3: *Le temps du monde*, pp. 258-259; W.A. Lewis, *The Theory of Economic Growth*, p. 10.

(123) Sobre a distinção entre crescimento e desenvolvimento ver Celso Furtado, *Teoria e política do desenvolvimento económico*, 2ª ed., Lisboa, 1976, pp. 139-140; Pierre Chaunu, *Croissance et développement (?) A propos d'une*

Não proliferam os estudos sobre a teoria do desenvolvimento, em cujo domínio se torna urgente prosseguir a investigação. Porém, dos contributos de que já dispomos, é possível tirar algumas ilações com interesse para os estudos a empreender. Em primeiro lugar, saliente-se o facto de uma teoria geral do desenvolvimento ser inconcebível, como defende convincentemente J. Ackerman (124). Resta assim, segundo este autor, a construção de uma teoria específica — ou melhor, em nossa opinião, *teorias específicas*—, de acordo com os condicionalismos peculiares do contexto em estudo. Na elaboração das mencionadas teorias deverá atender-se aos seguintes aspectos: 1) análise causal do meio, com base em estudos empíricos; 2) alteração das estruturas; 3) manutenção da pesquisa dentro do quadro institucional presente (125). Em segundo lugar, é de referir o redobrado interesse pelas investigações empíricas sobre áreas limitadas. Por último, há que estudar mais desenvolvidamente a função dos *factores não-económicos* no processo de desenvolvimento, como a educação, a ciência, as mentalidades e a própria religião (126).

véritable histoire économique de l'Amérique latine aux XIXe et XXe siècles, in «Revue Historique», n.º 496, Outubro-Dezembro 1970, pp. 359-360; G.R. Hawke, *Economics for Historians*, Cambridge, 1980, p. 157; Jacques Robin, *Do crescimento económico ao desenvolvimento humano* (trad. do francês), Lisboa, 1977, pp. 73-74; Alfredo Marques, *Crescimento-Desenvolvimento*, Coimbra, 1981, pp. 9-17 (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Comunicações, 2, policopiado).

(124) J. Akerman, *Une théorie générale du développement économique est-elle concevable?*, in «Économie Appliquée», t. XII, n.ºs 1-2, 1959, pp. 235-252.

(125) Idem, *idem*, p. 251.

(126) Ver Thomas C. Cochran, *An Historical Approach to Economic Development*, in «Première Conférence Internationale d'Histoire Économique», pp. 9-16; C. Furtado, *Teoria política do desenvolvimento económico*, p. 13; *Croissance/Développement*, in Jacques le Golf *et al.* (dir.), «La nouvelle histoire», pp. 94-97; Vitorino Magalhães Godinho, *Les finalités culturelles du développement*, in «Revista de História Económica e Social», 8, Julho-Dezembro 1981, pp. 1-10. No que respeita à religião ver, por exemplo, as obras já clássicas de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (trad. do alemão), Lisboa, 1983, e R.H. Tawney, *La religión en el orto del capitalismo (Religion and the Rise of Capitalism)* (trad. do inglês), Madrid, 1936.

Embora tendo como pano de fundo esta problemática, dado o carácter limitado deste estudo, daremos especial relevo à instalação e ao desenvolvimento das principais indústrias-piloto, nomeadamente a têxtil (de lanifícios, algodoeira e de malhas), cerâmica, do papel e alimentares, em particular a moagem. Vejamos entretanto, de forma mais sistemática, a orientação metodológica a seguir.

METODOLOGIA, PLANO E HIPÓTESES DE TRABALHO

1. Metodologia

Temos vindo a aludir, não sistematicamente, a alguns aspectos da metodologia (127). Sintetizando o que escrevemos, toma-se evidente ser nosso objectivo estudar a industrialização na área de Coimbra, numa perspectiva mais geral do desenvolvimento, desde a década de 60 do século passado aos anos 20 do nosso século. Como se infere do que temos exposto, usaremos um *questionário geral*, mas adoptando um *tratamento monográfico*. Por esse motivo, aqui só faremos ligeiras referências a mais três assuntos, a saber: teoria, método propriamente dito e hipótese.

A *teorização* em história tem registado extraordinários progressos desde finais do século XIX e, muito particularmente, a partir de 1929, data da fundação — por Lucien Febvre e Marc Bloch — da chamada «Escola dos Annales» (128). A história económica e social, a *histoire sériel-*

(127) Por *metodologia* pode entender-se o estudo dos métodos ou os próprios métodos. Usamos o termo nesta última acepção, isto é, como «a body of methods, procedures, working concepts, rules, and postulates employed by a science, art, or discipline» (Peter D. McClelland, *Causal Explanation and Model Building in History, Economics, and the New Economic History*, Ítaca-Londres, 1975, p. 17, nota 1).

(128) Cujas vitalidade se mantém — pese embora uma ou outra crítica que lhe tem sido dirigida —, como é atestado pela publicação da importante e sugestiva revista dos *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Para um balanço geral do que tem sido esta publicação ver *Les Annales, 1929-1979*, in «Annales E.S.C.», 34º ano, nº 6, 1979, pp. 1344-1376. Uma atitude mais crítica — onde aos muitos

le (129), a história nova (130) e a *new economic history* (131) são, afinal, marcos assinaláveis desse processo secular.

Entre a diversidade de métodos e critérios dos defensores das aludidas correntes historiográficas, é possível detectarem-se algumas tendências comuns, das quais salientamos: a) certa relevância dada à construção histórica alicerçada na teoria; b) o recurso a princípios, conhecimentos e métodos de ciências afins, que vão, consoante as preferências, da economia e geografia (132) à sociologia, psicologia, antropologia, demografia e linguística; c) o uso mais frequente de modelos, paradigmas ou, pelo menos, de hipóteses, prévia e inequivocamente explicitadas.

Com este último tópico está relacionada a alternativa *generalizante/do concreto*, também designada por alguns autores *dedução/indução*. Aquela, de uma posição relativamente secundária na história tradicional, passou a ocupar um lugar de destaque nas concepções historiográficas mais recentes, chegando mesmo Karl Popper a negar a existência desta (133). Em

aspectos reconhecidamente positivos se acrescentam algumas objecções — pode ver-se em Robert Forster, *Achievements of the Annales School*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVIII, nº 1, 1978, pp. 58-76; Michel Morineau, *Allergico Cantabile*, in «Annales E.S.C.», 36º ano, nº 4, 1981, pp. 623-649; Josep Fontana i Lázaro, *Ascensão e decadência da Escola dos «Annales»*, in «Histórias & Ideias», vol. I, nº 3/4, 1979, pp. 65-79.

(129) Ver Pierre Chaunu, *Histoire quantitative, histoire sérielle*, «Cahiers des Annales», 37, Paris, 1978.

(130) Jacques le Goff *et al.* (dir.), *La nouvelle histoire*, cit..

(131) Maurice Lévy-Leboyer, *La «New Economic History»*, in «Annales E.S.C.», 24º ano, nº 5, 1969, pp. 1035-1069; Ralph Andreano (dir.), *La nouvelle histoire économique*, cit.; Patrick O'Brien, *In Praise of New Economic History*, in «Economia», vol. VI, nº 1, 1982, pp. 1-27.

(132) Sobre a análise histórico-geográfica, ver Lucien Febvre, *La terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'Histoire*, 3ª ed., Paris, 1949, em especial a parte II («Cadres naturels et sociétés humaines»), pp. 107-202; Vitorino Magalhães Godinho, *Complexo histórico-geográfico*, in «Dicionário de História de Portugal», dir. por Joel Serrão, vol. I, Lisboa, 1963, pp. 644-649.

(133) Karl Popper, *Misère de l'historicisme* (trad. do inglês), Paris, 1956, pp. 121 e 132; Ernest Coumet, *Karl Popper et l'histoire des sciences*, in «Annales E.S.C.», 30º ano, nº 5, 1975, pp. 1106-1107.

nosso entender, quer a perspectiva generalizante quer a perspectiva do concreto desempenham o seu papel na investigação histórica, sendo de recusar o uso exclusivo de qualquer delas. Como destaca Johan Akerman, «une analyse causale purement déductive contient dans sa question même la réponse anticipée; une analyse causale purement inductive est dépourvue de question et donc de réponse» (134). Na análise do concreto predomina o *facto*, enquanto na óptica generalizante prevalece a *teoria*. Como recorda pertinentemente J.R.T. Hughes, «c'est en mariant le fait et la théorie qu'on arrive à l'intelligence des phénomènes» (135). De acordo com o exposto, adoptaremos um critério *empírico-normativo* (136).

Quanto ao *método*, qual adoptar? A fim de melhor compreendermos o tema em análise, com as suas analogias e diferenças em relação aos seus congéneres doutros quadrantes, valer-nos-emos particularmente do *método comparativo* (137) e *monográfico*. Para tal, socorrer-nos-emos do número relativamente limitado de estudos portugueses sobre o assunto (138) e, mais especialmente, das obras relativas ao contexto britânico — como *prefácio* da industrialização no mundo inteiro (139) —, francês, belga, espanhol, italiano e, mais limitadamente, japonês (140). Porém, o *modelo francês*, devido às suas peculiaridades — ritmo relativamente lento

(134) Citado por Pierre Vilar, *Croissance économique et analyse historique*, in «Première Conférence Internationale d'Histoire Économique», p. 42.

(135) J.R.T. Hughes, *Le fait et la théorie en histoire économique*, in R. Andreano (dir.), «La nouvelle histoire économique», p. 159.

(136) É o que preconiza igualmente Ciro F.S. Cardoso, *Introducción al trabajo de la investigación histórica*, Barcelona, 1981, pp. 102-103.

(137) Sobre as vantagens do método comparativo ver F.S. Cardoso, *op. cit.*, pp. 128-129; Peter Burke, *Sociology and History*, Londres, 1980, p. 33; Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire, suivi de Foucault révolutionne l'histoire*, Paris, 1971 e 1978, pp. 84-87.

(138) A alguns dos quais já tivemos o ensejo de aludir (cf. *supra*, pp. 3-4, notas 9-16).

(139) P. Mantoux, *La révolution industrielle au XVIIIe siècle*, p. 22.

(140) Ao que somos obrigados pela carência de estudos acessíveis, apesar do grande interesse e características da industrialização nipónica.

da industrialização, persistência do artesanato e da pequena indústria (141), fraco dinamismo do sector bancário (142), etc. —, à influência francesa em Portugal (143) e aos estudos já publicados sobre esta temática, merecerá atenção mais detalhada.

Finalmente, consideremos a questão da *hipótese*. Desde há muito que a importância da formulação de hipóteses é, implícita ou explicitamente, reconhecida, o que continua a suceder. Sobre a função da hipótese, afirmou G. Lefebvre: «elle sert de fil conducteur pour organiser des recherches comme dans les sciences expérimentales, en physique ou en chimie» (144). Pode até acrescentar-se que aquela função tem sido ultimamente reforçada, como se comprova pelos seguintes procedimentos: 1) formulação de maior número de hipóteses por tema; 2) mais cuidada explicitação das hipóteses formuladas (145); 3) maior peso da informação teórica na elaboração das hipóteses, embora partindo geralmente da realidade a que se reportam (146).

(141) Cf. Tihomir J. Markovitch, *Histoire des industries françaises. I: Les industries lainières de Colbert à la Révolution*, Genebra, 1976, pp. 10-11.

(142) Rondo Cameron *et al.*, *La banca en las primeras etapas de la industrialización. Un estudio de historia económica comparada* (trad. do inglês), Madrid, 1974, pp. 117-145 e, em especial, pp. 118, 128, 131 e 144.

(143) A dita influência, no domínio cultural como em diversos outros, é bem conhecida. Relativamente aos caminhos-de-ferro, à dívida pública e finanças, por exemplo, ver Rondo E. Cameron, *Francia y el desarrollo económico de Europa. 1800-1914. Conquistas de la paz y semillas de guerra* (trad. do inglês), Madrid, 1971, pp. 290-294, 370-371 e 375,-376, respectivamente.

(144) Georges Lefebvre, *La naissance de l'historiographie moderne*, Paris, 1971, p. 298.

(145) Processo que convém seja desenvolvido: «El avance científico de la historia — afirma Ciro Cardoso — exige que hipóteses, explicaciones y generalizaciones se expliciten» (C.F.S. Cardoso, *Introducción al trabajo de investigación histórica*, p. 152).

(146) G. Lefebvre, *op. cit.*, p. 244. Ver também Henri Poincaré, *Ciência e hipótese*, (trad. do francês), Alfragide (Damaia), 1969, em especial pp. 165-168.

Um bom exemplo desta nova orientação poderá ver-se na importante obra sobre a industrialização belga, da autoria de Pierre Lebrun e outros, intitulada *Essai sur la révolution industrielle en Belgique, 1770-1847* (147). Os autores formulam explicitamente seis hipóteses de trabalho (148) — que procuram testar ao desenvolver o tema —, às quais voltam nas conclusões gerais (149), a fim de aquilatarem da adequação daquelas à investigação realizada e, bem assim, para darem uma explicação global do fenómeno estudado (150). Como se verificará posteriormente, a orientação indicada inspirou-nos do ponto de vista metodológico, embora o modelo explicativo que seguimos seja obviamente diferente do daqueles autores, como muito diferentes são as duas realidades estudadas.

Para terminar esta introdução, indiquemos o plano a seguir e as hipóteses de trabalho que, de harmonia com o mencionado anteriormente, nos servirão de guia.

2. Plano e hipóteses de trabalho

No capítulo I focamos a pré-indústria face à concorrência. Admitimos como hipótese:

A. As actividades pré-industriais, em grande parte eliminadas pela indústria fabril, resistiram em alguns casos mais tempo graças à congregação de esforços, através da constituição de sociedades.

No capítulo II tratamos da indústria extractiva, partindo da seguinte hipótese:

(147) Bruxelas, 1979. Trata-se do primeiro tomo publicado (embora com a numeração II, 1) de uma série de dez, sob o título genérico de *Histoire quantitative et développement de la Belgique*. Entretanto foi dado à estampa mais um tomo: Anne Van Neck, *Les débuts de la machine à vapeur dans l'industrie belge, 1800-1850*, Bruxelas, 1979.

(148) P. Lebrun *et al.*, *op. cit.*, pp. 21-74.

(149) Idem, *idem*, pp. 581-714.

(150) Sobre a formulação de hipóteses preliminares ver também Sidney Pollard, *Peaceful Conquest. The Industrialization of Europe, 1760-1970*, pp. 32-41.

B. A debilidade da indústria extractiva, devida sobretudo a factores tecnológicos e de gestão, constituiu um dos obstáculos que os agentes da industrialização tiveram que enfrentar.

O dealbar da indústria fabril é objecto de estudo no capítulo III. Formulamos esta hipótese:

C. As indústrias da área focada produziram essencialmente bens de consumo, destinados na sua maior parte a abastecer o mercado regional. A reduzida elasticidade deste e as limitadas capacidades de muitas empresas ajudaram a marcar o ritmo — lento e tardio — do desenvolvimento industrial.

O capítulo IV é dedicado à geografia industrial e aos ritmos da industrialização. Consideramos a hipótese seguinte:

D. A distribuição da indústria pela área de Coimbra, inicialmente muito condicionada pelos recursos naturais, viria depois a depender mais das vias de comunicação e do mercado. O papel destes factores tornou-se decisivo após o primeiro conflito mundial, contribuindo fortemente para o surto industrial do pós-guerra.

Empresas e financiamento são objecto de análise no capítulo V. Como hipótese admitimos:

E. A persistência da sociedade familiar e em nome colectivo e do auto-financiamento se, por um lado, bloqueou relativamente a industrialização, por outro permitiu que determinadas famílias e empresas se mantivessem por muito tempo ligadas aos mesmos ramos.

CAPÍTULO I

PRÉ-INDÚSTRIA E CONCORRÊNCIA

O desenvolvimento industrial é frequentemente analisado em função da indústria fabril, devido ao deslumbramento que cerca os grandes empreendimentos (1). Contudo, seguindo este critério, corre-se o risco de se subestimar a realidade em estudo, por não se atentar em formas da indústria vulgarmente ausentes das estatísticas — como a indústria doméstica, o artesanato e mesmo a pequena indústria —, mas cuja importância socioeconómica tem sido considerável. Esta tendência, verificável nos inquéritos industriais contemporâneos (2), já é bem nítida, em Portugal, no *Inquérito industrial de 1881*, como se pode constatar comparando a insuficiência dos elementos que fornece sobre alguns ramos da indústria, no distrito de Coimbra — cerâmica, curtumes e moagem (3) —, com as informações dadas, duas décadas mais cedo, por Francisco Teixeira da

(1) Cf. Eugene Staley e Richard Morse, *Industrialização e desenvolvimento. A pequena indústria moderna para países em desenvolvimento* (trad. do inglês), São Paulo, 1971, p. 293.

(2) E. Staley e R. Morse, *op. cit.*, p. 48; E.L. Jones, *Agriculture and the Industrial Revolution*, Oxford, 1974, p. 131.

(3) *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, II parte: *Visita às fábricas*, livro III, Lisboa, 1881, pp. 227, 237 e 240. Sobre este inquérito ver Luísa Vieira da Silva e João Carlos Garcia, *O Inquérito industrial de 1881. Nota sobre um centenário*, in «Finisterra», vol. XVI, nº 32, 1981, pp. 318-328.

Silva, nas suas importantes *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra* (4). Critério análogo ao do inquérito industrial citado viria a ser posteriormente seguido em diversas circunstâncias como, por exemplo, no relatório sobre a indústria na 2.ª Circunscrição Industrial (1911), onde se lê: «Além destes dados estatísticos constantes do mapa nº 1, para cómputo do pessoal que se emprega nas diferentes indústrias desta Circunscrição, teríamos a considerar as *indústrias meramente caseiras* com as quais oficialmente nada temos que vêr, visto não estarem subordinadas á nossa fiscalisação, pelo facto de *não terem motores inanimados* e serem exercidas exclusivamente *pelos membros das famílias* que nelas se ocupam *em suas próprias casas*» (5).

Além da escassez de elementos, também a diversidade de critérios, aplicados ao estudo das pequenas unidades, traz dificuldades à investigação. O local onde a actividade é exercida (domicílio, oficina ou fábrica), o equipamento tecnológico (ausência ou utilização de máquinas) e o quantitativo da mão-de-obra são factores a ter em conta na definição dos aludidos critérios. O próprio desenvolvimento industrial pode igualmente intervir. Assim, se em países com elevado grau de industrialização é lícito englobar na pequena indústria as unidades onde laboram até 100 operários, noutros, menos desenvolvidos industrialmente, o limite pode ser bastante inferior (6).

(4) Lisboa, 1861, pp. 8, 12-18 e 35-38. Trata-se do apuramento efectuado no âmbito do inquérito industrial de 1860, que ficou incompleto. Foram publicados outros trabalhos relativos aos distritos de Aveiro, Leiria e Funchal e, no que respeita aos lanifícios, a outros distritos (*Anuario estatístico de Portugal, 1884*, Lisboa, 1886, p. XL; *O Inquérito industrial de 1957-1959 (Volume geral)*, Lisboa, s.d., p. VI; Francisco Pereira de Moura *et. al.*, *Estudo sobre a indústria portuguesa. II Congresso da Indústria Portuguesa (1957)*, Lisboa, s.d., pp. 16-17).

(5) Gregório Pinto Júnior, *Relatório dos Serviços da 2.ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria em 1921*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 79, 1912, p. 3 (sublinhados nossos).

(6) E. Staley e R. Morse, *op. cit.*, pp. 29-31. Todavia, em qualquer dos casos, nem sempre há unanimidade acerca dos critérios a seguir. Por exemplo, a estatística industrial alemã ainda pelos finais dos anos 20 classificava de pequenas, médias e grandes explorações as que empregavam, respectivamente, até 5, de 6 a 50 e mais de 50 pessoas (Werner Sombart, *La industria* (trad. do alemão), Barcelona-Buenos Aires, 1931, pp. 28-29).

Quanto ao presente estudo, atendendo às peculiaridades da industrialização na área e período tratados, parece-nos razoável distribuir por grupos de *pequena, média e grande indústria* as unidades cujo pessoal trabalhador estava compreendido entre 1 e 5, 6 e 20 e acima de 20 elementos.

Na sua evolução histórica a transformação das matérias-primas passou pelas seguintes fases: doméstica, artesanal, manufactureira e industrial (7). A distinção entre estas fases nem sempre é nítida (8), como também não há uma separação rigorosa entre a actividade industrial e outros domínios económicos, principalmente a agricultura (9) e o comércio (10), em especial nos casos do artesanato e da manufactura. A própria sucessão no tempo — que se processa genericamente em períodos de longa duração — não é rígida, dado que por vezes se verifica uma certa coincidência espaço-temporal. É o que sucede na área de Coimbra no período em análise, onde ao artesanato e à manufactura, praticamente exclusivos nas décadas de 1860-1880, se vai paulatinamente juntando a indústria, agravando frequentemente a situação, já bastante precária, daquelas formas de actividade pré-industriais, características e simultaneamente vestígios do Antigo Regime económico.

O *artesanato*, enquanto actividade industrial (11), apresenta-se sob as seguintes modalidades: a) a «indústria» doméstica, concorrente do trabalho agrícola, mas só destinada a satisfazer as necessidades familiares; b) a «indústria» artesanal propriamente dita, rural ou urbana, concorrente das

(7) Cf. Giorgio Mori, *Il tempo della protoindustrializzazione*, in Giorgio Mori (ed.), «L'industrializzazione in Italia (1861-1900)», Bolonha, 1977, p. 22.

(8) Maurice Daumas, *L'archéologie industrielle en France*, Paris, 1980, p. 430.

(9) Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, t. 2: *Les jeux de l'échange*, Paris, 1979, pp. 265-266.

(10) Adriano Augusto da Silva Monteiro, *Plano do inquérito geral económico*, 2ª parte: *Plano de inquérito geral industrial*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 132, 1928, p. 7; John Hicks, *Une théorie de l'histoire économique* (trad. do inglês), Paris, 1973, pp. 37-38.

(11) André Nouschi, *Initiation aux sciences historiques*, Paris, 1967, pp. 71-73.

actividades industriais, cujos artigos se destinam ao mercado local ou regional; c) artesãos a trabalhar para uma fábrica ou um indivíduo como, por exemplo, na têxtil (12). Esta última modalidade é frequentemente designada pelas expressões de *Putting-out System*, *Domestic System* ou *Verlagssystem* (13). A despeito de se tornar difícil a sua tradução — o que tem levado alguns autores a evitá-la (14) —, adoptamos a de *indústria ao domicílio*.

O artesanato, a manufactura — como formas pré-industriais — e a pequena indústria dominavam o panorama industrial da área coimbrã nas últimas décadas de Oitocentos, tanto em relação ao número de estabelecimentos como à respectiva mão-de-obra. Tratava-se de uma produção em pequena escala, destinada fundamentalmente ao mercado local e regional. A esmagadora maioria das actividades dizia respeito a funções do quotidiano — *alimentação, vestuário, calçado e alojamento* —, tendo a fraca con-

(12) H.J. Habakkuk e M. Postan (eds.), *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. VI: *The Industrial Revolution and after: Incomes, Population and Technological Change* (II), Cambridge, 1965, p. 839, nota 1.

(13) Sobre o assunto ver: Peter Kriedte *et al.*, *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism* (trad. do alemão), Cambridge, 1981, pp. 101-107; Edgard Allix, *L'industrie à domicile salariée*, in «Annales des Sciences Politiques», 19º ano, 1904, pp. 469-486; F. Braudel, *op. cit.*, t. 2, pp. 276-280; Hermann Kellenbenz, *Les industries dans l'Europe moderne (1500-1750)*, in P. Léon *et. al.*, «L'industrialisation en Europe au XIX.e siècle», pp. 77-78; Jon S. Cohen, *The Achievements of Economic History: The Marxist School*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVII, nº 1, 1978, p. 52; F. Crouzet, *England and France in the Eighteenth Century: A Comparative Analysis of two Economic Growths*, in R.M. Hartwell, «The Causes of Industrial Revolution in England», reimp., Londres-Nova Iorque, 1980, p. 170; David S. Landes, *L'Europe technicienne. Révolution technique et libre essor industriel en Europe occidentale de 1750 à nos jours* (trad. do inglês), 1975, pp. 167-169).

(14) Hermann Kellenbenz, *Industries rurales en Occident. De la fin du Moyen Age au XVIII.e siècle*, in «Annales E.S.C.», 18º ano, nº 5, 1963, p. 836, nota 3; Jaime Torras Elias, *Organizacion de la industria precapitalista. La industria textil lanera*, in «Ler História», nº 2, 1983, pp. 96-97.

corrência e o tardio desenvolvimento dos meios de transporte contribuído para a sua manutenção, em percentagem considerável, até aos finais do séc. XIX. A continuidade de vários ramos é atestada pelos dados do *Inquérito industrial de 1890*, comparados com os da referida estatística de F. Teixeira da Silva (15). Todavia, a industrialização de outras áreas e as progressivas facilidades entretanto conseguidas no domínio da circulação atrofiaram algumas das actividades da área em estudo, incapazes de resistir à ofensiva concorrencial. Daremos seguidamente alguns exemplos destas, deixando para o ponto seguinte aquelas cuja ameaça de concorrência partiu da própria área focada.

EFEITOS DA CONCORRÊNCIA EXTERNA

1. Refinação de açúcar

No ramo alimentar distinguiam-se as seguintes actividades: panificação, pastelaria, conservaria e refinação de açúcar. Nas primeiras — panificação, pastelaria e conservaria, em especial na de doce e frutas —, a componente mercado, em termos de consumo quase imediato, tinha grande peso, pelo que a concorrência exercida por unidades instaladas fora da área era diminuta. Já quanto ao açúcar, como artigo de mais fácil conservação, assim não sucedia, pelo que a refinação da área se viu progressivamente preterida pela efectuada noutras áreas, em unidades fabris dotadas de moderna tecnologia.

No começo da década de 1860 ainda laboravam na área de Coimbra 6 oficinas de *refinação de açúcar*, 4 das quais no concelho de Coimbra e 2 no da Figueira da Foz (16). Nas décadas imediatas, esta actividade não ultrapassou naquela área a fase pré-industrial, deixando as estatísticas geralmente de se lhe referir. Porém, alguma documentação inédita permite conhecer um pouco da sua evolução no centro urbano de Coimbra, até aos inícios do nosso século.

Em primeiro lugar, sob a designação de «fábrica de refinação de açúcar», vulgarmente usada, encontrava-se regra geral uma oficina, com rudi-

(15) *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, 1861.

(16) F.T. da Silva, *op. cit.*, p. 8.

mentar equipamento tecnológico e onde o trabalho era usualmente manual (17). Entre outros, atente-se nos seguintes exemplos: a) a expressão «fabrica de ariação d'assucar», empregue em 1860 (18); b) a descrição do processo de refinação: que «se destina a clarificar ou refinar o assucar em rama por meio da sua liquefação em tachos de cobre» (19); c) uma descrição ainda mais elucidativa: «... desejando estabelecer uma fabrica para refinação de assucar, movida a braço pelo processo ordinario de derreter em taxos de cobre sobre fornalhas [...], com fogo de carvão de pedra, e arear sobre uma bancada nos mesmos taxos a braços de homens, em um barracão sito em uma caza na Rua das Padeiras, nº 27, freguesia de S. Bartolomeu, d'esta cidade» (20).

Em segundo lugar, o não aperfeiçoamento tecnológico possibilitava a manutenção das oficinas com um investimento mínimo de capital fixo. Assim, o mais natural é que se continuasse a verificar a posse individual das mesmas. Com efeito, de 14 solicitações para instalar «fábricas» de refinação de açúcar (1860-1910), só duas foram efectuadas por sociedades — Correia, Gaito & Canas (21) e Abreu & Piedade (22) —, dedicando-se a primeira igualmente ao comércio de mercearia.

(17) Recorde-se, entretanto, que mesmo em centros mais industrializados, como Lisboa e Porto, a refinação manual ir-se-ia manter em algumas unidades, pois ainda em 1926 ali ocupava respectivamente 100 e 107 homens (Armando Marques Guedes, *Cinco meses no Governo*, Porto, 1926, p. 316).

(18) BAMC, *Requerimentos*, cx. 4, 1859-1860, doc. de 22 de Maio de 1860.

(19) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 19, fl. 3 (1897).

(20) AUC, GC, *idem*, maço 2, processo nº 66, fl. 2 (1902).

(21) AUC, not. António Francisco da Cruz (Coimbra), l.n. nº 62, fls. 79v.-82 (1899). Os livros notariais — a que recorreremos frequentemente ao longo deste trabalho — constituem uma fonte da mais alta importância para os diversos domínios da história. Sobre a sua utilização para a história da indústria ver *Les Actes Notariés. Source de l'Histoire Social XVIe-XIXe siècles. Actes du Colloque de Strasbourg (mars 1978)*, réunis par Bernard Vogler, Strasbourg, 1979, pp. 41, 82, 84, 108-109, 205-230 e 328; Jean-Paul Poisson, *De quelques nouvelles utilisations des sources notariales en histoire économique (XVIIe-XXe siècle)*, in «Revue Historique», nº 505, janvier-mars 1973, pp. 12-13.

(22) AUC, not. Eduardo Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 103, fls. 36v.-37v.. Esta socie-

Em terceiro e último lugar, as ditas oficinas situavam-se na *Baixa* coimbrã (23), naquela que foi a primeira zona industrial da cidade, suscitando a certa altura alguns protestos das populações circunvizinhas, contra os malefícios poluidores da referida actividade (24).

Não se efectuou, contudo, a reconversão deste ramo, para o que teria sido necessária a instalação de fábricas em locais mais adequados, as quais substituiriam as tradicionais oficinas encravadas no centro urbano, em instalações desprovidas dos devidos requisitos. Não era diferente a situação nas restantes zonas do distrito de Coimbra, cujos estabelecimentos de refinação de açúcar, como de alguns outros ramos, eram considerados (1916) *de menor importância* (25).

dade, constituída em 29 de Julho de 1902 (*ibidem*), viria a ser dissolvida logo em 19 de Maio de 1903 (AUC, *idem*, l.n. nº 107, fls. 55-56).

- (23) Nos seguintes locais: Arco de Almedina, (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 42), Rua do Poço (AUC, *ibidem*, processo nº 19), Rua da Nogueira (AUC, *ibidem*, processo nºs 65 e 80), Rua das Padeiras (AUC, *ibidem*, processo nºs 67 e 78), Rua Direita (AUC, *ibidem*, processo nºs 69 e 83), Rua da Madalena (AUC, *ibidem*, processo nº 74), Beco das Canivetas (AUC, not. António Francisco da Cruz (Coimbra), l.n. nº 62, fls. 79v.-82) e Arco do Cego (AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 16, fls. 43-44). Sobre estes topónimos ver José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, ts. I e II, Coimbra, 1960-1964.
- (24) Sete indivíduos, residentes na Rua Ferreira Borges, reclamaram (1899) contra a licença à conceder a Albino Fernandes para o funcionamento da sua «fábrica», ao Arco de Almedina, nºs 10 e 12, devido ao muito fumo e mau cheiro (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 42, fl. 9). Reclamação idêntica foi feita (1903) por cinco indivíduos, residentes na Rua Direita, contra a permissão a José Júlio Gonçalves para instalar na dita Rua, nºs 112 e 114, um estabelecimento do mencionado ramo de refinação de açúcar (AUC, GC, *idem*, maço 2, processo nº 69, fls. 8-8v.).
- (25) «Todos os outros estabelecimentos registados [além dos da têxtil, moagem, papel, serração de madeira, metalurgia e calçado], como chapelarias, *refinações de açúcar*, curtimentas, fábricas de sabão, lacre, balões venesianos, etc., são de menor importância» (José Henrique de Azeredo Perdigão, *A indústria em Portugal (Notas para um inquérito)*, in «Arquivos da Universidade de Lisboa», vol. III, 1916, p. 53) (sublinhados nossos).

2. Cordoaria

Também a cordoaria, diferentemente dos restantes ramos têxteis — que oportunamente abordaremos —, foi sufocada na área de Coimbra pela concorrência de unidades sediadas fora daquela. Paralelamente ao seu esgotamento em localidades onde desde longa data era exercida — Coimbra e Buarcos —, assiste-se a um certo ressurgimento com a sua deslocação para uma aldeia da freguesia de Ceira — Cabouco —, concelho de Coimbra, o que somente terá permitido adiar um pouco a sua total extinção. Analisemos, mais em pormenor, este processo.

A *cordoaria* empregava, como principal matéria-prima, o cânhamo — também indevidamente designado linho cânhamo (26) — e tivera como centro mais importante, na área de Coimbra, a *Feitoria dos linhos cânhamos* desta cidade, localizada no Rossio de Santa Clara (27) e fundada nos inícios do segundo quartel do século XVII (28). Após mais de uma centúria de actividade, deixou de trabalhar, entre 1732 e 1771 (29). Desse período pouco mais ficou que a tradição e o próprio edifício (30)— que chegou até aos

(26) Celestino Graça, *A cultura do cânhamo*, Lisboa, s.d., p. 12.

(27) Embora aquele não fosse exclusivo, por terem continuado a laborar na cidade alguns cordoeiros dispersos, como já acontecera antes (1573) (J.M. Teixeira de Carvalho, *Taxas dos ofícios mecânicos na cidade de Coimbra no ano de MDLXXIII*, Coimbra, 1922, p. 47).

(28) António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. I, Coimbra, 1971, p. 340. Segundo Pinto Loureiro, o respectivo regimento data de 7 de Outubro de 1626 (Fernando Pinto Loureiro, *Documentos para a história económica da região de Coimbra*, in «Arquivo Coimbrão», vol. IX, 1946, pp. 326-327). Acerca da dita *Feitoria* ver ainda João Correia Aires de Campos, *Índices e sumários dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, fasc. III, Coimbra, 1872, pp. 210-211; Sousa Viterbo, *Artes industriais e industrias portuguesas. Industrias têxteis e congêneres*, in «O Instituto», vol. 51, 1904, pp. 507-508.

(29) J.C. Aires de Campos, *op. cit.*, p. 211.

(30) Ao qual já tivemos o ensejo de aludir (J.M. Amado Mendes, *Subsídios para a Arqueologia Industrial de Coimbra*, Coimbra, 1983, p. 13).

nossos dias —, entretanto utilizado como armazém, em virtude do que passou a ser conhecido por *Feitoria* ou *Armazém do Guimarães* (31). A actividade da Feitoria, estreitamente ligada à cultura do cânhamo nos campos do Mondego, não resistiria à decadência desta, já notória no final de Oitocentos (32). Tratou-se, afinal, de destino análogo ao que tiveram a cultura do cânhamo no Vale da Vilarça e a respectiva Feitoria de Moncorvo (33).

No período que mais directamente nos interessa, a cordoaria tornar-se-ia cada vez mais rara em Coimbra, como se deduz da sua modestíssima representação nas exposições industriais desta cidade (1869 e 1884), constituída apenas por uma expositora e um expositor (34), respectivamente. Mesmo este terá entretanto deixado de se dedicar à cordoaria, sendo em 1888 já somente referenciado como esparteiro — e não como esparteiro, cordoeiro e esteireiro (1883) —, não incluindo cordas nos artigos que, naquele ano, remeteu para a exposição de Lisboa (35). Igualmente na Figueira da Foz, onde a cordoaria se desenvolvera bastante no passado, encontrava-se quase extinta nos começos do século XX, pois já só era exercida, em pequena escala, na povoação de Buarcos (36).

(31) AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 188-A, fls. 97v.-99v. (1920); not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 202, *in fine*, doc. nº 27, de 24 de Novembro de 1922. A designação de *Armazém do Guimarães* derivou certamente do apelido de um dos seus arrendatários, José Lopes Guimarães ou algum dos respectivos sucessores (BAMC, *Vereações*, 90º, 1868-1870, fl. 95).

(32) Manoel Dias Baptista, *Ensaio de huma descripção fizica e economica de Coimbra e seus arredores*, in «Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. I, Lisboa, 1789, p. 280. Sobre a cultura do linho e do cânhamo na zona, na Idade Média, ver Robert Durand, *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage au XII.e et XIII.e siècles*, Paris, 1982, pp. 185-186 e, particularmente, Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 181-188.

(33) Cf. J.M. Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, 1981, pp. 77 e 90.

(34) *Exposição districtal da industria agricola e fabril..., 1869*, p. 153; *O Conimbricense*, nº 3784, de 21 de Novembro de 1883.

(35) *O Conimbricense*, nº 4246, de 5 de Maio de 1888.

(36) Pedro Fernandes Tomás, *Fiação popular no concelho da Figueira*, in «Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha», t. I, nº 4, 1907, pp. 139-140.

Esta actividade continuaria, no entanto, a praticar-se na mencionada povoação do *Cabouco* (concelho de Coimbra) e, inicialmente, noutras circunvizinhas. Assim, em 1869 aparecem inscritos no *Recenseamento político* 5 cordoeiros, residentes no Cabouco, e 4 nas povoações de Boiça, Vendas de Ceira, Lagoas e Coenços, respectivamente 1 em cada uma (37). O seu número efectivo deveria contudo ser mais elevado, devido ao carácter censitário da legislação eleitoral então em vigor (38).

A prática da cordoaria prosseguiu essencialmente no primeiro daqueles lugares (Cabouco), o que motivou a publicação de uma notícia n' *O Conimbricense* (1892), que principia assim: «No logar do Cabouco, freguezia de Ceira, d'este concelho de Coimbra, ha uma industria importante, indicadora do genio trabalhador dos seus habitantes. Fabricam-se alli cordas em grande escala, em que se empregam mais de 30 cordoeiros» (39). Este número, numa aldeia que registava 112 fogos em 1911 (40), era significativo (mais de 1/4 dos agregados familiares estariam ligados a esta actividade), o que prova ter sido a cordoaria uma das principais ocupações deste lugar — obviamente, com a actividade agrícola —, à qual viria a suceder, anos depois, a arboricultura e o respectivo comércio. Inicialmente houve até, em alguns casos, uma simbiose entre as duas, do que dá testemunho uma sociedade constituída em 1918, sob a firma «José Batista de Melo & Ca» (41). Entretanto, o cultivo e o comércio das árvores foram-se intensificando e a cordoaria, de que ainda existiam umas 18 oficinas — chamadas

(37) AUC, *Recenseamento político. 1869*, fls. 18v.-19.

(38) Cf. Marcelo Caetano, *História breve das Constituições portuguesas*, 3ª ed., Lisboa, 1971, pp. 37 e 86-87. Por outro lado, não deve olvidar-se o prestimoso contributo dado a esta actividade pela mão-de-obra feminina e infantil (cf. *Cordoarias*, in D. José de Castro (coord.), «Estudos etnográficos», t. V, I parte: «Indústrias populares», Lisboa, 1945, p. 249).

(39) *O Conimbricense*, nº 4710, de 25 de Outubro de 1892.

(40) *Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, Lisboa, 1916, p. 127.

(41) AUC, nots. Joaquim Gaspar de Matos e José Ferreira Figueiredo dos Santos, l.n. nº 204, fls. 12v.-13v..

carreiros —por 1925 (42), vai sendo progressivamente abandonada, até desaparecer nas décadas de 1950-1960.

Para o seu fim contribuíram diversos factores, designadamente: o desvio de mão-de-obra para novas actividades, como a referida arboricultura e a indústria que, entretanto, se ia desenvolvendo em Coimbra e subúrbios; as crescentes dificuldades na aquisição das matérias-primas (cânhamo e, posteriormente, sisal) que passaram a ser importadas. Mais decisivo que qualquer dos factores mencionados foi contudo a *concorrência da indústria fabril* — entretanto instalada noutras áreas —, a exemplo do que se verificou em numerosas localidades (43). Refira-se, todavia, que a acção da concorrência da indústria fabril de cordoaria, embora «eficaz», foi lenta. Com efeito, opuseram-se-lhe durante certo lapso de tempo: a modalidade da *indústria ao domicílio* — já caracterizada (44) —, segundo a qual seis comerciantes conimbricenses forneciam a matéria-prima a cordoeiros do Cabouco, vendendo posteriormente as cordas nos seus estabelecimentos (1892) (45); a relativa facilidade no escoamento dos artigos de cordoaria, através dos contactos destinados à venda de árvores (por exemplo, nas feiras), do que se encontra um caso exemplar na escritura antes citada (46).

(42) Informação oral devida à gentileza do sr. David Almeida Santos, que também nos forneceu os nomes dos respectivos proprietários.

(43) Jaime Lopes Dias, *Cordas e cordoeiros. Cordoeiros galegos e cordoeiros portugueses*, in «Etnografia da Beira», vol VI: «Lendas e romances, costumes, indústrias rurais, crenças e superstições. Linguagem», Lisboa, 1942, p. 213; Manuel de Freitas Barros, *Das cordas e da arte de as manufacturar na Póvoa de Varzim*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. IV, nº 2, 1965, p. 212.

(44) Cf. *supra*, p. 40 e nota 13.

(45) *O Conimbricense*, nº 4710, de 25 de Outubro de 1892. Este é um dos raros casos documentados de indústria ao domicílio na área estudada, embora, ao que supomos, a sua prática não tenha sido tão escassa como a ausência de informações poderá levar a pensar. Voltaremos ao assunto, ao tratar do fabrico de palitos dos dentes e da têxtil algodoeira.

(46) Cf. *supra*, nota 41.

3. Pirotecnia e pólvora

O exercício da indústria pirotécnica e da pólvora e respectivos armazenamentos foram regulamentados pelo Decreto de 21 de Outubro de 1863 e por diversa legislação posterior (47). Tratando-se de estabelecimentos abrangidos pela classificação de «insalubres, incómodos ou perigosos», para a sua instalação exigiam-se fiscalização e licença prévias. A conservação dos requerimentos (dirigidos ao governador civil, para obtenção da respectiva licença) e processos anexos (48) permitem-nos conhecer alguns aspectos daquela actividade, na área em foco.

Da análise dos dados coligidos (Quadro I) pode concluir-se:

- 1º Tratava-se de uma actividade puramente artesanal, exercida em pequenas oficinas, pese embora a classificação de «fábricas» que frequentemente lhes é atribuída na documentação.
- 2º A concentração dos estabelecimentos processava-se fundamentalmente nos concelhos de Coimbra, Cantanhede e Oliveira do Hospital. Assim, dos 39 indicados, localizavam-se naqueles, respectivamente, 15 (38%), 10 (26%) e 7 (18%), cabendo aos restantes 7 concelhos (Figueira da Foz, Condeixa, Lousã, Penela, Poiares, Soure e Tábua) somente 7 dos ditos estabelecimentos (18%), ou seja, uma unidade por concelho.
- 3º Constata-se, pois, que o maior desenvolvimento da pirotecnia e do fabrico da pólvora teve lugar, *grosso modo*, na última década do século XIX e primeira do século XX (49).

(47) Gaspar Cândido da Graça Corrêa Fino (coord.), *Collecção de legislação industrial*, Lisboa, 1893, pp. 1-33, 36 e 47-55.

(48) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», 2 maços. Em vários processos encontra-se um jornal local — ou recorte do mesmo —, onde foi publicado o respectivo edital (nos termos do nº 2 do artº 6º do Decreto de 21 de Outubro de 1863), o qual constitui mais uma fonte de certo interesse (cf., entre outros, AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processos nºs 34 e 43, dos quais fazem parte recortes, respectivamente de *O Conimbricense*, nº 5412, de 26 de Setembro de 1899, e da *Correspondência de Coimbra*, nº 65, de 26 de Outubro de 1899).

(49) Alguns reflexos do desenvolvimento da indústria dos explosivos, na segunda

QUADRO I
 OFICINAS E DEPÓSITOS DE FOGO DE ARTIFÍCIO E PÓLVORA NA ÁREA DE COIMBRA
 (1887-1923)

LOCALIZAÇÃO		RAMO	ANO DA LICENÇA		EMPRESA	
CONCELHO	POVOAÇÃO		REQUERIMENTO	CONCESSÃO	INDIVIDUAL	SOCIEDADE
Coimbra	Coimbra	Pólvora	1884		1	
"	"	Fogo de artifício	1889	1900	1	
"	"	"	"	1902	1	
"	"	"	"	1903	1	
"	"	"	"	"	1	
"	"	"	"	"	1	
"	"	"	1900	"	1	
"	"	"	1903	1904	1	
"	"	Pólvora	"	1908	1	
"	"	Fogo de artifício	"	"	1	
"	"	"	1904	"	1	
"	"	"	1906	"	1	
"	"	Pólvora e fogo de artifício	1907	"	1	
"	"	Fogo de artifício	"	"		1
"	"	"	1915	"	1	
"	"	"	1923	"		1
Subtotal					13	2
Cantanhede	Penado	Fogo de artifício	1900		1	
"	Póvoas de Blápo	"	1905			1
"	"	"	"			1
"	"	"	1908		1	
"	"	"	1907			1
"	"	"	1911		1	
"	Lameiro	"	1908			1
"	"	"	1915			1
"	Cevadós	"	1907		1	
"	Cantanhede	"	1911		1	
Subtotal					6	4
Oliveira do Hospital	?	Pólvora	1888		4	
"	Vale da Preea	"	"	1902	1	
"	Vale de Medeiros	"	1905		1	
"	Bolça	"	"	1908	1	
Subtotal						7
Soure	Quinta corti-gus à Quinta dos Anjos	Fogo de artifício	1887		1	
Figueira da Foz	Carniçoes	Pólvora	1889	1900	1	
Condeixa Lousã	Paraíso	Fogo de artifício	1904		1	
Tábua	Ponte Velha	"	"		1	
Penela	Oliveirinha	"	1905		1	
Póvoas	Penela	"	1907		1	
"	Riça Silva	"	1913		1	
Subtotal destas 7 concelhos						7
Total geral					33	6
Total de estabelecimentos					39	

FONTES:

AUC, G.C. «Estabelecimentos insalubres, incómodos ou perigosos»: maço 1, processos nºs 12, 34-36, 39, 43, 47 e 51; maço 2, processos nºs 61 e 64 e núcleos referentes aos concelhos de Coimbra, Cantanhede, Condeixa, Lousã, Figueira da Foz, Oliveira do Hospital, Penela, Póvoas, Soure e Tábua; «Alvarás. 1.ª Repetição. 1883-1897», II, 41, nº 18 (1889); BAMC, *Requerimentos. 1903-1908*; AUC, not Jaime Corsi da Encarnação (Coimbra), Ln. nº 41, fts. 78v-81.

metade de Oitocentos, possivelmente também se fizeram sentir na área de Coimbra (cf. J. Mcgrath, *Explosives*, in Charles Singer *et al.* (eds.), «A History of Technology», vol. V: «The Late Nineteenth Century, c 1850 to c 1900», reed., Oxford, 1970, pp. 284-298). Pelo menos a nível do País assim sucedia, como demonstram os vários requerimentos para a obtenção de cópia da memória da patente de invenção de Alfredo Nobel, relativa ao «Aperfeiçoamento introduzido na fabricação da pólvora dynamite» (AHMOP, *DGCI, RCI*, maço não inventariado, docs. de 1872-1876).

Focando mais de perto a actividade considerada nos concelhos de Coimbra, Cantanhede e Oliveira do Hospital, descortinam-se algumas particularidades, além da característica apontada, acerca da concentração de oficinas.

No de Coimbra, era na própria sede concelhia que se situavam os estabelecimentos de fogo de artifício e de pólvora. Contudo, devido ao perigo de explosão e incêndio, inerentes à manufactura e manuseamento de artigos explosivos, restrições e imposições diversas (na segunda metade do século XIX) levaram a um progressivo afastamento daqueles para a periferia coimbrã (50). Dilatava-se assim a área da pirotecnia no sentido norte e nordeste, passando a abranger a cerca do antigo Colégio da Graça (51), a Ladeira de Santa Justa (52), a Rua de Fora de Portas — posteriormente Rua da Figueira da Foz (53)—, a Ladeira da Forca (54) e a zona da Conchada (55).

-
- (50) Logo em 1856, os fogueteiros de Coimbra foram intimados a não trabalharem nem guardarem pólvora nas casas onde habitavam (*O Conimbricense*, nº 231, de 12 de Abril de 1856). Alguns anos depois (1860), a Francisco de Oliveira Canastra e a Domingos Ribeiro foi ordenado que transferissem as suas oficinas do local onde se encontravam para a cerca do extinto Colégio da Graça (BAMC, *Requerimentos*, cx. 4, 1859-1860, doc. de 1860 (?)).
- (51) BAMC, *Acordãos do concelho do distrito 1857-1861*, doc. de Março de 1858; *Requerimentos*, cx. 4, doc. cit. na nota anterior.
- (52) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 43.
- (53) AUC, GC, *idem*, maço 1, processos nºs 34, 36 e 39; maço 2, «Coimbra», doc. de 27 de Maio de 1904; not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 41, fls. 89v.-91.
- (54) AUC, GC; «Estabelecimentos insalubres...», maço 1, processos nºs 35 e 47; maço 2, «Coimbra», doc. de 8 de Julho de 1915.
- (55) AUC, GC, *idem*, maço 2, «Coimbra», docs. de 31 de Março de 1906 e de 5 de Junho de 1913. Um caso invulgar de fabrico e venda de pólvora, fora da zona descrita, verificava-se no Calhabé, freguesia da Sé Nova, onde António Santos, fogueteiro, exercia aquela actividade ilegalmente (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Estabelecimentos com machina a vapor», doc. de 17 de Julho de 1894).

A própria toponímia viria a atestar a presença da actividade pirotécnica em alguns dos locais indicados, nomeadamente na *Azinhaga dos Fogueteiros*, que dava acesso à Ínsua de S. Domingos (56), e no *Bairro dos Fogueteiros*, a nordeste da Rua do Cemitério da Conchada (57).

No concelho de Cantanhede, a pirotecnia era praticada sobretudo em pequenas aldeias ou suas proximidades, de entre as quais se salientava a Póvoa do Bispo, na freguesia de Ourentã, onde havia cinco oficinas (58). A documentação consultada parece sugerir tratar-se de uma actividade relativamente recente no concelho de Cantanhede, pois os requerimentos de licença para a instalação de oficinas datam de 1900 a 1916. Estas poderiam, no entanto, já existir anteriormente (59), mas só terem sido legalizadas nos anos apontados.

Quanto ao concelho de Oliveira do Hospital, contrariamente ao que o número de estabelecimentos pode sugerir, estamos perante uma actividade

(56) *O Tribuno Popular*, nº 1274, de 22 de Abril de 1868.

(57) A organização do referido Bairro, iniciada pela Câmara Municipal no biénio de 1858-1859, não prosseguiu, por falta de meios da parte dos fogueteiros (J. Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, t. I, p. 370; *O Conimbricense*, nº 984, de 4 de Julho de 1863).

(58) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Cantanhede», docs. de 24 de Janeiro e 25 de Outubro de 1905, 17 de Abril e 6 de Novembro de 1906, 18 de Fevereiro de 1907 e 5 de Setembro de 1911. As restantes localizavam-se nos sítios do Penedo, do Lameiro (2) e dos Cavados, respectivamente das freguesias dos Covões, de Cantanhede e da Pocariça (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, processo nº 61 e «Cantanhede», docs. de 22 de Novembro de 1900, 26 de Junho de 1906, 28 de Julho de 1907 e 6 de Janeiro de 1915).

(59) É todavia improvável que as ditas oficinas remontassem a 1861, data em que são referenciadas apenas 11 em todo o distrito, 10 no concelho de Coimbra e 1 no da Figueira da Foz, nas quais se empregavam 11 mestres, 16 homens e 23 mulheres (F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, p. 8). Por outro lado, em 1890 já são assinaladas 6 oficinas do ramo no concelho de Cantanhede (*Inquerito industrial de 1890*, vol. III, p. 375).

de importância muito limitada. É que, nas oito unidades mencionadas, foram incluídas quatro cujas dimensões e produção de pólvora eram diminutas (1896) (60). Além disso, como aqueles estabelecimentos não estão discriminados, é possível que alguns deles tenham sido de novo abrangidos pelos números respeitantes a 1902 e 1906.

Considerando globalmente a área coimbrã, torna-se evidente que a pirotecnia e o fabrico da pólvora se praticavam em diversas localidades. Porém, sobressaíam a cidade de Coimbra, alguns sítios do concelho de Cantanhede e, no que respeita só ao fabrico da pólvora, certas povoações do concelho de Oliveira do Hospital. Como actividade exclusivamente pré-industrial que era, empregava métodos de fabrico ainda bastante rudimentares. O que escrevia o requerente de uma licença, para instalar uma oficina de pirotecnia no Penedo (freguesia dos Covões, concelho de Cantanhede), era com certeza válido para a generalidade dos casos: «O fabrico é á mão; em pias de madeira e com carvão, enxofre e gomarabia [*sic*]» (61). Este facto e a reduzida mão-de-obra — somente 42 indivíduos, em todo o distrito de Coimbra, nos 25 estabelecimentos recenseados em 1911 (62) — faziam com

(60) «Existem n'este concelho [Oliveira do Hospital] quatro homens que fabricam polvora para pedreiras, ainda que em pequena quantidade: estes são pobres e um d'elles aleijado da perna direita, não podendo dedicar-se a outro trabalho, e todos elles ficam reduzidos a miseria se os prohibir de fazer a polvora [...]» (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Estabelecimentos com machinas a vapor», doc. de 7 de Setembro de 1896).

(61) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, processo nº 61, doc. de 24 de Março de 1900. Informação similar é dada por Cristiano Gonçalves ao requerer autorização para instalar uma oficina e depósito de pólvora em Vale da Presa, freguesia e concelho de Oliveira do Hospital: «1º. Que a fabrica que pretende manter é de fabrico manual e não tendo mecanismos alguns. 2º. O systema que vae adoptar para o fabrico é o primitivo» (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, processo nº 64, doc. de Setembro/Outubro de 1901 (?)). O uso dos materiais indicados no texto, na pirotecnia, antecedeu o uso da pólvora (Armando de Matos, *O fogo de vistas*, in «Vida e arte do povo português», Lisboa, 1940, p. 204).

(62) José de Oliveira Simões, *Informações estatísticas sôbre a indústria dos explosivos em 1911*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 73, 1914, p. 15.

que a produção fosse reduzida (63) e destinada essencialmente ao consumo da própria área. No que respeita ao centro urbano de Coimbra, a produção local chegou a satisfazer a procura, pelo menos em 1882 (64).

O fogo de artifício feito em Coimbra era, por vezes, considerado de boa qualidade (65). E a pólvora e a dinamite, usadas na caça ou nas pedreiras, agradariam também aos seus consumidores? É provável, se não pela qualidade ao menos pela acessibilidade, em virtude das distâncias relativamente curtas que separavam produtores e consumidores. Todavia, esta foi mais uma actividade que viria a ter os dias contados na área em foco. De estrutura e tecnologia obsoletas, tornava-se extraordinariamente vulnerável às adversidades. Destas merecem ser sublinhadas: a) a frequência de incêndios e explosões nas oficinas, de que existem numerosos testemunhos referentes a Coimbra (66); b) as restrições legais à acumulação de grandes quantidades de matérias-primas e produtos (67), as quais, ainda que

(63) Sobre a influência dos factores de produtividade — humanos e técnicos — na produção, ver Jean Fourastié, *La productivité*, 10ª ed., col. «Que sais-je?», Paris, 1980, pp. 102-108.

(64) Segundo informação do administrador do concelho (25 de Agosto de 1882): «[...] não consta também, que sejam importadas quaesquer materias explosivas do estrangeiro para esta cidade, mesmo que haja drogarias, laboratorios chimicos ou lojas d'espingardeiros que vendam ou fabriquem materias explosivas de qualquer natureza» (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Estabelecimentos com machinas a vapor», doc. de 25 de Agosto de 1882).

(65) *O Conimbricense*, nºs 5 091 e 5 198, respectivamente de 14 de Julho de 1896 e 21 de Agosto de 1897.

(66) *O Conimbricense*, nº 391, de 24 de Outubro de 1857; nº 2922, de 27 de Julho de 1875; nº 5 106, de 5 de Setembro de 1896; nº 5 128, de 5 de Dezembro de 1896; nº 5 176, de 25 de Maio de 1897; e nº 5 864, de 6 de Fevereiro de 1904.

(67) Por exemplo, ao proprietário de uma oficina e depósito de pólvora, localizado no Penedo (freguesia dos Covões, concelho de Cantanhede), foi limitada ao máximo de 14 kg a pólvora que podia ter no edificio anexo (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, processo nº 61, doc. de 19 de Novembro de 1900). Acerca da respectiva legislação, ver G.C. da Graça Corrêa Fino (coord.), *Collecção de legislação industrial*, p. 48).

visando aumentar a segurança, também limitavam o desenvolvimento das oficinas; c) finalmente e de consequências mais marcantes, a concorrência por parte das empresas de outras áreas, onde a pirotecnia viria a registar um certo incremento (68).

Foi assim que, à decadência do fabrico da pólvora para pedreiras no concelho de Oliveira do Hospital, no fim de Oitocentos, se seguiu a da pirotecnia em Coimbra, nas primeiras décadas de Novecentos e, por fim, a da sua congénere, no concelho de Cantanhede. Note-se, porém, que foi aqui que ela se manteve com algum dinamismo até mais tarde, uma vez que, em 1927, ainda ali se encontravam registados doze estabelecimentos do ramo, contra dois em Coimbra e um em cada dos seguintes concelhos: Condeixa-a-Nova, Oliveira do Hospital e Póvoa do Varzim (69). Destaque-se, ainda, que foi no concelho de Cantanhede que, do ponto de vista da estrutura empresarial, se deram alguns passos, embora incipientes, no sentido da modernização, já que, entre 1905 e 1915, se formaram ali quatro sociedades no ramo da pirotecnia e fabrico da pólvora (70). Em toda a área focada, só encontramos referência a mais duas sociedades do ramo (em Coimbra) (71), pelo que o

(68) Referimo-nos particularmente às áreas correspondentes aos distritos de Braga e de Viana do Castelo, nas quais se localizavam, em 1911, respectivamente 63 e 23 estabelecimentos pirotécnicos e depósitos de pólvora (J. de Oliveira Simões, *Informações estatísticas sobre a indústria dos explosivos em 1911*, pp. 21-23). Além da realidade traduzida por aqueles números, era ali que se localizavam «os mais célebres pirotécnicos de Portugal» (D. Sebastião Pessanha, *Fogo de artifício*, in Fernando C. Pires de Lima (dir.), «A arte popular em Portugal», Lisboa, s.d., p. 298).

(69) *Estatística dos alvarás de licença dos estabelecimentos industriais considerados insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos (Referida a 31 de Dezembro de 1927)*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 141, 1930, p. 185.

(70) Eram sociedades do tipo familiar, que giravam sob as firmas: Manoel Gonçalves & Irmão (1905), Adriano da Cunha & Irmão (1906), Rosária dos Santos, Viúva & Filhos (1907) e Domingos da Cunha & Filhos (1915) (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Cantanhede», docs. das datas indicadas).

(71) Tratava-se das firmas Augusto Rodrigues da Silva e Maria de Jesus Batista (1907) e Augusto Rodrigues da Silva & Irmãos (1923) (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Coimbra», doc. de 16 de Setembro de 1907; not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 41, fls. 79v.-81).

caso do concelho de Cantanhede aparece, até certo ponto, como excepção. No entanto, a relativa modernização apontada não foi acompanhada nos restantes domínios do sector — tecnologia, equipamento, gestão e capital —, tendo-se a crise agravado nos anos seguintes (72).

4. Fósforos

A indústria de fósforos não tem merecido a atenção devida da parte dos historiadores. Salvo raras excepções (73), apenas têm sido feitas ligeiras referências ao monopólio exercido (1895-1925) pela Companhia Portuguesa de Fósforos (74). Todavia, se durante o período indicado a história da indústria fosforeira se confunde e, de algum modo, identifica com a história daquela empresa, já nos períodos subsequente (de oligopólio) e sobretudo antecedente (de liberdade de fabrico), a questão se torna mais complexa. De facto, proliferavam então pelo País os estabelecimentos destinados à produção de fósforos, devendo o seu número exceder os 60 que, em meados de 1893, estavam sujeitos ao pagamento do respectivo imposto (75). Exceptuando as ilações, que do valor deste, se podem extrair — sobre, por exemplo, a envergadura relativa das oficinas ou fábricas —, vários outros pontos continuam por esclarecer, como sejam: a capacidade produ-

(72) Actualmente a pirotecnia só é praticada, no concelho de Cantanhede, nas aldeias da Póvoa do Bispo (5 oficinas) e da Lapa (1 oficina), da freguesia de Ourentã (Informação oral do sr Álvaro Estanislau João).

(73) José de Campos Pereira, *Portugal industrial. Características, números, comentários*, Lisboa, 1919, pp. 164-165; A. Marques Guedes, *Cinco meses no Governo*, pp. 151-159; F. Pereira de Moura *et. al.*, *Estudo sobre a indústria portuguesa*, pp. 222-233.

(74) Ver, entre outros, Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada no século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, 1979, p. 354; A.H. de Oliveira Marques (dir.), *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, p. 565.

(75) *Mappa por circumscripções aduaneiras das alfandegas, districtos, concelhos e fabricas do imposto de fabrico de phosphoros e respectivos addiconnaes cobrados nos mezes de Julho, Agosto e Setembro de 1893*, in «Diario do Governo», nº 263, de 20 de Novembro de 1893.

tiva, a tecnologia e os métodos de fabrico, a proveniência das matérias-primas e os mercados a que os produtos se destinavam. Apesar de não dispormos de elementos que possibilitem responder cabalmente às questões enunciadas, analisemos o que apurámos, no que toca à área em estudo.

Dos 60 estabelecimentos mencionados, 7 localizavam-se na área de Coimbra, 4 dos quais no concelho de Arganil, 2 no de Oliveira do Hospital e 1 no de Poiares (76). O seu número global corresponde ao que se lê no *Inquérito industrial de 1890* (77), constatando-se porém a seguinte diferença: neste indica-se uma oficina no concelho de Coimbra, não aparecendo nenhuma referente ao concelho de Poiares, ao passo que na citada fonte de 1893 sucede exactamente o inverso. Esta aparente divergência poderá dever-se às datas de instalação das oficinas em causa. Assim, em 1890 já possivelmente teria sido instalada a oficina de fósforos na freguesia de S. Silvestre (no local denominado Agueiros), do concelho de Coimbra, para a qual Abílio Nunes requeria licença em 1893 (78), que lhe seria concedida pelo alvará de 18 de Agosto do mesmo ano (79). Tendo em consideração esta última data, talvez não tenha havido tempo de a incluir no mapa dos estabelecimentos fosforeiros, abrangidos pelo imposto em Setembro de 1893 (80). Quanto à «fábrica» *Nacional*, no concelho de Poiares, ela não é referida em 1890, porque certamente só foi instalada entre aquele ano e o de 1893.

Dois anos depois desta última data, a *Nacional* viria a ser trespassada e vendida pelo seu proprietário, António Carvalho Fonseca, a Francisco Gonçalves da Silva, residente na cidade do Porto. Da respectiva escritura constam, entre outros, os dados seguintes: a) o tipo de estabelecimento: «uma

(76) Cf. a nota anterior. As «fábricas» tinham as seguintes designações: *Arganilense*, *Santa Clara*, *Tanque* e *União* (concelho de Arganil); *Minerva* e *Serra da Estrela* (concelho de Oliveira do Hospital); e *Nacional* (concelho de Poiares).

(77) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 375, 379 e 384.

(78) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 1, processo nº 16, doc. de 5 de Abril de 1893.

(79) AUC, GC, «Alvarás. 1ª Repartição. 1883-1897», fl. 112, nº 15.

(80) Cf. *supra*, nota 75.

fabrica de phosphoros, de pau com enxofre (81), denominada *Nacional*»; b) a sua localização: numa barraca de madeira, sita em Valeiro da Vinha, próximo do lugar de Ribas de Algaça, na freguesia de Santa Maria da Arrifana; c) data da concessão da respectiva licença: 26 de Dezembro de 1894; d) montante do trespasse e venda: 25 mil réis (82). Estamos, assim, face a uma pequena unidade, o que é confirmado pelo imposto que pagou em Setembro de 1893 (24\$000), cujo valor a situava em penúltimo lugar, relativamente às suas congéneres da área coimbrã, e pouco acima da que se encontrava na última posição, a *Arganilense* (20\$640) (83).

No concelho de Oliveira do Hospital, freguesia da Aldeia das Dez, situavam-se as «fábricas» *Minerva* e *Serra da Estrela*, pertencentes em 1890 — como em 1894 — respectivamente a António Augusto do Amaral e a Francisco Antunes do Amaral. No final de 1893, ambos pediram licença para os seus estabelecimentos, referente ao ano de 1894 (84).

A avaliar pelo imposto que as unidades *Minerva* e *Serra da Estrela* pagaram, de Julho a Setembro de 1893, respectivamente 991\$680 e 509\$880 (85), a capacidade da primeira seria aproximadamente dupla da da segunda. A relativa superioridade da «fábrica» *Minerva* é ainda confirmada por outra fonte: «[...] as divisões do predio são feitas por meio de paredes

(81) Noutra passagem da mesma escritura alude-se a «sal com enxofre». Tratava-se de uma técnica rudimentar, ainda não alterada pelas diversas inovações verificadas neste domínio, entre 1775 e 1859 (A. e N.L. Clow, *The Chemical Industry: Interaction with the Industrial Revolution*, in Charles Singer *et al.* (eds.), «A History of Technology», vol. IV: «The Industrial Revolution. c 1750 to c 1850», reed., Oxford, 1967, pp. 254-255).

(82) AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. nº 73, fls. 42v.-44.

(83) *Mappa por circumscripções aduaneiras das alfandegas...*, cit.. Neste, como em caso análogo adiante referido, considerámos apenas o imposto e não os respectivos adicionais. Contudo, a inclusão destes não modificaria significativamente a relação entre os valores apontados.

(84) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Oliveira do Hospital», doc. de 21 de Dezembro de 1893; «Alvarás. 1.ª Repartição. 1883-1897», fls. 115-115v., n.ºs 1 e 3.

(85) *Mappa por circumscripções aduaneiras das alfandegas...*, cit..

mestras e os pavimentos com os suficientes pés direitos, tendo bastante luz e capacidade para mais de sessenta operarios trabalharem de dia e, querendo, tambem de noute» (86). É de admitir, no entanto, que pelo menos de 1890 a 1894 o desenvolvimento da *Minerva* tenha sido mais expressivo que o da *Serra da Estrela*, em virtude de no primeiro daqueles anos esta empregar 26 operários e aquela apenas 20 (87).

Diversamente do que sucedia nos concelhos de Coimbra, Poiares e Oliveira do Hospital (com uma oficina de fósforos em cada um dos dois primeiros e duas no terceiro), concentrava-se no concelho de Arganil o maior número de estabelecimentos do ramo (Quadro II). Com efeito, ali se localizavam cinco, em 1885 (88), os quais continuavam a laborar em 1890 (89), com excepção do de Pisão de Coja, e em 1894 (90). O concelho de Arganil era deste modo o principal centro fosforeiro da área de Coimbra, detendo praticamente a exclusividade do fabrico em 1885 (91). Nesta data, exceptuando o referido concelho, só encontrámos alusão à indústria de fósforos na Figueira da Foz, onde Clara dos Santos (solteira, moradora na Rua da Providência) se dedicava a essa tarefa, sem estar habilitada com a devida licença, como aliás sucedia aos proprietários das oficinas do conce-

(86) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Oliveira do Hospital», doc. de 22 de Fevereiro de 1894.

(87) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, p. 384.

(88) Um na sede do concelho, outro no Pisão de Coja e três em Benfeita (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 1, «Fabricas de phosphoros. 1885», telegrama remetido pelo administrador do concelho, com data de recepção de 3 de Julho de 1885).

(89) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, p. 375.

(90) *Mappa por circumscripções das alfandegas [...] no anno de 1894*, in «Diario do Governo», n.º 182, de 14 de Agosto de 1894.

(91) Já fora da área estudada, há a referir a constituição de uma sociedade para o fabrico e venda de fósforos, em Figueiró dos Vinhos, sob a firma Paiva e C.ª (BADL, not. José Adriano da Silva (Pedrógão Grande), l.n. n.º 15, fls. 4-5v.).

lho arganilense (92). No fim do período de 1885-1895, este concelho, não obstante ter perdido uma das suas oficinas — a de Pisão de Coja —, ainda possuía quatro, isto é, metade do total da área em foco.

Para finalizar, detenhamo-nos sobre algumas das conclusões sugeridas pelos elementos sintetizados no Quadro II.

QUADRO II
«INDÚSTRIA» DE FÓSFOROS NA ÁREA COIMBRÁ
(1885-1895)

LOCALIZAÇÃO		1885		1890		1892-1895		
CONCELHO	POVOAÇÃO	OFICINAS	PROPRIETÁRIOS	OFICINAS	PROPRIETÁRIOS	OPERA- RIOS	OFICINAS	PROPRIETÁRIOS
Arganil	Arganil	1	António dos Santos Gama	1	António dos Santos Gama	8	1	
	Benfeita	1	Augusto dos Santos	1	Augusto dos Santos	17	1	
	"	1	Lourenço dos Santos	1	Lourenço dos Santos	15	1	
	"	1	Manuel Martins	1	Manuel Martins	17	1	
"	Pisão de Coja	1	José dos Santos					
Subtotal		5		4		57	4	
Coimbra	S. Silvestre			1			1	Abílio Nunes
Figueira da Foz	Figueira da Foz	1	Clara dos Santos					
Oliveira do Hospital	Aldeia das Dez			1	António Augusto do Amaral	20	1	António Augusto do Amaral
	"			1	Francisco Antunes do Amaral	26	1	Francisco Antunes do Amaral
Poiares	Ribas de Algaça						1	António Carvalho Fonseca
Subtotal destes 4 concelhos		1		3		46	4	
Total geral		6		7		103	8	

FONTES:

AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, «Fabricas de Phosphoros» e processo nº 16, doc. de 10 de Julho de 1892; maço 2, «Oliveira do Hospital», docs. de 21 de Setembro, 17 e 18 de Dezembro de 1893; «Alvarás, 1.ª Repartição, 1883-1897», fls. 115-115v, n.ºs 1 e 3; not. João Lourenço da Costa (Coimbra), In. nº 73, fls. 42v-44. *Inquerito industrial de 1890*, vol. III: *Industrias fabris e manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, 1891, pp. 375, 379, 384, 388-389, 396-397 e 406-407; *Mappa por circumscripções aduaneiras das alfandegas, districtos, concelhos e fabricas do imposto do fabrico de phosphoros e respectivos addicionaes cobrados nos mezes de Julho, Agosto e Setembro de 1893*, in «Diario do Governo», nº 263, de 20 de Novembro de 1893; *idem*, ano de 1893-1894, in «Diario do Governo», nº 182, de 14 de Agosto de 1894.

1. A indústria de fósforos na área de Coimbra, a despeito de várias das respectivas unidades terem tido vida efémera, desempenhou papel relevante no abastecimento local e da própria área (93).

(92) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 1, «Fabricas de Phosphoros, 1885», telegrama cti. na nota 88.

(93) A grande maioria das unidades do País (91,3%) tinham função similar. Efectiva-

2. Esta actividade, à primeira vista dispersa por vários concelhos, estava na realidade concentrada geograficamente, por se localizarem em dois concelhos do Alto Distrito (Oliveira do Hospital e Arganil) de 75 a 85% do total dos estabelecimentos da área (1885-1895). Acrescente-se ainda que, a partir de 1890, era em duas povoações situadas relativamente perto uma da outra (Aldeia da Dez, concelho de Oliveira do Hospital, e Benfeita, concelho de Arganil) que se localizavam todos os estabelecimentos fosforeiros dos respectivos concelhos (94)
3. A localização do fabrico de fósforos em zonas do Alto Distrito, dispondo de precários meios de transporte, constituiu um factor favorável contra a concorrência externa. Como é sabido, um certo isolamento da referida faixa só viria a ser lenta e tardiamente alterado (isto é, já no século XX), pela acção das comunicações ferroviárias e, em especial, rodoviárias (95).

Ainda que protegida pelas condições descritas — isolamento, por um lado, e proximidade do mercado, por outro —, a «indústria» de fósforos tinha de enfrentar a grande superioridade das unidades concorrentes que

mente, das 69 sujeitas ao pagamento do imposto em 1893-1894, só 6 (4 na área de Lisboa e 2 na do Porto) exportavam os seus artigos (*Mappa por circumscripções das alfandegas...*, in «Diário do Governo», nº 182, de 14 de Agosto de 1894).

- (94) Seria de interesse estudar as origens e o desenvolvimento da actividade fosfo-reira, nas mencionadas povoações de Aldeia das Dez e Benfeita, o que, além de ultrapassar o âmbito deste trabalho, se torna difícil, devido à escassez das fontes. Assim, no *Recenseamento Político* referente aos anos de 1867-1872 e 1877-1882, não encontramos qualquer alusão a profissões relacionadas com aquela actividade, nas aldeias indicadas. No caso de Benfeita, também um pouco antes (1860) não se vislumbra qualquer artífice ligado ao fabrico de fósforos, entre os 358 referenciados no concelho de Arganil, a que a dita aldeia pertence (Rui Cascão, *Aspectos sociais e económicos do concelho de Arganil na segunda metade do século XIX*, Coimbra, 1978, p. 12. Sep. do «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra», vol. IV).
- (95) Sobre o assunto, em geral, escreveu T. Kemp: «It was the motorcar and truck that broke down rural isolation and completed what the railways has only begun» (Tom Kemp, *Historical Patterns of Industrialization*, Londres, 1978, p. 56).

operavam fora da área. Tratava-se, porém, de um confronto desigual, visto estas terem a seu favor uma maior capacidade produtiva, alicerçada no investimento de vultuosos capitais e na modernização tecnológica. A estas circunstâncias, já bastante vantajosas, uma outra se acrescentaria em 1895, com a concessão do exclusivo da produção fosforeira (por 30 anos) à Companhia Portuguesa de Fósforos (96). Este foi um rude golpe para a dita actividade da área coimbrã, contribuindo fortemente para o seu subsequente aniquilamento. Numa fase de transição, por causa de dificuldades no abastecimento, as empresas locais conseguiram colocar no mercado alguns fósforos. Seguidamente, estes começaram a ser apreendidos, contra o que se insurgia a Associação Comercial de Coimbra, alegando que a empresa detentora do exclusivo não pusera os fósforos à venda nesta cidade (Coimbra) dentro do prazo estabelecido (97). Findo o período estipulado (30 anos), ou seja, em 1925 e anos imediatos, nova legislação viria a regulamentar o fabrico de fósforos (98), ao qual entretanto se ligariam (1928 e 1929) duas outras sociedades (99). Todavia, como nenhuma das empresas do ramo se localizava na área de Coimbra, esta continuaria afastada da produção fosforeira, como já vinha acontecendo desde o final do século passado.

Acerca dos efeitos da concorrência externa sobre vários ramos pré-industriais da área focada, globalmente considerados, podem extrair-se algumas conclusões. Primeiramente, sobressai a eficácia da concorrência

(96) As bases para a adjudicação do exclusivo do fabrico de fósforos, o contrato de adjudicação (assinado em 25 de Abril de 1895) e os estatutos da empresa concessionária (Companhia Portuguesa de Fósforos) foram publicados no *Diário do Governo*, respectivamente n.ºs 61, de 16 de Março, 92, de 26 de Abril e 111, de 18 de Maio de 1895).

(97) *O Conimbricense*, n.º 5004, de 3 de Setembro de 1895.

(98) Entre outra, a Lei n.º 1770, que tornou livre o fabrico de fósforos (*Diário do Governo*, I série, n.º 90, de 25 de Abril de 1925); o Decreto n.º 10838, que regulamentou a Lei indicada (*Diário do Governo*, I série, n.º 127, de 9 de Junho de 1925). Ver ainda A. Marques Guedes, *Cinco meses no Govêrno*, pp. 151-159.

(99) A Companhia Lusitana de Fósforos, com fábrica no Porto, e a Fosforeira Portuguesa, com fábrica em Espinho. Entretanto havia sido igualmente constituída a Sociedade Nacional de Fósforos, sucessora da Companhia Portuguesa de Fósforos (F. Pereira de Moura *et al.*, *Estudo sobre a indústria portuguesa*, p. 223).

que, de forma mais ou menos rápida, eliminou da área em estudo actividades tão diversificadas como necessárias. Para a rapidez do processo — nítida nos casos da refinação do açúcar e do fabrico de fósforos — contribuíram diferentes factores, sendo no entanto de sublinhar: as relativas facilidades nos transportes com o exterior da área e a falta de condições das unidades coimbrãs, no que se refere à refinação de açúcar; a legislação sobre o exclusivo do fabrico, na produção fosforeira. Por outro lado, a acção concorrencial das empresas fabris de outras áreas foi bastante facilitada pela tradicional estrutura empresarial da área abordada, geralmente assente na propriedade individual das respectivas unidades e numa componente tecnológica de recursos limitadíssimos.

Em algumas outras actividades, cuja concorrência se processava essencialmente no interior da própria área, um dos processos de autodefesa foi exactamente a constituição de sociedades, o que pelo menos as terá tornado menos vulneráveis, como veremos em seguida.

CONCORRÊNCIA INTERNA E CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES

A pré-indústria caracteriza-se pela tradição e pela rotina. Com efeito, a utilização de matérias-primas frequentemente acessíveis, a indiferenciação (por contraste com a divisão) do trabalho, a aprendizagem efectuada sobretudo na própria oficina e o grande predomínio das tarefas manuais, com escasso recurso à máquina, persistiram durante séculos, até que a indústria fabril viria a alterar a situação (100). Todavia, sob o ponto de vista da adopção da *sociedade* como estatuto jurídico, certas actividades pré-industriais antecipam o que se tornará regra com a indústria fabril. Esse facto, ainda que não específico de determinados ramos, está bem patente em alguns ligados à *alimentação*, ao *vestiário* e *calçado*, à *construção civil* e aos *trabalhos em madeira*, talvez por se tratar, na sua maioria, de actividades imprescindíveis ao homem e, conseqüentemente, de grande procura.

(100) Como escreveu S. Giedion: «Or, c'est précisément ce qu'entraîne la mécanisation: la répétition sans fin. Le principe fondamental de toute mécanisation, c'est la différence entre les jambes qui marchent et la roue qui tourne» (Siegfried Giedion, *La mécanisation au pouvoir. Contribution à l'histoire anonyme*, t. I: *Les origines* (trad. do inglês), Paris, 1980, p. 70).

1. Alimentação e bebidas

Tendo embora presente a já citada indissociabilidade entre produção e distribuição neste tipo de actividades, aqui focaremos sobretudo a primeira.

O mais importante dos ramos alimentares era sem dúvida o da *panificação*. Esta encontrava-se dispersa praticamente por toda a área coimbrã, ainda que as fontes nem sempre a registem. Tratando-se, em particular nos meios rurais, de uma actividade essencialmente doméstica e destinada ao auto-abastecimento, as estatísticas não permitem obter uma imagem completa da sua difusão. Só assim se compreende que, em 1890, se não tenha assinalado, em cinco concelhos do distrito de Coimbra, a existência de qualquer padaria (101). As 125 referentes ao distrito, naquele ano, distribuíam-se de forma desigual por nove concelhos (102), cabendo uma média de 13,9 unidades a cada um (Quadro III). Pelo elevado número de

QUADRO III
PADARIAS NO DISTRITO DE COIMBRA, EM 1890

CONCELHO	PADARIAS		TRABALHADORES		MÉDIA DE b/a
	Nº (a)	%	Nº (b)	%	
Cantanhede	7	5,6	21	9	3
Coimbra	14	11,2	40	17,2	2,9
Condeixa-a-Nova	8	6,4	9	3,9	1,1
Figueira da Foz	55	44	111	47,6	2
Góis	2	1,6	4	1,7	2
Lousã	3	2,4	11	4,7	3,7
Mira	10	8	10	4,3	1
Poiães	22	17,6	22	9,4	1
Tábua	4	3,2	5	2,2	1,3
Total	125	100,0	233	100,0	1,9

FONTE:

Inquerito Industrial de 1890, vol. III: *Indústrias fabris e manufacturais (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, 1891, pp. 379-387 e 395-413.

(101) Concretamente nos concelhos de Arganil, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penacova e Soure (*Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 375-387).

(102) *Inquerito industrial de 1890, ibidem.*

estabelecimentos, distinguia-se o concelho da Figueira da Foz (55, correspondente a 44% do total), o que contrastava com o reduzido número do de Coimbra (14, ou seja, 11,2% do total). Devendo a capacidade produtiva das padarias dos dois concelhos ser aproximada — a avaliar pela média de trabalhadores por estabelecimento, respectivamente 2 e 2,9 —, a diferença indicada dever-se-ia fundamentalmente ao importante papel desempenhado ainda na altura por povoações vizinhas de Coimbra — em particular a *aldeia das Carvalhosas*, freguesia de Torres do Mondego —, no abastecimento de pão (de milho, isto é, broa) a esta cidade (103).

As unidades referidas ocupavam um número bastante baixo de mão-de-obra, visto nas 125 padarias apenas trabalharem 233 pessoas, o que equivale a uma média de 1,9 por cada uma (104). Esta estrutura de pré-indústria (ou, num ou noutro caso, de pequena indústria) manter-se-ia, com ligeiras alterações, nas três décadas seguintes, contando-se no distrito de Coimbrá, em 1918, 92 padeiros com estabelecimento (105).

Entretanto, as crescentes dificuldades com que o empresário individual ia deparando, a necessidade de um mais actualizado apetrechamento tecnológico e de fazer face à concorrência — sobretudo dentro da própria área, como vimos já — promoveram a constituição de diversas sociedades — geralmente em nome colectivo (106) —, sobretudo a partir de 1910 (107).

(103) Em 1903, por exemplo, havia naquela localidade mais de 100 vendedeiras de broa, que exerciam a sua actividade no Mercado de D. Pedro V, em Coimbra (*O Conimbricense*, nº 5769, de 10 de Março de 1903).

(104) Continuou, por muito tempo, a ser reduzido o número de pessoas a trabalhar na panificação, o que, ainda em 1953, era apontado como um dos principais sintomas da sua decadência (Manuel Pereira Lopes, *Tecnologia e economia industrial. Subsídios para a organização da indústria de panificação*, in «Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais», ano V, nº 256, Novembro 1953, p. 760).

(105) *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1921*, Lisboa, 1925, p. 436.

(106) Exceptuava-se a Panificação de Coimbra Lda (1920), sociedade por quotas de responsabilidade limitada (Quadro IV).

(107) Anteriormente era diminuto o número de sociedades ligadas à panificação. Assim, dos 22 industriais a quem foi concedida licença para o fabrico de pão, em 20 de Agosto de 1906, só constam 2 sociedades (*O Conimbricense*, nº 6125, de 21 de Agosto de 1906).

Excluindo as que se dedicavam simultaneamente a outros ramos — 11 do total de 32, o que corresponde a 34,4% —, de 1910 a 1927 formaram-se 21 sociedades no distrito de Coimbra, consagradas exclusivamente à panificação. O período de maior surto foi contudo o do pós-guerra (1919-1927), durante o qual se fundaram 85,7% do total (18 em 21). Todavia, continua-se em presença de pequenas unidades, para cuja exploração se associavam, na maior parte dos casos (15 em 21), dois indivíduos, sendo a média do capital social por unidade bastante baixa, pois não ultrapassava os 10 176\$00 (Quadro IV).

QUADRO IV
SOCIEDADES DE PANIFICAÇÃO (1910-1927)

LOCALIZAÇÃO		SOCIEDADE					FONTE
CONCELHO	POVOAÇÃO	FIRMA	Nº DE SÓCIOS	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	DATA DE CONSTITUIÇÃO		
Coimbra	Coimbra	Cortinhas & Ferreira	2	1	16.6.1910	(1)	
"	"	Maia Simões & C ^a	4	2	8.6.1911	(2)	
"	"	Joaquim de Sousa Neves Júnior & C ^a	2	2	26.5.1915	(3)	
"	"	Santos Almeida Filho & Cunha	2	2	30.1.1920	(4)	
"	"	Tavares, Duarte & Simões	3	1,2	27.2.1920	(5)	
"	"	Panificação de Coimbra, Ld ^a	8	40	4.3.1920	(6)	
"	"	Ribeiro Magalhães & C ^a , Ld ^a	3	20	2.2.1921	(7)	
"	"	Faria & Mala	2	5,1	25.7.1921	(8)	
"	"	Brízido & Irmão	2	7	8.1.1923	(9)	
"	"	Ribeiro e Ferreira, Ld ^a	2	30	17.1.1923	(10)	
"	"	Coelho da Silva, Ld ^a	2	20	25.9.1924	(11)	
"	"	Silva e Santos	2	18	24.4.1925	(12)	
"	"	Nunes & Ferreira	2	5	26.5.1926	(13)	
"	"	Simões e Sousa	2	28	2.9.1926	(14)	
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Oliveira, Duarte & Marques	3	1,8	9.10.1920	(15)	
"	Buarcos	Alves & Mendes	2	0,8	24.11.1920	(16)	
"	Gala	Marques & C ^a	2	0,9	3.12.1920	(17)	
"	Buarcos	M. Ferreira, Irmão & Alves	3	1,6	28.2.1921	(18)	
"	Figueira da Foz	Nunes & Irmão	2	5,5	7.3.1921	(19)	
Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	Nunes & Ventura	2	10	20.9.1920	(20)	
Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	Brízido & Irmão	2	12	3.10.1927	(21)	
Total		21	54	213,7			
Média			2,6	10,176			

FONTES:

- (1) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 144, fls. 70v.-72.
- (2) AUC, *idem*, l.n. nº 150, fls. 37-38v.
- (3) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 168, fls. 36-37v.
- (4) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 150-B, fls. 4v.-7v.
- (5) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 183-C, fls. 19-21.
- (6) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 50-B, fls. 25v.-33.
- (7) AUC, *idem*, l.n. nº 51-B, fls. 20-23.
- (8) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 25, fls. 44-45v.
- (9) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 54-B, fls. 6v.-9v.
- (10) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 203, fls. 83v.-85v.
- (11) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 57, fls. 96-98.
- (12) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 230, fls. 2-3v.
- (13) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 70, fls. 16-17.
- (14) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 232, fls. 57-58.
- (15) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 88, fls. 8v.-10.
- (16) AUC, *idem*, l.n. nº 90, fls. 44-45v.
- (17) AUC, *idem*, l.n. nº 91, fls. 6v.-8v.
- (18) AUC, *idem*, l.n. nº 94, fls. 40v.-42.
- (19) AUC, *idem*, l.n. nº 95, fls. 13v.-15.
- (20) AUC, not. Adelino Simões Ferreira Godinho (Coimbra), l.n. nº 70, fls. 79v.-82v.
- (21) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 59-B, fls. 10-12v.

Entre as poucas empresas que, pelo seu poderio, excediam a generalidade destacavam-se: em Coimbra, a Panificação de Coimbra, Ldª (1920), com o capital social de 40 contos (108), que adquiriu posteriormente (1926) 10 depósitos e locais de venda de pão, dispersos por vários pontos do respectivo centro urbano (109); na Figueira da Foz, a Aliança da Beira, Ldª (1920) e Feiteiras & Cª, Ldª (1921), com o capital social de 150 e de 100 contos, respectivamente (110). Porém, estas três firmas, no exercício da sua actividade, excediam a panificação, dedicando-se igualmente: no primeiro caso, ao comércio de farinhas e seus derivados (111); no segundo, ao comércio de mercearia, vinhos e madeira; e, no terceiro, ao comércio de farinhas, sêmea e mercearia por grosso.

Em suma: a panificação na área e período em análise, embora sem ter propriamente ultrapassado a fase pré-industrial, sofreu algumas alterações no que respeita à constituição de sociedades. Todavia, como a concorrência se efectuava em geral dentro da própria área, continuou a existir número considerável de unidades, pouco apetrechadas tecnologicamente, mas suficientes para abastecer o mercado local, sempre que a produção doméstica fosse insuficiente.

A *pastelaria*, a *confeitaria* e a *conservaria* (de frutas e doces) andavam frequentemente associadas entre si e, por vezes, também a estabelecimentos da indústria hoteleira, como leitarias e cafés. Aludimos, obviamente, à sua fase *comercial*, que se seguiu à fase *pré-comercial* ou *familiar* (112).

(108) Cf. Quadro IV.

(109) Nos seguintes locais: Largo do Poço, Santa Clara, Celas, Rua da Figueira da Foz, Rua Direita, Rua Ocidental de Montarroio, Bairro de Santa Ana, Rua Adelino Veiga, Santo António dos Olivais e Mercado de D. Pedro V (AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 228, fls. 76v.-80).

(110) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. nº 5, fls. 11v.-15 e nº 5-B, fls. 24-27.

(111) Apesar de tudo, actividades afins da panificação, motivo pelo qual incluímos aquela firma no Quadro IV.

(112) Designações adoptadas por Luís Chaves, *O significado social da doçaria*, in Hermínia Basto (org.), «Miscelânea de Estudos à Memória de Cláudio Basto», Porto, 1948, p. 310.

Sendo embora esta última ainda a mais representativa na área e período estudados, são escassas as informações acerca dela, pelo que nos restringiremos à análise de alguns elementos sobre a primeira, concernentes ao centro urbano de Coimbra. Este constituía um local privilegiado para o desenvolvimento das referidas pré-indústrias, não só pelo facto de ser um importante mercado como pela tradição perpetuada na célebre doçaria coimbrã que, como se sabe, muito ficou a dever aos antigos conventos nela instalados (113).

Também no âmbito da doçaria (como no da panificação, anteriormente focada), a concorrência levaria à formação de várias sociedades, na segunda e terceira décadas do século XX (Quadro V). As três indicadas em

QUADRO V
SOCIEDADES DE PASTELARIA, CONFEITARIA E CONSERVARIA EM COIMBRA (1915-1924)

LOCALIZAÇÃO	FIRMA	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	FUNDAÇÃO	FONTE
Paço do Conde, 28-32	Foneca & Albuquerque	1,5	28.8.1915	(1)
R. Ferreira Borges, 138-140	Inácio Alves Chaves & C ^a	6	11.1.1916	(2)
Paço do Conde, 28-32	Albuquerque & Correia	0,28	6.9.1917	(3)
Azinhaga do Carro	Soares, Matos, Pinheiro & C ^a	8	20.11.1919	(4)
Largo do Castelo, R. Sá da Bandeira, R. Visconde da Luz, 44-50, R. do Paço do Conde	Amado, Blearro & C ^a	50	21.9.1920	(5)
R. Cândido dos Reis, 2-4	Lourenço & C ^a , Ld ^a	5	27.11.1920	(6)
Av. dos Oleiros, R. Visconde da Luz, St ^o António dos Olivais, Av. Sá da Bandeira, Largo do Castelo, R. do Paço do Conde, R. Fernandes Tomás	Leitaria Conimbricense, Ld ^a	50	13.1.1921	(7)
R. Ferreira Borges, 138-146	J. Garcia & C ^a , Ld ^a	21	2.7.1921	(8)
Rua da Sofia, 80-82	Casa Colonial, Ld ^a (A partir de 31.12.1927, L.M. da Costa Dias & Filha, Ld ^a)	200	10.1.1922	(9)
Calçada do Carmo, 3	Tricana, Ld ^a	140	11.12.1924	(10)
Total	10	481,78		
Média		48,178		

FONTES:

- (1) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), I.n. n.º 141, fls. 24-26.
- (2) AUC, *idem*, I.n. n.º 143, fls. 1-2v.
- (3) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), I.n. n.º 178, fls. 34v-37.
- (4) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), I.n. n.º 8, fls. 1-3.
- (5) AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), I.n. n.º 184-C, fls. 21-26v.
- (6) AUC, *idem*, I.n. n.º 185-C, fls. 1-4.
- (7) AUC, *idem*, *ibidem*, fls. 15v-20v.
- (8) AUC, *idem*, I.n. n.º 186-C, fls. 44-46v.
- (9) AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), I.n. n.º 187-C, fls. 32-37 e Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), I.n. n.º 59-B, fls. 20v-23.
- (10) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), I.n. n.º 58, fls.83-86.

(113) Sobre a relevância da doçaria conventual ver Luís Chaves, *op. cit.*, pp. 311-313 e 317 e Emanuel Ribeiro, *O doce nunca amargou... Doçaria portuguesa. His-*

primeiro lugar, no referido Quadro, fundadas respectivamente em 1915, 1916 e 1917, tiveram uma existência ligeira (114), certamente devido às condições adversas criadas pela I Guerra Mundial, tanto mais que os artigos por elas produzidos não eram de primeira necessidade. As restantes, constituídas num contexto já mais favorável (1919-1924), tiveram ainda a favorecê-las, especialmente no que a algumas se refere (115), os seguintes factores: capital social de valor médio muito mais elevado (110 contos (116), enquanto a média geral é de 48,178 contos) e, paralelamente, a concentração de actividades (fabrico e comércio) e de estabelecimentos, sobretudo no caso das três primeiras. Processava-se assim uma profunda transformação no meio, pela progressiva perda de autonomia dos tradicionais pasteleiros, confeitários e conserveiros, em proveito das empresas de certa dimensão, que passavam a dispor de fabrico próprio, para venda e consumo nos respectivos estabelecimentos, como ainda hoje frequentemente acontece. Inculcam ainda esta tendência os números relativos às indústrias colectadas (1890 e 1918). Naquele ano, existiam no distrito de Coimbra 15 confeitários e conserveiros, *sem estabelecimento*, ao passo que neste já se encontravam registados 5 confeitários ou pasteleiros, *com estabelecimento*, e 7 confeitários ou conserveiros, *sem estabelecimento* (117).

tória. *Decoração. Receituário*, Coimbra, 1928, pp. 34-37. Entre as especialidades de doçaria coimbrã indicadas por este autor (*op. cit.*, pp. 80, 83, 87-90 e 97), *várias são de origem conventual. Ver ainda Tomaz Lino d'Assumpção. As monjas de Semide. Reconstituição do viver monástico*, Coimbra, 1900, pp. 10 e 89 e Paulino Mota Tavares, *Iguarias e manjares do século XVII*, in «História», nº 21, Julho 1980, pp. 36-42.

- (114) Foram dissolvidas logo em 1917, 1920 e 1918, respectivamente (fontes do Quadro V).
- (115) Nomeadamente: Amado, Bisarro & Cª, Leitaria Conimbricense, Ldª (sucessora da anterior), L.M. da Costa Dias & Filhos, Ldª e Tricana, Ldª.
- (116) Média relativa às 4 firmas indicadas na nota anterior, cujo capital social era de 50 contos, em cada uma das 2 primeiras, e de 200 e 140, respectivamente nas 2 últimas.
- (117) *Anuario estatístico de Portugal. 1892*, Lisboa, 1899, p. 314; *idem, ano de 1921*, 1925, p. 426.

No domínio das *bebidas* deve distinguir-se o meio urbano coimbrão, onde se localizavam algumas oficinas de licores e uma de gasosas, da restante área, pela qual se distribuíam múltiplos estabelecimentos de destilação e lagares de azeite.

Em 1890 eram registados, no distrito de Coimbra, seis fabricantes ou mercadores (por miúdo) de *licores*. Desconhece-se quantos destes eram efectivamente fabricantes (118). O certo é que, nas três décadas imediatas, o *Anuário estatístico de Portugal* deixa de registar aquela actividade no distrito mencionado, o que sugere ser a mesma de reduzida importância. Em contrapartida, outras fontes registam 5 «fábricas» de licores na cidade de Coimbra (1900-1925), uma das quais, pelo menos, era explorada por uma sociedade (119). Ignora-se se a exploração das empresas de António Dias Temido, Filho (120) e Estrela de Ouro (121) era societária ou individual.

Quanto à produção de *gasosas*, é de supor ter havido um aumento entre 1900 e 1916, visto o número de fabricantes do ramo se ter então elevado, no distrito de Coimbra, de um para cinco (122). Os dois ramos (licores e gasosas) encontravam-se ligados num estabelecimento, localizado ao cimo da Rua Direita (n.ºs 2-10) e trespassado (1913) pelos herdeiros de Luís

(118) *Anuario estatístico de Portugal. 1892*, 1899, p. 318. Todavia, é muito provável que o fossem os 4 que, pouco antes (1888), haviam estado representados na Exposição Industrial de Lisboa: José Ferreira da Cruz, Francisco Rodrigues da Cunha Lucas, Leandro José da Silva e António Dias Temido (*Catálogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris, realizada na Avenida da Liberdade em 1888*, vol. II, Lisboa, 1899, pp. 298, 307 e 320-321).

(119) Fundada em 30 de Janeiro de 1925 (sediada na Rua Bordalo Pinheiro, n.ºs 82-84), com o capital social de 20 contos, sob a firma Galvão & Ferreira, explorava simultaneamente serviço de café e pastelaria (AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), I.n. n.º 59; fls. 82v.-84).

(120) ABPC, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 4, 1912-1914.

(121) Casa fundada em 1872, segundo se lê no papel timbrado de uma carta da firma, datada de 30 de Novembro de 1925 (ABPC, *idem*, 1924-1925).

(122) *Anuario estatístico de Portugal. 1900*, Lisboa, 1907, p. 362; *idem*, 1919, 1922, p. 56.

Cardoso a José Maria Ginja Brandão (123). Mais tarde, outras associações se efectuarão, como o fabrico de gasosas com o da cerveja (124), desenvolvendo-se por seu turno a produção de licores autonomamente, na vila da Lousã.

Para concluir este ponto, falta referir alguns ramos intimamente ligados à agricultura, designadamente a preparação do vinho, da aguardente e do azeite. Porém, dado que a primeira, no período em análise, se terá circunscrito quase exclusivamente à modalidade doméstica, da qual poucos testemunhos prevaleceram, analisemos as duas últimas.

Nos inícios da década de 1860 a *destilação de aguardente*, em moldes essencialmente pré-industriais ou mesmo artesanais, processava-se em diversos concelhos da área de Coimbra. O maior número de oficinas de destilação encontrava-se nos concelhos de Oliveira do Hospital (123), Pombal (68) (125) e Poiães (55), seguindo-se o da Figueira da Foz (14) e, com número mais limitado, os de Cantanhede e Condeixa-a-Nova (com 4 cada), Coimbra e Soure (com 2 cada) e, finalmente, os de Miranda do Corvo, Penela e Tábua (com 1 em cada concelho) (126). As ditas oficinas totalizavam 275, cabendo 207 (75,27%) ao distrito de Coimbra e 68 (24,73%) ao concelho de Pombal, do distrito de Leiria (127).

Nos concelhos da Figueira da Foz e Condeixa-a-Nova, houve tentativas para industrializar a destilação de aguardente, embora possivelmente sem continuidade. Assim, em 1881 Francisco dos Santos Rocha requereu

(123) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 178, fls. 27-28v..

(124) A sociedade por quotas sob a denominação «Cerveja de Coimbra, Ldª», constituída em 1922, tinha por objecto «o fabrico e venda de cerveja, gêlo e bebidas gasosas [...]» (AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 30, fl. 6v.). Voltaremos ao assunto.

(125) *Informações para a estatística industrial, publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas. Districtos de Leiria e Funchal*, Lisboa, 1863, p. 197.

(126) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, p. 8.

(127) Ver outros elementos, relativos ao distrito de Coimbra (1830-1870), em J. Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*, vol. I, t. I, pp. 64-65.

licença para instalar uma fábrica de destilação de aguardente na Figueira da Foz (Rua da Lomba), com duas caldeiras (sistema «Collares»), a qual lhe foi concedida em inícios do ano seguinte (128). Uma outra fábrica de destilação (ou a mesma, mas de proprietário diferente) da Figueira da Foz, então pertencente a Joaquim António Simões (129), não laborava em Abril de 1897, desconhecendo-se se definitiva ou temporariamente (130).

No concelho de Conceixa-a-Nova (lugar da Torre, freguesia da Ega), a firma Lima Mayer & C^a, com sede em Lisboa, pediu licença para instalar uma fábrica de destilação, na qual seriam transformados artigos produzidos nas terras circunvizinhas, tanto vitícolas (vinho, mosto e borras), como frutícolas (alfarroba e outros frutos), cerealíferos e outros (cereais diversos, batatas e leguminosas). Utilizar-se-iam dois geradores e uma máquina a vapor, de 45 CV (131).

A ajuizar pela descrição do empreendimento, devia tratar-se de uma exploração agro-industrial de certa amplitude, mas que se terá mantido em actividade durante pouco tempo ou, no mínimo, terá tido um percurso um tanto acidentado. Com efeito, a respectiva licença fora concedida em 1895 e, logo em 1897, o administrador do respectivo concelho informava o governador civil de Coimbra do seguinte: «a fabrica de distilição d'alcool, a que o mesmo officio se refere, ainda existe, e pertence a Lima Mayer e filhos da cidade de Lisboa, porem não está em laboração há muito tempo» (132).

(128) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 10; «Registos e alvarás. 1881-1909», fl. 4, alvará nº 6. O referido individuo viria a estar representado em 1884, na Exposição industrial do distrito de Coimbra (*Exposição districtal de Coimbra em 1884. Revista. Conferencias. Premios*, Coimbra, 1884, p. 100).

(129) Um dos dez exportadores de vinho, da Figueira da Foz, em 1900 (Cincinato da Costa, *Les vignobles et les vins*, in B.C. Cincinato da Costa e D. Luiz de Castro (dir.), «Le Portugal au point de vue agricole», Lisboa, 1900, p. 423).

(130) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Estabelecimentos com machinas a vapor. 1888», officio de 26 de Abril de 1897.

(131) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 1, processo nº 17, fls. 1-8.

(132) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, «Estabelecimentos com machinas a vapor», officio de 28 de Abril de 1897.

Dado o lugar proeminente que, no referido complexo, era ocupado pela destilação de aguardente vínica, a profunda crise vitícola que se verificou nas últimas três décadas de Oitocentos — devida à filoxera (133) — não deixaria possivelmente de afectar o ramo da destilação, do que os casos apontados seriam apenas alguns exemplos.

Os *lagares de azeite*, como unidades industriais integradas na actividade agrícola (134), estavam bastante disseminados pela área de Coimbra. De facto, o seu número, nos anos de 1860, elevava-se a 393, distribuídos por 14 concelhos do distrito de Coimbra (num total de 366, o que corresponde a 26,14 por concelho) (135) e pelo concelho de Pombal (27 unidades) (136). O maior número situava-se nos concelhos de Coimbra (52), Pampilhosa da Serra (44), Tábua (38), Oliveira do Hospital e Condeixa-a-Nova (com 29 cada) (137), isto é, numa área do Médio e Alto Distrito, de produção oleícola relativamente importante.

Não é fácil acompanhar o evoluir da extracção de azeite ao longo do período em foco, por falta de elementos disponíveis. Todavia, as transformações operadas terão sido pouco significativas, tanto no que respeita ao número de unidades como ao seu equipamento tecnológico. Sobre o primeiro aspecto, é sabido que esta actividade — como outras indústrias alimentares tradicionais — se manteve atomizada, sem ter propriamente atingido, até aos nossos dias, a escala de grande indústria (138). Quanto ao

(133) Ver Cincinato da Costa, *op. cit.*, pp. 333-334, 350 e 552; Miriam Halpern Pereira, *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, 1971, pp. 172-179; Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura portuguesa no limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, 1978, pp. 107-108.

(134) E. de Castro Caldas, *op. cit.*, p. 122.

(135) F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, p. 8.

(136) *Informações para a estatística industrial [...] Districtos de Leiria e Funchal*, p. 197.

(137) F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, p. 8.

(138) Segundo as estatísticas industriais dos anos de 1970 a 1973, havia ainda então no País 3204 lagares de azeite (E. de Castro Caldas, *op. cit.*, pp. 119 e 163). Isto não significa, contudo, que a longo prazo o número de lagares se tenha mantido

segundo; também as modificações foram de pouca monta. Assim, dos 4 lagares do concelho de que temos alguns informações — situados respectivamente em S. João do Campo (139), na Quinta do Sebal (freguesia de Almalaguês) (140), em Coselhas (141) e Antanhol (142) —, só o último, da firma Ferreira & Ferreira, Ld^a, disporia de condições económicas para uma eventual modernização, em virtude de o respectivo capital social ascender a 50 contos.

No concelho de Arganil (freguesia de Cepos), uma sociedade em nome colectivo, sob a firma Gonçalves Silva & C^a, que se dedicava ao fabrico de azeite, à serração de madeira e à moagem, foi constituída em 1917 e dissolvida logo em 1921. Nesta data, nova sociedade se formou, passando a adoptar a firma Silva, Duarte & C^a e a dedicar-se exclusivamente ao fabrico de azeite. Porém, o seu capital social era apenas de 2 contos (143). Outras sociedades se estabeleceram para a exploração deste ramo de actividade, nomeadamente no concelho de Soure (lugar de Cotas, freguesia de Pombalinho) — uma sociedade particular para exploração de dois lagares de

inalterável. No caso de Coimbra, por exemplo, constata-se que, no século XVIII, havia no termo e aros da cidade 132 lagares de azeite, contra apenas 52 (no respectivo concelho) por 1861 (Artur Salvado, *Contribuição para o estudo da indústria oleícola de Coimbra no século XVIII*, in «Boletim da Junta Nacional do Azeite», n.º 78, Julho-Dezembro de 1969, pp. 65-66 e 79-89; F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, p. 8).

- (139) Cujá sociedade, além do lagar de azeite, explorava ainda uma máquina a vapor, de moagem e descasque de arroz, e uma forja de serralharia. Foi dissolvida em 1894 (AUC, not. Joaquim António Rodrigues Nunes (Coimbra), l.n. n.º 30, fls. 6-7).
- (140) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. n.º 243, fls. 3v.-5v. (1922).
- (141) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. n.º 229, fls. 38v.-40v. (1926).
- (142) AUC, *idem*, l.n. n.º 206, fls. 37-39v. (1923).
- (143) AUC, nots. Augusto de Oliveira Coimbra e Mário da Silva Nunes (Arganil), l.n. n.º 16, fls. 27-31v..

azeite (144) — e na vila de Condeixa-a-Nova — uma sociedade comercial em nome colectivo (145).

Mais invulgar foi o que se verificou no concelho de Pampilhosa da Serra, nas últimas duas décadas do século XIX e primeiras duas do século XX. Não obstante este município ter sido nos anos 60, como indicámos, o segundo da área coimbrã em número de lagares de azeite (com 44), estes terão deixado de responder satisfatoriamente às necessidades. Por esse facto, parte das respectivas populações associou-se, em quatro localidades do concelho (Entre-as-Águas, limite de Labatinhos (146), Vale Serrão (147), Signo Samo (148) e Machio de Cima (149)), para a construção e exploração de um lagar de azeite em cada uma.

Também aqui a tecnologia tradicional seria a regra, como se deduz do diminuto capital social (85\$00 e 100\$00, respectivamente das duas últimas sociedades indicadas) e da alusão expressa a um «lagar de fabricar azeite, movido a bois» (150).

A constituição destas sociedades, longe de se inserir na moderna tendência capitalista da formação de sociedades industriais e comerciais, inscreve-se antes na linha mutualista, mais conhecida nas zonas rurais da área de Coimbra pela relativa proliferação das mútuas de seguro de gado (151). A característica apontada aparece com toda a nitidez, por exemplo, na

(144) AUC, not. António Francisco da Cruz (Coimbra), l.n. nº 72, fls. 65v.-66v. (1901).

(145) Sob a firma Moita & Cª (AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 150, fls. 7v.-9, 1917).

(146) AUC, not. António Carlos Nunes (Pampilhosa da Serra), l.n. nº 30, fls. 82v.-86 (1884).

(147) AUC, *idem*, l.n. nº 36, fls. 47-50v. (1887).

(148) AUC, not. Luís Augusto de Lima (Pampilhosa da Serra), l.n. nº 94, fls. 21-24 (1915).

(149) AUC, not. Eduardo Carlos (Pampilhosa da Serra), l.n. nº 103, fls. 34v.-38v. (1918).

(150) Escritura da sociedade de Machio de Cima (cf. nota anterior).

(151) Sobre este assunto, ainda pouco estudado, ver alguns elementos de carácter geral em E. de Castro Caldas, *A agricultura portuguesa no limiar da Reforma Agrária*, pp. 47 e 188-189.

«escritura de *acordo* para a edificação e laboração d'um lagar de fabricar azeite» (152), tanto na designação da própria escritura (onde, em vez de *sociedade*, se lê *acordo*) como nas seguintes cláusulas da mesma: 1ª - número elevado de sócios (23) (153); 2ª - compromisso de todos os outorgantes em participar nos trabalhos de construção e reparação do lagar; 3ª - uma indemnização (de 30 centavos, por homem, ou 18 centavos, por mulher) a quem os substituísse, por cada dia que faltassem a qualquer serviço; 4ª - a recusa à prestação de serviços apenas seria válida se as circunstâncias impeditivas fossem por todos reconhecidas, sendo a negligência punida com o dobro das taxas estabelecidas (154).

Os referidos casos do concelho da Pampilhosa da Serra, pela sua singularidade e proximidade temporal — o último data de 1918 —, servem para reforçar o que já havíamos destacado, a saber: que a extracção de azeite, na área coimbrã, permaneceu sem alterações sensíveis ao longo do período estudado. Assim, por ela não passou o notável progresso verificado em Portugal nos últimos anos do século XIX, a que aludiu (1900) R. Larcher Marçal (155).

2. *Vestuário e calçado*

A confecção, praticada em pequenas oficinas de *alfaiataria*, estava presente em múltiplas localidades da área de Coimbra. Pelo número de alfaiates — provavelmente não muito superior ao das oficinas —, nos começos da década de 1860, comprova-se que a actividade de alfaiataria era exercida em todos os concelhos da dita área (156), registando-se um total de 873

(152) Sublinhado nosso.

(153) Dos quais 6 indivíduos solteiros, 7 casais, 2 viúvas e 1 viúvo.

(154) AUC, not. Eduardo Carlos (Pampilhosa da Serra), l.n. nº 103, fls. 34v.-38v. (1918).

(155) Entre os novos estabelecimentos que reuniam as melhores condições, o autor indicava: «*Lagares* de Montalegre (Luz), d'Alferrarede, d'Alvito, de Mangualde, etc.» (R. Larcher Marçal, *L'olivier et les huiles d'olive*, in B.C. Cincinato da Costa e D. Luiz de Castro (dir.), «Le Portugal au point de vue agricole», p. 515).

(156) Como já foi sublinhado, quanto ao distrito de Coimbra, por J. Lourenço Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, p. 72.

artífices, dos quais 826 nos concelhos do distrito de Coimbra (157) e 47 no de Pombal (158)). O maior número exercia o seu mester nos seguintes concelhos: Coimbra (173), Figueira da Foz (107), Oliveira do Hospital (70), Arganil (61), Tábua (56), Soure (54), Cantanhede (52) e Montemor-o-Velho (50) (159). Nestes 8 concelhos, cujo número correspondia a 44,44% do total (18), concentravam-se 71,36% (623) do número total (873) de alfaiates da área focada.

A partir da década de 70 do século passado, as informações numéricas começam a ser mais incompletas, embora seja de presumir que, durante o período abordado, continuasse a ser elevado o número de pequenas alfaiatarias. Os «artistas» que nelas laboravam, adaptando-se às exigências do cliente e estabelecendo modelos essencialmente variados (160), conseguiram assim refrear o avanço da indústria fabril neste domínio, a qual só nas últimas décadas se desenvolveu mais intensamente. Porém, a despeito deste aparente e relativo imobilismo, houve algumas inovações, particularmente no tocante à constituição de sociedades e à aliança entre a confecção e o comércio de tecidos e de artigos confeccionados.

Até finais do século XIX, salvo raras exceções (161), as alfaiatarias da área coimbrã pertenciam a proprietários individuais que eram geralmente os próprios mestres. Entretanto, já bem entrado o século XX, várias sociedades foram constituídas (a maior parte das vezes entre alfaiates ou entre estes e comerciantes), de modo especial de 1921 a 1927, período em que se formaram 9 daquelas (Quadro VI). O carácter artesanal desta actividade continua porém a estar presente, já no número de sócios (2,25, em média,

(157) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, p. 6.

(158) *Informações para a estatística industrial [...] Districtos de Leiria e Funchal*, pp. 13 e 187-196.

(159) F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, p. 6.

(160) Daniel Bellet, *L'évolution de l'industrie*, Paris, 1914, pp. 148-149.

(161) Como a sociedade de capital e indústria, entre António Jacinto e seu filho, José Jacinto de Oliveira, residentes em Coimbra (1878) (AUC, not. Joaquim António Rodrigues Nunes (Coimbra), l.n. nº 18, fls. 4-4v.) e a sociedade sob a firma Miguel Dias Barata & Filho (*Exposição districtal de Coimbra em 1884*, p. 60).

QUADRO VI
SOCIEDADES PARA A EXPLORAÇÃO DE ALFAIATARIAS (1878-1927)

LOCALIZAÇÃO		SOCIEDADE				
CONCELHO	POVOAÇÃO	FIRMA/SÓCIOS	SÓCIOS N.º	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	CONSTITUIÇÃO	FONTE
Coimbra	Coimbra	António Jacinto & Filho	2	(a)	27.11.1878	(1)
"	"	João Gomes Moreira e Duarte José Correia de Almeida Montenegro	2	1	21.5.1908	(2)
"	"	Auréllo António Ferreira & C.º	2	7,2	6.1.1921	(3)
"	"	José Marques de Almeida e Maria Silveira	2	40	29.4.1922	(4)
"	"	Damião & C.º	2	43,214	7.3.1923	(5)
"	"	J.M. Amaral & Oliveira	2	12	24.1.1924	(6)
"	"	Monteiro, Santos & C.º	3 (b)	60	3.10.1925	(7)
"	"	Lamartine, Pimentel & Irmão	2	50	22.12.1925	(8)
Figueira da Foz	Paião	Ribelro & Filho	2	21	19.10.1921	(9)
Lousã	Lousã	Alfaiataria Central, Ld.º	4	8	27.1.1921	(10)
Arganil	Arganil	António da Costa Dias e Alberto António Brandão	2	30	23.3.1909	(11)
Tábua	S. Martinho da Cortiça	José Correia Marques & C.º	2	20	21.7.1927	(12)
Total		12	27	292,414		
Média			2,25	24,367		

(a) Sociedade de capital e indústria, cujo capital social não é indicado.

(b) Dois indivíduos, residentes em Coimbra, e uma sociedade por quotas, com sede em Lisboa (Rua dos Fanqueiros, n.º 58), denominada Armazém de Lanifícios de S. Julião, Ld.º.

FONTES:

- (1) AUC, not. Joaquim António Rodrigues Nunes (Coimbra), l.n.º 18, fls. 4-4v.
- (2) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n.º 145, fls. 22v.-24v.
- (3) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n.º 20, fls. 75v.-77v.
- (4) AUC, not. José Ferreira Figueiredo Santos (Coimbra), l.n.º 240, fls. 90v.-92v.
- (5) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n.º 42, fls. 75v.78.
- (6) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n.º 55-B, fls. 30-33.
- (7) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n.º 65, fls. 76-78v.
- (8) AUC, *idem*, l.n.º 67, fls. 23-24v.
- (9) AUC, not. Pedro António de Almeida (Paião e Lavos), l.n.º 206, fls. 2v.-5v.
- (10) AUC, not. Pedro Mascarenhas de Melo (Lousã), l.n.º 49, fls. 17v.-20.
- (11) AUC, not. António José Simões (Arganil), l.n.º 75, fls. 24v.-25v.
- (12) AUC, not. Germano Antunes do Amaral (Tábua), l.n.º 112, fls. 48v.-50.

por unidade), já no restrito capital social por empresa (média de 24 367\$00).

Assinale-se, no entanto, que a maior inovação não foi propriamente a formação de algumas sociedades — tendência verificada em diversos outros ramos —, mas sim uma *mais estreita aliança entre a confecção e o comércio*, o que já era perceptível em 1889: «A transformação neste comércio e nesta indústria é tal que se encaminham as cousas para deixar de haver estabelecimentos exclusivos de alfaiate e exclusivos de commercio de pannos como eram antigamente; mas todos esses estabelecimentos

serão ao mesmo tempo de industria e de commercio» (162). Exceptuando os casos em que se associavam diferentes ramos (tais como alfaiataria e camisaria (163) ou, sobretudo em meios rurais, alfaiataria, padaria, comércio de fazendas, mercearia, vinhos e ferragens (164)), geralmente uniam-se o comércio de tecidos e a confecção (165). A mesma tendência é revelada pela estatística industrial, ao registar no distrito de Coimbra, em 1890, 17 alfaiates «de medida» com estabelecimento (166), enquanto em 1918, além de 25 daqueles e 157 alfaiates sem estabelecimento, se acrescentam 2 alfaiates ou algibebees com armazém de fazendas e 10 algibebees com estabelecimento (167).

Finalmente, que concluir das transformações indicadas? Sublinhe-se, desde já, que elas se verificaram em particular nos meios urbanos, com especial relevo para o aglomerado de Coimbra. Com efeito, eram estes que, pela densidade demográfica e pelas alterações de gosto relacionadas com a moda, proporcionavam mercados mais propícios a uma certa modernização. A actividade de alfaiataria atravessava pois uma fase de transição — entre a pequena e modesta oficina tradicional e a moderna fábrica de confecção de pronto-a-vestir —, que consistiu numa progressiva integração das alfaiatarias nas empresas comerciais de maior vulto, ou na sua conversão em estabelecimentos, simultaneamente comerciais e industriais, que

(162) *Industria e commercio*, in «O Conimbricense», nº 4405, de 19 de Novembro de 1889.

(163) Por exemplo, no estabelecimento denominado «Palais de la Mode»; ao Arco de Alameda, da firma Lamartine, Pimentel & Irmão (AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 67, fls. 23-24v) (1925).

(164) Entre outros, no estabelecimento de José Correia Marques & C^a, em S. Martinho da Cortiça, concelho de Tábua (AUC, not. Germano Antunes do Amaral (Tábua), l.n. nº 112; fls. 48v.-50).

(165) Alguns exemplos: AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 145, fls. 22v.-24v.; not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. nº 240, fls. 90v.-92v.; not. Pedro Mascarenhas de Melo (Lousã), l.n. nº 49, fls. 17v.-20.

(166) *Anuario estatístico de Portugal. 1892*, Lisboa, 1899, p. 308.

(167) *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1921*, Lisboa, 1925, p. 420.

vendiam os tecidos destinados à confecção (168). Os estabelecimentos deste novo tipo ficavam assim aptos a beneficiar da concorrência, por já não dependerem unicamente da confecção, como os seus antecessores.

Sob a perspectiva tecnológica, deve mencionar-se a grande importância da difusão da *máquina de costura*, como parte integrante da mencionada transição (169). Em Coimbra, já em 1878 a firma António Jacinto & Filho contratava, como auxiliar, Augusto Simões da Silva, alfaiate, que ficava obrigado a «fazer toda a escripturação, a *trabalhar com a machina de costura* e a dirigir os officiaes» (170).

Mais difícil de estudar, por carência de dados, é a evolução do *trabalho de costura*, executado por costureiras ou modistas. Todavia, como só localizámos uma escritura de constituição de sociedade — entre duas irmãs, residentes em Coimbra, sob a firma Tavares Irmãs (171) —, deduzimos que, neste domínio, o movimento da formação de sociedades não se fez sentir como no caso das alfaiatarias.

Relativamente à *sapataria*, o número de artesãos na área de Coimbra, nos inícios dos anos 60 de Oitocentos, totalizava 826 (779 no distrito de Coimbra e 47 no concelho de Pombal), ocupando o quarto lugar entre as actividades com mão-de-obra mais numerosa, a seguir à dos carpinteiros (1 064), pedreiros (983) e alfaiates (873) (172). Nas décadas seguintes, este

(168) Algumas das referidas alterações já eram bem notórias em 1894 (*Crise operária em Coimbra*, in «O Conimbricense», n.º 4890, de 28 de Julho de 1894).

(169) Ver David S. Landes, *L'Europe technicienne*, pp. 403-405.

(170) AUC, not. Joaquim António Rodrigues Nunes (Coimbra), l.n. n.º 18, fls. 4-4v. (sublinhado nosso).

(171) O capital social era de 300\$000 réis, em moeda de ouro e prata, entrando cada uma das sócias com 150\$000 réis (AUC, not. Augusto Gomes Pimentel (Coimbra), l.n. n.º 10, fls. 22-22v.) (1874).

(172) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, p. 6; *Informações para a estatística industrial, publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas. Districtos de Leiria e Funchal*. pp. 13-14. Ver

grupo profissional continuou a ser relativamente numeroso, apesar de, no distrito de Coimbra, a estatística industrial de 1890 somente registrar 96 sapateiros (fabricantes ou mercadores por miúdo) (173) e, a de 1918, 40 sapateiros com estabelecimento e 191 sem ele (174). Independentemente do número global de artífices — cuja evolução é difícil conhecer com rigor —, ocorreram algumas modificações neste ramo, ao longo do período focado.

Uma primeira nota a destacar é o aumento do número de sapateiros no centro urbano de Coimbra, nas últimas três décadas do século XIX. Efectivamente, nos inícios da década de 60 existiam ali 164 sapateiros — incluindo os da freguesia de St^o António dos Olivais, então suburbana (175) —, ao passo que em meados da década de 90 havia, pelo menos, uns 219 (cujos nomes se conhecem) (176) ou, segundo outra informação, cerca de uns 500 (177). Ainda que este número nos pareça exagerado, não há dúvida de que se registou um aumento de «operários» de sapataria em Coimbra (178), tendência que não se terá verificado noutras

também J. Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*, vol. I, t. I, pp. 77-78 e 163-164.

(173) *Anuario estatístico de Portugal. 1892*, 1899, p. 324. O número indicado deve ser interpretado com reservas. Recorrendo a outra fonte, verifica-se que ele pouco excedia o dos mestres e contramestres (77), ficando muito aquém do número de «operários» (sapateiros) do sexo masculino (327) e do total de pessoas de ambos os sexos (528), incluindo aprendizes, que trabalhavam nas 339 oficinas do distrito de Coimbra, em 1890 (*Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 375-413).

(174) *Anuario estatístico de Portugal. Ano de 1921*, Lisboa, 1925, p. 438.

(175) F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, pp. 9-10.

(176) Constam de *O Conimbricense* (n^o 5064, de 7 de Abril de 1896), sob a forma de um abaixo-assinado contra a Lei de 13 de Fevereiro de 1896, que limitava a liberdade de imprensa contra a difusão de ideias anarquistas. Cf. *Collecção oficial de legislação portuguesa. Anno de 1896*, Lisboa, 1897, pp. 33-34.

(177) *O Conimbricense*, n^o 5061, de 28 de Março de 1896.

(178) Segundo uma fonte pouco posterior, a mão-de-obra era toda recrutada na própria cidade (J. de Oliveira Simões, *Inquirição pelas associações de classe*

localidades da área coimbrã, especialmente nos meios rurais, onde a emigração foi mais intensa (179).

A relativa concentração de sapateiros em Coimbra e subúrbios (180) agravava a crise do fabrico e da reparação de calçado. Todavia, a mencionada crise não era exclusiva daquele centro urbano, mas antes de índole geral, afectando por todo o lado — em Portugal (181) como noutros países (182) — a antiga «indústria» manual de calçado. Esta viria a ser progressivamente substituída pela indústria mecânica, cuja enorme capacidade produtiva possibilitava uma substancial descida dos preços. Porém, no contexto coimbrão os efeitos da crise geral eram exacerbados pela falta de modernização no sector — que tornava o mercado local receptivo aos artigos provenientes sobretudo do Norte do País, a preços mais competitivos (183) — e pela concorrência das oficinas da Penitenciária e da Miseri-

sobre a situação do operariado. Apuramento das respostas ao questionário da Repartição do Trabalho, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 49, 1910, p. 244).

- (179) Apesar da Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado de Coimbra não ter respondido às questões (1-4) do respectivo capítulo (IX «Emigração») (trabalho cit. na nota anterior, p. 248), também alguns sapateiros, como sucedia com certo número de alfaiates (*ibidem*, p. 180), emigravam, sobretudo para o Brasil. Em 1871, por exemplo, emigraram do distrito de Coimbra 10 alfaiates e 8 sapateiros (*O Conimbricense*, nº 2562, de 14 de Fevereiro de 1872). Para o período de 1862-1875, ver J. Lourenço Roque, *op. cit.*, vol. I, t. II, Apêndice II, Quadro XXX.
- (180) Como, por exemplo, em Celas, onde exercia a sua actividade o mestre sapateiro Avelino de Moura — em cuja oficina trabalhavam (1910) 9 «operários» e aprendizes —, de quem nos fala, com certo pormenor, Léon Poincard, *Le Portugal inconu, I: L'industrie, le commerce et la vie publique*, Paris, 1910, pp. 294-300.
- (181) *Inquerito industrial de 1890*, vol. IV, pp. 688-689.
- (182) Ver, por exemplo, William H. Mulligan, Jr., *Mechanization and work in the American Shoe Industry: Lynn, Massachusetts, 1852-1883*, in «The Journal of Economic History», vol. XLI, nº 1, 1981, pp. 59-64.
- (183) J. de Oliveira Simões, *Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado...*, p. 239. Em 1928, por exemplo, a Empresa de Calçado Fox, de Braga, possuía em Coimbra um depósito de calçado, dos dezasseis de que

córdia. Este último factor era frequentemente considerado bastante nocivo para os «fabricantes» de calçado de Coimbra, como provam os numerosos protestos formulados (184). Acrescenta-se, ainda, o agravamento da crise de trabalho nos meses de Julho a Outubro, por causa da «saída de Coimbra de grande parte da sua população para as praias e campos» (185).

Passando do geral ao particular, encontram-se elementos diversos comprovativos da crise indicada. Assim, João Guedes Coelho da Silva contraiu (1870) um empréstimo de 412\$820 réis, para fundar o seu estabelecimento de sapataria, ficando a pagar, por 170\$000 réis, o juro anual de 10% e, o restante, sem juro (186). Pouco depois (1872), foi lavrada uma escritura de «estabelecimento de calçado», a ser instalado por Joaquim Carvalho Porto, marceneiro, em favor de António Fernandes Ervideira, mestre sapateiro. Este, «artista de muito mérito», mas que não dispunha de meios para estabelecer loja de calçado, ficava a auferir 500 réis diários (187). Passadas

era proprietária em todo o País (Manuel Araújo, *Indústrias de Braga (Notas de um jornalista)*, Braga, 1928, p. 62). Contra a concorrência estrangeira — que também se fazia sentir em Coimbra —, foi promovido (1912) um comício pela Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado desta cidade, do qual seria um dos oradores o «conhecido propagandista do movimento operário português», Bartolomeu Constantino, vindo de Lisboa expressamente para o efeito (*O Povo de Santa Clara*, nº 178, de 1 de Dezembro de 1912).

(184) J. de Oliveira Simões, *Inquirição pelas associações de classe...*, pp. 241 e 252; *O Conimbricense*, nºs 5772 e 5781, respectivamente de 21 de Março e de 21 de Abril de 1903, e nº 5972, de 21 de Fevereiro de 1905.

(185) J. de Oliveira Simões, *ibidem*, p. 243. Outros autores aludiam às repercussões negativas, para Coimbra, das férias actualmente chamadas «grandes», em virtude da enorme baixa que provocavam no número da população residente, durante esse período (ver, por exemplo, João Bonança, *Enciclopédia de aplicações usuas*, Lisboa, 1903, pp. 825-826).

(186) O credor, Joaquim Guedes Coelho da Silva, era pai do referido devedor (AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 6, fls. 52-53) (1870).

(187) AUC, *idem*, l.n. nº 12, fls. 44v.-45 (1872). A remuneração diária de 500 réis visava de facto compensar o *mérito* do referido mestre sapateiro, já que excedia os salários médios, nas artes mecânicas, em mais de 100 réis, isto é, em cerca de 1/3. Estes, de 1856 a 1871, oscilaram, no concelho de Coimbra, entre o mínimo

mais de quatro décadas (1913-1914), Joaquim Maria de Azevedo e Adriano do Vale, sapateiros, requerem à Câmara Municipal de Coimbra autorização para arrendar casa no Bairro Operário Bispo-Conde, alegando carências de meios para proceder ao arrendamento de outras habitações (188).

As novas circunstâncias, criadas pela concorrência — já mencionada — e pelo alargamento do mercado, exigiam adaptação, o que na verdade foi tentado por alguns. Consequentemente, são fundadas na área coimbrã 10 sociedades (Quadro VII), das seguintes modalidades: 5 sociedades comerciais, em nome colectivo; 2 sociedades por quotas, de responsabilidade limitada; 1 sociedade por quotas; e 2 sem classificação expressa, tendo-se os respectivos membros associado para a exploração da indústria e do comércio de sapataria. Para 4 delas, pelo menos, entraram como sócios alguns sapateiros (189). Os «novos» estabelecimentos destas empresas passaram entretanto a dedicar-se cada vez mais ao comércio do calçado, fabricado nos mesmos ou adquirido, em prejuízo do fabrico tradicional por medida e dos próprios consertos. Em alguns casos, o artífice era

de 275 réis e o máximo de 371 réis (J. Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra...*, vol. I, t. II, Apêndice II, Quadro XXII).

(188) BAMC, *Bairro Operário do Bispo-Conde*. 1899 [com docs. de diversos outros anos], docs. de 24 de Março de 1913 e 27 de Janeiro de 1914. Sobre este Bairro ver José Branquinho de Carvalho, *História do Bairro Operário «Bispo-Conde»*, in «Arquivo Coimbrão», vol. XVIII, 1963, pp. 139-170; João Rodrigues Pinto Brandão, *Casas Operárias na 2.ª Circunscrição Industrial*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 66, 1912, pp. 19-20.

(189) Excluímos os casos duvidosos, quando apenas se indica «industriais». Os sócios ou as firmas das 4 sociedades referidas são: José Henriques Pedro e Francisco Almeida, sendo este «sócio industrial» (AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 137, fls. 96-97v.); Cardoso & Eugénio, para a qual o sócio Custódio Eugénio entrou com a sua «indústria de sapateiro» (AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 6, fls. 24-25v.); Gentil & Broeiro, da Figueira da Foz, cujos 2 sócios eram sapateiros (AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 130, fls. 31-32v.); e Andrade & Silva, Ldª, da Lousã, em que o sócio Sebastião da Silva era sapateiro (AUC, not. Pedro Mascarenhas de Melo (Lousã), l.n. nº 49, fls. 20-22v.).

contratado para trabalhar num estabelecimento, pelo que recebia o respectivo salário e, eventualmente, parte dos lucros (190).

QUADRO VII
SOCIEDADES PARA A EXPLORAÇÃO DO FABRICO E VENDA DE CALÇADO (1903-1922)

LOCALIZAÇÃO		SOCIEDADE				
CONCELHO	POVOAÇÃO	FIRMA/SÓCIOS	SÓCIOS N.º	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	CONSTITUIÇÃO	FONTE
Coimbra	Coimbra	José Henriques Pedro e Francisco Almeida	2	0,3	28.10.1914	(1)
"	"	José Maria de Carvalho e Sérgio dos Reis	2	5	7.1.1919	(2)
"	"	Cardoso & Eugénio	2	0,1	3.9.1919	(3)
"	"	Magalhães & Costa	2	0,4	10.3.1920	(4)
"	"	Silva & Filho	2	70	19.1.1921	(5)
"	"	Álvaro Simões & Filho	2	8	3.3.1922	(6)
"	"	Centro Fabril de Calçado, Ld. ^a	(a)	48,5	27.12.1912	(7)
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Neves Baptista e Cardoso Pereira	2	0,288	3.1.1903	(8)
"	"	Gentil & Broeiro	2	0,1	5.2.1906	(9)
Lousã	Lousã	Andrade & Silva, Ld. ^a	2	8	9.2.1921	(10)
Total		10	18	140,688		
Média			2 (b)	14,068		

(a) Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sendo o capital social subscrito por 27 indivíduos. Estes eram de diversas categorias socioprofissionais, pertencendo o maior número às de oficial do exército (7), proprietários (4) e comerciantes (3). As quotas eram dos seguintes valores: 1000\$00 (13), 2000\$00 (4), 500\$00 (4), 3000\$00 (3), 5000\$00 (2) e 2500\$00 (1).

(b) Excluímos desta média a sociedade referenciada na nota anterior, pelas suas peculiaridades.

FONTES:

- (1) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. n.º 137, fls. 96-97v.
- (2) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. n.º 224, fls. 22v.-25.
- (3) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. n.º 6, fls. 24-25v.
- (4) AUC, *idem*, l.n. n.º 10, fls. 93v.-95.
- (5) AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 185-C, fls. 25v.-28v.
- (6) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. n.º 30, fls. 20-21v.
- (7) AUC, *idem*, l.n. n.º 39, fls. 71v.-78v.
- (8) AUC, not. Elísio da Costa (Figueira da Foz), l.n. n.º 118, fls. 62-64v.
- (9) AUC, *idem*, l.n. n.º 130, fls. 31-32v.
- (10) AUC, not. Pedro Mascarenhas de Melo (Lousã), l.n. n.º 49, fls. 20-22.

(190) Além do supracitado Joaquim Carvalho Porto, também Alfredo Correia, industrial e comerciante, com estabelecimento em Coimbra (Praça do Comércio, n.º 51), fez um contrato com António Maria Jorge, sapateiro, a quem pagaria o ordenado mensal de 300\$000 e 1 % dos lucros, no fim de cada ano de vigência do contrato (AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. n.º 212, fls. 19v.-21, 1923 [aliás 1924]).

Tratando-se ainda de estabelecimentos de pequena envergadura (191), coube-lhes no entanto um papel de ligação entre as tradicionais oficinas e as actuais sapatarias, vocacionadas exclusivamente para a venda de calçado. Quanto à produção fabril — por certo já praticada pelas firmas Silva & Filho e Centro Fabril de Calçado, Ld^a —, o seu desenvolvimento haveria de ser pouco expressivo, se o compararmos, por exemplo, com o verificado nos distritos de Aveiro e do Porto (192).

A *tamancaria* também ocupou alguns artífices na área de Coimbra (193), tendo-se até constituído bastante cedo (cerca de 1884) uma sociedade na Figueira da Foz, para a exploração desta actividade, a qual veio a ser dissolvida em 1889 (194).

3. Construção civil e trabalhos em madeira

Com a industrialização e o crescimento demográfico e urbano intensificou-se substancialmente a procura de alojamento, adquirindo a *construção civil* uma nova dinâmica (195). De facto, ela tornar-se-ia, nos séculos XIX e XX, uma *indústria motriz* (196), com numerosas relações a

(191) Como se comprova pela média do capital social por unidade (14 068\$00), a qual ainda baixará consideravelmente (para 9 218\$80) se se excluir a firma Centro Fabril de Calçado, Ld^a (cf. nota (a) do Quadro VII).

(192) *O inquérito industrial de 1957-1959 (volume geral)*, Lisboa, s.d., pp. 26-27, 36-37 e 50-51.

(193) Ver J. Lourenço Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, pp. 78 e 163-164 (notas 368-370).

(194) Tratava-se da sociedade sob a firma Raymundo & Irmão, fundada havia mais ou menos 5 anos, quando foi dissolvida por escritura de 3 de Janeiro de 1889 (AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. n^o 76, fls. 38v.-39v.).

(195) Ver Leonardo Benevolo, *As origens da urbanística moderna* (trad. do italiano), Lisboa, 1981, cap. I, pp. 13-31.

(196) Usando a expressão de A. Chatelain, que sublinha, relativamente à França: «son importance est mise en relief par la masse de capitaux investis, par les tonnages énormes de matériaux utilisés, par les effectifs de main-d'oeuvre employée» (Abel Chatelain, *Une grande industrie motrice française attardée: le Bâti-ment*, in «Annales E.S.C.», 13^o ano, n^o 1, 1958, p. 573).

montante (cerâmica, indústrias de cal e cimento, preparação de madeiras e outros materiais de construção) e a jusante (abastecimento de água e iluminação, mobiliário, decoração, etc.).

Quanto à área de Coimbra, o aumento demográfico e a expansão de alguns centros urbanos — em particular Coimbra e Figueira da Foz — estimularam a construção civil, na sua dupla modalidade de *conservação* e *construção*. Não sendo abundantes os documentos disponíveis sobre qualquer delas, é acerca da primeira que a sua falta mais se faz sentir. Poucos contratos de conservação ou reparação de edifícios seriam objecto de escritura pública (Quadro VIII), pelo que se toma difícil ou mesmo impossível conhecer muitos deles.

A urbanização da Quinta de Santa Cruz, em Coimbra, e a construção do Bairro Novo de Santa Catarina, na Figueira da Foz, abrangem quase a totalidade dos contratos de empreitada (firmados por escritura pública) de construção civil, nos últimos decénios do século passado e inícios do actual. Com efeito, não só se tratava de zonas em direcção às quais os referidos centros urbanos se expandiam aceleradamente, como os respectivos proprietários — na sua maioria pertencentes à burguesia urbana — certamente desejavam oficializar e autenticar os ditos contratos, para que estes pudessem vir a ser cumpridos mais fácil e integralmente (197).

Para além do aspecto quantitativo, terá havido na área coimbrã uma evolução qualitativa digna de registo, na construção civil? Não é muito provável. Assim, quanto à inovação de técnicas e materiais, designadamente o *betão armado*, o seu uso não se generalizou na área até ao final do período analisado, a despeito da sua aplicação, por exemplo, em alguns edifícios fabris (198). Também no que se refere a tecnologia as inovações terão sido mínimas (199).

(197) Em certos contratos descrevem-se pormenorizadamente as condições de execução da obra, desde os materiais às dependências e respectivos ornamentos, bem como os montantes e prazos de pagamento (cf. AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 122, fls. 88v.-91).

(198) O atraso, aliás, não era específico da área em questão, mas sim comum a todo o País, como ainda em 1908 era reconhecido (J. da P. Castanheira das Neves, *Breve notica sobre alguns materiaes de construcção, não metallicos, nacionaes*, in «Notas sobre Portugal», vol. I, p. 170).

(199) A mecanização na construção civil, mesmo em França, só mais tarde se verifi-

QUADRO VIII
EMPREITADAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL TOMADAS POR CONSTRUTORES CIVIS, MESTRES-DE-OBRAS OU ARTÍFICES (1883-1923)

LOCALIZAÇÃO		OBRA			
CONCELHO	LOCALIDADE	NATUREZA	PROFISSÃO DO EXECUTANTE	DATA DO CONTRATO	FONTE
Coimbra	Coimbra	Casa	Pedreiro	19.10.1883	(1)
"	"	"	Mestre-de-obras	17.4.1884	(2)
"	"	"	Pedreiro e mestre-de-obras	19.1.1891	(3)
"	"	"	Mestre-de-obras	4.7.1896	(4)
"	"	"	"	4.3.1899	(5)
"	"	"	"	27.9.1906	(6)
"	"	"	"	13.1.1906	(7)
"	Póvoa, freguesia de S. Martinho	"	Carpinteiro	26.3.1909	(8)
"	Coimbra	Retrete	Mestre-de-obras	28.6.1909	(9)
"	"	Sede da Associação Comercial	"	19.9.1909	(10)
"	"	Casa	Empreiteiro de obras	12.3.1910	(11)
"	"	"	Mestre-de-obras	3.10.1912	(12)
"	"	"	Construtor civil	11.11.1916	(13)
"	"	"	Mestre-de-obras	27.8.1918	(14)
"	"	"	Construtor civil	9.9.1918	(15)
"	"	"	"	18.12.1918	(16)
"	"	Serviços numa casa	Pedreiros	15.2.1919	(17)
"	"	Reparação de uma casa	Estucador	31.5.1919	(18)
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Casa	Carpinteiro	19.10.1890	(19)
Oliveira do Hospital	Vilela, freguesia de Nogueira do Cravo	"	Pedreiro	24.3.1912	(20)
Penela	Quinta da Bolça	"	Carpinteiro	8.6.1883	(21)
Total		21			

FONTES:

- (1) AUC, not. António Francisco da Cruz (Coimbra), l.n. nº 3, fls. 75-76v.
- (2) AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. nº 34, fls. 1-2v.
- (3) AUC, not. António Francisco da Cruz (Coimbra), l.n. nº 25, fls. 81-82v.
- (4) AUC, *idem*, l.n. nº 51, fls. 31v-34.
- (5) AUC, not. Joaquim António Rodrigues Nunes (Coimbra), l.n. nº 36, fls. 78v-83v.
- (6) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 122, fls. 88v-91.
- (7) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 149, fls. 30-32.
- (8) AUC, not. José António Lopes Ferreira (Coimbra), l.n. nº 13, fls. 24v-27v.
- (9) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 139, fls. 17v-19.
- (10) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 111, fls. 31-33.
- (11) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 14, fls. 32-38.
- (12) AUC, *idem*, l.n. nº 25, fls. 3-3v.
- (13) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 207, fls. 6v-9.
- (14) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. nº 221, fls. 25-27.
- (15) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 182-B, fls. 50v-52.
- (16) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 182-B, fls. 97-98v.
- (17) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 51-C, fls. 30-31v.
- (18) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 184-B, fls. 41-43.
- (19) AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 81, fls. 15-16v.
- (20) AUC, not. Augusto de Matos Cid (Oliveira do Hospital), l.n. nº 112, fls. 56-59.
- (21) AUC, not. Joaquim Maria Duarte Braga (Condeixa), l.n. nº 66, fls. 25-26.

caria (A. Chatelain, *Une grande industrie française retardée...*, p. 580). Ver também S.B. Hamilton, *Building Materials and Techniques*, in Charles Singer *et al.*, «A History of Technology», vol. V, pp. 466-497.

Do ponto de vista empresarial, a actividade em análise continuaria igualmente na fase pré-industrial. Assim, num total de 31 contratos de empreitada (Quadros VIII e IX), cerca de 2/3 das empresas intervenientes

QUADRO IX
SOCIEDADES DE CONSTRUÇÃO CIVIL (1868-1925)

LOCALIZAÇÃO		SOCIEDADE			
CONCELHO	POVOAÇÃO	FIRMA/SÓCIOS	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	CONSTITUIÇÃO	FONTE
Coimbra	Colmbra	Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra	200	28.1.1876	(1)
"	"	Dinis de Carvalho & C ^o	(a)	12.4.1885	(2)
"	"	António Simões Misarela e Augusto Lopes	1	6.6.1907	(3)
"	"	José Simões Pereira & Irmãos	2	4.10.1909	(4)
"	"	António Simões Misarela e Joaquim da Costa Neto	3	27.10.1913	(5)
"	"	Santos, Carvalho & Fernandes	3	21.1.1916	(6)
"	"	Predial Económica, Ld ^a	5	22.4.1918	(7)
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Companhia Edificadora Figueirense	90	31.8.1868	(8)
Lousã	Lousã	António Simões Misarela, Manuel Martins e Francisco Sales	(a)	29.8.1925	(9)
Mealhada	Pampilhosa do Botão	Bergamim, Ld ^a	12,1	30.3.1916	(10)
Total		10	316,1		
Média			31,61		

(a) Capital social não indicado.

FONTES:

- (1) AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 22, fls. 10-16.
- (2) AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. nº 38, fls. 8-9.
- (3) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 138, fls. 2-3v.
- (4) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 111, fls. 48-50.
- (5) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 160, fls. 94-95.
- (6) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 171, fls. 40-41.
- (7) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 151, fls. 42v.-44.
- (8) AUC, not. João Maria de Salerno Jordão (Figueira da Foz), l.n. nº 25, fls. 1-15.
- (9) AUC, not. Pedro Mascarenhas de Lemos (Lousã), l.n. nº 69, fls. 2v.-4v.
- (10) ADA, not. Francisco Lebre de Vasconcelos (Mealhada), l.n. nº 73, fls. 44-46v.

eram individuais. Corrobora ainda aquela asserção o facto de grande parte dos ditos empresários ter uma preparação essencialmente empírica. Com efeito, não só 1/3 dos mesmos era constituído por artífices, como alguns

dos referenciados como mestres-de-obras e construtores civis teriam possivelmente formação análoga (200).

Também nesta actividade a concorrência, entre os diversos profissionais, levaria à constituição de algumas sociedades (Quadro IX). Porém, entre as 10 constituídas, destacam-se claramente dois grupos: um formado pela *Companhia Edificadora Figueirense* e pela *Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra*, que detinham 91,7% de todo o capital social, e outro constituído pelas restantes.

As ditas empresas figueirense e conimbricense marcaram uma época, nos respectivos aglomerados urbanos. Efectivamente, a primeira, durante mais de duas décadas (201) e, a segunda, cerca de uma (202), intervieram em numerosos contratos de compra, venda e construção de imóveis.

Do grupo das restantes, cujo papel foi em geral mais modesto, merecem algum destaque as firmas José Simões Pereira & Irmãos (Coimbra), antecessora de outra empresa do ramo que chegaria aos nossos dias, e Bergamim, Lda. (Pampilhosa do Botão). Esta, no entanto, dedicar-se-ia mais à transacção de imóveis que à construção civil, pois o seu capital era constituído quase na totalidade (99,2%) por prédios rústicos e urbanos.

A *madeira*, além de tradicional e largamente usada na construção civil (203), tinha diversas outras aplicações, pelo que focaremos seguidamente três actividades que a usavam como matéria-prima essencial: *carpintaria*, *marcenaria* e *fabrico de palitos*.

(200) Baseamo-nos no facto de, em 1895, terem feito exame na Direcção de Obras Públicas, para mestres-de-obras, 3 carpinteiros, 1 estucador, 1 pedreiro e 1 cantiteiro (*O Operário de Coimbra*, nº 2, de 12 de Outubro de 1895, p. 1).

(201) Constituída em 1868 (Quadro IX), ainda em 1891 vendia um terreno (AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 83, fls. 78-79v.).

(202) Formada em 1876 (Quadro IX), encontrava-se em liquidação em 1884 (AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. nº 34, fls. 88v.-90).

(203) Cf. S.B. Hamilton, *Building Materials and Techniques*, p. 466.

Os carpinteiros, em 1861, formavam o grupo de artífices mais numeroso do distrito de Coimbra. Na realidade, de um total de 4 754 «artistas» (204), 1 004 exerciam a actividade de *carpintaria*, o que corresponde a 21,11% (205). A avaliar pelas estatísticas, ter-se-á verificado nas décadas seguintes uma drástica redução no número de carpinteiros, o qual não excederia os 262 (distribuídos por 229 estabelecimentos, isto é, 1,14 em média por cada um), nos inícios dos anos 90 do século passado (206), e os 78 (carpinteiros de obra miúda, com estabelecimento), no final da segunda década do presente século (207). Como explicar tal fenómeno, numa altura em que a construção civil registou certo progresso, particularmente — como verificámos — em Coimbra e na Figueira da Foz?

Antes de mais, convém chamar de novo a atenção para as reservas que alguns dos números citados nos merecem. De facto, além de a estatística de 1918 só incluir, para efeitos fiscais, os artífices carpinteiros de obra miúda com estabelecimento, o próprio *Inquérito Industrial de 1890* suscita algumas dúvidas, ao registar, por exemplo, apenas 22 carpinteiros no concelho de Coimbra (208), contra 232, três décadas mais cedo (209). Assim, a diminuição no número dos artífices mencionados não terá sido tão acentuada como os dados referidos parecem inculcar. Provas documentais menos problemáticas existem, todavia, sobre dois outros aspectos: a *formação de algumas sociedades* e a *introdução da máquina a vapor no ramo da carpintaria*.

(204) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, p. 6. Ao total da soma do quadro, acrescentámos os 139 barbeiros, referenciados na nota (a) da obra e página cit..

(205) F. Teixeira da Silva, *ibidem*, J. Loureço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX*, vol. I, t. I, p. 80.

(206) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 375-413.

(207) *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1921*, p. 424. Além daqueles, foram igualmente registados 6 carpinteiros de carros e 7 carpinteiros de carruagens, com estabelecimento (*ibidem*).

(208) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 390-391.

(209) F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, p. 6.

A despeito de haver referências a outras firmas dedicadas à exploração desta actividade — Inácio & Baptista (1913) (210), Transformadora, Lda. (1921) (211) e Carpintaria Mecânica Conimbricense, Lda. (1925) (212), em Coimbra, e Nova Empresa Industrial Lousanense, Lda. (1922), na Lousã (213) —, só localizámos as escrituras da constituição de três sociedades, sediadas em Coimbra: Franco & Hermenegildo (1919), Dinis Costa & Reis (1924) e Avelino Rodrigues & Campos (1926), com o capital social de 1, 80 e 130 contos, respectivamente (214).

Se, como parece mais verosímil, a primeira sociedade visava explorar uma pequena oficina (situada na Rua da Nogueira, nº 34), já as outras duas (na Avenida do Gasómetro, nº 15, e ao Arco Pintado) se integravam perfeitamente no âmbito da indústria fabril. Denotam essa característica o montante do respectivo capital social e ainda os maquinismos adquiridos pela firma Avelino Rodrigues & Campos à Fábrica de Cal de Coimbra, Lda. (215). Daqueles fazia parte uma locomóvel «Lanz», o que prova terem as ditas empresas adoptado já a *mecanização*. O mesmo se poderá dizer das mencionadas Carpintaria Mecânica Conimbricense, Lda. (216) e Nova Empresa Industrial Lousanense, Lda. (217). Todavia, a mecanização, embora ainda pouco generalizada na década de 20, já tinha sido muito antes introduzida

(210) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 2, processo nº 89.

(211) BAMC, *Requerimentos diversos. 1921-1922-1923*, requerimento nº 1247.

(212) ABPC, *Cartas. Expediente diverso. «Pais». 1924-1925*.

(213) ABPC, *Circulares de clientes*, 6, 1891-1926.

(214) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 182-C, fls. 13-15; not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 55-B, fls. 42v.-45v.; not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 230, fls. 27-28.

(215) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 230, fls. 31-32v. (1925).

(216) Cf. *supra*, nota 212.

(217) Esta empresa dedicava-se às seguintes actividades: «*carpintaria mecânica*, serralharia, serração, madeiras e materiais para construção civil», (ABPC, *Circulares de clientes*, 6, 1891-1926) (sublinhado nosso).

em Coimbra no ramo da carpintaria. Efectivamente, coube a Manuel Gomes Leite a prioridade da instalação (1880) de uma carpintaria mecânica (ao Arnado, em Coimbra), aplicando a respectiva máquina a vapor também à moagem do vidro destinado à cerâmica. Por ter igualmente desenvolvido as indústrias da moagem de cereais, a vapor, e das massas alimentícias, sublinhava-se: «só por si as industrias do sr. Gomes Leite formarão uma secção importante da exposição de manufacturas d'este districto» (em 1884) (218). Algumas outras iniciativas do género se lhe devem ter seguido, uma das quais tomada pela firma Inácio & Baptista, ao requerer licença (1913) para instalar em Coimbra, num quintal da Avenida dos Oleiros, «uma oficina de carpintaria a vapor por meio de locomovel, caldeira d'alta pressão...» (219).

Menos documentada mas não menos interessante foi a ascensão socioprofissional de alguns carpinteiros a construtores civis ou a mestres-de-obras, como sucedeu, entre outros, com Abílio Augusto Vieira, José dos Santos Marques e Benjamim Ventura (220). O nome deste último, um dos mais hábeis alunos da Escola Livre das Artes do Desenho, ficaria indissociavelmente ligado à edificação do conhecido edifício neomanuelino, sito ao fundo da Rua Corpo de Deus, em Coimbra (221).

O exercício da *marcenaria*, na área em foco, era de reduzidas proporções. Assim, nos inícios dos anos 60 do século XIX só foram referenciados 41 marceneiros em toda a área, distribuídos respectivamente por Coimbra

(218) Joaquim Martins de Carvalho, *Fabrica do Arnado. Manoel Gomes Leite*, in «O Conimbricense», n.º 3764, de 11 de Setembro de 1883.

(219) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres...», maço 2, processo n.º 89.

(220) *O Operario de Coimbra*, n.º 2, de 12 de Outubro de 1895, p. 1. Sobre a ascensão de grande número de assalariados da construção civil a pequenos empresários (século XIX e primeira metade do XX), em França, ver A. Chatelain, *art. cit.*, pp. 575-576.

(221) *O Conimbricense*, n.ºs 4 243 e 4 505, respectivamente de 24 de Abril de 1888 e de 4 de Novembro de 1890. Ver fotografia do referido edifício em Regina Anacleto, *Arquitectura revivalista de Coimbra*, Coimbra, 1982, p. 16. Sêp. de «Mundo da Arte», n.ºs 8-9, 1982.

(32), Figueira da Foz (8) (222) e Redinha, concelho de Pombal (1) (223). A evolução subsequente foi pouco significativa, circunscrevendo-se essencialmente aos seguintes aspectos: *ténue expansão geográfica, constituição de algumas sociedades e desenvolvimento mais acentuado no comércio que na produção de mobiliário.*

De uma localização fundamentalmente urbana na década de 1860 (224) — com destaque para Coimbra e Figueira da Foz que, como verificámos, concentravam 40 dos 41 marceneiros da área (225) —, três décadas depois passam a referenciar-se outros nos concelhos de Oliveira do Hospital (6) e Poiães (2) (226).

Novas condições e exigências — de mercado, concorrência e capital — irão entretanto levar à conjugação de esforços e, conseqüentemente, à formação de várias sociedades. Das 11 fundadas de 1907 a 1926, 7 nasceram nos anos 1919-1922 (Quadro X), ou seja, em período de relativo surto económico do pós-guerra, a exemplo do sucedido em alguns dos ramos já analisados (panificação, pastelaria e sapataria). Porém, o baixo valor médio do capital social (4 642\$85) em 7 delas (primeiras 5 e últimas 2 do Quadro X) e o facto de, por vezes, os sócios serem os próprios marceneiros que

(222) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, pp. 10 e 43. Corrija-se o quadro da página 6 desta obra, onde os marceneiros do concelho da Figueira da Foz constam, erradamente, do concelho de Condeixa.

(223) *Informações para a estatística industrial [...] Districtos de Leiria e Funchal*, p. 192.

(224) Como já foi apontado por J. Lourenço Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, p. 80.

(225) Na Exposição distrital de Coimbra (1884), continuam a fazer-se representar apenas marceneiros das cidades de Coimbra e da Figueira da Foz (*Exposição distrital de Coimbra em 1884*, p. 59).

(226) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 406-410. Nos concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz havia, nesta data, 27 e 14 marceneiros, respectivamente, incluindo indivíduos de ambos os sexos e aprendizes (*idem*, pp. 394-395 e 400-401), ou seja, menos 5 e mais 6, respectivamente, que nos anos 60.

QUADRO X
SOCIEDADES PARA A EXPLORAÇÃO DE MARCENARIAS (1907-1926)

LOCALIZAÇÃO		SOCIEDADE				
CONCELHO	POVOAÇÃO	FIRMA/SÓCIOS	SÓCIOS N.º	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	CONSTITUIÇÃO	FONTE
Coimbra	Coimbra	Fernando & Ferreira, Ld.ª	2	5	24.8.1907	(1)
"	"	A. Amado & C.ª	2	3	5.2.1915	(2)
"	"	Ventura & Couceiro	2	2	25.2.1919	(3)
"	"	Manuel Francisco Miranda & C.ª	2	2,5	4.5.1920	(4)
"	"	Álvaro & Ferrão	2	2	28.3.1921	(5)
"	"	Joaquim Crisóstomo & Guedes, Ld.ª	2	50	1.5.1921	(6)
"	"	Santos & C.ª, Ld.ª	2	32	11.12.1922	(7)
"	"	António Pinto de Magalhães, Ld.ª	2	30	2.2.1923	(8)
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Fernando António Garcia e Elísio Artur dos Santos	2	(a)	1.5.1908	(9)
"	"	Costa e Silva & Almeida	2	12	9.7.1926	(10)
Lousã	Lousã	José António Coelho & C.ª, Ld.ª	4	6	7.5.1920	(11)
Total		11	24	144,5		
Média			2,18	13,136		

(a) Desconhece-se o capital social. Aquando da dissolução da sociedade (30 de Janeiro de 1909), o activo era de 120\$000 réis (cf. fonte indicada no Quadro).

FONTES

- (1) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 128, fls. 1-3v.
- (2) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 166, fls. 91-92v.
- (3) AUC, *idem*, l.n. nº 182-C, fls. 20v.-22.
- (4) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 152-B, fls. 33v.-37.
- (5) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 22, fls. 93-94.
- (6) AUC, *idem*, l.n. nº 23, fls. 68v.-72v.
- (7) AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), l.n. nº 38, fls. 4v.-7.
- (8) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 204, fls. 49v.-51v.
- (9) AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 139, fls. 83v.-85.
- (10) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. nº 10-B, fls. 38v.-40v.
- (11) AUC, not. Pedro Mascarenhas de Lemos (Lousã), l.n. nº 40, fls. 15v.-18v.

entravam para as sociedades com as suas oficinas (227), permitem concluir que se tratava de empresas de reduzida capacidade. Assim, a constituição das respectivas sociedades nada mais fez do que adiar, temporariamente, o esgotamento dos próprios estabelecimentos oficiais.

(227) Adriano Fernandes e Albino Amado Ferreira, residentes em Coimbra, marceneiros, «convindo-lhes unirem os seus esforços para [...] explorarem com mais proveito e intensidade [a indústria e o comércio de móveis], resolveram fundir os dois estabelecimentos num só e formar entre si uma sociedade por quotas» (AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 128, fls. 1-3v.) (1907). Também os 4 sócios da firma José António Coelho & C.ª, Ld.ª (Lousã) eram marceneiros (cf. Quadro X).

Já o mesmo não se passaria com as firmas Joaquim Crisóstomo & Guedes, Lda., António Pinto de Magalhães, Lda. e Santos & Ca., Lda. (Quadro X), cuja média do capital social (37 333\$33), relativamente elevada, prova estarmos perante empresas de maior vulto. Estas, contudo, dedicar-se-iam mais à comercialização que ao fabrico de móveis (228), possuindo a primeira, além da oficina (no Pátio do Castilho) e do armazém (no Largo das Ameias), o estabelecimento principal, na Rua de Quebra-Costas (229).

Como é do conhecimento geral, a posterior evolução do ramo viria a agravar a referida tendência — que, aliás, já começara a desenhar-se muito antes e se acentuou de 1890 a 1918 (230) —, dedicando-se actualmente um elevado número de empresas da área exclusivamente ao comércio de móveis fabricados noutras áreas, sobretudo de Viseu (231) e do Porto.

O *fabrico de palitos dos dentes*, praticado desde há séculos numa determinada zona da área de Coimbra — com centro em *Lorvão, concelho de Penacova* (232) —, é uma das actividades artesanais mais características

(228) Como já acontecia em 1884, altura em que o mobiliário, vendido em Coimbra, vinha em grande parte do Porto e de Lisboa (*Revista Ilustrada da Exposição Districtal de Coimbra em 1884*, p. 29).

(229) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 23, fls. 68v.-72v.

(230) Comparando os dados estatísticos (distrito de Coimbra) de 1918 com os de 1890, constata-se haver nesta data 2 marceneiros de móveis de estimação e 9 de móveis ordinários, enquanto naquela já aparecem (sob a rubrica «marceneiro») 10 fabricantes de móveis, com estabelecimento, e 27 fabricantes ou mercadores (*Anuario estatístico de Portugal. 1892*, p. 320; *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1921*, p. 434).

(231) Terá vindo precisamente de Viseu para Coimbra (1834) «um belessimo artista marceneiro», que contribuiu para o desenvolvimento do ramo nesta cidade (cf. *Marcenaria*, in «*O Conimbricense*», nº 3795, de 29 de Dezembro de 1883).

(232) Foi no século XVII que o palito de madeira passou a substituir o palito metálico, segundo Rodrigues Monteiro, *Os palitos*, in «Portugália», t. I, fasc. 1 a 4, 1899-1903, p. 625. Embora este autor apenas fundamente a afirmação no «conforme resam os livros», o certo é que, no último quartel do século XVIII, já se aludia à «manufactura dos palitos que em Lorvão se preparam com grande abundancia»

e conhecidas. Com efeito, têm-se-lhe referido diversos autores, em livros (233) e artigos (234), dispondo-se já inclusivamente de dois pequenos estudos sobre o tema (235). Contudo, trata-se de um assunto ainda não completa e globalmente estudado (236), razão pela qual faremos algumas considerações sobre a sua evolução, no período em análise. Visaremos os seguintes tópicos: *difusão geográfica, concentração e tentativas de mecanização*.

O artesanato dos palitos teve como berço o lugar de Lorvão — para o que o respectivo mosteiro e a existência de madeira de salgueiro branco nas proximidades desempenharam papel preponderante —, difundindo-se depois por diversas outras localidades do próprio concelho de Penacova, dos concelhos limítrofes de Coimbra e Vila Nova de Poiares (237) e ainda do de Miranda do Corvo (238). A *expansão geográfica* do fabrico de palitos processou-se essencialmente no meio século que decorreu entre 1861 e

(Manoel Dias Baptista, *Ensaio de uma descrição física e economica de Coimbra e seus arredores*, in «Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias», t. I, 1789, p. 296).

(233) A.L. de S. Henriques Secco, *Memoria Historico-chorographica...*, p. 112; A. Rodrigues d'Andrade, *Chorographia historico-estastica do districto de Coimbra...*, p. 170; Tomaz Lino d'Assumpção, *As freirãs de Lorvão*, Coimbra, 1899, pp. 5-7; J. Lourenço Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, pp. 78-79 e 164-165.

(234) *O Conimbricense*, n.ºs 4609, 4610 e 4621, respectivamente de 3 e 7 de Novembro e 15 de Dezembro de 1891; *Jornal de Penacova*, n.ºs 664 e 665, de 4 e 11 de Julho de 1914.

(235) João Rodrigues Pinto Brandão, *Memoria sobre a industria portuguesa de palitos dos dentes*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 37, 1910, pp. 3-19; Henrique Coutinho Gouveia, *Palitos de pá e bico (Exposição itinerante)*, Coimbra, 1981.

(236) Lacuna que, por motivos óbvios, também não nos propomos aqui colmatar.

(237) J.R. Pinto Brandão, *op. cit.*, pp. 5-6.

(238) Conquanto geralmente não se referencie este concelho como produtor de palitos, Joaquim Ferreira, de Montouro, concelho de Miranda do Corvo, expôs aquele artigo em Lisboa (com sua filha, em 1888) e, posteriormente, no Porto (1891). Produzia anualmente, na primeira daquelas datas, 50 000 palitos («flor»,

1910. De facto, na primeira daquelas datas são mencionados apenas 80 paliteiros e 100 paliteiras na freguesia de Lorvão, concelho de Penacova (239), ao passo que, na última, a população paliteira já somava 4 198 pessoas exercendo a sua actividade em 1 667 casas (média de 2,5 pessoas/casa), distribuídas pelos concelhos de Penacova, Poiares e Coimbra (240). Mesmo admitindo, como parece, que os números relativos a 1861 ficam aquém da realidade — visto, logo em 1878, a população paliteira, de ambos os sexos e todas as idades, ser calculada em mais de 1 500 pessoas (241) —, verifica-se ter a dita população aumentado 179,86% em pouco mais de três decénios (1878-1910).

No final do século XIX já a propagação desta actividade se apresentava de forma nítida a um observador, que assim se exprimia: «É notável êste lugar [Lorvão], não-só pela industria do fabrico dos palitos, a que se dedicam quasi exclusivamente os seus habitantes, embora hoje em menos escala, *porque muitos têm mudado para Coimbra e outras terras*, mas principalmente pelo seu antiquissimo e célebre mosteiro alli existente» (242).

«marquezinhas» e «lixados»), que vendia a 400 réis o maço (*Catalogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris, realisada na Avenida da Liberdade em 1888*, vol. II, Lisboa, 1889, p. 372; *O Conimbricense*, n.º 4 160, de 7 de Novembro de 1891).

(239) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, pp. 7 e 41. Note-se que, nesta obra (p. 41), por lapso, indica-se «Louzã» em vez de «Lorvão».

(240) A referida população paliteira distribuía-se (1910) assim, por concelho e número de casas: Penacova — 3 484 pessoas e 1 335 casas; Poiares — 540 pessoas e 271 casas; e Coimbra — 174 pessoas e 61 casas (J.R. Pinto Brandão, *Memoria sobre a industria portuguesa de palitos dos dentes*, [Quadro] n.º 1, pp. 15-16). No mesmo trabalho, [Quadro] n.º 2, pp. 17-18, encontram-se dados económicos quantitativos referentes à produção.

(241) Adolpho Loureiro, *Estudos sobre o districto de Coimbra. Extractos do relatório apresentado em 28 de Fevereiro de 1878 ao actual Governador Civil do districto de Coimbra, para acompanhar os productos industriaes e agricolas do districto, destinados à última Exposição Universal de Paris*, in «Portugal Pittoresco», vol. 1.º, n.º 10, Outubro de 1879, p. 155. Ver, a este propósito, J. Lourenço Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, p. 164, nota 372.

(242) A. Rodrigues d'Andrade, *Chorographia historico-estatística do districto de Coimbra*, p. 170 (sublinhado nosso).

A transferência de paliteiros(as) para Coimbra, documentada no mínimo desde 1861 (243), intensificou-se posteriormente, vindo a *Lusa Atenas* a ficar bastante ligada à actividade paliteira, não apenas sob o ponto de vista da produção, mas sobretudo no que diz respeito à promoção (244) e comercialização. Seriam estas funções, em particular a última, a permanecer até à actualidade, mesmo depois de, por 1920 — e, provavelmente, a partir desta data —, já não haver na cidade de Coimbra ninguém que se ocupasse do fabrico de palitos (245). As características e a localização da cidade facilitaram a evolução apontada, atenuando assim — não sem uma contrapartida através dos lucros — a relativa interioridade de Lorvão, agravada pelos difíceis meios de acesso (246).

O artesanato dos palitos foi-se mantendo noutras localidades das duas margens do Mondego, sendo de notar uma determinada especialização do fabrico, por zonas. Assim, enquanto em algumas povoações da margem esquerda daquele rio, como outrora em Coimbra, se produzem palitos de fantasia, em Lorvão e povoações vizinhas, da margem direita, continuam a fabricar-se palitos comuns (247). A esta questão, um tanto surpreendente

(243) Rita da Silva, de 34 anos de idade, paliteira, natural de Lorvão, faleceu em Coimbra (Couraça de Lisboa), em 13 de Setembro de 1861 (BAMC, *Cemitério da Conchada. Registo de enterramentos na vala comum*, 1860-1872, fls. 6v.-7). Nesta fonte encontram-se registados vários outros óbitos de indivíduos paliteiros, naturais da citada povoação. No entanto, nas exposições de Londres e Lisboa (1862), só ainda se fez representar o concelho de Penacova, com 10 expositores de palitos (F.T. da Silva, *Catálogo dos productos enviados pela comissão districtal de Coimbra para a Exposição Universal de Londres e Geral de Lisboa, seguido d'alguns dados estatísticos relativos a diversas industrias*, Coimbra, 1862, p. 65).

(244) Eram de Coimbra as duas paliteiras que estiveram a trabalhar na Exposição de Lisboa de 1888 (*O Conimbricense*, n.ºs 4 276, 4 283 e 4 292, respectivamente de 18 de Agosto, 11 de Setembro e 13 de Outubro de 1888).

(245) *Relatório dos serviços da 2.ª Circunscrição Industrial nos anos de 1916 a 1920. Resumo dos relatórios do engenheiro António Ferreira Vilas*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 119, 1923, p. 18.

(246) Do que, ainda no final do século XIX, dá testemunho T. Lino d'Assumpção, *op. cit.*, pp. 1-5.

(247) H.C. Gouveia, *Palitos de pá e bico*, p. 15.

— de o fabrico com menor tradição ser simultaneamente o mais apurado —, já se tentou responder. Assim, para J.R. Pinto Brandão, tratar-se-ia de um factor de sobrevivência por parte dos *discípulos* dos paliteiros de Lorvão que, ante a grande prática e rapidez destes no fabrico de palitos comuns, não lhes restava outra alternativa senão produzir os de fantasia (248). Todavia, além desta razão, não haverá outras? Por exemplo: qual o papel exercido pelo aglomerado urbano de Coimbra — como único (?) centro produtor, inicialmente (249), e sobretudo como mercado consumidor —, na divulgação dos palitos de fantasia?

Relativamente à *concentração*, ela é quase inexistente, tendo-se esta actividade mantido no âmbito caseiro até aos nossos dias. Sobre o assunto, pode ler-se: «O fabricante de palitos é, simultaneamente, operário e gerente. O seu lar e a sua família constituem a fábrica, a mão-de-obra e a gerência...» (250). Esta situação persistiu, sem alteração substancial, a despeito de entretanto se terem constituído algumas sociedades, designadamente:

- 1 - em Penacova, sob a firma Pedro Henriques & C^a, que empregava (1910) permanentemente 8 homens e 26 mulheres (251);
- 2 - no Lorvão, a sociedade por quotas, sob a firma M. Ferreira & C^a, Ld^a, com o capital social de 12 contos (1918) (252);

(248) J.R. Pinto Brandão, *Memoria sobre a industria portuguesa de palitos dos dentes*, p. 9.

(249) Rodrigues Monteiro informa que, em Lorvão, predominava o fabrico dos palitos pequenos e comuns, denominados *marquesinhos* e, em Coimbra, o dos *palitos lixados* ou *polidos*, maiores, mais perfeitos (R. Monteiro, *Os palitos*, p. 626). Já em 1878 se faziam palitos de fantasia, sem no entanto se indicar em qual dos dois concelhos, Penacova ou Coimbra (A. Loureiro, *Estudos sobre o districto de Coimbra...*, p. 155).

(250) Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, 1977, p. 157.

(251) J.R. Pinto Brandão, *op. cit.*, pp. 6-7.

(252) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 182-C, fls. 8v.-12.

- 3 - na Rebordosa (freguesia do Lorvão, concelho de Penacova), a sociedade em nome colectivo, sob a firma Francisco Simões Florido, com o capital social de 20 contos (1923) (253);
- 4 - na mesma localidade, a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma Exportação Mondego, Ld^a, com o capital social de 300 contos (1924) (254);
- 5 - e em Vila Nova de Poiares, a sociedade comercial em nome colectivo, sob a firma Arsénio Lopes Quaresma & C^a, com o capital social de 20 contos (1921) (255).

As sociedades referidas — e algumas outras (256) — não alteraram a estrutura domiciliária do fabrico de palitos, em especial pelos seguintes motivos: primeiramente, por se dedicarem sobretudo ao comércio — interno e de exportação — daquele artigo (257), não raro adquirido por meio de uma interessante e tradicional forma de permuta (258); em seguida, por essas mesmas sociedades, recorrendo ao sistema de *indústria ao domicílio*, muitas vezes apenas ultimarem, embalam e comercializarem os palitos, feitos essencialmente nos próprios lares.

(253) AUC, not. José Albino Ferreira (Penacova), l.n. n.º 80, fls. 2v.-4.

(254) AUC, not. Augusto Monteiro Júnior (Penacova), l.n. n.º 59-B, fls. 10v.-15.

(255) AUC, not. Manuel Rodrigues Paredes (Poiares), l.n. n.º 12, fls. 27v.-30v..

(256) Entre as quais as de Manuel Rodrigues Ferreira & Irmão, em Penacova (ABPC, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 7, 1921-1923, carta de 24 de Agosto de 1922) e de M. Craveiro & Irmão, em Lorvão (ABPC, *idem*, 9, 1926-1927, carta de 15 de Abril de 1927).

(257) Por exemplo, o objecto da firma de Poiares, Arsénio Lopes Quaresma e C^a (nota 255), era a «compra e venda de palitos dos dentes; compra e venda de madeiras para os mesmos palitos, e ainda compra e venda de cortiça».

(258) «No Lorvão, desde que as freiras abalaram, já não há moeda de troca alguma de metal. A moeda é o palito, o autentico, cujo maço vale uns tantos grammas de café ou farinha, uns tantos decilitros de vinho» (Magalhães Colaço, *Palitos de Lorvão*, in «Ilustração Portuguesa», 1913, 1.º semestre, pp. 170-172). Ver também T. Lino d'Assumpção, *op. cit.*, pp. 6-7; H.C. Gouveia, *op. cit.*, pp. 8-10.

Por último, quanto à *mecanização*, ela nunca foi propriamente adoptada, apesar de algumas tentativas falhadas. Se é certo que, praticamente desde os inícios do fabrico mecânico dos palitos, as suas repercussões tiveram eco na zona de Coimbra-Penacova (259), não é menos verdade que, só muito mais tarde, o assunto seria encarado mais de perto. Com efeito, lê-se num relatório (1920): «É de esperar que a introdução da fabricação mecânica dos palitos, cujo exclusivo já foi solicitado, venha impulsionar notavelmente esta indústria, que se tem conservado estacionária, se é que não tem afrouxado. Impõe-se, por isso, a introdução do fabrico mecânico para evitar que a fabricação mecânica dos países estrangeiros venha conquistar mercados que de longa data pertencem aos portugueses» (260). Como que respondendo a esta sugestão, pouco depois (1925) funda-se em Coimbra uma sociedade por quotas, sob a firma Empresa Mecânica de Palitos, Ld^a, por alteração do pacto social da Constructora de Coimbra, Ld^a. Com o capital social de 800 contos e sede em edifício próprio (Avenida Navarro, n.º 73), a nova empresa tinha por objecto: «a *fabricação mecânica de palitos dos dentes* e outros artefactos de madeira laminada e contraplacados, podendo também dedicar-se a outros ramos de exploração comercial e industrial que convenha aos seus interesses» (261).

Não obstante tratar-se de um grande empreendimento para o meio coimbrão (18 accionistas subscreviam o capital social de 800 contos), a sua vida foi efémera. Assim, constituída a sociedade em 5 de Fevereiro de 1925, logo a 12 do mesmo mês passa a adoptar a designação de Neves Fernandes & C^a Ld^a (cuja sede mudara para a Avenida Sá da Bandeira, n.º 140), sendo dissolvida dois dias mais tarde» (262).

(259) Ver *Fabrica de Palitos*, in «O Imparcial de Coimbra» (n.º 841, de 20 de Julho de 1889), onde se descreve o funcionamento de uma fábrica de palitos no Canadá, na qual uma máquina aparelhava cerca de 600 000 palitos por minuto. Ver igualmente P.A., *A industria de palitos dos dentes*, in «Jornal de Penacova», n.º 664, de 4 de Julho de 1914.

(260) *Relatório dos serviços da 2.ª Circunscrição Industrial nos anos de 1916 a 1920*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 119, 1923, p. 18.

(261) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. n.º 253, fls. 19v.-23v. (sublinhado nosso).

(262) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. n.º 253, fls. 19v.-23v. e 46-47v..

Ao rápido desaparecimento da Empresa Mecânica de Palitos, Lda, não terá sido estranha a crise do seu principal accionista, o Banco Industrial Português — cuja quota, de 220 contos, correspondia a 27,5% do capital total subscrito —, que o levaria à falência, precisamente nesse ano de 1925 (263). E assim se gorou a mais séria tentativa para a instalação do fabrico mecânico de palitos na área de Coimbra, o que, se restringiu a produção, em contrapartida beneficiou o respectivo artesanato e, particularmente, os numerosos artífices que se lhe têm dedicado.

Focámos, assim, diversas actividades pré-industriais da área de Coimbra, sublinhando a evolução das mais significativas. Outras, que poderiam igualmente ter sido abordadas — como a fiação e tecelagem do linho, a cerâmica, a curtimenta e a serração de madeira —, sê-lo-ão quando tratar-mos das respectivas indústrias fabris, dada a correlação entre elas.

Considerados globalmente os ditos ramos de pré-indústria, uma questão se pode formular: a que se deve a sua relativa persistência, num período de enorme difusão da indústria fabril? (264) A resposta a esta questão, nada fácil de dar, prende-se com as condições de existência do artesanato e, em alguns casos, também da pequena indústria. Das várias componentes das mencionadas condições destacam-se a *demográfica*, a *tecnológica* e a do *mercado* (265).

Do ponto de vista *demográfico*, é conhecida a interacção entre o desenvolvimento populacional — no que se refere, por exemplo, à mão-de-

(263) AUC, *Judicial*, maço 16, ofício 1.º «Traslado da carta precatória vinda do Tribunal do Comercio da segunda vara de Lisboa, extraída do processo de falencia requerido contra o Banco Industrial Português»; A.H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República. As estruturas de base*, p. 515; *O Banco Totta-Alliança*, Lisboa, 1968, p. 58.

(264) Também em França, a indústria do tipo artesanal tem oferecido considerável resistência à penetração da grande indústria racionalizada e mecanizada (Tihomir J. Markovitch, *La révolution industrielle: le cas de la France*, in «Revue d'Histoire Économique et Sociale», nº 1, 1974, p. 121).

(265) Werner Sombart, *Il capitalismo moderno* (trad. do alemão), Turim, 1967, pp. 148-161.

-obra e ao consumo — e a industrialização (266) ou mesmo a proto-industrialização (267). Todavia, relativamente à área em análise, os valores concernentes ao *crescimento demográfico*, à *densidade* e ao *grau de urbanização* são um pouco baixos. Assim, quanto ao primeiro aspecto, entre 1864 e 1930 a população (de facto) do distrito de Coimbra passou de 282 627 para 387 808 indivíduos, o que corresponde apenas a um aumento de 37,2%, contra o de 66,1% do Continente (268). A densidade demográfica, no mesmo distrito e lapso de tempo, elevou-se de 71,5 para 98,1 hab./km² (+37,2%), enquanto a densidade média do País saltou de 43,2 para 71,7 hab./km² (+65,1%) (269). Por último, a população inequivocamente urbana subiu de 17 768 pessoas (270), em 1864 (6,3% da do distrito), para 47 860 (271), em 1930 (13,3% do total distrital) (272). Porém, se considerar-

(266) P. Mantoux, *La révolution industrielle*, pp. 353-379; P. Lane, *The Industrial Revolution*, pp. 5-21; J.-P. Rioux, *A revolução industrial*, pp. 31-36.

(267) P. Kriedte *et al.*, *Industrialization before Industrialization*, em especial pp. 74-93.

(268) J. da Costa Brandão e Albuquerque, *Censo de 1864. Relação das freguezias do Continente e Ilhas. População, sexos, fogos. Divisão civil, militar, judicial e ecclesiastica*, Lisboa, 1866, pp. 47-55 e 189; *Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930*, vol. I, Lisboa, 1933, pp. 4 e 78-89

(269) Para achar a densidade da população adoptámos as superfícies de 3955 km² (distrito) e de 88 683 km² (Continente), como constam de Aristides de Amorim Girão e Fernanda de Oliveira Lopes Velho, *Estudos da população portuguesa, I — Evolução demográfica e ocupação do solo continental (1890-1914)*, in «Biblos», vol. XX, 1944, pp. 3 e 7. Sobre a evolução da densidade demográfica em Portugal ver ainda António Luciano de Sousa Franco, *A população de Portugal — Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa*, in «Boletim do Banco Nacional Ultramarino», n.ºs 75/76, 1968, pp. 13-20; François Guichard, *Atlas demográfico de Portugal*, Lisboa, 1982, pp. 11-24.

(270) Cidade de Coimbra.

(271) 39 647 de Coimbra e 8 213 da Figueira da Foz. Cf. Armando Carneiro da Silva, *Evolução populacional coimbrã*, in «Arquivo Coimbrão», vol. XXIII, 1968, pp. 268 e 281. Nos números referentes a Coimbra estão incluídos os das freguesias, então suburbanas, de Santa Clara e de Santo António dos Olivais.

(272) *Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930*, vol. I, pp. 80-83.

mos a população das sedes concelhias, a evolução foi mais reduzida, já que aumentou de 76214 almas (1864) para 114982 (1930), valores que correspondiam respectivamente a 27% e a 29,6% da população total do distrito coimbrão (273).

Quanto à *componente tecnológica*, a aprendizagem, como o próprio equipamento, continuavam a ser predominantemente tradicionais. A aquisição de conhecimentos fazia-se sobretudo de forma empírica, pela própria experiência ou com os mestres artífices. Embora mais raramente que em períodos anteriores, a aprendizagem ainda era por vezes objecto de escritura pública, através da qual se regulamentavam os direitos e deveres do mestre e do aprendiz. Das oito escrituras que localizámos, três referem-se ao ofício de carpinteiro (274), duas ao de marceneiro (275) e uma a cada um dos seguintes: serralheiro (276), latoeiro (277) e castrador de porcos (278). O equipamento, por seu turno, geralmente manual e de baixo custo, possibilitou a persistência das mencionadas actividades, com investimentos de

(273) Cf. *supra*, nota 268. Sobre a distinção entre população rural e urbana ver: Aristides de Amorim Girão e Fernanda de Oliveira Lopes Velho, *Estudos da população portuguesa, II - Actividade económica*, in «Biblos», vol. XXII, 1946, pp. 383-385, nota 3; Jorge Gaspar, *Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental*, in «Finisterra», vol. X, nº 19, 1975, pp. 114-119; António Pedro Lopes Vieira, *Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural*, in «Revista de História Económica e Social», 1, 1978, pp. 105-113; Paul Bairoch, *Taille des villes, conditions de vie et développement économique*, Paris, 1977, pp. 6 (nota 3) e 13.

(274) AUC, not. António José Simões (Arganil), l.n. nº 35, fls. 26v.-27v. e 43, fls. 14-16v.; not. Marcelino Nunes Cordeiro Pimentel (Lavos), l.n. nº 17, fls. 43v.-45.

(275) AUC, not. Manuel José de Sousa (Coimbra), l.n. nº 30, fls. 36-36v. e 53-53v..

(276) AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 59, fls. 6v.-8v..

(277) AUC, not. Augusto Gomes Pimentel (Coimbra), l.n. nº 12, fls. 66-67. Posteriormente à redacção deste texto o respectivo contrato de aprendizagem foi publicado por Mário Nunes, *Latoaria. Achegas para o estudo de uma arte em extinção*, in «Munda», nº 6, pp. 26-27.

(278) BPADL, not. Alfredo de Sousa e Sá (Pombal), l.n. nº 60, fls. 5v.-6v..

capital fixo nulos ou bastante reduzidos (279). Em relação ao maior volume de mão-de-obra exigido pelo rudimentar apetrechamento, não se tratava de um óbice de peso, perante a carência de actividades fabris alternativas e as baixas remunerações (280) praticadas nas respectivas zonas rurais, em especial nas do interior da área estudada.

Finalmente sobre as *condições do mercado*, estas só muito lentamente se vão alterando, em virtude dos ligeiros progressos verificados no sistema dos transportes. Deste modo, os artigos produzidos pelas actividades analisadas continuam a destinar-se, de preferência, ao autoconsumo (281) e ao mercado local. Contudo, a mecanização dos transportes favoreceu uma certa abertura dos mercados locais aos inter-regionais e mesmo ao próprio mercado nacional. Esta alteração, no entanto, auxiliou mais a penetração de alguns artigos provenientes de fora da área — entre os quais açúcar, fósforos e artigos de pirotecnia — que o escoamento dos da própria área coimbrã, dada a índole artesanal e familiar das empresas aqui localizadas. Estas limitações, em relação ao mercado, foram algumas vezes atenuadas através da indústria ao domicílio. O seu papel terá sido, porém, limitado na área de Coimbra, pois das actividades anteriormente focadas somente registámos duas — cordoaria e fabrico de palitos — em que aquela se terá praticado.

As referidas condições (demográficas, tecnológicas e mercantis), de certo modo favoráveis à manutenção do artesanato, outras se poderiam acrescentar, como a associação e a cooperação entre alguns produtores. Da primeira, constituem exemplos as sociedades anteriormente indicadas e,

(279) Facto que contribuiu igualmente para a resistência oferecida pela indústria ao domicílio (Max Weber, *Historia económica general*, p. 195).

(280) A despeito do período focado, relativamente tardio, as características de grande parte das zonas estudadas levam-nos a preferir o uso desta expressão ao de *salários* (cf. Maurice Aymard, *Autoconsommation et marchés: Chayanov, Labrousse ou le Roy Ladurie?*, in «Annales. E.S.C.», 38º ano, nº 6, 1983, p. 1 398).

(281) Como em relação aos produtos agrícolas, também aqui há que ser prudente ao aludir ao autoconsumo e à autosuficiência, raramente concretizáveis em absoluto (cf. M. Aymard, *ibidem*, pp. 1 394-1 399).

da segunda, a formação da Cooperativa Familiar Operária do concelho de Poiares (1920) (282). Tratou-se geralmente de soluções parcelares e provisórias, que apenas envolveram algumas empresas durante períodos relativamente curtos. Embora já integradas numa dinâmica de concorrência, as sociedades constituídas raramente deram origem a empresas fabris. Como veremos oportunamente, estas formaram-se em geral paralelamente às empresas pré-industriais e, em muitos casos, para produzir novos artigos (283).

(282) Entre os sócios fundadores incluíam-se 7 artífices, das seguintes profissões: sapateiro (2), alfaiate (1), carpinteiro (1), serralheiro (1), canasteiro (1) e relojoeiro (1). Podiam entrar para a cooperativa indivíduos de várias outras actividades — artesanais, industriais ou relativas aos transportes —, assim como trabalhadores agrícolas, professores, militares de qualquer patente e ainda pequenos proprietários, sendo considerados como tal os indivíduos cujas propriedades ou outros valores fossem inferiores a doze contos (AUC, not. Manuel Rodrigues Paredes (Poiares), l.n. nº 5, fls. 8-25v.).

(283) Como aliás sucedia frequentemente (cf. M. Weber, *Historia económica general*, p. 194).

CAPÍTULO II

A DÉBIL INDÚSTRIA EXTRACTIVA

A indústria extractiva reveste-se de exceptional importância para a industrialização. Por isso, o consumo mundial de todos os minerais, entre 1750 e 1900, decuplicou, enquanto a população e o consumo *per capita* só aumentaram respectivamente 2,2 e 4,5 vezes (1). Foi, todavia, na segunda metade do século XIX que a exploração mineira mais se intensificou (2), correlativamente com o segundo «tempo» da industrialização (3).

Em Portugal, também a extracção mineira foi objecto de algumas medidas — particularmente de carácter legislativo (4) — e registou certos progressos (5), não deixando todavia de condicionar e, simultaneamente,

(1) Rex Bosson e Bension Varon, *The Mining Industry and the Developing Countries*, Nova Iorque, 1977, p. 77.

(2) De 1850 a 1900, a produção mundial do cobre, do chumbo e do zinco, entre outros, aumentou mais de 9, 6 e 7 vezes, respectivamente (R. Chadwick, *New Extraction Processes for Metals*, in C. Singer *et al.*, «A History of Technology», vol. V, p. 73).

(3) Usando a terminologia de M. Henri Morsel (cf. P. Léon *et al.* (dir), *L'industrialisation en Europe au XIX.e siècle*, p. 591).

(4) Manuel Rodrigues Júnior, *A indústria mineira em Portugal. Estudo económico-jurídico*, Coimbra, 1921, pp. 9-10; G.C. da Graça Fino, *Collecção de legislação industrial*, pp. 734-766.

(5) Ver G.A. Pery, *Geographia e estatística geral...*, pp. 172-173; J. de Campos Pereira, *Portugal industrial*, pp. 55-59. Encontram-se também alguns dados em

reflectir o frouxo desenvolvimento industrial então em curso. Entre os factores que restringiam a exploração de minerais — carência de tecnologia, de espírito empresarial e de capital, deficiente rede de transportes e excessiva influência de estrangeiros no ramo (6) —, tem sido por vezes incluída a escassez daqueles, não obstante a sua grande variedade (7). Outros autores, ao invés, não perfilham a mesma opinião, pondo em destaque a riqueza do subsolo nacional, em contraste com a sua reduzida exploração (8). Também entendemos que não foi tanto a falta de recursos minerais, como as deficiências de vários outros factores a dificultar a transformação daqueles em *reservas* (9) e, conseqüentemente, a bloquear o desenvolvimento da exploração mineira no País.

Alguns desses factores limitativos exacerbaram-se ainda na área de Coimbra, como veremos. Na análise que se segue focaremos as modalidades mais importantes da indústria extractiva: *minas, pedreiras, águas minero-medicinais e salinas*.

diversos números das seguintes publicações: *Diário do Governo, Anuário Estatístico de Portugal e Revista de Obras Públicas e Minas*.

- (6) Em 1912, de um total de 532 concessões minerais, 287 pertenciam a estrangeiros e somente 7 minas eram exploradas com capital exclusivamente português (AN, F 12 7271, «Consulat de France a Porto. Revue economique du Portugal. Annee 1912», fl. 10, em nota).
- (7) M. Rodrigues Júnior, *op. cit.*, pp. 15-16; Ezequiel de Campos, *A conservação da riqueza nacional*, Porto, 1913, p. 173; António Lobo d'Aboim Inglez, *As indústrias extractivas em Portugal. Conferência realizada a 9 de Fevereiro de 1928 na Liga Naval*, Lisboa, 1928, pp. 10-11; Eugène Ackermann, *Le Portugal moderne. Étude intime des conditions industrielles du pays*, vol. I, Rixheim, 1907, pp. 45-47.
- (8) Carlos Freire de Andrade, *Indústria mineira em Portugal*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, p. 12; Aníbal Lúcio de Azevedo, *O estabelecimento da indústria do ferro e do aço em Portugal. Discurso proferido na sessão da Câmara dos Snrs. Deputados, de 15 de Janeiro de 1917*, Lisboa, 1917, p. 4; J.H. de Azeredo Perdigão, *A indústria em Portugal*, pp. 18-19.
- (9) Segundo R. Bosson e B. Varon (*op. cit.*, pp. 56-57), no processo da passagem dos recursos minerais a reservas intervêm os seguintes factores: preço, exploração, ciência e tecnologia, capital, mão-de-obra, «know-how» e transporte.

1. Minas

Na área que estudamos localizava-se um número considerável de jazidas de *minérios não metálicos* e *metálicos*. Com efeito, no final do século XIX eram inventariadas, na área de Coimbra, 31 minas, de 22 minérios diferentes (10). Entre os *não metálicos* destacavam-se, pelas actividades transformadoras que possibilitavam a jusante, a argila (cerâmica), a areia (construção civil e vidro), a pedra (construção civil, cal e cimento), o gesso (construção civil e adubo) e o carvão (em diversas indústrias, como combustível). Por escassearem os elementos sobre os dois primeiros e focarmos a extracção da pedra no ponto seguinte, consideremos de imediato o *gesso* e o *carvão*.

O *gesso* era explorado na Quinta de S. José do Pinheiro, concelho de Soure. Após um primeiro período — parte da década de 1890 —, em que a extracção gesseira foi efectuada pela Companhia Portuguesa Exploradora dos Jazigos de Alencarce e Outros (11), surgem alguns anos durante os quais a referida actividade terá estado paralizada (12). Em 1905, é constituída uma empresa comercial e industrial, em nome colectivo, sob a firma J. Zing & Esteves, com o capital social de 6 contos. Destinava-se «especialmente á exploração de gesso [...], sua preparação ou fabrico e venda» (13). O sócio João Zink, detentor de metade do capital social, em matérias-

(10) Jacintho Pedro Gomes, *Mineraes descobertos em Portugal*, in «Comunicações da Direcção dos Trabalhos Geologicos de Portugal», t. III, fasc. I, 1895-1896, pp. 199-209.

(11) *Diario do Governo*, nº 254, de 9 de Novembro de 1893 e nº 216, de 25 de Setembro de 1896. Grande parte dos projectos para a exploração de diversos ramos (integração vertical) em Alencarce, nos anos de 1880, não terá tido concretização (*O Conimbricense*, nºs 3769 e 3772, respectivamente de 29 de Setembro e de 9 de Outubro de 1883).

(12) Pelo menos deixa de ser incluída na relação das minas, então publicada regularmente no *Diário do Governo*, para efeitos fiscais.

(13) AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 128, fls. 49v.-50v..

-primas que adquirira previamente, ficou incumbido da direcção técnica e administrativa da empresa (14).

Teria aquele imprimido dinamismo à actividade gesseira do concelho de Soure, dado que havia estado ligado à administração da Fábrica de Fiação e Tecelagem de Algodão, sita no Paleão - Soure, cerca de um decénio (1892-1901) (15), onde terá adquirido certa experiência de gestão? Não parece que assim tenha sucedido, continuando a exploração de gesso no concelho de Soure a processar-se, até ao fim do período em estudo, de forma bastante limitada. Assim, com a formação da nova sociedade sob a firma J. Zink & C^a (1909), diversificaram-se os respectivos fins que, além da exploração, fabrico e venda de gesso, passaram a abranger ainda «a fabricação de adubos chimicos e organicos, o fabrico de azeite, moagem de cereaes, compra e venda de azeite, cereaes e madeira». Todavia, o respectivo capital social ficou reduzido a 3 contos (16). Inversamente ao sucedido com outros ramos, a I Guerra Mundial agravou por certo a situação da empresa, pelo que em 1916 se constituiu nova sociedade, sob a firma Malva & Faria, mas desta vez apenas com o capital de 1 000\$00. Em contrapartida, volta-se à finalidade inicial, isto é, à «extracção e fabrico de gesso, tanto para adubo como para outro qualquer fim» (17).

Para o relativo insucesso das sociedades supracitadas, além de outros factores de difícil apreensão, podem referir-se os de índole tecnológica (de direcção e equipamento) e os atinentes ao capital. Quanto aos primeiros, recordem-se: as dificuldades com que deparariam, na direcção técnica da exploração, o mencionado João Zink — anteriormente afecto, como indicámos, à indústria algodoeira — e mesmo os dois sócios da firma Malva &

(14) AUC, *ibidem*, fl. 50.

(15) A documentação daquela unidade fabril, actualmente no Arquivo da Fábrica de Fiação de Tomar e a que voltaremos a aludir, patenteia geralmente a assinatura de João Zink (J. Zink), durante o mencionado período.

(16) Sociedade constituída a 15 de Fevereiro de 1900 e dissolvida logo a 3 de Março do mesmo ano, data em que nova sociedade se formou, mas sem alterações significativas, a não ser a substituição de um dos sócios (AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 108, fls. 6v.-8v. e 19v.-22v.).

(17) AUC, not. Elísio Fernandes Ruas (Soure), l.n. nº 104, fls. 15-17v..

Faria, respectivamente um proprietário e um farmacêutico; o equipamento, por seu turno, era relativamente modesto, visto constar essencialmente de um motor de gás pobre, de 22 a 25 CV, de um desintegrador número dois e de um casal de mós francesas, de moer cereais (18). Acerca do capital, parece evidente a sua escassez, a avaliar pela progressiva redução do capital social das ditas sociedades, de seis para um conto, entre 1905 e 1906.

Existiam *minas de carvão* em diversas localidades da área coimbrã, nomeadamente das freguesias de S. Paulo de Frades e Botão (concelho de Coimbra) (19), Alencarce (freguesia e concelho de Soure) (20), freguesia de Vermoil (concelho de Pombal) (21) e Cabo Mondego (concelho da Figueira da Foz). A *mina do Cabo Mondego* era, no entanto, a mais importante e, durante bastante tempo, a única referenciada naquela área (22). Se, além disso, tivermos presente que a dita mina foi explorada durante cerca de

(18) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 153-B, fl. 6v..

(19) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», docs. de 2 de Outubro de 1883 e de 19 de Agosto de 1890.

(20) *Diário do Governo*, nº 195, de 2 de Setembro de 1885. Na década de 1920 aparece como concessionária de uma mina de lenhito, no concelho de Soure, a firma Leites, Sobrinho e Cª (*Diário do Governo*, II série, entre outros nº 66, de 21 de Março de 1924). As prospecções na zona vieram mais tarde (1968) a prosseguir, ainda que com resultados pouco satisfatórios (Georges Zbyszewski e Jorge Barreto de Faria, *Ocorrência de lignito no pliocénico da região de Pombal*, in «Boletim de Minas», vol. 7, nº 4, 1970, pp. 299-303).

(21) A designação da firma, «Sociedade Mineira de Vermoil», aponta para a localização da mina na dita freguesia, embora a escritura de constituição da sociedade (1901) seja omissa, quanto a este ponto (BPADL, not. Augusto Gil de Sousa (Pombal), l.n. nº 83, fls. 1-3v.).

(22) Como ainda sucedia em 1866 (Alphonse de Figueiredo, *Le Portugal. Considérations sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce du Royaume*, Lisboa, 1866, p. 226). Todavia, alguns anos antes já o depósito da citada mina era referido, mas considerado pouco extenso (Carlos Ribeiro, *Minas de Portugal*, in «O Panorama», vol. XIV (I da 4ª série), 1857, p. 107).

duas centúrias (do terceiro quartel do século XVIII ao terceiro quartel do século XX), compreenderemos perfeitamente que se lhe refira um número razoável de estudos (23).

À concessão definitiva da exploração mineira do Cabo Mondego, em 1854, seguiu-se um período de dificuldades (24), tanto para a mina de carvão como para a fábrica de vidros, entretanto instalada (1855-1857) (25). O eng.º Eugénio Schmitz, que deixou a direcção da mina em 1860 ou 1861, não teve sucessor à altura, o que contribuiu para que a extracção de carvão tivesse paralizado, por exemplo, durante todo o ano de 1866 (26). A própria fábrica de vidros até 1865 só laborou durante curtos períodos (27), o que possivelmente continuou a suceder por mais alguns anos (28), já que o seu

(23) *Mina de Buarcos*, in «Diário de Lisboa», nº 263, de 20 de Novembro de 1862, pp. 2754-2755; Américo Pires de Lima, *Subsídio para a história das minas de carvão do Cabo Mondego*, «Trabalhos do Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio», 2.ª série, Porto, 1956; Luiz de Castro Solla, *Primeiros tempos da mina do Cabo Mondego*, in «Boletim de Minas», vol. 7, nº 1, 1970, pp. 5-47; H. Gabriel Mendes, *As explorações pombalinas da mina do Cabo Mondego numa planta da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, in «Boletim de Minas», vol. 7, nº 4, 1970, pp. 283-297; *Duzentos anos de industrialização no Cabo Mondego*, in «Mar Alto», nº 249, de 14 de Abril de 1971; Manuel Joaquim Moreira dos Santos, *O complexo industrial do Cabo Mondego. Sua origem e evolução através dos tempos*, «Cadernos Municipais», nº 10, Figueira da Foz, 1982 (anteriormente publicado no «Boletim Informativo da Cimpor», ano I, nº 5, (1981) e ss.).

(24) Sobre este período, ver outros elementos em J.L. Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra*, vol. I, t. I, pp. 57-58.

(25) F.T. da Silva, *Informações para a estatística industrial...*, pp. 46-48.

(26) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», «Despeza da mina de carvão de pedra do Cabo Mondego no anno de 1866».

(27) AUC, *idem, idem*, doc. de 6 de Junho de 1865.

(28) Não obstante em 1869 terem trabalhado na fábrica, em média, 50 operários, aquela tinha chegado a estar em completo abandono (*Exposição districtal de industria agricola e fabril...*, pp. 226-227).

desenvolvimento apenas viria a intensificar-se depois de 1873, com a formação da *Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego* (29).

Além da indústria vidreira — uma das primeiras que dependeram do uso do carvão (30) —, outras ali foram implantadas, tais como as de cerâmica, cal hidráulica e cimento (natural, primeiramente, e artificial, mais tarde) (31), através de um processo de *integração vertical*, pouco vulgar na área e período estudados (32).

A fase de recuperação, em que a empresa entra em meados dos anos 70, repercutiu-se nos diversos domínios, a principiar naturalmente pelo da *extracção de carvão*, como se verifica pela análise dos dados relativos a 1879 e 1880 (Quadro XI).

Dos elementos indicados, apesar de respeitarem somente a dois anos, pode inferir-se:

1. Acerca da quantidade de carvão, cuja média dos dois anos foi de 3 711,5 toneladas, nota-se um progresso sensível (+19%) relativamente a 1859 — quando a direcção técnica da mina ainda pertencia ao eng. Eugénio Schmitz —, ano em que foram extraídas à volta de 3 120 toneladas (33).

(29) Cf. M.J. Moreira dos Santos, *op. cit.*, pp. 26-27. Desconhecemos quais os efeitos, práticos e imediatos, da contratação, em 1869, de oito operários vidreiros franceses, de cuja nacionalidade também era o então director, Maximiliano Frantz (AUC, not. João Maria Salerno Jordão (Figueira da Foz), l.n. n.º 31, fls. 13v.-15v.).

(30) Francis H. Wilson, *Coal. Its Origin, Method of Working, and Preparation for Market*, Londres, s.d. [1912?], p. 117.

(31) Sobre o cimento (natural) ali produzido na primeira fase, ver J.P. Castanheira das Neves, *Estudos sobre cimentos nacionaes. Relatório apresentado á direcção da 3.ª Circumscripção hydraulica em 21 de Abril de 1890*, in «Revista de Obras Publicas e Minas», t. XXII, n.ºs 259 a 261, 1891, pp. 191-209.

(32) Ver uma resenha das actividades do Cabo Mondego, nos inícios do presente século, em *Breve noticia historica da mina de carvão de Buarcos e descripção das mais industrias exploradas pela empreza do Cabo Mondego*, Figueira, 1901.

(33) Cálculo que efectuámos com base na referência à extracção de 60 toneladas semanais (*O Conimbricense*, n.º 535, de 12 de Março de 1859).

QUADRO XI

EXTRACÇÃO DE CARVÃO NO CABO MONDEGO (1879-1880)

ANOS	CARVÃO			DESPESA		LUCRO	
	PESO (TONELADAS)	VALOR (RÉIS)		TOTAL (RÉIS)	% DO VALOR TOTAL	TOTAL (RÉIS)	% DO VALOR TOTAL
		TOTAL	POR TONELADA				
1879	3891	7 409\$500	1\$904	6 393\$982	86,3	1 015\$518	13,7
1880	3 532	6 324\$000	1\$790	5 899\$618	93,3	424\$382	6,7
TOTAL	7 423	13 733\$500	1\$850	12 293\$600	89,5	1 439\$900	10,5

FONTE:

AUC. GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», «Mapa do imposto de minas». 1879 e 1880. Concelho da Figueira da Foz

Por seu turno as despesas, atingindo em média cerca de 90% do valor total do carvão obtido, eram bastante elevadas, ficando assim o lucro reduzido a pouco mais de 10%, o qual era manifestamente baixo (34).

Não obstante o período de recuperação que atravessava, a Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego não registava (1878-1880) um desenvolvimento acentuado, visto ter de fazer face a problemas de diversa natureza, a saber: baixo nível tecnológico na exploração; reduzido consumo nas localidades mais próximas — devido à fraca industrialização —, com o inevitável agravamento do preço do carvão, ao ser transportado para zonas demasiado afastadas; e, fundamentalmente, a inferior qualidade do carvão — do qual só cerca de 10% era de primeira qualidade (35) —, o que obrigava algumas empresas (inclu-

(34) Na mesma altura, o lucro máximo por tonelada, nas sociedades hulheiras de Pas-de-Calais (França), era de 58,84% (Jean Bouvier *et al.*, *Le mouvement du profit en France au XIX.e siècle. Matériaux et études*, Paris, 1965, p. 116).

(35) Cf. fonte do Quadro XI. Também em Espanha a inferioridade técnica do carvão é apontada por Francisco Sanchez Ramos, *La economía siderúrgica española*, t. I: *Estudio crítico de la historia industrial de España hasta 1900*, Madrid, 1945, p. 185.

sive da própria área coimbrã) a preteri-lo em favor do carvão inglês (36).

Com o incremento industrial dos últimos anos de Oitocentos, era natural que se dedicasse atenção redobrada aos jazigos hulheiros do Cabo Mondego, tanto mais que a energia hidroeléctrica ainda não lhe fazia propriamente concorrência. Assim aconteceu, efectivamente, como é confirmado através do registo de 15 «minas» de carvão de pedra e outros metais, na Serra da Boa Viagem (freguesias de Buarcos e Quiaios), entre Agosto de 1901 e Maio de 1902. A empresa do Cabo Mondego, então sob a firma Guimarães & Bracourt, aparece apenas como descobridora de 2 «minas», sendo os restantes descobridores Ernesto H. Williansen (11) e João Fernandes Capela (2) (37). Não se tratava propriamente de minas, mas sim do mesmo filão da mina do Cabo Mondego (38), cuja exploração, naqueles locais, não se terá chegado a efectivar. Finalmente sublinhe-se, por um lado, a riqueza carbonífera da zona (39), por outro, o facto de um indivíduo,

(36) Era o que sucedia, por exemplo, com a Fábrica do Gás, de Coimbra (AGCGD, pasta 867, «Emprestimo de 800 000\$00 feito á Câmara Municipal de Coimbra. Contrato de 28 de Maio de 1923», «Carvão») e com a Fábrica de Fiação e Tecelagem de Algodão, de Paleão-Soure (AHFFT, cx. «C.F.T. 1898», «Carvão do Cabo Mondego para a Fábrica de Soure», cx. «C.F.T. 1900», «Transportes pelo Caminho-de-Ferro em Junho de 1900»). A forte concorrência do carvão inglês constituía um factor de grande relevância, de que nem sequer áreas carboníferas mais importantes (Norte de França, por exemplo) se conseguiam libertar (Marcel Gillet, *La bassin houiller du Nord et du Pas-de-Calais de 1815 à 1914. Étude économique et sociale*, Lille, 1972, p. 543). Ver também Jordi Nadal, *El fracaso de la revolución industrial en España, 1814-1913*, Barcelona, 1975, pp. 140-141.

(37) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», «Nota dos manifestos de minas registados na secretaria da Câmara Municipal d'este concelho [Figueira da Foz]», de 3 de Julho de 1903.

(38) Como gentilmente nos confirmou o Sr. Eng.º M.J. Moreira dos Santos.

(39) Confirmada, aliás, por diversos trabalhos: A Lúcio de Azevedo, *O estabelecimento da indústria do ferro e do aço, em Portugal...*, p. 33; E. de Campos, *A conservação da riqueza nacional*, pp. 176-177; J. Perpétuo da Cruz, *Os com-*

muito possivelmente estrangeiro ou de origem estrangeira, ter descoberto 11 das 15 «minas» mencionadas. Quanto a este último aspecto, tratar-se-ia provavelmente de um ténue vestígio da influência estrangeira neste domínio, a qual atingia proporções mais vastas no plano nacional (40) e até peninsular (41).

Enquanto as minas de carvão — como grande parte das de outros minerais não metálicos — se localizavam particularmente na faixa ocidental da área de Coimbra, os jazigos de *minerais metálicos* encontravam-se sobretudo nas cercanias do aglomerado urbano coimbricense e em concelhos do interior, como Penacova, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Arganil e Pombal. Os minerais mais frequentes eram o antimónio e o chumbo, sendo todavia diversos outros por vezes indicados, como a galena, o zinco, o ouro e, mais genericamente, «metais preciosos» e «outros minerais» (42).

Face ao registo de um número relativamente elevado de minas e da constituição de algumas sociedades para explorar parte delas, parece estar-se em presença de uma determinada «febre» mineira na área coimbrã, nas décadas de 1880 e 1890, sobretudo a partir de 1883. Com efeito, neste ano foram registadas, só no concelho de Coimbra, doze minas (43). Todavia, sob

bustíveis, Coimbra, 1928, pp. 375-377; João Lopes Guimarães dos Santos, *Disponibilidades em matérias-primas minerais na Metrópole*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», nº 13, 1953, pp. 135-138.

(40) Cf. Bento Carqueja, *Indicadores económicos portugueses*, Porto, 1930, p. 40. Sep. dos «Anais do Instituto Económico-Social da Faculdade de Engenharia do Porto».

(41) Relativamente ao país vizinho, afirma N. Sánchez-Albornoz: «Para lo que sí sirvió la nueva minería exportadora en el período estudiado es para acoplar el país al sistema capitalista mundial. La nueva minería constituía en verdad una suerte de enclave extranjero» (Nicolas Sánchez-Albornoz, *Espana hace um siglo: una economía dual*, 2ª ed., Madrid, 1977, pp. 141-142).

(42) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», diversos docs..

(43) Também em França (Norte) se atravessava então um período de intensa prospecção mineira, cujos pontos altos ocorreram em 1873-1875 e no final do século XIX - início do século XX (M. Gillet, *op. cit.*, pp. 70-94).

o ponto de vista da exploração, o panorama seria mais sombrio, sendo muito possível que diversas minas apenas tivessem sido descobertas, registadas e, por último, objecto de concessão, não ultrapassando assim a primeira fase do «discovery-depletion cycle» (44) de que fala D. Spooner (45). É o que sugere, por exemplo, o quadro referente ao imposto sobre minas no concelho de Coimbra, em 1889. De facto, através dele verifica-se que a despesa total das minas de Barbadalhos (chumbo), Barroca do Canavial, Covão e Cavados (antimónio e chumbo), da freguesia de Santo António dos Olivais (Coimbra), foi naquele ano de 12 153\$100 réis, enquanto apenas se indica o valor da produção (2917\$000) de uma única mina (Covão), anotando-se, quanto às restantes, «sem produção». Também o espaço reservado ao registo do imposto proporcional — que incidia sobre a produção, diferentemente do imposto fixo, lançado sobre a área da concessão (46) — se encontrava em branco, inclusive (erradamente) o relativo à própria mina do Covão (47).

No caso destas e de outras minas do concelho de Coimbra, parece confirmar-se o já referido papel desempenhado por estrangeiros na mineração. Efectivamente, surgem com insistência os nomes dos brasileiros Joaquim e José Domingos Ferreira Cardoso, residentes na cidade do Porto (48). Estes seriam os investidores (são referenciados como proprietários e, o segundo, também como capitalista), tendo ao seu serviço os técnicos, possivelmente também estrangeiros ou destes descendentes, Carlos e Alberto Leuschner, que residiam junto às minas de Ribeiro da Serra (freguesia da Meda, concelho de Gondomar) e da Misarela (freguesia de Torres

(44) Ciclo descoberta-esgotamento.

(45) Derek Spooner, *Mining and Regional Development*, Londres, 1981, pp. 5-6.

(46) R. Gonçalves Pereira, *Indústria mineira. A intervenção do Estado*, in «O Economista Português», 2ª série, 10º ano, nº 44, de 31 de Agosto de 1918, p. 571).

(47) AUC, GC, «Mappã dos impostos do districto de Coimbra (concelho de Coimbra), referido ao anno de 1889».

(48) Também não é de excluir a hipótese de se tratar de indivíduos anteriormente emigrados no Brasil. Tratar-se-ia, neste caso, do «capitalista brasileiro», a que aludiram, por exemplo, Oliveira Martins (*Portugal contemporâneo*, 8ª ed., vol. II, Lisboa, 1977, p. 324) e Alexandre Herculano (*Opúsculos*, t. IV: *Questões públicas*, t. III, 3ª ed., Lisboa, 1901, p. 112).

do Mondego, concelho de Coimbra?), respectivamente (49). Já no que respeita aos concelhos da Pampilhosa da Serra (mina de Ceiroco, freguesia de Fajão) (50), de mais difícil acesso, e de Pombal, aqueles que se associavam para explorar algumas minas eram portugueses e geralmente residentes em localidades da própria zona. Nos ditos concelhos se constituíram, respectivamente, as sociedades sob as firmas Bebiano & Ferreira (1885) e Sociedade Mineira de Vermoil (1901) (51).

Faltam-nos elementos completos relativos à totalidade das jazidas na área de Coimbra, referentes à extracção, ao valor do mineral, ao mercado, etc. (52). Todavia, com o que fica exposto e o auxílio do Quadro XII, é possível fazer algumas considerações de carácter global, acerca da extracção de carvão e de minerais metálicos na área em causa. Desde já convém, no entanto, recordar que o indicador «impostos», apresentado naquele Quadro, somente permite estabelecer comparações sobre ordens de grandeza relativa, visto não se distinguir, nos quantitativos, o imposto fixo (sobre a área da mina) do imposto proporcional (sobre o mineral extraído). Tendo em mente esta reserva, podemos concluir:

1. Das 14 minas concedidas no distrito de Coimbra em 1892-1895, só a do *Cabo Mondego* registava uma exploração de grande envergadura e relativamente progressiva, pagando, em 1892, 55,9% do total dos impostos de todas as minas e, em 1895, 70,9%. O valor do combustível mineral extraído desta mina terá aumentado, no referido período, cerca de 30,8%.

(49) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», «Mappa de tres registos de minas, feitos perante a Camara Municipal de Coimbra, nos mezes de Maio e Julho do corrente anno» (1898).

(50) Sobre esta mina ver resumo de um relatório em *O Conimbricense*, nº 3851, de 15 de Julho de 1884.

(51) BPADL, nots. José Adriano da Silva Pedrosa (Pedrógão Grande), l.n. nº 19, fls. 25-28; Augusto Gil de Sousa (Pombal), l.n. nº 83, fls. 1-3v..

(52) Ver, porém, mais alguns dados no *Inquerito Industrial de 1890*, vol. I: *Industrias extractivas. Minas e pedreiras*, Lisboa, 1891, pp. 45-49 e Quadros nºs 1 a 9.

QUADRO XII

MINAS E RESPECTIVOS IMPOSTOS NO DISTRITO DE COIMBRA (1892-1895)

LOCALIZAÇÃO		CONCESSIONÁRIO	DENOMINAÇÃO DA MINA	IMPOSTOS (RÉIS)			
CONCELHO	FREGUESIA			1892	1893	1894	1895
Arganil	S. Martinho da Cortiça	Companhia da Mina de Murcelho	25 000	25 000			
Coimbra	Stº António dos Olivais	José Domingos Ferreira Cardoso	24 800	24 800			
*	*	*	Covão	22 800	22 800		
*	*	*	Barroca do Caneval	25 000	25 000		
*	*	*	Barbadalhos	25 000	25 000	113 640	
*	Botão	D. Cândida Hermínia Mendes da Cruz	Eiras Verdes	25 000	25 000		
Figueira da Foz	Quilalos	Conde de Farrobo	Buarcos	390 677	348 913	362 397	511 179
Oliveira do Hospital	Avô	Sociedade Burquets & Amil	Outeiro de Cruz	23 250	23 250	23 250	23 250
*	*	*	Quinta da Banana	23 250	23 250	23 250	23 250
Pampilhosa da Serra	Fajão	Sociedade Beblano & Ferreira	Ceiroco	25 000	25 000	25 000	25 000
Penacova	Figueira de Lorrvão	José Maria d'Andrade	Sítio do Sanguinheiro		12 180	25 000	25 000
Soure	Soure	Companhia Exploradora dos Jazigos de Alencarce e Outros	Outeirinho	30 000	30 000	30 000	30 000
*	*	*	Leonel	28 500	28 500	28 500	28 500
*	*	*	Pinheiro	30 000	30 000	30 000	30 000

FONTE:

AUC, GC, «Districto de Coimbra. Nota dos concessionarios de minas relativos a 1895...», datada de 24 de Agosto de 1897.

2. A uniformidade dos impostos relativos ao quadriénio, exceptuando as minas do Cabo Mondego, de Barbadalhos (53) e Sanguinheiro, significa que a maior parte das minas não se encontrava em exploração, pelo que apenas estava sujeita ao imposto fixo, invariável desde que não houvesse alteração na área da mina (54).
3. Comparando o distrito de Coimbra com a totalidade do Continente, verifica-se igualmente naquele um baixo índice de exploração mineira,

(53) Esta mina teve em 1894, por certo, um ano excepcional, visto o imposto ter sido então 4,5 vezes superior ao dos restantes anos do período.

(54) Em 1893, por exemplo, no distrito de Coimbra somente a mina do Cabo Mondego pagava imposto proporcional (*Diário do Governo*, de 9 de Novembro de 1893).

pois enquanto o imposto fixo correspondia (1894) a 3,4% do total continental, o imposto proporcional só correspondia a 1,8% (55).

4. Por fim, parece poder deduzir-se do que fica exposto que várias indústrias do distrito de Coimbra, para se abastecerem de minerais, necessitavam de recorrer a outras áreas, o que não deixava de dificultar o seu desenvolvimento (56). A própria importação desses artigos é corroborada pela documentação da Alfândega da Figueira da Foz, respeitante à entrada de navios pelo respectivo porto e de comboios, vindos do estrangeiro, pela Linha da Beira Alta (a partir de 1882). Entre outras proveniências salientamos: Cardiff, Glasgow, Liverpool, Newcastle e Newport (carvão de pedra); Estocolmo, Newport e Bilbao (ferro, aço e cobre) (57).

2. Pedreiras

A exploração de pedreiras efectuava-se em inúmeras localidades do País, dada a abundância de recursos naturais neste domínio (58).

(55) *Diário do Governo*, n.º 189, de 23 de Agosto de 1894.

(56) O carvão era essencial para diversas indústrias, enquanto dos minerais metálicos dependia particularmente a metalurgia (J.H. Azeredo Perdigão, *A indústria em Portugal*, pp. 19-20; E.A. Wrigley, *The Supply of Raw Materials in the Industrial Revolution*, in R.M. Hartwell (ed.), «The Causes of the Industrial Revolution in England», Londres, 1967, pp. 97-120). No que respeita à siderurgia propriamente dita, a sua importância (em Portugal) é atestada pelos numerosos estudos que lhe foram dedicados, desde meados do século passado aos anos 40 do século actual (ver Adriano Rodrigues, *O problema nacional do ferro. Tese apresentada ao 2.º Congresso Provincial de Traz-os-Montes e Alto Douro*, Porto, 1941, pp. 17-32).

(57) BPAMFF, «Termos das embarcações por estrada», livros n.ºs 213-215, 217, 222 e 234; 1870-1904; «Comboios», 1904-1923. Ver também Rui Cascão, *As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário...*, pp. 145-147.

(58) J. de Campos Pereira, *Portugal industrial*, p. 66; J. da P. Castanheira das Neves, *Breve notícia sobre alguns materiais de construção, não metálicos, nacionais*, in «Notas sobre Portugal», vol. I, p. 165.

Desenvolvendo-se a montante de actividades tão diversas como a construção civil, a indústria de moagem, a produção de cal e, embora de forma mais restrita, a escultura, o seu contributo tornava-se imprescindível a todas elas. Com efeito, estava-se numa altura em que o cimento ainda não ocupava lugar de relevo e o próprio tijolo tinha uma utilização mais limitada do que viria a ter posteriormente. Porém, o seu estudo é dificultado pela escassez de informações, visto tratar-se de um ramo da indústria extractiva vulgarmente exercido em pequenas explorações, localizadas nos meios rurais, sem que muitas vezes tenham deixado quaisquer vestígios documentais. A propósito, escrevia G. Pery, em 1875: «Não se tem feito estatística alguma ácerca da exploração das inúmeras pedreiras que ha em Portugal, industria aliás de grande importância, porque não só fornece ao paiz todo o material de construcção, mas ainda exporta uma quantidade notavel para as possessões portuguezas e paizes estrangeiros» (59). Cerca de meio século depois (1919), estimava-se em 1 500 o número de indivíduos ocupados nesta actividade e, o valor dos artigos exportados, em 19 contos (60).

No tocante à área de Coimbra — de transição entre a «civilização do granito» e a «civilização do barro» (61) —, podem distinguir-se duas zonas: a) uma, litoral, abrangendo os concelhos de Coimbra, Cantanhede, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova e Soure, onde predominam os calcários (62); b) outra, interior, que inclui entre outros os con-

(59) G.A. Pery, *Geographia e estatística geral de Portugal e colonias...*, pp. 173-174.

(60) J. de Campos Pereira, *op. cit.*, p. 67. Os números indicados reportar-se-iam sobretudo a explorações de certa envergadura, as quais eram particularmente visadas pela legislação. Quanto a esta, destacaram-se os Decretos de 6 de Março de 1884 e de 7 de Maio de 1927 (*Disposições regulamentares sobre lavra de pedreiras. Decreto n.º 13642, de 7 de Maio de 1927, com as rectificações publicadas em 21 de Junho do mesmo ano*, Lisboa, 1927).

(61) Orlando Ribeiro, *Geografia e civilização*, Lisboa, 1961, pp. 17-18 e, em especial, pp. 48-49.

(62) Como já foi salientado, a diferença de materiais e a proximidade do meio artístico conimbricense exerceram grande influência na arte do Médio e Baixo Distrito (*Inventário artístico de Portugal*, vol. IV: *Distrito de Coimbra*, por Vergílio Correia. Reorganizado e completado por A. Nogueira Gonçalves, Lisboa, 1952, pp. X-XI).

celhos de Poiares, Arganil e Lousã, onde abundam os granitos e os xistos. Analisando globalmente toda a área coimbrã (Quadro XIII), verifica-se que a extracção de pedra se intensificou de 1874 a 1886, tendo o número de pedreiras referenciadas aumentado de 35 para 88 (+151,4%). Foquemos todavia as duas zonas separadamente.

QUADRO XIII

PEDREIRAS NA ÁREA DE COIMBRA

CONCELHOS	1874		1886	
	N.º	%	N.º	%
ZONA A				
Coimbra	3	8,6	34	38,6
Cantanhede	4	11,4	10	11,4
Montemor-o-Velho	3	8,6	21	23,9
Figueira da Foz	13	37,1	13	14,8
Condeixa-a-Nova	5	14,3	3	3,4
Soure	4	11,4	1	1,1
Subtotal	32	91,4	82	93,2
ZONA B				
Poiares	2	5,7	3(a)	3,4
Arganil	1	2,9		
Lousã			3	3,4
Subtotal	3	8,6	6	6,8
TOTAL	35	100	88	100

(a) 1885.

FONTE:

«Nota das indicações exigidas pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria ácerca das pedreiras actualmente em lavra n'este districto [Coimbra]», in *Relatorio apresentado á Junta Geral do districto de Coimbra, na sessão ordinaria de 1874, pelo Governador Civil, o Conselheiro Antonio de Gouveia Osorio, visconde de Vila-Mendo*, Coimbra, 1874, [Quadro] n.º 12; AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», «Mappa das pedreiras existentes [em vários concelhos do distrito de Coimbra] no anno de 1886».

A zona litoral (A) concentrava 32 (91,4%) das 35 pedreiras indicadas, no primeiro daqueles anos, e 82 (96,5%) das 85, no último. Nesta zona ainda se destacavam os quatro concelhos do eixo Coimbra-Figueira da Foz

(incluindo, além destes, os de Cantanhede e Montemor-o-Velho), com 23 (65,7%) e 78 (88,6%) do total das pedreiras, respectivamente em 1874 e 1886. Conclui-se, pelos dados referidos, que não só se localizava ali o maior número de pedreiras, como também aumentou o seu peso relativo naqueles anos. Que factores terão contribuído para o rápido desenvolvimento desta actividade, nos mencionados concelhos?

Como factor mais relevante deve apontar-se o surto que a construção civil e actividades correlativas — incluindo as obras públicas — principiaram a atingir neste período (1874-1886), sobretudo em Coimbra e na Figueira da Foz. Com efeito, ao importante papel ali desempenhado, respectivamente pela Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra e pela Companhia Edificadora Figueirense — a que já tivemos o ensejo de aludir (63) —, juntou-se a acção de grande número de profissionais da construção civil (canteiros, pedreiros, carpinteiros, mestres-de-obras, construtores civis e arquitectos), a quem uma burguesia, em ascendência, recorria para encomendar os seus trabalhos. Estes eram de natureza bem diversa, desde casas de habitação e outros edifícios a esculturas e demais artigos decorativos, mausoléus, jazigos, retábulos e altares.

Entrosavam-se, assim, duas linhas de força, a saber: o crescimento físico, com a ocupação de novos espaços, nos dois principais centros urbanos da área em análise (64); o movimento artístico revivalista, impulsionado pela Escola Livre das Artes do Desenho (fundada em 1878), sob a orientação de António Augusto Gonçalves, da qual viriam a sair artistas de grande talento, de entre os quais é justo destacar João Machado (65).

Ora a pedra, principal matéria-prima ao tempo utilizada nas aludidas tarefas, tinha que ser explorada em grandes quantidades, motivo que justifica o aumento do número de pedreiras de 3 para 34, no concelho de Coim-

(63) Cf. *supra*, Quadro IX e p. 89.

(64) Ver, entre outras, as seguintes escrituras: AUC, nots. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. n.º 34, fls. 1-2; João Maria de Salerno Jordão (Figueira da Foz), l.n. n.º 46, fls. 8v.-10.

(65) Pedro Dias, *João Machado, um artista de Coimbra*, Coimbra, 1975; Regina Anacleto, *Arquitectura revivalista de Coimbra*, cit.; Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *Uma escola de canteiros*, in «Ilustração Portuguesa», vol. II, 1906, pp. 162-165.

bra, entre 1874 e 1886. Nelas ocupava-se um número variável de pessoas, mas que andaria pelas 120, ou seja, uma média de 3-4 por pedreira. A despeito de se continuar a recorrer à pedra de Ançã — extraída essencialmente em Portunhos, a cujas belas pedreiras de calcário já foi atribuído o ar monumental de Coimbra (66) —, exploravam-se igualmente pedreiras noutras localidades, quer dos então subúrbios citadinos (Montarroio, Alpenduradas e Santa Clara), quer de outras povoações do concelho de Coimbra (Brasfemes, Botão, S. Martinho do Bispo e Bordalo) (67).

Também se destinava à construção civil — cantaria e alvenaria — a pedra explorada nos concelhos de Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, com excepção da do Cabo Mondego, reservada para cal e cimento. No concelho de Cantanhede (em cujas pedreiras laboravam cerca de 30 indivíduos), por seu lado, registava-se a particularidade de a exploração de cinco pedreiras (metade das relativas ao concelho em 1886) se destinar ao fabrico de cal. Uma parte considerável desta — como aliás sucedia com a pedra de várias pedreiras — era escoada para outras localidades, por exceder o consumo local (68).

Nos concelhos de Soure e de Condeixa-a-Nova, a extracção de pedra diminuiu no período considerado. Contudo, persistia na freguesia de Condeixa-a-Velha (concelho de Condeixa-a-Nova) a *exploração e o fabrico de mós*, actividade local bastante antiga e que ocupava, em 1886, 23 «operários» — contra 36 em 1883 —, com uma produção anual de 1 000 mós e

(66) *Portugal contemporâneo avaliado por um viajante francez*, in «O Panorama», vol. XVII (II da 5.ª série), 1867, p. 131. Sobre a utilização da pedra de Ançã em diversos monumentos da área de Coimbra e da Galiza (Santiago de Compostela), ver Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença. 1490-1540*, 1982, pp. 205, 208, 314, 323 e 415.

(67) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», «Mappa das pedreiras existentes n'este concelho [Coimbra] no anno de 1886».

(68) Pela *Nota das indicações exigidas pelo Ministerio das Obras Publicas* [cf. fontes do Quadro XIII], conhece-se a modalidade de transporte utilizado (geralmente o carro de bois e, uma ou outra vez, o caminho-de-ferro) e o respectivo custo/km, relativamente ao primeiro.

seixos (69). Estes produtos eram vendidos para diversos pontos do País e mesmo exportados para Espanha (70).

Na mencionada zona interior (B), a pedra explorada nos concelhos de Arganil e Lousã servia para edificações, enquanto da extraída no concelho de Poiares se fazia cal. Existiam neste último outras pedreiras, cuja pedra se destinava a construções, mas que não se especificavam, por apenas serem exploradas ocasionalmente (71).

Como ressalta dos dados expostos, aliás confirmados pelas «Informações dadas pelos administradores dos concelhos em Julho de 1890» (72), a exploração de pedreiras — como a própria exploração mineira em geral —, na parte interior da área focada, revestia-se de reduzida importância, o que se harmoniza com outras peculiaridades da mesma faixa. Como é sabido, esta faz parte de uma «zona diminuída» (atendendo às suas características geográficas, ao pouco desenvolvimento agrícola e à carência de infra-estruturas) que abrange os concelhos de Arganil, Pampilhosa da Serra, Góis, Lousã, Poiares, Penacova, Miranda do Corvo e Condeixa-a-Nova (73).

3. Águas minero-medicinais

Na sequência da análise da indústria extractiva, apenas uma breve alusão às *águas minero-medicinais*. Em 1874 eram referenciadas mais de 20 nascentes de águas minerais no distrito de Coimbra, distribuídas pelos concelhos de: Arganil (várias), Coimbra (3), Condeixa-a-Nova (1), Figueira da Foz (1), Lousã (2), Montemor-o-Velho (1), Oliveira do Hospital (2), Penacova (2), Poiares (2), Soure (2) e Tábua (3). Porém, a sua exploração era certamente restrita, pois daquelas apenas 8 eram frequentadas, sendo as

(69) *O Conimbricense*, nº 3777, de 27 de Outubro de 1883.

(70) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», «Mappa das pedreiras existentes n'este concelho [Condeixa-a-Nova] no anno de 1886».

(71) AUC, GC, *idem*, «Mappa das pedreiras existentes n'este concelho [Poiares] no anno de 1885».

Sobre pedreiras do distrito de Coimbra, ver ainda J.L. Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, pp. 58-60.

(72) *Inquerito industrial de 1890*, vol. I, pp. 209-210.

(73) R. Dias da Cruz, *Identificação e delimitação de uma «zona diminuída» no Centro do País*, in «Agres», ano 46, nº 1, 1963, pp. 5-37.

restantes pouco ou nada concorridas ou estando mesmo abandonadas (74).

É possível que nas duas décadas imediatas (1874-1893) a situação tenha piorado, especialmente no que se refere a algumas nascentes de mais difícil acesso. Efectivamente, em 1893 já só eram mencionadas nascentes de águas minero-medicinais nos seguintes concelhos: Coimbra (Fala-S. Martinho do Bispo), Condeixa-a-Nova (Arrifana), Figueira da Foz (Cabo Mondego), Montemor-o-Velho (Ribeira das Caldas e Verride), Cantanhede (Covões) e Soure (Amieira) (75). As mais conhecidas eram, contudo, as da Amieira, cujo regulamento de exploração foi aprovado no dito ano de 1893 (76), quando já dispunha do respectivo edifício termal (77).

4. Salinas

A salicultura, considerada por alguns autores como actividade agrícola (78), também pode ser focada — quiçá mais apropriadamente — como

(74) *Districto administrativo de Coimbra. Mappa das nascentes d'aguas mine-
raes, de diferentes naturezas, existentes e exploradas n'este districto*, in
«Relatório apresentado á Junta Geral do Districto de Coimbra na sessão ordiná-
ria de 1874, pelo Governador Civil o Conselheiro António Gouveia Osorio, vis-
conde de Villa-Mendo», Coimbra, 1874, [Quadro] nº 13.

(75) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», «Nascentes de agoas minero-
-medicinaes em exploração».

(76) AUC, GC, *idem*, «Regulamento para o estabelecimento das aguas thermais da
Amieira aprovado por portaria de 17 de Junho de 1893» (impresso), Lisboa,
1893.

(77) *Amieira (Banhos da)*, in «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», vol. II,
Lisboa-Rio de Janeiro, s.d., p. 364.
Sobre a estância termal da Amieira ver ainda António Maria da Silva, *Nascentes
thermo-mineraes de Portugal*, in «Notas sobre Portugal», vol. I, p. 261; Arnaldo
José Cunha, *A estância termal da Amieira*, in «História», nº 51, Janeiro de 1983,
pp. 72-78.

(78) É o que defende, por exemplo, Mário Vieira de Sá, *Sal comum*, vol. I: *Sal do mar
e sal de mina*, Lisboa, 1946 (?), pp. VII-XII e 145-146.

uma das indústrias extractivas (79), motivo pelo qual a abordamos neste trabalho.

As salinas ou marinhas de sal da área de Coimbra localizavam-se no concelho da Figueira da Foz — freguesias de S. Julião, Tavarede (80) e Lavos —, na vasta bacia do Mondego, em frente e a montante da Figueira da Foz (81).

Não obstante as dificuldades por que passava a extracção do sal naquelas localidades no período em análise (82), tratava-se ainda de uma actividade economicamente importante, como se pode comprovar pelas quantidades daquele produto saídas pelo porto da Figueira da Foz (83) e, após 1882, pela estação de caminho-de-ferro (Linha da Beira Alta). Com efeito, foi expedida por aquele porto, nos anos económicos de 1872-1873 a 1876-1877, uma média anual de 2 841,243 toneladas, para portos estrangei-

(79) Cf., entre outros, Gerardo A. Pery, *Geographia e estatística de Portugal e Colónias*, p. 175; Charles Lepierre, *Inquérito. A indústria do sal em Portugal*, Lisboa, 1935, pp. 294-295. Este autor salienta: «A indústria do sal, para nós, não é indústria agrícola; é indústria extractiva, cuja matéria-prima é o mar [...]. Considerá-la como indústria agrícola, talvez pelo facto de se exercer na *terra*, levar-nos-ia a considerar também como indústria agrícola a indústria *mineira*, cujos produtos são extraídos da terra, como o trigo e as batatas» (Ch. Lepierre, *ibidem*). Vista pelo prisma etnográfico, a salicultura pode também ser considerada uma arte (cf. Vergílio Correia, *A arte do sal*, in «A Águia», 2ª série, vol. VI, n.º 33, 1914, pp. 83-90).

(80) Na qual foram vendidos, em 1887, vinte talhos de marinha, por 280\$000 réis (AUC, not. José Maria da Silva Torres (Figueira da Foz), l.n. n.º 28, fls. 78v.-79).

(81) Em 1955, o número total de marinhas na zona figueirense era de 229, abrangendo uma superfície de 798,5 hectares (Luís Antunes Dias Lopes, *Inquérito à indústria do sal*, vol. III: *Salgado da Figueira da Foz*, Lisboa, 1955, pp. 1-2).

(82) Rui Cascão, *As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário: o caso da Figueira da Foz (1850-1920)*, Coimbra, 1980, p. 166. Sep. da «Revista Portuguesa de História», t. XVIII, 1980.

(83) Sobre alguns locais de destino do referido produto ver R. Cascão, *ibidem*, p. 163; J.L. Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX*, vol. I, t. I, p. 52.

ros, e de 8 390,020 toneladas, para portos nacionais e Ilhas Adjacentes (84). Pela dita via férrea, a média anual de sal transportado, em diversos anos do período 1883-1894 (85), foi de 7 379,428 toneladas e, nos primeiros oito anos de século XX (1901-1908), de 4 932,25 toneladas (86).

Mais difícil se torna conhecer, pela escassez de dados estatísticos, o evoluir da produção salícola no período que nos ocupa. Todavia, alguns elementos esparsos permitem conhecer a produção de certos anos e a percentagem a que a mesma correspondia no total da produção nacional:

1862	16 500	toneladas	8%	da produção nacional
1863	20 250	«	7%	«
1864	21 000	«	8%	«
1877	45 000	«	12,7%	«
1934	30 000	«	12,8% (87)	«
1951	40 000	«	11,4% (88)	«

A acreditarmos na exactidão do número atinente a 1877 (45 000 t) (89),

(84) Adolpho Loureiro, *Estudos sobre o districto de Coimbra. Extractos do relatório apresentado em 28 de Fevereiro de 1878 ao actual Governador Civil do districto da Coimbra...*, in «Portugal Pittoresco», vol. 1.º, n.º 7, Julho de 1879, p. 105.

(85) Designadamente nos anos de 1883, 1885, 1887, 1888 e 1892 a 1894.

(86) R. Cascão, *op. cit.*, p. 165.

(87) Ch. Lepierre, *op. cit.*, pp. 47, 89 e 243-244.

(88) Mário Vieira de Sá, *Sal comum*, vol. II: *A técnica das marinhas*, Lisboa, 1951, p. 28.

(89) Número indicado por Ch. Lepierre, (*op. cit.*, p. 89), segundo o trabalho de M. da Maia Alcoforado, *A indústria do sal*, in «Museu Technologico», 1.º ano, n.º 5, Outubro 1877, p. 81.

o que nos suscita algumas dúvidas (90), nota-se que nem mesmo nos anos 30 e 50 do século actual a produção de sal figueirense terá voltado a ser igualada. Corroborando de certo modo essa indicação, diversos testemunhos, relativamente espaçados no tempo — 1900, 1920 e 1925 — atestam a decadência da extracção salícola (91). A causas de carácter geral (como a antiquada tecnologia, a concorrência do sal espanhol no mercado internacional (92) e a menor procura, devido aos progressos da refrigeração e conservação dos produtos alimentares), há a juntar, no caso da Figueira da Foz, as deficientes condições do respectivo porto, agravadas pelo progressivo aumento da tonelagem dos navios.

No entretanto, indivíduos mais directamente ligados ao ramo — produtores de sal, empresários e marnoteiros — procuram, através do associativismo, superar as vicissitudes que atingiam a exploração e comercialização do sal. Assim, em 1920 foi constituída na Figueira da Foz uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma Nestório Dias, Succe-sores, Lda, com o capital social de 20 000\$00, destinada a explorar as indús-trias do sal e da cal (93). Medida de maior alcance foi todavia a fundação, em 28 de Janeiro de 1917, do «Sindicato Agrícola dos Produtores de Sal da Figueira da Foz» (94), antecessor do «Grémio dos Produtores de Sal da Figueira da Foz» (95).

(90) Não só pela grande diferença que o separa dos anteriores — pesem embora os anos decorridos —, como pelo que se lê em *O Conimbricense* (n.º 3168, de 7 de Dezembro de 1877), quanto à produção de 1877, que terá sido inferior a 1/3 da do ano anterior.

(91) M.C. Rodrigues de Moraes, *Les salines et le sel*, in B.C. Cincinato da Costa e D. Luiz de Castro, «Le Portugal au point de vue agricole», p. 795; Moses Bensabat Amzalak, *A salicultura em Portugal (Materiais para a sua história)*, in «Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa», vol. XXII, n.º 11, 1920, p. 344; Ch. Lepierre, *Inquérito. A indústria do sal em Portugal*, p. 294.

(92) Para uma referência sucinta à salicultura em Espanha ver M. Vieira de Sá, *Sal comum*, vol. II: *A técnica das marinhas*, pp. 125-127.

(93) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. n.º 4-B, fls. 33v.-35v..

(94) AUC, not. José Maria Cardoso (Figueira da Foz), l.n. n.º 2, fls. 1v.-9v..

(95) M. Vieira de Sá, *op. cit.*, vol. II, p. 8.

A criação daquele sindicato patronal ou capitalista (96), no âmbito da indústria do sal, constituiu uma inovação, pois até essa altura só no domínio agrícola se haviam fundado sindicatos do género (97), o que aliás se infere da própria designação (*Sindicato agrícola...*) adoptada por aquele. Surpreendente é ainda a vasta gama de objectivos consignados nos estatutos (art.º 4.º, n.ºs 1 a 13) do Sindicato Agrícola dos Produtores de Sal da Figueira da Foz, englobando as áreas mais diversas, desde a instrução e o aperfeiçoamento profissional aos transportes, ao mercado e ao crédito (98).

Ter-se-ão atingido todos os objectivos programados? Certamente que não, já pelo seu elevado número, já pelas condições adversas que a dita associação teve que enfrentar. Contudo, é lícito supor que a sua acção foi extraordinariamente benéfica para a indústria salineira figueirense, em particular no que respeita ao comércio do sal (99). Os fundadores do mencionado sindicato, em número de doze, deram assim o seu contributo positivo a uma actividade que ocuparia cerca de 1 500 pessoas (100), superando desse modo um certo individualismo, de que alguns outros eram acusados (101).

(96) O qual pode ser assim definido: «Um sindicato [...] é uma associação de capitalistas, ou de banqueiros, que põem em comum os seus capitais, o seu crédito e a sua influência para a realização dum negócio» (Anselmo de Andrade, *Evolução da moeda*, Coimbra, 1923, p. 324).

(97) Sobre sindicatos agrícolas ver D. Luiz de Castro, *Le crédit agricole et le mouvement associatif rural*, in B.C. Cincinato da Costa e D. Luiz de Castro, «Le Portugal au point de vue agricole», pp. 904-911.

(98) AUC, not. José Maria Cardoso (Figueira da Foz), l.n. n.º 2, fls. 2v.-3v.. Charles Lepierre (*op. cit.*, p. 293) transcreveu resumidamente os objectivos indicados.

(99) Ch. Lepierre, *op. cit.*, p. 293; L.A. Dias Lopes, *op. cit.*, pp. VIII-IX.

(100) Em 1933-1934 trabalhavam nas salinas da Figueira da Foz 1 300 «operários», de ambos os sexos (Ch. Lepierre, *op. cit.*, p. 48). Assim, incluindo os que se dedicavam ao transporte e comércio do sal, parece verosímil estimar o número referido (1 500), o qual, por sua vez, se devia aproximar do que se registava no final do período estudado.

(101) Ver o relatório elaborado com vista à criação do «Grémio dos Exportadores de Sal da Ria de Aveiro», em Ch. Lepierre, *op. cit.*, p. 284; José Duarte Ferreira,

O desenvolvimento da indústria extractiva na área coimbrã — como aliás no próprio Continente (102) — tem sido bastante lento. Com efeito, não obstante a relativa variedade de minerais na área em causa, raramente se efectuaram nela explorações em larga escala, não se tendo mesmo passado, em diversos casos, da fase de prospecção/descoberta.

Tratando-se geralmente de materiais bastante ponderosos, a sua exploração destinava-se sobretudo ao consumo local, intensificando-se em zonas de maior procura. Assim, verificámos que a extracção de pedra se desenvolveu nas imediações de Coimbra e da Figueira da Foz, precisamente numa altura (final do século XIX — início do século XX) em que também se processava ali um surto na construção civil. O mesmo fenómeno se terá verificado no que à argila diz respeito, à medida que a indústria cerâmica se ia desenvolvendo, em especial nas duas últimas décadas do período estudado. Tratava-se, no fundo, de aproveitar e rentabilizar as *possibilidades* (103) existentes, o que se tornava imperioso dado o reduzido número de alternativas, então condicionadas antes de mais pelo sistema de transportes.

No entanto, dois artigos, à excepção do sal, excediam o quadro geográfico da própria área, designadamente as mós do concelho de Condeixa-a-Nova e o carvão de pedra do Cabo Mondego, para cujo transporte se utilizavam sobretudo o caminho-de-ferro e a via marítima, respectivamente. Todavia, no primeiro caso constituíam limitações ao escoamento — além do transporte — o carácter artesanal da exploração e a redução da procura, motivada pela crescente adopção do novo sistema de moagem austro-húngaro; no segundo, a fraca qualidade do carvão do Cabo Mondego e a feroz concorrência do carvão britânico. Mesmo assim, quanto à área em

Alguns apontamentos sôbre a indústria do sal, in «I Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações», vol. VI, Lisboa, 1935, p. 292.

(102) Bento Carqueja, *Indicadores económicos portugueses*, Porto, 1930, p. 39; M. de Santos Loureiro, *As assimetrias espaciais de crescimento no Continente português*, vol. II, Lisboa, s.d., p. 135.

(103) Às possibilidades e suas vicissitudes se referiu, por exemplo, L. Febvre, sublinhando o seu papel condicionante mas nunca determinante (Lucien Febvre, *La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'Histoire* (trad. do francês), in «Panorama da Geografia», vol. II, Lisboa, 1954, pp. 558-566 e 613).

estudo, a extracção carbonífera foi indubitavelmente a actividade de maior vulto no ramo da indústria extractiva, atingindo ainda, em 1958, cerca de 34,8% do total de carvão explorado no Continente (104).

Mais deficitária era porém a área estudada no que concerne aos minerais metálicos. Assim, a exploração destes foi mínima, obrigando deste modo a também pouco desenvolvida metalurgia a recorrer à importação de matéria-prima, com os conhecidos inconvenientes de tal prática. Para a instalação das vias férreas teve-se igualmente que recorrer a outras áreas, não se verificando por isso quaisquer efeitos positivos da abertura do caminho-de-ferro sobre a indústria mineira da área.

Em conclusão: genericamente pode falar-se da *débil indústria extractiva* na área em estudo, dado que ela, além de não ter em geral atraído importantes indústrias transformadoras, se revelou incapaz de suprir na totalidade as que se iam instalando. Contudo, como também aqui a relação é bilateral — inter-relação —, à indústria extractiva, por seu turno, faltou estímulo da parte das actividades transformadoras que se desenvolviam a jusante e sobre as quais nos iremos deter, em seguida, mais detalhadamente.

(104) M. de Santos Loureiro, *op. cit.*, vol. II, p. 137.

CAPÍTULO III

O DEALBAR DA INDÚSTRIA FABRIL

INDÚSTRIAS-PILOTO

Os condicionalismos e as características da industrialização na área coimbrã exigem um ligeiro esclarecimento sobre o uso da expressão «indústrias-piloto». Assim, não se trata propriamente de encontrar, na área em estudo, domínios que tenham desempenhado função tão importante como, por exemplo, a da indústria algodoeira, na Grã-Bretanha, ou a da introdução do caminho-de-ferro nos Estados Unidos da América do Norte, França, Alemanha, Canadá ou Rússia, os quais, por esse facto, foram classificados de *leading sectors* por W.W. Rostow (1). Quanto à área de Coimbra, limitamo-nos a destacar, de forma mais modesta, algumas indústrias que, se não foram exactamente indústrias líderes, segundo a terminologia rostowiana, pelo menos constituíram «pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de crescimento», utilizando a expressão de François

(1) W.W. Rostow, *Leading Sectors and the Take-off*, in W.W. Rostow (ed.), «The Economics of Take-off into Sustained Growth», Londres, 1964, pp. 1-21 e 301-314 (discussão); *Etapas do desenvolvimento económico*, pp. 71-77; Rainer Fremdling, *Railroads and German Economic Growth: A Leading Sector Analysis with a Comparison to the United States and Great Britain*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVII, nº 3, 1977, pp. 583-604.

Perroux (2). Referimo-nos concretamente às indústrias *têxtil*, *cerâmica* e do *papel*, *alimentares*, *da serração de madeira* e *da construção naval*.

1. *Têxtil*

Antes de focar os ramos mais dinâmicos da indústria têxtil — de *lanifícios*, *algodoeira* e de *malhas* —, analisemos a *indústria do linho*, ameaçada e em grande parte vencida pela concorrência daquelas, em particular das duas últimas.

Em 1861 localizavam-se no distrito de Coimbra 1432 teares de linho (3), distribuídos pelos diversos concelhos — exceptuando o de Mira —, o que corresponderia no mínimo a outras tantas tecedeiras (4). F. Teixeira da Silva informa: «O linho não falta aqui, e ha ainda muita gente que só emprega dinheiro em oiro e linho, além de ser costume geral em todas as casas fazer uma teia annualmente. D'ahi o grande numero de tecedeiras a quem não falta que fazer» (5). Nas décadas imediatas, embora a cultura do linho se tenha desenvolvido em algumas freguesias do Baixo Mondego (6) e

(2) F. Perroux, *A economia do século XX*, p. 173. Ver também Mário Murteira, *Indústrias motrizes e desenvolvimento industrial*, in «O Tempo e o Modo», n.º 19, Setembro 1964, pp. 63-74.

(3) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, pp. 8, 28 e 40. O número indicado foi assim obtido: a) corrigindo 1 208 (p. 8) para 1 214, como já aparece em D. João Pedro da Câmara, *Relatorio apresentado á Junta Geral do Districto de Coimbra, na sessão ordinaria de 1866*, Coimbra, 1866, Quadro 15; b) acrescentando 218 teares (125 relativos ao concelho de Góis e 93 ao de Tábua), que não constam do respectivo quadro (p. 8) mas sim de outras passagens do mesmo trabalho (pp. 28 e 40).

(4) Como em certos ramos é possível avaliar o número de oficinas a partir do número de trabalhadores isolados (Hubert Bourgin, *L'industrie et le marché*, Paris, 1924, p. 35), também, neste caso, ainda que inversamente, se poderá estimar o número de tecedeiras partindo do número de teares.

(5) F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, p. 3. Já citado também por J.L. Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra...*, vol. I, t. I, p. 153, nota 301.

(6) Freguesias de S. Martinho do Bispo, Taveiro, Nazaré da Ribeira, Ameal e Arzila, do concelho de Coimbra (linho mourisco) e nas de Pereira e Santo Varão, do

ainda fosse considerável nos concelhos de Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Penacova e Poiares (7), a respectiva «indústria» vai-se atrofiando, como prova o número de estabelecimentos, oficinas ou casas de trabalho onde se praticava a fiação e tecelagem do linho no distrito de Coimbra, em 1890 (8). Apesar da diferença de critérios que presidiu à recolha dos dados relativos a 1861 e a 1890 (no primeiro caso mencionam-se teares e no segundo estabelecimentos) (9), da sua confrontação podem extrair-se algumas ilações (Quadro XIV).

1. A actividade manufactureira do linho, difundida por 16 dos 17 concelhos do distrito em 1861, foi-se restringindo nas três décadas seguintes, aparecendo referenciada, em 1890, apenas em 6 concelhos.

2. Excluindo o concelho de Tábua, aquela actividade, na última data referida, era exercida somente no concelho de Coimbra e em alguns dos concelhos limítrofes. Para esse facto, certamente contribuiriam dois factores: uma maior facilidade na venda de alguns dos artigos produzidos; uma ainda limitada atracção exercida pela sede do distrito sobre a mão-de-obra dos subúrbios.

3. Dos ditos concelhos salientam-se o de Coimbra propriamente dito — onde o têxtil do linho, sofrendo embora diminuta alteração em números absolutos (de 123 teares para 112 estabelecimentos), adquire lugar relativo mais importante (de 8,59% para 30,52%) — e o de Condeixa-a-Nova, no qual se verifica um progresso substancial, passando de 15 teares (1,05% do

concelho de Montemor-o-Velho (linho galego) (*O Conimbricense*, nº 2 169, de 9 de Maio de 1868). Sobre as espécies de linho mencionadas ver D. Rodrigo de Castro, *Posição actual da sistemática dos linhos portugueses*, in «Boletim da Sociedade Broteriana», vol. XIX (2ª série), 1ª parte, 1944, pp. 228-229.

(7) Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *O linho em Portugal. Primeiras informações para um inquérito*, I, Lisboa, 1872, p. 25.

(8) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III: *Industrias fabris e manufactureiras (Inquérito de Gabinete)*, Lisboa, 1891, pp. 375-387.

(9) Na grande maioria dos estabelecimentos deveria haver apenas um tear, dando assim a comparação dos respectivos números uma ideia aproximada da realidade.

QUADRO XIV

FIACÇÃO E TECELAGEM DO LINHO NO DISTRITO DE COIMBRA

CONCELHOS	1861		1890	
	TEARES		ESTABELECIMENTOS	
	N.º	%	N.º	%
Arganil	117	8,17		
Cantanhede	97	6,77		
Coimbra	123	8,59	112	30,52
Condeixa-a-Nova	15	1,05	52	14,17
Figueira da Foz	53	3,70		
Góis	125	8,73		
Lousã	54	3,77		
Miranda do Corvo	104	7,26		
Montemor-o-Velho	51	3,56		
Oliveira do Hospital	192	13,41		
Pampilhosa da Serra (a)	80	5,59		
Penacova	148	10,34		
Penela	66	4,61	29	7,90
Póiares	21	1,47	11	3
Soure	93	6,49	25	6,81
Tábua	93	6,49	138	37,60
TOTAL	1.432 (b)	100,00	367	100,00

(a) Não consta do *Inquérito industrial de 1890*

(b) Cf. *supra*, nota 3.

FONTES:

Francisco Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, pp. 8, 28 e 40; *Inquérito industrial de 1890*, vol. III: *Indústrias fabris e manufactureiras (Inquérito de gabinete)*, pp. 375-387.

total), em 1861, para 52 estabelecimentos, oficinas ou casas de trabalho (30,52% da totalidade), em 1890 (10).

(10) A fiacção e a tecelagem manuais teimam, aliás, em persistir em certas aldeias do concelho de Coimbra (Almalaguês, Anaguéis e Torre de Bera, entre outras) e de Condeixa-a-Nova (Bem da Fé e Vila Seca), lutando embora contra diversos obs-

4. No concelho de Tábua, o aumento de 93 teares para 138 estabelecimentos de linho (de 6,49% para 37,60% do total) pode significar ter havido uma certa reconversão da indústria dos lanifícios à do linho, já que existiam no concelho 93 teares de lã (11), na primeira daquelas datas e, na segunda, apenas foram registados 3 estabelecimentos de fiação e tecelagem de lã (12).

Desde os inícios da última década de Oitocentos, a «desindustrialização» neste domínio prosseguiu. Na transição do século passado para o actual, a estatística referencia (nas profissões do distrito de Coimbra colectadas) seis contribuintes com engenho ou fábrica de linho e um com estabelecimento de assedar (13). Todavia, por essa mesma altura, ainda se comercializava quantidade significativa de linho na chamada *feira do linho*, em Montalto (Arganil), que se efectuava anualmente de 6 a 8 de Setembro, sendo em geral as transacções ali praticadas não inferiores a 80 000\$00 (14). Tendo recebido algum alento durante o período da

táculos e actualizando-se, quanto à matéria-prima, que já não é o linho mas sim a lã, o algodão e, em alguns casos, as próprias fibras sintéticas. Ver Lucília de Jesus Caetano, *A tecelagem artesanal na freguesia de Almalaguez. Elementos para a sua caracterização etnográfica e sócio-económica*, 1983. Sep. de «Cadernos de Geografia», vol. 2, 1983; Vergílio Correia, *Velhos teares*, in «A Rajada», 1.ª série, nº 3, Maio 1912, pp. 8-13 (trabalho posteriormente incluído na obra do mesmo autor *Etnografia artística portuguesa*, Barcelos, 1937, pp. 37-48); *Notas de Arqueologia e Etnologia do concelho de Coimbra*, in «Biblos», vol. XVI, t. I, 1940, pp. 100 e 113; D. Sebastião Pessanha, *Teares e tecedeiras*, in «Vida e arte do povo português», Lisboa, 1940, p. 29.

(11) F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, p. 8.

(12) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, p. 387.

(13) *Anuario estatístico de Portugal. 1900*, Lisboa, 1907, pp. 364-365. A *assedagem*, última fase da preparação das fibras do linho, consistia na separação das fibras longas, do linho, das da estopa, mais curtas (Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia tradicional portuguesa. O linho*, Lisboa, 1978, pp. 72-73 e fig. 40).

(14) A.A. Teles de Meneses, *Les plantes textiles*, in B.C. Cincinato da Costa e D. Luiz de Castro (dir.), «Le Portugal au point de vue agricole», p. 683. Contudo, a nível nacional a produção era insuficiente, pelo que a importação de linho em rama

I Grande Guerra — como em geral a restante indústria têxtil (15) —, em 1918 já foram colectados (no distrito) 14 contribuintes, com engenho ou fábrica de linho (16). Por fim, nos anos 20 completou-se praticamente a liquidação da «indústria» do linho na área de Coimbra, com excepção de alguns pequenos redutos, como os de Folques, no concelho de Arganil, e o de Almalaguês, no de Coimbra (17).

Quais as principais causas do esgotamento desta actividade, ao longo dos últimos três decénios do século XIX e primeiros três do século XX? Tem-se repetida e justamente apontado a *concorrência da indústria algodoeira* (18), a qual, precisamente no período estudado, progrediu bastante, quer no País quer na própria área de Coimbra (concelhos de Coimbra e Soure), como veremos a seu tempo. A penetração dos artigos algodoeiros nas diversas localidades, a preços de concorrência, foi, como é óbvio, facilitada pelo desenvolvimento dos transportes. Acrescente-se, ainda, o facto

aumentara nas últimas duas décadas do século XIX, atingindo cerca de 2 200 000 kg. anualmente (João Bonança, *Encyclopedia de aplicações usuas*, p. 202).

(15) A.A. de Oliveira Marques (dir.), *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, 1978, p. 220.

(16) *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1921*, Lisboa, 1925, pp. 432-433.

(17) Mário F.M. Ramos, *Linhos*, in «O III Congresso Regional das Beiras (Congresso de Aveiro). Relatório, teses, votos», livro org. por Francisco Ferreira Nunes, Vila Nova de Famalicão, 1928, p. 178; Maria Júlia Antunes, *Rendas e bordados da Beira*, in Jaime Lopes Dias, «IV Congresso e Exposição Regional das Beiras. Relatório, sessões, teses, exposição, imprensa», Vila Nova de Famalicão, 1931, p. 225; *Estado actual da indústria portuguesa e apreciação da sua evolução recente*, in «Indústria Portuguesa», 8.º ano, n.º 87, 1935, p. 31.

(18) A.A. Teles de Meneses, *op. cit.*, p. 662; Mário F.M. Ramos, *op. cit.*, p. 178; E. Veiga de Oliveira, F. Galhano e B. Pereira, *op. cit.*, pp. 26-28; Armando de Castro, *Linho*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, Lisboa, 1965, pp. 752-753. O algodão, como matéria-prima, já aparece associado ao linho em 1869, nos artigos de 6 expositores — de Torre de Bera (2), Castelo Viegas (1), Tentúgal (2) e Coimbra (1) —, patentes no certame realizado naquela ano em Coimbra, apresentando-se apenas 2 (da própria cidade) com artigos de linho e de cordas, respectivamente (*Exposição districtal da industria agricola e fabril e de archeologia...*, pp. 146-162).

de a cultura e o artesanato do linho exigirem abundante mão-de-obra, que terá começado a escassear à medida que actividades mais remuneradoras, no País ou no estrangeiro (principalmente no Brasil), exerciam maior atracção sobre as pessoas, até aí entregues à vida agrícola e, muitas vezes cumulativamente, às actividades artesanais, como aquela a que temos vindo a aludir.

Diversos países têm iniciado o processo de industrialização exactamente pela *indústria têxtil* (19), desde a Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, a vários outros, nos séculos XIX e XX, incluindo alguns subdesenvolvidos. A explicação dada por Colin Clark quanto a estes últimos — mas aplicável, de certo modo, aos restantes — baseia-se no facto de a têxtil permitir efectuar, através da mecanização, rápidas e substanciais economias de mão-de-obra e de exigir um grau de especialização relativamente moderado (20). Dentro da referida indústria, o ramo algodoeiro tem sido frequentemente prioritário, a exemplo do modelo britânico. Foi o que se verificou, entre outros países, na Índia e no Brasil, no período entre as duas guerras (21). Porém, a sequência cronológica indústria algodoeira/indústria de lanifícios, quase inevitável para os primeiros países a enveredar pela industrialização — essencialmente por motivos de ordem tecnológica (22) —, veio a poder ser invertida por alguns dos *latecomers* ou respec-

(19) Ao que já se chamou «revolução têxtil» (John Addy, *The Textile Revolution*, Londres, 1976; Peter Lane, *The Industrial Revolution. The Birth of the Modern Age*, Londres, 1978, cap. 11, pp. 179-204).

(20) Colin Clark, *Les conditions du progrès économique* (trad. do inglês), Paris, 1960, p. 173.

(21) David S. Landes, *L'Europe technicienne*, pp. 614-615.

(22) As características da fibra de algodão (resistência, leveza e duração), comparativamente às da fibra de lã, tornaram o uso daquela matéria-prima mais adequado às inovações tecnológicas (Julia de L. Mann, *The Textile Industry: Machinery for Cotton, Flax, Wool, 1760-1850*, in Ch. Singer *et al.* (eds.), «A History of Technology», vol. IV, p. 277; E. de Queiroz Ribeiro, *O algodão. Da colheita à industrialização*, Porto, 1946, pp. 1 e 27-29; José Martins Barata, *Indústrias têxteis e confecções*, Lisboa, 1974, pp. 29 e 57).

tivas áreas (23), graças aos progressos entretanto alcançados no domínio da maquinaria. A área de Coimbra constitui precisamente um exemplo de alteração da ordem tradicional (24), já que foi no ramo dos lanifícios que se registaram as primeiras tentativas importantes de industrialização, embora acompanhadas pouco depois por medidas semelhantes no ramo algodoeiro.

A situação da *indústria de lanifícios* na área coimbrã era assim caracterizada por Fradesso da Silveira (1864): «Não ha fabricas de lanifícios n'este districto; mas a pequena industria tem uma certa importancia, que se deve considerar» (25). Diferentemente da «indústria» do linho — que, como, verificámos, se praticava, *grosso modo*, por toda a área focada —, a da lã encontrava-se sobretudo em localidades do interior, como se comprova pela localização dos 215 teares e dos 17 pisões do ramo (26). A criação de gado lanígero e a produção de lã, como já foi destacado (27), e a relativa

(23) Sobre países de industrialização tardia ver Alexander Gerschenkron, *El atraso económico en su perspectiva histórica* (trad. do inglês), Barcelona, 1968; Carlos H. Waisman, *Modelos teóricos de industrialização tardia*, in «Papers: Revista de Sociología», nº 11 (Cambio Social en la Europa Mediterránea), 1979, pp. 269-299.

(24) O que confirma as seguintes palavras: «[...] la historia industrial de Europa no se dibuja como una serie de meras repeticiones de la industrialización «primera», es decir, de la Inglaterra, sino que aparece como un sistema ordenado de desviaciones graduales que tuvieron lugar con respecto a la misma» (A. Gerschenkron, *op. cit.*, p. 52).

(25) Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *As fabricas de Portugal*, vol. I: *Indicações relativas aos tecidos de lã*, Lisboa, 1864, p. 79.

(26) Os teares situavam-se nos concelhos de: Lousã (12), Miranda do Corvo (8), Oliveira do Hospital (29), Pampilhosa da Serra (54), Penacova (7), Penela (12) e Tábua (93); os pisões, por sua vez, nos concelhos de: Arganil (1), Góis (5), Miranda do Corvo (2), Oliveira do Hospital (5), Penacova (2) e Tábua (2) (F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial...*, p. 8).

(27) J.L. Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra...*, vol. I, t. I, p. 69. A maior produção lanígera na referida zona era atribuída à existência de mais vasta extensão de terrenos incultos (G. Augusto Gagliardini, *Relatorio nosolo-*

abundância de cursos de água, adequados ao funcionamento dos pisões (28), contribuíam, em grande medida, para a distribuição indicada.

A indústria caseira da lã, embora em regressão, ainda se foi mantendo por algumas décadas, em certos locais (29). Todavia, à medida que a moderna indústria de lanifícios se implantava, aquela ia decaindo, por impossibilidade de fazer face às novas condições da concorrência. Dos centros produtores de lanifícios entretanto constituídos, como Castanheira de Pêra e Coimbra, analisemos este último, por aquele já se localizar fora da área estudada.

A primeira tentativa de implantação da indústria de lanifícios em Coimbra teve lugar em 1875, com a constituição de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada (*Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra*). Esta tinha por finalidade «a montagem d'uma fabrica a vapor para a fiação, torcedura, tecelagem e tinturaria d'algodão, lã e seda» e o seu capital social era de 150 contos, em 1500 acções de 100\$000 réis cada uma (30). A avaliar pelos elementos indicados, tratava-se de uma grande empresa para o meio, a qual, se tivesse alcançado os objectivos para que fora constituída, daria uma nova fâcies à indústria têxtil local. Importaram algumas máquinas (31),

gico da intendencia pecuaria do districto de Coimbra [no] anno de 1869, in «Archivo Rural», vol. XII, 1869, p. 265).

- (28) Os pisões eram vulgarmente instalados em regiões montanhosas, onde houvesse cursos de água rápidos (cf. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Tecnologia tradicional. Pisões Portugueses*, Lisboa, 1977, p. 10).
- (29) Em 1890, nos concelhos da Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penela, Póvoa do Varzim e Tábua, ocupavam-se no dito ramo 43 indivíduos, em 27 domicílios e oficinas (*Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 383-387 e 404-413).
- (30) AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 19, fls. 41v.-54; *O Conimbricense*, nº 2883, de 13 de Março de 1875.
- (31) Uma máquina a vapor, de 120 CV, feita pela Sociedade Central de Pantin (França), e a respectiva caldeira (de aproximadamente 10 000 kg. de peso) e fornalha, tendo estas duas últimas sido transportadas da estação de caminho-de-ferro de Coimbra para o local da fábrica por 6 e 11 juntas de bois, respectivamente (*O Conimbricense*, nºs 3092, 3096 e 3201, respectivamente de 17 e 31 de Março de 1877 e 2 de Abril de 1878).

executaram-se diversas obras no antigo convento de S. Francisco, em Santa Clara (32) — local de instalação da fábrica — e tentou-se que o total das acções fosse subscrito (33). Todavia, dificuldades de ordem financeira levaram a respectiva assembleia geral a deliberar (1880) proceder à liquidação do edifício e dos respectivos maquinismos adquiridos (que eram os essenciais, exceptuando os teares) (34). Que motivos terão levado ao fracasso a Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra? Entre outros, destacamos: a aquisição do edifício do antigo convento de S. Francisco por um valor exagerado (30 000\$000 réis), como se comprova pelas ofertas de apenas 8 000\$000, na primeira tentativa de venda, e de 9 000\$000 réis, posteriormente (35); a deficiente gestão financeira, traduzida por exemplo nos altos vencimentos de alguns directores e empregados (36); a difícil conjuntura que desde 1873 se atravessava (37).

Alguns anos mais tarde (1888), constituir-se-á uma nova sociedade, sob a firma *Peig, Planas & C^ª*, com objectivos mais limitados — «a fiação e manufactura de toda a espécie de tecidos de lã e estambre» (38) — mas, em

(32) *O Conimbricense*, nº 3 120, de 23 de Junho de 1877. A própria chaminé, ainda hoje visível à distância, foi então edificada (*A Voz do Artista*, nº 126, de 27 de Fevereiro de 1888).

(33) *O Conimbricense*, nºs 3 156 e 3 259, respectivamente de 27 de Outubro de 1877 e 26 de Outubro de 1878).

(34) *Idem*, nº 3 411, de 13 de Abril de 1880.

(35) *Idem*, nºs 3 447 e 3 489, respectivamente de 17 de Agosto de 1880 e 11 de Janeiro de 1881.

(36) *Idem*, nº 3 246, de 10 de Setembro de 1878.

(37) Referimo-nos à crise que teve lugar na fase B (1873-1896) do movimento de Kondratieff e que, em 1876, se fez sentir duramente em Portugal, com a consequente retracção do crédito bancário (Maurice Niveaux, *Histoire des faits économiques contemporains*, 4^a ed., Paris, 1976, pp. 179-181; Armando de Castro, *Crises económicas e financeiras*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, 1963, p. 745). N' *O Conimbricense* (nº 3 201, de 2 de Abril de 1878) atribuíam-se à crise de 1876 a falta de resposta dos accionistas na subscrição do capital da empresa não realizado.

(38) AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. nº 52, fls. 22-23v..

contrapartida, com um assinalável êxito, quase a fazer esquecer as vicissitudes da sua antecessora. Como já tratámos de alguns aspectos da evolução desta empresa (39), aqui somente focaremos a sua *expansão, tecnologia e qualidade do fabrico*.

Independentemente da alteração do estatuto jurídico da sociedade — de comércio e indústria (1888) (40), em nome colectivo (1899) (41) e em comandita (1914) (42) —, o respectivo *capital social* aumenta consideravelmente, passando de 12 (1888) a 1 000 contos (1924). Excepcional, mas compreensível no período de expansão em que se verificou, foi a subida de 150 para 1 000 contos, entre 1919 e 1924 (43). Quanto à *mão-de-obra*, o crescimento foi mais acentuado nos primeiros seis anos de vida da empresa (1888-1894), tendo subido de 62 (44) para 200 indivíduos (45). Em 1922 o seu número, incluindo 3 estrangeiros, era de 278: 270 operários e 8 chefes e auxiliares (46). Comparando o crescimento do capital da empresa com o da respectiva mão-de-obra (finais de século XIX — anos 20), verifica-se ter aquele decuplicado, enquanto esta aumentou apenas 39%. Consequentemente, o aumento do capital fixo foi muito superior ao do capital circu-

(39) J. Amado Mendes, *Para a história da indústria em Santa Clara*, in «Munda», n.º 2, 1981, pp. 66-67. Também P. Descamps, que visitara a fábrica de Santa Clara em 1930, fornece sobre ela alguns dados com interesse (Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, 1935; pp. 330-331).

(40) Cf. *supra*, nota 38.

(41) Auc, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. n.º 84, fl. 52.

(42) AUC, *idem*, l.n. n.º 189, fls. 20v.-22.

(43) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), ls. ns. 228, fl. 67v. e 251, fl. 6v..

(44) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 394-395.

(45) *O Conimbricense*, n.º 4880, de 23 de Junho de 1894.

(46) 2ª CI, processo n.º 181-2/397, fl. 4v.. Número um pouco superior mas mais preciso (por distinguir a mão-de-obra masculina da feminina) é dado por P. Descamps (*op. cit.*, p. 330), ao indicar: «Depuis 1918 l'usine emploie 150 ouvriers environ, et 150 ouvrières».

lante (47), o que é uma das características essenciais da industrialização (48). Acresce ainda que, no referente ao capital fixo, foi privilegiado o equipamento, pelo menos durante o primeiro período da firma Peig, Planas & C^a (posteriormente Planas & Ponsá e Planas & C^a em Ct^a), em virtude de as instalações da fábrica terem sido arrendadas (por 500\$000 réis anuais) (49) e não adquiridas. Esta solução foi igualmente adoptada por empresas têxteis estrangeiras, sobretudo nas primeiras fases da industrialização (50).

Acerca do *equipamento tecnológico*, saliente-se em primeiro lugar o uso da energia a vapor (51) e, mais tarde, da energia eléctrica, dada a impossibilidade de usar energia hidráulica, pela inexistência de curso de água adequado no local. Assim, foi a utilização da força motriz a vapor que possibilitou a instalação da unidade fabril no referido local de Santa Clara.

Por se tratar de uma fábrica integrada, interessa conhecer a evolução

-
- (47) O capital fixo e o capital circulante também são por vezes designados, respectivamente, capital constante e capital variável, cuja distinção foi introduzida por A. Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, t. II, pp. 192-208. Ver B.L. Anderson (ed.), *Capital Accumulation in the Industrial Revolution*, Londres, 1974, pp. VIII-IX; Karl Marx, *Le capital. Critique de l'Économie Politique* (trad. do alemão), livro I, t. I, Paris, 1975, pp. 199-209 e livro II, t. I, Paris, 1974, pp. 145-168.
- (48) François Crouzet (ed.), *Capital Formation in the Industrial Revolution*, Londres, 1972, pp. 3 e 39.
- (49) O senhorio era Emídio Júlio Navarro, em seu nome e como procurador de D. Teresa Emília Lopes de Carvalho (AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. n.º 73, fls. 30-32, escritura de 4 de Janeiro de 1895). Sobre aquele ver alguns elementos no *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, p. 138).
- (50) F. Crouzet (ed.), *op. cit.*, pp. 38, 86 e 147.
- (51) Foi instalada uma máquina a vapor de 60 CV — a maior então (1888) a funcionar em Coimbra —, do sistema Wolf, feita na fábrica *Vulcano*, em Barcelona (*O Conimbricense*, n.º 4 288, de 29 de Setembro de 1888). Segundo outras fontes, a potência da dita máquina era de 80 CV (P. Descamps, *op. cit.*, p. 331 e 2.ª Cl, processo cit., fl. 5).

do número de fusos e teares (52). Deste modo, em 1890 encontravam-se em laboração 400 fusos e 15 teares manuais (53). Aqueles eram do tipo *self-acting* ou automáticos (54), feitos em Inglaterra, estando agrupados em duas «fiações» de 200 fusos cada uma (55). Este número era ainda relativamente baixo, pois neste tipo de fiação agrupavam-se por vezes 720 e mais fusos por máquina (56). Os fusos, teares e restante equipamento da fábrica eram avaliados (1899) em 23 106\$565 réis, importância que, adicionada à de 1 680\$900 réis referente a obras e materiais de construção, totalizava 24 787\$465 réis de capital fixo, o que correspondia a 23,65% do total dos haveres da empresa (104 807\$593 réis) (57). Esta percentagem era ainda pouco significativa, comparativamente à de certas empresas têxteis britânicas (fins do século XVIII — inícios do XIX), cujo capital fixo atingia ou até ultrapassava os 50% do capital social (58). Em 1897 já estavam em funcionamento 1 000 fusos e 24 teares mecânicos, 2 cardadeiras cilíndricas, 4 lava-deiras e 1 pisão cilíndrico (59). Além do considerável aumento do número de fusos (de 400 para 1 000) e de teares (de 15 para 24), constituiu inovação importante neste período (1890-1897) a introdução de teares mecânicos.

(52) Como é sabido, o número de fusos e de teares é utilizado também como critério para avaliar a dimensão das empresas têxteis (J. Martins Barata. *Indústrias têxteis e confecções*, p. 45).

(53) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, p. 436.

(54) A evolução tecnológica da fiação passou pelas *jenny*, *water-frame*, *mule* (semi-automática) e *self-acting* (automática) (Julia de L. Mann, *The Textile Industry...*, in Ch. Singer, *et. al.*, «A History of Technology», vol. IV, pp. 277-299; Abbot Payson Usher, *História das invenções mecânicas* (trad. do inglês), vol. II, Lisboa, 1973, pp. 117-126).

(55) *O Conimbricense*, n.º 2288, de 29 de Setembro de 1888.

(56) Claude Fohlen, *L'industrie textile au temps du Seconde Empire*, Paris, 1956, p. 197.

(57) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. n.º 84, fl. 90.

(58) F. Crouzet (ed.), *op. cit.*, pp. 148-149.

(59) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo n.º 21, fl. 23.

Faltam-nos dados sobre o desenvolvimento tecnológico da firma Peig, Planas & C^a, nas primeiras duas décadas do século XX. Porém, em 1922 são referenciados: geradores a vapor (2), motores a vapor (2), fusos para lã cardada (1200) e penteada (1435) e teares mecânicos (35). Na secção de acabamento, por seu turno, havia: lavadeiras (4), pisões (2), tesouras (2), percha (1), escova (1), prensa (1) e vaporizador (1) (60).

Entre outros aspectos, os números transcritos revelam a alteração do número de fusos de 1 000 para 2 635 (+163,5%) e o de teares de 24 para 35 (+45,8%). Pouco depois (1925), a força motriz era de 110 CV — um motor de 30 CV (61) e outro de 80 CV (62) —, quase o dobro daquela com que principiara a laborar (60 CV) (63). Na mesma data são já indicadas fiações contínuas (de 300 e de 144 fusos cada) e fiações *self-acting* (de 300 fusos cada) (64), embora desconheçamos o número total de fusos de cada grupo.

Por último, sobre a *qualidade do fabrico*, são diversos os testemunhos a atestar a sua perfeição, desde os prémios alcançados em numerosas exposições (65) a outros tipos de informes. Por exemplo, num relatório de 1927 pode ler-se: «*Tecidos de lã — Planas & C^a em Comandita, por muitos considerada a melhor fabrica do País no seu genero. Tem uma vida inteiramente desafogada*» (66).

A excelência dos artigos da fábrica de Santa Clara não pode explicar-se apenas pelas condições do meio coimbrão, onde anteriormente só havia

(60) 2^a Cl, processo n.º 181-2/397, fl. 4v..

(61) Ou de 40 CV? (cf. P. Descamps, *op. cit.*, p. 331).

(62) 2^a Cl, processo cit., fl. 5.

(63) Cf. *supra*, nota 51.

(64) 2^a Cl, processo cit., fl. 5.

(65) Entre outras, nas exposições do Porto (1897), Rio de Janeiro (1908), Brasil (1922-1923) e Sevilha (1929-1930) (Diplomas conservados nas instalações da fábrica, actualmente da firma Clarcoop — Tecidos e Confecções; *Exposição portuguesa em Sevilha. Catálogo oficial*, Lisboa, 1929, p. 33).

(66) AHBP, *Banco de Portugal. Balanços e desenvolvimentos. 1927. Agencias Angra a Funchal*, Esp. 3507, «Agencia do Banco de Portugal em Coimbra», 1927.

fiação e tecelagem manuais. Mais decisivos que a tradição (a qual, no entanto, pode ter facilitado o adaptar de alguns operários ao ramo têxtil fabril) (67), foram os contributos vindos de Espanha (Catalunha), da Grã-Bretanha e da Covilhã. Do país vizinho vieram alguns dos accionistas já com experiência no ramo — que exerceram na empresa cargos de direcção (68) — e operários especializados (69). Da Grã-Bretanha, por sua vez, vieram conhecimentos tecnológicos actualizados, através de Victorino Planas Dória, que frequentou (1905-1906 e 1906-1907) o Departamento Têxtil da Universidade de Leeds. Como se sabe, esta cidade era um importante centro da indústria de lanifícios (70). Ali, V. Planas Dória frequentou aulas das seguintes disciplinas: «Colouring», «Cloth Finishing», «Woolen Yarn Manufacture», «Scouring Machinery», «Designing & Weaving», etc. (71). A

(67) Ver, por exemplo, Mariusz Kulczykwski, *En Pologne au XVIIIe siècle. Industrie paysanne et formation du marché national*, in «Annales. E.S.C.», 24º ano, nº 1, 1969, p. 69.

(68) Designadamente Jayme Planas Coronellas, pai de Victorino Planas Dória, Francisco Ponsá Cauti e Buenaventura Dória Borrell (cf. *supra*, notas 38 e 41 e AUC, Inventário orfanológico de Pedro Peig Dória, 1899, fls. 43v.-45). O segundo residia em Sabadell, proximidades de Barcelona, ao tempo um dos mais importantes centros da indústria de lanifícios espanhola (J. Vicens Vives (dir.), *Historia social y económica de España y America*, vol. v, ed. de bolso (2ª reed.), Barcelona, 1977, pp. 56, 194 e 245).

(69) Henrique Elias Balmana, empregado da referida fábrica, é autorizado (1896) a residir em Coimbra (AUC, GC, «Alvarás e registos», 1883-1897, nº 21, fl. 130v.). A vinda de contramestres espanhóis para a unidade em causa é também confirmada por P. Descamps, *op. cit.*, p. 330. Por outro lado, é de presumir serem também espanhóis, na sua maioria, os 16 operários estrangeiros (1 tintureiro, 2 fiandeiros, 11 tecelões e 2 ultimadores) que trabalhavam na fábrica em 1890 (*Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 394-395).

(70) Derek Fraser (ed.), *A History of Modern Leeds*, Manchester, 1980, em particular cap. VI, pp. 142-176; D.T. Jenkins, *The West Riding Wool Textile Industry, 1770-1835. A Study of Fixed Capital Formation*, Edigton-Wiltshire, 1975, pp. 37-40; P. Mantoux, *La révolution industrielle au XVIIIe siècle*, pp. 268-271.

(71) Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (Clarcoop — Tecidos e Confecções), «The University of Leeds. Textile Department», 6 cadernos, manuscritos (Apontamentos tomados por Victorino Planas Dória).

especialização obtida naquele famoso centro têxtil permitiu a Planas Dória ocupar posteriormente um destacado lugar na direcção técnica da fábrica, passando a competir-lhe, logo em 1909: «a fiscalização das secções de fição e tecelagem e auxiliará os outros sócios nas suas secções, especialmente o sócio Jayme Planas Coronellas na direcção técnica geral da fábrica» (72). Mais tarde (pelas escrituras de 1919 e 1924), com as funções de gerente, continuaria a dirigir tecnicamente a empresa (73), tornando-se assim, até próximo do seu falecimento (1957) (74), um dos maiores obreiros da importante e quase secular unidade industrial. Finalmente da Covilhã, onde o sócio Buenaventura Dória Borrel também residiu, provieram certamente importantes informações sobre tinturaria e lavagem da lã, cujas secções da referida fábrica de Santa Clara aquele ficou a dirigir (75).

Numa zona localizada a este, sudeste e sul de Coimbra, disseminadas pelo *Alto e Médio Distrito* (76) e ainda por parte do distrito de Leiria, encontravam-se sete outras fábricas de lanifícios, de menores dimensões que a estudada anteriormente e, por isso mesmo, mais difíceis de analisar, por falta de elementos.

(72) AUC, not. Jaime Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 154, fl. 33v..

(73) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), ls. ns. nºs 228, fl. 67v. e 251, fl. 6v..

(74) Data gentilmente comunicada pela Srª D. Maria Victorino Planas Dória, filha de Victorino Planas Dória.

(75) AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. nº 52, fl. 22v.. Acrescente-se que da Covilhã também vieram alguns operários para a fábrica em causa (P. Descamps, *op. cit.*, p. 330).

(76) A. Rodrigues d'Andrade distribui assim os concelhos do distrito de Coimbra: *Alto Distrito* — Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Góis e Pampilhosa (da Serra); *Médio Distrito* — Penacova, Lousã, Miranda do Corvo, Coimbra, Condeixa e Penela; *Baixo Distrito* — Cantanhede, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz e Soure (Agostinho Rodrigues d'Andrade, *Corographia historico-estatística do districto de Coimbra*, pp. 12-13).

QUADRO XV
FÁBRICAS DE LANIFÍCIOS NA ÁREA DE COIMBRA (EXCLUINDO A CIDADE)

LOCALIZAÇÃO		FIRMA/PROPRIETÁRIOS	TIPO DE SOCIEDADE	ESPECIALIZAÇÃO	Nº SÓCIOS	FUNDAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	MÃO-DE-OBRA
CONCELHO	POVOAÇÃO							
Góis (a)	Várzea	José dos Santos Carneiro «Fábrica Perseverança»		Cardação e fição	1	1884		18
Góis (b)	Alvares (Foz do Moinho Velho)	Manuel Barata Lima, mulher e filhos, José Manuel Dinis e Pedro Lopes Cortez		Fiação e tecelagem	6	1889		118
Oliveira do Hospital (c)	Freguesia de S. Gião (Quinta do Alva)	Eduardo de Brito & Ferreira	Comercial de capital e indústria	Fiação	2	1901	500\$000	
Lousã (d)	Foz de Arouce	Pai de Manuel Dinis Barata Lima		Fiação e tecelagem		1917		
Condeixa-a-Nova (e)	Entre o Travaz e a Ribeira	José de Nápoles e João Bebião. «Fábrica de Fiação de Condeixa»		Fiação	2	1891		7 ou 8
Penela (f)	Ponte do Espinhal	Ayres Augusto Quaresma de Almeida		Fiação	1	1883		
Pombal (g)	Santónio (aros de Pombal)	Varella & Irmão & José Henriques dos Santos	Sociedade em nome colectivo	Cardação e fiação	3	1900	500\$00	

FONTES E NOTAS:

- (a) Tinha também moagem (*O Conimbricense*, nº 3823, de 5 de Abril de 1884; *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 402-403).
 (b) BPADL, not. António Joaquim Simões David (Pedrógão Grande), l.n. nº 15, fls. 17-19v.
 (c) AUC, not. Augusto Matos Cid (Oliveira do Hospital), l.n. nº 6, fls. 13v-15v.
 (d) ABPC, *Cartas. Expediente diverso. «Pais»*, 5, 1915-1917.
 (e) *Correio da Figueira*, nº 219, de 11 de Fevereiro de 1891.
 (f) Instalada numa fábrica de papel, que havia sido fundada em 1877. Em 1883 inicia-se a fiação de lã (*O Conimbricense*, nºs 3784, 3793, 3856, 4474 e 4519, respectivamente de 21 de Novembro e de 22 de Dezembro de 1883, 2 de Fevereiro, 19 de Julho e 23 de Dezembro de 1890).
 (g) Também tinha moagem de cereais e pilação de arroz (BPADL, not. Joaquim Inácio Cardoso Pimentel (Pombal), l.n. nº 3, fls. 28-34).

Das informações apresentadas (Quadro XV), podem deduzir-se as seguintes características:

1. Exceptuando duas unidades (de Alvares e Foz de Arouce, a certa altura na posse da mesma família (77)), que tinham fiação e tecelagem, as restantes eram especializadas em determinadas operações (78), particular-

(77) Manuel Barata Lima, em 1889, deu sociedade a seus filhos Manuel Barata Dias Júnior e João Barata Lima, na exploração da fábrica de Alvares. Em 1917, Manuel Dinis Barata Lima dirigia os negócios de seu pai (certamente um daqueles últimos), proprietário das duas fábricas de fiação e tecidos de Alvares e de Foz de Arouce (cf. notas (b) e (d) do Quadro XV).

(78) Os dois processos de exploração classificam-se, respectivamente, de *vertical* e de *horizontal* (Carlos Bastos, *Indústria e arte têxtil*, Porto, 1960, p. 314).

mente na fiação (três fábricas) e na cardação e fiação (duas fábricas) (79). A actividade destas prendia-se em especial com as necessidades de aprovisionamento da tecelagem manual — em grande parte localizada, como vimos, neste zona —, que assim podia prolongar por mais algum tempo a sua agonia, beneficiando da preparação industrial do fio de lã nas referidas unidades fabris.

2. A localização dos estabelecimentos, conquanto estivesse também relacionada com a produção lanígera, era fundamentalmente condicionada pelos cursos de água (rios Ceira, Dueça, Zêzere, Arunca e seus afluentes). O precioso líquido, indispensável ao próprio fabrico dos lanifícios (lavagem da lã e acabamento do tecido), constituía ainda a principal — e em alguns casos única — força motriz das unidades em causa (80).

3. As fábricas de lanifícios do interior da área de Coimbra, excluindo a localizada em Alvares (Góis), que ainda laborava em 1955 (81), tiveram vida relativamente curta. As carências de capital — três das fábricas pertenciam a proprietários individuais e outra era predominantemente familiar —, com as conseqüentes dificuldades na aquisição de equipamento, a sazonalidade dos cursos de água e a modesta qualidade do fabrico (82) foram algumas

(79) Além da cardação, fiação e tecelagem, o fabrico de lanifícios engloba as seguintes fases: escolha das lãs, lavagem, penteação, lissagem, preparação, tinturaria e acabamento (Carlos Farinha, *Indústria das lãs*, in «Indústria Portuguesa», 9.º ano, n.º 96, Fevereiro 1936, pp. 41-43). Ver também José Maria de Campos Mello, *Lãs e lanifícios*, Coimbra, 1907, pp. 236-421.

(80) Sobre o importante papel desempenhado pela água na indústria de lanifícios e respectiva localização ver Orlando Ribeiro, *Le Portugal Central (Livret-guide de l'excursion C)*, Lisboa, 1949, pp. 50-51; João Ubach Chaves, *Indústria de lanifícios*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. 1957. Relatórios de sectores industriais», Relatório 2.1, Lisboa, s.d., p. 5.

(81) Anselmo dos Santos Ferreira (Elmanson), *Memória acerca da vila de Alvares*, 1.ª ed., Coimbra, 1955, p. 15.

(82) Em virtude das deficiências da matéria-prima (lã) e da falta de meios e de pessoal técnico e operário habilitado (Filipe E. de Almeida Figueiredo, *Les laines*, in B.C. Cincinato da Costa e D. Luiz de Castro, «Le Portugal au point de vue agricole», pp. 701-702; José d'Azambuja Proença, *A indústria de tecidos de lã em Portugal. Algumas considerações sobre o seu atraso e estacionamento*, Belém, 1884, pp. 3-4).

das causas que fizeram sucumbir as fábricas em questão. O desenvolvimento dos meios de transporte, facilitando a penetração de artigos provenientes de outras áreas — com o inevitável desmembramento do mercado local —, associado à diminuição da produção lanígera na área (83) aceleraram o processo de decadência.

A acrescentar aos poucos dados quantitativos referentes ao capital social das empresas mencionadas (Quadro XV), outros se podem aduzir. Assim, quanto ao capital fixo, o uso de instalações também utilizadas para outras actividades (moagem, fabrico de papel e pilação de arroz) era outro processo — além do arrendamento já referido (84) — de obviar a maiores investimentos de capital, o que também foi praticado noutros países (85). Acerca do capital circulante, um exemplo a sublinhar — embora desconhecamos qual a sua representatividade — era o da *fábrica de fiação de lã de Condeixa*, montada «não para vender o fio, mas para trabalhar de conta alheia, isto é, não tendo capital circulante propriamente dito, mas fiando a lã que os freguezes levam, e recebendo setenta reis por cada kilo, proxima-damente, umas vezes mais, outras menos, conforme a grossura e a quantidade de torcido do fio» (86). A esta modalidade deu H. Heaton a designação apropriada de «service station» (87). Assim, o capital circulante era mínimo

(83) A acreditarmos nos dados estatísticos disponíveis, a média anual da produção de lã no distrito de Coimbra baixou de 171 454,5 kg. (1870 e 1873) para 21 837,4 kg. (1923-1926 e 1928) (Moses Bensabat Amzalak, *A fibra de lã*, Lisboa, 1916, p. 38. Sep. da «Revista de Comercio»; *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1928*, Lisboa, 1929, p. 260). Embora se possam levantar algumas reservas à grande diferença expressa pelos números indicados, não há dúvidas sobre a tendência para a baixa, na referida produção, ao longo do período estudado.

(84) Acerca da fábrica de lanifícios de Santa Clara. As instalações da fábrica de fiação da Quinta do Alva (S. Gião, Oliveira do Hospital) eram igualmente arrendadas (cf. Quadro XV; not (c)).

(85) F. Crouzet (ed.), *Capital Formation...*, pp. 38 e 85.

(86) *Fábrica de Fiação de Condeixa*, in «Correio da Figueira», nº 219, de 11 de Fevereiro de 1891 (sublinhado nosso).

(87) Herbert Heaton, *Financing the Industrial Revolution*, in F. Crouzet (ed.), *op. cit.*, p. 86.

— e não nulo, como se lê na passagem transcrita —, pois só era aplicado no pagamento dos salários de 3 homens e de 3 ou 4 menores.

Pouco conhecemos sobre a mão-de-obra nas restantes empresas. Relativamente à *fábrica da Ponte do Espinhal*, por exemplo, não é possível distinguir, dos 50 operários que nela trabalhavam pouco antes de se iniciar a fição de lã (88), quantos viriam a ocupar-se nesta actividade. Nas *duas fábricas do concelho de Góis* (Quadro XV), laboravam (1890): 117 operários (114 do sexo feminino e 3 do sexo masculino), na de Alvares, e 18 (do sexo masculino), na da Várzea (89). O equipamento destas unidades era ainda rudimentar, pelo que necessitavam de um número relativamente elevado de mão-de-obra. A fazer fé nos dados estatísticos — que todavia parecem demasiado baixos —, dispunham apenas de 5 e 2 teares manuais, respectivamente, devendo assim a esmagadora maioria da mão-de-obra ocupar-se na fição, a qual, por seu turno, também era por certo manual (90).

Das restantes unidades fabris só temos notícias algo pormenorizadas sobre o equipamento das *fábricas de fição de Condeixa-a-Nova* e de *Pombal*. Naquela, que ocupava uma área de 170 m², estavam instalados 227 fusos, devendo tratar-se da máquina de fiar chamada «mula», dada a referência à *carruagem*, onde os fusos estavam instalados (91). São ainda referenciados os seguintes aparelhos: loba, abridora, escolhedeira, azeitador mecânico, primeira carda ou carda do velo e segunda carda ou carda do aparato. Fiava diariamente 5 a 7 arrobas, consoante a grossura, qualidade e grau de lavagem da lã. A força motriz era produzida por uma roda hidráu-

(88) *O Conimbricense*, nº 3784, de 21 de Novembro de 1883. Foi em 11 de Dezembro de 1883 que se iniciou na dita fábrica a fição de lã, enquanto o fabrico de papel havia principiado em 10 de Abril de 1877 (*O Conimbricense*, nº 3793, de 22 de Dezembro de 1883).

(89) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 402-403.

(90) *Idem*. vol. III, p. 438.

(91) Cf. A.P. Usher, *História das invenções mecânicas*, vol. II, pp. 123-124 e fig. 110. A *mule jenny* de Crompton (1777) acumulava os princípios de duas invenções precedentes: a *spinning jenny* (Hargreaves, 1765) e a *Water frame* (Arkrigh, 1767) (Bertrand Gille (dir.), *Histoire des techniques*, «Encyclopédie de la Pléiade», Paris, 1978, pp. 718-719).

lica, instalada na vala do Condeixinha (92). Entre outros factores, o reduzido número de fusos e a irregularidade do funcionamento — por falta de água — contribuíam para a baixa produtividade da fábrica.

Na mencionada *fábrica de Pombal*, de tipo misto — por nela estarem ainda instalados serviços de moagem e pilação de arroz —, existia uma fição de 180 fusos, do sistema belga (93), uma escolhedeira e um lobo, de 80 cm. de largura cada, e 44 colarinas novas de aparato. A energia era fornecida por uma roda hidráulica e uma máquina a vapor. Estas, o restante equipamento, as instalações e o valor das respectivas modificações a efectuar eram avaliados em 5 contos (94). De salientar a complementaridade entre a força motriz hidráulica e a vapor e, ainda, a transferência de algum conhecimento técnico da zona têxtil de Castanheira de Pêra para a de Pombal, através de José Henriques dos Santos, industrial, até então (1900) residente em Gestosa, freguesia de Castanheira de Pêra. Com efeito, tendo aquele entrado para a sociedade apenas com o seu «trabalho e indústria», foi-lhe cometido estar «à testa da fábrica, vigiando a sua laboração e o seu pessoal», para o que — como industrial oriundo da dita zona têxtil — se encontrava naturalmente melhor preparado que os outros dois sócios da firma, ambos negociantes (95).

A *fábrica da Ponte do Espinhal* — cujo edifício, de quatro pavimentos, ainda se pode visitar actualmente — possuía também motor hidráulico e a vapor, sendo este para os grandes estios (96). A despeito das amplas instalações e de se ter constituído (1890), em Lisboa, uma sociedade com 20 sócios fundadores — entre os quais o anterior proprietário, Ayres Augusto

(92) Cf. Quadro XV, nota (e).

(93) Informação que se coaduna com a seguinte, atinente à região do Porto: «Les machines à vapeur, machines outils, matériel de chemin de fer, etc., sont surtout de provenance belge» (AMAE, *Correspondance commerciale. Porto. Octobre 1899-Septembre 1900*, vol. 9, fls. 133-133v.).

(94) BPADL, not. Joaquim Inácio Cardoso Pimentel (Pombal), l.n. nº 3, fls. 28v.-29v..

(95) Tratava-se de Aquilino Dias Varella Pinto e Alfredo Dias Varella Pinto, simultaneamente únicos sócios de outra firma (comercial) de Pombal, denominada Varella & Irmão (BPADL, *idem*, l.n. nº 3, fls. 28v.-29v.).

(96) *O Conimbricense*, nº 3856, de 2 de Agosto de 1884.

Quaresma de Almeida (97) —, a fábrica deixaria de laborar poucos anos depois (antes de 1894) (98).

As fábricas — ou, em alguns casos, manufacturas (99) — de que temos tratado, apesar da sua curta existência, desempenharam uma função não despicienda relativamente ao artesanato e à própria indústria fabril. Quanto àquele, cardando e fiando a lã a utilizar por parte da tecelagem manual, aliviando assim algumas tecedeiras das tarefas preparatórias do fio. Acerca desta, favorecendo contactos entre técnicos e operários de diferentes zonas, contribuindo deste modo para a instalação e o desenvolvimento de novas unidades fabris, como a aludida fábrica dos subúrbios de Pombal e outras da zona do Avelar (100). Em contrapartida, esta zona, as da Castanheira de Pêra, da Covilhã e da própria cidade de Coimbra vão dar o seu contributo para a atrofia e o esgotamento das unidades pior colocadas — como as que focámos —, perante os novos condicionalismos com que a indústria de lanifícios se viria a debater.

Na totalidade, as oito fábricas estudadas (incluindo a de Santa Clara-Coimbra), no final do século XIX e começos do XX, tinham instalados cerca de 1500 fusos e ocupavam aproximadamente 400 pessoas. Este número, correspondendo a 4,49% dos 8895 operários que, em 1896, trabalhavam em Portugal na indústria de lanifícios (101), deixa antever um desen-

(97) *Idem*, nº 4519, de 13 de Dezembro de 1890.

(98) Virgílio Fernandes Lopes Nunes, *Subsídios para a história da arte regional dos lanifícios e zona de Avelar e sua indústria*, Coimbra, 1966, p. 113 (Diss. de lic., apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, policopiada).

(99) A que também já se chamou *manufacturas centralizadas*, para as distinguir, por um lado, das oficinas, de laboração manual e com reduzida concentração de mão-de-obra e, por outro, das fábricas, com a utilização da energia a vapor ou eléctrica (cf. Joseph Koulischer, *La grande industrie aux XVIIe-XVIIIe siècles: France, Allemagne, Russie*, in «Annales d'Histoire Économique et Sociale», t. III, 1931, pp. 11-46).

(100) Cf. V.F. Lopes Nunes, *op. cit.*, p. 112.

(101) J. de Oliveira Simões, *A evolução da indústria portuguesa*, in «Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa», vol. I, Lisboa, 1908, p. 372.

volvimento pouco acentuado deste ramo na área em estudo. Entretanto, esta indústria, ainda a mais importante do País em 1875, «principalmente pelo aperfeiçoamento dos processos mechanicos e das machinas empregadas» (102), irá ser ultrapassada pela têxtil algodoeira que, em 1917, já ocupava um lugar destacado entre as indústrias têxteis, consumindo mensalmente 1 200 toneladas de algodão (103). Ter-se-á verificado o mesmo na área de Coimbra? É o que analisaremos em seguida.

É conhecido o importante papel desempenhado pela *indústria algodoeira* nas primeiras fases da industrialização de vários países, desde a segunda metade de Setecentos à actualidade (104). Em Portugal, o surto da têxtil algodoeira verificou-se essencialmente no último quartel do século XIX e primeiros anos do século XX (105), com particular relevo para as duas décadas que antecederam a I Guerra Mundial. De entre os vários indicadores a que se podia recorrer — número de fábricas, de operários e de teares (106), investimento de capital (107), lucros e dividendos (108), consumo

(102) G.A. Pery, *Geographia e estatística de Portugal e colonias*, p. 147. O papel essencial desempenhado pela indústria de lanifícios, até ao último quartel de Oitocentos, decorria do processo de industrialização tardia entre nós, uma vez que essa era precisamente uma das características do Antigo Regime económico (Tihomir J. Markovitch, *Histoire des industries françaises, I: Les industries lainières de Colbert à la Révolution*, Genebra, 1976, pp. 2-3).

(103) J. de Campos Pereira, *Portugal industrial*, p. 89.

(104) Ver P. Mantoux, *La révolution industrielle au XVIIIe siècle*, p. 186; S.D. Chapman, *The Cotton Industry in the Industrial Revolution*, reimpr., Londres, 1977, p. 67; D.A. Farnie, *The English Cotton Industry and the World Market, 1815-1896*, Oxford, 1979, pp. 3-44; E. de Queiroz Ribeiro, *O algodão. Da colheita à industrialização*, pp. 195-330.

(105) Ascânio Passos de Sousa Dias, *A indústria metropolitana algodoeira. Do último quartel do século XVIII aos nossos dias*, in «Jornal do Comércio», supl. ao nº 30271, de 17 de Outubro de 1953, p. 60.

(106) *Inquerito industrial de 1881 e Inquerito industrial de 1890*.

(107) Bento Carqueja, *O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal*, Coimbra, 1908, pp. 72-73.

(108) J.M. Amado Mendes, *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*, in «Análise Social», nºs 61-62, 1980, p. 41. Os divi-

de algodão em rama e número de fusos —, analisemos os dois últimos. Pela evolução do consumo de algodão em rama (Quadro XVI), verifica-

QUADRO XVI

CONSUMO DE ALGODÃO EM RAMA EM PORTUGAL (1873-1927)

ANOS	MÉDIA ANUAL (TONELADAS)	VARIAÇÃO (%)
1873/77	2 080	
1878/82	3 040	+46,15
1883/87	4 400	+44,73
1888/92	6 860	+55,90
1898/902	15 000	+29,31
1903/7	15 000	0,00
1908/12	16 600	+10,66
1913/17	16 200	-2,40
1918/22	12 400	-23,45
1923/27	15 200	+22,58

FONTE:

Brian R. Mitchell, *European Historical Statistics. 1750-1970*, Londres, 1978, pp. 253 e 255.

-se que já nas décadas de 1870 e 1880 se começou a notar um certo desenvolvimento (109). A questão algodoeira principiava a ser olhada mais de perto, como se deduz, por exemplo, das palavras de Lourenço

mentos da Companhia da Real Fábrica de Fiação de Tomar confirmam as tendências dos dados por nós publicados no trabalho citado. Com efeito, os dividendos daquela empresa foram, em média, os seguintes: 1886/91 — 11%; 1892/95 — 6,75%; 1908/11 — 7,25% (AHFFT, cx. inum., «Dividendos de 1881 e 1885-1895 e de 1908-1911»).

(109) Desenvolvimento esse que se seguiu a um período de certa estagnação, desde meados da década de 1850 (Manuel Villaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, 1976, p. 198).

Malheiro (110) que visitara a Exposição Internacional de Filadélfia (1876) e seguidamente várias fábricas nos Estados Unidos da América: «A fabricação de algodão é questão capital para Portugal, que importa todos os annos alguns mil contos de fasendas, podendo fabrica-las, valorizando ao mesmo tempo e desenvolvendo por este modo a cultura de algodão nas nossas colonias» (111). No próprio *Inquerito industrial de 1881* já se dá conta de alguns progressos conseguidos pela têxtil algodoeira (112). Todavia, foi no último decénio de Oitocentos, em especial depois de 1893 — isto é, após terem passado os efeitos mais gravosos da crise de 1890-1892 —, que se deu o grande impulso, tendo-se então atingido os níveis de consumo da rama (15 000 t/ano) que se irão manter, com ligeiras oscilações, até finais da década de 20, à excepção do quinquénio 1918-1922 (12 400 t/ano) (113). A pauta de 1892, acentuadamente proteccionista, e a venda de artigos de algodão para o mercado colonial — a que Bento Carqueja chamou «válvula de segurança» (114) — foram os maiores estímulos da indústria algodoeira no período mencionado (115).

O número de fusos, por seu lado, registou os seguintes aumentos (116) (índice de base móvel):

1882/83	110 000		1913	480 000	+26,98%
1894	160 000	+45,45%	1920	482 000	+0,41%
1904	230 000	+43,75%	1925	503 000	+4,35%
1908	378 000	+64,34%	1930	503 000	+0,00%

(110) Trata-se de Lourenço António Pereira Malheiro (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 16, Lisboa-Rio de Janeiro, reimp., 1978, p. 22).

(111) AHMOP, maço não inventariado, doc. datado de 21 de Maio de 1877.

(112) *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, 1ª parte: *Depoimentos*, pp. 110-114.

(113) Esta quebra deveu-se à crise que se seguiu ao conflito de 1914-1918, em virtude da subida exagerada da rama brasileira e norte-americana (Carlos Bastos, *Indústria e arte têxtil*, p. 274).

(114) Bento Carqueja, *O povo portuguez. Aspectos sociais e economicos*, Porto, 1916, p. 211.

(115) AMAE, «Correspondance commerciale. Porto», vol. 9, octobre 1899-septembre 1900, fls. 143v.-144.

(116) B.R. Mitchell, *European Historical Statistics, 1750-1970*, p. 258.

Como se observa pelos dados expostos, o número de fusos triplicou entrê 1894 e 1913, enquanto o número de teares atingia, em 1912, os 18 000, sendo 15 000 mecânicos e 3 000 manuais (117). Qual o contributo da área coimbrã para o mencionado surto da indústria algodoeira?

Ao invés da indústria de lanifícios — que, como indicámos, teve a sua primeira grande unidade em Coimbra —, a *indústria têxtil algodoeira* principiou por ser instalada num meio rural, mais precisamente na *aldeia do Paleão, da freguesia e concelho de Soure*. A iniciativa (1884) (118) ficou a dever-se ao bacharel Evaristo Maria Neves Ferreira de Carvalho, um dos fundadores da *Companhia Fabril e Industrial de Soure* (119). A sociedade, fundada em 1885 (120), tinha por objecto construir e instalar uma fábrica de fiação e tecelagem de algodão (no dito lugar do Paleão), para o que eram apontados diversos factores positivos: abundância de água das nascentes do Orão e do rio Anços; facilidades de transporte por via férrea, terrestre e fluvial; e salários inferiores aos dos centros urbanos (121). Adquiridos os terrenos necessários e os moinhos da «ribeira» de Soure — com 38 pares de mós e um lagar de azeite (122) —, a fim de libertar a respectiva água de

(117) AN, F12 7271, «Consulat de France à Porto. Revue economique du Portugal. Année 1912», fl. 9.

(118) *O Conimbricense*, nº 3882, de 31 de Outubro de 1884.

(119) Entre os accionistas contavam-se: o conselheiro José Dias Ferreira, o conde da Foz, o conde de Cabral, o conde de Magalhães, o visconde de Macieira, José do Nascimento Lopes, António José de Sousa Azevedo e Constantino Osório (*O Conimbricense*, nº 3942, de 2 de Junho de 1885).

(120) *O Conimbricense*, nº 4300, de 10 de Novembro de 1888.

(121) *O Conimbricense*, nº 3912, de 18 de Fevereiro de 1885, onde se resume o *Relatorio e projecto para o estabelecimento d'uma fabrica completa de fiação e tecidos de algodão em Soure*, de Evaristo Maria das Neves Ferreira de Carvalho (Lisboa. Netto & Companhia. 1885), cuja fotocópia nos foi gentilmente cedida pelo Dr. Jorge Custódio, a quem reiteramos a nossa gratidão.

(122) *O Conimbricense*, nº 3907, de 31 de Janeiro de 1885.

obstáculos, edificaram-se as instalações da fábrica e anexos (1888-1891) (123).

A despeito das amplas e funcionais instalações e da dedicação do pessoal — misto de camponês e operário (124) —, a fábrica do Paleão-Soure tem sofrido algumas vicissitudes, desde um grande incêndio (1899) (125) e o encerramento temporário (1927) (126), à recente paralização da secção de tecelagem (Abril de 1982) (127). Entre as aludidas vicissitudes, deve referir-se o facto de aquela fábrica ter pertencido a diversas empresas, cujas sedes e principais centros de decisão se têm localizado fora da respectiva área de Coimbra. Contudo, é também uma dessas empresas — a Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar — que, preservando no seu arquivo documentação relativa à fábrica de Soure (128), nos permite conhecer um pouco melhor a história desta, nas duas primeiras décadas da sua existência (cerca de 1890-1910).

A fusão da Companhia da Real Fábrica de Fiação de Tomar com a

-
- (123) *Ibidem*, 4 300, de 10 de Novembro de 1888; AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 2, processo inum., «Soure», doc. de 21 de Março de 1891 (Ano que também se pode ler à entrada da fábrica, na calçada em frente ao escritório).
- (124) Esta fábrica e a de Vale Maior (papel) eram apontadas (1913) como exemplos de unidades cujos operários de meios agrícolas, que começam por ser «lavradores» a trabalhar nas fábricas, só passadas algumas gerações se tornam operários propriamente ditos (*Boletim do Trabalho Industrial*, nº 83, 1913, p. 22).
- (125) *Gazeta da Figueira*, nº 739, de 15 de Março de 1899.
- (126) A fábrica pertencia então à firma Azevedo & C^a, Ld^a (*Boletim do Trabalho Industrial*, nº 144, 1931, p. 84).
- (127) Informação oral, obtida na própria fábrica (Agosto de 1982).
- (128) Sobre a importância dos arquivos das empresas para a história económica ver Bertrand Gille, *Les archives d'entreprises*, Paris, 1958, pp. 1-6; Henri Morsel, *Histoire et histoire des entreprises*, in «Revue d'Histoire Économique et Sociale», t. 53, nº 1, 1975, pp. 121-127; J. Amado Mendes, *Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX*, in «O Instituto», vol. 139, Coimbra, 1979, pp. 52-55.

Companhia Fabril e Industrial de Soure foi decidida (1892) devido a dificuldades financeiras da parte desta — provavelmente agravadas pela crise que então grassava — em liquidar, ao empreiteiro, o custo total das instalações. A Fábrica de Soure, com cerca de 10 000 fusos e 40 teares, custou à Fábrica de Tomar a módica quantia de 266 666\$666 réis (129).

A fiação teve início nos começos de 1893 (130) e a tecelagem em 1894 (131). No ano em que o estabelecimento começou a laborar, era de presumir que se verificasse um considerável aumento da *mão-de-obra*, o que efectivamente aconteceu. Assim, aquela subiu de 57 (Fevereiro) a 206 operários de ambos os sexos (Dezembro de 1893) (132). Seis anos depois (1899), o seu número mais que duplicara (450, 300 do sexo feminino e 150 do masculino) (133).

A *matéria-prima* fundamental (o algodão) era importada dos Estados Unidos da América e do Brasil (de Pernambuco e Maranhão) (134). Parte do *combustível* (carvão) era igualmente importado. Provinha de Cardiff, chegando a Soure por via férrea, meio de transporte utilizado também pelo carvão oriundo do Cabo Mondego (135). Como o carvão inglês custava mais

(129) Manuel da Silva Guimarães, *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Santarém, 1976, pp. 122-123. Ver a nossa recensão a esta obra na *Revista Portuguesa de História*, t. XVII, vol. II, 1977, pp. 351-358.

(130) É nas folhas de salários da semana de 24 de Fevereiro — 2 de Março de 1893 que aparecem, pela primeira vez, operários (15) sob a rubrica «fiação» (AHFFT, cx. «C.F.T. 1893», «Semana de 24 de Fevereiro a 2 de Março»).

(131) Em Fevereiro de 1894, além do habitual fio, são mencionados pano cru, estamparias e lonas (AHFFT, cx. «C.F.T. 1894», «Existência do manufacturado em Fevereiro de 1894»).

(132) AHFFT, cx. «C.F.T. 1893», folhas de salários da «Semana de 24 de Fevereiro a 2 de Março de 1893» e da «Semana de 15 a 21 de Dezembro de 1893».

(133) *Gazeta da Figueira*, nº 739, de 15 de Março de 1899. Aqui vem indicado, por lapso, o total de 550 operários, em vez de 450.

(134) AHFFT, cx. «C.F.T. 1895», «Rendas dos moinhos de Paleão em Janeiro de 1895. Folhas mensais»; cx. «1905», «Documentos de Março de 1895. Soure»; *idem*, «Documentos. Setembro 1905. Soure»; cx. «1908. Documentos de Junho de 1908. Soure».

(135) AHFFT, cx. «C.F.T. 1898», «Carvão do Cabo Mondego para a Fábrica de Soure»; cx. «C.F.T. 1900», «Transportes pelo Caminho-de-Ferro em Junho de 1900».

que o triplo em relação ao do Cabo Mondego (2\$911 réis/kg contra \$779 réis/kg, em Dezembro de 1897) (136), era a melhor qualidade do primeiro que justificava a respectiva aquisição.

No que se refere ao *equipamento*, desde início foi instalada na fábrica uma turbina hidráulica de 90 CV, feita por «Baerlein & Company», de Manchester (137). Em 1898-1899 foram adquiridos um novo motor a vapor (138) e uma caldeira. O dito motor passou a assegurar o funcionamento da fábrica sobretudo em períodos de estiagem. Por 1900, o estabelecimento focado viria a dispor de iluminação eléctrica (139). Além do número de fusos e teares indicado (respectivamente 10000 e 400, em 1892), pouco sabemos acerca das suas características. Porém, no final do século XIX aqueles eram do tipo «mule», sendo uma das fiandeiras (n.º 6) composta por 900 fusos (140).

Concluídas as instalações, construídas casas para operários (1896) (141) e adquirido equipamento diverso, também a *produção* se ia intensificando e diversificando. Efectivamente, a média mensal das vendas mais que quadruplicou de 1894 (3 247\$924) a 1900 (14 779\$542) (142). A artigos como algodão hidrófilo, lenços e meias (1895), acrescentam-se (1906) «toalhas, barretes, riscados, estamparia, riscado cardado, zefires, chita preta, saias, guardanapos, carrinhos de linha, mantas, kaki, linha de marcar e camisolas» (143).

(136) AHFFT, cx. «C.F.T. 1897», «Transportes efectuados pelo Caminho-de-Ferro no mez de Dezembro de 1897».

(137) Viria a ser desmontada e partida para a sucata (1946) (2ª CI, «Processo da Fábrica de Fiação e Tecidos de Soure».

(138) Os 55 volumes respeitantes ao motor pesavam 37 230 kg. (AHFFT, «C.F.T. 1899», «Transportes pelo Caminho-de-Ferro no mez de Fevereiro de 1899»).

(139) AHFFT, cx. «F.F.T. 1900», «Combustíveis. Drogas».

(140) *Gazeta da Figueira*, n.º 739, de 15 de Março de 1899.

(141) AHFFT, cx. «C.F.T. 1896», «Extracto da caixa em 1 d'Agosto de 1896».

(142) AHFFT, cx. «C.F.T. 1894», «Vendas efectuadas pela Fábrica de Soure. 1894»; cx. «C.F.T. 1900», «Vendas da Fábrica de Soure. 1900».

(143) AHFFT, cx. «C.F.T. 1895», «Existencia de manufactura em 24 de Janeiro e 24 de Junho de 1895»; cx. «C.F.T. 1906», «Existencia de fazendas para vendas aos operarios», doc. de 30 de Setembro de 1906.

Para concluir, uma referência aos *mercados* a que se destinavam os artigos da Fábrica de Soure. Em primeiro lugar, contavam-se os centros urbanos mais próximos — Coimbra e Leiria —, assim como os do Porto, Lisboa, Tomar e Santarém, além da própria vila de Soure (144). Entretanto, com o desenvolvimento da unidade fabril, os respectivos artigos vão sendo remetidos para novos mercados, nomeadamente para as possessões africanas. Assim, logo dois anos após o começo da laboração, foram vendidas para África quantidades apreciáveis de pano cru (145). Estas vendas, beneficiando da conjuntura favorável, terão progredido a bom ritmo até final do século. Depois, por causa da crise dos inícios de Novecentos (146), aquelas terão diminuído de intensidade, embora continuem documentadas até 1907 (147). A dita crise favoreceu uma mais intensa exploração das potencialidades do mercado interno, como parece provar a colocação de artigos em mercados secundários, como Gouveia, Gaia, Alpedrinha, Paialvo, etc. (148).

Quase no extremo nordeste da área coimbrã, localizava-se uma *outra fábrica de tecelagem de algodão*, mas esta de pequenas dimensões. Sita no

(144) AHFFT, cx. «C.F.T. 1894», «Algodão em manufacturas. Sahidas em Agosto de 1894»; cx. «C.F.T. 1894», «Extracto da caixa em 24 de Fevereiro de 1897».

(145) Embora não se especifique, é de admitir que parte considerável do referido produto se destinasse a Angola, dado que os artigos de algodão viriam a representar (1897-1938) de 31 a 43% do total de exportações portuguesas para aquela colónia (Sandro Sidery, *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas* (trad. do inglês), Lisboa, 1978, p. 306).

(146) Crise se superprodução, baixando a venda de tecidos de algodão, para o mercado colonial português, de 2 073 contos (1900) a 940 e a 690 contos, respectivamente em 1901 e 1902 (AN, F12 7271, «M. Revelli, Consul de France à Porto à Monsieur le Ministre du Commerce et de l'Industrie», «L'industrie cottoniere au Portugal», fls. 8-9; J. de Oliveira Simões, *A evolução da indústria portuguesa*, in «Notas sobre Portugal», p. 372; Carlos Bastos, *Indústria e arte têxtil*, p. 273).

(147) AHFFT, cxs. «C.F.T. 1903-1906», «Existencia do manufacturado. Março de 1904»; «Existencia do manufacturado em 24 de Fevereiro de 1905»; «Existencia do manufacturado em 24 de Fevereiro de 1906».

(148) AHFFT, cx. «1907», «Documentos de Outubro. Soure».

concelho de Tábua (em *Rei de Moinhos*, limite de Meda de Mouros, junto ao rio Alva), andava em construção (1888) quando se constituiu a sociedade comercial Coelho & Irmão, com o capital social de 5 contos. Tinha por objecto o comércio indiferenciado — cuja loja se situava no Casarão — e o fabrico de tecidos de algodão (149), grande parte dos quais seriam possivelmente vendidos no estabelecimento comercial da empresa.

A Fábrica de Coelho & Irmão ocupava (1890) 18 pessoas (2 mestres ou contramestres e 16 tecedeiras) e utilizava o seguinte equipamento: teares manuais (5), teares mecânicos (4), urdideira (1), engomadeira (1), encarretadeiras (2), caneleira (1) e calandra (1) (150). Pese embora a referência a «fiação e tecelagem» (*Inquérito industrial de 1890*), a análise da escritura — onde não se menciona a fiação — e do equipamento descrito levam-nos a supor não existir na altura fiação na dita fábrica. Também aqui a água foi decisiva para a instalação da fábrica, pois era exclusivamente utilizada a energia hidráulica (151).

Pequenas fábricas eram ainda as duas de *meias e coturnos*, localizadas no concelho de Coimbra (1891). Uma, na freguesia rural de Castelo Viegas, pertencia a Joaquim Maria Correia Cardoso. Estava equipada com 12 máquinas e ocupava 28 mulheres. Vendia os coturnos de homem a 750 réis a dúzia e, as meias de mulher, a 1\$350 réis a dúzia. Outra, situada no Largo do Romal (Coimbra), tinha 9 máquinas e pertencia à firma Aníbal de Lima & Irmão (152). No primeiro caso, tratava-se provavelmente dos primórdios de uma actividade que viria a manter-se até há pouco naquela localidade. No segundo, aquela foi uma das tarefas á qual, juntamente com o comércio, a dita firma esteve ligada nos seus princípios, antes de se envolver mais empenhadamente na indústria de malhas, na qual atingiria um papel de relevo.

(149) AUC, nots. Luís da Costa Gomes e António Nogueira Soares Júnior (Arganil), l.n. nº 58, fls. 44v.-46v..

(150) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 387, 412-413, 430-431 e 440.

(151) A queda de água de Rei de Moinhos viria a ser mais tarde aproveitada para alimentar a central Hidro-Eléctrica de Arganil, Ld^a (Américo Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. X, Porto, 1948, pp. 143-144). Aludiremos de novo a esta queda de água, ao tratar da electricidade.

(152) *O Conimbricense*, nº 4614, de 20 de Novembro de 1891.

Foi efectivamente por intermédio de *Aníbal de Lima & Irmão* que a *indústria de malhas* veio a ser introduzida em Coimbra. A sociedade — comercial em nome colectivo — havia sido constituída (1867) com o capital social de 5711\$60 réis, a fim de explorar um estabelecimento comercial de fazendas brancas na Praça do Comércio (n.ºs 100-103), em Coimbra (153). Após ter instalado pouco depois a já referida fábrica no Largo do Romal, certamente devido à exiguidade de espaço e à falta de condições para o exercício da actividade, fundou nova fábrica próximo de Coselhas (Rego de Benfins). Denominava-se *Fábrica Conimbricense de Artefactos de Malha*, produzia (1894) artigos de malha de algodão (camisolas, ceroulas e meias) e empregava 60 pessoas — quase todas do sexo feminino —, dando ainda *trabalho ao domicílio* a mais de 30 (154). Nos inícios do século XX (1906-1908) foram construídas novas instalações na Rua do Gasómetro (155) (posteriormente Rua de João Machado), nas quais a fábrica de malhas esteve em laboração até 1978, tendo sido depois demolidas (1981).

A empresa continuava entretanto a progredir, aumentando o *capital social* para 150 contos — em 1913, quando passa a adoptar a firma *Aníbal de Lima & Irmão, Lda* (156) — e, alguns anos mais tarde (1921), para 500 contos (157). Uma parte razoável dos mencionados valores correspondia a capital fixo, investido em equipamento (158) e na electrificação da fábrica

(153) O capital social era constituído pelas fazendas existentes no estabelecimento de José Barbosa Lima, tomado por trespasse (AUC, not. António Francisco da Cruz (Coimbra), l.n. n.º 13, fls. 62v.-64).

(154) *O Conimbricense*, n.º 4847, de 27 de Novembro de 1894.

(155) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo inum., doc. de 25 de Junho de 1906; BAMC, *Requerimentos diversos. 1908*, doc. de 13 de Novembro de 1908.

(156) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. n.º 132, fls. 3-10.

(157) AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 185-C, fls. 30-32.

(158) Algum do qual data precisamente dos inícios das novas instalações e ainda o pudemos observar (Dezembro de 1980), embora já desactivado: batedor, da marca «Platt Brothers & Co Oldham. 1905»; sarilhos, da mesma marca, datados de 1906 a 1907. A referida marca era produzida por uma das grandes firmas de Oldham, especializada em máquinas de fição (C. Singer *et. al.*, *A History of Technology*, vol. V, p. 801).

(1913) (159). Segundo um balanço de 1912, do total dos valores da empresa (305 893\$444), às máquinas, aparelhos e acessórios era atribuído o de 123 035\$529 (160), o que correspondia a 40,22%. Tratava-se, assim, de uma unidade relativamente bem apetrechada, do ponto de vista tecnológico. O mesmo é sugerido pelo *equipamento* que possuía um pouco mais tarde (1928) e do qual destacamos: motor a gás pobre, de 130 CV (1); gerador eléctrico trifásico, de 130 kw (1); motores eléctricos ligados às máquinas de fiar (12); máquinas de fiar algodão (8); máquinas de fazer meias e peúgas (115) e camisolas (55); recipientes a vapor (2); estufas de secagem e acabamento (4); e prensas hidráulicas (2). O pessoal empregado na mesma data ascendia a 458 pessoas: 8 quadros técnicos e empregados e 450 operários, 330 do sexo feminino e 120 do sexo masculino (161).

Quanto à *direcção técnica* da fábrica, dispomos de poucas informações, por não terem sido especificadas (escritura de 1913) as funções dos três sócios — Delmiro Aníbal de Lima, António Manuel de Lima e José Fernandes Martins. Todavia, verifica-se uma certa preocupação em habilitar convenientemente os descendentes dos sócios para os cargos directivos, ao estipular-se: «Os filhos varões e os genros dos socios serão admitidos nas secções técnicas da industria explorada pela sociedade; e depois dos indispensaveis conhecimentos profissionais, poderão ser empregados na direcção» (162). Já nos anos 20, foi contratado um técnico alemão — como segundo mestre ajudante da secção de malhas —, a fim de proceder à montagem e reparação das máquinas, tendo então (1922) rescindido o contrato que havia celebrado com a firma Rost & James, Sucessores (do Porto) (163).

(159) AFALI, «Projecto d'uma instalação electrica. Anibal de Lima & Irmão» e «Memoria», datada de Maio de 1913.

(160) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. n.º 132, fls. 4v.-5.

(161) 2ª CI, processo n.º 31 613/2/1542, fl. 1v..

(162) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. n.º 132, fl. 7. Ao que julgamos saber, um desses descendentes — António Maria Pires de Lima — viria inclusivamente a dar o seu contributo a outra firma (A Ideal, Lda — Fábrica de Malhas), como sócio fundador, a cargo de quem ficou (1927) a respectiva direcção técnica (AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), l.n. n.º 86, fls. 5v.-8v.).

(163) AFALI, Contrato celebrado entre a firma de Aníbal de Lima & Irmão, Lda e Her-

Dos elementos expostos, deduzimos que a indústria de malhas, exercida por Aníbal de Lima & Irmão e sucessores durante cerca de um século, foi essencialmente obra de conimbricenses, de início apenas ligados ao comércio e certamente motivados por este para a produção de grande parte dos artigos que vendiam. Embora nos faltem dados sobre os mercados da firma, é de algum interesse referir uma tentativa para a penetração no mercado moçambicano (1898), por intermédio de António Tavares Fonseca. Em resposta à solicitação que lhe havia sido feita nesse sentido, aquele informava que havia ali (Lourenço Marques) boas casas, mas que só vendiam artigos finíssimos, «porque o preto não gasta mais que uma capellana para trazer em volta da cinta». Contudo, pede amostras e respectivos preços (164).

Na década de 1917-1927 — que coincide, *grosso modo*, com a primeira do pós-guerra e a última do nosso estudo —, processa-se um verdadeiro *boom* na indústria de malhas da área em foco (165), com a fundação de quatro novas empresas no aglomerado urbano coimbrão (166). Seguem-se as respectivas firmas, datas de fundação e capital social:

mann Elsässer, de nacionalidade alemã (15 de Dezembro de 1922). Da mesma cidade viria também aquele que seria o último chefe da secção de fiação da fábrica (Sr. Azevedo).

- (164) AFALI, carta dirigida (6 de Maio de 1898) por António Tavares Fonseca a Aníbal de Lima & Irmão — Coimbra.
- (165) Também na Grã-Bretanha, por exemplo, a indústria de malhas se desenvolveu consideravelmente (1914-1939), alcançando o terceiro lugar entre as indústrias têxteis (F.A. Wells, *The Textile Industry: Hosiery and Lace*, in C. Singer *et al.*, «A History of Technology», vol. V, p. 596).
- (166) Não incluímos a firma Rodrigues dos Santos & Cª, devido à existência acidentada da respectiva sociedade, várias vezes dissolvida (1913-1926) (AUC, nots. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 160, fls. 20v.-22v., 60-67 e 82v.-84; Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 182-C, fls. 3v.-4; Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), ls. ns. n.ºs 204, fls. 21-24v. e 210, fls. 46-52v.).

- Sociedade das Malhas, Ld^a, 1917, 9 contos (elevado a 150, 600 e 2000 contos, respectivamente em 1919, 1920 e 1922) (167);
- Lobo & Filho, 1921 (Lobo & Filhos, a partir de 1922), 100 contos (168);
- Fanzeres, Dias & C^a, Ld^a, 1922, 675 contos (elevado a 946 500\$00, em 1925 (169);
- A Ideal, Ld^a — Fábrica de Malhas, 1927, 210 contos (170).

Excluindo a segunda — Lobo & Filhos(s) —, em nome colectivo, tratava-se de *sociedades por quotas de responsabilidade limitada*, ou seja, sociedades modernas, cuja formação só foi possível por se terem congregado capitais de diversas proveniências (comerciantes, industriais, proprietários, intelectuais e funcionários). Assim, conseguiu atingir-se nas quatro empresas, após as alterações anotadas, o capital social de 3 256 500\$00 (média de 814 125\$00/firma), valor bastante alto, atendendo às características da industrialização na área e centro urbano em foco.

Dos poucos elementos relativos às ditas sociedades a que tivemos acesso — com excepção das respectivas escrituras que lhes deram origem —, sublinhamos os concernentes à fábrica *A Primorosa*, de Fanzeres, Dias & C^a (depois Empresa Fabril de Malhas, Ld^a), localizada na Estrada da Beira (n.º 237), ao Calhabé (171). Entre o equipamento com que principiou a laborar (1922-1923) contavam-se: motor de explosão de 15 CV, feito pela firma britânica «W.G. Bates & Co. Ld^a» (1); gerador de gás pobre (1); dínamo de 65 AP, de procedência alemã (1); teares mecânicos para malha (15); máquinas para peúgas e meias (16); electro-motor de 3 CV (1); prensa

(167) Começou por se dedicar apenas ao comércio de artigos de malha (AUC, nots. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. n.º 147, fls. 10-13 e Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), ls.ns. n.ºs 5, fls. 22-29v. e 33, fls. 86-100v.).

(168) AUC, nots. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 185-C, fls. 22v.-25v. e Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. n.º 29, fls. 28v.-32.

(169) Dedicava-se também ao comércio (AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), ls.ns. n.ºs 29, fls. 63v.-72v. e 60, fls. 4v.-7v..

(170) AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), l.n. n.º 86, fls. 5v.-8v..

(171) Cuja laboração terminou recentemente, tendo as instalações sido demolidas (1981).

hidráulica de 180 atmosferas (1) (172). Com um número de mão-de-obra inicialmente reduzido (36 pessoas) (173), nem mesmo em 1935 havia ultrapassado os 56 elementos. Começou com uma produção — nas 8 h. de trabalho — de 150 dúzias de meias e peúgas e 50-60 kg. de tecelagem de malhas (174).

Na mesma zona do Calhabé — próximo à linha de caminho-de-ferro Coimbra-Lousã —, foi instalada (1923) uma outra unidade fabril, de *passamanaria*, pela firma *Planas & Rovira*, com o capital social de 50 contos. Um dos sócios era Victorino Planas Dória, já nosso conhecido como sócio-gerente da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. Todavia, ele era fundamentalmente sócio capitalista, tendo entrado para a sociedade com 45 contos (90% do total), enquanto o outro sócio, Francisco Rovira, era o técnico da respectiva actividade, subscrevendo somente 5 contos (10%) do capital social (175).

Numa apreciação global da têxtil algodoeira e de malhas (176) na área de Coimbra, podem distinguir-se dois períodos: um até à Guerra de 1914-1918; outro desta até 1927. No primeiro contavam-se 4 fábricas, localizadas em Paleão-Soure, Tábua, Castelo Viegas e Coimbra, nas quais trabalhavam à volta de 700 operários (177), com um capital social de cerca de 1 000 con-

(172) 2ª CI, processo nº 263, fl. 1v..

(173) Sócio-gerente (1), auxiliar (1), condutor de trabalho (1), operários (3), operárias (25) e serventes (5) (2ª CI, *ibidem*).

(174) 2ª CI, *idem*, fl. 19.

(175) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. nº 247, fls. 22-24; AHBPC, «Circulares de Clientes», 6, 1891-1926.

(176) A indústria de malhas podia utilizar fibra de lã ou de algodão (Virgílio Saraiva, *Indústria de malhas*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 2.2., Lisboa, s.d., pp. 4-5). Contudo, no período e área em estudo, aquela devia usar fundamentalmente a fibra de algodão (cf. *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 116, 1926, p. 52).

(177) À soma dos operários das fábricas do Paleão (450), Tábua (18), Castelo Viegas (28) e Coselhas (depois Coimbra) (60), acrescentámos cerca de 144, relativos

tos. Devem assim corrigir-se, por errados e extraordinariamente exagerados, os números de 126 fábricas — com mais de 10 operários — e 6 600 operários (da indústria algodoeira), no distrito de Coimbra em 1916, indicados por M. Villaverde Cabral, citando Bento Carqueja (178). No segundo período, foram instaladas 4 novas fábricas de malhas e 1 de passamanaria, cujo capital social atingia os 3 306 500\$00 (179) e que empregariam cerca de 1 000 operários (estimando uma média de 200 por unidade). O total das unidades fabris instaladas nos dois períodos elevava-se a 9, o capital social a cerca de 4 300 contos e a mão-de-obra a aproximadamente 1 700 operários.

Incluindo a indústria de lanifícios, verifica-se que, no período em análise, foram instaladas na área de Coimbra 17 fábricas têxteis, ocupando cerca de 2 100 operários, o que equivale à média de 123,52 operários por unidade. Este valor demonstra existir um certo grau de concentração (180)

ao desenvolvimento da fábrica de Aníbal de Lima & Irmão. Do número estimado se aproxima, aliás, o de um estudo de 1916, que indica 5 fábricas e 684 operários no distrito de Coimbra (J.H. de Azeredo Perdigão, *A indústria em Portugal*, p. 53).

- (178) Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, 1979, p. 336. Bento Carqueja, todavia, apenas indica 136 fábricas (com mais de 10 operários) e um total de 6 617 operários em toda a indústria têxtil — e não só na algodoeira —, na 2ª Circunscrição Industrial, com sede em Coimbra (Bento Carqueja, *O povo português. Aspectos sociais e económicos*, Porto, 1916, p. 218). Porém, a 2ª Circunscrição Industrial não correspondia apenas ao distrito de Coimbra, pois englobava também os distritos de Aveiro, Guarda, Castelo Branco e Viseu e ainda os concelhos de Ansião, Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pombal, do distrito de Leiria (*Boletim do Trabalho Industrial*, nº 150, 1931, p. 8).
- (179) O referido capital social não estava afecto exclusivamente à indústria, dado que duas das mencionadas empresas de malhas se dedicavam também à actividade comercial (cf. *supra*, notas 167 e 169).
- (180) Sobre o assunto ver Leslie Hannah e J.A. Kay, *Concentration in Modern Industry. Theory, Measurement and U.K. Experience*, Londres, reimp., 1978, em especial pp. 41, 83 e 113.

na indústria têxtil da área focada, não obstante entre 1917 e 1930 o respectivo distrito ter passado de quinto a oitavo lugar na relação operários/fábrica, no que respeita à têxtil do Continente (181). No entanto, essa descida relativa do distrito coimbrão não se reveste de significado especial, pois deveu-se sobretudo a factores externos. Com efeito, aos quatro distritos que antecederiam (1917) o de Coimbra na dita relação (Porto, Braga, Lisboa e Viana do Castelo), juntaram-se (1930) os de Santarém, Setúbal e Portalegre, por motivos praticamente alheios ao desenvolvimento da têxtil. Assim, no caso do distrito de Santarém, mais do que o acréscimo de 460 para 612 operários na Fábrica de Fiação de Tomar, pesou o facto de o número de unidades fabris ter ficado reduzido a metade (de 16 passou a 8) naquele período (182). Quanto ao distrito de Setúbal, recorde-se que ele foi instituído em 1926 (183), pelo que as fábricas do concelho do Seixal (3, em 1930, com 395 operários) (184), ao deixarem de pertencer ao distrito de Lisboa para se integrarem no de Setúbal, contribuíram decisivamente para que este passasse a ocupar o segundo lugar, relativamente ao índice de concentração de mão-de-obra por unidade industrial. No tocante ao distrito de Portalegre, a sua não inclusão na estatística de 1917 — e a conseqüente impossibilidade de cotejo com a de 1930 — apenas revela mais uma das muitas lacunas das nossas estatísticas industriais.

A função da têxtil na área em estudo, como indústria-piloto, foi todavia limitada, quer pela reduzida dimensão da maior parte das empresas — das quais apenas seis terão exercido uma função efectivamente motriz (185) —,

(181) *Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 116, 1926, pp. 4-25; *Registo do trabalho nacional. Estatística dos estabelecimentos industriais e pessoal empregado, referida a 31 de Dezembro de 1930*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 150, 1931, pp. 28-29 e 88-89.

(182) *Estatística industrial. Ano de 1917*, pp. 22-23; *Registo do trabalho nacional [...] 1930*, pp. 28-29 e 116-117.

(183) Decreto 12870, de 22 de Dezembro (Carlos Vieira de Faria, *Novo fenómeno urbano. Aglomeração de Setúbal*, Lisboa, 1981, p. 50).

(184) *Registo do trabalho nacional [...] 1930*, pp. 318-319.

(185) Referimo-nos às empresas focadas de lanifícios (1), algodão (1) e de malhas (4). Sobre empresa motriz ver, por exemplo, Paul Claval, *Régions, nations, grands*

quer pelo fraco impulso que conseguiu dar a ramos com ela intimamente relacionados, como os das indústrias química e mecânica (186).

2. Cerâmica e papel

A área que estudamos tem constituído, desde longa data, *um dos principais centros cerâmicos do País*, como mostram alguns dos trabalhos dedicados ao assunto. Estes, não obstante o seu positivo contributo, têm privilegiado certas localidades — Coimbra (187) e Miranda do Corvo (188) — e determinados períodos — até aos inícios do século XX. Por isso, focaremos toda a área coimbrã, em especial nas primeiras décadas da presente centúria. Contudo, não nos alongaremos, visto já termos dedicado alguma atenção ao tema (189).

espaces. Géographie générale des ensembles territoriaux, Paris, 1968, pp. 212-213.

- (186) Cf. M. de Santos Loureiro, *As assimetrias espaciais de crescimento...*, vol. II, pp. 88-89.
- (187) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial...*, pp. 12-18; Adelinho António das Neves e Mello, *Apontamentos para a historia da ceramica em Coimbra*, Coimbra, 1886; A.A. Gonçalves, *Breve noção sôbre a história da cerâmica em Coimbra*, em Charles Lepierre, *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna*, 2ª ed. (anotada), in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 78, 1912, pp. 183-205 (1ª ed., em livro, 1899); J.M. Teixeira de Carvalho, *A cerâmica em Coimbra no século XVI*, Coimbra, 1921; José Queiroz, *Cerâmica portugueza*, Lisboa, 1907, pp. 137-151.
- (188) Manuel Monteiro, *A loiça de Miranda do Corvo*, in «Portugália», t. II, fascs. 1 a 4, 1905-1908, pp. 431-438; Vergílio Correia, *Oleiros de Miranda*, in «A Rajada», 1ª série, n.º 4, 1912, pp. 1-7, reimp. em Vergílio Correia, *Etnografia artistica portuguesa*, Barcelos, 1937, pp. 27-36; Belisário Pimenta, *Oleiros de Miranda do Corvo*, Coimbra, 1933. Sep. de «Arte e Arqueologia», vol. II, n.º 1. Embora excedendo as ditas localidades e a própria área estudada, merece uma referência especial o *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2ª Circunmscrição dos Serviços Technicos da Industria*, Lisboa, 1905, pp. 34-41 e 73-168.
- (189) J. Amado Mendes, *Cerâmica em Coimbra nos finais do século XIX e inicios*

Nos inícios da década de 1860 a *actividade cerâmica* processava-se em vários concelhos da área de Coimbra (190), nas 11 oficinas de louça (Coimbra) e nos 95 fornos de telha e tijolo. Tratava-se de um ramo ainda exclusivamente manufactureiro, cujos produtos (louça, azulejos, telha, tijolo, manilhas, etc.) se destinavam, em grande parte, ao mercado local (191).

Como evoluiu a cerâmica da área em foco, nas décadas seguintes? É difícil responder, pelo menos até ao começo da década de 80, dado o lacunismo do *Inquérito industrial de 1881* sobre esta matéria, o qual apenas assinala, no distrito de Coimbra, a existência de 15 pequenas «fábricas» de telha, tijolo e tubos, ocupando 150 pessoas (192). O critério seguido levou à não inclusão das oficinas com menos de 10 indivíduos, bem como dos numerosos fornos de telha e tijolo (193). Critério diverso foi adoptado pelos organizadores do *Inquérito industrial de 1890*, do qual consta toda a indústria transformadora, independentemente da sua estrutura. Assim, foram então recenseados naquele distrito 170 estabelecimentos de cerâmica, nos quais laboravam 521 pessoas (média de 3,1/unidade) (194). Verifica-se, deste modo, ter havido um aumento significativo (100%) no número de unidades do distrito, que subiu (1860-1890) de 85 — oficinas e fornos, excluindo os 21 do concelho de Pombal — para 170. De 1890 a 1905, o número de estabelecimentos passou de 170 a 204 (+20%) e o da mão-de-obra de 541 a 868 (+60,4%) (195), alcançando a média de trabalhadores/es-

do século XX (Acheegas para o seu estudo), in «A Cerâmica em Coimbra», Coimbra, 1982, pp. 23-43.

- (190) Concelhos de Arganil, Coimbra, Figueira da Foz, Góis, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Poiares, Soure, Tábua e Pombal (F.T. da Silva, *op. cit.*, pp. 8 e 12-18; *Informações para a estatística industrial [...] Districtos de Leiria e Funchal*, p. 196).
- (191) Sobre a cerâmica do distrito de Coimbra na referida década ver J.L. Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, pp. 60-64.
- (192) *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, II parte, livro III, p. 227.
- (193) Pouco antes (1875), eram referenciados no distrito de Coimbra 61 fornos de telha e tijolo, 61 olarias e 11 fábricas de louça (João Maria Baptista, *Chorographia moderna do Reino de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1875, pp. 171, 186, 216, 240, 251, 260, 265, 273, 295, 305, 322, 327 e 354).
- (194) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 376-387 e 391-403.
- (195) *Estudo sobre o estado actual da indústria cerâmica...*, pp. 114-115.

tabelecimento os 4,3. Assim, como traços mais salientes da cerâmica na área em foco (1860-1905), podem referir-se os seguintes:

- a) proliferação de unidades industriais, com um número diminuto (3-4) de trabalhadores por cada uma;
- b) utilização quase exclusiva da tecnologia tradicional, prolongando-se assim o «empirical period» (196) até aos inícios do nosso século, a despeito do uso da energia a vapor em tarefas acessórias, como a moagem do vidro (197);
- c) constituição de algumas sociedades, geralmente de carácter familiar (198). Este factor, mais do que sintoma de modernização, foi um meio de autodefesa, perante as dificuldades trazidas pela concorrência e pela baixa produtividade.

No período seguinte (1905-1927) principiou verdadeiramente a implantação da indústria fabril, na cerâmica da área coimbrã. Segundo os dados estatísticos de 1917, havia no distrito de Coimbra 19 estabelecimentos do ramo, onde trabalhavam 280 pessoas (média de 14,7/unidade) (199), enquanto em 1930 aqueles números haviam subido respectivamente a 70 e a 550 (média de 7,9) (200). Como se verifica pelos números indicados, a grande diferença entre eles deve-se sobretudo à disparidade de critérios, designadamente à inclusão de oficinas na estatística da 1930, mas não na de 1917 (201). Consequentemente, os dados relativos àquele ano devem

(196) Ireen Jameson, *Ceramics*, in C. Singer *et al.* (eds.) «A History of Technology», vol. V, p. 658. Para este autor, a transição do *período empírico* para o *período científico*, na indústria cerâmica dos países mais industrializados, deu-se nos anos 1870.

(197) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos» (1899 e 1903), maço 1, processo nº 31, e maço 2, processo nº 68.

(198) Em 1869-1898 formaram-se, só em Coimbra, 7 sociedades ligadas à cerâmica (J. Amado Mendes, *Cerâmica em Coimbra...*, pp. 29-30).

(199) *Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 116, 1926, pp. 8-9.

(200) *Registo do trabalho nacional. Estatística...*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 150, 1931, pp. 40-41 e 100-101.

(201) No País, por 1919, estimavam-se os estabelecimentos de cerâmica, com menos

comparar-se, de preferência, com os de 1905 ou mesmo com os do *Inquérito de 1890*. Assim, em duas décadas e meia (1905-1930), o número de estabelecimentos baixou 65,7% (de 204 para 70) e o de trabalhadores da cerâmica 36,6% (de 868 para 550). Foi neste período que, paralelamente ao desaparecimento de grande número de pequenas unidades, surgiram outras de maiores dimensões, algumas das quais, por recorrerem a equipamento moderno — entrando assim no «período científico» (202) —, puderam desenvolver rapidamente a sua capacidade produtiva, com contingentes de mão-de-obra relativamente baixos.

Podem distinguir-se, por um lado, o fabrico de produtos de barro cozido (tijolos, telhas e manilhas), a que também se chama cerâmica de construção; por outro, a olaria, a faiança e a porcelana (203).

O primeiro grupo, ligado à construção civil — à qual fornecia sobretudo telha e tijolo —, utilizava como matéria-prima o barro vermelho, beneficiando da sua existência em diversas localidades (204). Do Quadro XVII, onde se indicam as sociedades constituídas (1901-1924), pode concluir-se:

1. A cerâmica de construção distribuía-se geograficamente por quase toda a área coimbrã, condicionada especialmente pela matéria-prima, transportes e mercado e, em menor grau, pela energia hidráulica.
2. Das 19 sociedades, 14 (73,7%) formaram-se de 1920 a 1924. A estas correspondiam 95,3% (1 175,585 contos) do capital social total (1 233,185 contos), o que faz ressaltar o surto de investimento no primeiro lustro dos anos 20.
3. Tratava-se de sociedades de tipo moderno (*anónimas de responsabilidade limitada*), com excepção das duas do concelho de Miranda do Corvo (*em nome colectivo*).

de 10 operários, em 20% do total (900 em 4 500) (J. de Campos Pereira, *op. cit.*, p. 65). Na área coimbrã, onde pontificava a pequena indústria, a percentagem correspondente devia ser superior.

(202) Cf. *supra*, nota 196.

(203) Trata-se dos grupos a que viriam a ser atribuídas as referências 331 e 333 (classe 33) da *Classificação internacional tipo, por actividades, de todos os ramos da actividade económica* (trad. portuguesa), Lisboa, 1953, p. 26.

(204) O que se verifica igualmente por toda a Metrópole (J. Guimarães dos Santos, *Disponibilidades em matérias-primas minerais na Metrópole*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», nº 13, 1954, p. 158).

QUADRO XVII
CERÂMICA DE CONSTRUÇÃO (1901-1924)

LOCALIZAÇÃO		FIRMA-FÁBRICA	CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	FONTE
CONCELHO	FREGUESIA				
Arganil	Arganil	Baptista, Taborda & Martins, Ld.- -Cerâmica Arganilense	4.11.1915	2,40	(1)
"	Coja	Empresa Cerâmica da Carriça, Ld* (a)	19.4.1924	99,40	(2)
Cantanhede	Cantanhede	Fábrica de Louças & Cerâmica, Ld*	22.11.1924	65,00	(3)
Coimbra	Trouxemil	Cerâmica Mondego, Ld*	18.1.1921	110,00	(4)
"	"	Empresa Cerâmica Monte Belo, Ld*	26.9.1921	100,00	(5)
Figueira da Foz	Tavarede	Cerâmica & Exportação, Ld*	7.4.1920	21,00	(6)
"	Figueira da Foz (S. Jullão)	Cerâmica Figueirense, Ld*	19.4.1920	80,00	(7)
Lousã	Lousã (Arnelro)	Empresa de Cerâmica do Ameiro, Ld*	7.7.1924	60,00	(8)
Mealhada	Pampilhosa do Botão	Figueiredo & C*, Ld*-Cerâmica Excelsior da Pampilhosa	31.10.1903	41,10	(9)
"	"	Bonifácio, Magalhães & C*	12.11.1920	2,16	(10)
"	"	Nova Cerâmica da Pampilhosa	22.3.1921	8,025	(11)
Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	Mesquita, Plimentel & C*	26.10.1901	2,70	(12)
"	"	Soares & Baptista	1.8.1906	1,40	(13)
Oliveira do Hospital	Ervedal da Beira	Brandão, Afonso Nazareth & C*, Ld*	31.12.1920	54,00	(14)
Penacova	São Paio	Barbosa & Coimbra, Ld* - Estrela de Alva	14.12.1904	10,00	(15)
"	"	Barbosa Coimbra & C*, Ld* (b)	31.12.1920	425,00	(16)
Pombal	Pombal	Sociedade Cerâmica de Pombal, Ld*	26.1.1921	40,00	(17)
"	"	"	22.3.1922	90,00	(18)
Tábua	Pinheiro de Coja	Alves, Valentim, Mendes & C*, Ld*	11.9.1922	21,00	(19)
Total		19 (c)		1233,185	
Média				64,904	

(a) Também se dedicava à serração de madeira.

(b) Também se dedicava à carpintaria e à serração mecânicas.

(c) Duas das sociedades (dos concelhos de Penacova e Pombal), incluíram-se duas vezes, por se ter verificado alteração do pacto social e do respectivo capital.

FONTES:

- (1) AUC, not. Frederico Gonçalves de F. Simões (Arganil), In. n.º 57, fls. 8-9.
- (2) AUC, not. José Alves Pais (Góis), In. n.º 128, fls. 58v-65v.
- (3) AUC, not. Manuel Maria Toscano de Figueiredo Albuquerque (Cantanhede), In. n.º 106, fls. 91v-97.
- (4) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), In. n.º 22, fls. 18v-24v.
- (5) AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), In. n.º 187-C, fls. 16v-20.
- (6) AUC, not. Francisco Xavier Mousinho da Silveira Canavarro de Valadares (Figueira da Foz), In. n.º 188 A.B.C., fls. 37-43.
- (7) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), In. n.º 3-B, fls. 49v-50v e n.º 4, fls. 1-2v.
- (8) AUC, not. Pedro Mascarenhas de Melo (Lousã), In. n.º 63, fls. 22-25.
- (9) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), In. n.º 109, fls. 26-35v.
- (10) AUC, not. José Augusto de Sampaio (Anadia), In. n.º 49, fls. 11-14.
- (11) AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), In. n.º 22, fls. 25v-28.
- (12) AUC, not. João Henriques Lopes (Lousã), In. n.º 4, fls. 21-23v.
- (13) AUC, not. António Simões Barata (Lousã), In. n.º 96, fls. 23v-25v.
- (14) AUC, not. Gualdino da Rocha Calisto (Coimbra), In. n.º 63, fls. 14V-18.
- (15) AUC, not. Augusto Monteiro Júnior (Penacova), In. n.º 5 fls. 35v-41.
- (16) AUC, not. José Albino Ferreira (Penacova), In. n.º 66, fls. 27v-34.
- (17) BPADL, not. Frederico de Sousa (Pombal), In. n.º 79, fls. 11-12v.
- (18) BPADL, *idem*, In. n.º 93, fls. 6v-10v.
- (19) AUC, not. Gerlano Antunes do Amaral (Tábua), In. n.º 48, fls. 46-48.

Justificam uma referência especial as empresas dos concelhos de Penacova e da Mealhada. No primeiro caso, referimo-nos à firma *Barbosa & Coimbra, Lda* que, não obstante as suas origens relativamente modestas em termos de capital inicial (10 contos, em 1903), viria mais tarde a ocupar lugar destacado no meio industrial em que se insere, do que o capital social de 425 contos (1920) é um indicador concludente (205). Quanto ao segundo, aludimos às *sociedades da Pampilhosa do Botão*, que constituem três exemplos das diversas empresas do ramo naquele importante centro, beneficiando obviamente do entroncamento ferroviário (206).

Em relação à *tecnologia*, o mais tardar em 1915 já a fábrica *Estrela de Alva* (Barbosa & Coimbra, Lda) se encontrava melhor apetrechada que as da Pampilhosa do Botão (207). Com efeito, aquela dispunha na altura de uma força motriz de 60 CV — fornecida por um motor a vapor (25 CV) e outro de explosão (35 CV) — e ocupava 54 operários de ambos os sexos, o que corresponde à média de 1,1 CV por posto de trabalho. Nas três unidades da Pampilhosa do Botão, por seu turno, encontrava-se instalada na mesma data uma potência de 86 CV (3 motores a vapor) e trabalhavam 307 operários, igualmente de ambos os sexos, o que equivale à média de 28,7 CV e 102,3 operários por unidade e de 0,28 CV/operário (208). Contudo, também nestas fábricas as principais operações de fabrico da telha e do tijolo se processavam mecanicamente (209).

(205) Sobre a referida empresa ver Manuel Ayres Falcão Machado, *Fábrica de Cerâmica Estrela de Alva. Meio século ao serviço da economia nacional (1904-1954)*, Coimbra, 1954, pp. 1-86, apesar do tom encomiástico com que por vezes é descrita a acção de alguns dos respectivos empresários.

(206) Sobre outras fábricas ali implantadas (1886-1911) ver Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia industrial dos concelhos da Mealhada e Vagos (Distrito de Aveiro)*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 50, 1911, pp. 8-16; *O Cônimbricense*, n.º 4027, de 27 de Março de 1886.

(207) A despeito de a fábrica de cerâmica de António Almeida Costa (Pampilhosa) ter sido previamente visitada pelos fundadores da Estrela de Alva (M.A. Falcão Machado, *op. cit.*, p. 31).

(208) José Toscano de Figueiredo e Albuquerque, *Relatórios dos Serviços da 2.ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria no ano de 1915*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 109, 1917, Quadro n.º 2, [pp. 11 e 13].

(209) Na segunda metade do século XIX haviam-se aperfeiçoado diversas máquinas neste ramo (I. Jameson, *op. cit.*, pp. 668-670).

O avanço da fábrica Estrela de Alva, neste domínio, muito se deveu ao dinamismo e à capacidade empresarial de um dos seus sócios fundadores — Alípio Barbosa de Oliveira Coimbra —, cujas palavras, escritas a propósito de uma viagem a França, nos revelam algo da sua personalidade como industrial: «O nosso fim era estudar os progressos da indústria cerâmica, e escolher maquinismos para a nova fábrica. As indústrias em Portugal estão atrasadas cinquenta anos; e eu, que me julgava dos mais progressivos, sinto-me hoje também atrasado, mas não será por muitos meses». E acrescentava: «Os nossos industriais deviam todos fazer por ano duas viagens ao estrangeiro, mas ir para lá com olhos de ver, e não para passear nos «boulevards» a sua embófia de grandes potentados» (210).

No centro urbano de Coimbra e proximidades distinguem-se três tipos de unidades industriais de cerâmica. O primeiro era constituído por pequenas fábricas de faiança — 11 das quais chegaram a 1905 (211) —, últimas representantes da tradicional cerâmica coimbrã, cuja fundação remontava geralmente ao século XIX mas que iam aproximar-se rapidamente o seu fim. Na impossibilidade de se adaptarem à industrialização em curso — devido a limitações de ordem técnico-financeira e de localização, pois em geral situavam-se na *Baixa* coimbrã —, apenas se associaram para a prática da mecanização da moagem do vidro e das tintas. Assim fizeram 7 fabricantes de faiança, instalando (1920) a «Moagem Particular», na Rua da Moeda (212). Todavia, esta e outras eventuais soluções foram insuficientes, para que estas unidades ultrapassassem a débil situação em que se encontravam, ante o desfazimento que as distanciava das da grande indústria (213).

(210) *Impressões de viagem*, in «A Comarca de Arganil», nº 1 328, de 9 de Dezembro de 1926. A publicação deste trabalho prosseguiu até 17 de Março de 1927.

(211) *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica...*, p. 79.

(212) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), I.n. nº 234, fls. 97-99v.

(213) Ao assunto se referia (1912) um antigo fabricante de louça: «[...] hoje pela avançada idade de 70 annos e precarias circumstancias em que a louça de Coimbra se encontra [...] na presente época, que a receita mal da para as despesas, não se ganha para fazer obras» (BPAMC, *Requerimentos diversos. 1912*, nº 312)

Ao segundo tipo pertencem as fábricas de cerâmica de construção, nomeadamente a fábrica de ladrilhos, situada ao fundo da Rua da Moeda (214); e as duas fábricas de telha e tijolo de Alcarraques (freguesia de Trouxemil), mencionadas no Quadro XVII. Uma destas já não laborava em 1934 (215) e a existência das outras duas também não foi longa. Vida mais dilatada viria a ter a nova unidade entretanto instalada em Taveiro (Fábrica de Cerâmica de Taveiro) (216) pela empresa da Fábrica Estrela de Alva, já focada.

Finalmente quanto ao terceiro tipo, são dignas de realce — pelo importante papel que desempenharam na indústria cerâmica da área e do próprio País — as fábricas implantadas pelas firmas *Cerâmica Ld^a* (fábrica mais tarde designada «Lusitânia» e «Lufapo» (217), ao Loreto-Estação Velha) e *Sociedade de Porcelanas, Ld^a* (à Arregaça-Calhabé).

A sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma *Cerâmica, Ld^a*, foi fundada (1919) com o capital social de 150 contos, tendo por objecto: «o exercício das indústrias de cerâmica, nos seus diferentes ramos e ladrilhos em mosaico, a venda dos respectivos produtos e ainda a exploração de todo e qualquer outro comércio ou indústria, quando a sociedade assim o resolver» (218). Foram emitidas 31 acções, de valores entre 1 e 20 contos, que vieram a ser subscritas por 7 firmas e 24 indivíduos. Aquelas tinham a respectiva sede em Coimbra e, destes, 21 residiam na

(214) Para cuja exploração se constituiu (1914) uma sociedade sob a firma Barbosa & C^a, com o capital social de 2700\$00 (AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 186, fls. 45v.-47).

(215) João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A cerâmica portuguesa. Conferência realizada na Sociedade de Geografia em 20 de Dezembro de 1934 por convite da Associação Industrial Portuguesa*, Lisboa, 1935, p. 31.

(216) Nada mais acrescentaremos sobre a dita fábrica por ela ter entrado em laboração em 1928, portanto já fora do âmbito cronológico deste trabalho. Todavia, podem ver-se alguns elementos em M.A. Falcão Machado, *Fábrica de Cerâmica Estrela de Alva...*, pp. 88-108.

(217) Arthur de Sandão, *Faiança portuguesa. Séculos XVIII-XIX*, Porto, 1976, p. 217.

(218) AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), l.n. nº 3, fl. 3.

própria área (20 em Coimbra e 1 em Vila Nova de Poiares), 2 no Porto e 1 em Lisboa (219). Se acrescentarmos que, entre os accionsistas da Cerâmica, Ldª se encontravam representadas as mais diversas categorias socioprofissionais — comerciantes (8), proprietários (5), industriais (4), guarda-livros (2) e outras (220) —, compreender-se-á melhor o significado socioeconómico da formação desta empresa. Tratou-se de uma iniciativa de carácter eminentemente local — o capital dos accionistas de fora da área apenas correspondia a cerca de 8,7% do total —, com um peso relativamente importante dos indivíduos ligados ao comércio (221) (25,8% dos accionistas que subscreviam 19% do capital social total). No entanto, pela média das respectivas quotas (3562\$50), devia tratar-se essencialmente de pequenos comerciantes, aliás de harmonia com as características do meio.

Na primeira década a empresa desenvolve-se intensamente, tanto quanto se pode avaliar pelo respectivo *capital social* que salta de 150 (1919) (222) para 1000 (1922) (223), 1250 (1923) (224) e 2000 contos (1924) (225). Além da evolução interna da empresa e das alterações ao pacto social — por vezes com a entrada de novos sócios —, contribuiu para os referidos aumentos de capital o crédito industrial bancário (Caixa Geral de Depósitos), a que a firma recorreu logo a partir de 1922. Voltaremos ao assunto, ao tratar do crédito.

Sobre o *capital humano* (226), há que distinguir a mão-de-obra operária

(219) AUC, *ibidem*, fls. 1-12v..

(220) Nomeadamente: construtor civil, gerente de caminho-de-ferro, professor universitário (em Lisboa, onde residia), empregado do comércio e mecânico, com um elemento de cada (AUC, *ibidem*).

(221) Para não referir as firmas que exerciam simultaneamente actividades comerciais e industriais.

(222) Cf. *supra*, nota 218.

(223) AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), l.n. nº 32, fls. 24-31v..

(224) AUC, *idem*, l.n. nº 43, fls. 1-7.

(225) AUC, *idem*, l.n. nº 54, fls. 3v.-12v..

(226) Cf. Mary Jean Bowman e C. Arnold Anderson, *Human Capital and Economic Modernization in Historical Perspective*, in F.C. Lane (ed.), «Fourth Internatio-

dos quadros técnicos. O recrutamento daquela não ofereceria dificuldades, tendo o seu número mais que triplicado de 1923 (90 operários, além de 1 engenheiro, 5 chefes técnicos, 1 dos quais estrangeiro e 3 empregados de escritório) (227) a 1930 (330 operários, incluindo 30 mulheres e 20 menores) (228). Relativamente aos técnicos, já o problema seria de mais difícil solução, o que levou a empresa a publicar um anúncio n' *O Comércio do Porto* (229), destinado à contratação de um gerente. Candidataram-se ao lugar vários indivíduos da área portuense — entre os quais um licenciado em Físico-Químicas pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (230) —, mas desconhecemos se algum foi admitido. Porém, mesmo em caso afirmativo, continuaram por solucionar alguns problemas de índole tecnológica, como foi detectado pelo técnico Luiz Folhas, vindo expressamente de Lisboa (1934) para analisar o equipamento e processos de fabrico (231).

A referida unidade ia-se entretanto modernizando do ponto de vista *tecnológico*. Assim, em 1930 possuía o seguinte equipamento: 2 semi-fixas «Lanz» de 125 e 100 CV, respectivamente; 15 motores eléctricos de corrente alterna (potência total de 200 CV); 6 motores eléctricos de corrente contínua (potência global de 40 CV). A força motriz de que dispunha totalizava portanto os 465 CV. Entre os vários mecanismos e aparelhos contavam-se ainda: 6 moinhos de galgas, 14 moinhos para moer matérias secas e 17 para moer a húmido, 16 prensas para o fabrico de azulejos, mosaicos e outras peças de cerâmica, 6 prensas duplas de ladrilhos, 3 máquinas para manilhas e 5 máquinas de fabrico de tijolos e outros produtos cerâmicos (232).

nal Conference of Economic History (Bloomington, 1968)», Paris-Haia, 1973, pp. 247-272.

(227) 2ª Cl, processo 1 089, fl. 3v..

(228) 2ª Cl, *idem*, fl. 13A.

(229) *O Comércio do Porto*, ano LXXVI, nº 214, de 12 de Setembro de 1930, p. 6 («Gerente»).

(230) AFL, [Respostas ao anúncio nº 10 887, de *O Comércio do Porto*].

(231) A sua apreciação, rica de ensinamentos, ficou registada na «Reportagem técnica na Fabrica de Coimbra de 15 de Janeiro a 15 de Fevereiro de 1934», datada de 26 de Abril de 1934 (AFL, 127 pp. manuscritas).

(232) 2ª Cl, processo nº 1 089, fls. 13-13v..

Entre 1930 e 1933 a Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia construiu, na fábrica de Coimbra, um forno-túnel, o que representou um extraordinário progresso. Entretanto, invocando o condicionamento industrial, 21 empresas de cerâmica — à frente das quais se encontravam as Fábricas de Loiça de Sacavém, da Vista Alegre (Ílhavo) e do Carvalhinho (Porto) — protestaram contra a construção do dito forno. Da exposição feita pela firma contra aquela reclamação consta, para além do número de operários (700) (233) e de unidades de produtos cerâmicos no País (cerca de 600), o valor das instalações da fábrica de Coimbra (mais de 12000 contos) (234). Todavia, independentemente dos dados fornecidos pela administração — que, por impossibilidade de os controlar através de outra fonte, colocamos sob reserva —, é significativo o facto de esta unidade concitar a atenção de algumas das maiores empresas do ramo. Com efeito, estas temiam a concorrência de um estabelecimento que, em pouco mais de uma década, se guindara a uma posição destacada na área em estudo e até a nível nacional.

Por último, uma alusão à outra unidade importante acima mencionada, cuja implantação em Coimbra se ficou a dever à *Sociedade de Porcelanas, Lda*. Obteve alvará em 1924 (235), devendo ter iniciado por essa altura, ou pouco antes, a sua laboração (236). Por meio desta fábrica foi introduzido na área de Coimbra o *fabrico da porcelana*. Não localizámos a escritura da

(233) Parte dos quais habitava no bairro da própria empresa, localizado junto à fábrica (Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, 1935, p. 313).

(234) AFL, [Exposição datada de 14 de Agosto de 1933].

(235) Alvará nº 4790, concedido em 29 de Outubro de 1924 (2ª Cl, processo nº 993 — 2/264). Tivemos o ensejo de observar este alvará nas instalações da fábrica.

(236) A instalação da unidade deve ter ocorrido entre 1920 e 1924, não obstante se terem indicado os anos de 1921 e 1923 como os da sua fundação (Maria Júlia Antunes, *Cerâmica beiroa*, in «V Congresso Regional das Beiras. Organização, festas, sessões, teses», vol. II, Lisboa, 1948, p. 155; Carlos J. Oliveira, *Pela indústria nacional. O fabrico de porcelana e a empresa Electro Ceramica*, Lisboa, 1932, p. 9).

respectiva sociedade (237), mas segundo outra fonte coeva o *capital* autorizado era de 5 000 contos, 50% do qual havia já sido emitido (238).

Como se constata pelos elementos expostos, estamos de novo perante uma empresa de dimensões muito superiores às da média. Encontravam-se ao serviço da fábrica, em 1923, 60 operários (10 dos quais serventuários), 1 engenheiro, 2 chefes de indústria, estrangeiros, 1 desenhador e 6 empregados de escritório. Dois anos depois, o número de operários subia a 165 (+175%) — dos quais 2 estrangeiros —, aumento perfeitamente compreensível nos primeiros anos de laboração da unidade fabril (239).

Acerca do *equipamento*, esta unidade — como a anterior — utilizava energia a vapor e eléctrica, dispondo (1925) de uma potência total de 305,5 CV (1 motor a vapor de 200 CV e 15 motores eléctricos, com um total de 105,5 CV). Tinha ainda os seguintes maquinismos: 5 moinhos de bolas, 4 agitadores verticais e 3 centrífugos, 3 galgas e 3 filtros-prensas (240). Um destes, manual, ainda se encontra (Setembro de 1982) em laboração (241).

Em resumo: focaram-se alguns aspectos de um duplo movimento, de sinal contrário, detectável na cerâmica da área e período em análise. Por um lado, a quase extinção da olaria tradicional que, em Manuel da Costa Brioso, Domingos Vandelli e tantos outros havia encontrado cultores dedicados, alguns até de considerável mérito. Por outro, o despontar da indústria fabril, cujo desenvolvimento foi particularmente notório nos anos 20. Esses movimentos estavam aliás correlacionados, como já assinalou Santos Júnior: «A antiquíssima indústria da olaria está decadente. A fábrica e a

(237) A qual deve ter sido lavrada em Lisboa, onde se localizava a sede da empresa. No processo citado (nota 235) lê-se que a sociedade vinha trabalhando desde 29 de Setembro de 1920. Terá sido este ano o da escritura?

(238) ABPC, *Cartas. Expediente diverso*. «País», 8, 1924-1925.

(239) 2ª CI, processo nº 993-2/264, fls. 1v.-14v..

(240) 2ª CI, *idem*, fl. 14v..

(241) Trata-se de um dos últimos vestígios dos primeiros tempos da fábrica — para cuja modernização se têm efectuado grandes esforços —, do tipo daquele que C. Singer *et al.*, reproduzem em *A History of Technology*, vol. V, p. 669, fig. 358.

maquinaria acabarão por aniquilar, em tôda a parte, o que ainda nos resta das mais remotas e enraizadas indústrias caseiras» (242).

Como indústria-piloto, a cerâmica contribuiu fortemente para o desenvolvimento da construção civil, beneficiando de uma certa dispersão pela área em foco e da conseqüente redução nos custos de transporte. O fabrico de louça doméstica (faiança e porcelana), por sua vez, concentrado particularmente em Coimbra, atingiu um nível considerável, o que, aliado às facilidades de transporte entretanto desenvolvidas, permitiu uma intervenção concorrencial activa do ramo muito para além da própria área coimbrã.

O *fabrico do papel* é um dos de maior tradição na área de Coimbra, visto remontar, pelo menos, aos finais do século XVII (243). Durante cerca de três centúrias, a referida actividade passou por transformações radicais, tanto do *ponto de vista organizativo* (oficina, manufactura e fábrica), como *energético* (energia humana, hidráulica, a vapor e eléctrica) (244) e *tecnológico* (fabrico manual e mecânico). Todavia, a indústria do papel continuou até hoje instalada em alguns dos seus antigos redutos: concelhos da Lousã — freguesias de S. Silvestre e Serpins — e de Góis — Ponte do Sotão. A que se ficou a dever tal facto?

Certamente a vários factores, de entre os quais é justo salientar a *iniciativa de empresários e técnicos* sobre a selecção dos locais para implantar as respectivas unidades. Por outro lado, a relativa proximidade do aglomerado urbano coimbrão, o qual, em virtude dos múltiplos serviços administrativos e culturais exercidos — especialmente na esfera da Universidade —, constituía um *mercado próprio* ao escoamento de quantidade apreciável de papel (245). Finalmente, mas não menos relevante, foi a exis-

(242) Santos Júnior, *Oleiros e olarias*, in «Vida e Arte do Povo Português», Lisboa, 1940, p. 228.

(243) O papelão da Lousã já consta da pauta da Alfândega de Lisboa, de 1699 (J. Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, pp. 61 e 66-67).

(244) Sobre o aproveitamento das fontes de energia ver C.M. Cipolla, *Sources d'énergie et Histoire de l'Humanité*, in «Annales. E.S.C.», 16º ano, nº 3, 1961, pp. 521-524; *Historia económica de la población mundial* (trad. do inglês), 3ª ed., Barcelona, 1982, cap. II, pp. 35-74.

(245) Já em 1716 a «fábrica» da Lousã vendia papel, a 60 réis a resma, para a tipogra-

tência de *condições naturais* — ou «possibilidades» (246) — e *humans* favoráveis, sobretudo no que se refere a *água*, *combustível* e *mão-de-obra*.

Acerca da *água*, é sabido quanto a indústria papelreira dela necessitava, já como fonte de energia, já como elemento imprescindível à preparação da pasta (247). Utilizavam-se assim os efeitos dinâmicos, físicos e químicos do precioso líquido (248). Para isso era necessário que a *água* tivesse determinadas características e fosse límpida (249), o que efectivamente sucedia com a do rio Ceira e seus afluentes. Também o *combustível*, enquanto foi exclusivamente vegetal — cepa, lenha e carvão vegetal, até ao último quartel do século XIX —, era abundante na zona, inclusive nos próprios baldios (250). Ademais, quando nos anos 20 o uso da lenha (que escasseava) se tornou mais oneroso que o do carvão de Cardiff (251), já o aproveitamento da hulha branca permitia de novo a utilização de recursos energéticos locais (252). Por último, a *mão-de-obra*, em geral mais barata que

fia que os Jesuítas tinham no Colégio das Artes, em Coimbra (Fortunato de Almeida, *Subsídios para a história económica de Portugal (A propósito da reimpressão das RECORDAÇÕES de Ratton)*, in «Revista de História», vol. IX, nºs 33 a 36, 1920, p. 167; *A imprensa dos Jesuítas em Coimbra, e a fabrica de papel da Lousã*, in «O Conimbricense», nº 2323, de 30 de Outubro de 1869, reimpresso no nº 6227, de 20 de Agosto de 1907).

(246) Lucien Febvre, *La Terre et l'évolution humaine*, pp. 558-566.

(247) Maurice Dumas, *L'archéologie industrielle en France*, Paris, 1980, p. 235.

(248) Cf. André Leroi-Gourhan, *Évolution et technique*, vol. 1: *L'homme et la matière*, 2ª ed., Paris, 1971, pp. 74-79.

(249) J. da Silva Carvalho, *A água nas suas relações com o fabrico do papel*, Alcobça, 1947. Sep. das «Publicações da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas», vol. XIV, ts. I e II; Estêvão Cabral, *Memoria sobre o papel*, in «Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. IV, 1812, pp. 195-196.

(250) F.T. da Silva, *op. cit.*, p. 31.

(251) AFCPP, *Fábrica da Lousã*, 1 058, 32, fl. 69.

(252) Em 1911 já a fábrica da Ponte do Sótão (Góis) possuía uma central hidroelétrica para o abastecimento de energia. Mais tarde (anos 20?), outra central do

noutros centros papaleiros, não rareava na zona, dada a natureza do solo — que limitava a ocupação na agricultura — e a quase inexistência de outras indústrias nas proximidades (253).

Aproveitando o ambiente natural e humano descrito, chegaram a instalar-se na área estudada 8 fábricas ou manufacturas de papel, nos concelhos da Lousã (4), Góis (1), Miranda do Corvo (1) e Penela (2) (254). Daqueles 8 estabelecimentos distinguem-se 5 — de pequenas dimensões e curto período de laboração — dos 3 restantes que, através de uma espécie de *selecção natural* — activada pelos baixos salários e consequentes restrições do mercado —, chegaram à actualidade.

As primeiras 5 «fábricas» localizavam-se nos *Moinhos da Retorta* (255) e *Ponte do Espinhal* (256) (concelho de Penela), no *Espinho* (concelho de

género foi instalada no Casal do Ermio, para fornecer energia eléctrica à fábrica do Penedo (Lousã). Ver algumas imagens desta em *Indústria Portuguesa*, 10º ano, nº 114, 1937, capa e pp. 30-32.

- (253) De Góis, por exemplo, foram (1917) operários papaleiros para a fábrica da Matrena (AF CPP, *Fabrica da Lousã*, 1 094, 23, fls. 479v.-480).
- (254) Pensou-se ainda em instalar mais duas unidades: uma no sítio do Pego, concelho de Oliveira do Hospital; outra na freguesia de Ceira, concelho de Coimbra (*O Conimbricense*, nºs 686 e 689, respectivamente de 21 de Agosto e de 1 de Setembro de 1860).
- (255) F.T. da Silva, *op. cit.*, pp. 56-58; *Exposição districtal de Coimbra em 1884*, p. 77.
- (256) V.P. Lopes Nunes, *Subsidios para a história da arte regional dos lanifícios...*, pp. 111-114; J.M. de A. Saraiva de Carvalho, *A freguesia do Espinhal do concelho de Penela...*, pp. 104-105; *O Conimbricense*, nºs 2 803, 3 761, 3 784 e 3 793, respectivamente de 6 de Junho de 1874, 1 de Setembro, 21 de Novembro e 22 de Dezembro de 1883.

Miranda do Corvo) (257), no *Casal do Ermio* (258) e em Vale das Éguas (259) (concelho da Lousã). Instaladas entre os anos 50 e 80 do século XIX, a laboração de cada uma raramente se prolongou por mais de um decénio, tendo todas elas terminado a sua actividade antes de 1892 (260). Entre as razões que conduziram estas manufacturas à decadência, contam-se: falta de capital para uma efectiva modernização (261); baixo nível tencológico (produziam *papel de forma*, isto é, fabricado manualmente) (262); dependência da sazonalidade dos cursos de água; concorrência das fábricas melhor equipadas.

O segundo grupo de unidades mencionado, por seu turno, era constituído pelas fábricas do *Porto do Boque* (Serpins), da *Ponte do Sótão* (Góis) e do *Penedo* (Lousã). Dado que se conhece melhor a sua evolução até aos anos 80 do século passado (263), analisemos especialmente o período posterior.

(257) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo inum.; not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 6, fls. 55-56 e nº 30, fls. 28-29; *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 384 e 406-407; J. Amado Mendes, *O fabrico de papel no lugar do Espinho (Miranda do Corvo)*, in «Mirante», ano V, nº 58, de Janeiro de 1983, pp. 1 e 5.

(258) F.T. da Silva, *op. cit.*, p. 4.

(259) AUC, nots. José M. da Silva P. de M. Albuquerque Sabino dos Santos e Adriano Francisco da Silva (Coimbra), l.n. nº 7, fls. 41-42v..

(260) J. Leibold, *À Exm.ª Direcção do Banco de Portugal. Algumas notas sobre a minha visita às fabricas de papel*, [Lisboa], 1892, pp. 7-10.

(261) Por exemplo, o proprietário da fábrica da Ponte do Espinhal pretendia associar-se (1881) com 4 ou 5 indivíduos que pudessem dispor de 5 contos cada um (*O Conimbricense*, nº 3520, de 30 de Abril de 1881).

(262) *O Conimbricense*, nºs 137 e 3784, respectivamente de 15 de Maio de 1855 e de 1 de Novembro de 1883. A alguns industriais faltava preparação técnica (F.T. da Silva, *op. cit.*, p. 4).

(263) Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *As fabricas de papel. Informações da Inspeção-Geral dos Pesos e Medidas do Reino. A fábrica de linhos de Torres Novas*, Lisboa, 1863, pp. 5-6 e 12; P.W. de Brito Aranha, *Memorias historico-estatísticas de algumas vilas e povoações de Portugal com docu-*

A mão-de-obra nas três unidades aumentou de 280 para 389 (+38,9%) de 1890 a 1917, diminuindo para 345 (-11,3%) deste ano até 1930 (264). Para esta evolução terão contribuído particularmente: a) o desenvolvimento tecnológico que, depois de 1881 (265), permitiu aumentar a produção a um ritmo superior ao da força laboral; b) a diminuição do pessoal na última fase resultou, em parte, das dificuldades que o ramo papelheiro atravessou, finda a I Guerra Mundial (266); c) com o progresso tecnológico foi-se libertando mão-de-obra feminina, a qual baixou (1890-1917) de 160 unidades (57,1% do total das 3 fábricas) para 142 (36,5% do mesmo total) (267). Os números indicados denotam ainda uma significativa concentração laboral, pois o índice operários/fábrica, em 1917 e 1930, era de 129,7 e 115, quando no Continente não ultrapassava respectivamente 65,6 e 40,9 (268). Vejamos se seguida, com mais detalhe, o desenvolvimento daquelas três unidades.

mentos ineditos, Lisboa, 1871, pp. 107-113; *Inquerito industrial de 1881*, II parte, livro III, pp. 220-223; *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 383-384 e 404-407; Gustavo de Matos Sequeira, *A Abelheira e o fabrico de papel em Portugal (História de uma propriedade e de uma fabrica)*, Lisboa, 1935, pp. inums.; Avelino Poole da Costa, *A indústria do papel em Portugal*, Lisboa, 1946, pp. 7-13. Sep. do «Boletim da Direcção-Geral da Indústria», 2ª série, nºs 22, 24 e 25; J.L. Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX*, vol. I, t. I, pp. 73-76.

(264) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 404-405; *Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 116, 1926, p. 65; *Registo do trabalho industrial...*, *ibidem*, nº 150, 1931, pp. 100-101.

(265) Altura em que o fabrico da unidade da Lousã era *manual*, o da de Serpins *mecânico* e o da de Góis *misto* (*Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, II parte, livro III, pp. 220-222; *idem*, *Inquerito indirecto*, III parte, pp. 202-203).

(266) À concorrência interna, já anterior ao conflito, e ao agravamento dos custos das matérias-primas e acessórios durante aquele, acrescia nos anos 20 a concorrência internacional, especialmente a alemã (*Indústria do papel em Portugal. Representações em sua defesa*, Lisboa, 1916, pp. 14-18; AFCPP, *Fabrica da Lousã*, 1 043, 17, fls. 115-117; *idem*, 1 054, 28, fls. 393-393v.).

(267) Cf. *supra*, nota 264.

(268) *Estatística industrial... 1917*, p. 65 e *Registo do trabalho nacional... 1930*, pp. 28-29 e 88-89.

A *fábrica do Porto do Boque* (freguesia de Serpins), fundada em 1868 pela firma Viúva Macieira e Filhos, principiou logo com fabrico mecânico de papel. Em 1881 dispunha de: 1 máquina contínua, 2 motores hidráulicos de 40 CV e 1 máquina a vapor de 12 CV, ocupando em média 73 indivíduos (30 homens, 35 mulheres e 10 menores) (269). Começando embora com equipamento de certo modo actualizado, viria depois a progredir lentamente, em relação às outras duas unidades.

A *fábrica da Ponte do Sótão* (freguesia e concelho de Góis), por sua vez, teve origem em 1821, mantendo-se provavelmente até 1877 com fabrico exclusivamente manual. Seguiu-se um período de desenvolvimento, tendo o seu então proprietário — Manuel Inácio Dias — adquirido uma máquina contínua que fabricava 2500 kg. de papel em 24 horas (270). Já no século XX, a empresa atravessaria novo período de progresso, sobretudo depois da formação da sociedade anónima de responsabilidade limitada (1906), sob a firma *Companhia de Papel de Góis* (que ainda usa), com o capital social de 125 contos — em 1250 acções de 100\$000 réis cada —, susceptível de ser mais tarde elevado para 150 contos. O equipamento (maquinismos e mais objectos) era então avaliado em 57 contos (271), o que equivalia a 45,6% do capital social, do que se depreende tratar-se de um apetrechamento tecnológico razoavelmente modernizado. Revelam igualmente progressos a construção de um açude (1907) (272) e a instalação de uma central hidroeléctrica em Monte Redondo (a 3 km de Góis) — que permitiria abastecer de energia eléctrica não só a dita fábrica como, a partir de 1912, a própria vila

(269) *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, II parte, livro III, pp. 221-222; *idem, Inquerito indirecto*, III parte, pp. 203-205; G. de M. Sequeira, *op. cit.*, p. inum..

(270) *Inquerito industrial de 1881, Inquerito directo*, II parte, livro III, pp. 222-223; *O Conimbricense*, nº 3783, de 17 de Novembro de 1883. De acordo com F. Teixeira da Silva (*op. cit.*, p. 28), esta fábrica teria adquirido anteriormente (1857) uma máquina de fabrico contínuo. Se esta informação é exacta, a máquina adquirida em 1877 seria a segunda instalada na referida unidade.

(271) AUC, not. Antero Dias de Alte da Veiga (Arganil), l.n. nº 17, fls. 1-11v..

(272) AUC, not. José António Lopes Ferreira (Coimbra), l.n. nº 8, fls. 7-10v..

de Góis (273) —, bem como a utilização de pasta de madeira no fabrico do papel, pelo menos a partir de 1915 (274). Também uma outra fonte coeva confirma os progressos indicados: «Não é a mesma fabrica da Ponte do Sótão de ha 20 annos. Quasi tudo transformado e até a ponte e o caminho publico soffreram alteração» (275).

Finalmente, a *fábrica do Penedo* (Lousã), a mais antiga das da área coimbrã (276) e mesmo do País (277), que se mantém em laboração há mais de dois séculos e meio. Apesar de muitas vezes referida e visitada — entre outros, por A.P. Forjaz de Sampaio (278) e pela Direcção da Associação Industrial Portuguesa (279) —, lamentavelmente ainda não existe uma monografia sobre esta unidade. Contudo, no arquivo da fábrica guarda-se importante documentação (280) que permite abordar assuntos diversos — *direcção técnica, qualidade do fabrico, equipamento, salários, transportes e mercado* —, de interesse não só para este estabelecimento como também para a indústria papeleira da respectiva zona.

(273) ACMG, *Actas. Sessões da Camara Municipal de Goës. 1909-1912*, fls. 182-184v.. Voltaremos ao assunto, ao tratar da electrificação.

(274) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 142, fls. 74-77v..

(275) *O Ribeira de Pêra*, nº 72, de 23 de Outubro de 1915.

(276) Já existia em 1716, tendo-se por essa data transformado em manufactura (J. Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, pp. 66-67). Ver ainda Sousa Viterbo, *Artes industriais e industrias portuguezas. O papel*, in «O Instituto», vol. 50º, 1903, p. 559; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, pp. 167-168; G. de M. Sequeira, *op. cit.*, p. inum..

(277) *O Conimbricense*, nº 5706, de 2 de Agosto de 1902.

(278) A.P. Forjaz de Sampaio, *Uma viagem à Serra da Louzã, no mez de Julho de 1838*, Coimbra, 1838, fls. 23-27.

(279) *A indústria portuguesa do papel. Visita à Fábrica da Lousã*, in «Indústria Portuguesa», 10º ano, nº 114, 1937, pp. 21-35.

(280) Trata-se sobretudo da correspondência proveniente da sede da Companhia do Papel do Prado (Lisboa), à qual a fábrica de papel da Lousã pertence desde os anos 90 do século XIX.

A *direcção técnica* da fábrica esteve frequentemente entregue a estrangeiros, devido à falta de técnicos da especialidade no País. Em 1900 foi contratado François Hengellery, em cujo lugar se manteve até ao seu falecimento (1908) (281). Seguiu-se um período difícil sob este ponto de vista, durante o qual passaram pela fábrica em questão diversos chefes de fabrico, até que em 1914 principiou a dirigi-la tecnicamente Ramon Domech Ros, que havia ocupado — durante 2 ou 3 anos — o mesmo lugar na fábrica da Ponte do Sótão, «que apresentava n'este mercado [Lisboa] papeis bem fabricados» (282). Verificava-se assim, também neste ramo, a transferência de técnicos entre fábricas da mesma zona da área de Coimbra. Estas, dada a proximidade e semelhança de condições, não podiam deixar de ser concorrentes. Em 1911, afirmava-se: «As fabricas nacionaes, especialmente a Abelheira e Goes, fazem papeis de impressão fina, 1/2 fina e de escrever a preços verdadeiramente disparatados e que não teem outra base senão a vontade ou a necessidade de vender a todo o custo» (283).

A *qualidade do fabrico* nem sempre era aperfeiçoada, justificando-se de algum modo a apreciação de um diplomata francês, em meados de Oitocentos: «Nos papiers sont en grande faveur en Portugal où on ne connait pas les procédés perfectionnés de cette industrie» (284). A própria administração da empresa o chegava a reconhecer, quer referindo-se a vários defeitos do papel (1900), quer alegando a má calandragem do mesmo (1901) (285).

Na sequência das outras duas unidades papeleiras da zona, a fábrica da Lousã introduziu o *fabrico mecânico do papel* na década de 80, passando assim da fase manufactureira à maquinofactureia. Com efeito, sendo o fabrico daquele ainda manual em 1881 (286), já em 1890 se encontrava em

(281) AFCPP, *Fabrica de Lousã*, 1 030, 4, fls. 117-118; *idem*, 1 039, 13, fl. 74.

(282) AFCPP, *Fabrica de Lousã*, 1 046, 20, fl. 382.

(283) AFCPP, *Fabrica de Lousã*, 1 043, 17, fls. 115-117.

(284) AN, F12 7165, «Porto et Portugal en général», 1852, fl. 8.

(285) AFCPP, *Fabrica de Lousã*, 1 030, 4, fls. 132v.-133; *idem*, 1 035, 5, fl. 207.

(286) Cf. *supra*, nota 265.

laboração uma máquina contínua (ou de «papel contínuo», como então se dizia), no valor de 6 000\$000 réis. Este correspondia a 27,5% do valor total de todos os maquinismos (21 822\$000 réis) (287). Havia na fábrica diversos outros aparelhos e acessórios, tais como: 3 máquinas de envelopes, 4 cilindros de ferro e 6 de madeira, 1 caldeira a vapor e 4 rodas hidráulicas (288). Em 1906 já são mencionadas as máquinas a vapor nºs 1 e 2, cuja aquisição contribuiu para que, numa década (1896-1906), o valor dos maquinismos tivesse mais que duplicado (passou de 28 909\$788 e 60 695\$000 réis) (289). Com o investimento aumentava a produção, a qual atingiu (1900-1913) a média anual de 602 688 kg.. Porém, em 1904 a administração desejava que aquela se aproximasse dos 800 000 kg., isto é, de uma produção líquida aproximada de 2 000 kg./dia (290). Já próximo ao final do período abordado, nova máquina de fabricar papel foi instalada (1925) (291), a qual, embora tendo sofrido algumas reparações, ainda há pouco (1981) continuava em laboração. Chegou a ser considerada (1937) uma das maiores da Península (292).

Uma das vantagens da implantação de indústrias em meios rurais ou ruralizados — como no caso da fábrica da Lousã — é o *índice mais baixo dos salários* (293). Contudo, há também que atender à dimensão e produtividade do estabelecimento industrial e ao próprio meio rural. Assim,

(287) AFCPP, *Inventarios e balanços. 1890 a 1896*, «Inventario. Ano de 1890».

(288) AFCPP, *ibidem*.

(289) AFCPP, *Inventarios e balanços. 1890 a 1896. Livro de inventarios da Fabrica da Louzã. De Março de 1906 a Julho de 1909*.

(290) AFCPP, *Fabrica de Lousã*, 1 035, 9, fl. 53.

(291) Adquirida em 1923, a sua instalação só deve ter ficado concluída em 1925 (AFCPP, *Fabrica de Lousã*, 1 056, 30, fls. 295-296).

(292) *A indústria portuguesa do papel...*, in «Indústria Portuguesa», 10º ano, nº 114, p. 34.

(293) Cf., entre outros, P. Kriedte *et al.*, *Industrialization before Industrialization*, pp. 22-23, 47 e 111-112; José Maria Martins Barbosa, *Sugestões para a solução da crise na indústria portuguesa de malhas, em especial, e na indústria portuguesa em geral*, in «1º Congresso da Indústria Portuguesa», Lisboa, 1933, p. 3

enquanto na fábrica de Vale Maior — freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha —, também da Companhia de Papel do Prado, os condutores de máquinas e os calandeiros auferiam (Janeiro de 1901) respectivamente 500 e 480 réis, na fábrica da Lousã não poderiam exceder os 450 e os 350 réis (294). Sobre o assunto, manifestava-se (1920) de forma esclarecedora a administração da empresa: «Os salários da nossa fábrica do Prado sempre foram mais altos que os d'essa fábrica [da Lousã]. Agora talvez representem 40% sobre os d'essa fábrica. Entendemos que não se devem equiparar os salários d'essa fábrica aos das outras fábricas, porque isso seria promover o aumento dos salários d'essa região sem nenhuma conveniência. O que temos sempre feito [...] é equiparar os salários de cada fábrica aos dos trabalhadores da respectiva região» (295). Como se constata por esta passagem, a acção da empresa integrava-se numa estratégia de carácter geral, visando não só o lucro mas também a manutenção do equilíbrio do custo da mão-de-obra na zona. O baixo índice de industrialização e a complementaridade das actividades agrícola e industrial eram os factores mais responsáveis pela manutenção do referido desnível salarial.

Se os salários relativamente baixos constituíam elemento positivo, já o *elevado custo dos transportes* era bastante negativo, anulando ou, no mínimo, diminuindo os efeitos daqueles. Primeiramente, a empresa procurou vencer o obstáculo da difícil ligação rodoviária da fábrica à vila da Lousã, pois em 1886 ainda existia apenas «um caminho de carro, tortuoso, incomodo e sempre descurado» (296). Quando já se aguardava (1905) a entrada em funcionamento do Caminho-de-Ferro de Arganil, a administração considerava ainda como alternativa a compra de dois carros e de duas juntas de bois (297). A despeito de a situação ter melhorado com a inauguração do referido troço ferroviário (1906) (298), as dificuldades não foram

(294) AFCPP, *Fábrica de Lousã*, 1030, 4, fls. 299v.-300.

(295) AFCPP, *idem*, nº 1053, 27, fls. 11-12v. e nº 1030, 4, fls. 299v.-300.

(296) *O Conimbricense*, nº 4065, de 10 de Agosto de 1886. Em 1902, a Companhia do Papel do Prado ofereceu 500\$000 réis à Câmara da Lousã, para o arranjo da dita estrada (AFCPP, *Fábrica de Lousã*, 1035, 5, fl. 340v..

(297) AFCPP, *Fábrica de Lousã*, 1036, 10, fls. 283-284v..

(298) A 16 de Dezembro daquele ano (*O Conimbricense*, nº 6159, de 18 de Dezembro de 1906).

banidas, por falta de resposta adequada daqueles serviços. Em meados de 1919, como a gasolina já estava relativamente barata, foi decidido pela gerência adquirir um automóvel para a fábrica da Lousã, iniciando-se assim uma nova fase, mais propícia às comunicações com as fontes abastecedoras e os centros consumidores.

O mercado era diversificado, ocupando Coimbra lugar de relevo, pelos motivos já apontados (299). Pelo menos enquanto não começou a utilizar pasta de madeira, grande parte da matéria-prima (trapo) era fornecida por uma empresa de Coimbra (Augusto Luiz Martha), tendo aquela atingido em 1900 a média mensal de 15 000 kg (300). Entre os consumidores de papel conimbricenses contava-se (1905 e 1919), por exemplo, a Imprensa da Universidade (301). Mas o papel da Lousã ia também para vários outros locais do País, chegando mesmo a Luanda (1902) (302).

Entre os consumidores de papel — administração, instituições de ensino e cultura, comércio e população em geral —, destacavam-se os estabelecimentos de artes gráficas e as publicações (303). Coimbra, com uma actividade gráfica relativamente intensa, foi um esteio importante da indústria papeléira, enquanto esta, por seu turno, contribuiu para uma certa dinamização da referida actividade. Todavia, a localização das fábricas de papel — no Alto Distrito — dificultava os respectivos transportes e, conseqüentemente, o desenvolvimento da dita indústria. Apesar de se ter registado uma certa melhoria após a inauguração do Caminho-de-Ferro de Arganil (1906), nem todas as unidades papeléiras beneficiaram igualmente daquele. Com efeito, até 1930 só a fábrica da Lousã foi directamente servida pela dita via férrea e, depois dessa data, também a de Serpins; permanecendo a fábrica

(299) Cf. *supra*, p. 183.

(300) AFCPP, *Fabrica de Lousã*, 1 029, 3, fl. 327.

(301) AFCPP, *idem*, 1 035, 9, fl. 228 e 1 052, 26, fls. 205-206v. Aludiremos de novo a esta empresa ao focar as artes gráficas.

(302) AFCPP, *idem*, 1 032, 6, fl. 240.

(303) Como já se escreveu: «Papeterie et imprimerie vont souvent de pair» (Raymond Lazzarotti, *L'industrie et les complexes industriels dans la vallée de l'Oise*, Paris (?), 1968, p. 112).

de Góis relativamente afastada daquele meio de transporte. Os transportes rodoviários motorizados, no final do período focado, permitiram melhorar as comunicações na zona, apesar de, simultaneamente, terem facilitado a concorrência de outras unidades fabris, por vezes melhor equipadas que as da área coimbrã.

3. *Indústrias alimentares*

A *moagem* é sem dúvida uma das mais importantes indústrias alimentares. Com ela se encontram intimamente relacionadas, a montante, a produção e distribuição cerealíferas e o fabrico de mós (304) e, a jusante, a panificação, a pastelaria (305) e ainda as indústrias de massas alimentícias e bolachas. Além da *moagem*, abordaremos estas duas.

Foi obviamente distinta a evolução dos dois sistemas de *moagem* na área e período em estudo. Por um lado, a *moagem tradicional*, praticada em moinhos — de água e de vento — e azenhas (306), registou uma progressiva decadência. Por outro, a *moagem industrial propriamente dita*, processada mecanicamente em unidades de maiores dimensões, patenteou certo desenvolvimento.

Escasseiam as fontes para o estudo da *moagem tradicional*. Contudo, nos inícios da década de 1860 aquela efectuava-se geralmente por toda a área coimbrã, nos 1332 moinhos — incluindo, ao que supomos, as aze-

(304) Aquelas estão fora do âmbito deste trabalho e este já foi estudado (cf. *supra*, pp. 124-125).

(305) Já focadas (cf. *supra*, pp. 63-68).

(306) Ver Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, azenhas e atafonas*, vol. I: *Moinhos de água e azenhas*; vol. II: *Moinhos de vento*, Porto, 1959; Jorge Dias, *Moagem tradicional e moinhos*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, Lisboa, 1968, pp. 80-82 e 88-91; Nelson Correia Borges, *A farinação através dos tempos*, in «História», n.ºs 26-30, 1980-1981, respectivamente pp. 37-43, 62-69, 66-74 e 72-82.

nhas (307) — então referenciados. Pelo número daqueles, salientavam-se os concelhos de Pombal (231), Figueira da Foz (227), Cantanhede (144), Coimbra (122), Montemor-o-Velho (87) e Condeixa-a-Nova (80), nos quais se localizavam 66,89% (891 moinhos) do total da área (308). Assim, a densidade das instalações moageiras era muito mais alta naqueles 6 concelhos (148,5 unidades/concelho), todos da faixa centro-litoral da área, que nos 9 restantes (49/concelho) do interior. Para a maior concentração da moagem naquela zona contribuíam *factores naturais* (cursos de água adequados (309) e locais suficientemente batidos pelo vento (310)), *agrícolas* (maior produção cerealífera, em particular milho (311)) e *demográficos* (proximidade dos dois aglomerados urbanos mais importantes, Coimbra e Figueira da Foz). Laborava para eles, com efeito, grande parte dos moinhos e azenhas das freguesias de Cernache (48), Soure (52) e Paião (46, dos quais 42 de água e 4 de vento) (312). Acerca da primeira, ainda escrevia (anos 90) A. Rodrigues d'Andrade: «A indústria exclusiva da freguezia de Sernache é a

(307) Embora já na Idade Média se fizesse a distinção entre já moinhos e azenhas (A.H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, Lisboa, 2ª ed., 1968, p. 194), assim não sucedia nas fontes citadas na nota seguinte ou em José Arthur Baptista, *Breves considerações sobre a indústria da moagem em Portugal*, Lisboa, 1907, p. 97.

(308) F.T. da Silva, *op. cit.*, p. 8; *Informações para a estatística industrial [...] Districtos de Leiria e Funchal*, pp. 18 e 196).

(309) Rio Mondego e seus afluentes e subafluentes, sobretudo os rios Ceira, Dugeça, Soure e ribeiros alimentados, na sua origem, pelas nascentes de Cernache e Alcabideche e valas que conduzem as águas dos campos da margem direita do Mondego (*Breve notícia acerca da agricultura e pecuária no districto de Coimbra*, in «Archivo Rural», vol. XII, 1869, p. 440).

(310) Nos concelhos da Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova e Pombal localizavam-se respectivamente 87, 10 e 3 moinhos de vento (J.T. da Silva, *op. cit.*, pp. 23 e 44; *Informações para a estatística industrial [...] Districtos de Leiria e Funchal*, p. 196).

(311) Por exemplo, do total dos cereais panificáveis — milho, trigo e centeio —, da colheita de 1854, o primeiro correspondia a 74,25% (*O Conimbricense*, nº 107, de 30 de Janeiro de 1855).

(312) F.T. da Silva, *op. cit.*, pp. 19, 44 e 49.

moagem de trigo, com cuja farinha fornece as padarias de Coimbra» (313).

Com o desenvolvimento da farinação mecânica, as formas de moagem primitivas sofrem os efeitos da concorrência que, mais tarde ou mais cedo, as ajudará a aniquilar. Do *Inquérito industrial de 1890* já só constam 256 unidades da pequena indústria moageira no distrito de Coimbra, ocupando 440 moleiros (314). Acrescente-se, porém, que a moagem tradicional, a despeito da mencionada decadência, não desapareceu totalmente, persistindo mesmo em alguns locais até à actualidade. Como acentuou G. Aliberti ao referir-se à Itália, isso tem-se devido ao facto de a coexistência de actividades produtivas, qualitativamente diversas, responder «ad una situazione del tutto compatibile con un mercato ampio e multiforme, che andava dal primitivo bisogno delle popolazioni rurali di ottenere la farina necessaria alla propria alimentazione quotidiana fino alla più evoluta domanda di farine dei pastifici e dei forni urbani» (315).

A *moagem mecânica*, por seu turno, ir-se-á desenvolver condicionada pelos seguintes factores: tecnologia, concentração, integração e conjuntura interna e externa. Sob o *aspecto tecnológico*, as novas formas de energia — a vapor e eléctrica — permitiram a instalação da moagem nos aglomerados urbanos, junto não só de mercados mais amplos como de meios de transporte mais rápidos e eficientes. De salientar também a invenção do *sistema austro-húngaro*, com a utilização de cilindros metálicos — em vez de mós — e de novos processos de limpeza e peneiração (316). Através da

(313) A.R. d'Andrade, *Corographia historico-estatistica...*, p. 69. Aliás, a actividade moageira de Cernache remonta aos inícios da nacionalidade (cf. Aníbal de Castro, *Um pouco de história*, in «Moinhos e artesanato de Cernache», org. da A.D.R.C., pp. 6-12, policopiado).

(314) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 378-387 e 394-413. Não aludimos aos inquéritos industriais posteriores (1917 e 1930), por neles não se descriminar a moagem das restantes indústrias alimentares (classes VII e VIII).

(315) Giovanni Aliberti, *Fra tradizione e rinnovamento: L'industria molitoria dopo l'unità*, in Giorgio Mori (ed.), «L'industrializzazione in Italia (1861-1900)», Bolonha, 1977, p. 271.

(316) Ver A. Baptista, *op. cit.*, pp. 77-95; Fernando da Costa, *Da indústria de moagem*, in «Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais», ano V, nº 252,

concentração e da integração — em certa medida vertical —, actividades diversas vieram a associar-se frequentemente à moagem, como as indústrias de massas alimentícias, bolachas, biscoitos (317) e, em alguns casos, a própria panificação (318).

A *conjuntura interna* favoreceu a indústria moageira, tanto na aquisição de trigo exótico — autorizada apenas às unidades com certo grau de modernização e considerável capacidade produtiva (319) —, como no substancial aumento do consumo de farinha de trigo (320). Com efeito este cereal, vindo frequentemente de fora da área de instalação da fábrica, era mais facilmente adquirido pelas grandes empresas. Não obstante a política económica proteccionista ter trazido também alguns obstáculos à moagem, com a subida da matéria-prima (321) e os próprios conflitos entre esta

1953, p. 686; Joaquim de Sousa Machado, *Indústria da moagem*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 1.2., Lisboa, 1957, p. 8; Fernando Pinto Loureiro, *A indústria de moagem ao serviço da Nação. Esboço histórico-económico*, Lisboa, 1961, pp. 13-14.

(317) A associação das ditas indústrias intensificou-se entre meados do século XIX e o início da terceira década do século XX (Joaquim de Sousa Machado, *Indústria das massas alimentícias*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 1.7., Lisboa, 1957, p. 3).

(318) Cf. Cunha Leal, *O esplendor e a avidez da moagem*, in «Eu, os políticos e a Nação», Lisboa, 1926, p. 59.

(319) Jaime Reis, *A «Lei da Fome»: as origens do protecționismo cerealífero (1889-1914)*, in «Análise Social», vol. XV, nº 60, 1979, p. 765; Abílio M. Ferreira, *Um problema nacional. Trigo, farinhas e pão. Conferência realizada na sede do Grémio Alentejano de Lisboa no dia 7 de Junho de 1935*, Lisboa, 1935, p. 15. Através das listas do rateio do trigo é possível conhecer o nome, localização e capacidade produtiva das ditas unidades (ver *Diário do Governo*, entre outros, nº 252, de 8 de Novembro de 1901, pp. 3129-3130).

(320) Sobre a área cultivada, a produção e o consumo de cereais panificáveis ver Orlando Ribeiro, *Cultura do milho, economia agrária e povoamento*, in «Biblos», vol. XVII, t. II, 1941, p. 662; João Perpétuo da Cruz, *A indústria*, Lisboa, 1929, pp. 22-23.

(321) Jaime Reis, *op. cit.*, p. 792. Como se sabe, à lei dos cereais de 14 de Julho de

indústria e a lavoura (322), os progressos iam-se fazendo sentir, como já sucedia nas vésperas da I Guerra Mundial, quando a «indústria de moagem estava proporcionada com as necessidades de consumo» (323). *Alguns aspectos da conjuntura externa*, por seu lado, trouxeram benefícios à moagem durante o conflito mundial (324), vindo a capacidade das fábricas existentes em 1924 a ultrapassar as necessidades de consumo (325). A dita capacidade havia aumentado não só através da fundação de novas unidades, como também pelo desenvolvimento tecnológico de muitas das existentes. De facto, das 72 fábricas matriculadas em 1914, com uma capacidade de laboração mensal de 22 000 toneladas de trigo, apenas 35 funcionavam a vapor e, as restantes, a energia hidráulica, o que levava o cônsul de França (no Porto) a chamar a atenção dos industriais franceses para as potencialidades oferecidas pelo mercado português à indústria mecânica estrangeira (326).

1899 (*Diário do Governo*, nº 156, de 15 de Julho de 1899) tem-se chamado «lei da fome» (cf., entre outros, Mário Fortes, *A questão cerealífera portuguesa (Novos aspectos e soluções)*, Porto, 1923, pp. 63-64). Segundo M.H. Pereira, a subida do preço do trigo a partir de 1895, mais do que aos onerosos direitos alfandegários, ficou a dever-se à alta de preços no mercado internacional (M. Halpern Pereira, *op. cit.*, pp. 194, 210 e 274-275).

(322) José Machado Pais *et al.*, *Elementos para a história do fascismo nos campos. A «Campanha do trigo»: 1928-38*, in «Análise Social», vol. XII, nº 46, 1976, pp. 405-409 e vol. XIV, nº 54, 1978, pp. 323-335.

(323) A.M. Ferreira, *op. cit.*, p. 15.

(324) *Ibidem*. Também várias das outras indústrias foram favorecidas, devido ao abrandamento da concorrência externa no período de 1914-18 (J.A. Ferreira da Costa, *A indústria nacional*, Lisboa, 1933, p. 32). Voltaremos ao assunto, ao tratar dos ritmos de industrialização.

(325) Ferro Alves e A. Salreu, *A moagem*, Lisboa, 1924, p. 33.

(326) AN, F12 7271, «Portugal. Commerce des machines pour le minoterie portugaise». A situação deficitária da balança comercial francesa (Marcelo Caetano, *A depreciação da moeda depois da guerra*, Coimbra, 1931, pp. 88-89) faria redobrar o interesse pelos mercados estrangeiros, susceptíveis de oferecer vantagens.

Na *área de Coimbra*, aos condicionalismos de carácter geral focados juntavam-se outros, por vezes de consequências diversas, mas geralmente restritivas. Assim sucedia, por exemplo, com o progresso tardio verificado no consumo do trigo — em 1900 apenas 18% da população do distrito de Coimbra se alimentava deste cereal, contra a média de 42% no País (327) — e com o agravamento do custo do cereal vindo de fora da área, provocado pelo aumento do preço dos transportes (328).

As indústrias de *moagem, massas alimentícias e bolachas* principiaram a mecanizar-se, na área de Coimbra, durante os anos 60 do século XIX (329). Até aos inícios da década de 1880 foram instaladas seis unidades, uma em Góis e cinco em Coimbra. Pertenciam, aquela, a José dos Santos Carneiro (moagem a vapor) (330) e, estas, respectivamente a José Clemente Pinto (massas alimentícias e moagem); Marques Manso & C^a (331) e Manuel Gomes Leite (massas); José Francisco da Cruz e Augusto da Silva Teixeira (bolachas e biscoitos) (332). De entre elas destacaram-se as *fábricas de*

(327) Anselmo de Andrade, *Portugal económico. Theorias e factos*, nova ed., em 2 tomos, t. I, Coimbra, 1918, p. 154. Em 1928, o pão de milho continuava a ser o mais usado nas Beiras (Armando Xavier da Fonseca, *Condições de melhoria da agricultura das Beiras*, in «O III Congresso Regional das Beiras (Congresso de Aveiro). Relatório, teses, votos», livro org. por Francisco Ferreira Neves, Vila Nova de Famalicão, 1928, p. 87).

(328) Sobre a relação entre o encarecimento das tarifas e a alta dos preços nas substâncias alimentares, ver Oliveira Salazar, *Alguns aspectos da crise das subsistências*, in «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», ano IV, n.ºs 34-36, 1917-1918, p. 326. O transporte, em 1931, onerava o preço da farinha, vinda de Lisboa e Porto para Coimbra, em \$05 por quilo, numa altura em que o preço daquela era de 2\$08/kg (2^a Cl, processo n.º 156, fl. 122v.).

(329) Cf. J.L. Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, p. 67.

(330) *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, 2^a parte, livro III, p. 240.

(331) Sociedade constituída em 1882 (AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. n.º 25, fls. 98v.-99v.). A respectiva unidade mecanizou-se entre 1883 — quando dispunha só de força motriz animal — e 1890, altura em que já possuía uma máquina a vapor fixa, de 4 CV (*O Conimbricense*, n.º 3766, de 18 de Setembro de 1883; *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, p. 434).

(332) *Fábricas de Coimbra*, in «*O Conimbricense*», n.º 3762, de 4 de Setembro de 1883.

José Clemente Pinto (Rua da Sofia) e de *José Francisco da Cruz* (Couraça de Lisboa) (333). Na primeira também se praticava serração de madeira a vapor (334).

Estas unidades, ainda que inovadoras sob o ponto de vista da mecanização (335), não solucionaram o problema da moagem em Coimbra. A propósito, pode ler-se numa fonte de 1887: «O trigo, apesar da elevação dos direitos — 50 reis cada 10 kilogramas — não tem subido (336), porque neste mercado de Coimbra poucas transacções se fazem deste genero; sendo o consumo quasi exclusivamente de farinhas feitas em Lisboa, as quaes na sua quasi totalidade são de trigo estrangeiro» (337).

(333) Adolpho Loureiro, *Estudos sobre o districto de Coimbra* [...], in «Portugal Pittoresco», vol. I, nº 10, 1879, p. 154.

(334) Fundada em 1868 por José Clemente Pinto e Henrique Hibbart, com o capital social de 3 contos de réis (AUC, nots. Manuel António Pimentel e Augusto Gomes Pimentel (Coimbra), l.n. nº 3, fls. 107v.-108). Empregava, em 1889, 40 homens (cujos salários eram de 200 a 1\$800 réis) e 21 mulheres (com salários de 120 a 140 réis). Dispunha de uma máquina a vapor de 50 CV (*Catalogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris, realizada na Avenida da Liberdade em 1888*, vol. II, Lisboa, 1889, p. 316). Também José Bernardes Galinha, com fundição de ferro na Rua das Solas (posteriormente Rua Adelino Veiga), além da moagem mecânica de vidro para louça e tintas, passou a dispor, em 1868, de moagem de cereais (*O Conimbricense*, nº 2214, de 13 de Outubro de 1868).

(335) A qual ainda coexistiu algum tempo, mesmo em Coimbra, com a moagem tradicional. Com efeito, em 1898 encontrava-se instalado um moinho no rio Mondego, em frente à Azinhaga do Gás (*O Conimbricense*, nº 5287, de 16 de Julho de 1898).

(336) Para a evolução do preço do trigo nos mercados de Coimbra e de Montemor-o-Velho, ver Apêndice II, figs. 3 a 6.

(337) *O Conimbricense*, nº 4165, de 26 de Julho de 1887. De acordo com a hipótese de Fernando Castelo-Branco (*Os moinhos na economia portuguesa*, in «Revista Portuguesa de História», t. VIII, 1959, p. 44), relativamente ao todo nacional, também na área que estudamos, especialmente nos centros mais populosos, a insuficiente capacidade moageira terá agravado, até aos inícios do nosso século, o défice cerealífero.

Nas cerca de quatro décadas seguintes (1887-1924), implantaram-se na área em foco mais dezasseis unidades fabris de moagem, massas alimentícias e bolachas. Dos elementos referentes às respectivas empresas (Quadro XVIII), ressaltam os seguintes aspectos:

1. A concentração geográfica nos concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz, onde se localizavam 13 das 16 unidades, ou seja 81,23%. Dentro destes concelhos, as respectivas sedes aglomeravam 9 fábricas, situando-se as 4 restantes nos subúrbios. A moagem e indústrias afins passaram a ser essencialmente urbanas. Libertas do condicionalismo geográfico imposto pela energia hidráulica, podiam assim usufruir de melhores meios de comunicação, quanto ao aprovisionamento e ao mercado.
2. A concentração empresarial, por sua vez, não era tão nítida, já que havia um elevado número de empresas, a maior parte das quais de pequena dimensão. Assim, a despeito de a média do capital social por unidade ser de 104 699\$20, destacavam-se 5 (capital social entre 50 e 1 000 contos), cuja média subia para 307 000\$00.
3. Também neste ramo o período do pós-guerra foi propício à implantação de unidades industriais. De facto, em 6 anos apenas (1919-1924), foram fundadas mais de metade das empresas, em relação ao período entre 1887 e 1924. Todavia, várias delas viriam a ter uma existência curta, devido à enorme concorrência das unidades de grande porte.

Entretanto, até finais dos anos 20, a evolução da moagem na área coimbrã caracterizar-se-á pelas seguintes circunstâncias: a) secundarização e extinção de várias das unidades mais antigas; b) desenvolvimento acentuado de algumas das novas empresas; c) crescente influência das grandes sociedades moageiras de âmbito nacional na indústria da área de Coimbra.

a) Duas das unidades mais antigas e importantes (fundadas respectivamente por José Victorino Botelho de Miranda e Espírito Santo, Areosa & C^a), cuja capacidade de laboração (338) lhes permitia serem as únicas da

(338) A fábrica de Areosa & C^a tinha, em 1897, uma capacidade de farinação anual de 3 650 000 kg de trigo mole para panificação e de 547 500 kg de trigo rijo para

QUADRO XVIII

INDÚSTRIA DE MOAGEM, MASSAS ALIMENTÍCIAS E BOLACHAS (1887-1924)

LOCALIZAÇÃO		FIRMA OU PROPRIETÁRIO-FÁBRICA	DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE	CAPITAL SOCIAL (MIL RÊIS/ESCUDOS)	FONTE
CONCELHO	POVOAÇÃO				
Coimbra	Santa Clara (Coimbra)	José Victorino Botelho de Miranda	1887	(a)	(1)
	Coimbra	Espírito Santo, Areosa & C ^a	14.1.1891	(b)	(2)
		Dias Pereira, Marques Pinto & C ^a - Estrela	20.6.1896	15 000\$000	(3)
		Joaquim Miranda & Filho-Progresso	15.10.1900	3 187\$321	(4)
	Santa Clara (Coimbra)	Eduardo Martha & C ^a - A Peninsular	15.5.1903	3 000\$000	(5)
	Coimbra	Sociedade de Mercarias, Ld ^a	15.2.1913	50 000\$00	(6)
		Minerva, Ld ^a	8.3.1922	340 000\$00	(7)
	Souselas	Pacheco Sobrinho & Morais, Ld ^a	3.7.1924	80 000\$00	(8)
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Martins & Comandita	1.2.1915	3 000\$00	(9)
		Companhia de Moagem do Centro de Portugal	31.7.1919	1 000 000\$00	(10)
	Casal do Luis (freguesia de Vila Verde)	Marques & Pelicanos	29.7.1922	3 000\$00	(11)
	Quiaios	Rola, Nogueira & Machado	22.1.1923	21 000\$00	(12)
	S. Palo (freguesia de Lavos)	Almeida, Ld ^a (c)	30.1.1923	65 000\$00	(13)
Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho	Montemor Industrial, Ld ^a (d)	5.1.1922	44 000\$00	(14)
	Arazede	Sociedade Industrial de Arazede, Ld ^a	28.8.1922	24 000\$00	(15)
Miranda do Corvo	Freguesia de Semide	Carvalho, Mariano & C ^a	28.1.1921	24 000\$00	(16)
Total		16		1 675 187\$321	
Média				104 699\$20	

(a) Desconhece-se.

(b) Desconhece-se, mas sabe-se que a fábrica custou à sociedade 19 500\$000 réis, correspondendo 11 786\$000 ao maquinismo e acessórios e 7 714\$000 ao edifício e ao terreno (fonte cit. no Quadro).

(c) Também se dedicava ao descasque do arroz (fonte cit. no Quadro).

(d) Também se dedicava à serração de madeira e à cerâmica (fonte cit. no Quadro).

FONTES:

- (1) ABPC, *Cartas. Expediente diverso*. «Pais», 8, 1924-1925.
- (2) AUC, not. Joaquim António Rodrigues Nunes (Coimbra), l.n. nº 26, fls. 63-66.
- (3) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 79, fls. 60-61v..
- (4) AUC, *Idem*, l.n. nº 93, fls. 98-99v..
- (5) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra) l.n. nº 107, fls. 17-20.
- (6) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 157, fls. 76-81.
- (7) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 30, fls. 41v.-54.
- (8) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 216, fls. 35-37v.
- (9) AUC, not. João dos Santos Apóstolo (Coimbra), l.n. nº 59, fls. 22-24v.
- (10) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 70, fls. 1-6v..
- (11) AUC, *Idem*, l.n. nº 117, fls. 38v.-40v..
- (12) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. nº 7-B, fls. 12-13v..
- (13) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 127, fls. 17v.-20v..
- (14) AUC, not. Francisco dos Santos Neto (Montemor-o-Velho), l.n. nº 55, fls. 34-39.
- (15) AUC, not. José de Paiva Bobela Mota (Montemor-o-Velho), l.n. nº 132, fls. 73-75.
- (16) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 51-B, fls. 16v.-18v..

área a figurar, durante vários anos, na «tabela para o rateio do trigo nacional e exótico» (339), viram-se ultrapassadas, sobretudo no último decénio do período em análise. A primeira, inicialmente instalada em Santa Clara (no antigo convento de S. Francisco (340), no qual também se localizou, como indicámos, uma fábrica de lanifícios), não alcançou grande desenvolvimento, apesar de ter laborado até há poucos anos. Quanto à segunda, encravada em plena Baixa coimbrã (na Rua da Moeda, n.ºs 72 a 78), após ter mudado diversas vezes de proprietário, suas máquinas e utensílios foram vendidos (1926) à Sociedade de Mercenarias e Fabril, Ld.ª, por 450 contos (341). A este grupo pertence igualmente «A Peninsular» (fábrica de bolachas e biscoitos), instalada no Rossio de Santa Clara pela Sociedade Eduardo Martha & C.ª, formada em 1903 e dissolvida em 1919 (342). O período da Guerra de 1914-1918 contribuiu para acelerar a decadência das unidades de menor capacidade, a exemplo do que se verificava com uma fábrica de bolachas e biscoitos (situada na Couraça da Estrela, n.º 15), a qual, por falta de açúcar (de que consumia 1000 kg. por quinzena) esteve paralizada desde Maio de 1918 até, pelo menos, Agosto do mesmo ano (343).

b) Enquanto as unidades implantadas nos fins de Oitocentos e inícios

massas (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo n.º 22, fl. 3v.).

(339) Entre 1901 e 1913 (cf. *Diário do Governo*, entre outros, n.ºs 248 e 184, respectivamente de 4 de Novembro de 1901 e de 8 de Agosto de 1913).

(340) Onde foi transferida, em 1900, para a Avenida do Porto da Pedra (*O Conimbricense*, n.º 5456, de 31 de Março de 1900). Aqui (margem direita do rio Mondego, nas proximidades do actual açude-ponte), ainda se encontra o respectivo edifício, ao qual, lamentável e incompreensivelmente, não tivemos acesso, a despeito das diligências efectuadas.

(341) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. n.º 228, fl. 88v.-90.

(342) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. n.º 107, fls. 17-20; not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. n.º 229, fls. 83-85.

(343) AACIC, [ofício dirigido ao presidente da Associação Comercial de Coimbra, datado de 10 de Agosto de 1918].

de Novecentos vão decaindo, novas empresas se formam, tais como a Sociedade de Mercarias, Ld^a (em Coimbra, 1913) e a Companhia de Moagens do Centro de Portugal (na Figueira da Foz, 1919). Aquela, antecessora das Fábricas Triunfo, Ld^a (344), não obstante ter principiado somente com o capital social de 50 contos e com o objectivo de se dedicar ao comércio (de artigos de mercearia e outros congéneres, exceptuando farinhas, azeites, vinagres e aguardentes) (345), irá conhecer um surto excepcional nos anos 20. Com efeito, o respectivo capital social (da, a partir de 1921, Sociedade de Mercarias e Fabril, Ld^a) (346) subiu em flecha entre 1922 e 1925, passando de 2 700 para 4 000 contos (347). Tendo contratado — com uma firma do Porto — a instalação da moagem em 1922 (348), dois anos depois começa a aparecer na tabela do rateio do trigo, da qual já não consta qualquer outra firma da respectiva área (349). Até 1930, duplicou a produção de massas alimentícias, relativamente aos inícios da laboração (1921-1922), a qual subiu de 1 200 000 para 2 400 000 kg./ano (350). No ano seguinte, a Sociedade de Mercarias e Fabril, Ld^a considera-se a única empresa local a abastecer o mercado de Coimbra (351). Acerca da referida empresa da Figueira da Foz (Companhia de Moagem do Centro de Portugal), é de realçar o ter principiado (1919) logo com o elevado volume de capital social de

(344) Designação que passa a adoptar em 1932 e que, como é sabido, ainda usa (not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 196-B, fls. 13v.-14v.).

(345) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 157, fls. 76-81.

(346) AUC, Artur de Freitas Campos (Coimbra), l.n. nº 67, fls. 7-21v..

(347) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 200, fls. 93-99; AUC, *idem*, l.n. nº 221, fls. 81-86v..

(348) AUC, *idem*, l.n. nº 203, fls. 14v.-17v..

(349) *Diário do Governo*, II série, entre outros, nºs 276 e 105, respectivamente de 24 de Novembro de 1924 e de 6 de Maio de 1925.

(350) 2^a CI, processo nº 156, 2/2 536, fls. 198-199v..

(351) Em concordância com o rateio de trigo nacional e exótico, a unidade só podia produzir 1 702 316 kg. de farinha. Como o consumo da panificação, em Coimbra, atingia os 3 650 000 kg. de farinha anualmente, tornava-se necessário recorrer também aos mercados de Lisboa e Porto (2^a CI, processo nº 156, fl. 122).

1 000 contos, que excedia largamente o capital de todas as outras sociedades do ramo, até então constituídas na área (Quadro XVIII). As 10 000 acções (de 100\$00 cada) foram subscritas por 13 accionistas (12 indivíduos e uma sociedade, sob a firma Laidley & Comandita), todos residentes na Figueira da Foz, exceptuando um, que residia no Porto (352).

c) Por fim, quanto à influência de empresas de implantação nacional na área em questão, vimos o caso das Fábricas Triunfo, Ld^a e suas antecessoras que, após os seus inícios em Coimbra (1913), viria a progredir aceleradamente na década de 20, dispondo já, em 1923, de filiais em Lisboa e Porto (353). Já nos anos 30, a empresa adquiriria unidades moageiras em outras localidades, nomeadamente em Castelo Branco e Setúbal (354). Mas a concentração da moagem (355) e indústrias correlativas também se efectuava em sentido inverso, isto é, de fora para dentro da área de Coimbra. Efectivamente, em 1908 a Nova Companhia Nacional de Moagem, com sede em Lisboa — ao tempo uma das mais poderosas firmas em todo o País (356) —, adquiriu a fábrica de massas «Estrela», de Coimbra, por 10 contos (357). Analogamente, a Companhia Industrial de Portugal & Colónias — sucessora da Nova Companhia Nacional de Moagem — lançava os seus tentáculos para a área em análise. Assim, através de um contrato celebrado (1923) com a firma Padilha, Rebelo & C^a, Ld^a, da Lousã, esta comprometia-se a farinar exclusivamente para a primeira, ficando impedida, nos termos do próprio contrato, a laborar para qualquer outra entidade, inclusive para

(352) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 70, fls. 1-6v..

(353) Respectivamente na Rua de S. Julião (n.ºs 49-51) e na Rua Infante D. Henrique (n.ºs 44-50). A sede era em Coimbra, na Avenida dos Oleiros (ABPC, *Cartas Expediente diverso*. «País», 7, 1921-1923).

(354) 2^a CI, processo cit..

(355) Sobre a concentração da moagem nas três primeiras décadas do século XX, ver Albano de Sousa, *Aspectos da vida industrial portuguesa. Artigos técnicos publicados no «Diário de Notícias»*, Lisboa, 1930, pp. 17-19.

(356) A qual, em 1910, ocupava o oitavo lugar, em capital, no complexo comercial e industrial português metropolitano (A.H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República. As estruturas de base*, p. 146).

(357) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 107, fls. 25-27.

si própria (358). Além deste processo — o de colocar pequenas empresas ao seu serviço —, as grandes firmas moageiras ainda utilizavam outro, que consistia na aquisição e posterior encerramento de pequenas unidades do ramo, dispersas pelo País (359).

Por último, pode perguntar-se: como se processou, em geral, o desenvolvimento tecnológico das unidades mencionadas? Resumidamente podem indicar-se três fases. Na primeira, dos anos 60 até finais do século passado, a principal inovação (360) foi o uso da energia a vapor, habitualmente aplicada ao sistema tradicional da moagem por meio de mós (361). No entanto, algumas unidades fabris foram parcialmente modernizadas, adoptando certas inovações do moderno sistema de moagem (austro-húngaro), sem colocar totalmente de parte o sistema tradicional (segunda fase). Assim sucedia na fábrica de Areosa & C^a (moagem e massas alimentícias) que, em 1897, já usava os novos processos de peneiração, por meio dos «plansichters (peneiros planos) systema G. Daverio» (362). Por seu lado, José Maria Coudel, residente na freguesia de St^a Cruz (Coimbra), requeria licença, em 1904, para instalar uma fábrica de moagem de cereais e descas-

(358) A firma lousanense recebia \$10 por cada quilo de farinha que produzisse (AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), I.n. n.º 209, fls. 66-68).

(359) A.H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 148; Cunha Leal, *op. cit.*, p. 66.

(360) Sobre a importância da *inovação* escreveu C. Fohlen: «Ce qui intéresse, en effect, l'industrie et l'industriel, c'est moins *l'invention* que *l'innovation*, c'est-à-dire l'application effective d'une invention dans une branche industrielle» (Claude Fohlen, *Qu'est-ce que la révolution industrielle?*, Paris, 1971, p. 72). Ver também Dean Morse e Aaron W. Warner (eds.), *Technological Innovation and Society*, Nova Iorque e Londres, 1966, em especial, pp. 11-26; G.R. Hawke, *Economics for Historians*, Cambridge, 1980, p. 174. Reportando-se embora à mesma realidade, F. Perroux (*A economia do século XX*, p. 717) prefere usar o termo *criação* ao de *inovação*.

(361) Por esse motivo, na documentação raramente se especifica o maquinismo, exceptuando a «máquina motora» (cf. AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), I.n. n.º 73, fl. 28v.) (1895).

(362) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo n.º 22, fl. 4.

que de sementes. Na moagem utilizaria dois moinhos, «sendo um com pedras nacionais outro systema cylindros, com um par de rolos a vapor» (363).

O fabrico de bolachas e biscoitos, por seu turno, só mais tarde registaria progressos tecnológicos significativos. A avaliar pelo equipamento da fábrica «Progresso», de Joaquim Miranda & Filho, em 1906 ainda a produção se fazia sobretudo manualmente. Assim, além de uma máquina de laminar e cortar (valor de 450\$000 réis), quatro formas de gravar e cortar (valor de 180\$000 réis) e dois engenhos de laminar e de fazer «crespo» (valor, respectivamente, de 50\$000 e 30\$000 réis) e de peneiras de arame e de cabelo, abundava o número de formas, para a produção de diversos tipos de bolacha (mais de meia centena) (364). Como é o do conhecimento geral, a mecanização, uniformização e racionalização do trabalho reduziriam drasticamente o número de tipos de cada artigo produzido.

A terceira fase do desenvolvimento tecnológico ocorreu essencialmente já na década de 20, com a utilização, em pleno, do sistema de moagem austro-húngaro e o uso da energia eléctrica. Com efeito, a Sociedade de Mercerias e Fabril, Ld^a requeria autorização, em 1928, para substituir o moinho belga de duas pedras por um «Perplex» n.º 3 e para a montagem de dois pares de cilindros compressores. A fábrica da dita sociedade possuía (1926) igualmente equipamento moderno nas secções de amassagem, prensagem e secagem, com capacidade para a laboração, em 24 horas, de 14 000 kg., nas duas primeira secções e de 14 500 kg., na última (365). Relativamente à força motriz, dispunha (1928) de um motor a óleo, de 150 CV, e requeria licença para montar outro a gás pobre, «Soest», de 130/140 CV, em

(363) AUC, *idem*, maço 1, processo inum..

(364) Entre os tipos de bolacha, cujas designações constavam das respectivas formas, incluíam-se os seguintes: *Martins de Carvalho, Ideia Nova, João de Deus, Progresso, Silva Porto, Capitão, Guerra Junqueiro, Flor de Coimbra, Zoological, D. Luís, Rainha Santa, Camões*, etc. (AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. n.º 97, fls. 1-5v.). Como se verifica pelo exposto, as marcas serviam simultaneamente para distinguir o artigo e para evocar muitas das figuras gradas da nossa História, que certamente ainda estavam bem vivas na memória da população.

(365) 2.ª CI, processo n.º 156, fl. 56, e vol. 2.º, fl. 1.

virtude de a energia eléctrica, fornecida pela Câmara Municipal de Coimbra, ser insuficiente (366).

Para concluir a abordagem das indústrias alimentares, falta apenas fazer algumas referências ao *descasque de arroz*, às *conservas de peixe* e ao *fabrico de cerveja*. Estas actividades, não obstante a sua reduzida implantação na área, registaram certo desenvolvimento no período em estudo, pelo que as focamos aqui. Começemos pelo descasque de arroz.

A despeito da controvérsia e da oposição de diversos autores e sectores populacionais (367), a *orizicultura* expandiu-se consideravelmente na parte ocidental da área de Coimbra — sub-regiões do Baixo Mondego e do Mondego Litoral (368) —, sobretudo a partir de meados do século XIX (369). Com efeito, em três dos concelhos de maior produção — Figueira da Foz,

(366) Devido ao trabalho quase permanente do motor referido (150 CV), «resolveu [a referida sociedade], desde ha muito, aproveitar a energia eléctrica fornecida pela Câmara Municipal de Coimbra que, infelizmente, não supre a falta de força motriz indispensável à laboração normal das suas fabricas [...], dadas as constantes interrupções devido a avarias nas maquinas geradoras, etc.». (2ª CI, processo nº 156, fls. 55-56 e 63). Regressaremos à questão da electricidade.

(367) Dadas as condições em que a orizicultura era praticada — em terrenos pantanosos, com abundância de águas estagnadas —, atribuíam-se-lhe o grassar do paludismo e a consequente subida da taxa de mortalidade nas localidades circunvizinhas (João de Andrade Corvo, *Estudos economicos e hygienicos sobre os arrozaes*, in «Relatorio sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influencia na saude publica», Lisboa, 1860, pp. 349-543; Adolpho Ferreira de Loureiro, *Memoria sobre o Mondego e a barra da Figueira*, Lisboa, 1874, pp. 24-27; José Cid, *Coimbra. Demographia e Hygiene*, parte II, Coimbra, 1902, pp. 68-69). Ainda em 1882 cerca de duas centenas de indivíduos do distrito de Coimbra protestavam contra os arrozais (*O Conimbricense*, nº 3691, de 27 de Dezembro de 1882).

(368) A.F. Martins, *O esforço do homem na Bacia do Mondego*, pp. 268-269.

(369) Ver J.L. Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, pp. 32-34; Armando Castro, *Orizicultura*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, pp. 243-245. Com a produção de 800 toneladas de arroz em 1912, o distrito de Coimbra era o terceiro do Continente (Joaquim Rasteiro, *Éléments pour un mémoire sur la culture du riz en Portugal*, Lisboa, 1912, p. 11).

Montemor-o-Velho e Soure —, a área dos arrozais quase triplicou de 1879 a 1924/28 (subiu de 764,43 para 2 151 ha) (370).

Como actividade complementar da orizicultura, nasceu e desenvolveu-se a nova *indústria de descasque de arroz*. Praticada em alguns casos por estabelecimentos de outros ramos — como, por exemplo, de moagem (371) — ou em unidades de pequenas dimensões (moinhos e azenhas), compreende-se que sobre ela tenhamos poucos dados. Assim, ainda não consta dos *Inquéritos industriais* realizados até 1890 (1861, 1881 e 1890), sendo no entanto assinalados, pouco depois (1892), 3 estabelecimentos de descasque de arroz no distrito de Coimbra (372), número que, em 1921, se elevaria para 5 (373) e, em 1929, para 9 (6 fábricas, 2 moinhos e 1 azenha) (374). A evolução sugerida pelos números citados harmoniza-se com a tendência verificada na produção orizícola, como verificámos. Mais difícil se torna a interpretação dos dados atinentes a 1907, segundo os quais só existiria no distrito de Coimbra (concelho da Figueira da Foz) 1 estabelecimento do ramo, que empregava 6 pessoas (375). Tudo faz supor,

(370) Adolpho Loureiro, *Extractos do relatório apresentado em 28 de Fevereiro de 1878* [...], in «Portugal Pittoresco», vol. I, nº 5, 1879, p. 69; Mário Fortes, *O aproveitamento geral da Bacia do Rio Mondego pelo sistema confederativo sindical hidrográfico*, Lisboa, 1929, p. 42. Sep. de «Técnica». Também noutras áreas do País a orizicultura ia progredindo, tendo a respectiva produção atingido 683 000 toneladas em 1938, quantidade julgada suficiente para as necessidades de consumo (Manuel Vianna e Silva, *Elementos para a história do arroz em Portugal*, Coimbra, 1956, pp. 52-53. Sep. do «Boletim da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral»).

(371) Cf. *supra*, Quadro XVIII.

(372) *Anuario estatístico de Portugal. 1892*, Lisboa, 1899, p. 309.

(373) *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1921*, Lisboa, 1925, p. 422.

(374) *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1929*, Lisboa, 1930, p. 231.

(375) A mesma fonte regista um total de 71 estabelecimentos industriais no distrito de Coimbra, nos quais laboravam 1 578 indivíduos (média de 22,22 por unidade) (João Rodrigues Pinto Brandão, *Relatório dos Serviços da 2.ª Circunscrição dos Serviços Technicos da Industria no anno de 1907*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 20, 1908, Mapa nº 5).

todavia, que a indicação destes números se deveu mais uma vez ao critério seguido — que terá levado a não incluir unidades demasiado pequenas — e não a uma diminuição no número de estabelecimentos deste ramo.

Para a exploração do descasque de arroz constituíram-se três sociedades, com sede respectivamente em Coimbra (1913), em Gatões (concelho de Montemor-o-Velho, 1922) e no Ameal (concelho de Coimbra, 1934).

A primeira era uma sociedade comercial em nome colectivo, sob a firma *Vieira Lima & Soares*, com o capital social de 17740\$00. Explorava a fábrica «Andorinha», ao Arnado, e dedicava-se também ao comércio de adubos químicos e de outros géneros. Tratava-se de uma pequena empresa, modestamente equipada (o capital fixo era apenas de 7612\$00, ou seja, 42,9% do capital social), cuja existência foi breve, já que a respectiva sociedade foi dissolvida em 1917, 4 anos após a sua formação (376).

A segunda (Gatões — Montemor-o-Velho), sob a firma *Nunes & Nunes, Lda*, era uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com o capital social de 108000\$00. Relativamente à anterior, a fábrica desta empresa encontrava-se melhor localizada — quanto à matéria-prima — e apetrechada, visto as instalações e o equipamento (capital fixo) corresponderem a 56% (60500\$00) do capital social. Com efeito, dispunha de «um motor com força de trinta cavalos a gás pobre, com canalização de ferro e quatro moinhos, sendo dois para descasque de arroz e dois para cereaes» (377).

Igualmente de responsabilidade limitada era a sociedade *Ayres, Valadares & Matoso, Lda* (Ameal-Coimbra) que se dedicava ao descasque de arroz e à moagem. Sob a denominação de «Fábricas Mondego, Lda», e com o capital social de 150000\$00, instalaria a respectiva unidade fabril no edifi-

(376) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 161, fls. 2v.-5; AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 179, fls. 29v.-31. A fábrica «Andorinha» ainda é referida em 1926-1927, pertencendo então à firma João Vieira & Filhos (BAMC, *Correspondência*, 1926, A-E; ABPC, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 9, 1926-1927). Havia sido também numa fábrica de moagem localizada ao Arnado (a «Andorinha» ou alguma sua antecessora?) que, em 1887, se principiara a efectuar o descasque mecânico de arroz em Coimbra. Até então, esta actividade era feita em Ançã e Ovar, com maquinismos movidos a água (*O Conimbricense*, nº 4111, de 18 de Janeiro de 1887).

(377) AUC, not. João Constantino (Arazede), l.n. nº 84, fls. 28v-31.

cio de um antigo lagar — adquirido para o efeito —, situado no limite do dito lugar do Ameal. Os sócios eram dois proprietários (um casal), um industrial e um advogado, aqueles residentes no Ameal e estes respectivamente em Coimbra e na Figueira da Foz (378). Apesar de localizada num meio rural — próximo da matéria-prima e aproveitando instalações preexistentes —, metade do capital social e provavelmente grande contributo em capital humano (sobretudo através do sócio que já era industrial) provinham dos mencionados centros urbanos (379).

Em conclusão: tanto quanto se pode deduzir dos escassos elementos focados, a indústria de descasque de arroz na área em questão era exercida por pequenas unidades e por algumas de dimensão e produtividade médias. Confirma-o o facto de o distrito de Coimbra, em 1929, ocupar o primeiro lugar entre os distritos do Continente, quanto ao número de fábricas (6) de descasque de arroz — ou o terceiro incluindo moinhos e azenhas —, mas apenas o quinto (depois de Aveiro, Setúbal, Santarém e Lisboa) no que se refere ao rendimento em arroz limpo (380). Tratando-se de uma indústria exercida na esfera da actividade agrícola, por certo depararia com restrições diversas, tais como: carência de capital, lenta actualização tecnológica, difícil aprovisionamento de energia e falta de agressividade dos empresários, mais habituados à vida relativamente rotineira do meio agrário que os rodeava.

A *indústria das conservas de peixe* revelou um notório desenvolvimento no período focado. Para isso contribuíram, entre outros, os seguintes factores: a importante inovação tecnológica da lata soldada, cujo início em Portugal data de 1879 (381); as excepcionais condições de procura cria-

(378) AUC, not. Pedro António de Almeida (Paião), l.n. n.º 402, fls. 5v.-8v..

(379) Em virtude de a data da fundação desta sociedade (1934) se situar fora do limite cronológico do presente trabalho, não a incluímos no Apêndice I, Quadro n.º 1.

(380) Cf. *supra*, nota 374.

(381) A nova tecnologia começou a ser usada pelo italiano Angelo Parodi Fu Bartolomeu, na fábrica («Santa Maria») que instalou em Vila Real de Santo António (Jorge Borges de Macedo, *Um centenário inesperado?* in «Diário de Notícias», n.º 40463, de 2 de Outubro de 1979).

das pela I Guerra Mundial (382). Com efeito, apesar de já na última década do século XIX se ter processado uma significativa expansão do ramo (o número de estabelecimentos e de operários aumentou, entre 1890 e 1896, respectivamente de 54 e 2515 para 76 e 4653) (383), foi no segundo e terceiro decénios do século XX que a referida indústria mais se desenvolveu. Assim, em 1919 calculava-se que trabalhavam neste domínio 16000 indivíduos (384) e, em 1925, contavam-se em Portugal para cima de 400 fábricas de sardinha de conserva, tendo-se constituído, somente em 11 anos (1915-1925), mais de 100 empresas para a exploração da indústria de conservas (385). A despeito da proliferação de unidades e da crise com que a indústria se debate em meados dos anos 20, nos inícios da década seguinte as conservas de peixe continuam a ocupar o segundo lugar nas exportações portuguesas (213807 contos), logo a seguir ao vinho (261695 contos) (386).

Face ao exposto, ocorre perguntar-se: qual a quota parte da área de Coimbra para a evolução desta indústria, no período estudado? Foi sem dúvida limitada, mas não tanto como a leitura das estatísticas publicadas poderia levar a pensar.

Inicialmente, a indústria das conservas de peixe encontrava-se asso-

(382) Como se lê numa fonte coeva, em Portugal «la conserve des poissons et des fruits par exemple a quintuplé. Il est vrai que la vente exceptionnelle aux armées alliées y a largement contribué» (AMAE, *Europe. 1918-1919. Portugal*, 55, fl. 17).

(383) J. de O. Simões, *A evolução da indústria portuguesa*, in «Notas sobre Portugal», vol. I, p. 372.

(384) J. de C. Pereira, *Portugal industrial*, pp. 45-46.

(385) Henrique Parreira, *A indústria das conservas de sardinhas*, in «I Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações», vol. VI, Lisboa, 1935, p. 264. Como já foi salientado, «a conserva de sardinha e espécies similares representa 95% aproximadamente da produção total de conservas de peixe» (António Manuel Pinto Barbosa, *Sobre a indústria de conservas em Portugal*, Lisboa, 1941, pp. 63 e 79).

(386) Albano de Sousa, *A indústria de conservas. Sua organização em «cartel»*, in «Indústria Portuguesa», 4.º ano, nº 37, 1931, p. 50.

ciada a outras similares (conservas de carne, frutas, hortaliça, etc.). Assim sucedia na fábrica de António Rodrigues Pinto, instalada em Coimbra (1887), na qual trabalhavam, pouco depois, 76 pessoas (16 homens, 50 mulheres e 10 crianças) (387). Indicados por vezes sob a designação genérica de estabelecimentos de «conservas alimentícias», torna-se difícil saber a que modalidade de conserva se dedicavam essas unidades (388).

Com o subsequente desenvolvimento e especialização da indústria conserveira, o ramo das *conservas de peixe* tende a localizar-se nos locais mais propícios, ou seja, próximo da matéria-prima principal — o pescado — e dos portos de mar, por onde geralmente se efectuava a exportação. No caso específico da área de Coimbra, era a Figueira da Foz que melhores condições reunia para o efeito. De facto, temos notícia de algumas unidades ali instaladas, como veremos seguidamente. Manuel Gaspar Carvalho já em 1884 fazia «larga exportação» de conservas de peixe para o estrangeiro (389). Por seu turno, Inácio Augusto Lopes, em 1889, produzia 8 variedades de conservas de peixe em lata (390), tendo muito possivelmente introduzido na área coimbrã a referida tecnologia da conserva enlatada, dez anos após a sua entrada em Portugal.

Como que estabelecendo a transição entre as empresas indicadas, de proprietários individuais, e aquelas a que aludiremos dentro em pouco, constituiu-se em 1900, na Figueira da Foz, uma sociedade comercial e industrial em nome colectivo, sob a firma Ribeiro & Águas, com o capital social de 15 contos. Tinha por objecto a exploração de uma fábrica de con-

(387) *Catalogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris, realizada na Avenida da Liberdade em 1888*, vol. II, p. 316. Já então predominava no ramo a mão-de-obra feminina, como aliás tem sucedido noutros períodos (cf. F.P. de Moura *et al.*, *Estudo sobre a indústria portuguesa*, pp. 65-66).

(388) Sob a referida designação são referenciados em 1890, no concelho de Coimbra, 5 estabelecimentos de pequena indústria, que empregavam 7 pessoas, e 1 no concelho da Figueira da Foz, em 1907, com 30 operários (*Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 377 e 392-393; J.R.P. Brandão, *Relatorio dos Serviços da 2.ª Circunscricção* [...], in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 20, 1908, Mapa nº 5).

(389) *Exposição Districtal de Coimbra em 1884*, pp. 73 e 110.

(390) *Catalogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris* [...], cit., p. 307.

servas e a exportação de azeite. Dos seus dois sócios, comerciantes e proprietários, um era também industrial (391).

Após mais de duas décadas, de que só temos informações esporádicas e incompletas sobre a indústria conserveira na Figueira da Foz (392), depa-ramos com a formação de duas sociedades de tipo moderno naquele aglo-merado urbano, cujo objecto era a exploração desta actividade. Uma era a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma Fábrica de Conservas A Compensadora, Ld^a (1922), com sede em Buarcos e o capital social de 300 contos (393). Seguidamente, a respectiva unidade fabril foi trespassada, por 50 contos, à Sociedade de Pescarias, Conservas e Adubos, Ld^a (394). A outra sociedade constituiu-se sob a firma J.A. Pinto Ld^a (1924), com sede na Figueira da Foz e o capital social de 80 contos (395).

Para finalizar, diremos que a constituição de três sociedades para a exploração das conservas de peixe na Figueira da Foz (1900-1924), com o capital social de cerca de 400 contos, reflecte um desenvolvimento mode-rado desta indústria na respectiva área. Efectivamente, a despeito de, em 1926, o concelho da Figueira da Foz figurar ao lado dos de Espinho, Aveiro, Ovar e Feira, por neles se encontrarem instaladas importantes fábricas de conservas de peixe (396), ele ficava muito aquém dos ditos concelhos do distrito de Aveiro, tendência que continuaria a acentuar-se nas décadas

(391) AUC, not. António Boaventura Dias Nestório (Figueira da Foz), l.n. nº 3, fls. 49-51.

(392) Seria a fábrica referida na estatística de 1907 (cf. *supra*, nota 375) aquela que não havia laborado em 1909? (cf. *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 41, 1911, p. 12). A Figueira da Foz é indicada, em 1916, como uma das localidades onde se situavam os principais estabelecimentos do ramo, mas não se dão outras informações (J.H. de A. Perdigão, *A indústria em Portugal*, p. 113).

(393) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 123, fls. 11-14v..

(394) AUC, *ibidem*, fls. 19-21v.. A Sociedade de Pescarias, Conservas e Adubos, Ld^a havia sido constituída em 1920, com o capital social de 200 contos (AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Coimbra), l.n. nº 82, fls. 5v.-10v.).

(395) AUC, *idem*, l.n. nº 150, fls. 35v.-38.

(396) *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 136, 1929, p. 71.

seguintes (397). Os efeitos negativos que daí advêm fazem-se repercutir em vários ramos (consumo do pescado, azeite e óleos, latoaria, tipografia, indústria de madeiras, etc.), devido aos conhecidos efeitos multiplicadores desta indústria.

O *fabrico de cerveja* conheceu em Portugal algum desenvolvimento ainda no século XIX. Assim, tendo sido instalada, ao que parece, a primeira fábrica do ramo no início daquela centúria, em 1883 já havia em Lisboa 6 fábricas de cerveja. Em 1890, 7 fábricas de gasosas, licores, conhaques e cerveja, do Porto, reuniram-se para fundar a Companhia União Fabril Portuense (398).

Na área em estudo, a indústria cervejeira apenas se localizou em Coimbra. Alguns elementos, relativos a meados de Oitocentos, permitem concluir que já nessa altura se produzia cerveja na Lusa-Atenas. Com efeito, em 1855 António José das Dores possuía, na quinta do Cidral (próximo ao Penedo da Saudade), a sua «fábrica» de cerveja, da qual, embora «em ponto pequeno», saía artigo de boa qualidade (399). Ignoramos se Gonçalo Telo de Magalhães Colaço, que planeava instalar (1854) uma fábrica de cerveja (400), concretizou a sua intenção, já que só muito mais tarde (1891) encontramos referência a outra fábrica de cervejas e gasosas, de José Luís Cardoso, que já produzia cerveja em barril e em garrafa (401). Em qualquer

(397) No final da década de 50, localizavam-se no distrito de Aveiro 14 estabelecimentos de conservas de peixe, com 1 576 indivíduos ao seu serviço, enquanto no distrito de Coimbra só existiam 6 unidades fabris, com 329 pessoas a laborar (*O Inquérito industrial de 1957-1959 (Volume geral)*, Lisboa, s.d., pp. 26-27 e 36-37).

(398) Sebastião José de Oliveira, *Indústria de cerveja*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 1.8., Lisboa, s.d. pp. 4-5.

(399) *O Conimbricense*, nº 150, de 30 de Junho de 1855.

(400) *O Conimbricense*, nº 24, de 15 de Abril de 1854.

(401) Os preços da cerveja eram os seguintes: cerveja alemã, em garrafa, 700 réis a dúzia e, em barril de 17 l, 1\$000 réis; cerveja fermentada em botijas, 360 réis a dúzia (*O Conimbricense*, nº 4577, de 14 de Julho de 1891).

destes casos, tratava-se simplesmente de pequenas unidades, de produção manufactureira.

A indústria fabril cervejeira só viria a ser introduzida em Coimbra no final do primeiro quartel do presente século, por intermédio da firma *Cerveja de Coimbra, Lda*, constituída em 1922, com o capital social de 300 contos (402). Instalada a respectiva fábrica na Avenida Navarro, onde principiou a laborar em 1924 (403), ali se manteve durante mais de três décadas (404), tendo sido recentemente demolidos os vestígios do respectivo edifício (1982).

A formação desta sociedade foi uma iniciativa de índole local, visto residirem em Coimbra — ou aqui terem a sua sede — os 9 sócios fundadores (7 indivíduos e duas firmas). Como, dos 7 sócios, 5 eram comerciantes, 1 proprietário e outro industrial, constata-se que grande parte do capital investido provinha do mundo dos negócios. Este e outros casos análogos da área focada confirmam, em certa medida, a asserção de L. Bergeron, segundo a qual «le dynamisme des gens d'affaires se traduit par leur goût de l'aventure industrielle» (405).

O capital social subiu vertiginosamente de 300 contos (1922) (406) para 500 (1923) (407) e, em seguida, para 1 600 (1924), com a possibilidade — expressa na escritura lavrada nesta última data — de vir a ser elevado para 2 000 contos (408). Como se tratava da fase de instalação da fábrica, o aumento de capital fixo foi o que mais se fez sentir na mencionada elevação do capital social, sendo aquele de 1 000 contos (62,5% do total) em 1924.

(402) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 30, fls. 5v.-12v..

(403) No mês de Junho, segundo S.J. de Oliveira, *op. cit.*, p. 5.

(404) Em 1959 foi inaugurada a sucessora desta unidade fabril, localizada ao Loreto (*Dados sobre a Central de Cervejas*, p. 2. Elementos gentilmente cedidos pelo Dr. António Gomes Simões).

(405) Louis Bergeron, *Banquiers, négociants et manufacturiers parisiens du Directoire à l'Empire*, Paris, 1978, p. 44.

(406) Cf. *supra*, nota 402.

(407) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 41, fls. 69-71v..

(408) AUC, *idem*, l.n. nº 51, fls. 87v.-99.

As alterações do capital social tornaram-se possíveis devido à modificação (1924) da natureza da sociedade — de sociedade por quotas para sociedade anónima de responsabilidade limitada, passando a adoptar a firma *Companhia da Cerveja de Coimbra* —, com os suprimentos de três novos sócios. Entre estes, contava-se a sociedade bancária Pinto & Sotto Mayor (com sede em Lisboa) que, em acções e dinheiro, passou a subscrever 575 contos, ou seja 39,5% do total. Como se verifica por estes elementos, a banca intervinha assim activamente no desenvolvimento da empresa. Voltaremos a esta questão, no capítulo V.

Comparando o objecto da sociedade, segundo a escritura de 1922 («fabrico e venda de cerveja, gèlo e bebidas gasosas»), com o da escritura de 1924 («preparação de malte e o fabrico e venda de cerveja, gèlo, bebidas gasosas e refrigerantes»), constata-se que, por meio desta última, se acrescenta a preparação de malte e os refrigerantes, o que denota a intenção de alargamento das funções da respectiva empresa. Para além de o fabrico de refrigerantes se encontrar frequentemente associado ao da cerveja, no caso vertente a junção das duas actividades teve o mérito de permitir assimilar uma concorrente local. Com efeito, existia em Coimbra uma fábrica de gelo e bebidas gasosas (localizada na Rua da Sota), avaliada em 50 contos, cujo equipamento e respectivo proprietário (como accionista) foram integrados na empresa sob a firma Cerveja de Coimbra (1922). De maior alcance foi, no entanto, o processo de concentração empresarial verificado nos anos 30 (1934), segundo o qual a Companhia de Cerveja de Coimbra, com mais quatro empresas do ramo (409), vão dar origem à *Sociedade Central de Cervejas*, passando assim, através da *concentração técnica* (410), a estar integradas numa unidade de implantação nacional, com os prós e os contras inerentes a tal situação.

4. *Serração de madeira e construção naval*

A riqueza florestal da área de Coimbra (411) esteve na base do desen-

(409) Companhia Produtora de Malte e Cerveja Portugália, Companhia de Cervejas Estrela, Fábrica de Cerveja da Trindade e Fábrica de Cerveja Jansen (cf. *supra*, nota 404).

(410) *Indústria continental de cerveja. Memorial*, Lisboa, 1953, não paginado.

(411) Já G. Pery (*Geographia e estatística geral* [...], p. 123), salientava, deste ponto

volvimento da *serração de madeira*. Tratando-se de uma matéria-prima que oferece considerável resistência ao transporte, havia toda a vantagem em que a serração — como primeira fase da transformação da madeira — fosse efectuada tão próximo dos centros de produção quanto possível.

No começo dos anos 60 do século XIX, a serração de madeira, ainda totalmente manual, era assegurada na área em foco por 159 serradores, 56 dos quais no concelho de Pombal (412). Além deste, destacavam-se os concelhos de Oliveira do Hospital (34 serradores), Figueira da Foz (20) e Lousã (17) (413).

Por alturas da realização do *Inquérito industrial de 1881*, a energia a vapor começava a ser aplicada à serração de madeira, na fábrica de Manuel Gomes Leite, em Coimbra, que dispunha de uma máquina de 18 CV (414). Contudo, a mecanização neste ramo ter-se-á difundido muito lentamente nas últimas décadas de Oitocentos, porquanto em 1890 havia 67 estabelecimentos de serração de madeira no distrito de Coimbra, nos quais laboravam 72 indivíduos, dispondo somente um daqueles de máquina a vapor (8 CV) (415). Sobre a evolução deste ramo no último decénio do século XIX e primeiros dois do século XX, as estatísticas publicadas não nos elucidam convenientemente. Assim, dados relativos ao distrito de Coimbra, em 1907, apenas incluem 2 estabelecimentos de serração de madeira, situados na Figueira da Foz e em Tábua, empregando respectivamente 19 e 6 indivi-

de vista, a faixa litoral, entre Ovar e o sul de Leiria, e várias superfícies arborizadas no interior da Beira. Recentemente (1970), a produção de madeiras da Região Centro correspondia a 46,90% da produção do Continente, cabendo ao distrito de Coimbra o segundo lugar (com 19%) entre os seis distritos (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu) da dita Região (*A Região Centro em mapas e quadros*, Coimbra, 1979, pp. 39-40).

(412) *Informações para a estatística industrial [...]. Districtos de Leiria e Funchal*, p. 15.

(413) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, p. 6.

(414) *Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, 2ª parte, livro III, p. 245.

(415) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 379, 386-387, 396-397, 410-413 e 434.

duos (416). Em 1912, já são indicados, no mesmo distrito, 18 fábricas de serração de madeira, com 204 operários (417). Surpreendentemente, em 1919 só aparecem mencionadas, entre as localidades com serrações mecânicas em toda a área de Coimbra, o Louriçal (concelho de Pombal) e a Pampilhosa (do Botão, concelho da Mealhada, segundo julgamos) (418). Sendo embora estes elementos incompletos — geralmente não abrangem a serração manual — e um tanto vagos, eles revelam ter-se intensificado neste período a indústria da serração mecânica de madeira.

Atentando seguidamente nas sociedades constituídas para a exploração desta actividade (Quadro XIX), pode concluir-se:

1. O facto de, entre 1881 e 1925, se ter continuado a verificar uma certa proliferação de unidades, distribuídas por 13 concelhos da área estudada, não impediu que se tivesse começado a delinear uma determinada concentração, particularmente nos concelhos de Coimbra, Cantanhede e Pombal. À já focada proximidade da matéria-prima (evidente, quanto ao concelho de Pombal), juntaram-se factores de não menor importância, como seja o acesso a meios de transporte (ferroviários e rodoviários) mais eficientes e a aplicação da energia a vapor e eléctrica à serração de madeira e, por vezes, simultaneamente a outras actividades industriais (moagem, cerâmica e outras), a fim de se aproveitar de forma mais rentável o equipamento instalado (concelhos de Coimbra e de Cantanhede).

2. Ressaltam, no período indicado, três subperíodos: 1881-1900, 1901-1918 e 1919-1925. No primeiro, fundou-se 1 sociedade e outra empresa de proprietário individual; no segundo, nasceram 5 sociedades; e, no terceiro,

(416) J.R.P. Brandão, *Relatorio dos Serviços da 2.ª Circunscricção...*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 20, Mapa nº 5.

(417) J.H. de Azeredo Perdigão, *A indústria em Portugal*, p. 53.

(418) J. de C. Pereira, *Portugal industrial*, p. 31. No referido entroncamento ferroviário da Pampilhosa, havia sido fundada, em 1907, uma serração mecânica de madeira, pela firma Thomás da Cruz & Filhos. Em 1911, o respectivo capital social era 33 500\$000 réis (26 000\$000 de capital circulante e 7 500\$000 réis de capital fixo), possuía uma máquina a vapor de 30 CV e nela trabalhavam 39 operários e 1 encarregado (Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia industrial dos concelhos da Mealhada e Vagos (Distrito de Aveiro)*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 50, 1911, pp. 4-7).

QUADRO XIX

SERRAÇÃO DE MADEIRA (1881-1926)

LOCALIZAÇÃO		FIRMA OU PROPRIETÁRIO	DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	FONTE
CONCELHO	FREGUESIA				
Arganil	Arganil	A Construtora Arganilense, Ld ^a (a)	15.11.1921	75	(1)
Góis	Várzea	Empresa Industrial Varzeense (b)	11.2.1922	40	(2)
Lousã	Valada-Serpins	António das Neves, José das Neves, António de Matos Bispo e Augusto de Matos	10.8.1912	40	(3)
"	Lousã	Empresa de Serração e Moagem, Ld ^a	28.11.1916	20	(4)
Miranda do Corvo	Val da Cabra-Semide	Beatos, Santos & C ^a (c)	5.4.1923	60	(5)
Oliveira do Hospital	Nogueira do Cravo	Ferreira, Brito & Alves	11.2.1919	(d)	(6)
"	Gavinhões de Balxo	Santos & Oliveira, Ld ^a	7.2.1925	20	(7)
Polares	Venda Nova	Simões, Nogueira & C ^a , Ld ^a (f)	10.10.1921	250	(8)
Penacova	Várzea (g)	Empresa Industrial de Penacova, Ld ^a	30.5.1923	215	(9)
"	Porto da Ralva	Florestal Mondego, Ld ^a (h)	14.4.1926	200	(10)
Coimbra	Coimbra	Manuel Gomes Leite (i)	1881 (j)		(11)
"	Estrada dos Fornos a Souselas	Companhia Portuguesa de Fósforos (sede em Lisboa)	1909 (j)		(12)
"	Coimbra	Albino António Pereira & Irmão, Ld ^a	27.4.1920	10	(13)
"	"	Nápoles, Ferreira & C ^a , Ld ^a	15.11.1920	95	(14)
"	"	Carpintaria Mecânica Conimbricense, Ld ^a (l)	6.12.1920	65	(15)
"	"	Otto Biener & C ^a , Ld ^a (m)	9.12.1920	153	(16)
Mealhada	Pampilhosa do Bolão	União Industrial e Comercial, Ld ^a (n)	19.4.1921	70	(17)
"	"	Ferreira Santiago & C ^a , Ld ^a	30.1.1922	300	(18)
Cantanhede	Lemedo	Manuel Simões & C ^a , Ld ^a	19.2.1921	160	(19)
"	Covões	Empresa Industrial de Covões, Ld ^a (o)	30.8.1922	76,5	(20)
"	S. Caetano	Miguel Vieira & Arribança, Ld ^a	21.7.1923	78	(21)
"	Lemedo	A Industrial de Lemedo, Ld ^a	17.1.1924	300	(22)
"	Sepins	Empresa Industrial de Sepins, Ld ^a	19.2.1924	60	(23)
Montemor-o-Velho	Arazede	Serração de Arazede, Ld ^a	31.10.1924	114	(24)
Figueira da Foz	Figueira da Foz	João Maria de Sousa & C ^a	1900 (p)		(25)
"	"	Luiz Deniz, Ld ^a	8.2.1924	240	(26)
Pombal	Albergaria dos Doze	Jorge & Castor	14.3.1907	6	(27)
"	Mota	Romão, Henriques & Samora	11.3.1913	9	(28)
"	Vermoll	António Malho & Filhos	5.12.1913	3	(29)
"	Pombal	Sociedade Industrial Exportadora, Ld ^a	4.6.1920	1000	(30)
"	"	Companhia União Industrial Portuguesa, Ld ^a	5.6.1920	120	(31)
"	Estação da Mata do Carriço	Cruz Leal & C ^a	1.3.1921	105	(32)
"	Santilhas	Nova Sociedade Industrial	12.1.1923	20	(33)
"	Roubã	Alberto, Feliciano & C ^a , Ld ^a	17.9.1923	167	(34)
Total		34		4 071,5	
Media por empresa				119,75	

- (a) Também se dedicava à carpintaria, marcenaria, serralharia e moagem.
- (b) Também se dedicava à moagem.
- (c) Também se dedicava à moagem.
- (d) Neste, como nos restantes casos em que esta coluna está em branco, na fonte não vem indicado o capital social.
- (f) Também se dedicava à cerâmica e fabrico de cal, bem como ao comércio de lenhas, materiais de construção, adubos, cereais e mercearias
- (g) Sede em edifício a construir na Várzea, provisoriamente em casa do Dr. Alberto de Castro.
- (h) Também se dedicava aos produtos resinosos.
- (i) Também se dedicava à carpintaria.
- (j) Ano da concessão do alvará.
- (l) Também se dedicava ao comércio de materiais de construção.
- (m) Também se dedicava a resinagens, comissões e consignações.
- (n) Também se dedicava ao fabrico de cal.
- (o) Também se dedicava à moagem.
- (p) Ano da concessão do alvará.

FONTES:

- (1) AUC, nots. Mário da Silva Nunes e Augusto de Oliveira Coimbra (Arganil), l.n. nº 18, fls. 38v.-42v..
- (2) AUC, not. Eduardo da Cunha Frias (Góis), l.n. nº 118, fls. 27-33.
- (3) AUC, not. João dos Santos Apóstolo (Lousã), l.n. nº 7, fls. 24-25.
- (4) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Lousã), l.n. nº 22, fls. 45v.-49v..
- (5) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 43, fls. 81v.-86.
- (6) AUC, not. Augusto de Matos Cid (Oliveira do Hospital), l.n. nº 76, fls. 19-21.
- (7) AUC, *idem*, l.n. nº 122, fls. 89v.-92v..
- (8) AUC, not. José Maria Pereira Pimentel (Penacova), l.n. nº 168, fls. 22v.-29v..
- (9) AUC, not. José Augusto Monteiro Júnior (Penacova), l.n. nº 38, fls. 17v.-22.
- (10) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 57-B, fls. 42-44v..
- (11) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 9, «Registos e Alvarás». 1870-1881, nº 115.
- (12) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 2, processo nº 79.
- (13) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. nº 232, fls. 44v.-48.
- (14) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 184-C, fls. 39v.-44v..
- (15) AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), l.n. nº 16, fls. 11v.-14.
- (16) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 51-B, fls. 2v.-6.
- (17) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 23, fls. 42v.-46v..
- (18) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 52-B, fls. 15-18.
- (19) AUC, not. Manuel Pessoa Pereira da Fonseca (Cantanhede), l.n. nº 91, fls. 9-11.
- (20) AUC, not. Manuel Maria Toscano de Figueiredo Albuquerque (Cantanhede), l.n. nº 106, fls. 69-74.
- (21) AUC, *idem*, l.n. nº 113, fls. 2-3v..
- (22) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 143, fls. 39v.-44v..
- (23) AUC, not. João Simões Cúcio (Cantanhede), l.n. nº 120, fls. 22v.-25v..
- (24) AUC, not. João Constantino (Arazede), l.n. nº 129, fls. 1-4.
- (25) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 41.
- (26) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. nº 8-B, fls. 37v.-40.
- (27) BPADL, not. José de Sousa Júnior (Pombal), l.n. nº 22, fls. 47v.-49.
- (28) BPADL, not. Adriano Vieira Coelho (Pombal), l.n. nº 9, fls. 23-25v..
- (29) BPADL, not. Artur Duarte Pinheiro e Silva (Pombal), l.n. nº 120, fls. 31-32v..
- (30) BPADL, not. Alfredo de Sousa e Sá (Pombal), l.n. nº 69, fls. 42v.-47v..
- (31) BPADL, not. Raúil de Castro (Pombal), l.n. nº 35, fls. 4v.-16.
- (32) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 94, fls. 47v.-50v. e nº 95, fls. 1-1v..
- (33) BPADL, not. Alfredo de Sousa e Sá (Pombal), l.n. nº 76, fls. 12-14v..
- (34) BPADL, *idem*, l.n. nº 82, fls. 59-64v..

27 (79,1% do total do respectivo período). Constata-se, assim, que o *boom* da instalação de fábricas de serração de madeira que, no País, se seguiu à I Guerra Mundial (419), foi particularmente acentuado na área de Coimbra.

3. Note-se, por último, que as empresas fundadas eram de dimensão média pois, apesar dos casos extremos (3 e 1 000 contos, respectivamente), o capital social médio era de 119750\$00.

A jusante desta actividade diversas outras se desenvolviam, desde a construção civil (em parte), a carpintaria, a indústria de móveis e o fabrico de caixas para diversas finalidades, à polearia e à construção naval (420). Devido à sua importância, analisemos esta última.

O porto da Figueira da Foz, a despeito das limitações de que tem enfermado (421), tornou possível, desde há séculos, o desenvolvimento da *indústria de construção naval* naquela localidade (422). No período que estudamos, esta actividade, além das deficientes condições portuárias — devidas, em grande parte, ao contínuo assoreamento —, teve que enfrentar a crise gravíssima que ocorreu a partir de meados de Oitocentos, motivada pelos progressos da navegação a vapor e do casco metálico (423). Face às circunstâncias adversas, como reagiu a construção naval figueirense?

(419) Joaquim Taveira, I) *A estatística industrial portuguesa*; II) *As serrações de madeira no Norte de Portugal*, in «1.º Congresso da Indústria Portuguesa», Lisboa, 1933, p. 28.

(420) Acerca da grande importância da madeira, devido às suas múltiplas aplicações, ver Nathan Rosenberg, *Perspectives on Technology*, Cambridge, 1976, pp. 33-34.

(421) Cf. Adolpho Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, Lisboa, 1904, pp. 93-238.

(422) Ver alguns dados, relativos a meados do século XVII-inícios do século XIX, em A. dos Santos Rocha, *Materiais para a história da Figueira*, pp. 57-61 e 187-191.

(423) Vasco José Taborda Ferreira, *A indústria de construção naval em Portugal*, Lisboa, 1953, p. 2. Sep. de «Técnica»; Pedro Voltes Bou, *Historia de la empresa española*, Barcelona, 1979, p. 369. Para mais informações ver George Naish, *Ship-Building*, in Charles Singer *et al.*, *A History of Technology*, vol. IV, pp. 574-595.

Em 1855, a marinha mercante contava, na praça da Figueira, com 20 navios, cuja capacidade era de 1 866 toneladas (424). É plausível que várias destas embarcações tenham sido construídas nos estaleiros locais, visto tratar-se de unidades de tonelagem modesta (média de 93,3 por barco), em comparação com a capacidade média dos navios construídos em 1870 (140 t) nos estaleiros portugueses (425). Maior certeza nos oferece, porém, o exercício da mencionada actividade nos anos 60 e 70 do século XIX. Com efeito, encontra-se documentada a construção dos seguintes 6 navios:

1. 1863 — A embarcação «Águia», do tipo *escuna*, de 112 t. (426).
2. 1870 — Um *brique*, a que foi dado o nome de «Foz do Mondego», de 120 t. (427).
3. 1870 — Navio a ser construído no estaleiro da Fontela, pelos irmãos Manuel e Filipe Gonçalves Mendes. Para a confecção do respectivo casco, constituiu-se uma sociedade entre treze «carpinteiros de machado» (428).
4. 1871 — Um *caïque*, encomendado por José Gomes Marcante, morador em Olhão, aos construtores Bernardo Martins e Manuel Rodrigues Mouro, residentes em Buarcos (429).
5. 1875 — O *hiate*, denominado «Margarida», construído no Porto da Pedra (concelho da Figueira), com 101 de tonelagem (430).

(424) *Marinha mercante de Portugal em 1852*, in «O Panorama», vol. XII (IV da 3ª série), 1855, p. 88.

(425) A. de Andrade, *Portugal económico*, p. 239.

(426) AHMOP, *DGCI, RCI*, maço não inventariado, doc. de 30 de Julho de 1864.

(427) AHMOP, *ibidem*, doc. de 26 de Janeiro de 1871.

(428) AUC, not. João Maria Salerno Jordão (Figueira da Foz), l.n. nº 33, fls. 26-27.

(429) Características do barco: 80 palmos de quilha, 9 palmos e 4 polegadas de pontal e 26 palmos de boca. Seria construído em cerca de meio ano (de Julho de 1871 a Janeiro de 1872), por 588\$000 réis, sendo os panos para os mastros e vergas à custa do proprietário (AUC, not. Joaquim José dos Santos (Figueira da Foz), l.n. nº 25, fls. 1-2).

(430) AHMOP, *DGCI, RCI*, maço não inventariado, «Districto administrativo de Coimbra. Estatística das construções navaes feitas nos estaleiros do mesmo districto durante o anno de 1875».

6. 1877 — Lancha de pesca — «sem coberta, armada a *caïque*» —, construída no estaleiro de Gaia (431).

Como se deduz do tipo, características e tonelagem das embarcações indicadas, a construção naval dos estaleiros da Figueira da Foz continuava a ser a tradicional, à margem dos progressos que entretanto haviam ocorrido e a que já aludimos. Por esse facto e pela crescente concorrência de outros centros, a dita actividade continuou ali em decadência, encontrando-se em 1890 reduzida a um estabelecimento, com um operário (432). Nos começos deste século, a indústria naval figueirense continuava a não responder suficientemente à procura local, como se comprova pelos seguintes exemplos: construção de um *caïque* (chamado «Flor do Mondego»), com seus aparelhos de pesca, no estaleiro de Fão (Esposende), por encomenda da firma Lindote & Barreto, com sede na Gala (1901) (433); compra feita por Silvestre Monteiro (capitão da marinha mercante, residente em Tavarede) e Maria do Rosário Manata (residente na Figueira) de um *lugre* (designado «Ethel»), matriculado na cidade de S. João da Terra Nova, por 1 300\$00 (1911) (434). A certa altura (1904), esta actividade chegara mesmo a paralizar na Figueira da Foz (435).

A crise na construção naval figueirense, que se terá ainda mantido durante algum tempo, principiaria a ser vencida ao aproximar-se o fim da I Guerra Mundial. Assim, não só as arqueações dos barcos construídos passaram a ser mais elevadas (de 1 500 a 1 800 toneladas, em 1919) (436), como o número de construtores, de 1 em 1890 — como indicámos — subiu para 12, em 1918 (437). Mais do que à eliminação da crise assiste-se, na transição

(431) AUC, not. Joaquim Augusto dos Santos (Figueira da Foz), l.n. nº 40, fls. 1-2.

(432) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 381 e 400-401.

(433) AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 113, fls. 27-27v..

(434) AUC, *idem*, l.n. nº 119, fls. 72v.-75.

(435) A. Loureiro, *op. cit.*, p. 226.

(436) J. de Campos Pereira, *Portugal industrial*, p. 50.

(437) Ainda que este número seja relativo ao distrito de Coimbra, é de admitir a concentração dos citados construtores navais no concelho da Figueira da Foz (*Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1921*, Lisboa, 1925, p. 434).

da segunda para a terceira década do nosso século, a um importante surto da construção naval figueirense, a qual entra na sua fase de industrialização. Efectivamente, a constituição de 11 sociedades do ramo, entre 1917 e 1923, com o capital social global de 1 143 contos (média de 103,90 contos por empresa) (Quadro XX), revela a entrada em um novo período, cujo início coincidiu com os dois últimos anos da conflagração mundial (438). Este

QUADRO XX

CONSTRUÇÃO NAVAL, 1917-1923 (FIGUEIRA DA FOZ)

FIRMA	DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	FONTE
Sociedade Figueirense de Construções Navais, Ld ^a	4.6.1917	110	(1)
Nápoles, Pinto Basto & C ^o , Ld ^a	18.6.1917	80	(2)
Empresa Figueirense, Ld ^a	22.8.1917	60	(3)
Sociedade Construtora de Navios, Ld ^a	18.5.1918	170	(4)
Fomentadora Marítima, Ld ^a	13.7.1918	110	(5)
A Industrial, Ld ^a	13.12.1918	45	(6)
Junceiro, Mónica & C ^o	26.9.1919	12	(7)
Empresa Lusitana de Construções Navais, Ld ^a	5.11.1919	61	(8)
Duarte Lopes, Ld ^a	10.1.1920	30	(9)
Mónica & C ^o , Ld ^a	11.11.1920	90	(10)
Sociedade de Pescas Amizade, Ld ^a	6.2.1923	355	(11)
Total — 11		1 143	
Média		113,90	

FONTES:

- (1) AUC, not. José Maria Cardoso (Figueira da Foz), l.n. nº 3, fls. 33v.-37v..
- (2) AUC, *ibidem*, fls. 44v.-48v..
- (3) AUC, *idem*, l.n. nº 5, fls. 2-6v..
- (4) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 56, fls. 1-8.
- (5) AUC, *idem*, l.n. nº 57, fls. 8-14v..
- (6) AUC, not. José Maria Cardoso (Figueira da Foz), l.n. nº 1-B, fls. 24v.-27v..
- (7) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 71, fls. 46-47v..
- (8) AUC, *idem*, l.n. nº 74, fls. 25-28v..
- (9) AUC, *idem*, l.n. nº 76, fls. 45v.-48v..
- (10) AUC, *idem*, l.n. nº 90, fls. 7v.-11.
- (11) AUC, *idem*, l.n. nº 127, fls. 39-43v..

(438) A dissolução de três das ditas sociedades (Sociedade Figueirense de Construções Navais, Ld^a, Sociedade Construtora de Navios, Ld^a e Empresa Lusitana de Construções Navais, Ld^a [Quadro XX]), em 1922-1923, denota estar então este

rápido desenvolvimento, embora integrado no contexto geral do pós-guerra — já diversas vezes referido a propósito de outras indústrias —, foi estimulado fundamentalmente por três factores:

1. Os obstáculos aos transportes marítimos externos, motivados pela guerra, com o conseqüente reforço do papel dos internos (439).

2. O recrudescimento da exportação de alguns produtos, como o vinho e a madeira, pelo porto da Figueira da Foz (440).

3. A intensificação da pesca (costeira, de arrasto e do bacalhau), para o que se constituíram (1915-1927) 18 sociedades, cujo capital social ascendia globalmente a 4 316 650\$00 (média de 239 819\$88 por sociedade) (441). Ainda que alguns dos barcos fossem construídos noutras localidades (442), grande parte deles era certamente obra dos estaleiros da Figueira da Foz.

Em síntese: foi a estas duas actividades — construção naval e pesca — que a burguesia figueirense se dedicou mais intensamente, como solução alternativa ao colapso que o comércio externo, pelo porto da Figueira, havia sofrido (443). No caso da construção naval — de que tratamos aqui —, além

ramo de novo em dificuldades, o que, em contrapartida, poderá ter levado a uma certa concentração, com o fortalecimento das restantes empresas (AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 117, fls. 4-4v., nº 119, fls. 9-10v. e nº 130, fls. 48-49v.).

(439) Os navios portugueses, de pequena e grande cabotagem, que entravam nos portos do Continente, em 1918 representavam 39% da tonelagem total das embarcações entradas, contra somente 8% em 1913 (A.H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República*, pp. 266-267).

(440) R. Cascão, *As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário...*, pp. 161 e 169-170.

(441) AUC, *Livros notariais*, Figueira da Foz, Paião e Lavos, 1915-1927.

(442) Por exemplo, em Travação, concelho de Águeda, onde a firma Foz do Mondego encomendou (1919) uma traineira a João Bolais, construtor de navios. Aquela custava 8 500\$000 e tinha as seguintes características: 19 m. de quilha, 5,6 m. da boca ao centro, 2,4 m. de altura de pontal, entre o forro e os vaus e 20 cm de grossura das cavernas (AUC, not. Francisco Xavier Moutinho da Silveira Canavarro Valadares (Figueira da Foz), l.n. nº 86-A.B.C., fls. 10-12v.).

(443) Como já destacou Rui Cascão (*op. cit.*, p. 175), no que à pesca do bacalhau diz respeito.

de poder dizer-se que o processo de desenvolvimento foi liderado pela burguesia comercial figueirense, esta teve ainda um duplo mérito: por um lado, o de captar os esforços de diversos outros seus conterrâneos de várias profissões — notários, advogados, médicos e burocratas —, grupo a que já se chamou «burguesia profissional» (444); por outro, o de ter igualmente procurado colaboração — especialmente quanto ao investimento de capitais — fora do concelho da Figueira da Foz e da própria área de Coimbra (por exemplo, em Lisboa, Ílhavo e no Porto) (445).

Com a construção naval terminámos a abordagem das principais indústrias da área de Coimbra. Distribuídas por múltiplos centros e localidades, pena é que desconheçamos o número exacto de pessoas nela ocupadas. Todavia, estimamos que ele não deveria ser inferior a 10 000 operários, dos quais cerca de 8 000 nas indústrias têxtil, cerâmica e de papel e à volta de 2 000 nas restantes (alimentares, serração de madeira e construção naval).

INDÚSTRIAS RESIDUAIS

Além das indústrias analisadas — as quais, pela sua implantação e importância, designámos por *indústrias-piloto* —, outras se foram implantando na área em foco. A estas, pela sua menor importância e pelo papel mais modesto desempenhado no respectivo contexto, chamaremos *indústrias residuais* (446).

(444) Valerio Castronovo, *Formazione e sviluppo del ceto imprenditoriale piemontese nel secolo XIX*, in Giorgio Mori (ed.), *L'industrializzazione in Italia*, pp. 125-126.

(445) Consideremos, por exemplo, as seguintes 5 firmas: Sociedade Figueirense de Construções Navais, Ld^a, Nápoles, Pinto Basto & C^a, Ld^a, Empresa Figueirense, Ld^a, Sociedade Construtora de Navios, Ld^a e Fomentadora Marítima, Ld^a (Quadro XX). Dos seus accionistas individuais (isto é, excluindo as firmas), 32,11% eram comerciantes e 42,33% residiam fora do concelho da Figueira da Foz.

(446) Cf. Fohlen, por seu lado, aplicou a referida expressão às actividades têxteis que, em meados do século XIX, perpetuavam o espírito e a tradição dos artesãos (Claude Fohlen, *L'industrie textile au temps du Seconde Empire*, p. 183).

1. Sabão, curtumes, vidro e produtos resinosos

O fabrico de sabão, a despeito de as suas origens remontarem, em Coimbra, pelo menos ao século XV (447), nunca chegou a atingir grande desenvolvimento na área em estudo. Abolido definitivamente o monopólio do sabão em 1857 (448), vieram depois a ser implantados alguns estabelecimentos do ramo nos concelhos de Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz e Coimbra.

A primeira referência encontrada, após aquela data, diz respeito a uma fábrica de saboaria instalada em Condeixa (certamente Condeixa-a-Nova) por Fortunato Ferreira Vidal, em 1861 (449). Na ausência de outros dados, é de admitir ter-se tratado de uma pequena unidade.

Relativamente ao concelho da Figueira da Foz, temos alusão a três estabelecimentos, na própria sede do concelho: 1) um localizado no Viso, referido em 1880 (450); 2) outro na Rua Nova, para o qual foi solicitada licença em 1907, por Ribeiro Dias & C^a, e obtido o respectivo alvará no ano seguinte (451); 3) e o terceiro, situado na Rua Afonso de Albuquerque, para cuja exploração foi constituída (1923) a sociedade sob a firma José Lino & C^a, Ld^a, com o capital social de 25 contos (452). Também aqui se tratava de

(447) José Pinto Loureiro, *O monopólio do sabão e as saboarias em Coimbra*, Coimbra, 1956, p. 7. Sep. do «Arquivo Coimbrão», vol. XIV.

(448) Pela Lei de 25 de Abril, que entrou em vigor em 1 de Julho de 1858 (*Collecção official da legislação portuguesa. Anno de 1857*, Lisboa, 1858, pp. 72-73; *O Conimbricense*, n.º 425, de 20 de Fevereiro de 1858). Desde, pelo menos, 1830 que se tentava abolir o dito monopólio (cf. Bento Pereira de Moura, *Apontamentos para a historia das saboarias em Portugal*, in «Revista Universal Lisbo-nense», t. II, 1842-1843, p. 282).

(449) *O Conimbricense*, n.º 738, de 19 de Fevereiro de 1861.

(450) *O Conimbricense*, n.º 3391, de 31 de Janeiro de 1880.

(451) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 2, processo n.º 77.

(452) AUC, not. Manuel Pessoa Ferreira da Fonseca (Cantanhede), l.n.n.º 103, fls. 69-70.

pequenas unidades, como revelam as reduzidas informações que temos sobre as duas últimas. Assim, o equipamento da fábrica de sabão da Rua Nova constava de: «duas caldeiras, uma grande para a cozedura das matérias-primas, uma outra pequena para aquecimento d'agoas, auxiliar d'aquella, quatro moldes de madeira para secagem do sabão, rodos e outros utensílios de pequena importância» (453). A produção era, pois, manual. Sobre a fábrica instalada na Rua Afonso de Albuquerque, o seu desenvolvimento foi refreado, além do mais, pela carência de capital, o que obrigou a respectiva gerência a recorrer ao crédito pouco depois da sua formação (454).

No concelho de Coimbra, a indústria de sabão tem-se localizado na sede do concelho e subúrbios. No período focado, o principal centro do fabrico de sabão localizava-se no Rossio de Santa Clara. Com efeito, aqui se tem mantido em actividade a mais antiga e importante fábrica do ramo na área de Coimbra, fundada em 1871 (455) por Augusto Luiz Martha, actualmente propriedade da firma *Augusto Luiz Martha, Sucessores, Lda*. Nela laboravam, em 1889-1890, 7 operários (456) e, ainda nas vésperas da I Guerra Mundial, o capital social da respectiva empresa não ultrapassava uma dezena de contos (457). A elevação do capital social para 150 contos,

(453) Cf. *supra*, nota 451.

(454) Constituída a sociedade em 1 de Março de 1923, logo em 20 de Março do mesmo ano a gerência contraía um empréstimo de 30 000\$00, ao juro anual de 10%, por «necessidade de desenvolver a sua industria e não dispondo, para isso, de capitaes» (AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 205, fls. 73v.-76).

(455) Este é o ano mais vulgarmente referido como sendo o da fundação da fábrica ao tempo designada «A Lusitana» (cf., por exemplo, ABPC, *Circulares de clientes*, 7, 1927-1939). Todavia, em determinada fonte indica-se o ano de 1867 (*Catálogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris* [...], vol. II, p. 269).

(456) *Catálogo da Exposição...*, cit. na nota anterior, p. 269; *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 396-397.

(457) Em 1911, o dito capital era de 4 186\$60, tendo sido elevado no ano seguinte para 9 000\$00 (AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. nº 119, fls. 28v.-30v.; AUC, *idem*, l.n. nº 124, fls. 47-48v.).

em 1924 (458), prova que foi durante o conflito mundial e nos anos imediatos que a dita empresa se desenvolveu mais intensamente. Através de outra fonte, ficamos a saber que o progresso indicado teve lugar logo a partir de 1914-1916, pois o lucro bruto (459) médio da empresa, neste triénio, mais que duplicou em relação ao do triénio antecedente (1911-1913) (460).

No Rossio de Santa Clara localizar-se-iam igualmente duas outras fábricas de sabão: uma, cuja licença foi requerida (1899) por Caetano Afonso Velado (461) e outra, para cuja exploração se constituiu (1923) a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma Saboaria União de Coimbra, Ld^a, com o capital social de 75 contos (462). Ainda na margem esquerda do Mondego, para jusante (à Guarda Inglesa-Almegue), localizava-se a fábrica de José Correia Lemos, que estava em laboração em 1878 (463).

No que concerne à margem direita daquele rio, Mateus dos Santos requereu licença (1866) para instalar uma fábrica de sabão na Ladeira do Seminário, a qual lhe foi concedida no ano imediato (464). Em Coselhas, por seu lado, existiu uma certa tradição no que se relaciona com o fabrico do produto em causa, ao qual alguma documentação se refere, entre 1886 e 1914 (465).

(458) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 213, fls. 9v-13v..

(459) Ver, sobre os diferentes tipos de lucro, J. Bouvier, F. Furet e M. Gillet, *Le mouvement du profit en France au 19e siècle*, pp. 13-21.

(460) Média anual do lucro bruto: 1911/1913 - 12 902\$266; 1914/1916 - 28 930\$083 (AFS, *Mercadorias geraes. Fábrica de Sabão* [1903-1905 e 1911-1917], fls. 44-129). Para mais informações acerca desta empresa, ver J. Amado Mendes, *Para a história da indústria em Santa Clara*, in «Munda», nº 2, 1981, pp. 64-66.

(461) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 44.

(462) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 48, fls. 40v.-43v..

(463) *O Tribuno Popular*, nº 2323, de 8 de Maio de 1878.

(464) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo inum..

(465) AUC, «Inventário orfanológico», «José Duarte Areosa», 1886, fls. 39-40; AUC,

Pelo equipamento existente na fábrica de Coselhas no primeiro daqueles anos (466), constata-se ser aquela uma pequena unidade, de fabrico manual, tendo-se provavelmente mantido sem grande alteração até ao termo da sua existência. Não muito diferente seria o estabelecimento de fabrico e venda de sabão, localizado na Rua Direita (n.ºs 90 e 92), pertencente à sociedade em nome colectivo, sob a firma Santos & Silva, constituída em 1923, com o capital social de 25 contos (467).

Do exposto sobre a indústria de saboaria, na área em foco, ressaltam as seguintes características:

1. relativa abundância de unidades, cujo número se terá elevado a 10 (nos concelhos de Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz e Coimbra), caso tenham chegado a laborar todas aquelas para que foi requerida licença ou constituída sociedade;
2. estabelecimentos de reduzidas dimensões, dispondo somente de equipamento tradicional e rudimentar, exceptuando, no fim do período tratado, a fábrica do Rossio de Santa Clara, antes mencionada (468).

Assim, verifica-se que, no ramo da saboaria, o meio coimbrão era propício à instalação de uma unidade mais moderna que as existentes, para o que os súbditos espanhóis, Montalvo e Hernaez, solicitaram licença em 1886 (469). Apesar de, segundo declarações dos requerentes, os seus planos visarem o fabrico de um novo tipo de sabão, o ensino profissional neste domínio e o uso e venda de novas máquinas (sistema «San Martin»), foram

GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo n.º 45 (1900) e maço 2, processo n.º 92 (1914); *O Conimbricense*, n.º 5719, de 16 de Setembro de 1902.

(466) AUC, «Inventário orfanológico», cit. na nota anterior.

(467) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. n.º 40, fls. 66-67v..

(468) Referimo-nos à fábrica de Augusto Luiz Martha, Sucessores, Lda, que possuía, em 1925, o seguinte material: «Um motor a gasolina, força 5 HP; um motor eléctrico de 7-8 amperes, 380 volts; duas bombas para a elevação de água; uma cerra circular; tres caldeiras com as respectivas fornalhas» (2.ª CI, processo n.º 182 — 2/2817, fl. 5).

(469) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», n.º 961.

colocadas algumas reservas ao empreendimento, que desconhecemos se foi ou não concretizado (470).

A *indústria de curtumes* foi uma das que mais tarde se modernizou. Tributária não só da mecânica — máquina a vapor, foulon, martelo-pilão, etc. — como principalmente da química (471), a sua evolução esteve naturalmente condicionada pelos progressos alcançados nestes domínios do saber, sobretudo nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. Sendo assim, não admira que, na área estudada, a dita indústria se tenha conservado na sua modalidade tradicional — curtimenta vegetal (472), processada manualmente nas suas diversas fases — até à segunda década do nosso século.

Nesse período, a actividade da curtimenta da área coimbrã concentrou-se fundamentalmente na *freguesia da Pocariça*, concelho de Cantanhede. Efectivamente, embora haja notícia da existência de estabelecimentos dispersos por Poiares e Cantanhede (1813) (473), Espinhal, concelho de Penela (1836) (474) e, mais tarde, por Coimbra (1897) (475) e Vale

(470) Já no Porto, onde tinham residido algum tempo, os referidos indivíduos haviam inspirado «alguma desconfiança de manejos republicanos». O governador civil de Coimbra, embora não tivesse provas que confirmassem tal suspeita, solicitou ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria a confirmação do privilégio do novo tipo de sabão, por 20 anos, que aqueles alegavam possuir (AHMOP, maço não inventariado, «Proposta de pagamento aos que trabalharam no Inquerito de 1890»).

(471) António Peres Correia Amado, *A indústria de curtumes. Evolução e aspectos químicos*, Lisboa, 1958, pp. 7-14. Sep. da «Revista Portuguesa de Química», vol. I.

(472) A este processo tradicional de curtimenta, feito à base de substâncias vegetais, viria a juntar-se o da curtimenta mineral, à base de sais de crómio (A.P. Correia Amado, *op. cit.*, pp. 10 e 13).

(473) José Acúrsio das Neves, *Varietades sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Política*, t. I, Lisboa, 1814, p. 198.

(474) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, «Fabricas. 1836», doc. de 12 de Março de 1836.

(475) AUC, GC, *idem*, maço 1, processo nº 24.

Videiro, freguesia do Paião, concelho da Figueira da Foz (1907) (476), na *Pocariça* já se localizavam, em 1813, 18 dos 20 estabelecimentos do distrito de Coimbra (477). Situada outrora na vila de Cantanhede, a transferência progressiva desta actividade para a freguesia da Pocariça ter-se-á ficado a dever sobretudo à falta de água na sede do concelho (478). Após 1825, a curtimenta atravessou ali um período de crise (479), sendo em 1861 somente referenciados 9 estabelecimentos, com a indicação de dados interessantes sobre 5 deles (480).

No período que se segue — e que mais directamente nos interessa —, não é fácil seguir a evolução da «indústria» de curtumes na Pocariça. De facto, se recorrendo ao *Inquérito industrial de 1881* ainda encontramos uma sucinta informação (481), já no *Inquérito industrial de 1890* nada se diz sobre o assunto, assinalando-se unicamente, entre as indústrias fabris e manufactureiras do concelho de Cantanhede, a importante indústria da cal (482).

(476) AUC, GC, *idem*, maço 2, processo n.º 76.

(477) J. Acúrsio das Neves, *ibidem*.

(478) F. Teixeira da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, p. 35; Viriato de Sá Fragoso, *A freguesia da Pocariça do concelho de Cantanhede. Apontamentos para a sua história*, Porto, 1939, p. 129.

(479) Continuando, apesar disso, a Pocariça a ser considerada (1853) «terra importante pela sua industria de fabrico de couros» (A.L. de S. Henriques Secco, *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*, p. 25).

(480) F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, pp. 35-38.

(481) «Neste logar [Pocariça] exerce-se tambem a industria dos cortumes. O principal fabricante é, segundo nos disseram, o sr. Alexandre Pessoa Dias Galvão, que poderá produzir 6:000\$000 réis de couros ordinarios, frizados e tintos com varias côres.

Tem esta industria uma certa importancia local, mas é de pouca monta em relação ás necessidades geíraes de consumo» (*Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, II parte: *Visita ás fabricas*, livro III, p. 237).

(482) *Inquerito industrial de 1890*. vol. III: *Industrias fabris e manufactureiras (Inquerito de gabinete)*, p. 451. Do período que medeia entre 1881 e 1890

Inversamente ao que poderia supor-se perante as fontes citadas, a actividade dos curtumes na Pocariça, nas últimas três décadas de Oitocentos, longe de regredir até se desenvolveu. As lacunas informativas dos ditos inquéritos industriais deveram-se aos critérios que presidiram à sua elaboração — a que já nos referimos — e a deficiências na recolha dos dados, e não à involução da actividade em causa que, neste período, não se terá verificado. Assim, admitimos ter havido um aumento no número de estabelecimentos de curtimenta na Pocariça (entre 1861 (483) e 1890), de 9 para 15, caso se situassem ali, como pensamos, os 15 «fabricantes» de curtumes do distrito de Coimbra, referentes àquele último ano, que constam de outra fonte (484).

A partir dos começos do século XX, a concorrência da indústria fabril — de outras áreas, reforçada desde 1915 pela da própria área de Coimbra (485) — viria a atrofiar, lenta mas continuamente, a actividade da curtimenta na referida localidade. Prova-o o facto de, em 1918, já só aparecerem referidos cinco «fabricantes» de couro na Pocariça (486) e, em 1939, apenas

temos uma alusão a «tanques de cortumes de pelles» na Pocariça, que as autoridades locais mandaram demolir por Agosto de 1884, devido ao facto de eles constituírem focos de infecção, ante o grassar da cólera no estrangeiro e a sua possível entrada em Portugal. Porém, a ordem não terá sido cumprida (*O Conimbricense*, n.º 3874, de 4 de Outubro de 1884).

(483) Cf. F. Teixeira da Silva, *op. cit.*, p. 35.

(484) *Anuario estatístico de Portugal. 1892*, Lisboa, 1899, p. 314. Numa obra publicada pouco depois (1896), mencionam-se fábricas de curtumes na Pocariça, mas sem indicação de número (A. Rodrigues d'Andrade, *Chorographia historico-estatística do districto de Coimbra*, p. 38).

(485) Na qual passou a laborar uma das 210 fábricas de curtumes, existentes no País, em 1919 (J. de Campos Pereira, *Portugal industrial*, pp. 148-149). Referir-nos-emos proximamente a esta unidade. Cotejando o número indicado com o relativo a 1867 (288 fábricas de curtumes), chega-se à conclusão de que, nesta indústria de tipo tradicional, a concentração — como o próprio desenvolvimento que a ela anda geralmente associado — foi bastante lenta, num período de mais de meio século (cf. Gerardo A. Pery, *Geographia e estatística geral de Portugal e Colonias*, Lisboa, 1875, p. 169).

(486) *Anuário estatístico de Portugal. Ano de 1921*, Lisboa, 1925, p. 42.

um, que viria a ser o último representante de uma actividade tradicional que foi de excepcional importância para aquela povoação (487). A despeito dos esforços do último curtidor da Pocariça — Raimundo Lopes de Assunção —, de os seus produtos terem atingido determinada qualidade (488) e se destinarem a várias zonas do País (489), a curtimenta deixou de ser ali processada por meados do nosso século. Desta forma, não se concretizou — pelo menos até à actualidade — o vaticínio de Viriato de Sá Fragoso (1939): «E não será arriscado supôr que um dia venha a constituir-se aqui uma sociedade ou emprêsa para a exploração em larga escala de tal ramo de negócio, tão arreigada é ainda a tradição desta indústria na Pocariça» (490). É que, não é suficiente a tradição para que uma indústria se modernize e mantenha nos meios rurais (491), em virtude de a energia eléctrica e o desenvolvimento tecnológico lhe conferirem mobilidade bastante para se instalar ou reinstalar próximo dos grandes centros, com mais fácil acesso ao capital — incluindo o capital humano — e aos mercados, fornecedor e abastecedor.

O novo período da indústria de curtumes na área, caracterizado pela mecanização, teve início em Coimbra, com a constituição (1915) de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma *Raposo, Amado, Godinho & C^a, Ld^a*, com o capital social de 20 contos (492). Este veio

(487) Cf. V. de Sá Fragoso, *A freguesia da Pocariça*, p. 130.

(488) V. de Sá Fragoso, *ibidem*.

(489) Entre as quais se contavam as de: Porto, Figueira de Castelo Rodrigo, Coimbra, Oliveira do Hospital, Cantanhede, Figueira da Foz, Mira de Aire, Covilhã e Lisboa (*Livro de «Deve» e «Haver» do período de 1943 a 1949*, livro manuscrito, fls. inums., cuja consulta nos foi facilitada pelo próprio Sr. Raimundo Lopes da Assunção, a quem reiteramos a nossas gratidão).

(490) V. de Sá Fragoso, *op. cit.*, pp. 130-131.

(491) Como é sabido, não se trata de um fenómeno exclusivo do nosso País. Também em França, por exemplo, no decurso do século XIX, pequenas indústrias rurais como a curtimenta, a fiação e a tecelagem, outrora muito prósperas, quase desapareceram (cf. Louise Zeys, *Les petites industries rurales et leur évolution*, Paris, s.d., pp. 14-15).

(492) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 170, fls. 85v.-90v.. Como antecedente remoto pode indicar-se o facto de um dos accionistas, José

a duplicar no ano seguinte, a subir para 120 contos, em 1920, e para 1 000 contos, em 1922 (493).

Os valores referidos, apesar de poderem dar alguma indicação acerca do evoluir da empresa nos seus primeiros anos, carecem de ser interpretados com certa precaução. Primeiramente, porque o capital social com que principiou (20 contos), aparentemente reduzido, correspondia a um maior volume de capital, em virtude de a empresa não ter construído, mas arrendado, as instalações onde implantou a respectiva Fábrica de Curtumes de Coimbra, à Casa do Sal (494) (onde continua em laboração). Em seguida, porque o grande aumento de capital, entre 1920 e 1922 (de 120 para 1 000 contos), não foi apenas a expressão e o reflexo de um desenvolvimento excepcional, mas também motivado pela necessidade de reconstrução da própria fábrica, parcialmente destruída por um violento incêndio, em Setembro de 1921 (495). No entanto, nos anos seguintes registou-se um considerável progresso nesta unidade. Com efeito, em 1926 ocupava 62 operários do sexo masculino (11 dos quais menores) e atingia um razoável grau de mecanização, como revela o seguinte equipamento nela instalado: 2 máquinas a vapor, com a potência total de 100 CV (uma «Corline» de 80 e outra «Pautin» de 20 CV), 7 foulons, 1 prensa de casca, 1 máquina de «estiva», 1 cilindro de 1 500 kg. e 1 martelo-pilão (496). É de destacar, por exemplo, o uso dos 7 foulons (ou bombos), processo pelo qual a curtimenta passava da *fase estática* à *fase dinâmica*, difundido por alturas da I Guerra

Maria da Silva Raposo, ter obtido licença (1898) para a instalação de um depósito e enxugadouro de peles verdes ou frescas, em Montes Claros (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo n.º 24).

(493) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 173, fls. 92-94; AUC, *idem*, l.n. n.º 183-C, fls. 21v.-25v.; AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. n.º 202, fls. 50-55v..

(494) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 170, fls. 79-81v..

(495) António Ferreira Vilas, *Relatório dos Serviços das Circunscrições Industriais no ano de 1921*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 123, 1924. p. 17.

(496) 2.ª CI, processo n.º 2 306, 2/2954, fl. 17.

Mundial (497) e que em Portugal, em 1919, ainda só era utilizado por algumas empresas (498).

Relativamente a outras fábricas de curtumes na área estudada, pouco mais há a referir, não obstante a alusão a 6 e a 4 fábricas no distrito de Coimbra, respectivamente em 1935 (499) e 1945 (500), poder induzir em erro. Excluindo a fábrica anteriormente focada, tratava-se de pequenas unidades, de curta existência, do género de algumas que já aparecem esporadicamente referidas no final do período estudado, em Coimbra e no concelho da Figueira da Foz.

A intenção de Manuel Correia da Cunha, de instalar (1915) uma fábrica de curtumes em Santa Clara, provocou um protesto no periódico local *O Povo de Santa Clara* (501), devido aos efeitos poluidores daquela indústria. O referido projecto não se terá concretizado (502), mas em 1926 encontrava-se instalada, precisamente no Rossio de Santa Clara, uma fábrica do ramo, pertencente a Simão Pinto Seco. Era um pequeno estabelecimento, para cuja exploração o proprietário procurava preparar o seu filho (Lourenço Pinto Seco), através de um contrato com o gerente técnico da fábrica (Matias Hormigo Dias Marques) que, além da direcção técnica, ministrava os conhecimentos necessários ao descendente do dito empresário (503). Para a exploração do mencionado estabelecimento foi constituída (1927) uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma Seco,

(497) J.P. Correia Amado, *op. cit.*, p. 6.

(498) J. de Campos Pereira, *Portugal industrial*, p. 140.

(499) João Rosendo Dias, *A indústria dos curtumes*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, p. 237.

(500) Nuno Simões, *Sobre a indústria nacional de curtumes*, Lisboa, 1945, p. 10. Sep. da revista «Indústria Portuguesa».

(501) Nº 314, de 18 de Julho de 1915.

(502) Em 1917 continuava a ser registada, em Coimbra, somente uma fábrica de curtumes (da qual já tratámos), com 38 operários (*Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 116, p. 58).

(503) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 229, fls. 43v.-46.

Alves & C^a, Ld^a, com o capital social de 120 contos (504). Porém, aquela foi dissolvida ainda no mesmo ano (505).

No concelho da Figueira da Foz, por sua vez, formaram-se três sociedades no ramo da indústria de curtumes:

— União de Curtumes, Ld^a, com o capital social de 100 contos (1918) (506);

— Sociedade de Curtumes, Ld^a, com o capital social de 150 contos (1920) (507);

— José Gaspar Marques Neves & Filho, com o capital social de 60 contos (1924) (508).

A última empresa indicada, de âmbito essencialmente industrial, tinha a sua sede no lugar e freguesia do Paião. Aliás, a curtimenta tinha aqui antecedentes, porquanto em 1917 António Mendes Ferreira requeria licença para instalar no lugar de Vale Videiro, da dita freguesia, uma «fábrica» do ramo (509). Dotada ainda de tecnologia tradicional — por exemplo, três tanques e um moinho «puxado por um boi ou um cavalo, para trituração de casca» (510) —, veio a ser mais tarde (1918) integrada na União de Curtumes, Ld^a, para a qual o seu anterior proprietário (António Mendes Ferreira) entrou com a cota de 20 contos, sendo 500\$00 correspondentes ao valor do mencionado estabelecimento (511). Este viria finalmente a pertencer à Sociedade de Curtumes, Ld^a, sendo avaliado, aquando da liquidação desta (1923), em 2500\$00. Em separado, era avaliada uma máquina de correeiro no valor de 200\$00 (512). Excluindo esta, o progresso verificado na unidade

(504) AUC, *idem*, l.n. nº 237, fls. 11v.-14.

(505) AUC, *idem*, l.n. nº 242, fls. 34v.-36.

(506) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 58, fls. 21v.-29.

(507) AUC, *idem*, l.n. nº 82, fls. 39v.-42.

(508) AUC, *idem*, l.n. nº 152, fls. 37-38v..

(509) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 2, processo nº 76.

(510) *ibidem*.

(511) Cf. *supra*, nota 506.

(512) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. nº 7-B, fls. 17-22.

em questão foi mínimo, devendo o aumento do respectivo valor (de 500\$00 para 2 500\$00 escudos), entre 1918 e 1923, ser atribuído principalmente à depreciação da moeda (513) e/ou a eventuais diferenças de critérios de avaliação.

Conclui-se, assim, que a «fábrica» do Paião não passou de uma modesta oficina — instalada num barracão em 1907 —, nem mesmo quando foi propriedade de duas empresas com maiores possibilidades que o seu fundador. É que, as mencionadas sociedades (União de Curtumes, Ld^a e Sociedade de Curtumes, Ld^a) estavam predominantemente voltadas para o mercado (514) — para o que tinham as suas sedes na Figueira da Foz, a primeira na Rua da República (n.º 190) e a segunda em lugar não especificado —, além do que a última teve uma curta existência (1920-1922) (515). Destaque-se, ainda, o facto de esta como as restantes unidades de curtumes terem de enfrentar problemas de vária ordem, tais como: carência de mão-de-obra, técnicos especializados e de modernização tecnológica, insuficiência de matéria-prima principal (pelaria) de origem nacional e mau estado de grande parte da mesma (516).

A produção de vidro, na área em foco, já se encontra documentada nos séculos XVII e XVIII, através da alusão a «vidraceiros» e a «mestres vidraceiros». Contudo, tratava-se então de uma actividade puramente artesanal, exercida em Coimbra, para satisfação de necessidades locais (517). Após

(513) Cf. Marcelo Caetano, *A depreciação da moeda depois da Guerra*, Coimbra, 1931, pp. 292-344.

(514) A primeira, além de solas e cabedais, transaccionava também calçado (cf. *supra*, nota 506).

(515) Fundada em 1920 (cf. *supra*, nota 507), logo em 1922 foi dissolvida (AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), I.n. n.º 6-B, fls. 39-40v.).

(516) Sobre o assunto, escreveu Nuno Simões (*op. cit.*, (p. 20): «Calcula-se em 40% a perda para a economia metropolitana, derivada dos defeitos da pelaria de bovinos, provindos do agulhão, da sua má esfola, das marcas a fogo, das fermentações e da hipodermose». Ver igualmente *Couros e peles nacionais*, trabalho apresentado pela firma Guilherme Augusto d'Oliveira Gama, Suc., Ld^a, in «I Congresso da Indústria Portuguesa», Lisboa, 1933, 22 p..

(517) M. Lopes de Almeida, *Artes e ofícios em documentos da Universidade*, vols.

interrupção durante mais de uma centúria, aquela actividade irá ressurgir, mas desta vez em localidades diferentes — dos concelhos de Pombal e da Figueira da Foz — e com características de produção fabril. A implantação da indústria vidreira nesta zona era facilitada por dois importantes factores: a abundância de combustível (lenha e carvão) e da matéria-prima fundamental (areia). Faltava-lhe, contudo, mão-de-obra especializada, pelo que se tornou por vezes necessário recorrer a outros centros vidreiros.

Com sede no *lugar da Guia*, concelho de Pombal, constituiu-se (1903) uma sociedade comercial em nome colectivo, sob a firma *Leal, Duarte & C^a*, com o capital social de 13 contos. Destinava-se à produção de vidro, sendo um dos sócios industrial e residente na Marinha Grande (518). O respectivo estabelecimento devia ser modesto.

No *concelho da Figueira da Foz*, por seu lado, instalaram-se quatro fábricas de vidro: duas em *Buarcos*, uma na *Murraceira* (freguesia de S. Julião) e outra na *Fontela* (freguesia de Vila Verde).

Uma das fábricas de Buarcos, localizada junto ao actual cemitério, pertenceu ao francês *André Michon* e parece que só produziu vidraça (519). Fundada provavelmente em 1858 (520), terá laborado durante pouco tempo e, a ajuizar pela escassez de informações, a sua importância foi diminuta.

Encontra-se um pouco melhor documentada a *fábrica de vidros instalada no Cabo Mondego*, a que já tivemos oportunidade de aludir (521). A despeito da sua relativa longevidade — fundada em 1855-1857 (522), ainda

I-III, Coimbra, 1970-1972 (I: pp. 134 e 287; II: pp. 55, 263, 395-398 e 429; III: pp. 142, 187, 189, 190-191 e 196); Vasco Valente, *O vidro em Portugal*, Porto, 1950, mapa entre as pp. 28 e 29 e pp. 46-47.

(518) AUC, not. Augusto de Oliveira (Figueira da Foz), l.n. nº 99, fls. 30-40v..

(519) Vasco Valente, *op. cit.*, p. 100.

(520) É muito possível que o *Diário de Lisboa* (nº 263, de 20 de Novembro de 1862) e *O Conimbricense* (nº 415, de 16 de Janeiro de 1858) se referissem a esta fábrica, inaugurada em 1858. Todavia, dada a proximidade — espacial e temporal — da fábrica de vidros do Cabo Mondego, também não é de excluir a hipótese de as citadas fontes se reportarem a esta. Neste caso, ficaríamos a desconhecer a data da fundação da dita fábrica de Buarcos.

(521) Cf. *supra*, p. 112.

(522) F.T. da Silva, *op. cit.*, pp. 46-48. Talvez pelo facto de a sua actividade ter sido, de

em 1935 é referida (523) —, laborou com interrupções várias, não tendo nunca alcançado grande desenvolvimento. Porém, no último quartel do século XIX registou certa expansão. Com efeito, o número de operários quase duplicou entre 1881 e 1890, subindo de 88 para 163 (524). Destes, 16 eram estrangeiros, possivelmente franceses, aqueles que haviam sido contratados para trabalhar na fábrica (1869 e 1876) (525) ou seus descendentes. Além de se ter recorrido a mão-de-obra especializada estrangeira, também se construíram novas instalações (526) e um grande forno (527), ao mesmo tempo que se seleccionava mais criteriosamente a matéria-prima, através da compra de areia quartzífera dos jazigos de Alencarce, concelho de Soure (528). Entre outros factores (relativos à evolução da própria Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego (529), à qual pertencia), a tecnologia obsoleta, essencialmente manual, bloqueou o desenvolvimento da fábrica. De facto, apesar de nela se produzirem diversos tipos de vidraça e garrafaria — cuja qualidade era salientada (530) —, apenas a trituração se

início, algumas vezes interrompida (*Jornal de Coimbra*, nº 16, de 21 de Abril de 1868; *Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril...*, Coimbra, 1869, p. 226), alguns autores indicam os anos de 1870 e 1873 como os da fundação desta unidade (*Inquerito industrial de 1881*, II parte, livro III, p. 234; M.J.M. dos Santos, *O complexo industrial do Cabo Mondego*, p. 41).

- (523) Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, 1935, p. 296.
- (524) *Inquerito industrial de 1881*, cit., p. 234; *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 402-403.
- (525) Além do director (Maximilian Frantz), também francês, em 1869 foram contratados 8 operários (vidraceiros e estendedores) (AUC, not. João Maria de Salerno Jordão (Figueira da Foz), I.n. nº 31, fls. 13v.-15v.). Em 1876 foi feito novo contrato com operários da mesma nacionalidade (*O Conimbricense*, nº 2990, de 21 de Março de 1876).
- (526) Sob a direcção do architecto Frutuoso Abel, após a sua saída (1871) da Companhia Edificadora Figueirense (*O Operario*, nº 58, de 17 de Julho de 1892).
- (527) *O Conimbricense*, nº 3277, de 28 de Dezembro de 1878.
- (528) *Idem*, nº 3876, de 11 de Outubro de 1884.
- (529) Cf. *supra*, pp. 111-116.
- (530) *Exposição Districtal de Coimbra em 1884*, pp. 113-114; *Relatorio e catalogo*

fazia mecanicamente, com uma máquina de 5 CV (531). Nestas circunstâncias, justifica-se que, não obstante o vasto mercado (nacional e estrangeiro) dos produtos de vidro do Cabo Mondego (532), a administração declarasse «luctar com a importação estrangeira e tambem com a excepçional protecção que o governo dispensa à fabrica nacional da Marinha Grande» (533). Mais competitivas viriam a ser as suas sucessoras, implantadas na Murraceira e na Fontela, das quais trataremos em seguida.

Em 1919, constituiu-se uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma *Empresa Industrial do Mondego, Lda*, com o capital social de 40 100\$00. Tinha por finalidade «a fabricação e commercio de vidros, louças, produtos refractarios» (534), mas dedicou-se sobretudo aos primeiros, nomeadamente à produção de vidraça e garrafas. Das diversas escrituras públicas relativas a esta firma (1919-1925), é possível tirar algumas ilações sobre o seu *equipamento, capital humano e mercado*.

Não temos notícia sobre o grau de mecanização da fábrica, instalada pela Empresa Industrial do Mondego, Lda, na ilhota da Murraceira. Todavia, a construção de um «forno a tanque contínuo de gás», de que foi incumbido (1919) o próprio administrador técnico (Pedro Durand) (535), bem como o escoamento do vidro para os mercados de Lisboa e Porto — que referiremos adiante — fazem pressupor a utilização de *maquinaria*.

Quanto ao *capital humano*, diversamente da fábrica do Cabo Mondego — que, como verificámos, contratou alguns operários franceses —, a empresa aqui abordada recorreu sobretudo a mão-de-obra especializada da Marinha Grande, a saber: 5 oficiais de garrafas e dois primeiros-ajudantes,

da Exposição Industrial Portuguesa, realizada no Museu Industrial e Comercial de Lisboa em 28 de Julho de 1883, Lisboa, 1893, pp. 219-221 e 226.

(531) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, p. 434.

(532) Mercado esse disperso pelo Continente, Ilhas Adjacentes, África e Brasil (*Inquerito industrial de 1881*, II parte, livro III, p. 235).

(533) *Inquerito industrial de 1881, ibidem*.

(534) AUC, not. José Maria Cardoso (Figueira da Foz), l.n. nº 2-B, fls. 13v.-16.

(535) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. nº 3-C, fls. 29-30v..

que auferiam (cada um) respectivamente 40\$00 e 30\$00 semanais; 1 oficial manipulador de vidraça e 1 segundo-ajudante que ganhavam, por semana, 64\$00 e 36\$00, respectivamente. Era-lhes ainda fornecida habitação e lenha para consumo doméstico (536).

Não foi com certeza difícil o recrutamento desta mão-de-obra na Marinha Grande, por causa da aguda crise que a indústria vidreira ali começava a atravessar e que se agravaria nos anos 20 e 30 (537).

No que respeita ao *mercado*, nos termos de contratos celebrados (1924 e 1925) com as firmas José Pedro Gomes, Ld^a, com sede em Lisboa (538), e Pedro Gomes, Ld^a, com sede no Porto (539), era-lhes destinada a produção vidreira da Empresa Industrial do Mondego, Ld^a, a fim de posteriormente a transaccionarem. Parte dos lucros eram assim canalizados para aquelas empresas dos dois principais aglomerados urbanos, em detrimento das unidades produtoras localizadas em centros da Província.

No ano seguinte ao da constituição da sociedade focada, ou seja, em 1920, outra se formou, sob a firma *Empresa Vidreira da Fontela, Ld^a*, com o capital social de 100 contos. Instalou a sua fábrica na *Fontela* (freguesia de Vila Verde), a qual se destinava ao fabrico de vidro de qualquer espécie (540) e cuja laboração prosseguiu até 1982. Principiou a laborar em 1921, com uma produção semanal de 90 000 garrafas pretas (541). Mecanizada desde início, viria a desenvolver-se consideravelmente nos anos ime-

(536) AUC *idem*, l.n. nº 5, fls. 40v.-42v. e nº 6, fls. 12v.-14v.. Também se recorreu, muito provavelmente, a operários belgas (cf. Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, 1935, p. 351).

(537) Ver Maria Filomena Mónica, *Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande*, in «Análise Social», vol. XVII, nºs 67-68-69, 1981, pp. 528-530.

(538) Do mesmo contrato e sujeitas a condições análogas faziam parte as firmas A. Morais & C^a, Ld^a (Marinha Grande) e Dâmaso Luís dos Santos, Ld^a (Vieira de Leiria) (AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. nº 14-C, fls. 32v.-36v.).

(539) AUC, *idem*, l.n. nº 17-C, fls. 21v.-25.

(540) AUC, not. Júlio Gonçalves (Figueira da Foz), l.n. nº 3-B, fls. 27v.-31.

(541) *A Emprêsa Vidreira da Fontela*, in «Indústria Portuguesa», ano 11º, nº 128, 1938, pp. 24-25.

diatos (542), chegando a empregar 750 pessoas ao fim da primeira década de actividade (1932) (543).

Para treino da mão-de-obra local, de novo se recorreu ao estrangeiro (Espanha e França), possivelmente devido ao facto de os vidreiros da Marinha Grande, perante o agudizar da crise vidreira, se terem recusado a fornecer oficiais à fábrica da Fontela (544). No caso dos empalhadores de garrações, foi uma família (4 pessoas) oriunda de Gonçalo (Guarda) que introduziu esta actividade na fábrica mencionada, em cuja secção de empalhamento, passados alguns anos, trabalhavam mais de 150 operários (545).

A implantação das referidas fábricas vidreiras, particularmente das duas últimas (1919-1920), inseriu-se numa tendência mais ampla, que consistiu na *expansão do fabrico de vidro para Norte da Marinha Grande*. Esta vila, que concentrava, em 1917, 52,63% das fábricas de vidro do Continente e 59,50% da mão-de-obra (546), viu esses valores baixarem, logo em 1930, para 35,48% e 43,76%, respectivamente (547). Isso tornou-se possível devido à produção mecânica em larga escala, em curso a partir de 1909 (548), mas

(542) Em 1923, por exemplo, chegava à fábrica, proveniente de St.^a Apolónia (Lisboa), maquinaria com o peso de 979 kg., no valor de 3600\$00 (BPAMFF, «Comércio externo e interno. Cargas de Comboios», fls. 88v-89).

(543) P. Descamps, *op. cit.*, pp. 350-351.

(544) P. Descamps, *op. cit.*, p. 351; M.F. Mónica, *art. cit.*, p. 547.

(545) Cf. *supra*, nota 541. De Gonçalo, freguesia do concelho e distrito da Guarda, vieram outros artífices de obras de verga e vime, que se radicaram em diversas localidades do Baixo Mondego como, por exemplo, em Taveiro, concelho de Coimbra, onde actualmente (Setembro de 1983) ainda trabalha o sr. Joaquim Pereira da Silva.

(546) *Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 116, pp. 39-40.

(547) *Registo do trabalho nacional*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 150, pp. 28-29 e 88-89.

(548) Albano de Sousa, *Aspectos da vida industrial portuguesa*, pp. 20-21.

cuja intensificação só teve lugar nas décadas de 1920 e 1930. Efectivamente, a mecanização arrastou, por indução, não só uma certa desvalorização do saber ancestral do operário vidreiro marinhense (549), como a própria possibilidade de utilizar mão-de-obra ainda não especializada, a qual, por isso mesmo, era mais barata e menos reivindicativa (550). Note-se, por último, que o papel desempenhado pelas empresas figueirenses analisadas foi mais significativo do que se possa inferir da estatística industrial de 1930, segundo a qual apenas laborariam, nas duas fábricas do concelho da Figueira da Foz, 170 operários (551). De facto, este último número não traduz a realidade pois, como indicámos já, só na fábrica de vidro da Fontela trabalhavam, em 1932, 750 operários (552). A respectiva empresa viria, aliás, a manter uma boa posição relativa até 1981, altura em que se situava em 213º, entre as 1000 maiores empresas portuguesas (553).

A indústria de produtos resinosos tem-se localizado especialmente em áreas de extensos pinhais, devido sobretudo à proximidade da matéria-prima (gema de pinheiro). Com efeito, o pinhal de Leiria (554) e, mais tarde, os circunvizinhos (de Pedrogão e do Urso) (555) atraíram esta actividade desde finais do século XVIII e inícios do XIX (556). Até ao terceiro quartel

(549) Cf. Acácio de Calazans Duarte, *A indústria vidreira na Marinha Grande*, Marinha Grande, 1942, p. 23.

(550) Ver M.F. Mónica, *op. cit.*, pp. 527-528; Acácio de Calazans Duarte, *A crise vidreira. Resposta ao sr. Arala Pinto*, Figueira da Foz, 1932, p. 7.

(551) Cf. *supra*, nota 547.

(552) P. Descamps, *op. cit.*, p. 350-351.

(553) Cf. *As 1000 maiores empresas portuguesas. Dados referentes a 1981*, in «Expresso», supl. à ed. nº 534, de 22 de Janeiro de 1983, p. 47-S. Como é do conhecimento geral, a Empresa Vidreira da Fontela, Lda, viria entretanto a atravessar dura crise, tendo interrompido a laboração em 1982.

(554) Ver, sobre este pinhal, Joaquim Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, 2ª ed., Leiria, 1977, pp. 14-19.

(555) Cf. Américo Freitas, *A indústria dos resinosos em Portugal*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 117, 1923, p. 58.

(556) Octávio da Silva Leitão e José Rino de Avelar Froes, *Os produtos resinosos*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 145-146.

deste, período em que esteve sujeita à superintendência estatal, foi praticada na Marinha Grande (557). Nas últimas décadas de Oitocentos e primeiras de Novecentos, a referida indústria dispersou-se por múltiplas outras localidades do litoral e do centro, em particular a norte do Tejo. Como é do conhecimento geral, esta é a zona onde mais abunda o pinheiro (558).

Os efeitos da I Guerra Mundial também nesta indústria se fizeram sentir. Assim, a um considerável aumento na procura de produtos derivados da resina (aguarrás, colofónias e pez louro) — que, por sua vez, são produtos semi-acabados essenciais a diversas outras indústrias (559) —, correspondeu um proliferar de unidades industriais, de pequenas dimensões e deficientemente equipadas. Em 1920 são referenciados no Continente 65 fabricantes, número que excedia o dos industriais de toda a França, não obstante neste país se explorar resina de 750 000 hectares de pinhal e, em Portugal, a de menos de 30 000 hectares. Daqueles, 18 (27,69%) exerciam a sua actividade na área de Coimbra (560). Como evoluiu, nesta área, a indústria de produtos resinosos?

São escassos os elementos de que dispomos, até ao final da segunda década do presente século. Dos inquéritos industriais efectuados (1881, 1890 e 1917), só do último constam os seguintes dados: 2 estabelecimentos no *concelho de Góis* e 3 no de *Pombal*, com 6 e 12 operários, respectivamente (561). Pode admitir-se a existência de outras unidades, sem que,

(557) *Ibidem*; Joaquim de Oliveira da Silva Bernardes, *Leiria no século XIX. Aspectos económicos*, Leiria, 1981, pp. 65-67.

(558) Cujá difusão, efectuada desde longa data, se intensificou nos começos do século XIX (cf. J.M. Amado Mendes, *Memória sobre a província do Minho pelo 2.º visconde de Balsemão. Introdução, transcrição e notas*, Coimbra, 1980, pp. 52-53 e anexo II. Sep. da «Revista Portuguesa de História», t. XVIII).

(559) Entre as quais as de: gás de iluminação, gás combustível, óleo de resina, vernizes, tintas de impressão e litografia, graxas, papel químico, tintas de máquinas de escrever, sabão e papel (A. Freitas, *op. cit.*, p. 37; José Carlos Freire Themudo, *A resinagem química*, Coimbra, 1954, p. 5. Sep. do «Boletim da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral», n.ºs 7, 8 e 9).

(560) A. Freitas, *op. cit.*, pp. 61-62.

(561) *Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 116, p. 42.

devido à sua reduzida importância, fizessem parte da citada estatística. Todavia, seria necessário esperar pelos anos de 1918-1926 para que, aproveitando as condições favoráveis criadas pela guerra, se constituíssem 8 sociedades do ramo (Quadro XXI). Excluindo 3 delas, cujas sedes se situa-

QUADRO XXI
PRODUTOS RESINOSOS (1918-1926)

LOCALIZAÇÃO		FIRMA	DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	FONTE
CONCELHO	FREGUESIA				
Lousã	Piães de Gaite	Camilo, Silva & C ^a	23.1.1920	5	(1)
Arganil	Coja	Gouveia & Dias	6.4.1920	1	(2)
Góis	Góis	Guilherme de Almeida Alves Melão & C ^a	18.8.1926	20,8	(3)
Pombal	Vale dos Carreiros, Albergaria dos Doze	Monteiro & C ^a (Fábrica União)	18.8.1918	9	(4)
-	Rossadae, limite de Eguínia, freguesia de S. Simão	Simões & Simões (Fábrica Industrial do Pinhal)	19.8.1918	8	(5)
-	Cerejeira limite de Eguínia, freguesia de S. Simão	Simões & Pagulim (Fábrica Industrial)	19.8.1918	20	(6)
-	Freguesia de S. Tiago de Litém	Mendes, Rodrigues & C ^a , Ld ^a	2.2.1920	20	(7)
-	Pedroqueira, freguesia da Mata Mourisca	Manuel Lopes Ramos & C ^a , Ld ^a	17.3.1920	4	(8)
Total		8		87,8	
Média				10,975	

- FONTES:
- (1) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Lousã), ln. n.º 37, fls. 7v.-9v.
 - (2) AUC not. Carlos Augusto das Neves Cardoso (Coja), ln. n.º 194, fls. 24v.-26.
 - (3) AUC, not. Eduardo da Cunha e Frias (Góis), ln. n.º 138, fls. 30-32v.
 - (4) BPADL, not. Alfredo de Sousa e Sá (Pombal), ln. n.º 33, fls. 48v.-49v.
 - (5) BPADL, *idem*, ln. n.º 34, fls. 2v.-4.
 - (6) BPADL, *idem*, *idem*, fls. 4-5v.
 - (7) BPADL not. Frederico de Sousa (Pombal), ln. n.º 79, fls. 1-3.
 - (8) BPADL, *idem*, *idem*, fls. 3v.-4v.

vam em concelhos do Alto Distrito (*Lousã, Arganil e Góis*), fundadas em 1920 e 1926, as restantes 5, formadas em 1918-1920, tinham as respectivas sedes no *concelho de Pombal*, o que é significativo, pela relativa concentração espaço-temporal que patenteia.

Tratava-se, no entanto, de pequenas empresas, como se pode verificar pelo baixo índice do capital social (média de 10975\$00). O mesmo se infere, por exemplo, do facto de a firma Manuel Lopes dos Ramos & C^a, Ld^a ter aproveitado, para instalação da fábrica, um barracão de pedra e cal e um

forno de cozer tijolo, destinado a cozer as louças necessárias à laboração da mesma (562).

A despeito da concorrência entre estes pequenos produtores (proprietários e comerciantes, com escassos conhecimentos técnicos do ramo), a indústria de resinosos não registaria progressos sensíveis até 1925-1927. Foi então que, segundo Fernão Forjaz Pacheco de Castro (563), três factores permitiram alterar radicalmente a situação: a) a vinda de mestres resinheiros landeses, para ensinar o sistema «francês»; b) a montagem de duas unidades de laboração contínua, pelo vácuo, uma em Santa Comba Dão e outra em Pombal; c) o Decreto 14 495, de 28 de Outubro de 1927, que condicionou esta indústria (564).

Inicia-se assim uma nova fase, caracterizada pelo uso de métodos modernos de resinagem e destilação e pela implantação de algumas grandes unidades. Entre estas, contava-se a já referida *fábrica de Pombal*, fundada em 1927 pela *União Resineira Portuguesa* (565), junto à estação de caminho-de-ferro daquela vila. Esta foi, com efeito, a primeira fábrica moderna de produtos resinosos na área em foco. Instalada em local propício — com fácil acesso à matéria-prima e a razoáveis meios de transporte, ferroviários e rodoviários —, dotada de amplas e modernas instalações (566) e adoptando os mais desenvolvidos métodos de fabrico (567), a fábrica de Pombal pôde ainda contar com pessoal já treinado na colheita da

(562) BPADL, not. Frederico de Sousa (Pombal), l.n. n.º 79, fl. 4.

(563) *Panorâmica da indústria dos resinosos*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. 1957. Comunicações. 1 a 74», Lisboa, s.d., p. 3 (desta comunicação).

(564) *Colecção oficial de legislação portuguesa. Publicada no ano de 1927. Segundo semestre*, Lisboa, 1932, pp. 694-696.

(565) *Caminhos a seguir na indústria de resinosos*, in «Jornal do Comércio», n.º 33 448, de 27 de Junho de 1963, pp. 1 e 8.

(566) Visitadas, em Outubro de 1928, pela Direcção da Associação Industrial Portuguesa (E.O., *A indústria resineira no nosso País. Uma visita à grande fábrica de Pombal*, in «Indústria Portuguesa», 1.º ano, n.º 8, Outubro 1928, pp. 21-27).

(567) Utilizando *aparelhos de vácuo*, que permitiam destilar diariamente 14 000 kg. de gema (cf. O. da S. Leitão e J.R. de A. Froes, *Os produtos resinosos*, p. 139, onde também se alude aos métodos tradicionais de destilação).

gema (568). Assim, esta unidade aproveitou e valorizou as condições materiais e humanas existentes, indo muito além das suas predecessoras, fundadas precipitadamente no período do pós-guerra.

2. Metalurgia e metalomecânica

Na metalurgia e metalomecânica (569) do período e área em foco, distinguiram-se a *fundição*, a *serralharia civil* e a *serralharia artística*. Se é certo que as três modalidades eram muitas vezes exercidas indistintamente pelos mesmos artífices ou operários e nos mesmos estabelecimentos, não é menos verdade que praticamente só a serralharia artística tem merecido a atenção dos estudiosos (570). Para esse facto contribuíram três ordens de razões: 1) o extraordinário impulso dado em Coimbra à *arte do ferro forjado* pela Escola Livre das Artes do Desenho e pelo seu principal dinamizador, António Augusto Gonçalves, sobretudo após a visita que fez à Exposição de Paris de 1900 (571); 2) a plêiade de serralheiros-artistas de grande mérito que, no período áureo da arte do ferro forjado em Coimbra (primeiras três décadas do século XX), lhe deram o seu contributo (572); 3) as diversas

(568) Cf. P. Descamps, *Le Portugal*, p. 328.

(569) Sobre as múltiplas actividades abrangidas por esta designação ver Silveira Malheiro, *As indústrias metalomecânicas em Portugal*, in «Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais», ano II, nº 77, 1950, p. 533.

(570) Ver Feliciano Guimarães, *Ferros de Coimbra*, Coimbra, 1949 e bibliografia indicada na p. 34, nota 1; Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *Serralheiros da escola de Coimbra*, in «Ilustração Portuguesa», vol. II, 1906, pp. 314-318; *Como nasceu em Coimbra a indústria do ferro forjado*, in «Notas de arte e crítica», Porto, 1926, pp. 408-414; Vergílio Correia, *A cidade das grades*, in «Obras», vol. I, Coimbra, 1946, pp. 363-367 (artigo anteriormente publicado no *Diário de Coimbra*, nº 1715, de 3 de Junho de 1935); Rocha Pato, *Impõe-se revitalizar em Coimbra a arte tradicional do ferro forjado*, in «Diário Popular», nº 12 687, de 16 de Novembro de 1978, supl. «Letras e Artes», pp. VII e XIV.

(571) F. Guimarães, *op. cit.*, pp. 19-20.

(572) É de elementar justiça salientar os nomes de Lourenço Chaves de Almeida, Manuel Pedro de Jesus, Albertino Marques, Daniel Rodrigues, António Maria da Conceição e António Craveiro (F. Guimarães, *op. cit.*, pp. 45-49). Sobre o pri-

obras de arte que ficaram a perpetuar aquela actividade e que continuam a dar dela testemunho bem elucidativo (573). Todavia, por não dispormos de dados novos relevantes sobre a serralharia artística, focamos particularmente as restantes duas modalidades (*fundição e serralharia civil*) (574).

A indústria metalúrgica, como subsidiária de todas as outras indústrias, da agricultura, dos transportes e até do comércio (575), era exercida em geral por toda a área estudada, em pequenas unidades fabris ou em oficinas, onde frequentemente laborava apenas um artífice. Nos começos da década de 60 do século XIX, o número de indivíduos das diversas profissões metalúrgicas, no distrito de Coimbra, totalizava 530 (576). Do ponto de vista da mão-de-obra, as alterações posteriores não foram de monta. Com efeito, nem uma relativa subida, já assinalável em 1890 (629 indivíduos), nem a subsequente descida, verificável em 1930 (502 operários metalúrgicos) (577), foram muito significativas, já que apenas correspondem a variações, em intervalos de três e quatro décadas, de +18,67% e de -20,19%, respectivamente. Como explicar esta evolução? O acréscimo da mão-de-

meiro ver *Ferros de Arte de Lourenço Chaves de Almeida*. Catálogo com artigos de Vera de Lima [...], Sociedade Nacional de Belas Artes, 7-14 de Maio, Lisboa, 1938.

- (573) Além de muitas outras: o coreto que actualmente se encontra no Parque Dr. Manuel Braga, em Coimbra (ver, sobre este, o recente estudo de Regina Anacleto, *O Coreto do Parque Dr. Manuel Braga em Coimbra*, Coimbra, 1983. Sep. de «Mundo da Arte», nº 14, Junho de 1983), os portões do Palácio da Justiça, da mesma cidade, o lampadário do Soldado Desconhecido, na Batalha, etc..
- (574) Da serralharia mecânica, relacionada com os transportes, trataremos noutra trabalho.
- (575) Manuel Duarte Ferreira, *A metalurgia em Portugal*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 297-298.
- (576) Assim distribuídos, pelos diversos sub-ramos de actividades: ferreiros — 295; serralheiros — 144; ferradores — 67; latoeiros — 15; caldeiros — 9 (F.T. da Silva, *Informações para a estatística industrial do distrito de Coimbra*, p. 6). Ver também J.L. Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra*, vol. I, t. I, pp. 83-84.
- (577) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 375-413; *Registo do trabalho nacional*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 150, pp. 40-41 e 100-101.

-obra, até ao final do século passado, deveu-se essencialmente ao aumento da procura de artigos de metal (578), sem que tenha havido resposta adequada, sobretudo por falta de modernização tecnológica (579). Ao invés, no período seguinte já a redução da mão-de-obra pôde ser favoravelmente compensada através de alguns progressos nos domínios empresarial, financeiro e tecnológico. Entretanto outras alterações tiveram lugar, designadamente no respeitante ao *número de estabelecimentos*, ao *peso relativo de algumas profissões* e à *constituição de sociedades*.

Quanto ao número de *estabelecimentos metalúrgicos*, as estatísticas conhecidas não permitem esclarecer suficientemente o assunto, umas vezes por omissão (1861 e 1881) (580), outras por se terem adoptado critérios diversos (1907, 1916 e 1917) (581). Todavia, comparando os dados atinentes a 1890 e a 1930, constata-se ter havido, no distrito de Coimbra, uma redução no número daqueles (de 351 para 272), simultaneamente com uma ligeira concentração da mão-de-obra (de 1,79 operários por unidade passa para 1,84) (582).

(578) Cf. Maurice Daumas (dir.), *Histoire générale des techniques*, t. V: *Les techniques de la civilisation industrielle. Transformation. Communication. Facteur humain*, por M. Perrot *et al.*, Paris, 1979, p. 21.

(579) Apesar da inovadora utilização da máquina a vapor por uma oficina do ramo (de José Bernardes Galinha e José Alves Borges), já em 1860-1861 (cf. *infra*, p. 254 e nota 589), a sua difusão nos decénios seguintes foi lenta. De facto, em 1890 a energia a vapor — na área em foco — apenas era usada por dois estabelecimentos de Coimbra e um da Figueira da Foz, que tinham instalados três motores a gás, com uma potência global de 7,5 CV (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço nº 1, processo nº 29; J.L. Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, pp. 83 e 170 (nota 118); *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, p. 434).

(580) F.T. da Silva, *op. cit.*; *Inquerito industrial de 1881*, *cit.*.

(581) Números relativos ao distrito de Coimbra; em 1907 — 17 estabelecimentos e 171 operários; 1916 — 18 fundições e serralharias, 186 operários e 6 motores com a potência total de 45 CV; 1917 — 67 estabelecimentos e 368 operários (J.R.P. Brandão, *Relatorio dos Serviços da 2.ª Circunscrição* [...], in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 20, 1908, Mapa nº 5; J.H. de A. Perdigão, *A indústria em Portugal*, p. 53; *Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 116, 1926, pp. 32-38).

(582) Cf. *supra*, nota 577.

Sobre o peso relativo de algumas profissões do ramo, as fontes somente permitem a análise do período de 1861 a 1890. Principia então a delinear-se uma tendência que prosseguiria nos anos imediatos, a saber: a secundarização de algumas das profissões tradicionais (como as de *ferrador* e *ferreiro*) e um maior peso adquirido pela de *serralheiro* que, de 28,45% do total das três actividades referidas em 1861, passou a abranger 71,48% das mesmas em 1890 (583). Tratava-se, no fundo, de uma das facetas da supremacia das indústrias urbanas sobre as rurais, da produção orientada para o mercado e para o lucro sobre a produção destinada à subsistência.

Finalmente, acerca da *constituição de sociedades* (Quadro XXII),

QUADRO XXII
METALURGIA E METALOMECÂNICA (1893-1926)

LOCALIZAÇÃO		FIRMA	DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	FONTE
CONCELHO	POVOAÇÃO				
Coimbra	Coimbra	Joaquim de Almeida & C ^o	14.10.1912	1,2	(1)
	"	Seco, Graça & Marques	3.11.1918	0,46	(2)
	"	Aníbal Lobo & Carvalho	27.10.1921	8,25	(3)
	"	Pereira, Oliveira & Ferrelra, Ld ^o	5.9.1922	30	(4)
	"	Dias da Costa & Baptista	18.10.1922	40	(5)
	"	Almeida Rodrigues & C ^o	27.11.1922	21	(6)
	"	Metalúrgica de Coimbra, Ld ^o	15.10.1923	550	(7)
	"	Ramos & Santos, Ld ^o	30.12.1926	17	(8)
	"	Alonso, Alves & C ^o	8.3.1893	0,9	(9)
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Guilherme de Oliveira & C ^o	4.2.1906	0,5	(10)
	"	Maria da Silva Mota & C ^o , Sucessores de Mota de Quadros	11.3.1910	1	(11)
	"	Cruz & Irmão, Ld ^o	24.12.1926	15	(12)
Cantanhede	Cantanhede	José Carlos Bento & C ^o	17.4.1924	105	(13)
Mealhada	Pampilhosa do Botão	J. Pedrosa & Costa, Ld ^o	5.7.1922	5	(14)
Oliveira do Hospital	Alvoco da Várzea	António Lopes Ferreira, Filhos	15.9.1921	0,3	(15)
Total		15		794,41	
Média				52,96	

FONTES:

- (1) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), In. n.º 155, fls. 92-93v.
- (2) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), In. n.º 182-C, fls. 6v.-8v.
- (3) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), In. n.º 52-B, fls. 4v.-6v.
- (4) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), In. n.º 36, fls. 20v.-23.
- (5) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), In. n.º 201, fls. 83-85.
- (6) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), In. n.º 53-B, fls. 46v.-49.
- (7) AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), In. n.º 46, fls. 24v.-30.
- (8) AUC, not. Joaquim Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), In. n.º 261, fls. 1-3.
- (9) AUC, not. Jacinto Augusto dos Santos (Figueira da Foz), In. n.º 83, fls. 6-8.
- (10) AUC, not. António Boaventura Dias Nestório (Figueira da Foz), In. n.º 25, fls. 79-83.
- (11) AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), In. n.º 144, fls. 20v.-22v.
- (12) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), In. n.º 184, fls. 19-21v.
- (13) AUC, not. Manuel Pessoa Ferreira da Fonseca (Cantanhede), In. n.º 31-33v.
- (14) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), In. n.º 200, fls. 11v.-13v.
- (15) AUC, not. Francisco Sebastião Marques Antunes (Oliveira do Hospital), In. n.º 93, fls. 43v.-45.

(583) Em 1860: 67 ferradores, 144 serralheiros e 295 ferreiros. Em 1890: 47 ferradores,

verifica-se mais uma vez o papel de destaque desempenhado pelos dois principais centros urbanos da área (Coimbra e Figueira da Foz), que concentravam 12 das 15 sociedades formadas entre 1893 e 1926. Observe-se, igualmente, ter sido no pós-guerra que se fundou maior número de sociedades (11 em 15), às quais correspondia simultaneamente o índice mais elevado de capital social (média de 72 contos, contra a média geral de 52,96 contos). Do exposto pode ainda concluir-se que, a despeito das alterações sofridas pela metalurgia na área de Coimbra, aquela continuava a ser praticada essencialmente por pequenas unidades — característica geral no País (584), mas agravada na área em estudo (585) —, as quais tinham que enfrentar problemas de vária índole, desde a concorrência interna e externa às dificuldades no aprovisionamento das matérias-primas — muitas das quais importadas —, à carência de capital e à deficiente preparação técnica dos quadros e da mão-de-obra.

No período anterior ao da constituição das ditas sociedades, sobressaíram no contexto coimbrão algumas empresas, das quais destacamos as três seguintes:

99 terreiros e 366 serralheiros (F.T. da Silva, *op. cit.*, p. 6; *Inquerito industrial de 1890*, cit. na nota 577).

(584) Em 1916 os estabelecimentos metalúrgicos do Continente, com mais de 10 operários, totalizavam 579, nos quais trabalhavam 9 005 indivíduos (Bento Carqueja, *O povo português*, p. 218; J. de C. Pereira, *Portugal industrial*, pp. 132-133). Comparando as nossas unidades com uma fábrica francesa na qual laborava, escrevia um operário português, em 1917: «Pena é nós não termos em Portugal uma fábrica como esta, porque por pequena que seja, as que possuímos parecem junto d'esta simples officinas de concertar [*sic*] ferros de engomar» (*O Povo de Santa Clara*, nº 416, de 1 de Julho de 1917). Ainda nos anos 60 a «pulverização das fabriquetas» (de fundição) continuava a ser apontada como um dos factores que contribuíam para o mal-estar desta indústria (Hélio Paulino Pereira, *Monografia das indústrias de fundição do ferro e do aço em Portugal*, Lisboa, 1960, p. 91).

(585) Em 1930 situavam-se no distrito de Coimbra 273 (7,47%) dos 3651 estabelecimentos de metalurgia do Continente, nas quais trabalhavam apenas 502 (2,69%) operários, de um total de 18617 (*Registo do trabalho nacional*, cit., pp. 40-41 e 100-101).

1. A fundição (primeira em Coimbra) e serralharia de *José Bernardes Galinha* (586) e *António José Alves Borges*, fundada por volta de 1856 na Rua das Solas (depois Rua Adelino Veiga), nº 58 (587), na qual foi instalada (1860-1861) (588) uma das primeiras máquinas a vapor a funcionar em Coimbra (589).
2. Àqueles sucederam (por 1873, data do falecimento de José Bernardes Galinha?), na exploração do mesmo estabelecimento, os *irmãos José Alves Coimbra* e *António Alves de Andrade Coimbra* (*Coimbra & Irmão*, depois *Fundição Alves Coimbra* e *José Alves Coimbra, Sucessor*) (590). Naturais do concelho de Penacova, após terem trabalhado algum tempo em Lisboa (591) dedicaram-se em Coimbra à fundição e à serralharia, muito tendo contribuído para o seu desenvolvimento, no último quartel do século XIX (592) e primeiras décadas do século XX (593).

(586) José Bernardes Galinha, falecido em 1873, pertencia a uma prestigiosa família de serralheiros, de que também fizeram parte: Manuel Bernardes Galinha, autor do famoso portão do Jardim Botânico (ala de Este), falecido em 1864; António Bernardes Galinha e Joaquim Ferreira Galinha, falecidos respectivamente em 1893 e 1924 (BAMC, *Cemitério da Conchada. Registo de enterramentos. Anos de 1860-1874*, fls. 23v.-24 e 166v.-167; 1893, fl. inum.; 1924, fl. inum.).

(587) *O Conimbricense*, nº 277, de 20 de Setembro de 1856.

(588) *Idem*, nºs 641 e 738, respectivamente de 17 de Março de 1860 e de 19 de Fevereiro de 1861.

(589) Anteriormente (década de 1850), já Domingos António de Freitas fundara, na rua das Solas, uma fábrica de massas, movida a vapor, a qual viria a ser destruída por um incêndio, em 1868 (*O Conimbricense*, nº 4523, de 2 de Janeiro de 1891). Ver também J.L. Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, pp. 151-152, nota 286.

(590) AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, processo nº 29, fl. 4.

(591) *O Conimbricense*, nº 3973, de 19 de Setembro de 1885.

(592) Os artigos que produziam já foram muito apreciados nas Exposições de Coimbra (1884) e de Lisboa (1888) (*Revista Illustrada da Exposição Industrial de Coimbra em 1884*, p. 62; *O Conimbricense*, nº 4315, de 5 de Janeiro de 1889).

(593) Em 1926 ainda o proprietário do dito estabelecimento afirmava que o mesmo

3. Também de certo prestígio no ramo da fundição e sobretudo no da serralharia de carruagens, foi o estabelecimento de *Manuel José da Costa Soares*, instalado na rua da Sofia, no antigo Convento de S. Domingos (594).

Numa apreciação geral à metalurgia da área em análise, pode dizer-se que satisfaria as necessidades mais prementes da população, no que se referia a alfaias e utensílios agrícolas (595), objectos de uso doméstico, artigos de construção e decorativos (596), etc.. Porém, quando se tratava de grandes encomendas ou de equipamento mais sofisticado — como maquinaria —, a concorrência de empresas de outras áreas do Continente ou mesmo estrangeiras fazia-se sentir mais duramente. Como exemplos podem apontar-se: a) em 1865, a encomenda de 2 000 rótulos de ferro, com espigão fundido, para o cemitério da Conchada, feita a Luiz Ferreira de Sousa Cruz & Irmão, do Porto (597); b) a remessa de tubos de ferro fundido,

não devia parar (ABPC, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 9, 1926-1927). A dita empresa viria a ter como sucessora a «Termec — Equipamentos Técnicos de Coimbra, Ldª», a qual veio a adquirir considerável prestígio no seu ramo.

- (594) *Exposição Distrital de Coimbra em 1884*, pp. 50-51; *O Conimbricense*, nº 4062, de 10 de Outubro de 1891. Foi adjudicada a este industrial a construção da cúpula metálica, colunas e grades do coreto do cais (hoje, como vimos já, no Parque Dr. Manuel Braga), cujo desenho era de Silva Pinto (*O Conimbricense*, nº 5858, de 16 de Janeiro de 1904; F. Guimarães, *op. cit.*, p. 20). Cf. *supra*, nota 573. Sobre a igreja do referido Convento ver A. Nogueira Gonçalves, *A Igreja do Convento de S. Domingos na Rua da Sofia*, in «Mundo da Arte», nº 3, Fevereiro 1982, pp. 2-11.
- (595) Incluindo arados, charruas e bombas para elevação de água (*Exposição Districtal de Industria agricola e fabril...*, 1869, p. 244; *O Conimbricense*, nº 5302, de 6 de Setembro de 1898, p. 4).
- (596) No âmbito da serralharia decorativa, a acção dos artistas conimbricenses excedia os limites da respectiva área. Assim, ao lampadário do Soldado Desconhecido, já mencionado, pode acrescentar-se, por exemplo, a encomenda para um sumptuoso edifício em construção em Lisboa (1907), feita pelo arquitecto Adães Bermudes aos artistas Manuel Pedro, Lourenço [Chaves] de Almeida, João Gomes e António Maria da Conceição (*O Conimbricense*, nº 6214, de 6 de Julho de 1907).
- (597) BAMC, *Arrematações e arrendamentos*, XII, 1862-1873, fl. 82.

proveniente de Inglaterra, destinada à canalização do gás, em Coimbra (598); c) a construção da cobertura e partes metálicas do pavilhão do peixe do Mercado D. Pedro V (Coimbra), pela Empresa Industrial Portuguesa, de Lisboa (599). Por seu turno, fornecimentos de menor vulto — como vãos de grades (1850), pontas de ferro para estacas (1866), grades para a cadeia de Santa Cruz (1870) e pés de ferro para os bancos do Palácio da Justiça de Coimbra (1880) (600) — eram efectuados por empresas locais, sendo em alguns casos o próprio consumidor a desejar que as firmas da área intensificassem a sua acção (601).

3. Artes gráficas

As actividades gráficas foram exercidas em diversas localidades da área de Coimbra, desde a Figueira da Foz (602), S. Martinho do Bispo (603) e Miranda do Corvo (604), a Lousã, Lousã (605), etc.. Todavia o seu principal

(598) *O Conimbricense*, nº 3321, de 31 de Maio de 1879.

(599) BAMC, *Arrematações e arrendamentos*, XXX, 1904-1906, fl. 182.

(600) BAMC, *Arrematações e arrendamentos*, IX, 1841-1856, fl. inum.; XII, 1862-1873, fls. 133, 311, 364 e 368-368v.; XV, fls. 91-91v..

(601) Em carta da Companhia do Papel do Prado (1911), para a sua fábrica da Lousã, lê-se: «Fundição — Muito estimariamos que em Coimbra se arranjasse empresa que se pudesse encarregar de algumas obras para essa fabrica. Já se vê por preços não superiores aos de Massarelos e da Empresa Industrial [...]» (AFPL, *Fábrica de Lousã*, 1042, 16, fl. 413). Isto além de alguns trabalhos que já eram realizados pela Empresa Alves Coimbra, que por vezes apresentava letras para pagamento (*ibidem*).

(602) Em 1925, eram referenciadas na Figueira da Foz as tipografias «Peninsular» e «Imprensa Lusitana» (AUC, not. Pedro António de Almeida (Paião e Lavos), l.n. nº 270, fls. 8v.-12; ABPC (Agência da Figueira da Foz), *Correspondência. Anos de 1919 a 1925*, doc. de 1 de Abril de 1925).

(603) Ver Luiz da Cunha de Oliveira, *Imprensa clandestina em Coimbra (Apontamento histórico)*, Lisboa, 1958.

(604) Belisário Pimenta, *Uma tipografia ignorada (Em Miranda do Corvo: de 1845 a 1867)*, Coimbra, 1955. Sep. do «Arquivo de Bibliografia Portuguesa», ano I, nº 3.

(605) Cf. *infra*, Quadro XXIII.

centro foi o aglomerado urbano de Coimbra, onde funções relativas ao ensino e à cultura — particularmente no âmbito da Universidade —, à administração (606) e à imprensa periódica (607) — intensificavam a procura dos respectivos trabalhos gráficos. A dita concentração era atestada, desde longa data, pela fundação de grande número de imprensas (51, desde o século XVI até 1868) (608) e pela própria distribuição dos artífices gráficos (compositores, impressores, encadernadores e litógrafos) do distrito de Coimbra, pois de um total de 83 em 1861, localizavam-se em Coimbra 81 e, na Figueira da Foz, 2 (609). No período focado registaram-se algumas alterações na indústria gráfica da área. Focaremos as mais significativas, atinentes à *estrutura empresarial*, à *tecnologia* e à *Imprensa da Universidade*.

Quanto à *estrutura empresarial*, uma das características mais salientes da actividade gráfica, ao longo de todo o período, foi a profusão de unidades, a maioria das quais de pequenas dimensões. Esta particularidade não era, aliás, exclusiva da área em foco, pois ainda em 1934 existiam cerca de 500 tipografias no continente, ilhas e colónias (610). Como grande número

(606) Às funções inerentes a uma importante sede concelhia e distrital, acrescentavam-se as de um centro escolar de primeiro plano.

(607) Fernando Pinto Loureiro, *Jornais e revistas do distrito de Coimbra*, ed. act. e ampl. por A. Carneiro da Silva, Coimbra, 1947, pp. 7-138 (131 das 180 pp. dedicadas ao distrito referem-se a Coimbra). Em 1872, por exemplo, publicavam-se em Coimbra 11 jornais e revistas (*O Conimbricense*, nº 2594, de 4 de Junho de 1872).

(608) Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, Coimbra, 1868, pp. 277-418.

(609) F.T. da Silva, *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, pp. 19 e 48.

(610) Manuel Canhão, *Os caracteres de imprensa e a sua evolução histórica, artística e económica em Portugal*, Lisboa-Porto-Coimbra, 1941, p. 85. A propósito, escrevia-se então: «Muito disseminada e muito à vontade [a indústria gráfica], tôdos se julgam na posse das qualidades precisas para ser industrial» (Adolfo de Mendonça, *Ligeiras observações àcerca da arte e das indústrias gráficas em Portugal*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, p. 321).

daquelas se localizava em Lisboa e no Porto (611), qual o papel da área coimbrã, sob este ponto de vista?

Em 1884 eram assinaladas em Coimbra 10 tipografias (612), número que se elevaria a dezena e meia no decénio imediato (613). Este quantitativo não viria a sofrer alteração sensível nas duas primeiras décadas do século XX (614). No final dos anos 20, contudo, as unidades gráficas (incluindo tipografias, litografias e encadernações) do distrito totalizavam 36, das quais 25 se concentravam em Coimbra e 6 na Figueira da Foz (615). Como nelas laboravam somente 202 operários, a dimensão média dos estabelecimentos continuava a ser pequena (5-6 indivíduos por unidade) (616), na sequência do que já acontecia no final de Oitocentos (617). Porém, ia-se introduzindo no ramo uma certa modernização, através da *formação de várias sociedades* (Quadro XXIII). Se este facto não constituiu inovação nos anos 20 — pois já se vinha verificando, uma ou outra vez, desde 1874 (618) —, o número de sociedades fundadas (7, de 1920 a 1922) e o capi-

(611) A avaliar pelo que sucedia em 1919, quando naqueles dois centros urbanos se aglomeravam 180 (72%) das 250 tipografias e litografias nacionais (J. de C. Pereira, *Portugal industrial*, p. 159).

(612) *O Conimbricense*, nº 3860, de 16 de Agosto de 1884. Ver também *Exposição Districtal de Coimbra em 1884*, p. 37, donde constam as 7 principais imprensas de Coimbra no mesmo ano.

(613) *O Conimbricense*, nº 4733 e 6130, respectivamente de 14 de Janeiro de 1893 e de 8 de Setembro de 1906.

(614) Em 1917 contavam-se: no concelho de Coimbra, 13 tipografias, 1 tipografia e encadernação e 5 encadernações; no concelho da Lousã, 1 tipografia (*Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 116, pp. 66-67).

(615) As restantes situavam-se em Arganil, Cantanhede, Lousã, Penacova e Soure (*Registo do trabalho nacional*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 150, pp. 40-41).

(616) *Idem*, pp. 100-101.

(617) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 377-382.

(618) Cf. Quadro XXIII.

QUADRO XXIII
ARTES GRÁFICAS (1874-1922)

LOCALIZAÇÃO		FIRMA	DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE	CAPITAL SOCIAL (CONTOS)	FONTE
CONCELHO	POVOAÇÃO				
Coimbra	Coimbra	Elisário Casal & C ^a	24.3.1874	3	(1)
"	"	Lopes & C ^a (Tipografia Moderna)	8.5.1912	0,4	(2)
"	"	Neves & Vieira	6.9.1913	0,6	(3)
"	"	Santos & C ^a (Tipografia Lilerária)	17.10.1914	0,6	(4)
"	"	Gráfica Conimbricense, Ld ^a	30.7.1920	40	(5)
"	"	Coimbra Editora, Ld ^a	7.8.1920	220	(6)
"	"	Artur, Moura, Mousinho & C ^a (Casa Minerva) (a)	7.3.1922	60	(7)
"	"	Abílio Severo, Sucessores (b)	23.5.1922	6,9	(8)
"	"	Ferreira & Serra	27.10.1922	6	(9)
Lousã	Lousã	Nova Imprensa Industrial Lousanense, Ld ^a	29.5.1920	35	(10)
Penacova	Lorvão	Empresa Industrial de Lorvão, Ld ^a (c)	21.1.1922	30	(11)
Total		11		402,5	
Média				36,59	

(a) Tipografia e comércio de papelaria

(b) Encadernação

(c) Tipografia e comércio de calçado.

FONTES:

- (1) AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), In. n.º 16, fls. 47-48.
- (2) AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), In. n.º 173, fls. 1v.-3.
- (3) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), In. n.º 132, fls. 90-91v.
- (4) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), In. n.º 32, fls. 80v.-82.
- (5) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), In. n.º 16, fls. 6-12.
- (6) AUC, *idem*, In. n.º 16, fls. 18-26.
- (7) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), In. n.º 52-B, fls. 30v.-35v.
- (8) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), In. n.º 32, fls. 59-61.
- (9) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), In. n.º 202, fls. 1-2v.
- (10) AUC, not. Pedro Mascarenhas de Lemos (Lousã), In. n.º 40, fls. 45-48v.
- (11) AUC, not. José Augusto Monteiro Júnior (Penacova), In. n.º 38, fls. 8-13.

tal social das mesmas (no total de 397,9 contos, média de 56,8 contos, contra a média geral de 36,5 contos em todo o período) revelam ter-se entrado numa fase de expansão (619). Com efeito, foi nesse período do pós-guerra que, paralelamente ao aparecimento de algumas empresas mal dimensionadas e deficientemente alicerçadas — *e, ipso facto*, condenadas ao fracasso a

- (619) A uma conjuntura interna favorável ao investimento — como frequentemente temos notado ao longo deste trabalho, no que se refere a outros ramos —, juntou-se a agressividade dos agentes de vendedores estrangeiros de material gráfico — sobretudo alemães —, desejosos de colocar, no mercado português, os seus artigos (cf. Diniz Bordalo Pinheiro, *Alguns pontos de vista sobre artes gráficas*, in «Congresso da União Nacional», vol. VI, p. 333).

curto ou a médio prazo —, surgiram outras, cujo futuro se viria a revelar promissor e que ainda continuam a dar o seu valioso contributo à indústria gráfica da área em estudo (620). Entra-se assim numa nova fase, caracterizada não só por um determinado grau de concentração de capital — humano e monetário — e de tecnologia, como também pela acumulação (na mesma empresa) das *funções gráficas, editoriais e comerciais*, na linha do que já se iniciara nos fins do século XIX (621).

A *tecnologia* tem sido um dos aspectos da indústria gráfica coimbrã menos estudado. O assunto ou não é focado ou, quando o é, nem sempre se apresenta isento de erros, chegando mesmo a exagerar-se consideravelmente o atraso tecnológico do ramo gráfico em Coimbra (622). Assim, o tema merece mais alguma atenção, já pela sua importância específica, já pelas suas interconexões com outros factores. Trata-se, afinal, de procurar responder às seguintes questões: quais os reflexos da industrialização nas tradicionais artes gráficas? Quais as implicações da adopção da componente mecânica na mão-de-obra, na produtividade e na própria concorrência com outros centros? A escassez das fontes não nos permite desenvolver convenientemente este assunto. Contudo, vejamos algo do que apurámos relativamente à *Imprensa da Universidade de Coimbra*, cuja importância, pelo trabalho produzido (623), pela acção pedagógica desenvolvi-

(620) Referimo-nos particularmente à *Coimbra Editora, Ld.^a* e à *Gráfica Conimbricense, Ld.^a* (cf. Quadro XXIII).

(621) Ver José Pinto Loureiro, *Livreiros e livrarias de Coimbra do século XVI ao século XX*, Coimbra, 1954, pp. 91 e 103. Sep. do «Arquivo Coimbrão», vol. XII.

(622) Foi o que fez José Pinto Loureiro, ao escrever: «Até então [1920, data da fundação da Coimbra Editora, Ld.^a], tudo se imprimia em prelos manuais ou em máquinas movidas pelo braço do homem, exigindo um pesado esforço, e dando insignificante rendimento» (J.P. Loureiro, *op. cit.*, p. 97, nota 1). O autor referia-se a máquinas movidas a energia eléctrica, mas outras formas de energia não humana haviam sido aproveitadas para o efeito, como veremos.

(623) Entre muitas outras obras saídas dos prelos da Imprensa da Universidade, ver as referenciadas em: Antonio Maria Seabra d'Albuquerque, *Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra nos annos de 1872 e 1873 [e nos] Annos 1880 a 1883*, 2 vols., Coimbra, 1874-1885; *A Imprensa da Universidade de Coimbra na Exposição do Livro Português em Madrid (Junho de 1928)*,

da (624) e pela mão-de-obra ocupada (cerca de 50% de todo o pessoal gráfico conimbricense, até aos inícios dos anos 20) (625) bem merece ser realçada (626).

Um quarto de século após a introdução de prelos mecânicos na Imprensa Nacional de Lisboa (627), a Imprensa da Universidade adquire, em

Coimbra, 1928; José Antunes, *Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra*, in «Revista de História das Ideias», vol. IV, t. II, 1982, Quadro entre as pp. 160 e 161.

- (624) De facto, foi de grande mérito o trabalho das escolas de composição e de impressão da Imprensa da Universidade. Nesta se encontravam «dos melhores operários-tipógrafos de Coimbra e do País» (José Ramos Bandeira, *Universidade de Coimbra. Edifícios do núcleo central e casa dos Melos*, vol. II, Coimbra, 1947, p. 51). A acção da dita escola sobressai ainda mais, se se tiverem em consideração as extraordinárias carências que se verificavam, em Portugal, no ensino das artes gráficas (cf. Luiz Moita, *A Escola Profissional de Tipografia de Bruxelas e o ensino técnico dos gráficos em Portugal*, Lisboa, 1938, pp. 56, 67-71 e 75-94).
- (625) A aludida percentagem, já verificável na última década do século XIX (*Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 377-379), continuava a sê-lo em 1917, visto dos 104 gráficos do concelho de Coimbra, 45 trabalharem na Imprensa da Universidade (*Estatística industrial, cit.*, pp. 66-67; BGUC (SM), *FIU, Receita e despesa. Documentos*, n.º 104, 1916-1917, «Relação das férias na semana finda em 27 de Janeiro de 1917»).
- (626) Enquanto não dispomos da monografia que a Imprensa da Universidade e os seus obreiros tão justamente mereciam, podem ver-se as seguintes achegas: J. Antunes, *art. cit.*, e bibliografia indicada na p. 145, nota 3; *A Imprensa da Universidade*, in «O Instituto», vol. XL, 1893, pp. 448-461; Prudêncio Quintino Garcia, *Documentos para as biografias dos artistas de Coimbra*, Coimbra, 1923, pp. 261-262; Jorge Peixoto, *A Imprensa da Universidade de Coimbra e a acção de Joaquim de Carvalho*, in «Arquivo de História e Bibliografia», 1923-1926, vol. I (publ. em 1976), pp. XV-LX e, especialmente, pp. XXXVI-LX.
- (627) O primeiro prelo mecânico para a Imprensa Nacional e, simultaneamente, o primeiro a funcionar em Lisboa foi adquirido em 1842, encontrando-se em 1894 já

Paris, duas prensas mecânicas, designadamente a «Universal» (1867) e a «Indispensável» (1869) (628). Pouco depois (1871), o administrador da Imprensa da Universidade, Olímpio Nicolau Rui Fernandes, solicita autorização ao Reitor da Universidade para adquirir outra máquina «Indispensável» ou um prelo vertical, sistema americano, a fim de poder tornar efectiva a venda de um prelo antigo a uma empresa jornalística local (629). Entretanto, alguns dos antigos prelos manuais continuavam a ser utilizados, decerto em tiragens mais reduzidas, tendo-se até adquirido (1885) em Paris um novo prelo manual, por 1 041\$096 (630). Finalmente, em 1905 novo passo foi dado no sentido da mecanização, em virtude de ter sido adquirido um motor a gás, de 4 CV, destinado a accionar quatro máquinas tipográficas, ou seja, quatro dos prelos até então manuais (631).

Em síntese: a Imprensa da Universidade de Coimbra ficou equipada com *impressão mecânica* — certamente a vapor — desde 1867 e, também a gás, desde 1905. É possível que mais tarde — anos 20 — a própria energia eléctrica fosse utilizada para o efeito. Porém, sobre o assunto, bem como sobre a mecanização da composição (632) — através do sistema monotype ou linotype (633) — não encontramos quaisquer referências.

dois instalados (José Vitorino Ribeiro, *A Imprensa Nacional de Lisboa. Apontamentos e subsídios para a sua história*, Lisboa, 1912, pp. 79 e 82; Ramiro Farinha, *Imprensa Nacional de Lisboa. Sinopse da sua história*, Lisboa, 1969, p. 42).

(628) BGU (SM), *FIU, Receita e despesa. Documentos*, nº 51, 1866-1867 (fl. de despesa do mês de Março de 1867) e nº 54, 1869-1870 (fl. de despesa do mês de Agosto de 1869).

(629) BGUC (SM), *idem*, nº 56, 1871-1872, «Mês de Dezembro de 1871».

(630) BGUC (SM), *idem*, nº 70, 1885-1886, «Setembro de 1885».

(631) BGUC (SM), *idem*, nº 89, 1904-1905, «Mês de Março» e nº 90, 1905-1906, «Janeiro de 1906».

(632) A Imprensa Nacional de Lisboa, por sua vez, adquiriu, em 1912, a primeira máquina de compor e três marginadores automáticos (R. Farinha, *Imprensa Nacional de Lisboa*, p. 58; J.V. Ribeiro, *A Imprensa Nacional de Lisboa*, p. 171).

(633) Cf. M. Daumas (dir.), *Histoire générale des techniques*, t. V: *Les techniques de la civilisation industrielle*, Paris, 1979, pp. 158-162.

Com a progressiva utilização da impressão mecânica, a Imprensa da Universidade aumentou a produtividade, mantendo ao serviço um número relativamente baixo de impressores (22 a 36% do pessoal tipográfico). Inversamente, o número de compositores manter-se-ia relativamente alto (64 a 78% do referido pessoal), durante todo o período estudado (634). Estas percentagens, não obstante estarem de acordo com as registadas, por exemplo, em França na primeira fase da industrialização gráfica (635), revelam o lento desenvolvimento tecnológico verificado na composição, que provavelmente não passou da sua fase manual na Imprensa da Universidade, até ao final do período em causa. Este relativo desfazamento tecnológico, quer em relação à Imprensa Nacional de Lisboa, quer em relação às novas empresas criadas em Coimbra (636), os diversos interesses ligados a estas e ainda motivos de ordem política (637) terão levado à extinção da Imprensa da Universidade (1934) (638). Esta medida, quiçá defensável de uma perspectiva centralizadora, constituiu mais um rude golpe para Coimbra e sua área, o qual, durante meio século, ainda não foi devidamente expiado.

4. Abastecimento de água, gás e electricidade

Estas actividades, de utilidade pública, são frequentemente negligen-

(634) BGUC (SM), *FIU, Receita e despesa. Documentos* (maços relativos a 1867-1927; percentagens dos anos intercalares terminados em 7, relativos àquele período).

(635) Frédéric Barbier, *Les ouvriers du livre et la révolution industrielle en France au XIXème siècle*, in «Revue du Nord», t. LXIII, nº 248, 1981, pp. 193-194.

(636) Cf. *supra*, nota 620.

(637) Para J. Peixoto, foram exclusivamente de ordem política as razões de extinção da Imprensa da Universidade (Jorge Peixoto, *A Imprensa da Universidade* [...], cit., p. XLVII; *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré, chefe das oficinas da Imprensa da Universidade de Coimbra*, Paris, 1980, p. 1).

(638) Decreto nº 24 124, de 30 de Junho de 1934 (extinção) e Decreto nº 24 440, de 29 de Agosto de 1934 (destino do pessoal e do respectivo equipamento) (*Colecção oficial de legislação portuguesa. Publicada no ano de 1934, 1.º semestre* Lisboa, 1942, p. 1 008; *idem, 2.º semestre*, 1943, pp. 327-328).

ciadas em estudos sobre a indústria, em especial a primeira (639). Todavia, como elas se relacionam intimamente com o crescimento demográfico, o urbanismo e a industrialização dos outros ramos da indústria, da agricultura e dos transportes (640), dedicar-lhes-emos algumas páginas.

O sistema de abastecimento de água (canalizada) a Coimbra, cuja execução foi adjudicada a Eugène Béraud em 1888, por 83 700\$000 réis (641), viria a entrar em funcionamento em 1889 (642). Esta medida e a implantação da rede de esgotos e saneamento, na última década do século XIX (643), foram de excepcional importância, contribuindo decisivamente para a modernização do centro urbano coimbrão.

O sistema inicial era composto por duas câmaras de captação de água no rio Mondego, uma estação elevatória na área do actual Parque Dr. Manuel Braga e dois reservatórios, localizados respectivamente no Jardim Botânico e na Cumeada, e pela rede de distribuição. A bomba de aspiração e propulsão era accionada por dois motores a vapor, de 60 CV cada um (644).

O abastecimento de água foi projectado para uma população de 16 000 habitantes, correspondendo a cada um daqueles o consumo máximo de 100

(639) Stefano Fenoaltea, *The Growth of the Utilities Industries in Italy, 1861-1913*, in «The Journal of Economic History», vol. XLII, nº 3, 1982, p. 601.

(640) Trata-se, afinal, das relações entre o «capital fixo social» e as «actividades directamente produtivas», analisadas por Albert O. Hirschman, *Estratégia do desenvolvimento económico* (trad. do inglês), Rio de Janeiro, 1961, pp. 131-151.

(641) *Anais do Município de Coimbra. 1870-1889*, Coimbra, 1937, p. 259; *O Conimbricense*, nº 4212, de 7 de Janeiro de 1888.

(642) Anomalias diversas nas instalações fizeram com que o abastecimento de água, iniciado em começos de 1889 (*O Conimbricense*, nº 4325, de 9 de Fevereiro de 1889), tivesse enfrentado diversos obstáculos até final do ano seguinte (*Anais do Município de Coimbra, cit.*, pp. 281-291, 294-297 e 300-301).

(643) Sobre esgotos e saneamento de Coimbra ver projectos e outros elementos na «Revista de Obras Públicas e Minas», t. XXIV, nºs 277-278, 1893, pp. 18-47; 279-280, pp. 73-103; e 281-282, pp. 161-217; *Diário do Governo*, nº 22, de 29 de Janeiro de 1891, pp. 213-215.

(644) José Cid, *Coimbra. Demographia e hygiene*, parte II, Coimbra, 1902, pp. 143-145.

l/dia, ou seja, um total de 1 600 m³ (645). A despeito de, até certa altura, o consumo de água *per capita* ter sido bastante inferior ao máximo indicado (646), o abastecimento ir-se-ia em breve tornar insuficiente, devido sobretudo ao crescimento demográfico e ao alargamento da área urbana. A acção destes factores foi agravada pela «desactualização» dos dados estatísticos (647) e pelo facto de só se terem considerado as quatro freguesias urbanas (Santa Cruz, S. Bartolomeu, Sé Velha e Sé Nova). Com efeito, enquanto a população destas, entre 1890 e 1920, passaria de 17 329 para 20 841 (+20,26%), a população total de Coimbra, incluindo as duas freguesias então suburbanas — Santa Clara e Santo António dos Olivais —, cresceria de 23 487 para 30 010 (+27,77%) (648). De forma global, pode dizer-se que em três décadas (1890-1920), a população coimbrã a abastecer de água subiu cerca de 87,56% (de 16 000 para 30 010) ou aproximadamente 147,79% (de 16 000 para 39 647), incluindo o decénio seguinte (649). Nestas circunstâncias, que medidas foram levadas a cabo, para que o abastecimento de água pudesse responder cabalmente às crescentes exigências da procura?

Quanto aos *reservatórios*, aos dois já mencionados (do Jardim Botânico e da Cumeada, cuja capacidade totalizava 8-9 milhões de litros) (650),

(645) *Projecto de esgoto e saneamento da cidade de Coimbra*, in «Revista de Obras Publicas e Minas», t. XXIV, n.ºs 277-278, 1893, p. 39; n.ºs 281-282, p. 169.

(646) Em 1899 e 1900 o consumo de água por habitante/dia ainda foi apenas de 33,5 l (J. Cid, *op. cit.*, p. 160).

(647) Os projectos de abastecimento de água a Coimbra foram elaborados com base nos dados disponíveis do último censo da população (1878), segundo o qual a população urbana coimbrã era de 13 369 habitantes. Porém, de acordo com o censo imediato (1890), cuja realização coincidiu com o início do abastecimento de água, aquele número subia já a 17 329 (cf. Armando Carneiro da Silva, *Evolução populacional coimbrã*, in «Arquivo Coimbrão», vol. XXIII, 1968, pp. 272 e 276).

(648) A.C. da Silva, *op. cit.*, pp. 276 e 281.

(649) A.C. da Silva, *idem*, p. 281.

(650) A capacidade do primeiro era de 3 milhões de litros, ao passo que a do segundo era de 5 (cf. fonte cit. na nota seguinte) ou 6 milhões de litros (J. Cid, *op. cit.*, p. 144).

acrescentou-se o dos Olivais, com a capacidade de 1 milhão e 500 mil litros. Sobre a *canalização*, escrevia-se em 1926: «É ela hoje o resultado do trabalho de cerca de 40 anos, que todos os anos tem sofrido aumentos e melhoramentos, principalmente nestes últimos» (651). A sua extensão era, em 1920, de aproximadamente 26,5 km (652).

Ainda que a sua exploração apresentasse frequentemente saldos positivos (média de 6368\$14, nos anos de 1916 a 1919) (653), o sistema de abastecimento de água a Coimbra revelava grandes insuficiências, particularmente no que se referia à *capacidade de elevação*. Por tal motivo, urgia substituir as antigas (datavam de 1888) e antieconómicas bombas a vapor «Nillus», que somente elevavam 180 m³ de água por hora (654). As dificuldades no abastecimento de água avolumaram-se na primeira quinzena de Julho de 1924, devido a rupturas na canalização, ao aumento do consumo e ao deflagrar de um incêndio na *Alta coimbrã*, tendo os protestos tomado «um aspecto que chegou a ser alarmante» (655). Estes e outros factos análogos (656) aceleraram o processo de *electrificação do abasteci-*

(651) BAMC, *Correspondência*. 1926, A-E, «Camaras Municipais».

(652) AGCGD, pasta 868, «Operação de crédito público, 99. Empréstimo de 1 500 000\$00 feito à Câmara Municipal de Coimbra, por contrato de 8 de Abril de 1921», ofício de 7 de Setembro de 1921.

(653) AGCGD, *ibidem*, ofício de 28 de Junho de 1920.

(654) AGCGD, *ibidem*, «Certidão da Conservatória do Registo Predial de Coimbra», datada de 25 de Março de 1921; AGCGD, pasta 867, «Operação de crédito público. Empréstimo de 800 000\$00 feito à Câmara Municipal de Coimbra, por contrato de 28 de Maio de 1923».

(655) AGCGD, pasta 867, *idem*, ofício da Câmara-Serviços Municipalizados de Coimbra, datado de 4 de Agosto de 1924. O referido incêndio deflagrou (14 de Julho de 1924) na Padaria Progresso, de Neto & Irmão, Ld^ª, situada na Rua do Cotovelo (cf. J. Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 266-267): Das proporções que atingiu e do descontentamento da população, devido à falta de água, dá conta a imprensa local (*Gazeta de Coimbra*, n.º 1 620, de 15 de Julho de 1924; *O Despertar*, n.º 748, de 16 de Julho de 1924; *Correio de Coimbra*, n.º 116, de 19 de Julho de 1924).

(656) Cf. *Anais do Município de Coimbra. 1920-1939*. Nota preambular e síntese por Armando Carneiro da Silva, 1971, pp. 109-110 e 115.

mento de água. Assim, logo em Fevereiro de 1925 foram encomendadas (por 1 600 libras) as bombas eléctricas de elevação de água (657), que entrariam em funcionamento no mês de Novembro do dito ano (658).

Com a electrificação (1925), introduziu-se um importante melhoramento no sistema de abastecimento de água a Coimbra, cuja capacidade quase triplicou, tendo saltado, entre 1923 e 1926, de 180m³/hora (659) para 500 m³/hora (660). Graças a esta inovação, o referido abastecimento alcançou até um certo prestígio fora da respectiva área, como se infere do facto de a Câmara Municipal de Peso da Régua, ao pretender reforçar o abastecimento de água à vila com água do rio Douro, ter solicitado (1926) informações sobre o assunto à Câmara Municipal de Coimbra, as quais lhe foram prontamente remetidas (661). Também neste caso — como vulgarmente acontece quando se introduzem inovações tecnológicas —, o preço do produto desceu (662), passando a água a ser fornecida a 2\$50 e não a 3\$00/m³, como anteriormente (663).

Entre a actual iluminação eléctrica e a obsoleta iluminação a azeite, coube à *iluminação a gás* um papel de nítido progresso. Por meados do

(657) A parte hidráulica foi adjudicada à casa Borsig & C^a, de Berlim, e a parte eléctrica à Sociedade de Browen & C^a, de Zurique (*Anais do Município de Coimbra*, cit., p. 122).

(658) *Idem*, p. 141.

(659) Cf. *supra*, nota 654.

(660) BAMC, *Correspondência*, 1926, A-E, «Câmaras Municipais».

(661) Ao ofício de 24 de Agosto de 1926, foi dada resposta em 1 de Setembro seguinte (*ibidem*). Sobre o abastecimento de água a Coimbra, ver também J.M. Amado Mendes, *Subsídios para a arqueologia industrial de Coimbra*, pp. 25-27.

(662) Tal como sucedera, em Portugal, ao preço de alguns artigos industriais entre 1834 e 1850 e, particularmente, na década de 1840-50 (cf. Armando de Castro, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, 3^a ed., Porto, 1976, pp. 40-41).

(663) Deliberação da comissão administrativa dos Serviços Municipalizados de Coimbra, comunicada na sessão extraordinária do Senado Municipal de 28 de Dezembro de 1925 (*Anais do Município de Coimbra. 1920-1939*, p. 146).

século XIX, grandes centros urbanos como Barcelona (1842) (664) e Lisboa (1848) (665), entre muitos outros (666), inauguraram a iluminação pública a gás. Um tanto surpreendentemente — pelo contraste com o que se passava em alguns outros domínios —, Coimbra não esperaria muito tempo por este tipo de iluminação, que foi festivamente inaugurado em 1 de Outubro de 1856, passando a substituir a iluminação a azeite (667). Para a produção e distribuição do gás, foram instalados naquele aglomerado urbano uma fábrica, a canalização e os respectivos candeeiros.

A *Fábrica do Gás* foi construída junto à extremidade sul da Rua de Fora de Portas (Rua da Figueira da Foz, a partir de 1903) (668), onde desde o final dos anos 20 se localizaria a *remise* dos carros eléctricos (669). No edifício, de estilo normando, foi montado o sistema «já reconhecido e adoptado pelos principaes estabelecimentos da Europa», do qual faziam parte 25 retortas de barro refractário, sobre 5 fornalhas também de tijolo refractário. Das retortas, 5 ficavam de reserva, pois as 20 restantes forneciam gás suficiente para alimentar 250 luzes públicas e 2 500 particulares (670).

Na impossibilidade de seguirmos, em pormenor, a evolução das instalações e do equipamento da Fábrica de Gás nos 67 anos da sua existência

(664) Pedro Voltes Bou, *Historia de la empresa española. La evolución empresarial dentro de la economía española*, Barcelona, 1979, p. 363.

(665) P. Nolasco da Silva, *Indústria do Gás*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 7.7, Lisboa, 1957, p. 3.

(666) Ver Pierre Cayez, *L'industrialisation lyonnayse au XIXème siècle. Du grand commerce à la grande industrie*, vol. I, Lille, 1979, p. 422 (Tese, policopiada).

(667) *Anais do Município de Coimbra. 1840-1869*, Nota preambular, síntese e índices por Armando Carneiro da Silva, Coimbra, 1972-1973, pp. XV e XXXIII.

(668) J. Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 366-367.

(669) AGCGD, pasta 868, «Operação de crédito público. Empréstimo de 6 000 000\$00 à Câmara Municipal de Coimbra, por contrato de 9 de Março de 1927».

(670) *O Conimbricense*, nº 282, de 7 de Outubro de 1856. Ver outros elementos em Augusto Mendes Simões de Castro, *Guia historico do viajante em Coimbra e arredores (com gravuras)*, 2ª ed., Coimbra, 1880, p. 78.

(1856-1923) (671), analisemos alguns dados relativos ao seu último período de funcionamento. Além da área do terreno onde se encontrava, temos referência a novos materiais de construção, nomeadamente *cimento armado, telha de Marselha e ferro fundido*. O número de retortas era agora de 45, quase duplicando em relação ao número inicial, e a chaminé de tijolo, de secção circular, media 30 m de altura. São ainda mencionados um motor a gás, de 3 CV, e uma máquina a vapor de 4 CV (672). Como se verifica pelo exposto, tratava-se de um equipamento modesto, insuficiente para dar resposta cabal — em quantidade e a baixo preço — às novas necessidades de consumo de gás (iluminação e força motriz).

A *canalização do gás*, por seu lado, foi-se expandindo à medida que a área do aglomerado urbano se dilatava e as múltiplas necessidades aumentavam. Assim, em 1897 ela chegava a Santa Clara, à fábrica de lanifícios de Peig, Planas & C^a (673); em 1905 foi celebrado um contrato com a Empresa Industrial Portuguesa (Lisboa), destinado ao fornecimento de material para a canalização a gás nas ruas Antero de Quental, do Cerco dos Jesuítas

(671) A Fábrica do Gás de Coimbra terá deixado de laborar em Dezembro de 1923. De facto, como já se encontrava encerrada em 29 de Dezembro daquele ano, é de presumir que o encerramento se tivesse verificado em data recente pois, como estava previsto, ela só trabalhava até à inauguração, no todo ou em parte, da luz eléctrica. Ora a dita inauguração foi anunciada na sessão da Câmara Municipal de 20 do mesmo mês (AGCGD, pasta 867, «Operação de Crédito público. Empréstimo de 800 000\$00 feito à Câmara Municipal de Coimbra, por contrato de 28 de Maio de 1923», ofício de 29 de Dezembro de 1923; *Anais do Município de Coimbra. 1920-1930*, p. 88). Anteriormente (1916), haviam-se já iluminado com luz eléctrica as Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, aproveitando a energia da tracção eléctrica (*Anais do Município de Coimbra. 1904-1909*, p. 249).

(672) AGCGD, pasta 868, «Operação de crédito público. Empréstimo de 1 500 000\$00 feito à Câmara Municipal de Coimbra, por contrato de 8 de Abril de 1921», «Certidão da Conservatória do Registo Predial» (Coimbra), datada de 25 de Março de 1921.

(673) *O Conimbricense*, nº 5202, de 4 de Setembro de 1897.

(mais tarde Rua P.e António Vieira) (674), Casa do Sal e Estação Velha (675); por último, em 1911 trabalhava-se na canalização do gás da ala esquerda da Avenida Sá da Bandeira (676).

Acerca do número de *candeeiros* na via pública e de *bicos* em casas particulares, os dados são mais escassos (677). No entanto, a avaliar pelas reclamações, a iluminação a gás não agradava totalmente à população, tanto do ponto de vista do número de candeeiros e de bicos como da qualidade da luz emitida (678)

Relativamente à entidade exploradora da indústria do gás, destacaram-se três períodos. No primeiro (1854-1856), fundamentalmente de instalação do sistema, esteve a cargo do súbdito inglês, Hardy Hislop, então já concessionário do mesmo tipo de iluminação na cidade do Porto (679). No segundo (1856-1904), foi a vez da Companhia Conimbricense de Ilumina-

(674) A qual teve ainda a designação de Rua Emídio Garcia e Rua Abílio Roque (J.P. Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. I, pp. 106-108).

(675) BAMC, *Arrematações e arrendamentos*, XXV, 1904-1906, fl. 99.

(676) A Associação Comercial de Coimbra solicitava à Câmara Municipal para, no caso de a canalização da referida ala não estar concluída, a canalização para a nova sede — a inaugurar em 1 de Janeiro de 1912 — se fazer a partir da ala direita (AACIC, *Registo de officios e telegrammas da Direcção da Associação Commercial de Coimbra*, fl. 87, officio de 27 de Novembro de 1911).

(677) Os primeiros eram, em 10 de Janeiro de 1866, em número de 216, tendo-se instalado mais algumas dúzias até 1870, Os segundos contavam-se então por milhares, de acordo com A. Carneiro da Silva (*Anais da Municipio de Coimbra. 1840-1869*, pp. XXIV e 436).

(678) *Idem*, pp. 314, 361, 366, 380, 395, 409 e 421.

(679) *Idem*, p. XXIII. Inicialmente, também na Figueira da Foz estiveram ingleses ligados à indústria do gás — assim como ao abastecimento de água —, através de Thomas Nesham Kirkham Carlos Hersey (contrato de 18 de Dezembro de 1886, aprovado por Lei de 3 de Novembro de 1887) e da «The Anglo-Portuguese Water Company, Limited», por contrato de 17 de Agosto de 1887 (BPAMFF, «Bases para a novação [sic] do contrato da iluminação a gaz da cidade da Figueira da Foz»; *Collecção official da legislação portugueza. Anno de 1887*, Lisboa, 1888, pp. 539-549).

ção a Gaz (680). No terceiro (1904-1923) (681), ocupou-se da dita exploração a Câmara Municipal de Coimbra.

A *municipalização da iluminação a gás* (1904) — como a do abastecimento de água e dos transportes urbanos — era encarada por muitos com simpatia, visto estar de harmonia com certa tendência então em voga (682). Alguns anos depois, lê-se num relatório do presidente da Câmara de Coimbra, Doutor Marnoco e Sousa: «Para manter o serviço de iluminação pública no estado actual, a Câmara teria de pagar 8.649\$000 réis à Companhia do Gás, se não houvesse a municipalização deste serviço, quando agora depende [sic] unicamente 4.529\$476 réis em juros e amortizações com o respectivo empréstimo, ou quási metade daquela verba [...]. É por isso que a *municipalização da iluminação representa um grande serviço prestado a Coimbra* e que glorifica o seu autor, Dr. Dias da Silva, tão modesto, mas tão sabedor e trabalhador» (683). Todavia, maus tempos se avizinhavam para a indústria do gás. A I Grande Guerra fez aumentar substancialmente o preço do combustível (carvão) (684), motivo pelo qual o serviço do gás geralmente

(680) Decreto de 27 de Setembro de 1856 e alvará de 12 de Novembro do mesmo ano.

(681) O contrato de transferência da exploração em causa, da Companhia de Iluminação a Gaz para a Câmara Municipal, efectuou-se em 30 de Setembro de 1904 (*O Conimbricense*, nº 5931, de 1 de Outubro de 1904).

(682) Cf. B.J. McCormick, *Industrial relations in the Coal Industry*, Londres, 1979, p. 55. Sobre os primórdios da municipalização dos transportes urbanos na Grã-Bretanha (cidade de Glasgow), ver John P. McKay, *Tramways and Trolleys. The Rise of Urban Mass Transport in Europe*, Princeton-New Jersey, 1976, pp. 173-184.

(683) *Anais do Município de Coimbra. 1904-1919*, p. 77 (sublinhado nosso) O Município de Coimbra era um daqueles em que mais se avançara no respeitante às municipalizações (cf. José d'Almeida Correia, *Economia Política. Apontamentos das lições feitas pelo Sr. Dr. Marnôco e Sousa ao curso jurídico de 1914-1915*, Coimbra, 1914, p. 357; Francisco de Proença de Almeida Garrett, *A indústria e os serviços municipalizados*, in «I Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações», vol. V, Lisboa, 1935, p. 314).

(684) Parte do qual era importado. Por exemplo, nos primeiros 7 meses de 1922, foram adquiridos 189 924 kg. (10 702\$20) de carvão de Cardiff e 234 311 kg.

dava prejuízo, não obstante a frequência com que subia de preço. Como exemplo, vejamos alguns números globais referentes à indústria do gás, entre 1916 e 1919 (685):

	DESPESA	RECEITA	SALDO
1916	143 610\$00	120 076\$79	-23 533\$01
1917	66 917\$48	81 327\$71	+14 410\$23
1918	92 519\$48	83 415\$50	-9 103\$98
1919	88 963\$92	83 644\$55	-5 319\$37

Estes valores contrastam com os relativos aos dos serviços de tracção eléctrica e do abastecimento de água que, nos mesmos anos, registaram sempre saldos positivos, excepto o primeiro, em 1916, que teve um saldo negativo de 1362\$99 (686).

Entretanto, a concorrência do petróleo — na iluminação (687) — e principalmente da energia eléctrica — naquela e na indústria — contribuiu para agravar a já difícil situação da indústria do gás (688). O elevado preço

(14217\$73) do do Cabo Mondego (AGCGD, pasta 867, «Empréstimo de 800 000\$00 [...] contrato de 28 de Maio de 1923». Notar que este, embora de qualidade inferior, era, nesta altura, mais caro (\$060/kg. contra \$056/kg.).

(685) AGCGD, pasta 868, «Operação de crédito público», 99, «Empréstimo de 1 500 000\$00 [...] Contrato de 8 de Abril de 1921», ofício de 28 de Julho de 1920.

(686) AGCGD, *ibidem*.

(687) Após o encerramento da Fábrica do Gás e enquanto não se generalizou o uso da energia eléctrica, 250 candeeiros a petróleo devem ter partilhado com algumas lâmpadas eléctricas a iluminação pública de Coimbra. Dada a coincidência do encerramento da dita Fábrica com a inauguração da energia eléctrica em algumas zonas coimbrãs (cf. *supra*, nota 671), inclinamo-nos para a simultaneidade, num curto período, dos dois tipos de iluminação pública (a petróleo e eléctrica) e não para a exclusividade do primeiro, como se indica nos *Anais do Município de Coimbra. 1920-1939*, p. XXXIX.

(688) O mesmo havia sucedido em França, por exemplo na região leonesa, no final do século XIX (P. Cayez, *op. cit.*, vol. II, p. 887).

do gás para efeitos industriais (689), por um lado, e os condicionalismos a que a sua distribuição estava sujeita (por exigir a respectiva canalização), por outro, fizeram com que o abastecimento da energia eléctrica fosse bastante desejado e aguardado com ansiedade. Sobre o assunto, pode ler-se num relatório remetido (1920) pela Câmara Municipal de Coimbra à administração da Caixa Geral de Depósitos, a fim de fundamentar um pedido de empréstimo: «Não careço sublinhar as grandes vantagens que resultarão para a cidade de Coimbra do fornecimento de energia hidroeléctrica nas suas aplicações citadas. Basta referir que já hoje e na perspectiva [*sic*] da energia eléctrica barata, a planície marginal do Mondego até à Estação Velha se está transformando num centro fabril de primeira ordem» (690).

A expectativa justificava-se inteiramente, pelas inúmeras vantagens resultantes da aplicação da *electricidade* à indústria (691). O seu uso, porém, ultrapassa muito o âmbito industrial, para se reflectir nos mais diversos domínios. Atente-se, por exemplo, nas profundas transformações que a energia eléctrica permitiu introduzir na iluminação (692), nas comuni-

(689) Nos primeiros 7 meses de 1922, o gás fornecido à particulares, para motores, já atingia cerca de 1/3 (9242 m3) do consumido na iluminação particular (29068 m3). Embora o preço daquele (\$78/m3) fosse inferior ao deste (\$99/m3), considerava-se que era ainda bastante elevado (AGCGD, pasta 867, «Empréstimo de 800000\$00 [...]. Contrato de 28 de Maio de 1923»).

(690) AGCGD, pasta 868, «Operação de crédito público, 99, [...], contrato de 8 de Abril de 1921». Sublinhado nosso.

(691) A propósito pode ler-se: «Par sa souplesse et sa commodité, l'électricité transforme l'usine [...] l'électricité fit plus que changer les techniques et le décor de l'usine: elle avait introduit l'énergie à bon marché à l'intérieur de l'entreprise, mais aussi à l'extérieur» (D.S. Landes, *L'Europe technicienne*, p. 395). Ver também I.C.R. Byatt, *The British Electrical Industry, 1875-1914. The Economic Returns to a New Technology*, Oxford, 1979, especialmente, pp. 67-94; Warren D. Devine, Jr., *From Shafts to Wires: Historical Perspective on Electrification*, in «The Journal of Economic History», vol. XLIII, nº 2, 1983, pp. 347-372, em especial pp. 363-368.

(692) Sobre o evoluir da iluminação, ver o sucinto mas interessante artigo ilustrado, de R. Martins, *Da luz do sol à luz eléctrica*, in «Ilustração Portuguesa», vol. II, 1906, pp. 709-712.

cações e nos transportes, na vida doméstica, na agricultura, no comércio e na administração, na difusão da cultura e no próprio lazer (693). As múltiplas utilizações daquela são possíveis graças à combinação das suas duas características fundamentais — a *transmissibilidade* e a *flexibilidade* (694) —, que a colocam entre as mais importantes inovações da Humanidade (695).

No período em estudo, a utilização da electricidade na área de Coimbra circunscreveu-se essencialmente à iluminação, à tracção eléctrica e à força motriz. As primeiras experiências com a *iluminação eléctrica*, na cidade do Mondego, remontam às últimas décadas do século XIX e foram de carácter temporário. Aproveitava-se a realização de grandes acontecimentos, surgindo a iluminação eléctrica como um dos mais fascinantes atractivos. Assim sucedeu nas salas da Exposição Industrial de 1884 (696) e nas Ruas Ferreira Borges, Visconde da Luz e do Corvo, durante as Festas da Rainha Santa Isabel de 1894 (697).

Nas duas primeiras décadas do século XX, algumas outras medidas foram tomadas, mas já de carácter definitivo. Com efeito, iluminaram-se electricamente alguns edifícios — como a fábrica de moagem e massas ali-

(693) Não obstante estarmos no «século da electricidade» (André Lejay, *L'utilisation domestique de l'électricité*, Paris, 1933, p. 9), a historiografia não tem dedicado à «conquista da Terra» pela electricidade a atenção que o tema merece, como já há muito foi salientado (cf. Marc Bloch, *Introdução à História* (trad. do francês), Lisboa, 1965, pp. 61-62).

(694) Pela primeira, entende-se a faculdade de deslocar energia pelo espaço sem grandes perdas. Pela segunda, a faculdade de se converter, com facilidade e bom rendimento, noutras formas de energia: calor, luz e movimento (cf. D.S. Landes, *op. cit.*, p. 387; C. Singer, *et al.*, *A History of Technology*, vol. V, pp. 230-231).

(695) Cf. A.G. Kenwood e A.L. Lougheed, *Technological Diffusion and Industrialisation before 1914*, Londres, 1982, pp. 208-209.

(696) *A Officina*, n.ºs 55 e 57, respectivamente de 18 e 31 de Janeiro de 1884.

(697) BAMC, *Vereações*, n.º 105, fl. 130v.; *O Commercio de Coimbra*, n.º 271, de 12 de Julho de 1894. No ano seguinte (1895), foi instalada uma campanha eléctrica na Imprensa da Universidade de Coimbra (BGUC (SM), *FIU, Receita e despeza*, 80, 1895-1896).

mentícias de Areosa & C^a (1905) (698) e o teatro Sousa Bastos (1919) (699) — e certas vias públicas — Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz (1916) —, a partir, como vimos (700), da instalação destinada à tracção eléctrica. A rede geral da iluminação eléctrica só seria no entanto instalada nos anos 20, mais exactamente em 1923 e anos seguintes (701). Para o efeito, chegaram à Alfândega do Porto, em Julho daquele ano, 81 volumes de material, provenientes da Alemanha (702). No mês de Dezembro imediato, como indicámos, inaugurava-se a iluminação eléctrica em algumas zonas da cidade (703).

Com o difundir da electricidade criaram-se, por indução, diversas empresas especializadas em instalações eléctricas e na transacção dos respectivos artigos. As primeiras a surgir em Coimbra foram:

1911 — Mello, Marques, Paraízos & C^a, com o capital social de 5 contos (704);

1920 — Agra & C^a, Ld^a, com o capital social de 15 contos (705);

1921 — Electro-Conimbricense, Ld^a, com o capital social de 30 contos (706);

(698) *O Conimbricense*, n.º 6053, de 5 de Dezembro de 1905.

(699) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 182-C, fls. 47-48v..

(700) Cf. *supra*, nota 671.

(701) Em Janeiro de 1923 já se trabalhava na ampliação da central eléctrica e na montagem da rede de distribuição (ASMC, *Documentos de despesa. 1923. Mezes de Janeiro e Julho*, «Despesas registadas na 4.ª semana de Janeiro de 1923, do dia 22 ao dia 27»).

(702) *Gazeta de Coimbra*, n.º 1479, de 26 de Julho de 1923.

(703) Cf. *supra*, nota 671.

(704) AUC, not. Alberto de Serpa Cruz (Coimbra), l.n. n.º 121, fls. 9-10v..

(705) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. n.º 232, fls. 88-89v.. No mesmo ano (1920), também a firma A.G. Cunha desejava vender produtos da empresa norte-americana «West Electric Hair Curler, Co.», de Filadélfia (AABPC, *Estrangeiro. Correspondência de particulares*, 1, 1898-1939).

(706) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. n.º 26, fls. 1-5v..

1922 — Electrotécnica de Coimbra, Ld^a, com o capital social de 45 contos (707);

1923 — Cabral, Melich & C^a, Ld^a, com o capital social de 137,5 contos (708).

Como se verifica pelo respectivo capital social, tratava-se de empresas de pequena ou média dimensão, mas certamente aptas a satisfazer em grande parte a procura (709), que seria ainda reduzida na alvorada da electrificação conimbricense (710).

A *tracção eléctrica*, inaugurada em Coimbra em 1911, constituiu outra das importantes aplicações da electricidade, mesmo antes de ter sido instalada a rede de iluminação (711). Voltaremos ao assunto quando, em futuro trabalho, tratarmos dos transportes.

Com o encerramento da Fábrica do Gás (Dezembro de 1923) (712), ficou campo aberto à utilização da *energia eléctrica como força motriz*. Passado um curto período de transição, durante o qual muitas empresas particulares montaram «fontes próprias de energia» (713), os Serviços Muni-

(707) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 52-B, fls. 18-20.

(708) AUC, not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), l.n. nº 45, fls. 14-16v..

(709) Depois de 1919 — electrificação do teatro Sousa Bastos, pela firma Carlos Fuchs, Ld^a, com sede em Lisboa, (cf. *supra*, nota 699) —, raramente se terá recorrido a empresas de fora da área, para instalações eléctricas.

(710) Na própria Grã-Bretanha, no final da I Grande Guerra, o uso doméstico da electricidade, ainda quase só circunscrito à iluminação, não abrangeria mais que 6% do total das casas (Leslie Hannah, *Electricity before Nationalisation. A Study of the Development of the Electricity Supply Industry in Britain to 1948*, Londres, 1979, p. 186).

(711) A municipalização da tracção eléctrica efectuou-se em 1910 e a respectiva inauguração teve lugar em 1 de Janeiro de 1911 (Marnoco e Sousa, *Municipalização da tracção eléctrica em Coimbra*, in «Revista da Universidade de Coimbra», vol. I, 1912, p. 90; *Anais do Município de Coimbra. 1904-1919*, p. 8).

(712) Cf. *supra*, nota 671.

(713) *Anais do Município de Coimbra. 1920-1939*, p. 90.

cipalizados de Coimbra, provavelmente em Abril de 1924, começaram a fornecer electricidade para força motriz (714). Comparando os consumos relativos à iluminação e à força motriz, nos anos de 1925 a 1927, verifica-se ter aquele aumentado (em kwh) 52,19% e este 80,30% (715). Para esta evolução contribuía um certo desenvolvimento industrial então em curso — sobretudo nos ramos da cerâmica, da têxtil, da moagem e das massas alimentícias (716) —, bem como o preço relativamente baixo da energia eléctrica para efeitos industriais, que era cerca de três vezes e meia inferior ao da iluminação (717).

O fornecimento de electricidade suficiente e a baixo preço apenas se tornou possível devido às remodelações efectuadas na central térmica de Coimbra — em 1923 e anos imediatos — e à «hulha branca» (718), de custo

(714) Pelo menos só em 30 de Abril de 1924 surge a diferenciação entre energia eléctrica para iluminação, por um lado, e para força motriz, por outro (ASMC, *Energia eléctrica. 1922-1931*, fl. 8).

(715) No caso da iluminação, a energia consumida passou de 326 013 Kwh (730 189\$35) para 496 162 Kwh (1 023 196\$20); no da força motriz, saltou de 532 757 Kwh (311 512\$05) para 960 607 Kwh (566 816\$00) (ASMC, *idem*, fls. 17-52). Também no Japão, por exemplo, os motores eléctricos tiveram grande difusão a partir de 1920, por serem mais pequenos e baratos (Ryoshin Minami, *Mechanical Power in the Industrialization of Japan*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVII, nº 4, 1977, pp. 946-947 e 951-955).

(716) No ano de 1933, registaram-se os seguintes consumos (em Kwh) nas principais fábricas de Coimbra: Fábricas Triunfo — 373 600; Aníbal de Lima & Irmão — 367 440; Planas & Cª, em C.ta — 316 740; Cerâmicas Lusitânia — 170 255; Fábrica de Cerveja de Coimbra — 77 528; Porcelana de Coimbra — 66 920 (AFL, «Projecto das alterações a introduzir no contrato de 23 de Julho de 1927 e acordos posteriores, entre os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Coimbra e a União Eléctrica Portuguesa»).

(717) Entre 1925 e 1927, o primeiro era, em média, de \$58/Kwh e, o segundo, de 2\$08/Kwh (ASMC, *Energia eléctrica. 1922-1931*, pp. 17-52).

(718) A qual foi assim definida por um autor: «La houille blanche, c'est aujourd'hui l'énergie des eaux courantes, qu'elle provienne des glaciers permanents et des neiges hivernales, ou simplement des torrents de montagne, des lacs et des fleuves» (Henri Cavallés, *La houille blanche*, Paris, 1929, p. 4).

substancialmente inferior ao da energia termoelétrica, utilizada inicialmente (719). Em Julho de 1927, foi adjudicado, à União Elétrica Portuguesa, o fornecimento de energia hidroelétrica aos Serviços Municipalizados de Coimbra, para distribuição (720).

Uma das características dos primeiros períodos da electrificação, em Portugal como noutros países, é a *dispersão*, quanto a unidades produtoras e a redes de distribuição de energia eléctrica (721). No referente à área de Coimbra, aquela característica permanece bem nítida no fim do período em análise, visto ainda existirem então (1928), no distrito conimbricense, 18 centrais, 3 das quais eléctricas e 15 termoeléctricas (722). Assim, os inícios da electrificação nos diversos concelhos da área processaram-se de modo diferente em cada um deles, pelo que, analisado já o de Coimbra, consideremos alguns dos restantes.

Um caso particular, pela sua precocidade, foi a *electrificação da vila de Góis* que, nos termos do respectivo contrato, terá tido início em 1 de

(719) Segundo estimativas referentes à Itália, a energia hidráulica ficava aproximadamente duas vezes mais barata que a energia térmica (S. Fenoaltea, *art. cit.*, p. 615). Daí que, também entre nós, nas primeiras décadas do século XX fossem frequentemente realçadas as vantagens da utilização da energia hidroelétrica (ver, por exemplo, João Alexandre Lopes Galvão, *Indústrias hidro-eléctricas. Conferência realizada a 15 de Março de 1928 na Liga Naval*, Lisboa, 1928, pp. 10-43; Ezequiel de Campos, *A energia de origem hidráulica e térmica. Conferência. Primeiro Congresso do Trabalho, realizado no Porto de 1 a 4 de Julho de 1923*, Porto, 1923, p. 21; *O problema da electricidade para a Região Atlântica de Portugal*, Porto, 1926, pp. 9-50).

(720) *Concurso para o fornecimento de energia eléctrica. Exposição e documentos que lhe dizem respeito*, Coimbra, 1927; *Anais do Município de Coimbra. 1920-1939*, p. 188 e bibliografia indicada na nota 2, da mesma página.

(721) Ezequiel de Campos, *Influência da electrificação do País na indústria portuguesa*, «1.º Congresso da Indústria Portuguesa», Lisboa, 1933, p. 4; Herman Freudenberger e Klaus Wolff, *Transfer of technology*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVII, n.º 1, 1977, p. 233; P. Voltes Bou, *op. cit.*, p. 360.

(722) *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1928*, Lisboa, 1929, p. 261. Sobre os anos seguintes, ver a publicação *Estatística das Instalações Eléctricas de Portugal*, que começou a ser dada à estampa em 1929.

Janeiro de 1912. Neste caso, foi uma unidade industrial a fornecer energia eléctrica à Câmara Municipal de Góis e não o inverso, como se tornaria mais usual. Tratou-se da Companhia de Papel de Góis, detentora da Fábrica de Papel da Ponte do Sótão — a que já nos referimos (723) — e de uma central hidroeléctrica em Monte Redondo (no rio Ceira), que se destinava a fornecer energia àquela unidade papeleira. Além de, na proposta da dita empresa, se invocar o facto de o município ser «pobre», o interesse era recíproco. Com efeito, a Câmara Municipal de Góis podia dispor, sem investimentos vultuosos, de energia eléctrica, enquanto a Companhia de Papel de Góis aumentaria os seus lucros com o fornecimento de electricidade e ainda beneficiaria do arranjo, pela referida Câmara, da via de acesso à dita central de Monte Redondo (724).

No *concelho de Arganil*, por seu turno, constituíram-se as sociedades sob as firmas Competidora Industrial e Comercial de Arganil, Ld^a (1926, com o capital de 270 contos) e a Hidro Eléctrica de Arganil, Ld^a (1927, com o capital social de 150 contos). A primeira, cujo objecto era a exploração da indústria de madeira e da energia eléctrica, tinha a sua sede ao Jardim ou Abrunhós, limite de Arganil (725). Decerto por não dispor de local adequado à exploração hidroeléctrica, a Competidora Industrial e Comercial de Arganil, Ld^a associou-se com um indivíduo, para formarem a Hidro Eléctrica de Arganil, Ld^a, ficando a partir de então a dispor de um prédio rústico, onde haviam funcionado uns moinhos, e da respectiva queda de água, no rio Alva (Rei de Moinhos, limite e freguesia de Meda de Mouros, concelho de Tábua) (726).

À *vila da Lousã*, analogamente ao que se verificara em Góis, a energia eléctrica foi fornecida, pelo menos durante três anos (1923-1926), pela

(723) Cf. *supra*, pp. 188-189.

(724) ACMG, *Actas. Sessões da Câmara Municipal de Goês. 1909-1912*, fls. 177v.-185.

(725) AUC, not. Augusto de Oliveira Coimbra (Arganil), l.n. nº 37, fls. 34-38.

(726) AUC, not. António Jorge Rodrigues Júnior (Arganil), l.n. nº 108, fls. 15-19v.. Já nos referimos à dita queda de água (cf. *supra*, p. 163, nota 151).

firma Padilha, Rebelo & C^a, Ld^a (727). A *Câmara Municipal de Soure* contraiu (1926) um empréstimo de 150 contos junto da Caixa Geral de Depósitos, destinado à electrificação (728). Pouco antes (29 de Dezembro de 1924), também *Pombal* inaugurara a energia eléctrica (729).

Por último, na *Figueira da Foz*, a despeito de algumas referências anteriores à electricidade (730), a rede geral foi instalada nos começos da década de 1920. Para o efeito, constituiu-se (1919) uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, sob a firma Companhia Eléctrica Figueirense, com o capital social de 100 contos (10 mil acções, de 10\$00 cada uma). A esta empresa, essencialmente formada com capital comercial e industrial figueirense — proveniente dos seus 26 accionistas, entre indivíduos e empresas —, foi adjudicada, pela Câmara Municipal, a concessão da iluminação eléctrica e o fornecimento de energia para força motriz e aquecimento da cidade da Figueira da Foz e povoações limítrofes (731). Para montagem das respectivas instalações, a Companhia Eléctrica Figueirense fez um contrato com as seguintes duas empresas especializadas: F. Street & C^a, Ld^a, com sede em Londres, e Moura Gomes Neto & C^a, Ld^a, com sede em Lisboa (732). Devido à acção conjunta da Câmara Municipal Figueirense e

(727) Em 1926 (23 de Novembro) a energia eléctrica, fornecida por contrato de 16 de Abril de 1923, foi cortada (ACML, *Livro de Actas da Comissão Executiva. 1924-1927*, fls. 155-157. Desconhecemos se o contrato inicial de 3 anos, que havia expirado, foi seguidamente renovado.

(728) AGCGD, pasta 913, «Escriptura de empréstimo da quantia de 150 000\$00, feito pela Caixa Geral de Depósitos á Câmara Municipal de Soure», autorizado em 12 de Agosto de 1926.

(729) *O Imparcial* (Pombal), nº 691, de 11 de Janeiro de 1925.

(730) Por exemplo, a sociedade sob a firma Nascimento & Oliveira, Sucs., constituída em 1906, com o capital social de 3 220\$00, tinha por objecto a iluminação a gás e a electricidade e a canalização da água (AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 130, fls. 57v.-60).

(731) AUC, not. José Maria Cardoso (Figueira da Foz), l.n. nº 1-B, fls. 47-50v. e nº 2-B, fls. 1-5v..

(732) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 97, 14-19v..

das mencionadas empresas, a Figueira da Foz viria a dispor pouco depois de iluminação eléctrica, no que se antecipou, embora por curto lapso de tempo, relativamente a Coimbra (733).

Para finalizar o capítulo III, sobre o *dealbar da indústria fabril*, que ilações se podem tirar? A mais saliente refere-se ao *moderado índice de industrialização verificado*, atendendo ao lapso de tempo (seis décadas) e à época em que se processou (finais do século XIX e inícios do século XX). Sobressai igualmente a *proliferação e a dispersão das unidades industriais*, cujo número ultrapassava, nos diferentes ramos, as 255 (734), com um capital social conjunto de cerca de 23 000 contos (735). Mesmo que o capital fixo correspondesse apenas a 50% do capital social, ele aproximar-se-ia assim dos 11 500 contos, o que equivale a uma produção de cerca de 4 600 contos

(733) Sobre o assunto, lê-se num periódico conimbricense: «A Figueira, que ainda não pensava em luz eléctrica quando nós falávamos com entusiasmo na nossa, já hoje [26 de Julho de 1923] se acha belamente iluminada [...]» (*Gazeta de Coimbra*, n.º 1 479, de 26 de Julho de 1923, p. 1).

(734) Nem sempre temos informações sobre pequenas unidades, especialmente quando exploradas por empresários individuais. Daí o número indicado estar subestimado. Esta circunstância não é anulada pelo facto de termos identificado, para efeitos de cômputo, empresa e estabelecimento, por ser verdadeiramente excepcional, na área em foco, a mesma empresa possuir mais que um estabelecimento. Sobre a diferença entre as noções de *empresa* — jurídico-financeira — e de *estabelecimento* — geográfica —, ver Jean Labasse, *L'organisation de l'espace. Éléments de géographie volontaire*, Paris, 1966, p. 227; Pierre George, *Précis de géographie économique*, 5ª ed., Paris, 1970, pp. 76-77; André Fischer, *L'industrialisation contemporaine des Pays-Bas. Recherches sur l'évolution des régions périphériques*, Paris, 1980, pp. 489-491. As 255 empresas distribuíam-se assim pelos diversos grupos: madeira, construção naval, papel e artes gráficas — 78; alimentação e bebidas — 63; subsidiárias da construção, metalurgia e metalomecânica — 54; têxtil, vestuário e calçado — 44; extractivas e químicas — 16 (cf. Apêndice I, Quadro n.º 1).

(735) Mais precisamente 22 809 822\$552. Todavia, também este valor peca por defeito, em virtude de se desconhecer o capital social de várias empresas (*ibidem*).

adoptando o coeficiente capital-produto de 2,5 (736). Mais do que o número — e a correspondente pequena ou média dimensão — de muitos dos estabelecimentos, pesava negativamente o seu insuficiente apetrechamento tecnológico e humano. Algumas grandes fábricas entretanto implantadas, devido ao seu reduzido número (casos da têxtil algodoeira e indústria de curtumes), à tardia instalação (têxtil de malhas e cerâmica, em Coimbra) ou à respectiva localização, não foram suficientes para anular os factores negativos anteriormente indicados. Entretanto analisaremos no capítulo seguinte, de forma mais sistemática e global, a problemática da localização das diversas indústrias e dos ritmos de industrialização.

(736) De acordo com este coeficiente, para se obter uma unidade de produto são necessárias 2,5 unidades de capital (Francisco Pereira de Moura, *Lições de Economia*, 4ª ed., revista, Coimbra, 1978, p. 394).

CAPÍTULO IV

GEOGRAFIA INDUSTRIAL E RITMOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS

A geografia industrial — ou, como prefere D.M. Smith, a *análise da localização industrial* (1) — depara-se com problemas diversos. Uns, de índole fundamentalmente teórica, prendem-se com a elaboração de modelos que permitam explicar, de forma geral e abstracta, a localização das diversas indústrias (2). Outros, sobretudo de carácter empírico, relacionam-

(1) David M. Smith, *Industrial Location. An Economic Geographical Analysis*, 2ª ed., Nova Iorque, 1981, p. 4.

(2) Ver, por exemplo, August Lösch, *Teoria económica espacial* (trad. do alemão), Buenos Aires, 1957, especialmente cap. IV, pp. 17-36; John Rees *et al.*, (eds.), *Industrial Location and Regional Systems. Spatial Organization in the Economic Sector*, Nova Iorque-Londres, 1981; Francisco Pereira de Moura, *Localização das indústrias e desenvolvimento económico*, Lisboa, 1960; Camilo Cimourdain de Oliveira e José Eugénio Duarte Ferreira, *Localização das indústrias*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», nº 19, 1957, pp. 222-270; David Keeble, *Industrial Geography*, in «Progress in Human Geography», 1, 1977, pp. 304-312; *idem, ibidem*, 3, 1979, pp. 425-433. Sobre o evoluir das teorias da localização industrial ver Paul Claval, *La localisation des activités industrielles*, in «Révue Géographique de l'Est», nº 1-2, 1969, pp. 187-214, especialmente pp. 188-189 (Referência devida à gentileza do colega Dr. António Gama).

-se com a tentativa de compreensão e explicação da partilha das várias indústrias num determinado contexto histórico-geográfico (3). Colocamo-nos essencialmente nesta última perspectiva. Assim, procuraremos responder às seguintes questões: que factores condicionaram a irregular distribuição das numerosas unidades industriais na área em foco? Quais as alterações mais salientes que, desse ponto de vista, se foram processando durante o período abordado?

1. Factores condicionantes da localização da indústria

São múltiplos e de diversa natureza os factores que condicionam a localização das indústrias. Porém, os mais decisivos podem distribuir-se por quatro grupos: *recursos naturais* (matérias-primas, água, combustíveis e energia), *meios de transporte*, *mercado* e *factores humanos e sociais* (4).

Recursos naturais

A acessibilidade das matérias-primas é geralmente um factor impor-

- (3) Ver, entre outros, Maurice Daumas e Jacques Payen (dir.), *Évolution de la géographie industrielle de Paris et sa proche banlieue au XIXe siècle*, 3 vols. (2 vols. de texto e 1 atlas), Paris, 1976; Pierre George, *Géographie industrielle du Monde*, col. «Que sais-je?», 8ª ed., Paris, 1971; René Maunier, *La distribution géographique des industries*, in «Revue Internationale de Sociologie», 16º ano, nº 8, 1908, pp. 481-514; Emile Lavasseur, *Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France avant 1789*, vol. II, cap. VI, pp. 671-707. Para Portugal, onde não abundam os estudos sobre esta temática, ver José de Araújo Correia, *Notas sobre a localização da indústria e o urbanismo*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», nº 4, 1946, pp. 35-59; F. Pereira de Moura *et al.*, *Estrutura da economia portuguesa*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», nº 14, Lisboa, 1954, pp. 130-135; Carlos Alberto Medeiros (Intr. e coord.), *Estudos sobre geografia industrial portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1981 (policopiado).
- (4) A. Simões Lopes, por sua vez, agrupa assim os factores mencionados: *associados ao processo produtivo; associados às vendas; factores institucionais e factores subjectivos de comportamento* (A. Simões Lopes, *Desenvolvimento regional*, vol. I: *Problemática, teoria, modelos*, Lisboa, 1980, p. 173). Ver também P. George, *op. cit.*, p. 10.

tante para a localização industrial (5). Todavia, a sua importância aumenta, caso se verifiquem certas condições, tais como: a) alta relação entre peso das matérias-primas/peso dos produtos, devido aos gastos com os transportes de desperdícios (6); b) tratar-se de pequenas unidades artesanais ou de pequena indústria, com reduzido poder competitivo; c) a existência de um deficiente e caro sistema de transportes. Na área de Coimbra — onde se verificavam sobretudo as duas últimas condições —, a acessibilidade das matérias-primas foi de certa relevância para a implantação das seguintes actividades: têxtil do linho, destilação de aguardente, extracção de azeite e descasque de arroz, conservas de peixe, serração de madeira, indústria de produtos resinosos e do vinho. Prova-o, entre outros factores, uma certa coincidência, nas mesmas zonas, entre a localização destas indústrias e a relativa abundância das respectivas matérias-primas. Assim, a difusão da cultura do linho por grande parte da área coimbrã, nos inícios dos anos 1860, e a análoga proliferação da tecelagem do linho; a maior produção vinícola, na faixa ocidental da área em foco (7), e a oleícola, na faixa central e oriental (8), com uma correspondente difusão das destilações de aguardente e dos lagares de azeite naquelas áreas; a pesca, na Figueira da Foz, e a orizicultura, nos campos do Mondego, atraíram os poucos estabelecimentos de conservas de peixe e de descasque de arroz (9), já referidos; à serração de madeira, dispersa por quase toda a área — embora com maior incidência nos concelhos de Pombal e Cantanhede —, e à indústria dos resinosos, localizada sobretudo no concelho de Pombal, andava igualmente

(5) Cf. Pierre George, *Précis de géographie économique*, 5ª ed., Paris, 1970, pp. 86-88.

(6) Jean Labasse, *L'organisation de l'espace. Éléments de géographie volontaire*, Paris, 1966, p. 196.

(7) Cf. J.L. Roque, *op. cit.*, vol. I, t. I, p. 35.

(8) Idem, *ibidem*, p. 36.

(9) Sobre a matéria-prima, como factor locativo da indústria de descasque de arroz, ver Joaquim Neto Murta, *Indústria de descasque de arroz (Subsídios para a sua reorganização)*, in «Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais», vol. 14, nº 707, 1962, pp. 465-467.

associada a exploração florestal, que lhes fornecia respectivamente a madeira e a gema de pinheiro. Quanto à cerâmica, uma relativa ubiquidade da matéria-prima (argila) fez com que, na localização de alguns dos estabelecimentos do ramo, o peso de outros factores — o mercado e particularmente o transporte — tivesse sido por vezes ainda mais decisivo que o daquela. A água é um elemento imprescindível a diversas indústrias, entre as quais a têxtil (10), a cerâmica e as indústrias do vidro, dos curtumes, das conservas, etc.. Porém, talvez nenhuma indústria da área coimbrã tivesse sido tão condicionada pela água, na sua implantação e funcionamento, como a do papel. Com efeito, além de ter fornecido força motriz às unidades do ramo durante largos períodos (exclusivamente, de início, e em alternativa com a energia a vapor e eléctrica, mais tarde), a água é uma das matérias-primas — ou, se se preferir, auxiliar — daquela indústria, pelo que a sua existência, em abundância e de qualidade apropriada, se torna essencial (11). Por esse motivo, todas as fábricas de papel da área se instalaram junto a cursos de água, locais onde ainda se mantêm as três actualmente em laboração (12). Para aproveitamento das melhores condições neste domínio, chegavam a disputar-se localidades que pouco se distanciavam, o que causava protestos dos presumíveis lesados (13).

Como força motriz, a água condicionou a instalação de grande parte das unidades da moagem tradicional (moinhos de água e azenhas) e da própria indústria têxtil, nas suas fases pré e proto-industrial (14). De facto, à

(10) Como já foi sublinhado por P. Mantoux, *La révolution industrielle au XVIIIe siècle*, pp. 249-250.

(11) Já aludimos ao assunto (cf. *supra*, p. 184).

(12) Fábricas de Penedo-Lousã (ribeira de S. João), do Porto do Boque-Serpins (rio Ceira) e da Ponte de Sótão-Góis (rio Sótão).

(13) Assim sucedeu, quando em 1862 José Joaquim de Paula Júnior, de Góis, pretendia instalar uma fábrica no Boque (Serpins) à distância de uns 2 km de uma já existente (antecessora da do Porto do Boque, fundada em 1868, de que já tratámos?) (AUC, GC, «Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos», maço 1, doc. de 13 de Setembro de 1862).

(14) Ver Jordi Maluquer de Motes, *Un componente fundamental de la revolución liberal: la despatrimonialización del agua*, in Miriam Halpern Pereira *et al.*

excepção de alguns moinhos de vento, grande parte dos 1 332 moinhos e azenhas da área em questão localizava-se (1861) junto a pequenos cursos de água dos concelhos do centro-litoral, enquanto para a implantação de diversas fábricas/manufacturas de lanifícios e algodoeiras foram aproveitados cursos de água do centro-interior da área focada. Recordemos, entre outras, as unidades de Góis e de Foz de Arouce (rio Ceira), da Ponte do Espinhal (ribeira do Espinhal) e do Paleão-Soure (rio Soure). Neste último estabelecimento (têxtil algodoeira), a dependência, relativamente à energia hidráulica, era menor que nos anteriores, em virtude de nele ter sido igualmente utilizada, desde a sua fundação, a energia a vapor. Essencialmente do aproveitamento de recursos naturais (calcário, argila e carvão) se tratou, ainda, ao instalar as indústrias do vidro, cal, telha e tijolo, no Cabo Mondego, da exploração de gesso em Alencarce-Soure e da instalação de centrais hidroeléctricas, no Casal do Ermio (concelho da Lousã) e em Monte Redondo (concelho de Góis). Contudo, convém não esquecer que, para concretizar o aproveitamento dos recursos naturais, é essencial a acção do homem.

Meios de transporte

Os custos de transporte são o elemento fulcral da teoria de Alfred Weber sobre a localização industrial (15). A despeito das críticas que se podem fazer à mencionada teoria — devido sobretudo a um certo exclusi-

(coord.), «O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX». Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2º vol., Lisboa, 1982, pp. 143-144. Sobre a energia hidráulica aplicada à indústria nos Estados Unidos da América ver Louis C. Hunter, *A History of Industrial Power in the United States, 1780-1830*, vol. I: *Waterpower in the Century of Steam Engine*, Charlottesville, 1979.

- (15) A qual foi sintetizada do seguinte modo: «La théorie comporte deux aspects successifs: 1) l'analyse de l'influence des coûts de transport et la mise en évidence du point de coût minimum; 2) l'étude de l'action que les prix de la main d'oeuvre et les forces agglomératives peut exercer sur l'équilibre global» (P. Claval, *La localisation des activités industrielles*, cit., p. 192). Ver igualmente A. Lösch, *Teoría económica espacial*, pp. 19-23.

vismo explicativo, através do *custo mínimo do transporte* (16) —, não há dúvida de que o factor transporte é deveras importante para o tema em questão, particularmente se analisado de vários ângulos. Com efeito, há que distinguir o estágio de desenvolvimento industrial e a natureza dos transportes. Assim, numa economia de Antigo Regime, pré-industrial, proto-industrial (17) ou até da primeira fase da industrialização, o elevado custo dos transportes pode funcionar como elemento protector dos mercados locais (18). Tal facto, verificável no século XVIII nas *economias de interior* (19), continuou a sê-lo em diversas localidades da faixa oriental da área coimbrã, pelo menos até às últimas décadas do século XIX. Dessa circunstância beneficiaram, além das actividades artesanais e das pequenas unidades de cerâmica e de lanifícios, a quase meia centena de estabelecimentos de diversas «indústrias» (pirotecnia, pólvora e fósforos) que, implantadas sobretudo na parte interior da área em estudo, sobreviveram até finais do século passado ou inícios do actual.

Entretanto, a construção das vias férreas — com marcos cronológicos em 1864, 1882 e 1906 (20) — condicionaria a implantação de algumas unida-

(16) Cf. P. Claval, *art. cit.*, pp. 193-194.

(17) Sobre proto-industrialização ver Peter Kriedte *et al.*, *Industrialization before Industrialization* (trad. do alemão), Cambridge, 1981 (indicação devida ao amigo, Doutor Rui Feijó); Eric L. Almquist, *Pre-Famine Ireland and the Theory of European Proto-Industrialization: Evidence from the 1841 Census*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXIX, nº 3, 1979, pp. 699-718; P. Deyon, *L'enjeu des discussions autour du concept de «Proto-Industrialization»*, in «Revue du Nord», t. LXI, nº 240, 1979, pp. 9-15; Pierre Jeannin, *La protoindustrialisation: développement ou impasse? (Note critique)*, in «Annales. E.S.C.», 35º ano, nº 1, 1980, pp. 52-65.

(18) Ver Paul Bairoch, *Révolution industrielle et sous-développement*, Paris, 1964, pp. 128-135; *Taille des villes, conditions de vie et développement économique*, Paris, 1977, p. 295, nota 1; A. Simões Lopes, *op. cit.*, p. 49.

(19) Cf. J. Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, pp. 144-157 (sublinhado nosso).

(20) Que assinalam, respectivamente, a ligação de Coimbra a Lisboa e ao Porto, pela Linha do Norte, a inauguração da Linha da Beira Alta, com *terminus* na Figueira da Foz, e a do Ramal da Lousã.

des fabris, designadamente de cerâmica (Coimbra e Pampilhosa do Botão), serração de madeira (nesta última localidade e no concelho de Pombal), de vidro (Fontela e Murraceira-Figueira da Foz), de malhas e de moagem (Coimbra). Contudo, este meio de transporte, ligando predominantemente os grandes centros, viria a contribuir para uma determinada concentração industrial, com a contrapartida da *desindustrialização* — ou, noutros casos, da *não industrialização* — das zonas não directamente servidas por ele (21). Só nos anos 20 os transportes rodoviários (motorizados) favoreceriam um pouco a descentralização (22). Porém, esse facto viria a ter um alcance limitado, dada a progressiva integração do mercado da área de Coimbra no mercado nacional. O desequilíbrio regional, agravado com a industrialização (23), acentuar-se-ia na área estudada, com uma crescente subordinação económica às áreas privilegiadas de Lisboa e Porto, com relevo para a primeira. Um dos efeitos — e, ao mesmo tempo, sintoma — desse processo verificava-se, por exemplo, com a instalação naqueles centros urbanos das sedes sociais de algumas das firmas mais importantes da área (dos ramos da cerâmica, da têxtil algodoeira e do papel) (24).

(21) Também em França o caminho-de-ferro fez decair pequenas cidades, em favor das grandes como Paris (J.-P. Rioux, *A revolução industrial*, p. 172). Obviamente que, no plano macroeconómico, os relevantes serviços, prestados à indústria por aquele meio de transporte, estão fora de causa (cf. Pierre George, *Précis de géographie urbaine*, Paris, 1974, pp. 106-107).

(22) Como escreveu A. Lösch (*op. cit.*, p. 23): «En este aspecto [Substituição da tarifa graduada pela quilométrica], el automotor tiene un efecto descentralizador sobre la localización de la industria, aliviando las congestiones basadas únicamente en el efecto de la diferenciación del flete».

(23) Cf. J. Borges de Macedo, *A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo*, cit., pp. 431-432.

(24) Caso análogo se verificou em França, como acentua P. Cayez: «L'évolution centripète à la capitaler jouait assui dans le domaine des sièges sociaux et tendait à freiner la rénovation des cadres économiques des grandes villes françaises» (Pierre Cayez, *Quelques aspects du patronat lyonnais pendant la deuxième étape de l'industrialisation*, in «Le patronat de la seconde industrialisation. Études rassemblées par Maurice Lévy-Leboyer et publiées avec le concours de la Fondation Maison des Sciences de l'Homme», Paris, 1979, p. 191).

Mercado

Por um lado, o aumento da produção, inerente ao desenvolvimento industrial e, por outro, o aumento da procura têm levado logicamente à implantação de estabelecimentos industriais junto de mercados mais vastos. Daí que, entre outras, grande número de unidades das várias indústrias de consumo (panificação, confeitaria, conservaria e bebidas, confecção e calçado, etc.) se instalassem, de preferência, nos dois maiores mercados da área (Coimbra e Figueira da Foz) (25). A localização das indústrias nestes centros ia-se entretanto alterando, como aliás acontecia noutras zonas (26). De intramuros e das proximidades do centro do aglomerado urbano, a actividade industrial ia sendo impelida para os subúrbios, onde poderia dispor de terreno mais espaçoso e a mais baixo preço e, simultaneamente, libertar-se de determinadas restrições, impostas pela legislação e pelos habitantes das vizinhanças.

Assim, na zona da Figueira da Foz instalaram-se, nas proximidades da cidade, fábricas de cerâmica e de vidro e ainda algumas actividades ligadas aos estaleiros navais. Deve acrescentar-se, contudo, que ao fenómeno de expulsão do centro citadino se juntava o de atracção, exercido pelo caminho-de-ferro e pelo porto marítimo.

(25) É habitual este tipo de indústrias aproximar-se do seu mercado de venda (cf. André Fel, *La géographie et les techniques*, in «Histoire des Techniques», dir. por Bertrand Gille, «Encyclopédie de la Pléiade», Paris, 1978, p. 1072). Nos dois concelhos referidos (coimbrão e figueirense), exerceram a sua actividade 167 das 255 sociedades constituídas, ou seja, 65,5% do total (ver Apêndice I, Quadro nº 3).

(26) Atente-se na expansão industrial de Lisboa para a zona de Alcântara e, posteriormente — segunda metade do século XIX e inícios do século XX —, para a margem sul do Tejo (ver, sobre esta, Maria Alfreda Cruz, *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço*, Lisboa, 1973, pp. 113-133). Em Paris, em 1914, «au centre administratif, commercial et bancaire, à l'oest résidentiel, s'oppose la zone industrielle du nord-est au sud-est» (M. Daumas e Y. Payen (dir.), *Évolution de la géographie industrielle de Paris...*, vol. II, p. 436).

Em Coimbra, por seu turno, é possível detectar quatro zonas industriais *avant la lettre*. A primeira e mais antiga era aproximadamente delimitada, a norte e sul, pelo Arnado e pelo actual Largo da Portagem e, a este e oeste, pelas actuais Ruas Ferreira Borges-Visconde da Luz e Fernão de Magalhães. Nela se localizavam o artesanato e a pequena indústria. Era esta a zona da grande maioria das 31 fábricas existentes em Coimbra em 1897, nas quais laboravam 547 operários (17,64 por unidade) (27). A segunda localizava-se na margem direita do rio Mondego, junto ao troço ferroviário Coimbra-Coimbra B, e a norte do Arnado, até à Casa do Sal. Aqui se instalaram algumas fábricas modernas, designadamente de moagem, massas alimentícias, malhas e curtumes. Contudo, abrangendo parte desta zona e parte da anterior, ali persistiu, até aos anos 20 da nossa centúria, número considerável de oficinas de variados ramos (28). Encontravam-se assim, lado a lado, duas modalidades de indústria: uma tradicional, ainda em grande parte apoiada na *oficina*; e outra moderna, tendo por estabelecimento mais comum a *fábrica*. Foi no prolongamento desta para norte — nas imediações da Linha do Norte e da Estrada N1 — que, no último meio século, se desenvolveu a zona industrial Loreto-Pedrulha, que continua a ser a principal de Coimbra (29). A terceira zona industrial formou-se na mar-

(27) *O Commercio de Coimbra*, nº 539, de 11 de Março de 1897; *O Conimbricense*, nº 5 154 e 5 231, respectivamente de 9 de Março e de 21 de Dezembro de 1897. Apesar de nas fontes citadas virem indicadas 32 fábricas, da enumeração dos diversos ramos (na primeira e na última fonte referidas) só constam 31. Encontravam-se assim distribuídas: cerâmica - 11; bolachas - 3; colchoaria - 3; ferro - 3; moagem e massas - 2; saboaria - 2; moagem de cereais, massas, conservas alimentícias, lanifícios, de algodão, serralharia e fundição e tinta e lacre - 1 cada.

(28) As ditas oficinas totalizavam 14, assim distribuídas: 8 na Rua do Arnado (3 de serralharia, 1 fundição, 1 de pintor, 2 de tijolo e 1 de estatuetas); 3 na Rua da Nogueira (2 de segeiro e 1 de serralharia); 2 na Rua da Madalena (1 serralharia e 1 tanoaria); e 1 na Rua dos Oleiros (serração) (AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 190-A, fls. 58-66v.).

(29) A expansão desta zona, para norte, far-se-ia a partir dos anos 20, inclusive, tendo a fábrica da firma Cerâmica, Ld^a dado início à zona industrial da Pedrulha.

gem esquerda do Mondego, na área de Santa Clara, e já registava um dinamismo digno de realce em meados do último decénio de Oitocentos (30). Finalmente a quarta — e menos importante — zona industrial, para sudeste, na área da Arregaça-Calhabé, que não viria a dilatar-se após os anos 20, acentuando-se antes nela o carácter residencial e a tendência para a instalação de estabelecimentos escolares. As mencionadas transformações operadas na localização industrial, devidas essencialmente aos novos condicionalismos urbanísticos e à evolução dos transportes, não alteraram significativamente o importante factor da proximidade do mercado, como até facilitaram, em certa medida, o recrutamento da mão-de-obra.

Factores humanos e sociais

Os recursos humanos, do ponto de vista quantitativo, regra geral não escasseariam na área focada (31). Com efeito, nos meios rurais, a progressiva decadência das indústrias tradicionais e a complementaridade entre as actividades agrícola e industrial faziam com que não rareasse a mão-de-obra, não obstante as consequências da emigração. Nos centros urbanos, por sua vez, a alguns braços oriundos da antiga actividade artesanal, juntavam-se outros provenientes das áreas suburbanas, para o que se deslocavam diária ou mesmo definitivamente. Alguns indícios apontam mesmo para excedentes de mão-de-obra, ao referirem determinadas crises de trabalho (1891-1915), em Coimbra e na Figueira da Foz (32). Apesar de o maior

Entre as indústrias que aqui instalaram os seus estabelecimentos contam-se, além da cerâmica, as seguintes: moagem e massas alimentícias, cerveja, metalomecânica, têxtil, litografia, etc.. Ver Lucília de Jesus Caetano, *Zona Industrial Loreto-Pedrulha da cidade de Coimbra*, Coimbra, 1968 (Diss. de Licenciatura em Geografia, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, policopiada).

(30) Ver. J.A. Mendes, *Para a história da indústria em Santa Clara*, cit..

(31) Sobre a importância dos recursos de mão-de-obra para a localização das indústrias ver Henri Krier, *L'adaptation au travail industriel de la main-d'oeuvre d'origine agricole*, Lisboa, 1962. Sep. de «Colectânea de Estudos», 13, 1962.

(32) São expressamente indicadas crises de emprego em 1891-1892 (por certo reflexo da grande crise económico-financeira que então se atravessava), 1894-

número de alusões respeitar à construção civil, também outros ramos eram afectados (33).

Maior dificuldade haveria na contratação de operários especializados e de técnicos, o que obrigou por vezes a recorrer a outras áreas e até ao estrangeiro. Como verificámos, utilizaram este expediente as gerências de fábricas de papel (Lousã), lanifícios (Santa Clara-Coimbra), algodão, malhas e cerâmica (Coimbra). Para obter a colaboração dos referidos técnicos, estavam melhor colocadas as empresas de maior vulto, localizadas nos principais centros urbanos. Como tal, também este facto se relaciona com a localização das indústrias. O mesmo se poderá acrescentar em relação aos empresários que, por exercerem outra actividade — comercial ou uma profissão liberal — ou pretenderem usufruir de melhores condições materiais, culturais e educacionais — nomeadamente para seus filhos ou outros descendentes —, tenderiam a implantar as suas unidades fabris junto aos grandes aglomerados urbanos (34).

-1895, 1899, 1903, 1905 e 1915 (*O Conimbricense*, nºs 4 540 (7 de Março de 1891), 4 632 (23 de Janeiro de 1892), 4 843, 4 889 e 4 901 (respectivamente de 13 de Fevereiro, 24 de Julho e 4 de Setembro de 1894), 5 354 e 5 363 (de 7 de Março e 8 de Abril de 1899), 5 829 (6 de Setembro de 1903), 6 028, 6 037 e 6 051 (respectivamente de 9 de Setembro, 10 de Outubro e 28 de Novembro de 1905); *O Operário de Coimbra*, de 14 de Setembro de 1895; *O Tribuna Popular*, nº 4 700, de 1 de Junho de 1901; *O Povo de Santa Clara*, nº 300, de 11 de Abril de 1915).

(33) Por exemplo, em Coimbra, nos inícios de Outubro de 1905, um industrial (cujo ramo de actividade não é especificado) despediu os 30 operários que costumava ocupar, devido, segundo a notícia de *O Conimbricense* (nº 6 037, de 10 de Outubro de 1905, p. 2), ao prolongamento das férias e à ausência de muitas famílias da dita cidade. Registaria também a serralharia, em 1917, excesso de mão-de-obra? É possível, em virtude de então terem ido trabalhar para França (fábricas de munições) alguns operários (cf. *O Povo de Santa Clara*, nº 397, de 18 de Fevereiro de 1917). Todavia, como se estava em plena I Guerra Mundial e operários de outras localidades seguiram rumo análogo, as motivações podem ter sido de índole mais geral, nomeadamente económica (condições oferecidas por aquelas unidades) e/ou patrióticas (apoiar, à rectaguarda, os que na frente de batalha combatiam).

(34) Trata-se de recente «découverte des facteurs sociologiques», referida por P. Cla-

Com a análise dos tópicos considerados — recursos naturais, transporte, mercado e factores humanos e sociais —, não esgotámos os factores locativos da indústria, pois outros ficaram por tratar, designadamente os de ordem legislativa, institucional e política. Todavia, no *plano regional* em que se insere este estudo, os factores abordados são na verdade os mais relevantes (35).

Embora tivéssemos tentado discernir o peso relativo de cada um dos mencionados factores, consoante as indústrias, tal não é fácil, dada a inter-relação e quase omnipresença de todos eles. A propósito, acentua A. Lösch: «Generalmente, sin embargo, *ningún factor individual puede explicar una localización*. Todos ellos ejercen influencia in ella; algunos la favorecen, pero ninguno la determina: *ella tiene muchas causas*» (36).

2. Principais alterações locacionais da indústria

Confrontando a distribuição das indústrias da área de Coimbra ao longo do período estudado, detectam-se sensíveis diferenças. Quais as principais e a que motivos se ficaram a dever?

Em primeiro lugar, ressalta à vista uma *progressiva libertação do condicionalismo geográfico*, imposto pelos recursos naturais. Os mecanismos da localização industrial foram perdendo lentamente o «caractère impérial» (37) da primeira fase. Assim, às localizações orientadas por factores

val (*art. cit.*, pp. 197-199), aos quais, até há pouco, não se dedicava a devida atenção. Ver ainda Pierre George, *L'action humaine. Étude géographique*, Paris, 1968, pp. 147-148.

(35) Como já se frisou, à escala local e regional predominam os factores naturais e técnicos e, à escala nacional e internacional, os factores sócio-políticos (G. Mori (ed.), *L'industrializzazione in Italia (1861-1900)*), p. 196, nota 3).

(36) A. Lösch, *Teoria económica espacial*, p. 36 (sublinhados nossos).

(37) Expressão de P. George, *L'action humaine*, p. 128. Na mesma linha, também já se aludiu à «tirania de certas condições no que respeita à localização das indústrias, que se tem feito sentir sobretudo em relação à grande indústria» (Eugénio de Castro Caldas, *Industrialização e agricultura*, Lisboa, 1957, p. 99).

naturais (cursos de água, minas, florestas), nas primeiras décadas estudadas, sucederam-se outras nas últimas, induzidas por factores essencialmente humanos e sócio-culturais (meios de transporte, mercados e equipamento social e educacional) (38). Estas alterações, patentes em unidades têxteis (Coimbra) e de cerâmica (Pampilhosa do Botão, Coimbra e Figueira da Foz), instaladas de novo, nem sempre se verificaram em estabelecimentos implantados desde longa data (de papel, por exemplo), devido às características da respectiva indústria e aos elevados custos das operações de transferência para novos sítios.

A relativa independência dos recursos naturais que as unidades foram adquirindo só foi possível devido aos *progressos tecnológicos* entretanto alcançados, tanto na indústria, como nos transportes e nas comunicações. A utilização da máquina a vapor, do motor de explosão e da electricidade foi decisiva para aquele fim. O papel da primeira foi essencial até aos inícios do século XX (39). De 1890 a 1917, o número de máquinas a vapor, no distrito de Coimbra, mais que triplicou (passou de 16 para 51), tendo a respectiva potência aumentado mais do que 16 vezes (de 135,5 CV para 2175 CV) (40). A despeito do reduzido número de máquinas a vapor indicado, na primeira daquelas datas, pouco antes (1888) já eram usados (no

(38) Dir-se-ia, com G. Friedmann, que a geografia industrial se torna cada vez mais «voluntária» (Georges Friedmann, *Sciences sociales et sociologie du travail*, in «Annales. E.S.C.», 16º ano, nº 3, 1961, pp. 495-496).

(39) Como já foi salientado, a energia a vapor «revolutionized production by freeing manufactures from the locational and seasonal constraints imposed by water power» (Jeremy Atack *et al.*, *The Regional Diffusion and Adoption of the Steam Engine in American Manufacturing*, in «The Journal of Economic History», vol. XL, nº 2, 1980, p. 302). As vantagens citadas e a mobilidade da máquina a vapor foram também sublinhadas por Bertrand Gille, *Révolution industrielle*, in «Histoire des Techniques», dir. por Bertrand Gille, «Encyclopédie de la Pléiade», Paris, 1978, p. 751.

(40) *Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 434-435; *Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 116, 1926, p. 91. De novo se recorda que os dados relativos a 1917 estão subestimados, devido ao critério que presidiu à elaboração do inquérito e às dificuldades com que os organizadores do mesmo se depararam (cf. *Estatística industrial*, p. VI).

mesmo distrito) aparelhos a vapor, não só na indústria (têxtil, massas alimentícias, papel e metalurgia) como para outros fins: lavandaria do Hospital (Coimbra), minas do Cabo Mondego, caminho-de-ferro americano de Mira e explorações agrícolas (Quintas de Foja e da Almiara, respectivamente dos concelhos da Figueira da Foz e de Montemor-o-Velho) (41).

Por último, o *extravasamento da indústria do centro dos aglomerados urbanos para a periferia* — já focado —, além de poder ser considerado sintoma de desenvolvimento (42), contribuiu ainda para a urbanização de novas zonas, com a construção de *bairros operários*. Em Coimbra, por exemplo, próximo de três das maiores unidades fabris — uma de lanifícios e duas de cerâmica — foram edificadas outras tantas daqueles bairros, respectivamente em Santa Clara (43), no Loreto-Pedrulha (44) e à Arregaça-Calhabé (45). Desnecessário seria recordar que o desenvolvimento dos transportes urbanos foi um elemento-chave para a formação de novos núcleos suburbanos, eles próprios mais tarde também integrados na área urbana.

(41) AUC, GC, «Minas, pedreiras e águas minerais», doc. de 24 de Novembro de 1888.

(42) Ingrid Hammarström e Thomas Hall (eds.), *Growth and Transformation of the Modern City. The Stockholm Conference. September 1978. University of Stockholm*, Estocolmo, 1979, p. 55.

(43) Em 1914, lia-se n' *O Povo de Santa Clara* (n.º 266, de 16 de Agosto de 1914, p. 3): «*Bairro operário* — Vendem-se 200 lotes de terreno próprio para construção, no Alto de Santa Clara, ao lado esquerdo e direito da Volta das Calçadas, cujos lotes todos têm abundância de pedra, muito saudáveis e com bellos panoramas».

(44) No qual residiriam, em 1935, 1 200 famílias (P. Descamps, *Le Portugal*, p. 313).

(45) Referimo-nos ao chamado Bairro da Porcelana, a leste do qual viria a ser posteriormente construído o actual Bairro Norton de Matos.

RITMOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

A industrialização — relativamente moderada e tardia — levada a cabo na área de Coimbra não se efectuou de forma uniforme e contínua, quer no espaço — como verificámos ao tratar da geografia industrial —, quer no tempo. Tratou-se antes de um *movimento ondulatório*, a exemplo, aliás, do que sucede com outros componentes da realidade económica (preços, salários, rendimentos, etc.) (46).

Os indicadores a que mais frequentemente se tem recorrido, para avaliar o desenvolvimento industrial, são o comércio externo (importação de matérias-primas, combustíveis e meios tecnológicos, especialmente máquinas a vapor), o número e a potência dos motores utilizados e a mão-de-obra empregada (47). Todavia, o uso de tais indicadores, aqui, envolveria limitações de vária ordem: umas, decorrentes do carácter regional deste estudo, enquanto grande parte das referidas estatísticas — por exemplo, do comércio externo — tem âmbito nacional; outras, devidas ao facto de nos inquéritos industriais raramente se terem registado elementos concernentes às empresas de pequena dimensão (48). Para obviar a estas dificuldades, utilizaremos como indicadores o *número de sociedades constituídas* e, sempre que conhecido, o *respectivo capital social* (49). Embora, neste caso,

(46) Ver Jean-Alain Lesourd e Claude Gérard, *História económica. Séculos XIX e XX* (trad. do francês), vol. I, Lisboa, s.d., pp. 115-162; Valentim Vásquez de Prada, *História económica mundial* (trad. do espanhol), vol. II, Porto, 1973, pp. 152-166; Gaston Imbert, *Des mouvements de longue durée Kondratieff*, Aix-en-Provence, 1959, pp. 9-26.

(47) Cf. Armando Castro, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, pp. 67-92 e 157-177; *A economia portuguesa do século XX. 1900-1925*, Lisboa, 1973, pp. 45-77; M. Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX*, pp. 87-91 e 323-364; António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1980, pp. 227-233 e 291-292.

(48) Exceptua-se o *Inquérito industrial de 1890*.

(49) A despeito de algumas informações dispersas recolhidas, para o período abordado faltam outros elementos igualmente importantes sobre as sociedades (pes-

também seja possível apontar certas omissões, como a ausência de dados respeitantes a empresas industriais não societárias, o número destas era pouco significativo e veio a perder importância à medida que a industrialização se intensificou.

Somente atentaremos nas sociedades constituídas e não nas dissolvidas, visto, por um lado, nem sempre termos registo destas e, por outro, número razoável de sociedades dissolvidas ter dado origem, de seguida, a novas sociedades.

1. Ciclos principais

Sintetizando os dados dos quadros e gráficos incluídos em Apêndice, detectam-se os seguintes três ciclos: 1868-1898, 1899-1916 (50) e 1917-1927. Os respectivos valores são:

	Sociedades		Capital social		Capital social
	Nº	%	(valor réis/escudos)	%	unitário (réis/escudos)
1.º ciclo: 1868-898	28	11	328 818\$231	1,4	11 743\$508
2.º ciclo: 1899-916	46	18	331 215\$321	1,5	7 200\$333
3.º ciclo: 1917-927	181	71	22 149 789\$00	97,1	122 374\$52
Total	255	100	22 809 822\$552	100	89 450\$282

soal empregado, receitas e remunerações do pessoal), que só desde 1953 passam a constar da *Estatística das Sociedades* (cf. F. Pereira de Moura *et al.*, *Estudo sobre a indústria portuguesa*, p. 31).

- (50) Este ciclo está desfasado, especialmente quanto ao seu início, de um período de rápido crescimento industrial na Europa (1884-1886 a 1913) e de um período de nova tentativa de arranque industrial em Portugal (1885-1890 a 1910-1914) (ver Paul Bairoch, *Commerce extérieur et développement économique au XIXe siècle*, Paris-Haia, 1976, p. 135; Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da indústria portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo. Antologia*, Lisboa, 1978, p. 23 [Cujo prefácio foi também publicado sob o título *Das razões históricas dos fracassos industriais portugueses*, in «Memórias da Academia de Ciências de Lisboa», Classe de Letras, t. XX, 1979, pp. 7-50]). Temos aqui mais uma das provas da já referida tardia industrialização da área em análise.

Que ilações tirar destes elementos? Em primeiro lugar, destaca-se o ritmo da constituição de sociedades que, da média anual de 0,9 no 1º ciclo passou, nos dois seguintes, respectivamente para 2,6 e 16,5. É de salientar o facto de, no último período, de apenas 11 anos (1917-27), se terem formado 181 sociedades, isto é, 71% do total do período estudado. Em segundo lugar, verifica-se que não só aumentava o número de sociedades industriais, como também e sobretudo o seu potencial económico (cf. Apêndice II, Figura nº 2). Não obstante os dados relativos ao 1º ciclo deverem ser interpretados com precaução — por se desconhecer o capital de diversas sociedades (51) —, a comparação dos valores referentes ao 2º e 3º ciclos revela-se elucidativa. Assim, além de o capital social unitário ter saltado de 7 200\$333 para 122 374\$52 (52), o capital social de 1917-27 corresponde a 97,1% do total, contra 1,5% do do período precedente (53). Como salientámos já várias vezes ao longo deste trabalho, foi no mencionado 3º ciclo, de acentuada aceleração industrial, que se constituíram diversas sociedades anónimas, em particular nos seguintes ramos: cerâmica, vidro, construção naval e têxtil (54).

(51) Além de que a relativa homogeneidade do período 1873-1896, por vezes designado de «grande depressão», foi desde há muito posta em causa por S.B. Saul, *The Myth of the Great Depression, 1873-1896*, «Studies in Economic and Social History», Londres e Basingstoke, reimp. 1981 (1ª ed. 1969), pp. 9-11, 53-55 e *passim*.

(52) Ver no Apêndice II, na Figura nº 2, a representação gráfica do relativo desequilíbrio (apesar da forte correlação verificada na globalidade do período focado) entre o crescimento do número de sociedades e do respectivo capital social, sobretudo a partir de 1917.

(53) Acrescente-se, contudo, que para as diferenças anotadas também contribuiu a alta desvalorização monetária do pós-guerra (ver Marcelo Caetano, *A depreciação da moeda depois da guerra*, Coimbra, 1931, pp. 278-371).

(54) A sociedade anónima torna-se a única alternativa, quando o desenvolvimento industrial passa a exigir elevadas somas de capital (Charles E. Freedeman, *Joint-Stock Enterprise in France, 1807-1867. From Privileged Company to Modern Corporation*, Chapel Hill, 1979, p. 46. Sobre alguns aspectos das sociedades anónimas ver também A. Sebastião Gonçalves, *O capital das sociedades anónimas. Posição dos accionistas do ponto de vista económico*, Lisboa, s.d., (1953?).

Poder-se-á deduzir, do que fica exposto, estarmos perante um *take-off* (descolagem) na área de Coimbra, na última década do período em estudo? Não necessariamente. Para responder de forma devidamente fundamentada, necessitávamos de outros indicadores e de estudos monográficos sobre os sectores primário e terciário. Todavia, a profunda marca da conjuntura do pós-guerra e o ter-se tratado de um período relativamente fugaz, entre outros factores (55), impediram a concretização de mais profundas e duradouras transformações estruturais, geralmente associadas ao conceito de descolagem (56). Foi só nessa altura, contudo, que a indústria da área estudada registou sensíveis progressos, um tanto desfasada de algumas outras regiões do País, particularmente das áreas de Lisboa e Porto (57).

2. Ciclos industriais e sua interpretação

Descritos os três ciclos da industrialização, de amplitude e importância bastante desigual, urge ir mais além e tentar explicar a sua dinâmica. Abordaremos, para o efeito, as seguintes questões: adequação do modelo teó-

(55) De entre os quais é oportuno destacar a falta de modernização no sector agrícola, dadas as suas estreitas ligações com a industrialização, como tem sido realçado por Paul Bairoch (*Révolution industrielle et sous-développement*, Paris, 1964, especialmente o cap. 5 (II parte), pp. 73-84; *Niveaux de développement économique de 1810 à 1910*, in «Annales. E.S.C.», 20º ano, nº 6, 1965, pp. 1 091-1 117). Sobre o assunto, ver também Eugénio de Castro Caldas, *Industrialização e agricultura. II Congresso dos Economistas Portugueses*, Lisboa, 1957.

(56) Ver, sobre o caso francês, J. Marczewski, *Y a-t-il eu un «take off» en France?*, in «Cahiers de l'I.S.E.A.», sup. nº 111, série AD, nº 1, mars 1961, pp. 69-94.

(57) Segundo Jorge de Macedo, pode fixar-se «uma espécie de arranque industrial português entre 1890 e 1914» (*Indústria*, in «Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura», vol. 10º, Lisboa, s.d., col. 1 359). Outro surto industrial irá ter lugar a partir de meados do nosso século (Manuela Silva, *Crescimento económico e pobreza em Portugal* (1950-74), in «Análise Social», vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982 (*A formação de Portugal contemporâneo. 1900-1980*, vol. I), pp. 1 078 e 1 085; Francisco Cabral, *O arranque para a industrialização. Do isolamento à competição internacional*, in «Observador», nº 47, de 7 de Janeiro de 1972, pp. 105-107).

rico geralmente seguido ao caso em foco, efeitos das crises e da legislação proteccionista e consequências da I Guerra Mundial na industrialização.

Crise comercial/industrialização?

De finais do século XVIII a meados do século XIX, várias tentativas de industrialização, em Portugal, foram precedidas de crises ou depressões comerciais (58). Poderá continuar a aplicar-se o mesmo esquema, após meados de Oitocentos? A despeito de algumas opiniões ou hipóteses nesse sentido (59), a escassez de estudos relativos a este período (sobre a indústria e os diversos mercados, preços e salários) ainda não permite tomar uma posição definitiva acerca do assunto (60).

Relativamente à área coimbrã, o modelo de alternância crise comercial — surto industrial revela-se, pelo menos, insuficiente para explicar o processo de industrialização no período tratado.

O 1º ciclo indicado (1868-98), que teve como pano de fundo a fase B (1870/1875 a 1890/96) de um ciclo (2º) de Kondratieff (61), foi ainda abran-

(58) A sequência crise comercial — surto industrial foi primeiramente estudada, no que se refere ao período pombalino, por Jorge Borges de Macedo, em *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, 2ª ed., Lisboa, caps. IV e V, pp. 85-132 (1ª ed., 1951). Ulteriormente veio a ser detectada por Vitorino Magalhães Godinho também quanto a outros períodos: último quartel do século XVII e segunda e quarta décadas do século XIX (*Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, 1955, pp. 243-287).

(59) Ver Joel Serrão e Gabriela Martins, *Da indústria portuguesa*, cit., pp. 21-25; Miriam Halpern Pereira, *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, 1971, p. 358, nota 15 (nota suprimida na 2ª ed., Lisboa, 1983, p. 321); Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, 1977, pp. 129 e 170. Aqui (p. 129) já V. Magalhães Godinho faz intervir também a revolução agrícola, estabelecendo assim «os processos de alternância comercialização — revolução agrícola — industrialização».

(60) Já nos referimos a esta questão (José M. Amado Mendes, *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*, in «Análise Social», vol. XVI, nº 61/62, 1980, p. 41 e nota 64).

(61) G. Imbert, *Des mouvements de longue durée Kondratieff*, p. 37.

gido por duas grandes crises: a de 1876 e a de 1890-92. A primeira ocorreu numa baixa de preços de cereais (62) e deveu-se essencialmente à criação de elevado número de bancos e à especulação financeira (63). Com repercussões na vida comercial coimbrã (64), a crise de 1876 não estimulou significativamente o desenvolvimento da indústria. A própria Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra (sociedade anónima de responsabilidade limitada, com o elevado capital social de 200 contos), a que já aludimos, foi constituída antes de ter rebentado a crise (65), além de que os seus objectivos ligavam-se mais ao comércio imobiliário e à construção civil que à indústria transformadora propriamente dita. Mesmo assim, a sua existên-

-
- (62) Os preços do trigo e do milho no mercado de Coimbra começaram a descer em 1871, tendo registado ligeiras subidas em 1874, o primeiro, e em 1875-76, o segundo (cf. Apêndice II, Figura nº 3). No mercado do Porto, foi sensivelmente diferente a curva do preço do trigo, que registou uma pequena subida de 1869 a 1874, ao que se seguiu uma descida contínua até 1889 (J.A. Pinto Ferreira, *Preços de géneros alimentícios comerciados nos mercados do Porto no séc. XIX (1844-1899). Subsídios estatísticos para a história económica da cidade*, Porto, 1972, Gráfico da p. 129).
- (63) Ver J.J. Rodrigues de Freitas, *Crise monetária e política de 1876. Causas e remédios*, Porto, 1876, em especial pp. 49-71; Oliveira Martins, *Estudos de Economia e Finanças*, Lisboa, 1956, pp. 266-289; *A circulação fiduciária*, 4ª ed., Lisboa, 1955, pp. 135-176; *O Conimbricense*, nº 3034, de 26 de Agosto de 1876, p. 2.
- (64) Por exemplo, o número de protestos de letras foi elevado no ano de 1876 (Graça Maria Tavares da Rocha, *Crédito privado e alguns aspectos sociais de Coimbra. Ano de 1876*, p. 35. Trabalho apresentado ao curso especializado em Movimentos Económicos e Sociais III, dir. pelo Prof. António de Oliveira, na Faculdade de Letras de Coimbra). Contribuiu para o agravamento da dita crise em Coimbra o facto de aqui ter sido instalada uma filial do Banco Comercial de Viana, que suspendeu os seus pagamentos (*O Conimbricense*, nº 3067, de 19 de Dezembro de 1876).
- (65) A escritura de constituição da sociedade foi lavrada em 28 de Janeiro de 1876 (AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 22, fls. 10-16), enquanto o agudizar da crise teve lugar de Maio a Agosto do mesmo ano (J.J. Rodrigues de Freitas, *op. cit.*, p. 49).

cia foi pouco próspera (66), encontrando-se oito anos mais tarde em liquidação (67).

Mais violenta que a de 1876, a crise de 1890-96 (68) afectou duramente o comércio e a indústria conimbricenses. Quanto àquele, as dificuldades inferem-se, por exemplo, do elevado número de falências (20, ou seja 21,5% das de todo o período estudado) abertas no quinquénio de 1892-96 (69). Na indústria, a crise fez-se sentir, por exemplo, na carência de trocos — pelo que já se lhe chamou *crise dos trocos* (70) — para a liquidação dos salários dos operários (71). De Julho a Outubro de 1891, os industriais recorreram frequentemente à Agência do Banco de Portugal em Coimbra, para a obtenção dos almejados trocos (72). Em fins de Outubro daquele ano, a

(66) Logo em 1879 a situação da mencionada sociedade era considerada estacionária (AUC, *Processos judiciais. Falências*, comarca de Coimbra, maço 3).

(67) AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. nº 34, fls. 88v.-90.

(68) Sobre esta crise, em geral e em Portugal, ver Jean Lescure, *Des crises générales et périodiques de surproduction*, 2ª ed., Paris, 1910, pp. 171-202; Luís de Carvalho Dias, *A evolução técnica e as crises económicas*, Lisboa, s.d., pp. 102-103; Ruy Ennes Ulrich, *Crises económicas portuguesas*, Coimbra, 1902, pp. 213-236; J.A. da Silva Cordeiro, *A crise em seus aspectos morais. Introdução a uma biblioteca de Psychologia individual e colectiva*, Coimbra, 1896, *passim*; João de Freitas, *A crise monetária e a circulação fiduciária em Portugal*, Porto, 1898, particularmente os caps. I a IV, pp. 1-66; António Cândido d'Almeida Leitão, *Do crédito e da circulação fiduciária*, Coimbra, 1899, pp. 163-178; Armando de Castro, *Crises económicas e financeiras*, in «Dicionário de História de Portugal», dir. por Joel Serrão, vol. I, Lisboa, 1963, p. 745.

(69) Assunto que desenvolveremos em futuro trabalho.

(70) Mariano Pina, *Os planos financeiros do sr. Marianno de Carvalho*, Lisboa, 1893, p. 14.

(71) «Ainda no sabbado ultimo, um empregado d'essa fabrica [de lanifícios, em Santa Clara, da firma Peig, Planas & C.ª] percorreu esta cidade para vêr se obtinha com que podesse ser pago o pessoal do estabelecimento» (*O Conimbricense*, nº 4577, de 14 de Julho de 1891).

(72) Cf. *O Conimbricense*, entre outros os nºs 4580, 4582, 4590, 4594 e 4607, respectivamente de 25 de Julho, 1 e 29 de Agosto, 12 de Setembro e 27 de Outubro de 1891.

situação tendia a melhorar: «A comissão dos industriaes foi hontem procurar o sr. governador civil e expor-lhe que em vista da abundancia que ja ha na cidade [de Coimbra] de notas pequenas e de cédulas, não se torna tão urgente o serviço da commissão no auxilio aos industriaes» (73). A recuperação, após a crise de 1890-92, foi lenta (74). Apesar de anunciada já em 1896 (75), nem mesmo no final do século se havia completado (76).

As consequências positivas da crise económico-financeira de 1890-92 para a indústria (77), se as houve, são difíceis de avaliar. É que, a despeito de se iniciar em 1899 o 2º ciclo atrás indicado, de mais intensa industrialização (78), há que contar ainda com factores de não menor significado, nomeadamente o *proteccionismo pautal*, a partir de 1892, e a *expansão do comércio colonial africano*. Surgia também entretanto uma conjuntura mais

(73) *O Conimbricense*, nº 4607, de 27 de Outubro de 1891.

(74) O ano de 1895, em Coimbra, é ainda de crise, tendo sido protestadas 290 letras (Olinda Cardoso Cação, *Breve contribuição para o estudo da história económica e social de Coimbra na segunda metade do século XIX. Actos notariais de 1895*, p. 37. Trabalho apresentado ao curso especializado em Movimentos Económicos e Sociais III, na Faculdade de Letras de Coimbra).

(75) *Diario do Governo*, nº 63, de 18 de Março de 1896, p. 620.

(76) Cf. Bento Carqueja, *O futuro de Portugal. Questões economico-sociais*, Porto, 1900, p. 114.

(77) Os efeitos económicos da crise, em geral, foram analisados por S. Sideri, *Comércio e poder*, pp. 239-244.

(78) Sob a perspectiva da industrialização, a área em foco teve a partir de então a oportunidade de se aproximar um pouco mais do todo nacional, visto o ritmo industrial geral de finais do século ter sofrido uma certa desaceleração depois de 1900 (P. Bairoch, *Commerce extérieur et développement...*, p. 269).

favorável (79), com a fase A (1890/1896 a 1914/1920) de um novo ciclo (3º) de Kondratieff (80).

Proteccionismo e comércio colonial

A pauta acentuatadamente proteccionista de 1892 (81) favoreceu o desenvolvimento de várias indústrias, com relevo para a têxtil algodoeira (82), que passaria a poder dispor do mercado das colónias de África em condições bastante privilegiadas (83). Daí que aquele mercado absorvesse, entre 1891 e 1899, sempre mais de 90% dos tecidos de algodão exportados por Portugal (84). Perspectivas sombrias se avizinhavam, entretanto, com o

(79) É esta, pelo menos, a opinião de Jean-Pierre Rioux (*A revolução industrial* (trad. do francês), Lisboa, 1978, p. 166), retomando, em certa medida, a tese de Earl J. Hamilton (*apud* V.M. Godinho, *Prix et monnaies...*, pp. 238-243), da qual este último autor discorda (*idem*, pp. 239-243). J. Lescure, por seu turno, de igual modo considerou os períodos de expansão propícios à indústria: «En France, l'essor est caractérisé, comme toujours par la création de nouvelles sociétés, par la progression du chiffre des émissions industrielles» (J. Lescure, *Des crises générales de surproduction*, p. 149).

(80) G. Imbert, *op. cit.*, p. 37. Este é o 3º ciclo de Kondratieff, que engloba (fases A e B) os anos de 1897 a 1947 (Louis Fontvieille, *Dépenses publiques et problématique de la dévalorisation du capital*, in «Annales. E.S.C.», 33º ano, nº 2, 1978, pp. 251-252).

(81) Lei de 10 de Maio de 1892 (*Diário do Governo*, nº 107, de 13 de Maio de 1892, pp. 1 058-1 075). Esta Lei integrava-se na «onda» proteccionista europeia, em vigor entre 1879 a 1914 (cf. P. Bairoch, *Commerce extérieur et développement économique...*, pp. 48-54).

(82) Sobre esta questão, escrevia um diplomata francês: «Parmi les divers manufactures qui sont montées sur le territoire portugais depuis 1892 [...], ce sont les filatures et tissages de coton qui sont devenues les plus prospères» (AMAE, *Correspondance commerciale*, Porto. *Octobre 1899 — Septembre 1900*, vol. 9, fl. 143v.).

(83) Sobre o papel desempenhado pelo comércio colonial português no final de Oitocentos, ver M. Halpern Pereira, *op. cit.*, 1ª ed., pp. 301-315.

(84) Ver J.M. Amado Mendes, *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a*

eclodir da crise no mercado ultramarino africano, em 1900 (85). Porém esta crise, segundo o cônsul francês no Porto, teria beneficiado, em última análise, a indústria algodoeira portuguesa, levando-a não só a voltar-se mais para o mercado interno — cuja procura se ia tornando mais elástica —, como até a melhorar a qualidade dos respectivos produtos, a fim de mais facilmente poder concorrer com a indústria estrangeira, num mercado mais exigente que o africano (86).

Era neste contexto que a indústria da área coimbrã se desenvolvia, ainda fundamentalmente por meio da *pequena* e da *média empresa*, como mostra o número (46) e o capital social unitário médio (7 200\$333) das sociedades constituídas em 1899-1916. Esta característica não era exclusiva da área em estudo, mas sim extensiva a grande parte das regiões Centro e Norte. De facto, a essas unidades de pequena e média dimensão se destinavam as máquinas a vapor de reduzida potência (30 CV) (87) importadas pelo Porto (1904-1913), cujo número excedia sempre largamente o das de potência superior (Quadro XXIV).

I Guerra Mundial e indústria

Por último, foquemos o período de industrialização mais intensa (1917-1927). Depois de alguns anos de hesitação nos inícios da I República (em

estrangeira..., p. 40, Quadro nº 3. Segundo P. Bairoch, em 1900 1/3 da produção total de tecidos era exportado para as referidas colónias (*Commerce extérieur...*, p. 269). O valor total das exportações portuguesas de tecidos e de fio de algodão desceu de 2 377 para 1 627 contos, entre 1899 e 1903 (José de Oliveira Simões, *Esborço dalguns aspectos da indústria fabril portuguesa*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 83, 1913, p. 7).

(85) Angel Marvaud, *Le Portugal et ses colonies. Étude politique et économique*, Paris, 1912, pp. 127-128; Bento Carqueja, *O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal*, Coimbra, 1908, p. 73. Já tivemos o ensejo de aludir a esta crise (cf. *supra*, p. 162).

(86) AN, «M. Revelli, consul de France à Porto à Monsieur le Ministre du Commerce et de l'Industrie», F, 7 271, fls. 10-11.

(87) Dado não se registar na fonte citada qualquer outra classe inferior, a de 30 CV devia abranger também as de potência inferior àquela.

QUADRO XXIV

MÁQUINAS A VAPOR E GERADORES IMPORTADOS PELO PORTO
(1904-1913)

	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913
Geradores	42	68	66	85	73	46	74	88	85	172
Máquinas 30 CV (a)	183	252	221	285	233	200	245	242	371	456
Máquinas 30-100 CV	36	44	46	52	46	44	48	39	48	59
Máquinas 100 e +100 CV	21	12	41	31	37	23	28	16	19	30
Total	282	376	374	453	389	313	395	385	523	717

(a) Cf. *supra*, nota 87.

FONTE:

AMAE, *Europe. 1918-1919. Portugal*, vol. 55, fl. 21.

1911, apenas se constituiu uma sociedade na área em estudo (88)) e primeiros anos da Guerra de 1914-18, a indústria da área de Coimbra inicia um período áureo, a partir de 1917. Entra assim no que designámos o seu 3º ciclo (1917-27), com a fundação de 181 sociedades industriais, cujo capital global ascendia a 22 809 789\$00. A capacidade tecnológica da indústria acompanhou, em certa medida, o ritmo da constituição de sociedades, com o aumento, no distrito de Coimbra, de 85 para 169 geradores a vapor (+98,8%), igualmente entre 1917 e 1927 (89).

No estado actual da investigação histórica, não é possível esclarecer satisfatoriamente o dito surto industrial. É certo que já se conhecem algu-

(88) Verificava-se, no mesmo ano, uma crise de trabalho em Coimbra (BAMC, *Representações às Cortes e ao Governo*, vol. IV, 1907-1913, fl. 31).

(89) No País, o ritmo de crescimento foi todavia superior, pois o número de geradores a vapor aumentou, no mesmo período, de 1 930 para 4 325 (+124%) (*As caldeiras que a indústria nacional utiliza. Dados estatísticos referidos a 31 de Dezembro de 1927 e algumas características técnicas*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 140, 1931, p. 4).

mas linhas mestras do seu enquadramento, tanto externas (90) como internas (91). Todavia, faltam-nos monografias que permitam estabelecer os nexos entre as condicionantes bélicas e pós-bélicas, o comércio (interno e externo), a agricultura e as estruturas económico-sociais e culturais. O pouco que se irá avançar não passará, pois, de mais uma achega para o esclarecimento da referida problemática.

Coimbra principiou a sentir, mesmo antes da eclosão do conflito mundial, o agravamento das condições económicas. Numa cidade ainda então eminentemente académica, com uma população escolar numerosa a possibilitar o desenvolvimento de múltiplas actividades económicas (comércio, alojamento, prestação de serviços, etc.), tinham efeito negativo todas as medidas que contribuíssem para o afastamento, temporário ou definitivo, de potenciais consumidores de bens e serviços. Daí os dois protestos (em 1913) da Associação Comercial de Coimbra: o primeiro, devido à «menor estabilidade da população académica que, *por virtude dos cursos livres*,

(90) Ver Derek H. Aldcroft, *From Versailles to Wall Street, 1919-1929*, Berkeley e Los Angeles, 1977. Para o país vizinho dispomos do desenvolvido e importante estudo de Santiago Roldán Y José Luis García Delgado (col. de Juan Muñoz), *La formación de la sociedade capitalista en España, 1914-1920*, 2 ts., Madrid, 1973.

É também de utilidade a leitura das obras sobre a crise de 1929, onde em geral os anos 20 são tratados com certo desenvolvimento, para melhor se poderem apreender os antecedentes daquela. Ver Peter Fearon, *The Origins and Nature of the Great Slump 1929-1932*, Londres e Basingstoke, 1979, pp. 13-30; Jacques Néré, *La crise de 1929*, Paris, 1973, pp. 7-74; Goronwy Rees, *La grande crise de 1929. Le capitalisme remis en question* (trad. do inglês), Paris, 1972, pp. 7-45; John Kenneth Galbraith, *A crise económica de 1929. Anatomia de uma catástrofe financeira* (trad. do inglês), Lisboa, 1974, pp. 39-66; Pedro Soares Martínez, *A crise de 1929 — Perspectiva de meio século*, in «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa», Classe de Letras, t. XXI, 1980, pp. 111-133, em especial, pp. 113-121.

(91) Ver A.H. de Oliveira Marques, *História da I República Portuguesa. As estruturas de base*, pp. 188-243; J. Borges de Macedo, *A problemática tecnológica...*, em especial pp. 434-453; A. José Rolo, *Decadência e queda da I República...*, pp. 227-233 e 286-293.

não permanece tão assiduamente n'esta cidade» (92); o segundo, aprovado em assembleia magna da mesma Associação (30 de Junho de 1913), através do qual 213 «industriais» e 48 comerciantes deliberaram fechar estabelecimentos e oficinas e suspender os seus pagamentos contra o *desmembramento da Faculdade de Direito pelo Governo* (93). À perda do monopólio no campo do ensino do Direito — a nível superior —, com as inerentes consequências científico-culturais e políticas, juntava-se obviamente o factor económico, aliás bem patente na seguinte passagem: «... que o desdobraimento da Faculdade de Direito, como consequência lógica e imediata traz a criação doutra Faculdade no Porto, o que tudo ferirá gravemente os interesses desta cidade, comprometendo os capitais dos seus serviços municipalizados, e desvalorização dos prédios, *afectando e perturbando toda a vida económica da cidade*» (94). Em última análise, contestavam-se decisões que, como várias outras tomadas durante a I República, muito contribuíram para reforçar as assimetrias entre a Província e os dois grandes centros urbanos de Lisboa e Porto (95).

(92) AACIC, *Registo de officios e telegramas da Direcção da Associação Commercial de Coimbra*, fls. 93v.-94 (sublinhado nosso).

(93) AACIC, pasta de documentos avulsos, sem referência. O receio da criação de novas Faculdades de Direito em Lisboa e no Porto já se manifestara, pelo menos, em 1907. Porém, só após a proclamação da República, pelo Decreto de 22 de Março de 1911, foram instituídas as Universidades de Lisboa e do Porto e criada a Faculdade de Direito na capital (*Anais do Município de Coimbra 1904-1919*, dir. de J. Pinto Loureiro, Coimbra, 1952, pp. VI-VII e 63-64; Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, 1935, p. 676).

(94) Da acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal, de 28 de Junho de 1913 (*Anais do Município de Coimbra. 1904-1919*, p. 173) (sublinhado nosso).

(95) Cf. J. Borges de Macedo, *A problemática tecnológica no processo da continuidade República — Ditadura Militar — Estado Novo*, cit. p. 435 e *passim*. A conclusão análoga se chega pela análise da repartição geográfica do desconto pelo Banco de Portugal. Todavia, sob esta perspectiva, verificou-se também, além do aumento do peso de Lisboa (1891-1931), uma relativa descida do Porto e uma subida da Província, embora esta se tenha devido sobretudo à «extensão crescente do aparelho do Banco pela província» (Nuno Valério e Eugénia Mata, *O Banco de Portugal, único Banco emissor, 1891-1931*, in «Revista de História Económica e Social», 10, 1982, pp. 64-65).

Cóm o deflagrar da I Guerra Mundial em 1914, a situação em Coimbra e respectiva área agravar-se-ia, graças a inúmeras circunstâncias, de entre as quais se destacam: dificuldades no abastecimento, particularmente de artigos, matérias-primas e combustíveis importados, escassez de géneros (ou, como ao tempo se dizia, *crise das subsistências*) (96), galopante subida dos preços (97) e agravamento do custo de vida. As importações, além de dificultadas por uma guerra generalizada, ressentiam-se também devido às restrições postas à entrada de artigos alemães — sobretudo equipamento industrial e material eléctrico —, os quais já haviam obtido grande penetração no mercado português (98).

A situação de crise, não obstante afectar também, em maior ou menor grau, as outras áreas nacionais, já causava grandes apreensões em Coimbra no final de 1915. Com efeito, consta de um ofício do governo civil para a Direcção Geral do Comércio e Indústria: «Pede providencias urgentes para atenuar o aumento de preço dos generos de primeira necessidade informando estar provado que a organização de tabellas pela commissão de subsistencia não dá resultado [...]. Alvitra a criação de estabelecimentos

(96) Ver, sobre esta questão, Oliveira Salazar, *Alguns aspectos da crise das subsistências*, in «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», ano IV, nºs 31 a 40, 1917-1918, pp. 272-345.

(97) Só entre 1916 e 1919, o índice dos preços médios dos géneros subiu de 100 para 300, ao passo que o índice de produção dos mesmos descia de 100 para pouco mais de 90 (Augusto d'Oliveira e Silva, *O valor da moeda. Estudo de Economia Política*, Porto, 1934, Gráfico entre as pp. 102 e 103).

(98) AMAE, *Europe. 1918-1919. Portugal*, vol. 55, fl. 21; *Correspondance politique et commerciale. 1897-1918. Portugal. Affaires commerciales. Dossier général. Relations avec l'étranger sauf la France. 1903-1916*, NS, vol. 35, fls. 197-209v.. Nesta fonte (fl. 204) analisam-se as principais causas do grande sucesso comercial alemão, das quais se evidenciam o baixo preço dos artigos, o crédito a longo prazo e a desenvolvida técnica comercial.

A Alemanha havia alcançado em poucas décadas o seu «gigantismo industrial», pelo que os mercados externos lhe mereciam um interesse particular (cf. Clive Trebilcock, *The Industrialization of the Continental Powers, 1780-1914*, Londres e Nova Iorque, 1981, pp. 22-111).

regulares ou armazens municipaes que garantissem a existencia dos generos e a sua venda sem exploração» (99).

Como geralmente sucede em circunstâncias análogas, os efeitos do conflito não se fizeram sentir da mesma maneira sobre todos os estratos sociais. Sabe-se já, por exemplo, que os indivíduos ligados à indústria, sobretudo das cidades, mercê do fácil escoamento e da elevação do preço dos artigos (empresários), da frequente actualização dos salários, a acompanhar de perto a subida dos preços (operários) e do poder de negociação de uns e outros, não terão visto muito agravado o seu nível de vida, pelo menos numa primeira fase. Situação diferente era a de uma fracção da classe média, a que vivia de rendimentos fixos ou de vencimentos menos elásticos, que viu mais depressa agravada a sua situação económica (100). Parte da *burguesia comercial*, por sua vez, encontrou nas condições criadas pela guerra o contexto propício à obtenção — por vezes de forma rápida e especulativa — de vultuosos lucros, devido às carências e consequente procura de artigos de primeira necessidade ou dificilmente acessíveis (101). Ora uma parte significativa dos que vão investir nas inúmeras sociedades industriais constituídas, particularmente a partir de 1917, provém exactamente do mundo dos negócios — onde acumulou grande quantidade do capital —, factor a ter em conta para a compreensão do aludido *boom* e de que voltaremos a falar.

No domínio específico da indústria, também a guerra originou um condicionalismo favorável — ainda que artificial e de curta duração —, contra-

(99) AHMOP, «Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria. Direcção Geral do Commercio e Industria», SG, 9, fl. 8.

(100) Cf. J. Borges de Macedo, *A problemática tecnológica...*, pp. 438-439; J. Alarcão, *Subsídios para o estudo dos termos fundamentais da economia portuguesa*, in «Revista de Economia», vol. III, fasc. II, 1950, p. 84.

(101) «The inflation and the wars themselves offered the usual opportunity for short-term and individual gains», como escreveu William N. Parker, *Industry*, in Peter Burke (ed.), «The New Cambridge Modern History», vol. XIII: «Companion volume», Cambridge, 1979, p. 77. Ver ainda G. Imbert, *Des mouvements de longue durée Kondratieff*, p. 414; John Maynard Keynes, *The Collected Writings*, vol. II; *The Economic Consequences of the Peace*, Londres e Basingstoke, 1971, p. 149.

riamente ao que já se tem escrito (102). Como informa J.A. Ferreira da Costa: «Durante a guerra a indústria recebeu, é certo, grande impulso. Havia a febre de produzir e de produzir muito, sem se olhar à perfeição das manufacturas ou dos artefactos, sem haver preocupações em produzir em condições económicas, racionalizando as indústrias susceptíveis de sistematização e de seriação. O mercado consumia tudo, por não haver a grande concorrência dos períodos normais» (103).

As condições adversas ao comércio externo da parte dos países beligerantes — durante a guerra e período imediato da reconstrução — eram reforçadas em Portugal com certas medidas: proibição, durante o conflito, de súbditos estrangeiros obterem ou cederem patentes ou outras formas de propriedade industrial (104); rápida e acentuada desvalorização do escudo, com o que eram agravadas as importações dos artigos industriais (105); protecção aduaneiro (106).

(102) Não nos parece, conseqüentemente, que se possa generalizar desta forma: «Quanto à indústria, a falta de energia e de matérias-primas, obriga-a a trabalhar muito longe da sua capacidade plena. Os prejuízos são enormes e o desemprego e as reivindicações sindicais igualmente, criando nos empresários um sentimento de insatisfação profundo e mobilizável» (Vasco Pulido Valente, *Portugal e a guerra de 1914-1918* (2), in «O Tempo e o Modo», nº 34/35, 1966, 114). Noutro estudo, o autor matiza um pouco esta posição (*Estudos sobre a crise nacional*, Lisboa, 1980, pp. 266-268). É que, na área de Coimbra, por exemplo, parte da energia era ainda hidráulica ou produzida por pequenas máquinas a vapor e diversas matérias-primas (argila, madeira, resina, alguma lã, parte do milho e arroz), e a própria lenha, como combustível, eram de produção local.

(103) J.A. Ferreira da Costa, *A indústria nacional*, Lisboa, 1933, p. 32.

(104) Decreto nº 2350 (*Diário do Governo*, I série, nº 77, de 20 de Abril de 1916).

(105) *Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal. Teses e Actas*, Lisboa, 1923, pp. 16-18; J. Alarcão, *Subsídio para o estudo dos termos fundamentais da economia portuguesa*, in «Revista de Economia», vol. II, fasc. II, 1949, pp. 84-85.

(106) A pauta de 5 de Novembro de 1921, ainda que menos restritiva, consagra genericamente o protecçãoismo instaurado com a pauta de 10 de Maio de 1892 (Armando de Castro, *Comércio externo na Época Contemporânea*, in «Dicionário da História de Portugal», dir. por Joel Serrão, vol. I, Lisboa, 1963, p. 634). A

Respondendo positivamente aos estímulos indicados — de *grande procura* (107) e *fraca concorrência* —, grande número de investidores, na sua esmagadora maioria da própria área de Coimbra, volta-se para a indústria, constituindo, só entre 1918 e 1924, 154 sociedades industriais. Neste subperíodo, por sua vez destacável do 3º ciclo (1917-27) atrás mencionado, é ainda possível distinguir os anos de 1920, 1921 e 1922, em que se fundaram respectivamente 39, 30 e 29 sociedades (cf. Apêndices I e II, Quadro nº 2 e Figura nº 2).

Este surto industrial na área em estudo, em termos comparativos, não constitui propriamente uma novidade. Pelo contrário, ele integra-se perfeitamente no movimento que então se processara em Portugal (108) e mesmo noutros países, como Espanha (109), França, Bélgica, Japão, Estados Unidos, Canadá, Brasil e Argentina (110). Considerando a área de Coimbra de

pauta seguinte (de 27 de Março de 1923) também não introduziu grandes alterações (Decretos nºs 7 801, 8 741 e 8 747, respectivamente de 5 de Novembro de 1921, de 27 e de 31 de Março de 1923, in *Colecção oficial de legislação portuguesa. Publicada no ano de 1921*, 2º semestre, Lisboa, 1923, pp. 293-296; *Idem. Publicada no ano de 1923*, 1º semestre, Lisboa, 1925, pp. 242-266 e 275-299).

- (107) A função indutora da procura sobre o investimento foi assim recordada por Crouzet: «[...] investment waves come at a time when demand is high and industry's productive capacity is fully — or even overemployed» (François Crouzet, *Capital Formation in Great Britain during the Industrial Revolution*, in F. Crouzet (ed.), *Capital Formation in Industrial Revolution*, p. 211).
- (108) Cf. Kathleen Schwartzmann, *Lucros, investimentos e coligações políticas na I República*, in «Análise Social», nº 72-73-74, 1982, Gráficos II e III, pp. 749-750.
- (109) Santiago Roldán e J.L. García Delgado, *La formación de la sociedad capitalista en España, 1914-1920*, t. I, em especial, pp. 29-124.
- (110) «Dans les années 1920, la production industrielle double, comme la productivité par tête» (Maurice Flamant et Jeanne Singer-Kerel, *Crisés et récessions économiques*, col. «Que sais-je?», Paris, 1974, p. 62). Ver Tom Kemp, *The French Economy, 1913-1939. The History of a Decline*, Londres, 1972, pp. 54-55, 63, 66, 68 e 72; P. Fearon, *The Origins and Nature of the Great Slump*, pp. 15 e 28; Maurice Crouzet, *L'époque contemporaine. A la recherche d'une civilisation nouvelle*, t. VII, de «Histoire Générale des Civilisations», 5ª ed., Paris, 1969, pp. 45-48.

per se, já a perspectiva é diferente, pois o desenvolvimento industrial registado nos inícios dos anos 20 não encontra paralelo algum no passado. No que ao centro urbano de Coimbra diz respeito, o facto já era notado por observadores coevos: «... a cidade tinha nos últimos tempos tido um notável desenvolvimento industrial e comercial, de tal forma que *a cidade tem perdido um pouco a sua característica essencialmente académica*, característica que lhe vinha de remotas eras» (111).

Todavia, muitas das empresas recém-constituídas assentavam em bases precárias. Com difícil acesso ao crédito, gestão por vezes deficiente e certa obsolescência tecnológica, além dos efeitos da brusca melhoria cambial em 1924 (112), a crise era inevitável. Já em 1925 se escrevia num relatório da Agência do Banco de Portugal em Coimbra: «Não perderemos de vista esse facto, que principalmente se dá com as fabricas de ceramica ou de serração de madeira, que se multiplicaram por esse país fóra e que tambem abundam nesse districto, *encontrando-se já algumas em situação muito precaria*. Temos usado para com ellas da maxima prudencia, criterio que continuaremos a adoptar» (113).

A crise de meados da década de 20 eliminaria número considerável das empresas que se encontravam em situação difícil. Porém, através de uma espécie de selecção «natural», as mais sólidas puderam manter-se e até progredir, ultrapassando as adversidades (114). Entre as dez maiores empre-

(111) Declaração do presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, em reunião do Senado de 27 de Junho de 1925 (*Anais do Município de Coimbra. 1920-1939*. Nota preambular e síntese por Armando Carneiro da Silva, Coimbra, 1971, p. 162) (sublinhado nosso).

(112) AHP, *Relatorios, balanços e desenvolvimentos. Agencias Angra a Funchal, 1924*. A melhoria cambial, favorecendo a importação de produtos manufacturados, afectava a indústria. Todavia, do ponto de vista financeiro e até psicológico, as suas consequências eram naturalmente positivas (cf. António de Sousa Franco, *Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-80*, in «Análise Social», vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982, p. 1117).

(113) AHP, *Relatorios, balanços e desenvolvimentos. Agencias Angra a Funchal. Agência do Banco de Portugal em Coimbra* (sublinhado nosso).

(114) A crise permitiu que certas empresas, como a vida económica em geral, se adaptassem às novas condições. As crises transformam-se assim em «momen-

sas industriais conimbricenses em 1927, só três haviam sido fundadas no pós-guerra (115), pelo que é lícito deduzir que o conflito mundial também beneficiou algumas das firmas anteriormente existentes (116).

Ao finalizar este capítulo, impõe-se que tiremos algumas conclusões. Em geral, pode dizer-se que a indústria da área de Coimbra se desenvolveu especialmente em função de condicionalismos endógenos. O aproveitamento das matérias-primas *in loco* e das fontes de energia disponíveis tê-la-ão obrigado a uma certa dispersão, a qual por vezes mais não foi que o prosseguimento de anteriores actividades artesanais.

A sazonalidade dos cursos de água, bem como a escassez e sobretudo a deficiente qualidade da hulha foram sendo atenuadas, quer através da difusão da máquina a vapor, quer pelo recurso à lenha, de que a área se encontrava relativamente provida. Todavia, a questão das fontes de energia só viria a ter uma solução satisfatória já na primeira e segunda décadas do nosso século, com a aplicação da electricidade à actividade industrial.

tos de verdade» (cf. David S. Landes, *L'Europe technicienne...*, p. 272; Joseph Schumpeter, *Théorie de l'évolution économique. Recherches sur le profit, le crédit, l'intérêt et le cycle de la conjoncture* (trad. do alemão), Paris, 1935, p. 540). Várias das ditas empresas (dos ramos têxtil, cerâmica, moagem e massas alimentícias, cerveja, curtumes e sabão) continuavam a prosperar em 1936-37 (A.A. Torres Garcia, *O problema municipal de Coimbra. Relatório apresentado à Exma. Comissão Administrativa pelo vereador...*, in «Diário de Coimbra», de 28 de Janeiro de 1936 [Este desenvolvido e interessante relatório foi publicado na íntegra naquele periódico, entre 27 de Janeiro e 29 de Fevereiro de 1936, estando datado de 10 de Março de 1935]).

(115) AACIC, *Associação Comercial e Industrial de Coimbra*, Copiador nº 1, fl. 391.

(116) Nem todas as empresas que «sobreviveram» ao final dos anos 20 e inícios dos anos 30 eram grandes. Com efeito, se estas resistem melhor às dificuldades mais graves (Adeline Daumard, *Les bourgeois de Paris au XIXe siècle*, 1970, p. 231), as pequenas empresas, ao utilizarem equipamento mais simples e estando menos dependentes de matérias-primas de um elevado grau de pureza, conseguem por vezes adaptar-se facilmente às flutuações do mercado (E.F. Schumacher, *Small is Beautiful (Um estudo de economia em que as pessoas também contam)* (trad. do inglês), Lisboa, 1980, p. 151).

Com o desenvolvimento tecnológico na indústria e nos transportes, paralelamente ao crescimento de certos mercados — particularmente Coimbra e Figueira da Foz —, surgiram novos pólos industriais, em especial nos subúrbios daqueles aglomerados urbanos e junto às principais vias rodoviárias e ferroviárias (Pampilhosa do Botão, Cantanhede e Pombal). Em correlação com estas alterações na geografia industrial, deve referir-se a inevitável desindustrialização de certas zonas do interior da área estudada (com excepção dos centros da indústria papelreira), onde as difíceis comunicações e a reduzida elasticidade dos mercados locais constituíam trávões inexoráveis.

Entretanto, a melhoria nos transportes — com anverso e reverso, como é sabido — também favoreceu obviamente a concorrência, interna e externa, com que a indústria da área conimbricense se tinha que defrontar. Em última análise, os reflexos do desenvolvimento assimétrico do País repercutiam-se negativamente nos centros mais industrializados da área em foco, a exemplo do que sucedia entre estes últimos e as zonas periféricas rurais. Apesar disso, melhores condições surgiriam para o desenvolvimento da indústria na área estudada, mas infelizmente só na sequência do primeiro conflito mundial. Porém, era demasiado tarde, e a conjuntura dentro em breve viria a alterar-se de novo, com a crise de 1929 e a própria II Guerra Mundial, que reforçaram a hegemonia dos grandes centros urbanos, em detrimento dos centros da Província. Contudo, para melhor se compreender a dinâmica da industrialização até aqui analisada, é essencial recorrer ao estudo mais detalhado de outros parâmetros, nomeadamente as empresas e o financiamento, o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

EMPRESAS E FINANCIAMENTO

DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E/OU FAMILIAR À SOCIEDADE

A industrialização, como qualquer outra actividade humana sistematicamente exercida, apenas se torna possível graças à acção de diversos agentes. Destes, no que àquela se refere, o *empresário* e a *empresa*, sem esquecer os meios de financiamento, têm sido justamente considerados os mais dinâmicos (1). Foquemos a empresa, já que ao empresário nos referiremos mais adiante.

1. Importância e evolução da empresa

Sob o aspecto jurídico, as empresas podem dividir-se em dois grandes grupos: *individuais* e *colectivas*. Estas (ou as sociedades colectivas, dado que, para o nosso objectivo, empresa e sociedade se identificam), por seu turno, subdividem-se nas seguintes modalidades: *em nome colectivo*, *em comandita*, *anónimas* (*Código Comercial*, de 23 de Agosto de 1888) e *por quotas* (Lei de 11 de Abril de 1901) (2). À evolução destes tipos de sociedade, em geral, no período do capitalismo industrial — isto é, *grosso modo*, nos últimos dois séculos —, presidiram fundamentalmente dois objectivos:

(1) Cf. Joseph Schumpeter, *Théorie d'évolution économique. Recherches sur le profit, le crédit, l'interêt et le cycle de la conjoncture* (trad. do alemão), Paris, 1935, p. 85.

(2) Sobre as suas características, ver o *Código Comercial*, arts. 105º, 151º a 206º e

a valorização do colectivo, perante o individual; a preferência gradual dada à associação de capital sobre a associação de pessoas (3). Assim, as sociedades individuais foram-se tornando cada vez mais raras, o mesmo sucedendo ulteriormente às próprias sociedades em nome colectivo e em comandita, para se generalizarem as sociedades anónimas, como formas societárias evoluídas e efectivamente modernas, próprias da economia capitalista (4).

Como se tem salientado em trabalhos recentes, as empresas constituem pontos de análise privilegiados (5), a merecerem mais atenção do que habitualmente lhes tem sido dedicada, em especial através da exploração sistemática e metódica dos seus próprios arquivos. Sobre o assunto, escreveu Louis Bergeron: «Ainsi l'entreprise, particulièrement industrielle, apparaît-elle de plus en plus nettement comme un point remarquable de focalisation, où se déchiffrent le style d'un capitalisme comme les orientations d'une économie» (6). De que forma evoluiu a empresa, a que já se chamou *célula económica de base* (7)?

Lei indicada (*Código Comercial Português e diplomas complementares*. Edição revista e actualizada por Guilherme Alves Morgado, 18ª ed., Lisboa, s.d., pp. 31, 43-60 e 169-187).

- (3) A propósito, escreveu J. Bouvier: «De la fin du XVIIIe siècle à nos jours, la ligne d'évolution est facile à saisir: on est passé des *sociétés de personnes* aux *sociétés de capitaux*» (Jean Bouvier, *Initiation au vocabulaire et aux mécanismes économiques contemporains XIXe-XXe siècles*, Paris, 1972, p. 251).
- (4) Cf. P. Lebrun *et al.*, *Essai sur la révolution industrielle en Belgique, 1770-1847*, p. 391.
- (5) Ver, entre outros, Henri Morsel, *Histoire et histoire des entreprises*, in «Revue d'Histoire Économique et Sociale», t. 53, nº 1, 1975, pp. 121-127; Pierre Vilar, *La noción de empresa y de empresario, desde los tiempos modernos a los contemporáneos*, in Afonso Atazu (ed.), «Dinero y credito (Siglos XVI al XIX). Actas del Primer Coloquio Internacional de Historia Económica (Madrid-Villalba-Segovia, 21, 22 y 23 de Marzo de 1977)», Madrid, 1978, pp. 241-248; Louis Bergeron (présenté par), *Les capitalistes en France (1780-1914)*, col. «Archives», Paris, 1978, pp. 125-140.
- (6) L. Bergeron, *op. cit.*, p. 140. Cf. também p. 135.
- (7) «L'entreprise, en effect, est *la cellule économique de base*, le lieu où se créent

2. Persistência das formas societárias pouco evoluídas

Ao analisarmos, nos capítulos I e III, os vários ramos da indústria, fornecemos diversos elementos e fizemos algumas considerações sobre os diferentes tipos de sociedade. Aliás, a própria designação da firma — geralmente por nós indicada (8) — também é muitas vezes elucidativa. Assim, enquanto na denominação da empresa individual, em nome colectivo ou em comandita figuram ordinariamente os nomes dos proprietários ou dos respectivos sócios, na da sociedade anónima consta o próprio objecto (9). Consequentemente, para não focarmos de novo a forma jurídica de cada uma das sociedades indicadas — com o que, em parte, nos repetiríamos —, preferimos destacar alguns exemplos mais esclarecedores de absolência (relativa) e de modernidade.

Nas actividades artesanais e de pequena indústria (estudadas no capítulo I) e mesmo em grande parte das indústrias (focadas no capítulo III), a *empresa individual* e *em nome colectivo* eram preponderantes. Em 1875, por exemplo, das 136 sociedades anónimas constituídas segundo a Lei de 23 de Junho de 1867, apenas 4 (2,9%) se localizavam no distrito de Coimbra, dedicando-se 2 delas à construção civil, 1 à banca e a outra à indústria de lanifícios (10).

les «richesses» et où s'amorce leur circulation. Carrefour des différents marchés (des consommateurs, financier, de la technologie, des matières, de l'énergie, du travail), l'entreprise est sans conteste le pivot de la vie économique. Elle est, de surcroît, le vecteur privilégié du changement et de l'innovation» (Maurice Dumas (dir.), *Histoire général des techniques*, t. V: *Les techniques de la civilisation industrielle*, p. 528) (sublinhado nosso).

(8) Cf. *supra*, especialmente Quadros IV-VI, VIII-IX, XIV e XVI-XXII.

(9) Ch. E. Freedeman, *Joint-Stock Enterprise in France, 1807-1867*, p. 14. No caso das sociedades em comandita, como refere este autor, a empresa recebe o nome de um ou mais sócios sujeitos a responsabilidade ilimitada (*ibidem*).

(10) Tratava-se da Companhia Edificadora Figueirense, da Empreza Construtora do Teatro Figueirense, do Banco Comercial de Coimbra e da Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra (*Anuario Estatístico de Portugal. 1.º anno. 1875*, Lis-

O moderado desenvolvimento industrial, a exigir somas exíguas de capital, permitiu que ao empresário individual se fossem sucedendo as sociedades em nome colectivo e, mais raramente, em comandita. Este processo, que se manteria sem grandes modificações até aos inícios do século actual, verificava-se em actividades tão diversas como a panificação, a pastelaria e ramos afins, a confecção (alfaiataria), a têxtil de lanifícios e a cerâmica.

A *sociedade em nome colectivo* (11), a despeito das suas limitações (12), possibilitava o aumento de capital e, mais importante ainda naquela altura, a colaboração entre indivíduos com distintos graus de aptidão. Com efeito, se não era raro associarem-se artífices ou industriais do mesmo ramo (13), mais frequente era todavia a colaboração entre o possuidor de algum capital (*sócio capitalista*) e o operário ou gerente especializado (*sócio industrial* ou *de indústria*) (14).

Recorria-se ainda frequentemente à sociedade em nome colectivo para

boa, 1877, pp. 324, 326, 328, 332 e 335). Como vimos, a vida da última empresa seria efémera.

- (11) Ocasionalmente aparecia também a sociedade civil particular. Recorreram a este tipo, por exemplo, José Ribeiro de Freitas e seu filho, Agostinho Ribeiro de Freitas, do Paião (concelho da Figueira da Foz), que adoptaram a firma Ribeiro & Filho, com o capital de 21 contos, tendo por objectivo a exploração de um estabelecimento de alfaiataria (AUC, not. Pedro António d'Almeida (Paião e Lavos), l.n. nº 206, pp. 2v.-5v.).
- (12) Como, por exemplo, a responsabilidade ilimitada e solidária de todos os sócios, independentemente da sua quota e empenho na sociedade. Aquela se alude expressamente numa escritura de 1900 (AUC, not. António Boaventura Dias Nestório (Figueira da Foz), l.n. nº 3, fls. 49-51).
- (13) Entre outros, associaram-se em Coimbra: duas modistas, em 1874 (AUC, not. Augusto Gomes Pimentel (Coimbra), l.n. nº 10, fls. 22-22v.); e seis fabricantes de louça, em 1920, a fim de moerem, a vapor, vidro e tintas para as suas empresas (AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. nº 234, fls. 97-99v.).
- (14) Por exemplo, a sociedade sob a firma Damião & Cª (alfaiataria), constituída em Coimbra, em 1923 (AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 42, fls. 75v.-78).

assegurar a continuação da empresa sob o domínio da mesma família. O fundador, associando familiares (mais vulgarmente filhos ou outros descendentes) (15), contribuía para que a empresa e o próprio património industrial perdurassem para além da geração a que ele pertencia (16).

Recordando as opiniões divergentes, acerca da função da empresa de estrutura familiar na industrialização em França (17), pode colocar-se esta questão: terá sido a empresa familiar, na área de Coimbra, responsável pelo protelar do desenvolvimento industrial? É provável que tenha tido alguma importância, mas de modo algum foi um factor decisivo. Prova-o o facto de, entre as mais antigas e dinâmicas empresas da área em foco, se contarem precisamente algumas cuja duração se deveu sobretudo à persistência e dedicação de certas dinastias (18).

(15) Ver, por exemplo, as sociedades sob as seguintes firmas: António Jacinto & Filho (de alfaiataria, Coimbra, 1878) (AUC, not. Joaquim António Rodrigues Nunes (Coimbra), l.n. nº 18, fls. 4-4v.); Fonseca & Filho (de cerâmica, Lages-Coimbra, 1903) (AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 106, fls. 46-47); Campos & Irmão (de cerâmica, Coimbra, 1910) (AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 143, fls. 1-2v.).

(16) Este fenómeno tem sido reconhecido em diversos países de formação pré-industrial, sobretudo na área mediterrânea. Refere-se a este assunto, especificando a França, C. Trebilcock, *The Industrialization of the Continental Powers, 1780-1914*, p. 138.

(17) Para David S. Landes (*apud* C. Fohlen, *Qu'est-ce que la révolution industrielle?*, pp. 103-105), a referida estrutura empresarial, de tipo familiar, dificultou a industrialização em França. Para Rondo Cameron, pelo contrário, o espírito empresarial francês e o dinamismo das respectivas empresas — em França como no estrangeiro — merecem ser realçados (C. Fohlen, *op. cit.*, pp. 105-106; Rondo Cameron, *Francia y el desarrollo económico de Europa, 1800-1914* (trad. do inglês), Madrid, 1971, cap. V, pp. 97-108 e *passim*). Refere-se também positivamente à empresa familiar Louis Bergeron, sem todavia deixar de lhe apontar igualmente as limitações (L. Bergeron, *Les capitalistes en France*, pp. 126-134). A posição favorável deste autor para com a empresa familiar foi já notada por Jean Bouvier, numa recensão à obra citada (cf. *Annales. E.S.C.*, 34º ano, nº 1, 1979, p. 190).

(18) Entre outras, relembremos as empresas fundadas por *José Álvés Coimbra* (metalurgia e metalomecânica), *Augusto Luiz Martha* (sabão), *José Correia*

Estabelecendo, de certo modo, o nexo entre a sociedade em nome colectivo e as sociedades anónimas, surge a *sociedade em comandita*. Favorecendo a acumulação e a captação de capital — cujo risco, para o(s) sócio(s) comanditários(s) é limitado à própria quota — e estimulando o empenhamento do(s) outro(s) sócio(s) — cuja responsabilidade é ilimitada —, era de supor que a sociedade em comandita tivesse desempenhado um papel de relevo na área estudada (19). No entanto, o seu uso foi bastante limitado (20), apesar de ter recorrido a este tipo societário exactamente uma das empresas mais destacadas da área (21). A que se deveu esse facto?

A interpretação que damos do fenómeno é a seguinte: a sociedade em comandita — simples e por quotas — teve a sua época áurea, em Portugal,

Amado (curtumes) e *Aníbal de Lima* (têxtil de malhas). É possível que, tal como aconteceu em França — de cujo modelo industrial o da área de Coimbra se aproxima em alguns aspectos, como este —, a distribuição de tarefas e a especialização dos membros da família em empreendimentos de gestão tenham constituído, mais que uma desvantagem, um certo estímulo (cf. C. Fohlen, *op. cit.*, p. 111). Sobre a importância da sociedade em nome colectivo na Grã-Bretanha ver François Crouzet, *La formation du capital en Grande Bretagne pendant la révolution industrielle*, in «Deuxième Conférence Internationale d'Histoire Économique. Aix-en-Provence, 1962», Paris-Haia, 1965, p. 608 e nota 1.

- (19) Foi o que ocorreu em França, quanto à sociedade em comandita por acções, segundo Ch. E. Freedeman, *Joint-Stock Enterprise in France, 1807-1867*, p. 56.
- (20) Deparámos com as seguintes: Almeida & Costa, para exploração de uma alfaiataria (Coimbra, 1908) (AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 145, fls. 22v.-24v.); Martins & Comandita, para o fabrico de bolacha (Figueira da Foz, 1915) (AUC, not. João dos Santos Apóstolo (Figueira da Foz), l.n. nº 59, fls. 22-24v.); Planas & Cª, em Comandita, para exploração de uma fábrica de lanifícios em Santa Clara (Coimbra, 1914) (AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 189, fls. 20v-22).
- (21) Referimo-nos à firma Planas & Cª, em Comandita (indicada na nota precedente) que, de forma um tanto invulgar, entre 1909 e 1914 foi uma sociedade simultaneamente em nome colectivo e em comandita (AUC, not. Joaquim Gaspar de Matos (Coimbra), l.n. nº 154, fls. 31v.-36, escritura de 1909; quanto à escritura de 1914, cf. nota anterior).

nas últimas décadas do século XIX, altura em que a sua necessidade na área de Coimbra, devido ao relativo atraso industrial, ainda se não fazia sentir notoriamente. Ora, quando a sociedade em nome colectivo se tornou demasiado restritiva, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, já a própria sociedade em comandita não satisfazia, pelo que houve toda a vantagem em lançar mão das sociedades anónimas por quotas.

3. Empresa industrial moderna na área de Coimbra

A despeito de, a partir de 1867, a constituição de *sociedades anónimas* passar a ser dispensada de autorização especial (22), foi apenas já no século actual, particularmente nas décadas de 10 e 20, que aquelas e as *sociedades por quotas* (sobretudo as de *responsabilidade limitada*) passaram a ter uma função relevante. A necessidade de grande envolvimento de capital (23), a possibilidade de o empresário investir em várias sociedades e a responsabilidade, limitada aos fundos das próprias empresas, faziam destes tipos de sociedade bons meios de desenvolvimento económico e, particularmente, industrial. Por esse motivo, as ditas sociedades começam a surgir mesmo em actividades tradicionais, substituindo alguns dos tipos societários anteriores (24), além de começarem a ser praticamente as únicas modalidades usadas em empresas de ramos progressivos, como o têxtil de malhas, a construção naval, a indústria do vidro, a serração de madeira, a moagem e a cerâmica.

As modernas formas jurídicas de sociedade foram assim um elemento a considerar no surto industrial da área, já anteriormente abordado. Contudo, não se pode deduzir daí ter sido a acção estatal decisiva — como por

(22) Lei de 22 de Junho de 1867 (*Collecção official de legislação portugueza. Anno de 1867*, pp. 173-180). Pela mesma altura (24 de Julho de 1867), também em França uma lei abre caminho ao crescimento das grandes sociedades anónimas (Ch. E. Freedeman, *op. cit.*, pp. 143-144).

(23) Louis Bergeron, *Banquiers, négociants et manufacturiers parisiens du Directoire à l'Empire*, Paris e outras, 1978, pp. 215-217.

(24) Nas indústrias da alimentação (padaria, confeitaria e afins), do vestuário (alfaia-taria) e da cerâmica.

vezes tem sucedido em áreas ou países tardiamente industrializados (25) —, em virtude de a legislação que facilitou ou criou os mencionados tipos societários ter sido muito antes promulgada (como verificámos, em 1867, 1888 e 1901), sem que, até cerca dos anos 20, os seus efeitos se tivessem notado significativamente.

O CAPITAL INDUSTRIAL

O *capital* é um dos elementos mais importantes da industrialização. Cl. Fohlen considera-o um dos três factores endógenos da revolução industrial — relacionando-se os outros dois com a *tecnologia* e a *função empresarial* (26) —, enquanto W.A. Lewis e W.W. Rostow, por sua vez, atribuem à formação e ao investimento de capital um papel decisivo no processo industrial (27).

O estudo do capital pode fazer-se sob múltiplas perspectivas. Entre elas, apontemos: o *capital social*, a *proveniência geográfica do capital*, as *fontes do capital industrial*, o *autofinanciamento e crédito*, as *taxas de juro* e a *banca*. Aqui seguiremos as três primeiras, deixando as últimas para os pontos seguintes deste capítulo.

(25) Acerca do papel estatal e, mais especificamente, legislativo sobre a industrialização, ver A. Gerschenkron, *El atraso económico en su perspectiva histórica*, pp. 55, 368 e 372; Cl. Fohlen, *Qu'est-ce que la révolution industrielle?*, pp. 165-172; R.M. Hartwell, *The Industrial Revolution and Economic Growth*, Londres, 1971, pp. 244-261.

(26) Cl. Fohlen, *op. cit.*, cap. III, pp. 69-115. Como factores exógenos, o mesmo autor (*op. cit.*, pp. 117-172) aponta: a *revolução agrícola*, o *crescimento da população*, o *papel da educação* e a *acção do Estado*.

(27) Para Lewis, «The fundamental explanation of *any industrial revolution*, that is to say, of any sudden acceleration of the rate of capital formation, is a sudden increase in the opportunities of making money» (W.A. Lewis, *The Theory of Economic Growth*, p. 235). Para Rostow, uma das condições da descolagem é o «aumento da taxa de investimento produtivo, digamos de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional (ou produto nacional líquido — PNL)» (W.W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento económico*, p. 55).

1. *Capital social*

Fornecemos já (capítulos I e III) alguns elementos sobre o *capital social* de grande número de empresas (28). Em alguns casos analisámos mesmo a distribuição do respectivo capital, entre capital fixo e capital circulante (29). Contudo, são escassos os elementos disponíveis sobre o assunto, tornando-se extraordinariamente difícil, se não mesmo impossível, conhecer a evolução dos valores daqueles durante o período em foco. Daí o termos lançado mão dos dados constantes do *Inquérito industrial de 1890*, com os quais elaborámos o Quadro XXIV (30). Trata-se de dados meramente indicativos, pois faltam numerosos elementos sobre o capital, relativamente não só às pequenas empresas como até às de grande dimensão, não podendo por isso tirar-se conclusões definitivas (31). Todavia, eles permitem tirar algumas ilações, das quais distinguimos as seguintes:

1. As empresas são de natureza variada — artesanais, de pequena e grande indústria —, pelo que a *composição orgânica do capital*, ou seja, a relação entre o capital fixo e o capital circulante (32), varia muitíssimo entre elas (para o capital fixo a variação é entre 2,8% e 95,2% e, para o capital

(28) Cf *supra*, quadros IV-VI, VIII-IX, XIV e XVI-XX e *infra*, Apêndice II, Quadro nº 1.

(29) Cf. *supra*, pp. 145, 164-165 e 216.

(30) Só utilizámos dados das empresas cujos capitais fixo e circulante são indicados. As empresas mencionadas neste Quadro não coincidem exactamente com as indicadas nos Quadros para que remetemos na nota 28. Com efeito, nestes incluímos especialmente as empresas societárias, ao passo que do Quadro XXIV, sobre o capital industrial, também fazem parte empresas individuais.

(31) As principais lacunas reportam-se a actividades artesanais ou da pequena indústria — sendo a ausência de dados total quanto aos concelhos de Oliveira do Hospital, Penacova, Penela, Poiares, Soure e Tábua —, não obstante o capital de algumas indústrias, como a moagem em Coimbra, também não ser referido (*Inquerito industrial de 1890*, vol. III, pp. 378 e 384-387). Das grandes empresas ausentes — sob o ponto de vista do capital —, sublinhe-se a firma de lanifícios Peig, Planas & Cª, em Coimbra (*Ibidem*, p. 378).

(32) K. Marx, *Le capital*, livro I, t. III, p. 54.

QUADRO XXIV
CAPITAL INDUSTRIAL NO DISTRITO DE COIMBRA (1890)

CONCELHO	RAMO INDUSTRIAL	CAPITAL INDUSTRIAL (RÉIS)					
		TOTAL	FIXO		CIRCULANTE		
			VALOR	%	VALOR	%	
Arganil	Marcenaria	180\$000	80\$000	44,4	100\$000	55,6	
	Fósforo	1 168\$800	823\$200	70,8	343\$400	29,4	
Subtotal		1 348\$800	903\$200	67,1	443\$400	32,9	
Cantanhede	Cal	8 900\$000	2 200\$000	24,7	6 700\$000	75,3	
Colmbra	Calçado	1 510\$000	1 250\$000	82,8	260\$000	17,2	
	Carruagens, carros e carroças	5 400\$000	3 000\$000	55,6	2 400\$000	44,4	
	Cera	600\$000	450\$000	75,0	150\$000	25,0	
	Cerâmica	62 800\$000	44 300\$000	70,7	18 500\$000	29,3	
	Colchoaria	1 510\$000	1 250\$000	82,8	260\$000	17,2	
	Correaria	1 130\$000	1 000\$000	88,5	130\$000	11,5	
	Fundição de ferro	1 800\$000	1 000\$000	55,6	800\$000	44,4	
	Funilaria	1 050\$000	1 000\$000	95,2	50\$000	4,8	
	Gasosas e Xaropes	1 400\$000	700\$000	50,0	700\$000	50,0	
	Gravura	80\$000	50\$000	62,5	30\$000	37,5	
	Instrumentos musicais	900\$000	100\$000	11,1	800\$000	88,9	
	Malas e baús	3 810\$000	3 500\$000	91,9	310\$000	8,1	
	Marcenaria	300\$000	150\$000	50,0	150\$000	50,0	
	Massas alimenticias	53 000\$000	18 000\$000	34,0	35 000\$000	66,0	
	Modas (artigos de)	300\$000	200\$000	66,7	100\$000	33,3	
	Ourivesaria (fabrico de objectos de ouro)	9 810\$000	8 700\$000	88,7	1 110\$000	11,3	
	Pedaria	3 082\$000	1 830\$000	59,2	1 252\$000	40,8	
	Pichearia	4 000\$000	400\$000	10,0	3 600\$000	90,0	
	Saboaria	19 800\$000	12 000\$000	60,6	7 800\$000	39,4	
	Serralharia	6 270\$000	4 800\$000	76,6	1 470\$000	23,4	
	Silgueiro	3 055\$000	2 650\$000	86,7	405\$000	13,3	
	Tanoaria	1 807\$000	1 207\$000	66,8	600\$000	33,2	
	Torneiro de madeira	240\$000	200\$000	83,3	40\$000	16,7	
Tipografia	70 383\$000	56 600\$000	80,4	13 783\$000	19,6		
Subtotal		253 987\$000	164 337\$000	64,7	89 650\$000	35,3	
Condeixa-a-Nova	Cal	442\$000	132\$000	29,9	310\$000	70,1	
Figueira da Foz	Açúcar (refinação)	81 000\$000	25 000\$000	30,9	56 000\$000	69,1	
	Cal	4 500\$000	3 200\$000	71,1	1 300\$000	28,9	
	Calçado	4 284\$000	2 274\$000	53,3	1 990\$000	46,7	
	Carpintaria	812\$000	500\$000	61,6	312\$000	38,4	
	Cerâmica	12 000\$000	8 000\$000	66,7	4 000\$000	33,3	
	Chapelaria	3 500\$000	500\$000	14,3	3 000\$000	85,7	
	Cimento e cal hidráulica	37 800\$000	24 800\$000	65,6	13 000\$000	34,4	
	Confitearia	1 440\$000	400\$000	27,8	1 040\$000	72,2	
	Pedaria	14 958\$800	11 980\$000	80,2	2 978\$800	20,0	
	Vidraria	137 000\$000	82 000\$000	59,9	55 000\$000	40,1	
	Subtotal		297 272\$800	158 274\$000	53,2	138 998\$800	46,8
	Góis	Calçado	2 377\$000	1 010\$000	42,5	1 367\$000	57,5
	Subtotal	Funilaria	71\$000	33\$000	46,5	38\$000	53,5
Lã (fição e tecelagem)		80 000\$000	32 000\$000	40,0	48 000\$000	60,0	
Ourivesaria (fabrico de objectos de ouro)		800\$000	800\$000	100,0	0\$000	0,0	
Papel		53 000\$000	45 000\$000	84,9	8 000\$000	15,1	
Serralharia		342\$700	137\$500	40,1	205\$200	59,9	
Subtotal			118 580\$700	78 786\$500	66,5	39 794\$200	33,5
Lousã		Alfaiataria	3 000\$000	1 950\$000	65,0	1 050\$000	35,0
Subtotal	Cal	3 184\$400	280\$000	8,8	2 904\$400	91,2	
	Calçado	500\$000	300\$000	60,0	200\$000	40,0	
	Cerâmica	1 338\$000	854\$000	63,9	484\$000	36,1	
	Ferrador	803\$720	480\$000	59,7	323\$720	40,3	
	Lã (fição e tecelagem)	3 500\$000	2 000\$000	57,1	1 500\$000	42,9	
	Pedaria	4 541\$375	200\$000	4,4	4 341\$375	95,6	
	Papel	135 000\$000	110 000\$000	81,5	25 000\$000	18,5	
	Serralharia	1 890\$500	1 150\$000	60,8	740\$500	39,2	
	Subtotal		150 861\$895	117 194\$000	77,7	33 667\$895	22,3
	Miranda do Corvo	Cal	220\$000	100\$000	45,5	120\$000	54,5
Subtotal	Cerâmica	1 072\$500	678\$000	63,2	394\$500	36,8	
	Lã (fição e tecelagem)	2 200\$000	2 000\$000	90,9	200\$000	9,1	
	Papel	1 700\$000	1 500\$000	88,2	200\$000	11,8	
Subtotal		5 192\$500	4 276\$000	82,4	916\$500	17,6	
Total geral		634 623\$395	528 098\$700	83,2	306 524\$695	48,4	

FONTE:
Inquerito industrial de 1890, vol. III: *Industrias fabris e manufactureiras (Inquerito de gabinete)*, Lisboa, 1891, pp. 375-384

circulante, entre 4,8% e 97,2%). Contudo, é muito provável que os dados relativos ao capital fixo estejam subestimados, devido a erros de informação, com o intuito de fuga ao imposto industrial.

2. Vários extremos, isto é, valores superiores a 80% de capital fixo e inferiores a 20% de capital circulante, ao invés do que teoricamente se poderia esperar (33), verificavam-se em actividades artesanais, como as de calçado, colchoaria, correaria, funilaria e ourivesaria (Coimbra). Com efeito, ainda que as instalações e os instrumentos de trabalho fossem nestas de reduzido valor, mesmo assim excediam em muito o capital destinado à mão-de-obra — em muitos casos circunscrita ao próprio artífice, proprietário da oficina — e às matérias-primas, também estas em quantidade reduzida, devido à exiguidade da produção.

3. Quanto às indústrias propriamente ditas, o capital fixo do maior número (cerâmica, cimento e cal hidráulica, fundição de ferro, saboaria e vidraria) situava-se entre os 50% e os 80%, sendo a média geral de 63%, o que denota, em princípio, encontrarem-se numa fase intermédia de desenvolvimento. Fora dos referidos parâmetros estavam as empresas dedicadas ao fabrico de papel (capital fixo acima dos 80%) e de massas alimentícias, em Coimbra (34% de capital fixo). As fábricas de papel (dos concelhos de Góis e da Lousã) contavam-se entre as principais unidades da área coimbrã, pelo que as suas instalações e equipamento absorviam grande parte do capital social. Acerca das de massas alimentícias (Coimbra), além de usarem tecnologia ainda pouco desenvolvida — sendo grande parte das tarefas executada manualmente —, uma delas encontrava-se em instalações arrendadas — sitas no antigo convento de S. Francisco, em Santa Clara (34) —, o que reduzia substancialmente a necessidade de investimento em capital fixo.

4. Por fim, perante os dados apresentados (Quadro XXIV), uma conclusão se impõe: o indicador constituído pela composição orgânica do capital

(33) «... à une époque arriérée de l'accumulation, il se convertit 50% de la valeur-capital en moyens de production, et 50% en travail, à une époque plus avancée il se dépensera 80% de la valeur-capital en moyens de production et 20% seulement en travail» (K. Marx, *Le capital*, livro I, t. III, p. 64).

(34) Cf. *supra*, pp. 201-203.

— como, em certa medida, o do próprio capital social — necessita de ser analisado com extrema precaução e, sempre que possível, completado com outros indicadores. Na realidade, se o aumento do capital fixo e a redução do capital circulante são fenómenos geralmente inerentes à própria industrialização (35), em contextos como o que estudamos, onde o frouxo desenvolvimento industrial possibilitou — e exigiu — a persistência de antigas formas de empresa pré-industriais, os valores das ditas categorias de capital são por vezes surpreendentes e impossíveis de explicar a partir somente da teoria, caso não se recorra a outros elementos.

2. Proveniência geográfica do capital

Dada a importância do *factor capital* para a industrialização, seria do maior interesse conhecer a sua proveniência geográfica. Todavia, perante a escassez de elementos sobre o assunto, apenas se torna possível focar alguns aspectos.

Pela análise do local da residência de grande número de empresários e accionistas e de alguns credores e devedores, chega-se à conclusão de que, na esmagadora maioria dos empreendimentos industriais da área — na instalação de novas unidades ou na ampliação das existentes —, o capital provinha da própria localidade ou das zonas adjacentes. Entre numerosos exemplos, basta recordar a indústria de malhas (Coimbra), a cerâmica (Pampilhosa do Botão), a construção naval (Figueira da Foz) e a serração de madeira (zona de Pombal). Contudo, também por vezes se recorria a capital de zonas mais afastadas ou mesmo de outras áreas. Apesar de, pela sua relativa variedade, ser difícil tipificar as empresas e situações em que tal sucedia, as mais comuns integram-se nos dois grupos seguintes.

Um diz respeito a algumas actividades pré-industriais em vias de extinção, cuja falta de meios, na respectiva localidade, obrigava a recorrer a outras mais distantes. Foi o que fizeram, por exemplo, dois moleiros de Cernache, ao solicitarem crédito a padeiros de Coimbra (1879 e 1890) (36).

(35) P.L. Cottrell, *Industrial Finance, 1830-1914. The Finance and Organization of English Manufacturing Industry*, Londres-Nova Iorque, 1980, p. 255.

(36) AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 32, fls. 86-86v.; not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 63, fls. 55-56.

O outro grupo refere-se a certas empresas fabris que, por dificuldades em obter capital onde se encontravam sediadas ou para reforçarem a sua capacidade, recorriam a outros centros. Em alguns casos obtinham capital através da integração de sócios ou accionistas — a que fomos aludindo, ao focar a indústria fabril — e, noutros, por meio do crédito. Refiram-se, a título de exemplo, os seguintes empréstimos: uma firma do Porto (Formigal & Comandita) a um industrial de Coimbra (37); uma senhora de Coimbra, doméstica, à União Industrial e Comercial, Ld^a, da Pampilhosa do Botão (38); a Agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz à firma Serração de Arazede, Ld^a (39).

3. Fontes do capital industrial

As fontes do capital industrial eram de natureza diversa, tendo o seu peso relativo variado ao longo do período. Todavia, elas podem agrupar-se em dois núcleos: *internas*, se são relativas a actividades artesanais ou industriais; e *externas*, as referentes a outros ramos de actividade, designadamente a agricultura, o comércio (40) ou, ainda que em menor grau na área estudada, a banca (41) e outras actividades do sector terciário.

Torna-se difícil o estudo desenvolvido desta questão, essencialmente por duas ordens de razões: uma prende-se com a índole da própria documentação, a qual, ou é omissa quanto ao assunto, ou apenas nos dá informações indirectas, como sejam as profissões dos sócios ou accionistas; a outra, em virtude de as fontes do capital serem frequentemente mistas, o que impossibilita a distinção entre elas e o peso específico de cada uma.

(37) AUC, not. Alfredo da Costa Almeida Campos (Coimbra), l.n. nº 41, fls. 8-11.

(38) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 73, fls. 67-68.

(39) AABPC (AAFF), «Correspondencia de diversos. Anos de 1919 a 1925».

(40) Seguimos genericamente a classificação de François Crouzet, *Capital Formation in Great Britain during the Industrial Revolution*, in F. Crouzet (ed.), «Capital Formation in the Industrial Revolution», pp. 172-173.

(41) Com efeito, a banca, na área e período estudados, só muito moderadamente foi fonte de capital. Mesmo como mobilizadora de capital, a sua acção foi relativamente limitada. Voltaremos proximamente ao assunto.

Mesmo passadas as primeiras fases da industrialização — em que muitas empresas se dedicavam a actividades de natureza diversa —, a situação, deste ponto de vista, não se altera substancialmente, dado que, se por um lado se intensifica a especialização, por outro passam a intervir mais frequentemente outros factores, como a banca e a possibilidade de os empresários serem ao mesmo tempo accionistas de várias sociedades. Contudo, a observação dos poucos dados disponíveis permite-nos formular algumas hipóteses, a saber: a actividade industrial era a principal financiadora de si própria; a agricultura, sobretudo nos meios rurais e durante as primeiras décadas focadas, constituía também uma importante fonte do capital industrial; o capital proveniente do comércio, particularmente nos meios urbanos — onde o factor mercado se destacava — desempenhou papel de certo relevo desde finais do século passado e, em especial, durante a I Guerra Mundial e anos imediatos. Analisemos mais de perto as duas últimas hipóteses, dado que trataremos da primeira ao focar o autofinanciamento. Note-se que visamos apenas as *fontes directas* do capital, visto os escassos elementos colhidos sobre depósitos bancários não permitirem abordar as *fontes indirectas*.

4. A agricultura como fonte de capital industrial

Da actividade agrícola como fonte de capital industrial dá testemunho, por exemplo, o elevado número de proprietários entre os fundadores de certas empresas industriais, a maioria dos quais estava por certo, de forma mais ou menos directa, ligada à terra. A despeito de surgirem proprietários envolvidos em diversas indústrias, era na cerâmica que tal facto mais se evidenciava. Tratando-se de uma actividade com razoável implantação nos meios rurais, compreende-se que entre os investidores se encontrassem proprietários da respectiva zona ou proximidades (42). Assim acontecia nas 10 empresas de cerâmica a que aludiremos seguidamente e cuja percenta-

(42) Mesmo na Grã-Bretanha, ainda em 1860 e 1885 — isto é, cerca de um século após o início da revolução industrial —, respectivamente 75% e 63% do capital das sociedades anónimas provinha de investidores residentes num raio de dez milhas em redor das suas sedes (Facto posto em evidência por William P. Kennedy, na recensão ao livro de P.L. Cottrell, *Industrial Finance, 1830-1914*, in «The Journal of Economic History», vol. XLIII, nº 3, 1983, p. 751).

gem de sócios/accionistas, com a categoria socioprofissional de *proprietário* (que indicamos a seguir à respectiva sede do concelho e à data de fundação da sociedade), ultrapassava regra geral os 50%, chegando mesmo a atingir, em três casos, 100%: Cerâmica Arganilense (Arganil, 1915, 100%) (43); Empresa de Cerâmica da Carriça, Ld^a (Arganil, 1924, 54,5%) (44); Fábrica de Louças e Cerâmica, Ld^a (Cantanhede, 1922, 68,4%) (45); Mesquita, Pimentel & C^a (Miranda do Corvo, 1901, 100%) (46); Soares & Baptista (Miranda do Corvo, 1906, 66,7%) (47); Brandão, Afonso, Nazareth & C^a, Ld^a (Oliveira do Hospital, 1920, 100%) (48); Bonifácio, Magalhães & C^a (Pampilhosa do Botão-Mealhada, 1920, 60%) (49); Barbosa, Coimbra & C^a, Ld^a (Penacova, 1920, 52,9%) (50); Sociedade Cerâmica de Pombal, Ld^a (Pombal, 1922, 60%) (51); e, finalmente, Alves, Valentim, Mendes & C^a, Ld^a (Tábua,

(43) AUC, not. Frederico Gonçalves de F. Simões (Arganil), l.n. n.º 57, fls. 8-9.

(44) AUC, not. José Alves Pais (Góis), l.n. n.º 128, fls. 58v.-65v.. Pela sua função, também ligada à actividade agrícola, incluímos no número de proprietários um feitor.

(45) AUC, not. Manuel Maria Toscano de Figueiredo Albuquerque (Cantanhede), l.n. n.º 106, fls. 91v.-97.

(46) AUC, not. João Henriques Lopes (Lousã), l.n. n.º 4, fls. 21v.-23v..

(47) AUC, not. António Simões Barata (Lousã), l.n. n.º 96, fls. 23v.-25v..

(48) AUC, not. Gualdino da Rocha Calisto (Coimbra), l.n. n.º 63, fls. 14v.-18. Dois dos accionistas proprietários eram cumulativamente oficiais do Exército.

(49) ADA, not. José Augusto de Sampaio (Anadia), l.n. n.º 49, fls. 11-14.

(50) AUC, not. José Albino Ferreira (Penacova), l.n. n.º 66, fls. 27v.-34.

(51) BPADL, not. Frederico de Sousa (Pombal), l.n. n.º 93, fls. 6v.-10v.. A fundação inicial desta sociedade ocorrera em 1921, fazendo então parte dela apenas 1 proprietário (correspondente a 25% do total dos accionistas), além de um médico, 1 engenheiro e 1 escrivão de direito (BPADL, not. Frederico de Sousa (Pombal), l.n. n.º 79, fls. 11-12v. e n.º 80, fl. 1-2). Em 1922 entraram para a sociedade mais 2 proprietários, que participaram com 40 contos para o capital social, contribuindo assim maioritariamente para a elavação do mesmo de 40 para 90 contos.

1922, 60%) (52). Na globalidade, dos 78 sócios/accionistas destas empresas, 54 eram proprietários, o que corresponde a 69,2%.

Também aqui, todavia, se detectam excepções, embora pouco significativas, face ao anteriormente exposto. Queremos referir-nos à Sociedade Cerâmica de Pombal, Ldª — quando foi constituída pela primeira vez, em 1921 —, em que só um dos accionistas era proprietário (53), e à Empresa de Cerâmica do Arneiro, Ldª (Lousã, 1924), de cuja sociedade faziam parte 7 indivíduos, simultaneamente comerciantes e industriais, e 2 comerciantes, sem a participação de qualquer proprietário (54).

O interesse do capital fundiário pela cerâmica deveu-se certamente a vários motivos. Contudo, o facto de esse interesse se patentear predominantemente no *hinterland* da área em causa, leva-nos a admitir ter a indústria cerâmica funcionado, para muitos investidores, como uma alternativa compensadora a uma agricultura pouco desenvolvida e de baixa rentabilidade, em relação à qual a perspectiva de investimento se apresentava pouco atraente (55).

5. Capital: do comércio para a indústria

A indústria, à medida que se desenvolve, vai-se tornando mais capital intensiva (56). Para isso, necessita de alargar a base social de recrutamento do capital (57), o que, ultrapassadas algumas eventuais dificuldades (58), é

(52) AUC, not. Germano Antunes do Amaral (Tábua), l.n. nº 48, fls. 46-49.

(53) Cf. *supra*, nota 51.

(54) AUC, not. Pedro Mascarenhas de Lemos (Lousã), l.n. nº 63, fls. 22-25.

(55) Quadro muito diferente era o da Grã-Bretanha, onde o capital fundiário aplicado na indústria era reduzido, exceptuando a exploração mineira de carvão (F. Crouzet, *Capital Formation...*, in F. Crouzet (ed.), «Capital Formation in the Industrial Revolution», p. 177).

(56) A.G. Kenwood e A.L. Loughheed, *Technological Diffusion and Industrialisation before 1914*, p. 71.

(57) Cf. L. Bergeron, *Les capitalistes en France (1780-1914)*, p. 136.

(58) Relativas, por exemplo, à necessária «educação» do pequeno e médio capita-

facilitado pelos novos instrumentos jurídicos, nomeadamente as sociedades por acções, em particular as anónimas de responsabilidade limitada. A íntima relação entre estas e a necessidade de capital intensivo é assim realçada por W.A. Lewis: «The need for limited liability was created by the emergence of undertakings requiring more capital than two or three partners acting together could command — especially canals, railways, and such large scale investments» (59).

A difusão destes novos tipos de sociedade permitiu que elementos — empresas ou indivíduos — ligados ao comércio se passassem a interessar mais pela indústria, em virtude das condições relativamente vantajosas que esta oferecia. Um certo dinamismo empresarial da comunidade mercantil (60) e algumas facilidades concedidas pela banca (61) favoreceram a ligação comércio-indústria (62).

Na área de Coimbra, o comércio foi importante fonte de capital — incluindo o capital humano — para diversas indústrias, com particular incidência na têxtil (algodoeira e de malhas), moagem e massas alimentícias, de cerveja e curtumes.

lista, por vezes mais interessado em participar, com as suas poupanças, em empréstimos para obras públicas ou em acções ou obrigações de empresas estatais (ver L. Bergeron, *idem*, pp. 136-137).

(59) W. Arthur Lewis, *Theory of Economic Growth*, p. 266.

(60) Cf. Sidney Pollard, *Fixed Capital in the Industrial Revolution in Britain*, in F. Crouzet (ed.), «Capital Formation in the Industrial Revolution», p. 157.

(61) Jean Labasse, *Les capitaux et la région. Étude géographique*, Paris, 1955, p. 28.

(62) Referimo-nos obviamente ao comércio e à indústria praticados cada um de per si, em larga escala e com determinado grau de autonomia, e não ao comércio «industrial», exercido por toda a empresa industrial, quer quanto ao aprovisionamento, quer quanto ao escoamento dos produtos laborados (ver P. Cayez, *L'industrialisation lyonnaise au XIXème siècle*, t. I, pp. 33-45). Também em Espanha parte considerável do capital investido na indústria, por meados do século XIX, provinha do comércio, principalmente com a América (Gabriel Tortella Casares, *Los orígenes del capitalismo en España. Banca, industria y ferrocarriles en el siglo XIX*, Madrid, 1975, p. 106).

Quanto à têxtil algodoeira e de malhas, em Coimbra, empresas industriais como as de Aníbal de Lima & Irmão e Fanzeres, Dias & ^a, Ld^a, tiveram como antecessoras empresas comerciais (63). Outras, como a Sociedade de Malhas, Ld^a, e a Ideal, Ld^a, tinham, entre os accionistas, respectivamente 39,1% e 66,7% de comerciantes (64). Na moagem e massas alimentícias, aludimos já à Sociedade de Mercearias, Ld^a, em Coimbra, antecessora da sociedade sob a firma Fábricas Triunfo, Ld^a (65). A indústria da cerveja (introduzida em Coimbra em 1922, como indicámos) (66), por sua vez, foi uma iniciativa de pessoas predominantemente ligadas à actividade comercial, visto se dedicarem ao comércio 7 dos seus 9 accionistas (isto é, 77,8%), que subscreveram 260 contos (86,7%) do capital social total (300 contos) (67). Em último lugar, a indústria de curtumes, em Coimbra tal como na Figueira da Foz, foi instalada sobretudo por homens de negócios. Em Coimbra, 3 dos 4 sócios da Fábrica de Curtumes, fundada em 1915, eram comerciantes, que subscreviam 97,5% do capital social da empresa (68). Na Figueira da Foz, à União de Curtumes, Ld^a (1918), pertenciam como accionistas 16 indivíduos ligados ao comércio (14 comerciantes e 2 empregados no comércio), o que equivale a 51,6% do total dos accionistas (31) (69).

Para outras actividades industriais, as fontes do capital foram mais diversificadas (70), sem que todavia o comércio, através daqueles que se lhe

(63) Cf. *supra*, pp. 164, 167 e nota 169.

(64) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. n.º 5, fls. 22-29v.; not. Joaquim Ferraz Nunes Correia (Coimbra), l.n. n.º 86, fls. 5v.-8v.. Sobre estas empresas ver *supra*, p. 167.

(65) Cf. *supra*, p. 204.

(66) Ver *supra*, p. 216.

(67) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. n.º 30, fls. 5v.-12v..

(68) Sobre esta empresa, ver *supra*, pp. 235-237.

(69) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. n.º 58, fls. 21v.-29.

(70) Por exemplo, para a serração de madeira e a construção naval, cuja percentagem de accionistas comerciantes só muito raramente era elevada. Na primeira, o referido valor atingia excepcionalmente 75% e 72,7%, respectivamente na Ser-

dedicavam e do capital nele auferido, deixasse regra geral de estar mais ou menos presente. De facto o comércio, dispondo das *fontes de escoamento*, do *mercado*, auferia regra geral lucros mais elevados, que por sua vez possibilitavam o financiamento da indústria. Daí a importância que atribuímos à actividade comercial e aos efeitos positivos que, sobre a indústria, exerceu indirectamente o primeiro conflito mundial — como oportunamente salientámos (71) —, a despeito da tragédia que, por outro lado, constituiu para milhões de seres humanos (72).

AUTOFINANCIAMENTO E CRÉDITO

Pese embora a importância do capital investido na indústria proveniente da agricultura e do comércio, a maioria das empresas da área de Coimbra praticava sobretudo o *autofinanciamento*, recorrendo ao crédito apenas esporadicamente.

1. *Autofinanciamento*

É hoje geralmente aceite, graças ao contributo de diversos estudos, ter o *autofinanciamento* desempenhado um papel crucial na industrializa-

ração de Arazede, Ld^a, em Arazede — Montemor-o-Velho (AUC, not. João Constantino (Arazede), l.n. nº 129, fls. 1-4) e na firma Simões Nogueira & C^a Ld^a, em Venda Nova — Vila Nova de Poiares (AUC, not. José Maria Pereira Pimentel (Penacova), l.n. nº 168, fls. 22v.-27v. [aliás 28v.]). Na segunda, os valores mais elevados não iam além de 44,4% e de 35,1%, respectivamente na Sociedade Constructora de Navios, Ld^a (AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 56, fls. 1-8) e na Fomentadora Marítima Figueirense, Ld^a (AUC, *idem*, l.n. nº 57, fls. 8-14v.).

(71) Cf. *supra*, pp. 306-315.

(72) Sobre o assunto, pondo a tónica nos factores económicos, observou J. Néré (*La crise de 1929*, p. 7): «Ainsi, par cette effect mécanique — pour ne pas parler des effects psychologiques — la guerre de 1914-1918 a été en définitive un facteur de progrès social. Ce sont là des vérités scandaleuses que l'économiste se voit obligé d'enregistrer».

ção (73). Como ensina J. Bouvier, «...l'autofinancement n'est à aucun degré le lot exclusif des firmes de petite ou de moyenne envergure au XIXe siècle. Il est aussi la loi des grandes entreprises per actions, et des grosses sociétés en commandite. S'il fallait chercher une constante (dans le temps et dans l'espace) du développement industriel français (et européen) du siècle passé, c'est la pratique de l'autofinancement maximum qui nous la fournirait le plus visiblement» (74). Entre outros, podem mencionar-se concretamente os casos da Grã-Bretanha (75), França (76) e Bélgica (77), como exemplos de países onde o autofinanciamento foi largamente praticado. Os factores de ordem geral que, também na área de Coimbra, favoreciam o autofinanciamento — o não agravamento dos encargos, a possibilidade de efectuar investimentos mais rapidamente e com menos burocracia (78), a aplicação produtiva de parte dos lucros — eram reforçados por outros de

(73) O autofinanciamento foi aliás importante mesmo em relação a firmas não industriais, como se tornou igualmente um dos factores mais destacados do crescimento capitalista do século XIX (cf. Jean Bouvier, *Pour une analyse sociale de la monnaie et du crédit: XIXe-XXe siècles*, in «Annales. E.S.C.», 29º ano, nº 4, 1974, p. 822). Ver ainda Pierre Duharcourt, *La fonction d'investissement*, Paris, 1970, pp. 49-51.

(74) Jean Bouvier, *Un siècle de banque française*, Paris, 1973, p. 37 (sublinhado nosso).

(75) Ver, por exemplo, F. Crouzet (ed.), *Capital Formation in the Industrial Revolution*, pp. 88-89 e 188; P.L. Cottrell, *Industrial Finance, 1830-1914*, pp. 11, 24, 31 e 254-255; T.S. Ashton, *A revolução industrial*, pp. 120-123.

(76) Maurice Lévy-Leboyer, *Les banques européennes et l'industrialisation internationale dans la première moitié du XIXe siècle*, Paris, 1964, pp. 461-462 e 479; J. Labasse, *Les capitaux et la région*, pp. 431-432; P. Duharcourt, *op. cit.*, pp. 53-54.

(77) P. Lebrun *et al.*, *Essai sur la révolution industrielle en Belgique, 1770-1847*, p. 187; Rondo Cameron *et al.*, *La banca en las primeras etapas de la industrialización. Un estudio de historia económica comparada* (trad. do inglês), Madrid, 1974, pp. 147 e 162.

(78) «Una ventaja de la autofinanciación es que aumenta la oportunidad de la inversión y **abrevia el lapso de tiempo** que media entre la elaboración y la ejecución de los planes» (P. Voltes Bou, *Historia de la empresa española*, p. 274).

carácter mais estritamente regional, a saber, o predomínio das empresas industriais de pequena e média dimensão e a deficiente estrutura bancária. Por outro lado, à questão da relevância do autofinanciamento uma outra se pode juntar: desempenha o autofinanciamento uma função destacada logo a partir da primeira fase da industrialização ou, como sugerem alguns autores (79), só nas fases seguintes, após se ter alcançado um certo desenvolvimento industrial, aquela forma de investimento atinge a sua verdadeira dimensão?

Sobre o primeiro tópico — papel do autofinanciamento na área em causa —, de novo nos debatemos com a escassez de informações expressas na documentação. Contudo, alguns elementos por esta fornecidos e, muito especialmente, a interpretação das próprias omissões levam-nos a admitir *ter sido o autofinanciamento, sem dúvida, a mais importante fonte do capital industrial na área coimbrã*. Assim, aplica-se perfeitamente ao contexto estudado o que se segue, de novo segundo Jean Bouvier: «En première approximation, il semble que le développement industriel à ses débuts ait pu financier très largement lui-même sa mutation: tant au niveau de la création des firmes, qu'à celui de leur extension. L'industrie nourrit l'industrie, l'épargne des industriels (*autofinancement*), alimente l'investissement» (80).

Eram diversas as modalidades de autofinanciamento na área focada. Além do autofinanciamento inicial — e, em alguns casos, único —, aquando da constituição das sociedades, através do qual os respectivos sócios (já anteriormente ligados à indústria, uns, ou a outras actividades, outros) reuniam as suas poupanças (81), ele era frequentemente praticado durante

(79) G. Tortella Casares, *Los orígenes del capitalismo en España*, p. 323; P. Lebrun *et al.*, *Essai sur la révolution industrielle en Belgique*, p. 187.

(80) Jean Bouvier, *Systèmes bancaires et entreprises industrielles dans la croissance européenne au XIXe siècle*, in «Annales. E.S.C.», 27º ano, nº 1, 1972, p. 53 (Comunicação ao Colóquio de Lyon sobre a industrialização (1970) e igualmente reproduzida em P. Léon *et al.*, *L'industrialisation en Europe au XIXe siècle*, pp. 115-135. A discussão só aqui foi publicada, nas pp. 135-140).

(81) Entre outras, podem mencionar-se empresas de produtos resinosos e de sabão. Proprietários e negociantes, mas também farmacêuticos e alfaiates, oficiais do Exército e professores, além de outros, subscreviam pequenas quotas. Pelo

a vida das empresas, por meio de vários processos. Entre os mais frequentes registam-se: 1. o aumento progressivo do capital social, quer recorrendo aos sócios fundadores, quer pela entrada de novos sócios; 2. pela preferência expressa dada ao financiamento por um ou mais sócios; 3. pela subscrição parcial do capital na altura da fundação da sociedade, o qual seria posteriormente completado por meio da inversão de parte ou da totalidade dos respectivos lucros.

1. Como verificámos ao focar desenvolvidamente certas empresas industriais, algumas das quais seculares — relembremos, por exemplo, as acima estudadas da indústria têxtil de lanifícios e algodoeira, em Coimbra e em Paleão-Soure, e a de sabão, em Coimbra (82) —, o capital social das mesmas foi sendo progressivamente aumentado, através de alterações aos respectivos pactos sociais. Ora, parte importante do dito capital provinha exactamente dos lucros daquelas empresas. Assim se estabelecia, por exemplo, quanto à firma Peig, Planas & C^a (de lanifícios, em Santa Clara-Coimbra), cujo capital social era, em 1888, de 12 contos: «Os lucros e perdas serão divididos em trez partes iguaes pelos trez socios, e os lucros de cada anno ir-se-hão cumulando com o capital social até que o capital de entrada de cada socio, cumulado com os lucros, chegue a perfazer a quantia de dez contos de reis» (83). Por seu lado, na escritura de constituição da sociedade sob a firma Romão, Henriques e Samora (serração de madeira, no concelho de Pombal, com o capital social de 9 contos, em 1913), estipulava-se que só 50% dos lucros anuais (ano social) seriam distribuídos

baixo montante destas e pela diversidade das actividades indicadas julgamos tratar-se predominantemente de capital próprio. Ver, por exemplo, as firmas de produtos resinosos Monteiro & C^a e Simões & Simões, no concelho de Pombal (BPADL, not. Alfredo de Sousa e Sá (Pombal), l.n. n.ºs 33, fls. 48v.-49v. e 34, fls. 2v.-5v.) e a Saboaria União de Coimbra, Ld^a, em Coimbra (AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. n.º 48, fls. 40v.-43v.). Sobre o assunto, relativamente à Grã-Bretanha — e não obstante o papel mais activo ali desempenhado pela banca —, escreveu P. Cottrell: «Therefore the initial source of industry's capital was the social and economic backgrounds of its entrepreneurs» (P.L. Cottrell, *Industrial Finance*, pp. 34-35).

(82) Cf. *supra*, pp. 142-148, 158-162 e 229-230.

(83) AUC, not. João Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. n.º 52, fl. 22v..

pelos sócios — transformando-se, portanto, em dividendos —, enquanto o capital social não totalizasse 15 contos (84).

2. A preferência pelo autofinanciamento ficava, por vezes, logo registada na escritura de constituição da sociedade (85), apenas se admitindo, como última solução, o recurso ao crédito bancário. Era o que se determinava acerca da sociedade de construção naval sob a firma Fomentadora Marítima Figueirense, Lda, com sede na Figueira da Foz (constituída em 1918, com o capital social de 110 contos): «Quando a sociedade tiver necessidade de recorrer a qualquer suprimento, preferirão em primeiro lugar os socios, e só não podendo ou não querendo estes fazê-lo, ficará à gerência o direito de recorrer ao credito bancario» (86). Com esta cláusula decidia-se continuar a privilegiar o autofinanciamento, que aliás estivera na base da formação da própria sociedade, como se infere do elevado número de accionistas (47) — das mais diversas profissões — que, por certo, recorreram em geral aos seus próprios recursos para a subscrição das respectivas acções. Aquele tipo de cláusulas podia ser importante para o progresso das empresas, por facilitar as iniciativas de reinvestimento dos sócios mais novos e activos — por exemplo, nas sociedades familiares —, contra a tendência, até certo ponto natural, de os mais idosos para retirarem o financiamento.

Casos havia em que nem sequer o recurso ao crédito externo era autorizado, nos termos da escritura de formação da sociedade, admitindo-se, contudo, o crédito dos próprios sócios (87).

3. Finalmente, apontava-se também para a hipótese de autofinancia-

(84) BPADL, not. Adriano Vieira Coelho (Pombal), l.n. nº 9, fls. 23v.-24.

(85) «[...] l'autofinancement était imposé et par austerité des moeurs et *par la lettre des contrats*», como salienta M. Lévy-Leboyer, *Les banques européennes et l'industrialisation internationale...*, p. 461 (sublinhado nosso).

(86) AUC, not. Adelino Ferreira de Mesquita (Figueira da Foz), l.n. nº 57, fl. 10v..

(87) Como na Nova Empresa Industrial Louzanense, Lda (de tipografia, fundada na Lousã, em 1920, com o capital de 35 contos): «Não haverá prestações suplementares. A sociedade, porem, podera receber de qualquer dos socios as quantias com que ele quizer suprir as necessidades de caixa social, as quais lhe serão tomadas a credito em conta especial para as retirar nos termos em que se convencionassem [*sic*], e com juro não superior a seis por cento» (AUC, not. Pedro Mascarenhas de Lemos (Lousã), l.n. nº 40, fls. 46).

mento quando, na altura da constituição de uma sociedade apenas se subscrescia parte do capital, devendo o restante ser posteriormente subscrito «ou então, forçosamente com os benefícios dos annos seguintes» (88).

Relativamente à segunda questão colocada — fase da industrialização em que o autofinanciamento desempenhou papel de maior relevo —, é lícito afirmar-se que, na área de Coimbra, aquele foi de longe a forma de financiamento mais praticada nas últimas décadas do século XIX e inícios do século XX. Não se confirma deste modo, no quadro de pesquisa em que nos situamos, que o autofinanciamento tenha adquirido importância só passada a primeira fase da industrialização. Ao invés, ele constituiu praticamente o único recurso para empresas do mais variado tipo, desde a modesta oficina até à empresa de pequena e média dimensão, as quais, pela associação das parcas economias dos seus diversos sócios/accionistas, conseguiam frequentemente prescindir do crédito externo. O paulatino desenvolvimento industrial, que não exigia de imediato grandes investimentos, e as dificuldades na obtenção de capital a crédito ajudam a compreender, em parte, esta evolução peculiar. No entretanto, com os progressos da industrialização e, conseqüentemente, a carência de somas mais elevadas de capital, algumas empresas não tiveram outra solução a não ser o recurso ao crédito, o qual, embora desempenhando na maioria dos casos uma função suplectiva, viria a possibilitar a instalação e o reforço de algumas grandes e médias empresas industriais no meio coimbrão.

2. Crédito

O crédito é um dos factores mais marcantes do desenvolvimento capitalista (89), em geral, e industrial (90), em particular. Com efeito, a progres-

(88) Aponte-se, como exemplo, a firma Planas & Ponsá (de lanifícios, em Santa Clara-Coimbra, anteriormente Peig, Planas & C^o), para cujo capital social (100 contos, em 1899) os dois sócios entrariam inicialmente apenas com 40 contos cada um, ficando o restante sujeito às cláusulas indicadas no texto (AUC, nots. Joaquim Gaspar de Matos e Augusto Teixeira da Cunha (Coimbra), l.n. n.º 84, fls. 52-52v.).

(89) «Il credito è in fatti una delle più importanti radici del capitalismo» (Werner Sombart, *Il capitalismo moderno* (trad. do alemão), Turim, 1967, p. 304).

(90) António Cândido d'Almeida Leitão, *Do crédito e da circulação fiduciária*, Coimbra, 1899, p. 3.

siva complexidade inerente à industrialização — quanto à produção, devido ao progresso tecnológico, às instalações fabris e ao mercado — pressupõe a movimentação de capitais cada vez mais vultosos, aos quais frequentemente só o crédito dá acesso (91). Por isso, a ele se tem recorrido com regularidade, mormente nos países de mais rápida industrialização (92).

E em Portugal? Aqui, a escassez de capital investido na indústria (93) e as reduzidas facilidades na obtenção do crédito têm sido por vezes apontadas como responsáveis, em grande medida, pela incipiente industrialização. O assunto, a que aludia J. d'Azambuja Proença em 1884 (94), já havia sido

(91) Cf. Mário de Figueiredo, *Caracteres gerais dos títulos de crédito e seu funcionamento jurídico*, Coimbra, 1919, p. 5; Joseph Schumpeter, *Théorie de l'évolution économique. Recherches sur le profit, le crédit, l'interêt et le cycle de la conjoncture* (trad. do alemão), Paris, 1935, pp. 376-377.

(92) Referimo-nos ao crédito em geral, pois se em certos países, como na Inglaterra, não se utilizou muito o crédito bancário, foi porque o crédito entre os próprios comerciantes — além do autofinanciamento — foi largamente praticado (ver Mauric e Lévy-Leboyer, *Le rôle historique de la monnaie de banque*, in «Annales. E.S.C.», 23º ano, nº 1, 1968, p. 6).

(93) Como é sabido, para alguns o capital que devia ser dirigido para a indústria ia para obras públicas ou empréstimos públicos (ver, por exemplo, Ramalho Ortigão, *As Farpas. O país e a sociedade portuguesa* (Edição integral), t. X, Lisboa, pp. 167-169), quando não era simplesmente entesourado (cf. *O Conimbricense*, nº 74, de 7 de Outubro de 1854). Por outro lado, os investimentos estrangeiros também não resolveram o problema, tendo-o até agravado, em certos casos, devido às condições desfavoráveis para Portugal em que por vezes eram efectuados (I.T. Berend e G. Ránki, *The European Periphery...*, p. 122).

(94) «Estranha-se que os capitaes não sejam em geral afeiçãoados à industria e que pelo contrario lhes fujam, e lembra-se que se devem crear bancos exclusivos para emprestar à indústria os capitaes necessarios» (José d'Azambuja Proença, *A industria de tecidos de lã em Portugal. Algumas considerações sobre o seu atraso e estacionamento*, Belém, 1884, p. 11). Azambuja Proença, contudo, entendia que a carência de capitais era mais uma consequência que uma causa do atraso industrial. Segundo argumentava, desenvolvessem-se as indústrias, que a protecção dos capitais não lhes faltaria (*ibidem*).

um dos mais focados no *Inquérito industrial de 1881* (95). O tom é dado por Luiz Augusto Palmeirim, chefe da Repartição de Estatística, ao destacar: «A historia das industrias nacionaes é uma historia mutilada, a que falta o *prefacio*, isto é, o *credito industrial*, e o epilogo, que são mercados mais amplos abertos ao consumo dos seus productos» (96). Numa perspectiva de âmbito nacional, pouco mais se poderá avançar, no estágio actual dos nossos conhecimentos (97). De facto, faltam estudos que esclareçam em que medida é que o ritmo da industrialização em Portugal foi (negativamente) condicionado pelos factores capital/crédito e, inversamente, quais os reflexos, para as instituições bancárias e de crédito, do nosso moderado e serôdio desenvolvimento industrial. É que, como o desenvolvimento da banca e da indústria se processa de forma correlacionada, a investigação deverá ter esse aspecto em linha de conta. Como adverte Claude Fohlen: «Ce qu'on constate, c'est l'essor parallèle [a que nós preferimos chamar *correlacionado*] de la banque et de l'industrie, sans qu'il soit possible de dissocier ce qui est cause et effect» (98).

(95) Em diversas passagens se referem elevadas taxas de juro, algumas atingindo 10 e 12% (*Inquerito industrial de 1881. Inquerito directo*, I parte: *Depoimentos*, Lisboa, 1881, pp. 57 e 68; *idem, Inquerito directo*, II parte: *Visita ás fabricas*, liv. III, pp. 12, 138 e 166).

(96) *Inquerito industrial de 1881. Inquerito indirecto*, III parte, Lisboa, 1882, p. 17 (sublinhados nossos).

(97) Alguns testemunhos, porém, levam a admitir a persistência de dificuldades na obtenção do crédito industrial, no mínimo, até final do período que nos ocupa. Alguns exemplos: nos anos 90 do século passado afirma-se: «O commercio póde com relativa facilidade descontar letras representativas das suas operações; mas para a industria tudo são dificuldades, e muitas assombram ou não chegam a estabelecer-se por falta de credito» (Mariano Pina, *Os planos financeiros do Sr. Mariano de Carvalho*, p. 40); em 1918, no relatório de um diplomata francês, considerava-se «le capital rare et timide», em Portugal (AMAE, *Europe. 1918-1919. Portugal*, 55, fl. 18); por último, em 1919 A. de Sousa elucida: «O estabelecimento do crédito industrial, repetimos, é uma das maiores necessidades da Nação. Mas acompanhado pelas medidas que lhe permita uma larga utilização...» (Albano de Sousa, *Aspectos da vida industrial portuguesa*, p. 92. Ver igualmente pp. 85-92, onde o autor trata especificamente o assunto).

(98) Cl. Fohlen, *Qu'est-ce que la révolution industrielle?*, p. 92. Ver também, sobre o assunto, J. Bouvier, *Un siècle de banque française*, pp. 32-36.

Em relação à área em análise, também os elementos não proliferam. Contudo, por algumas informações de carácter impressionista, aliás confirmadas por uns tantos dados quantitativos, os capitais destinados ao investimento industrial eram limitados e o seu reforço, por meio de crédito, raramente facilitado. Compreende-se, assim, o bom acolhimento de um periódico de Coimbra à constituição de uma sociedade industrial (têxtil de lanifícios), em 1875: «Damos esta noticia com sincera satisfação, por vermos que os *capitães d'esta cidade se vão voltando para a fundação de empresas industriaes*, de que ate aqui fugiam assustados» (99). Como já indicámos, a actividade industrial da sociedade em causa não chegaria a concretizar-se (100), pelo que o optimismo do articulista não se confirmaria.

Na abordagem que se segue, focaremos somente o *crédito privado*, isto é, aquele cujo receptor (devedor) é uma entidade privada, seja um artesão, um industrial ou uma empresa dedicada à indústria. Contudo, não deve atribuir-se à expressão demasiado rigor — bem como à distinção entre crédito privado e crédito público (101) —, já que, por vezes, não só o credor é uma entidade pública — por exemplo, a Caixa Geral de Depósitos —, como o contrato entre credor e devedor — concessão de empréstimo ou confissão de dívida — era frequentemente autenticado por um instrumento dito público, a escritura notarial. Dentro do crédito privado, limitaremos a análise ao *crédito industrial* (102), do qual distinguiremos ainda duas modalida-

(99) *Companhia de Fiação e Tecidos*, in «O Tribuno Popular», n.º 1995, de 17 de Março de 1875, p. 3 (sublinhado nosso).

(100) Cf. *supra*, pp. 141-142.

(101) As precauções que devem ser tomadas na distinção entre capitais privados-capitais públicos são em grande parte extensivas à distinção entre crédito privado-crédito público (cf. P. Lebrun *et al.*, *Capitaux privés et capitaux publics dans l'industrialisation de la Belgique au XXe siècle. Premiers résultats des recherches*, in «Le rôle des capitaux publics dans le financement de l'industrie en Europe occidentale au XIXe e XXe siècles». Colloque des 29 et 30 novembre, et 1er décembre 1979, Bruxelas, 1981, pp. 42-43).

(102) O crédito privado «se présente sous deux formes: *crédit industriel* et *crédit commercial*» (J. Bouvier, *Initiation au vocabulaire et aux mécanismes économiques contemporains (XIXe-XXe siècles)*, p. 165).

des: o *não bancário* ou *irregular* e o *bancário*. A primeira modalidade de crédito — não bancário ou irregular — engloba a agiotagem, certamente importante, mas que não abordamos por falta de dados. Trata-se, aliás, de um assunto ainda pouco estudado.

3. Crédito industrial não bancário

Uma primeira ilação a tirar do que já se conhece sobre o assunto — graças à investigação realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (103) — é a seguinte: da totalidade do crédito processado na zona de Coimbra (de meados do século XIX até 1902), o crédito industrial ocupava um lugar nitidamente secundário, face ao crédito comercial — preponderante no centro urbano de Coimbra — e agrícola. A título de exemplo, observemos o seguinte: em Coimbra (1866), dos oito grupos formados pelo total dos credores e devedores, ao grupo V (profissões mecânicas) correspondiam somente 4,8% dos devedores e 0,68% dos credores, enquanto ao grupo I (negociantes, comerciantes, proprietários e sociedades comerciais) pertenciam respectivamente 19,82% e 60,22% (104); duas décadas depois (1885), na mesma zona, estavam ligados à indústria apenas 23 indivíduos (13 devedores e 10 credores), ao passo que do grupo dos proprietários e negociantes, em conjunto, faziam parte 335 (175 devedores e 160 credores) (105).

(103) Trata-se de trabalhos elaborados por alunos finalistas do Curso de História, no âmbito do Curso Especializado em «Movimentos Económicos e Sociais III», sob a orientação do Prof. António de Oliveira. Estes trabalhos encontram-se na referida Faculdade de Letras e estão inéditos, à excepção dos dois seguintes, já publicados: Irene Maria Vaquinhas, *O crédito hipotecário em Coimbra no ano de 1866. Tentativa de integração no desenvolvimento capitalista do século XIX*, Coimbra, 1980. Sep. do «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra», vol. IV; Fernando Taveira da Fonseca, *Crédito privado em Coimbra no ano de 1885 visto a partir dos actos notariais. Alguns aspectos*, Coimbra, 1978. Sep. do «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra», vol. III.

(104) I.M. Vaquinhas, *O crédito hipotecário em Coimbra no ano de 1866*, Quadro VI, entre as pp. 58 e 59.

(105) F.T. da Fonseca, *Crédito privado em Coimbra no ano de 1885...*, Quadro XX, p. 214.

Além do reduzido peso do crédito industrial relativamente à globalidade das respectivas operações, uma outra característica ressalta dos dados apresentados: os artesãos/industriais recorriam mais geralmente ao crédito do que o concediam (como indicámos, 4,8% contra 0,68% em 1866 e 13 indivíduos contra 10, em 1885) (106), o que é mais um indício das carências de capital que se verificavam no sector.

A pesquisa por nós efectuada e que sintetizámos no Quadro XXV, relativa ao período 1868-1927, confirma em geral as ditas ilações, isto é, o carácter relativamente secundário do crédito industrial e o facto de a indústria ter sido financiada mais do que financiadora (107). Com efeito, no total dos contratos analisados (40) — aqueles em que pelo menos um dos outorgantes exercia uma actividade relacionada com a indústria —, os artesãos/industriais aparecem em 24 (60%) como devedores e apenas em 10 (25%) como credores, para além de 6 (15%) em que credor e devedor pertenciam àquele grupo socioprofissional.

(106) Algumas excepções apenas confirmam a regra. Assim, em 1892, de 106 credores e 61 devedores exerciam uma actividade industrial respectivamente 19 e 17 indivíduos. Porém, em termos percentuais, os últimos (29%) continuam a sobrelevar os primeiros (17,9%) (cf. Maria Isabel dos Santos Magalhães Costa Serrão, *Crédito privado em 1892. Alguns aspectos económico-sociais da região de Coimbra através da actividade notarial*, Coimbra, 1978, Quadros XLVI-XLVIII, pp. 95-98 (Trabalho inédito, elaborado no âmbito do Curso Especializado em «Movimentos Económicos e Sociais III», Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

(107) De outrem, evidentemente, pois que o foi, em grande medida, de si própria já o dissermos.

QUADRO XXV

CRÉDITO PRIVADO RELATIVO A ACTIVIDADES INDUSTRIAIS (1868-1927)

CÓNCELHO	ANO	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO (MIL RÉIS/ESCUDOS)	TAXAS DE JURO (%)	INTERVENIENTES		FONTE
				CREDOR	DEVEDOR	
Coimbra	1868	72	5	Confraria de Brasfemes	Pedreiro	(1)
"	1869	151,6	6	Cordoelro	Tanoelro	(2)
"	1870	72	10	Padeiro	Proprietário	(3)
"	1871	225	6	Marceneiro	Carpinteiro	(4)
"	1872	256	7	Associação dos Artistas de Coimbra	Carpinteiro	(5)
"	1873	150	6	Negociante e proprietário	[Conserveiro]	(6)
"	1877	500	6	Negociante e proprietário	Fabricante de louça	(7)
"	1878	60	8	Bacharel e proprietário	Carpinteiro	(8)
"	"	250	7	Serralheiro	Serralheiro	(9)
"	1879	129,6	8	Padeiro	Moleiro (Ribeira de Cernache)	(10)
"	1880	129,28	9	Bacharel	Mestre fogueteiro	(11)
"	1881	81	5	Presbítero	Mestre sapateiro	(12)
"	1882	120	7	Proprietário	Pintor	(13)
"	1885	368,75	6	Carpinteiro	Proprietário	(14)
"	"	400	7	Padeiro e proprietário	Proprietários	(15)
"	"	91,2	10	Serralheiro	Proprietários	(16)
"	1887	127	9	Sapateiro	Proprietário	(17)
"	1901	463,17	7	Industrial	Correelro	(18)
"	1905	500	6	Catedrático	Correelro	(19)
"	1908	2500	6	Formigal & Comandita (do Porto)	Proprietário e industrial	(20)
"	1912	1200	5	Industrial	Proprietários	(21)
"	1916	540	5	Prof. da Escola Agrícola	Industrial	(22)
"	1918	280	7	Visconde de Fijó	Pintor	(23)
"	1919	1000	6	Confraria so Santfssimo Sacramento da Sé Velha	Industrial	(24)
"	1921	15000	8	Comerciante	Industrial	(25)
"	1923	5500	10	Industrial	Carpinteiro	(26)
"	1926	75000	6	Proprietário	Transformadora, Ld ^a	(27)
"	"	60000	10	Industrial	Oficial do Exército	(28)
"	"	100000	6	Prof. da Faculdade de Medicina	Fanzeres, Dias & C ^a , Ld ^a	(29)
"	"	8000	12	Funcionário público	Industrial	(30)
"	"	20000	5	Doméstica	União Industrial e Comercial, Ld ^a (Pampilhosa-Mealhada)	(31)
"	"	150000	6	Industrial	Proprietária	(32)
"	1927	30000	15	Proprietário e industrial	Proprietário (de Rio de Vide — Miranda do Corvo)	(33)
"	"	3000	15	Fabricante de sabão	Proprietário	(34)
Condexa-a-Nova	1904	192	8	Proprietário	Sapateiro	(35)
Góis	1896	76	8	Casa da Misericórdia de Góis	Moleiro	(36)
"	1914	5000	7	Proprietário	Companhia de Papel de Góis	(37)
Figueira da Foz	1884	261,5	8	Proprietário	Pedreiro	(38)
"	1898	550	9,5	Proprietário	Costureira	(39)
"	1900	200	10	Canteiro	Ferreiro	(40)
Total		482 426,1				
Número de Contratos — 40						
Média por contrato		12 060,652	7,68			
Moda			6			

(cont.)

FONTES:

- (1) AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 1, fls. 85-86v.
- (2) AUC, *idem*, l.n. nº 2, fls. 54-55.
- (3) AUC, *idem*, l.n. nº 5, fls. 54v.-55v..
- (4) AUC, *idem*, l.n. nº 9, fls. 42-42v..
- (5) AUC, *idem*, l.n. nº 10, fls. 71-72.
- (6) AUC, *idem*, l.n. nº 13, fls. 56-56v..
- (7) AUC, *idem*, l.n. nº 28, fls. 9v.-10v..
- (8) AUC, *idem*, l.n. nº 31, fçs; 54-54v..
- (9) AUC, *idem*, l.n. nº 30, fls. 97v.-98.
- (10) AUC, *idem*, l.n. nº 32, fls. 86-86v..
- (11) AUC, *idem*, l.n. nº 35, fls. 85-85v..
- (12) AUC, *idem*, l.n. nº 40, fls. 84-86.
- (13) AUC, *idem*, l.n. nº 42, fls. 46v.-47v..
- (14) AUC, *idem*, l.n. nº 51, fls. 65-66v..
- (15) AUC, *idem*, l.n. nº 51, fls. 56-57v..
- (16) AUC, *idem*, l.n. nº 50, fls. 65-66v..
- (17) AUC, *idem*, l.n. nº 57, fls. 21-22.
- (18) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 97, fls. 63-64.
- (19) AUC, *idem*, l.n. nº 116, fls. 30-31.
- (20) AUC, not. Alfredo da Costa Almeida Campos (Coimbra), l.n. nº 41, fls. 8-11.
- (21) AUC, not. Diamantino da Mata Calisto (Coimbra), l.n. nº 22, fls. 16-17v..
- (22) AUC, *idem*, l.n. nº 39, fls. 49-49v..
- (23) AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 181, fls. 65v.-67v..
- (24) AUC, *idem*, l.n. nº 184-B, fls. 84v.-86v..
- (25) AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 188-B, fls. 13-14v..
- (26) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 207, fls. 6-7v..
- (27) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 68, fls. 98v.-100.
- (28) AUC, *idem*, l.n. nº 73, fls. 27-29v..
- (29) AUC, *idem*, l.n. nº 73, fls. 2v.-5.
- (30) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 231, fls. 58v.-60.
- (31) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 73, fls. 67-68.
- (32) AUC, *idem*, l.n. nº 73, fls. 86-88.
- (33) AUC, *idem*, l.n. nº 78, fls. 66v.-67v..
- (34) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. nº 261, fls. 21-22v..
- (35) AUC, not. Joaquim Maria Duarte Braga (Condeixa), l.n. nº 111, fls. 25v.-27.
- (36) AUC, not. António da Cunha e Frias (Góis), l.n. nº 41, fls. 15-16.
- (37) AUC, not. José Nunes Rodrigues Nogueira (Arganil), l.n. nº 91, fls. 1-3.
- (38) AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 66, fls. 35v.-37.
- (39) AUC, not. António Augusto de Andrade Barbosa (Figueira da Foz), l.n. nº 43, fls. 27v.-28v..
- (40) AUC, not. António Boaventura Dias Nestório (Figueira da Foz), l.n. nº 3, fls. 35-36v..

Do mencionado Quadro (XXV), a despeito de se reportar a uma série incompleta — é de registar, por exemplo, as lacunas referentes à década de 1890 —, outras conclusões se podem extrair, designadamente:

1. A predominância de artesãos nas operações de crédito efectuadas até ao princípio do nosso século, o que sugere: por um lado, a situação difícil que algumas actividades tradicionais (entre outras as de conserveiro, cordoeiro, correeiro, fogueteiro, tanoeiro, sapateiro, etc.) atravessavam (108) e a que já tivemos o ensejo de nos referir desenvolvidamente (109); por outro, uma certa solidariedade entre indivíduos de análogo estatuto socioprofissional, que figuram não só como devedores mas também como credores. De qualquer modo, estamos perante um crédito que, na maioria das vezes, tinha por objectivo fazer face a carências imediatas, não permitindo senão refrear um pouco o processo de esgotamento em curso.

2. Sentido diferente têm, contudo, algumas operações de crédito das duas últimas décadas estudadas, nas quais já intervêm determinadas empresas industriais de considerável envergadura (Transformadora, Ld^a, Fanzeres, Dias & C^a, Ld^a, União Industrial e Comercial, Ld^a e Companhia de Papel de Góis). Aqui, o recurso ao crédito já aparece como uma medida de certa relevância para a industrialização, pois permitia, através de *injecções de capital* (110), dinamizar a actividade das respectivas empresas e, muito particularmente, renovar e modernizar o seu equipamento tecnológico. A própria média do montante do crédito concedido às quatro empresas citadas (50 000\$00), em contraste com a média geral (12 060\$652), reforça o que fica exposto. Contudo, o reduzido número de empresas (quatro, como indicámos) a beneficiar do referido crédito não autoriza que se atribua ao fenómeno grande impacto, uma vez que o número total daquelas, no período e área em foco, excedeu as duas centenas e meia.

(108) Por exemplo, conserveiros de Coimbra confessavam-se devedores de 150\$000, procedentes «d'assucar que na sua industria de doce tem emprego e que lhe tem sidq fiado pelo mesmo credor d'esde mil oitocentos e sessenta e cinco athé janeiro do corrente ano» (1873) (AUC, not. Simão Maria d'Almeida (Coimbra), l.n. n^o 13, fls. 56-56v).

(109) Cf. *supra*, cap. I.

(110) Como lhes chama Cl. Fohlen, *Qu'est-ce que la révolution industrielle?* p. 84.

3. Relativamente aos credores, é de salientar a sua variedade, que vai desde as tradicionais Confrarias, Casas de Misericórdia e artífices diversos, a industriais, comerciantes, proprietários e indivíduos de profissões liberais ou intelectuais. Uma vez que, à *procura de financiamento* pelos agentes industriais não correspondia satisfatoriamente a *oferta bancária*, criavam-se assim condições propícias à aplicação dos capitais disponíveis, com uma contrapartida (taxa de juro) frequentemente compensadora, dada a existência de reduzido número de alternativas na área. Algo de similar — embora de âmbito mais vasto — se havia processado em França, principalmente na primeira metade de Oitocentos, quando a respectiva rede e dinâmica bancárias ainda eram frágeis: «banquiers retirés, industriels, négociants, agents de change, compagnies de chemin de fer ou d'assurances, notaires et receveurs généraux, tous possèdent ou gèrent d'importants capitaux qu'ils cherchent à faire fructifier en jouant, partiellement ou complètement, le rôle de banquiers. Et, en bien des cases, leur influence ne sera pas inférieure à celle qu'exercent les banques privées de l'époque» (111).

Para concluir, apenas uma ligeira referência a alguns elementos que não indicámos no Quadro XXV, já para não o sobrecarregar, já por não aparecerem com regularidade nas fontes referenciadas. Reportamo-nos ao prazo dos empréstimos e à transição do uso, quase exclusivo, da moeda metálica para o da fiduciária.

Acerca do *prazo da concessão do crédito*, que nem sempre é referido, surgem grandes disparidades, desde 1 ou 8 anos — em relação ao mesmo empréstimo (112) —, 4 anos (113) e, mais invulgar, um prazo excepcional-

(111) Bertrand Gille, *La banque et le crédit en France de 1815 à 1848*, Paris, 1959, p. 72.

(112) O credor era um padeiro e proprietários e os devedores proprietários, marido e mulher, de Coimbra, sendo o montante do empréstimo de 400\$000, à taxa de juro de 7% (1885). O prazo era por um ano mas, se fosse vantajoso para os devedores, podia ser por oito anos (AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. n.º 51, fls. 56-57v.), o que permite inferir da disponibilidade do credor em prescindir do capital, mesmo durante aquele último prazo.

(113) Trata-se da firma do Porto Formigal & Cta., credora, e de um proprietário e industrial de Coimbra, devedor, cujo empréstimo era de 2 500\$000, à taxa de juro de 6% (1908) (AUC, not. Alfredo da Costa Almeida Campos (Coimbra), l.n. n.º 41, fls. 8-11).

mente longo (50 anos), resultante da amortização anual de 2%, a efectuar aquando da liquidação dos juros (114). Não faltava também o crédito a curto prazo (115), mas a escassez dos dados dificulta o conhecimento da sua prática.

Quanto à transição da «idade» da moeda metálica — de ouro e prata — para a «idade» da moeda fiduciária (116), dispomos de algumas informações directas, até aos inícios dos anos 90, e indirectas, ulteriormente. Quanto às primeiras, referimo-nos ao uso de fórmulas estereotipadas, sensivelmente do seguinte teor: «... se obriga a fazer o pagamento do capital e juros em casa do credor, na sua moeda recebida, prata ou ouro, e nunca em notas ou outros títulos de dívida, ainda com curso forçado» (117).

A omissão destas fórmulas, a partir dos primeiros anos do decénio de 1890, constitui prova indirecta de que a circulação fiduciária se vulgarizava, para o que a rarefacção da moeda metálica durante a crise económico-financeira de 1890-92 — a que já nos referimos (118) — contribuiu decisivamente.

(114) A credora era a Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé Velha, que emprestara 1 000\$000 a um industrial de Coimbra, ao juro de 6% (1919) (AUC, not. Augusto Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 184-B, fls. 84v.-86v.). Dado o carácter mutualista e assistencial daquela instituição, sem fins especulativos, o referido prazo podia ser tão dilatado.

(115) Voltaremos ao assunto, quando focarmos o crédito bancário. Todavia, desde já recordamos a dificuldade em aplicar ao século XIX — e, em Portugal, mesmo nos inícios do século XX — as actuais noções de crédito a curto, médio e longo prazo, o que levou B. Gille (*op. cit.*, p. 141) a sublinhar: «... parlerons-nous d'un court terme — l'escompte — et d'un moyen terme. Le long terme sera extrêmement difficile à organiser et ne verra le jour que grâce au système des obligations».

(116) Ver, a propósito, J. Bouvier, *Un siècle de banque française*, p. 46.

(117) AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 36, fls. 4v.-5v. (1880). Ver casos idênticos, entre muitos outros, em: AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. nº 2, fls. 54-55 (1869); AUC, *idem*, l.n. nº 42, fls. 46v.-47v. (1882); not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 63, fls. 55-56 (1890, renovação do empréstimo inicialmente concedido em 1879?).

(118) Cf. *supra*, pp. 303-305.

Uma atitude intermédia, assaz interessante, entre a rejeição quase sistemática da moeda fiduciária e a sua aceitação implícita, encontramos-la já em meados de 1892, na seguinte passagem de uma escritura notarial: «Que se elles outorgantes tiverem de pagar a referida somma [171\$000] ou juros [8%] em notas do Banco de Portugal e estas ao tempo d'esse pagamento tiverem maior depreciação em relação ao dinheiro em ouro que agora teem, se obrigam a indemnizar a dita firma credora d'esse augmento de depreciação» (119). Neste caso particular — entrada na «idade» fiduciária —, parece que Portugal não se encontraria desfasado, pelo menos relativamente à França (120).

Falta-nos ainda analisar as taxas de juro — o que faremos oportunamente, em conjunto com as praticadas pelas instituições bancárias — mas, entretanto, vejamos a acção da banca quanto ao crédito à indústria, a qual se foi acentuando, à medida que nos aproximamos do final do período estudado.

4. Crédito industrial bancário

Com o intensificar da industrialização na área em estudo, nos últimos anos de Oitocentos e primeiros de Novecentos, o recurso ao *crédito bancário* tornou-se praticamente inevitável. Como em geral se tem verificado em fases análogas do desenvolvimento de outras áreas, à medida que a economia se ia industrializando iam-se simultaneamente acentuando as suas

(119) Empréstimo da firma comercial Garland Laidley & C^a, da Figueira da Foz, a António Marques e mulher, proprietários e vendedores ambulantes (residentes no lugar da Abrunheira, concelho de Montemor-o-Velho), firmado em 12 de Julho de 1892 (AUC, not. Elísio da Costa Duarte (Figueira da Foz), l.n. nº 85, fls. 59v-60v.).

(120) É o que se deduz do seguinte texto: «Les trois âges de la monnaie «contemporaine» on bien été, pour nous aussi, d'abord *l'âge des «espèces», des pièces d'argent et d'or (qui dure jusqu'aux années 1900)*; puis l'âge de la monnaie «fiduciaire», des billets de la Banque de France, dont l'entre-deux-guerres est une sorte de belle époque; enfin l'âge du chèque et du virement (postal ou bancaire), l'âge de la «monnaie de banque», dans lequel nous sommes franchement entrés depuis 1945» (J. Bouvier, *Un siècle de banque française*, p. 46) (sublinhado nosso).

componentes *monetária e creditícia* (121). Neste processo a banca desempenhou um papel importantíssimo, servindo de intermediária entre a poupança e o investimento, fornecendo meios de pagamento e participando de forma directa — através do investimento — ou indirecta — por meio de crédito — no financiamento de diversas empresas industriais. Consideremos o *crédito* (122), fornecido pela banca — bancos e casas bancárias (123) — na área de Coimbra.

O crédito pode ser concedido a *curto, médio e longo prazo* (124), consoante se processa por períodos inferiores a 1 ano (125), de 1 a 5 ou de 5 a

(121) Cf. Álvaro Ramos Pereira, *Sobre o processo histórico do crédito e da banca*, in «O Instituto», vol. CXXXIX, 1979, pp. 159-161; K. Marx, *Le capital*, livro II, t. I, p. 168. A este propósito, já se aludiu à «... mainmise progressive du secteur industriel sur l'économie, avec ses exigences naturelles, dont certaines tardives: lourdeur des investissements, viscosité des capitaux fixes, longs termes des crédits» (Charles Carrière *et al.*, *Banque et capitalisme commercial. La lettre de change au XVIIIe siècle*. Préface de Jacques Rueff, Marselha, 1976, p. 219).

(122) Trata-se, como é sabido, de uma das mais relevantes funções da banca: «D'une manière presque constante, le substantif *crédit* s'accompagne du qualitatif *bancaire*: héritage transmis de manuel en manuel» (Ch. Carrière *et. al.*, *op. cit.*, p. 185) (sublinhado nosso).

(123) Entende-se por casas bancárias estabelecimentos que processam parte das operações geralmente cometidas aos bancos. «São casas bancárias [...] as casas comerciais de qualquer negociante, ou de qualquer sociedade não compreendida nos artigos 1.º, 2.º e 3.º, que realizem quaisquer operações indicadas nos dois primeiros artigos deste diploma» (Decreto n.º 10 634, de 20 de Março de 1925, art.º 4.º, in *Colecção oficial de legislação portuguesa. Publicada no ano de 1925. Primeiro semestre*, Lisboa, 1927, pp. 250-258).

(124) J. Bouvier, *Initiation au vocabulaire et aux mécanismes économiques contemporains*, p. 165; R. Cameron *et al.*, *La banca en las primeras etapas de la industrialización*, pp. 68-72.

(125) Os períodos mais usuais no crédito a curto prazo são de 30, 60 e 90 dias. Em 1929, quanto à Caixa Geral de Depósitos, estipulava-se que esta modalidade de crédito não podia ultrapassar os 180 dias (Decreto n.º 17 215, art.º 14.º, in *Colecção oficial de legislação portuguesa. Publicada no ano de 1929*, pp. 168-174). No período focado, todavia, temos referências diversas a períodos

20 anos (126). Porém, estas modalidades de crédito são realidades dinâmicas, pelo que estão sujeitas a certas variações em função do tempo e do lugar (127). Por esse facto, ao período que estudamos interessam fundamentalmente o crédito a curto e a longo prazo. Consideramos abrangido pelo primeiro todo o crédito praticado por período inferior a um ano e, pelo segundo, o restante.

5. Crédito a curto prazo: letras de câmbio

Para o importante papel do *crédito a curto prazo* no desenvolvimento industrial — nem sempre realçado nos estudos sobre o assunto —, tem-se ultimamente chamado a atenção (128). Efectivamente, se é certo que à industrialização anda associado o crescimento do capital fixo — com o qual se coaduna melhor o crédito a longo prazo —, não é menos verdade que, perante as frequentes restrições da banca à abertura daquele tipo de crédito (129), o crédito a curto prazo permite às empresas transformarem parte do seu capital em capital fixo.

inferiores a 30 dias — 8 e 15, por exemplo —, no que respeita ao desconto de letras (AHBNU, *Banco Nacional Ultramarino. Filial em Coimbra. Relatórios do exercício de 1925 e 1926*).

- (126) Decreto-Lei nº 48 953 (relativo à Caixa Geral de Depósitos), de 5 de Abril de 1969, artº 14º, nº 2 (*Diário do Governo*, I série, nº 81, de 5 de Abril de 1969, pp. 375-386; o referido nº 2, encontra-se igualmente transcrito em A. Ramos Pereira, *O sistema de crédito e a estrutura bancária em Portugal*, t. I, Lisboa, 1969, p. 178).
- (127) Por exemplo, J. Bouvier (*op. cit.*, p. 165) refere-se ao crédito *a médio prazo*, de 2 a 5 anos (e não de 1 a 5, como indicámos no texto), como tendo aparecido só no século XX, mais concretamente, no que respeita à França, entre as duas guerras. Desconhecemos quando surgiu em Portugal; no entanto pode verificar-se que no Decreto nº 17 215 (de 1929), já citado, ainda não é mencionada aquela modalidade de crédito.
- (128) Cf. Sidney Pollard, *Fixed Capital in the Industrial Revolution*, in F. Crouzet (ed.), «Capital Formation in the Industrial Revolution in Britain», pp. 154-155; R. Cameron *et al.*, *op. cit.*, pp. 69-70).
- (129) Com essa actuação, a banca procura não diminuir a sua liquidez (B. Gille, *La banque et le crédit en France*, p. 149).

Entre as operações de crédito a curto prazo, salienta-se a efectuada através da *letra de câmbio* (130). O papel fundamental da *letra* é assim devidamente sublinhado por Ch. Carrière e outros: «... le domaine privilégié de la lettre est bien l'espace du capitalisme occidental et de ses hommes d'affaires, où, grâce à ce médiateur sûr et surveillé pourtant, souple et fragile tout à fois, se tisse un réseau intensement serré de transactions, de spéculations et plus encore peut-être de liens humains» (131).

Uma parte considerável do movimento de desconto de letras na área coimbrã foi efectuada por meio da Agência do Banco de Portugal em Coimbra e está documentada (132). Todavia, a não distinção entre o desconto de letras por actividade, até final dos anos 20, permite tirar algumas ilações de carácter económico, em geral, mas não sobre a indústria, de modo particular.

Assim, atentemos no desconto de letras (médias quinquenais) feito pela Agência do Banco de Portugal em Coimbra, entre 1891 e 1927 (133):

	Nº	IMPORTÂNCIA
1891-896	1 759	1 001 487\$20
1897-902	1 665	750 231\$21
1903-907	1 826	751 517\$16
1908-912	1 558	568 632\$19
1913-917	2 524	686 441\$14
1918-922	2 317	2 954 643\$10
1923-927	3 737	10 727 991\$15

(130) Trata-se, com efeito, de um pagamento diferido e, logo, de uma forma de crédito (Ch. Carrière *et al.*, *Banque et capitalisme commercial*, pp. 28 e 146; João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), *Organização bancária portuguesa*, Coimbra, 1926, pp. 10-11).

(131) Ch. Carrière *et al.*, *op. cit.*, p. 145. Ver ainda P. Lebrun *et al.*, *Essai sur la révolution industrielle en Belgique*, p. 213.

(132) AHBPC, *Relatórios, balanços e desenvolvimentos da Agência do Banco de Portugal em Coimbra* e, em duplicado, no AABPC, *Copiador de relatórios e balanços da Agência do Banco de Portugal em Coimbra e Duplicado de balanços*, 1891-1942. Para o período anterior a 1902, dispomos de numerosos elementos, respeitantes ao protesto de letras nos trabalhos (inéditos e publicados) sobre crédito privado em Coimbra já citados (cf. *supra*, p. 344, nota 103).

(133) Fonte indicada na nota anterior.

Que concluir dos dados apresentados?

1. Primeiramente, salientam-se os valores relativos ao primeiro quinquénio (1891-96), os quais, no que se refere à importância das letras descontadas, só em 1918-922 seriam ultrapassados. O desenvolvimento económico então registado, que não parece ter abrandado significativamente nos quinquénios imediatos (à excepção de 1908-12, como veremos), não foi certamente o factor mais importante para que se tivessem atingido os mencionados valores. Mais importante terá sido, na verdade, o facto de a Agência referida ter então iniciado a sua actividade em Coimbra — o que desde muito antes era desejado, como indicaremos oportunamente — e, ao mesmo tempo, ser então ainda fraca a concorrência entre instituições bancárias na respectiva praça.

2. Os valores de 1908-12, os mais baixos tanto em número de letras descontadas como em valor das mesmas, reflectem um afrouxamento da actividade económica, para o que o período de instabilidade política e social que então decorreu — ditadura de João Franco (1907-8), regicídio (1-II-1908), proclamação da República (5-X-1910) (134) e movimentações a ela associadas (135) — terá por certo contribuído com a sua quota parte.

3. No quinquénio de 1913-17, com os efeitos da I Grande Guerra já a fazerem-se sentir, o número de letras descontadas atinge o máximo até então alcançado (136), embora o respectivo montante seja inferior ao dos três primeiros quinquénios. Tal facto sugere um certo dinamismo em transacções de pequena monta, provavelmente com destaque para as relativas a artigos de primeira necessidade.

(134) Ver *Franco, João e Franquismo*, no «Dicionário de História de Portugal», dir. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, pp. 298-299; Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, 1935, caps. XV-XVII.

(135) Ver, por exemplo, Vasco Pulido Valente, *O poder e o povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, 1976, em especial caps. II-IV; M.V. Cabral, *Portugal na alvorada do século XX*, em especial caps. IX-XIX.

(136) O aumento indicado começou a acentuar-se precisamente em 1914 (cf. Apêndice II, Quadro nº 9).

4. Após o final do conflito, a situação modificar-se-ia. A vida económica coimbrã irá agora dar um salto, sobretudo de natureza qualitativa. De facto, em 1918-22, não obstante uma ligeira redução no número de letras descontadas (de 2524 para 2317), o respectivo valor mais que quadriplica (sobe de 686441\$14 para 2954643\$10). Essa tendência acentua-se no último quinquénio considerado (1923-27), visto a média anual de letras descontadas subir 61,3% (de 2317 para 3737) e, a importância total das mesmas, 263% (de 2954643\$10 para 10727911\$15).

Sublinhe-se, ainda, que o exposto acerca da evolução económica coimbrã de 1918 a 1927 aparece reforçado à luz de outros elementos, designadamente da feroz concorrência bancária que nesse período se começa a verificar na área em estudo, particularmente em Coimbra. Testemunham-no alguns relatórios de instituições de crédito e certos dados quantitativos não deixam de o comprovar. Assim, no relatório da Agência do Banco de Portugal em Coimbra, referente ao ano de 1919, regista-se: «... o excesso de dinheiro que está sendo lançado nesta praça e que vae ser aumentado por outras casas bancarias que aqui estão preparando as suas instalações, e que são as seguintes: Pinto & Soto Maior, Banco Industrial Portuguez, José Henriques Tota & C^a e Borges & Irmão». E, na sequência desta passagem, perguntava-se: «Qual será a base fundamental destas casas e d'outras já estabelecidas, para que se lancem nesta praça com tanta confiança? Aonde vão parar essas casas, com as suas facilidades? É difícil prevê-lo» (137).

Porém, a concorrência não era algo a temer só no futuro, pois já provocava apreensão naquele ano de 1919. Com efeito, noutra passagem do relatório supracitado pode ler-se: «Houve nesta conta [letras descontadas] uma diminuição na quantidade de letras emitidas e na sua importancia, que atribuímos á concorrência d'outras casas e especialmente à do Banco Nacional Ultramarino, como esperavamos» (138).

A dita concorrência verificava-se de facto, designadamente na rubrica indicada (desconto de letras), além de outras. É o que se deduz dos seguin-

(137) AHBP, *Banco de Portugal. Relatorios, balanços e desenvolvimentos. 1919. Agencias Angra e Funchal. Agencia do Banco de Portugal em Coimbra*, Esp. 3507.

(138) AHBP, *ibidem*.

tes montantes atingidos pelo desconto na Filial do Banco Nacional Ultramarino em Coimbra, de 1919 a 1924 (139):

1919	_____	6 670 891\$30
1920	_____	18 314 753\$80
1921	_____	7 202 962\$03
1922	_____	9 627 667\$99
1923	_____	11 105 468\$99
1924	_____	9 986 912\$07

Os números transcritos, para além de apontarem — como os relativos à Agência do Banco de Portugal — para um claro surto económico, sugerem-nos duas considerações: a primeira respeita ao elevado montante das letras descontadas em 1920, a confirmar, em certa medida, uma afirmação do respectivo relatório: «Sem dúvida a *primeira clientela d'esta praça tem-nos estado só nas mãos*: hoje [15 de Janeiro de 1921], porém, isso já não deve suceder, pois como nos temos absterido de descontar a prazo, mesmo 90 dias [...], estes clientes tiveram necessidade de procurarem outras casas para seu auxilio...» (140); a segunda, acerca da ligeira quebra de 1923 para 1924. Esta, porém, deveu-se sobretudo a condições internas à própria instituição — falta de numerário disponível, sobretudo nos primeiros cinco meses de 1924 (141) —, sem portanto denunciar necessariamente afrouxamento económico na praça coimbrã.

Lamentavelmente, só após o limite do período por nós estudado começa a aparecer nos relatórios da Agência do Banco de Portugal em Coimbra a distinção, por actividades, no desconto de letras. Todavia, dada a importância do assunto, não queremos deixar de lhe fazer uma ligeira referência. Com efeito, no relatório concernente ao ano de 1928 encontram-se os elementos seguintes:

(139) AHBNU, *Banco Nacional Ultramarino. Relatório dos exercícios de 1920 a 1924. Filial de Coimbra*.

(140) AHBNU, *Banco Nacional Ultramarino. Relatório dos exercícios de 1920 a 1924. Filial de Coimbra* (sublinhado nosso).

(141) AHBNU, *idem. Relatório do exercício de 1924*.

«As operações de desconto realizadas no ano findo tiveram a aplicação que abaixo exarámos:

				% (142)
Redesconto	_____	431 400\$00	—	2
Comércio	_____	12 583 856\$71	—	58
Indústria	_____	3 905 360\$26	—	18
Agricultura	_____	2 136 646\$33	—	10
Indeterminado	_____	2 544 885\$94	—	12
Total (142)		21 602 149\$24	—	100 (143)

Pelos valores indicados torna-se evidente, por um lado, o grande predomínio da actividade comercial, com 58% do valor das letras descontadas, pelo outro, o papel ainda secundário desempenhado pela indústria (18% do desconto), mas cujo montante, mesmo assim, já quase duplicava em relação ao da agricultura.

Nos anos imediatos, a evolução foi como se segue:

DISTRIBUIÇÃO DO DESCONTO POR ACTIVIDADE (144)

	1930	%	1936	%	1942	%
Comércio	13 025 215\$55	56,5	6 715 044\$81	40,4	10 126 605\$70	43,6
Indústria	4 488 115\$84	19,5	4 809 164\$9283	29	4 726 181\$68	20,4
Agricultura	1 878 927\$50	8	1 661 115\$13	10	4 045 094\$37	17,4
Indeterminado	3 693 259\$09	16	3 417 236\$88	20,6	4 319 496\$10	18,6
Total	23 085 517\$98	100	16 602 561\$65 (145)	100	23 217 377\$85 (146)	100

(142) Percentagem e total achados por nós, assim como nos dados relativos a 1930, 1936 e 1942, que entretanto transcreveremos.

(143) AHBP, *Banco de Portugal. Balanços e desenvolvimentos. 1928. Agências Angra a Funchal. Relatório, balanço e desenvolvimento da Agência do Banco de Portugal em Coimbra, 1928* (sublinhado nosso).

(144) AHBP, *Banco de Portugal. Balanços e desenvolvimentos. Agências Angra a Coimbra. Relatório, balanço e desenvolvimentos da Agência do Banco de Portugal em Coimbra. 1930, 1936 e 1942* (sublinhado nosso).

(145) Total de 5 724 letras, assim distribuídas: comércio — 1 554; indústria — 1 083; agricultura — 483; e indeterminado — 2 604.

(146) Total de 9 172 letras: comércio — 3 336; indústria (com distribuição entre chacinha, madeiras e outras indústrias) — 1 795; agricultura — 1 412; indeterminado — 2 629.

Sem entrarmos numa análise pormenorizada dos valores indicados — entre outros motivos, por eles se reportarem a um período já fora do âmbito deste trabalho —, deles ressalta:

1. Evolução inversa dos dados relativos ao comércio e à indústria, entre 1930 e 1936. Todavia, é de notar que o desconto concernente à indústria, em termos absolutos, subiu de forma muito ligeira (de 4 488 115\$84 para 4 809 164\$83), devendo-se o seu crescimento relativo (de 19,5% para 29%) principalmente à queda acentuada (de 56,5% para 40,4%) do desconto processado ao comércio.

Significará este contraste que as repercussões da crise de 1929 na área de Coimbra — que, por exemplo, os relatórios da Agência do Banco de Portugal e da Filial do Banco Nacional Ultramarino, em Coimbra, registam persistentemente a partir de 1930 — foram particularmente gravosas para o comércio? É uma hipótese que colocamos, até pelo peso que este tinha na área, mas que não cabe aqui testar (147).

2. No período seguinte (1936-42), verificou-se uma espectacular subida do desconto referente à agricultura (de 10 para 17,4%), uma recuperação notória do desconto comercial (de 40,4% para 43,6%) e, finalmente, uma descida (de 29% para 20,4%, ainda que, em números absolutos, tivesse sido inferior) no desconto efectuado à indústria.

Também como hipóteses, podem admitir-se:

a) Ter sido a política económica deste período mais favorável à agricultura que à indústria — a legislação sobre o condicionamento industrial favorecia especialmente as grandes unidades, que rareavam na área em foco; b) ao comércio, por seu turno, podem ter dado algum estímulo, por exemplo, a Guerra Civil de Espanha (1936-39) e os primeiros três anos (1939-42) da II Guerra Mundial (1939-45), aliás a exemplo do que havia sucedido aquando do conflito de 1914-18.

O crédito a curto prazo era ainda praticado, na área em questão, por

(147) Já indicámos bibliografia geral sobre a primeira grande crise do nosso século (cf. *supra*, p. 308, nota 90). Relativamente a Portugal, no entanto, continuamos à espera da monografia que o tema merece e que, por certo, viria a possibilitar não só uma melhor compreensão da crise de 1929 como da própria evolução histórica de Portugal nos anos 30 e inícios dos anos 40.

outras instituições bancárias (148). A instalação de diversas filiais, em Coimbra e na Figueira da Foz, e a rede de correspondentes, em diversas localidades, facilitavam essa e outras tarefas do ramo, podendo assim passar para a competência dos bancos comerciais operações que constituíam efectivamente a sua razão de ser, embora algumas delas continuassem a ser processadas pelo Banco emissor (Banco de Portugal) (149), como vimos quanto ao desconto de letras (150). No entanto, por escassez de elementos sobre o assunto, analisemos antes o crédito hipotecário, geralmente a longo prazo.

6. Crédito hipotecário

Até à segunda década do século XX, o crédito industrial propriamente dito, como modalidade autónoma, não existia. A curto ou a longo prazo, o crédito, segundo a legislação ao tempo em vigor, podia ser indistintamente concedido a actividades dos sectores primário, secundário ou terciário (151). Com a crescente importância da indústria — considerada por Anselmo de Andrade «forte consumidora de capitais» (152) — e a necessi-

(148) Por exemplo, no que se refere ao Banco Comercial de Coimbra, ver movimento de letras (a receber ou em carteira e a pagar) em vários números de *O Tribuna Popular*, publicados entre o nº 2081 (12 de Janeiro de 1875) e o nº 2904 (15 de Dezembro de 1883). Ver também *infra*, Quadro XXVI.

(149) Sobre o Banco de Portugal, como banco emissor, ver Eugénio Mata e Nuno Valério, *O Banco de Portugal, único Banco emissor (1891-1931)*, in «Revista de História Económica e Social», 10, Julho-Dezembro 1982, pp. 49-69.

(150) Como já foi observado, ainda em meados dos anos 20 se registava uma certa amálgama de funções nas instituições bancárias: «Na organização um pouco exótica dos nossos Bancos todas estas funções [créditos a curto prazo, em desconto de letras e a longo prazo, hipotecários] estão misturadas» (João Perpétuo da Cruz, *O problema do crédito industrial*, in «Revista de Obras Públicas e Minas», ano LVII, nº 638, 1926, p. 140).

(151) Isto não obstante a designação de certos organismos, como a da Companhia Auxiliar de Crédito Agrícola e Industrial, sediada no Porto, cujos estatutos foram publicados no *Diário do Governo*, nº 168, de 26 de Julho de 1888, pp. 1631-1632.

(152) A. de Andrade, *Portugal económico*, p. 88.

dade de lhe conceder mais algum apoio creditício, foram tomadas certas medidas legislativas.

A primeira, que remonta a 1914, visou instituir o *crédito industrial* por meio do sistema de *armazéns gerais*. A fim de fazer face às dificuldades causadas pelo recente eclodir do conflito de 1914-18, em especial no que se referia às indústrias exportadoras — a das conservas, por exemplo, é uma das especificamente referidas —, conceder-se-ia crédito mediante depósito, nos ditos armazéns gerais, de artigos industriais ou matérias-primas (153).

Que consequências teve, para a indústria, este tipo de crédito? Presumivelmente muito limitadas, como se deduz das próprias palavras de Bernardino Machado, quando mais tarde se lhe referia: «Fundado o crédito agrícola pelo ministro do Governo provisório, Brito Camacho, criou-se no meu Governo de 1914, pela pasta do Fomento, sendo seu titular Almeida Lima, o crédito industrial sob a forma de armazéns gerais». E, de imediato, interroga: «Que incremento se lhes dá? Não se ouviu sequer falar dêles» (154).

Com efeito, foi só a partir de 1918 que se principiou de facto a praticar a modalidade de crédito propriamente industrial, através da Caixa Geral de Depósitos (155). O grande marco legislativo do crédito industrial, no entanto, foi o Decreto nº 8 162, de 29 de Maio de 1922 (156). O essencial

(153) Decreto nº 766, de 18 de Agosto de 1914 (*Colecção oficial de legislação portuguesa. Ano de 1914. Segundo semestre*, Lisboa, 1916, pp. 158-160).

(154) Bernardino Machado, *Depois do 21 de Maio*, vol. I, 2ª ed., Coimbra, 1923, p. 420.

(155) O que lhe era facultado, embora ainda em termos um tanto vagos, pelo Decreto nº 4 670, de 14 de Julho de 1918, em cuja base 14ª se lê: «Realizar operações de crédito agrícola ou hipotecário nos termos que virão a ser regulamentados» (*Colecção oficial de legislação portuguesa. Publicada no ano de 1918. Segundo semestre*, Lisboa, 1920, p. 342).

(156) Artº 208º: «A Caixa [Geral de Depósitos] poderá realizar operações de crédito industrial com garantia de propriedades fabris, rústicas e urbanas, navios e seus aparelhos, máquinas, matérias-primas e produtos fabricados, ou outra forma de caução admitida em direito». Artº 209º: «O montante do empréstimo será estabelecido em função dos valores atribuídos aos bens da indústria por peritos de nomeação da Caixa» (*Colecção oficial de legislação portuguesa. Publicada no ano de 1922. Primeiro trimestre*, pp. 310-311).

deste diploma viria a ser incorporado na legislação promulgada em 1929 (157) e, ainda, em 1969 (158). De 1929 data igualmente a criação da Caixa Nacional de Crédito, anexa à Caixa Geral de Depósitos, que passaria a ter a seu cargo as operações de crédito e para a qual foram transferidos os créditos já concedidos (159).

As medidas legislativas tomadas, pese embora o seu alcance, foram condição necessária mas não suficiente para solucionar a questão do crédito industrial (160). Daí que, em 1926, João Perpétuo da Cruz focasse o assunto, referindo-se-lhe exactamente como «O problema do crédito industrial» (161). De facto, como é destacado pelo autor, com a problemática do

(157) Decretos n.ºs 16 665, 16 666 e 16 668, de 27 de Março e 17 215, de 10 de Agosto de 1929 (*Colecção oficial de legislação portuguesa. Publicada no ano de 1929*, Lisboa, 1936, pp. 569-586).

(158) Decreto n.º 48 953, de 5 de Abril de 1969 (cf. *supra*, p. 353, nota, 126).

(159) Designadamente:

	contos
«Da Bôlsa Agrícola e da Caixa Geral de	
Crédito Agrícola	45 000
Da Caixa Geral de Depósitos:	
Pelo crédito agrícola	53 000
Pelo crédito industrial	20 000
Pela conta do financiamento com o aval do	
Tesouro e companhias	50 000
	168 000»

(preâmbulo dos Decretos citados na nota 157 desta página).

(160) Entre 1927 e 1929 houve até um certo retrocesso: «Apenas a Caixa Geral de Depósitos abriu uma secção de crédito industrial. No fim do ano económico de 1926-1927 havia nela a aplicação de 23 979 contos, hoje reduzida a cêrca de 20 000. Seria preciso pelo menos dez vezes esta importância para prestar um auxílio apreciável à transformação da indústria nacional» (Preâmbulo dos Decretos 16 665-16 668, de 27 de Março de 1929). Pela distribuição do crédito transferido para a Caixa Nacional de Crédito constata-se como o crédito industrial não passava ainda de um parente pobre (cf. a nota anterior.).

(161) *Revista de Obras Públicas e Minas*, ano LVII, n.º 638, 1926, pp. 135-145.

crédito industrial diversas outras se entrosam, tais como a inflação, a escassez de numerário, a estrutura bancária, o estágio de desenvolvimento da indústria e a própria mentalidade do capitalista (162) e do empresário industrial.

Entretanto é lícito perguntar: beneficiou a indústria coimbrã do crédito instituído pela legislação mencionada? Em caso afirmativo, em que proporções, quanto ao montante e ao número de empresas contempladas?

Entre 1905 e 1927 registaram-se 23 solicitações de crédito industrial (nos concelhos de Coimbra e Figueira da Foz), das quais apenas 17 foram de certeza contempladas (Quadro XXVI). Os pedidos, feitos por 22 empresas (a Cerâmica, Ld^a apresentou 2), foram dirigidos às seguintes instituições de crédito: Caixa Geral de Depósitos (11), Banco de Portugal (9) — Agências em Coimbra (7) e na Figueira da Foz (2) —, Banco Industrial Português (2) e Filial de José Henriques Totta, Ld^a (1). Verifica-se, assim, que às duas últimas instituições se recorria muito pouco para este tipo de crédito. Ao Banco de Portugal recorria-se, sim, mas com reduzido êxito, já que dos 9 pedidos de crédito apenas 3 foram contemplados e, mesmo assim, com redução, relativamente aos montantes solicitados, em 2 deles. A Caixa Geral de Depósitos, por sua vez, outorgou 11 contratos de empréstimo (163), isto é, aproximadamente metade dos pedidos. Foram só estas sociedades que, para o efeito, recorreram à dita instituição? É difícil responder. Contudo, desconhecemos eventuais recusas de crédito por parte da Caixa Geral de Depósitos.

Ante os elementos expostos, uma primeira conclusão se impõe: relativamente ao crédito a curto prazo (desconto) e a longo prazo (hipotecário), consolidava-se uma certa especialização (embora não absoluta) entre o

(162) «Na verdade — escrevia Marques Guedes —, desde o começo da guerra, sobretudo a partir de 1919, os capitais manejados pelos bancos, pode dizer-se que não serviram senão para operações de lucro imediato.

O pouco crédito industrial que se efectivou fez-se todo através a [*sic*] Caixa Geral de Depósitos. Tudo o mais, pode dizer-se, foram os negócios de especulação bolsista ou comercial» (Armando Marques Guedes, *Cinco meses no Governo*, Porto, 1926, p. 57).

(163) Excluimos a Companhia Nacional de Pesca e Transportes (Figueira da Foz), por ter como objecto a pesca (cf. *infra*, Quadro XXVII).

QUADRO XXVI
CRÉDITO BANCÁRIO À INDÚSTRIA (1905-1927)

CONCE- LHO	ANO	INSTITUIÇÃO BANCÁRIA CREDORA	EMPRESA INDUSTRIAL DEVEDORA		OPERAÇÃO		TAXA DE JURO (%)	PRAZO	FONTE	
					MONTANTE (CONTOS)					
					NATUREZA	PEDIDO CONCED.?				
FIRMA	RAMO									
Coimbra	1905	Agência do Banco de Portugal em Coimbra	Dias Pereira, Marques Pinto & C.º	Massas alimentícias	Pedido de empréstimo	até 4		3 meses	(1)	
"	1920	Banco Industrial Português (sede em Lisboa)	Cooperativa de Pão a -Conimbricense-	Panificação	Abertura de crédito		até 45		(2)	
"	1921	Caixa Geral de Depósitos	Cerâmica, Ld.º	Cerâmica	Empréstimo		210	7,5	3 anos	(3)
"	1922	Caixa Geral de Depósitos	Auto Industrial, Ld.º	Transportes	Empréstimo		93	7,5	3 anos	(4)
"	1923	Caixa Geral de Depósitos	Cerâmica, Ld.º	Cerâmica	Empréstimo		185	7,5	3 anos	(5)
"	1923	Caixa Geral de Depósitos	A. Amado, Ld.º	Mobiliário	Empréstimo		100	8	3 anos	(6)
"	1924	Agência do Banco de Portugal em Coimbra	Lobo & Filhos	Malhas	Empréstimo	30	até 15		(7)	
"	1925	Filial de José Henriques Totta, Ld.º em Coimbra	Cerâmica Mondogo, Ld.º	Cerâmica	Empréstimo		259,228	18	2 anos	(8)
"	1925	Agência do Banco em Portugal em Coimbra	Planas & C.º, em C.º	Lanifícios	Operação autorizada (natureza?)		200			(9)
"	1925	Caixa Geral de Depósitos	Porcelana de Coimbra, Ld.º	Porcelana	Empréstimo		1250	10	5 anos	(10)
"	1926	Agência do Banco de Portugal em Coimbra	Sociedade das Malhas, Ld.º	Malhas	Pedido de concessão de crédito					(11)
"	1926	Agência do Banco de Portugal em Coimbra	União Comercial de Coimbra, Ld.º	Moagem	Pedido de elevação de crédito (de 50 para 150 contos)	150				(12)
"	1926	Agência do Banco de Portugal em Coimbra	Simões, Figueiredo & C.º, Ld.º	Reparação de automóveis	Pedido de empréstimo	50				(13)
"	1926	Caixa Geral de Depósitos	João Maria Figueira	Diversos	Empréstimo		6,3	10	6 meses	(14)
"	1926	Caixa Geral de Depósitos	Luis Manuel da Costa Dias	Moagem	Empréstimo		60	9	6 meses	(15)
"	1926	Banco Industrial Português	Sociedade Comercial e Industrial de Coimbra, Ld.º	[miata?]	Empréstimo (?)		99,465	12	6 meses	(16)
"	1927	Agência do Banco de Portugal em Coimbra	A. Andorinha	Descasque de arroz	Pedido do crédito	200				(17)
Figueira da Foz	1919	Agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz	Imprensa Lusitana	Tipografia	Pedido de empréstimo	3				(18)
"	1923	Agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz	Joaquim dos Santos Carriço	Descasque de arroz	Pedido de empréstimo	20	15			(19)
"	1923	Caixa Geral de Depósitos	Empresa Industrial de Adubos Orgânicos, Ld.º	Adubos	Empréstimo		160	7,5	3 anos	(20)
"	1923	Caixa Geral de Depósitos	Matos, Ld.º	Conservas	Empréstimo		70	7,5	18 meses	(21)
"	1927	Caixa Geral de Depósitos	Manuel Jaime Pessoa	Diversos	Empréstimo		40	9	5 anos	(22)
"	1927	Caixa Geral de Depósitos	Francisco Antunes	Diversos	Empréstimo		20	9	3 anos	(23)
Total						457	2.937,993			
N.º de operações										
Solicitadas — 23										
Concedidas — 17										
Não concedidas (?) — 6										
Média						65,28 (s)	166,940	9,42	2 anos e 4 meses	

(cont.)

(a) Para achar esta média e as seguintes somente considerámos o número de empresas cujos dados (referentes a cada um dos parâmetros) conhecemos, e não o seu total.

FONTES:

- (1) AABPC, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 2, 1896-1905.
- (2) AUC, not. Eduardo Saldanha da Silva Vieira (Coimbra), l.n. nº 186-B, fls. 17-20.
- (3) AGCGD (CR), *Caixa Nacional de Crédito Industrial. Mapas relativos à sua distribuição*, 1918-1940, nº 43.
- (4) AGCGD (CR), *ibidem*, nº 62.
- (5) AGCGD (CR), *ibidem*, nº 72.
- (6) AGCGD (CR), *ibidem*, nº 86.
- (7) AABPC, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 8, 1924-1925.
- (8) AUC, not. Augusto Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 223, fls. 74-77v.
- (9) AABPC, *ibidem*.
- (10) AGCGD (CR), *doc. cit.*, nº 137.
- (11) AABPC, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 9, 1926-1927.
- (12) AABPC, *ibidem*.
- (13) AABPC, *ibidem*.
- (14) AGCGD (CR), *doc. cit.*, nº 167.
- (15) AGCGD (CR), *doc. cit.*, nº 208.
- (16) AUC, not. José Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. nº 259, fls. 46-49v.
- (17) AABPC, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 9, 1926-1927.
- (18) AABPC (AFF), *Correspondência de diversos*. Anos de 1919 a 1925.
- (19) AABPC (AFF), *ibidem*.
- (20) AGCGD (CR), *doc. cit.*, nº 78.
- (21) AGCGD (CR), *doc. cit.*, nº 87.
- (22) AGCGD (CR), *doc. cit.*, nº 225.
- (23) AGCGD (CR), *doc. cit.*, nº 227.

Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos. Assim, o desconto estava para aquele como o crédito hipotecário para esta.

As médias do montante por operação de crédito solicitada (65 280\$00) e dos prazos de empréstimo (2 anos e 4 meses) são relativamente baixas. Reflecte-se nelas o peso dos pedidos de empréstimo das pequenas empresas e os prazos de empréstimo relativamente curtos que, geralmente também a elas, eram concedidos. Por seu lado, a média do montante por empréstimo (166 940\$00), bastante alta, em contraste com a do crédito pedido, acusa o peso excepcional do empréstimo à Porcelana de Coimbra, Ld^a, de 1 250 contos. Com efeito, excluindo esta operação, a média baixa para 99 249\$56.

Do conjunto das dez empresas (164) que beneficiaram do crédito industrial da Caixa Geral de Depósitos (Quadro XXVII), pode concluir-se:

QUADRO XXVII
CRÉDITO HIPOTECÁRIO CONCEDIDO PELA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (1921-1927)

EMPRESA (a)	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO (CONTOS) (b)	VALOR DOS BENS HIPOTECADOS (CONTOS) (c)	% DE b/c (d)	TAXA DE JURO (%) (e)	PRAZO (ANOS) (f)
1. Porcelana de Coimbra, Ld ^a	1 250	4 816	25,95	10	5
2. Cerâmica, Ld ^a	405	1 298	31,2	7,5	3
3. Empresa Industrial de Adubos Orgânicos, Ld ^a	160	512,93	31,19	7,5	3
4. A. Amado, Ld ^a	100	287,77	34,74	8	3
5. Auto Industrial, Ld ^a	93	241,05	38,58	7,5	3
6. Matos, Ld ^a	70	229,2	30,54	7,5	1,5
7. Luís Manuel da Costa Dias	60	195	30,76	9	0,5
8. Manuel Jaime Pessoa	40	150	26,66	9	5
9. Francisco Antunes	20	68,33	29,26	9	3
10. João Maria Figueira	6,3	21	30	10	0,5
Total	2 204,3	7 819,28			
Média	220,43	781,928	28,19	8,5	2,75 anos

FONTE:

Ver Quadro XXVI

1. As duas empresas do ramo da cerâmica localizadas em Coimbra (Cerâmica, Ld^a e Porcelana de Coimbra, Ld^a), cuja instalação se processava na primeira metade dos anos 20, utilizaram uma parte considerável (75%) do total do crédito concedido pela Caixa Geral de Depósitos à indústria da área, entre 1921 e 1927. Tratava-se, com efeito, de duas das maiores empre-

(164) Recordamos que à Cerâmica, Ld^a couberam dois empréstimos, que juntámos no Quadro XXVI.

sas industriais da área estudada, as quais ocupavam um lugar de relevo não só a nível da respectiva área como a nível nacional (165).

2. Das outras, ainda é possível distinguir dois grupos: Empresa Industrial de Adubos Orgânicos, Lda, A. Amado, Lda e Auto Industrial, Lda (com 16% do crédito total) e as restantes (com 9% daquele). Quanto a três das empresas deste último grupo, coincidiam os montantes dos empréstimos relativamente baixos com os reduzidos valores dos bens hipotecados e os prazos mais reduzidos dos contratos (meio ano, em duas delas, aproximando-se este crédito do de curto prazo, e um ano e meio, a outra). Eram, afinal, empresas de pequena ou média dimensão, cujos empréstimos e respectivas condições (incluindo as próprias taxas de juro, em geral mais altas) não lhes facilitariam por certo a saída da posição modesta que ocupavam.

3. Relativamente às garantias dos empréstimos, saliente-se que elas eram estabelecidas com certa margem de segurança, correspondendo as quantias emprestadas, em média, a cerca de 1/3 do valor dos respectivos bens hipotecados, ficando bastante aquém do que a legislação viria a estabelecer, por exemplo, em 1929 (166).

Analisemos, por último, o peso relativo do crédito industrial hipotecário ao distrito de Coimbra (167), no contexto nacional. Do total do crédito

(165) A estas empresas já nos referimos desenvolvidamente (cf. *supra*, pp. 178-182). Notar, acerca da Cerâmica, Lda, que entre 1921 e 1923, a não terem sido subestimados os valores da empresa hipotecados no primeiro daqueles anos, eles mais que duplicaram (passando de 423 para 875 contos), o que denota um acelerado processo de investimento em capital fixo (cf. Quadro XXV).

(166) No art.º 33.º do Decreto n.º 17215, de 10 de Agosto de 1929, já citado (*supra*, p. 352, nota 157), lê-se:

«A importância do empréstimo não pode exceder:

- a) dois terços o valor do prédio rústico;
- b) metade do valor do prédio urbano;
- c) um terço o valor das máquinas que são necessárias ao estabelecimento».

(167) Reportamo-nos ao distrito e não à área de Coimbra, em virtude de os dados disponíveis a isso nos obrigarem.

relativo ao período de 1918-27 — por distrito, incluindo o de Ponta Delgada (168) —, destacámos os elementos referentes ao País e aos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra (Quadro XXVIII).

Em presença destes dados, uma primeira interrogação se pode formular: os valores respeitantes à distribuição do crédito privado confirmarão o que sabemos por outras fontes — e a que já tivemos o ensejo de aludir —, acerca do agravamento, nas últimas décadas estudadas, das assimetrias entre os centros urbanos de Lisboa e Porto, por um lado, e a Província, incluindo a própria área de Coimbra, por outro? A resposta é, globalmente falando, afirmativa. No entanto, sublinhemos alguns aspectos que nos parecem esclarecedores:

1. A concessão de crédito industrial pela Caixa Geral de Depósitos teve dois momentos altos, nos anos económicos de 1921-22 e 1926-27. Por outro lado, os valores mais baixos — excluindo os dois primeiros anos, em que o sistema de crédito industrial dava os seus primeiros passos —, registaram-se em 1924-25 e em 1927-28. Desta evolução poder-se-á concluir que, se o crédito industrial foi um dos elementos da recuperação do pós-guerra e dos anos 20, nele também se reflectiram necessariamente factores de ordem diversa, desde os monetários (revalorização brusca do escudo, em 1924, como vimos já) aos político-financeiros (queda da 1ª República, em 1926, e subsequentes Ditadura Militar e Estado Novo, com medidas restritivas visando o reequilíbrio financeiro).

2. De 1919 a 1928, o papel do distrito de Lisboa, em relação ao total nacional, foi-se geralmente reforçando, tendo averbado 51,5% (118 em 229) das concessões de crédito e 77% (cerca de 47 137 em à volta de 61 241 contos) do montante global do mesmo. Estes valores são de facto elucidativos e reforçam a opinião de que a área de influência da capital era efectivamente privilegiada, do que resultava logicamente uma redução no apoio às outras áreas.

3. Já no que se refere ao distrito do Porto, os dados provocam alguma surpresa, pelos seus valores relativamente baixos. Com efeito, 9,2% (21) das operações de crédito, cujo montante global se fica também pelos 9% (5 551 contos), não correspondem à posição que aquele distrito ocupava no pano-

(168) Cf. *infra*, Apêndice II, Quadro nº 10.

QUADRO XXVIII

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO INDUSTRIAL CONCEDIDO PELA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (1918-1927)

ANO ECONÓMICO	DISTRITOS									
	PAÍS (a) (1)		LISBOA (2)		PORTO (3)		COIMBRA (4)			
	Nº	IMPORTÂNCIA (CONTOS)	Nº	% DE MONTANTE (1)	% DE MONTANTE (1)	Nº	% DE MONTANTE (1)	% DE MONTANTE (1)	Nº	% DE MONTANTE (1)
1918-19	1	100	1	100	100	100	100			
1919-20	4	1647,73	2	50	902,73	54,78	700	42,5		
1920-21	23	9671,75	15	65,2	7616,75	78,8	1100	11,4	1 (b)	4,3
1921-22	29	14134,6	18	62,1	12308,6	87,1	861	6,1	3	10,3
1922-23	18	5622	10	55,6	4779	85	225	4	2	11,1
1923-24	21	4020	5	23,8	3360	83,6	290	7,2	3 (c)	14,3
1924-25	19	2473	9	47,4	583	23,6	1540	62,3		
1925-26	43	5272	19	44,2	2247	42,6	330	6,3	1	2,3
1926-27	48	15722,54	30	62,5	13969,74	88,9	405	2,6	2	4,2
1927-28	23	2578	10	43,5	1371	53,2	405	2,6	2	8,7
Total	229	61241,62	118		47137,82		5551		14	
%				51,5	77		9,2		9	
									6	
										4,8

(a) Além dos 17 distritos do Continente, inclui o de Ponta Delgada.

(b) Trata-se da Companhia Nacional de Pescas e Transportes que, por se dedicar à pesca, excluímos do Quadro XXVI.

(c) Completámos o Quadro *Resumo dos registos...* com os dados relativos à *Operação de crédito industrial...* (cf. *Fontes*, deste Quadro).

FONTES:

AGCGD (CR), *Operações de crédito industrial. Resumo dos registos, por distritos, dos empréstimos concedidos (Conta antiga, curto prazo e longo prazo)*. 1918/19 — 1930/1931; *idem*, *Caixa Nacional de Crédito, Operação de Crédito industrial c/ antiga. Registro, por distritos, dos empréstimos efectuados*.

rama industrial do País, pois nele se aglomeravam, em 1930, 17,1% dos estabelecimentos industriais, nos quais laboravam 25,16% dos operários do Continente (169). Verifica-se, assim, que sob este ponto de vista a evolução do distrito do Porto se aproximava da dos outros distritos da Província, também ele perdendo peso em relação ao de Lisboa (170). É bem possível que na área portuense o autofinanciamento, por um lado, e o crédito dos bancos comerciais, por outro, compensassem, de certa forma, o limitado auxílio creditício prestado pela Caixa Geral de Depósitos.

4. Acerca do distrito de Coimbra — que mais directamente nos ocupa —, no período indicado (1918-28), correspondeu-lhe apenas 6% do total das concessões de crédito e 4,8% do capital global. Estes valores, se se harmonizam com a percentagem do pessoal ocupado na indústria em 1917 (3,23% do total do Continente) e em 1930 (4,75% do referido total), já são bastante reduzidos se nos reportarmos ao número de estabelecimentos industriais, respectivamente 9,42% (1917) e 9,45% (1930) do total do Continente (171). A pequena e média dimensão de grande parte das unidades, com reduzido número de trabalhadores, permite compreender a aparente discrepância destas percentagens.

A função do crédito concedido pela Caixa Geral de Depósitos, na área em questão, foi deste modo limitada, em número e valor das operações. A esmagadora maioria das empresas industriais conseguia manter-se sobretudo através do autofinanciamento e de outras modalidades de crédito, mais frequentemente a curto prazo. Relativamente à evolução no período mencionado, nota-se no distrito conimbricense, a partir de meados dos anos 20, uma tendência inversa à registada no de Lisboa, quanto ao respectivo peso no todo nacional: descida daquele, subida deste. Exceptua-se,

(169) *Registo do trabalho nacional...*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 150, 1931, pp. 28-29 e 88-89.

(170) O mesmo se verificava no que toca, pelo menos, a outro indicador: o desconto pelo Banco de Portugal (E. Mata e N. Valério, *O Banco de Portugal, único Banco emissor*, pp. 64-65).

(171) *Estatística industrial. Ano de 1917*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 116, pp. 4 e 8; *Registo do Trabalho nacional...*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 150, 1931, pp. 28-29 e 88-89.

contudo, o ano económico de 1925-26, com a concessão de um empréstimo invulgar (1 250 contos) a uma única empresa (Porcelana de Coimbra, Lda), cujo montante representou 23,7% do crédito global do país naquele ano. Com isto, não queremos significar que houvesse uma relação linear de causa e efeito entre os dois fenómenos indicados — evolução inversa no crédito dos distritos de Lisboa e de Coimbra. Entendemos, no entanto, que este indicador, bem como o do desconto do Banco de Portugal já focado, são indícios, embora parcelares e truncados, de uma certa dinâmica política e socioeconómica. Esta, de forma consciente (através, por exemplo, de medidas legislativas) ou inconsciente (como resultado do funcionamento das leis do mercado, no quadro de um liberalismo económico ainda actuante), tendia a favorecer o principal centro demográfico e urbano do país — por sinal também aquele onde se encontravam os principais centros de decisão —, em detrimento de áreas mais afastadas que, desse modo, viam elevar-se os custos do seu relativo isolamento.

7. *Taxas de juro*

Um dos factores mais importantes do crédito é o das *taxas de juro*. Com efeito, e independentemente de outras considerações relacionadas com a poupança e o investimento (172), a oferta e a procura de capital condicionam geralmente, de forma quase decisiva, as referidas taxas (173). Assim, a taxa de juro não é mais do que a remuneração do crédito (174).

A evolução das taxas de juro em diversos países, no período estudado, não se processou uniformemente. Todavia, pelas informações disponíveis podem indicar-se *grosso modo* as seguintes tendências: baixa das taxas de juro, nas últimas décadas do século XIX (175); ligeira subida, nos inícios do

(172) Para G.R. Hawke (*Economics for historians*, p. 81), por exemplo, «... the interest rate depends on the productivity of capital».

(173) Cf. John Maynard Keynes, *Economia*. Org. por Tomás Szmrecsányi e coord. por Florestan Fernandes, S. Paulo, 1978, p. 162.

(174) Como escreveu Tejero Garcia: «La remuneración del crédito se llama interés y se pacta en tanto por ciento de la cantidad adeudada o creditada» (José M^a Tejero Garcia, *Instituciones bancarias y de ahorro: Características operativas y tipos de interés*, Madrid, 1978, p. 38).

(175) Carl P. Parrini e Martin J. Sklar, *New Thinking about the Market, 1896-1904: Some American Economists on Investment and the Theory of Surplus Capi-*

século XX; subida mais acentuada, sensivelmente a partir do primeiro conflito mundial (176). Deste modo, não parece poder generalizar-se, como fez J.M. Tejero Garcia, ao escrever: «las tasas de interés muestran una clara tendencia al alza desde la época de la Revolución Industrial» (177).

No que concerne à área estudada, as taxas de juro, particularmente as do crédito privado, eram por vezes exageradamente altas. Sobre o assunto, escrevia o redactor de *O Conimbricense*, em 1874, enaltecendo a criação de instituições bancárias em Coimbra — filial do Banco Comercial de Viana e Banco Comercial de Coimbra —, que ocorrera pouco antes: «Ja não são faceis as exigencias de juros de 12, 15, 18 e mais por cento, que faziam arruinar todas as pessoas que se viam precisadas a sujeitar-se a essas usuras. Agora com uma sufficiente garantia obtem-se o que se precisa a 6, 6 1/2 e 7 por cento» (178). Mais tarde, já nos anos 20, num relatório da Agência do Banco de Portugal em Coimbra (1923), voltam a constatar-se elevadas taxas de juro: «Devido á crise financeira a que aludimos, a taxa de juro, tanto no mercado particular, como em determinadas casas bancarias, tomou proporções de inaudito exagero, regulando nesta região entre 12 e 30%». E, seguidamente, acrescenta-se: «Pena é que o Banco de Portugal, por falta de disponibilidade, não possa obstar a uma tal extorsão, que deveras tem afectado a praça de Coimbra» (179).

Corresponderiam os referidos testemunhos à realidade? Não se procuraria através deles, exagerando um pouco, chamar a atenção para algo mais, além das próprias taxas de juro? É possível que esta hipótese se verificasse, tanto mais que se pretendia, respectivamente: «celebrar» a instalação de instituições de crédito em Coimbra, onde desempenhariam função

tal, in «The Journal of Economic History», vol. XLIII, nº 3, 1983, p. 569; J. Bouvier, *Initiation au vocabulaire et aux mécanismes économiques contemporains*, p. 305.

(176) P. Voltés Bou, *Historia de la empresa española*, pp. 322-323.

(177) J. M.º Tejero Garcia, *Instituciones bancarias y de ahorro*, p. 267. Ver também p. 166.

(178) *O Conimbricense*, nº 2851, de 21 de Novembro de 1874.

(179) AHBPC, *Relatorios, balanços e desenvolvimento. Agencias Angra a Funchal*, 1923.

relevante, dada a importância do referido centro urbano na área e o seu relativo afastamento de outros grandes centros; lamentar a falta de disponibilidade monetária do Banco de Portugal, para ocorrer a todas as solicitações que lhe eram dirigidas.

O mais natural é que, embora uma ou outra vez, as ditas taxas fossem praticadas, muitas outras, inclusive mais baixas, se praticariam igualmente, sendo também aqui a generalização de evitar. Baseamo-nos, aliás, noutros exemplos da própria área, designadamente em taxas de juro de 36,5% (180) e de 18% (181), bastante altas mas que só excepcionalmente aparecem.

Com efeito, nos contratos de crédito privado concedido à indústria (1868-1927), deparamos com taxas de juro mais acessíveis, cuja média é de 7,68% e a moda de 6% (Quadro XXIV). No crédito bancário à indústria (1905 e 1919-27), por seu turno, a taxa de juro era relativamente mais alta (média 9,42% e moda 7,5%) (Quadro XXV) (182).

O facto de se tratar de séries incompletas não possibilita o conhecimento pormenorizado da evolução das taxas de juro no período em análise. Ainda assim, dos dados apresentados ressalta uma certa estabilidade nas taxas de juro ao longo do período, não sendo por isso particularmente notória, sob este ponto de vista, a função da banca, sobretudo até aos anos 20. Todavia, nos últimos anos do período focado (1921-27), já a instituição do crédito industrial, no âmbito da Caixa Geral de Depósitos, terá contribuído não só para limitar a subida das taxas de juro do crédito industrial (como vimos, parte considerável dos empréstimos daquela instituição a empresas industriais tinha a taxa de juro de 7,5%), como especialmente para intensificar (em número de empresas beneficiadas e respectivos montantes) o crédito a longo prazo à indústria.

(180) Empréstimo de 52\$800 réis, celebrado entre indivíduos de Banhos Secos, em 1883 (AUC, not. José Lourenço da Costa (Coimbra), l.n. nº 32, fls. 24-25).

(181) Empréstimo de 259228\$00 feito pela filial da Casa Bancária José Henriques Totta, Ld^a, à Cerâmica Mondego, Ld^a, em 1925, por um prazo de 2 anos (AUC, not. António Máximo de Figueiredo (Coimbra), l.n. nº 223, fls. 74-77v.).

(182) Estes valores não se afastam muito dos fornecidos por outra fonte (1923): «e no [distrito] de Coimbra emprestam as misericórdias a 5 e 6 por cento, e à mesma taxa ou a um pouco mais, as agências dos bancos de Coimbra e Figueira da Foz» (Anselmo de Andrade, *Evolução da moeda*, Coimbra, 1923, p. 144).

Convirá recordar, no entanto, que nem todas as empresas obtinham o crédito de que necessitavam — apesar de a ele por vezes recorrerem (cf. Quadro XXV) —, pelo que as condições creditícias, relativamente mais favoráveis, apenas a algumas aproveitava, de preferência, aquelas que ofereciam mais sólidas garantias. Pode assim concluir-se que, na escassez de capital, próprio ou a crédito, residia uma das limitações ao desenvolvimento industrial da área de Coimbra.

8. A banca como factor de dinamização industrial?

É geralmente admitido existirem estreitas relações entre a industrialização e o sistema bancário. Porém, já é menos pacífico caracterizar, com precisão, qual a natureza dessas relações. Assim, enquanto para alguns autores se trata de *conexões lineares*, no sentido banca-indústria — considerando-se aquela como elemento motor ou retardador desta —, para outros trata-se apenas de *correlações*, isto é, de influências mútuas, só muito difícil e artificialmente destrincháveis. Da primeira posição são intérpretes, por exemplo, Rondo Cameron e outros (183), ao passo que a segunda é defendida por Claude Fohlen e Jean Bouvier (184). Também do nosso ponto de vista entendemos preferível aludir a *correlações entre banca e indústria*, já que, se a primeira fornece à segunda meios de pagamento, crédito e por vezes financiamento, a segunda, ao atrair a si capitais e ao mobilizar meios de pagamento diversos, constitui simultaneamente um estímulo e um reforço para as instituições bancárias.

(183) R. Cameron *et al.*, *La banca en las primeras etapas de la industrialización*, p. 18. A referida posição não é todavia radical, já que se admite noutra parte da importante obra (p. 128): «Estes cálculos [relativos à evolução da estrutura bancária francesa, 1800-70], por poco fidedignos que sean, parecen indicar una íntima correlación entre el tardío desarrollo de la estructura bancaria y el progreso asimismo lento de la industrialización en Francia». Ver, sobre o livro citado, o artigo-recensão de F. Caron, *Banques et industrialisation au XIXe siècle*, in «Annales. E.S.C.», 23º ano, nº 3, 1968, pp. 616-632.

(184) Cl. Fohlen, *Qu'est-ce que la révolution industrielle?*, p. 92; Jean Bouvier, *Rapports entre systèmes bancaires et entreprises industrielles dans la croissance européenne au XIXe siècle*, in P. Léon *et al.*, *L'industrialisation en Europe au XIXe siècle*, em especial pp. 115-120 (trabalho também publicado nos *Annales. E.S.C.*, 27º ano, nº 1, 1972, pp. 46-70).

No que se relaciona com a área em foco, analisemos a estrutura bancária e as ligações banca-indústria. Para o efeito, consideraremos três períodos: 1º — até aos inícios dos anos 90; 2º — de então até ao termo do primeiro conflito mundial; 3º — deste até ao fim do presente estudo (1927).

1º — Perante o relativo desenvolvimento económico de Coimbra a partir de meados do século passado e na ausência de uma estrutura bancária adequada, solicitava-se (1858 e 1860) (185) a instalação, naquele centro urbano, de uma «caixa filial» do Banco de Portugal. Como justificação, interrogava-se: «... como ha-de prosperar, como subsistir até o industrial, ou seja agricultor, ou commerciante, ou fabril, que n'um caso de necessidade urgente, que para uma empresa lucrativa, que pertende realisar, que para qualquer fim em que necessita empregar capitaes, os tem de tomar por um preço excessivo, por um juro elevado de 10, 20, 30 ou mais por cento, lançando-se assim nos braços d'uma especulação desenfreada e mordente, como a que vemos po ahi campear activa?» (186). Somente cerca de três décadas mais tarde, como veremos, Coimbra veria atendida aquela pretensão, embora entretanto se tivessem ali instalado algumas instituições (ou filiais) privadas de crédito, aliás conforme a tendência geral na época (187).

Em Coimbra e respectiva área não teve grande repercussões a «febre» bancária do terceiro quartel de Oitocentos, acerca da qual afirmava (1875) Ramalho Ortigão: «As empresas bancárias surgem de toda a parte com um carácter epidémico, aterrador. São o Banco de Bragança, o Banco do Alentejo, o de Guimarães, o de Chaves, o de Vila Nova de Gaia, o Banco Nacional, o Português, o do Comércio e Indústria, etc., etc.. Só em Lisboa, no

(185) Na sessão da Câmara Municipal de 29 de Junho daquele ano (*Anais do Município de Coimbra. 1840-1869*. Nota preambular, síntese e índices por Armando Carneiro da Silva, Coimbra, 1973, pp. 310-311); *Necessidade d'uma caixa filial do Banco de Portugal para emprestimo de capitaes em Coimbra*, in «Literatura Ilustrada», 1º ano, nº 10, 1860, pp. 74-75.

(186) *Idem*, p. 74.

(187) «A century ago — escreveu W.A. Lewis — it was taken for granted that finance was a private matter, and governments appeared in the market only borrowers» (W. Arthur Lewis, *The Theory of Economic Growth*, p. 274).

espaço dos últimos oito dias [Fevereiro, 1875] fundaram-se quatro bancos e projectaram-se seis!» (188). Com efeito, para além de algumas casas bancárias de menor importância (189), localizavam-se, na Figueira da Foz, uma filial do Banco Lisboa & Açores (1875) (190) e, em Coimbra, como já indicámos, a Caixa Filial do Banco Comercial de Viana e o Banco Comercial de Coimbra (1874). Pelo significado de que este último se revestiu para a área estudada, tentemos focá-lo mais de perto.

Registe-se, em primeiro lugar, que se tratava de um autêntico banco regional (191), tanto em relação aos fundadores como aos objectivos. Com efeito, o *Banco Comercial de Coimbra*, fundado em 1874 como sociedade anónima de responsabilidade limitada, com o capital social de 2000 contos (a emitir em 5 séries de acções, de 50 000\$00 cada uma), tinha por fim: «... promover e auxiliar o commercio e as diferentes industrias do Districto, fazendo operações bancarias e de credito commercial, industrial [e] agricola» (192).

(188) Ramalho Ortigão, *As Farpas. O país e a sociedade* (edição integral), t. VI: *A sociedade*, Lisboa, s.d., p. 241. Ver ainda Oliveira Martins, *A circulação fiduciária*, pp. 138 e 140.

(189) Em Coimbra, no ano de 1875, há referências ao agente do Banco Português e a duas casas bancárias (AACIC, «Associação Commercial de Coimbra. Actas da Direcção». 1864-1875 (acta de 15 de Fevereiro de 1875).

(190) Devia encontrar-se na altura em fase de instalação, pois os seus directores compraram ali um prédio naquele ano (AUC, not. Jacintho Augusto dos Santos (Figueira da Foz), l.n. nº 36, fls. 1-3). No ano seguinte já a dita filial bancária praticava operações de crédito, à taxa de juro de 7% e de 7,5% (AUC, not. José Maria da Silva Matos (Figueira da Foz), l.n. nº 44, fls. 12v.-13 e not. Jacintho Augusto dos Santos (Figueira da Foz), l.n. nº 37, fls. 46-48v.).

(191) Ver, sobre o assunto, Jean Labasse, *Les capitaux et la région, passim* e, especialmente, a obra já clássica de L.S. Pressnell, *Country Banking in the Industrial Revolution*, Oxford, 1956.

(192) AUC, not. Augusto Gomes Pimentel (Coimbra), l.n. nº 9, fls. 60v.-72 (citação da fl. 61).

Desconhecemos até que ponto o Banco Comercial de Coimbra cumpriu a missão para que tinha sido criado. No entanto, o seu papel não terá sido muito importante, como se deduz, por exemplo, da sua própria evolução. Assim, considerando o movimento dos depósitos à ordem (1876-1883) (193), constata-se que os valores dos mesmos foram decaindo progressivamente e, de forma mais acentuada, a partir de 1878, com uma excepção em 1881. No entanto, independentemente do volume das operações bancárias, é possível que tenha contribuído para difundir, na praça de Coimbra, modernos meios de pagamento, designadamente o *cheque*, de que há um testemunho relativo a 1880 (194).

A despeito de uma ligeira alteração do pacto social do Banco Comercial de Coimbra em 1890 (195), a sua existência não se prolongaria por muito mais tempo, pois no final da mesma década (1899) já se encontrava em liquidação (196).

(193) Depósitos à ordem no Banco Comercial de Coimbra, em 1876-83 (média mensal):

1876	-----	56 380\$897 réis	1880	-----	14 230\$747 réis
1877	-----	33 143\$06 réis	1881	-----	27 036\$679 réis
1878	-----	41 298\$61 réis	1882	-----	14 926\$596 réis
1879	-----	13 120\$064 réis	1883	-----	12 210\$304 réis

(*O Tribuna Popular*, n.ºs não seguidos, entre o n.º 2081 e o n.º 2904, de 12 de Janeiro de 1876 e de 15 de Dezembro de 1883, respectivamente). Para a totalidade dos depósitos, outras operações bancárias, activo e passivo ver *Diário do Governo*, n.ºs 134, de 16 de Junho de 1886, pp. 1 594-1 596 e 244, de 26 de Outubro de 1886, pp. 3 086-3 070; *O Conimbricense*, entre 1874 (n.º 2 865, de 9 de Janeiro) e 1890 (n.º 4 436, de 8 de Março), n.ºs não seguidos.

(194) Referimo-nos à abertura de «um credito até à quantia de seis contos de reis, com o mesmo Banco por meio de *cheques*, conforme o uso e costume», em favor de um proprietário da Figueira da Foz (AUC, not. Simão Maria de Almeida (Coimbra), l.n. n.º 35, fls. 46v.-47v.) (sublinhado nosso). Note-se que, mesmo em França, o cheque não tivera reconhecimento legal até 1865 (R. Cameron *et al.*, *op. cit.*, p. 312).

(195) AUC, not. António Pessoa Guedes (Coimbra), l.n. n.º 21, fls. 25v.-29v..

(196) AUC, not. Eduardo da Silva Vieira (Coimbra), l.n. n.º 89, fls. 23-24.

2º — Este período é assinalado principalmente pela instalação da Agência do Banco de Portugal em Coimbra, em Fevereiro de 1891 (197). Além das funções de banco central, como a emissão monetária — recordemos que foi exactamente naquele ano que passou a ser o único banco emissor — e a difusão da moeda fiduciária, o Banco de Portugal dava algum apoio directo às actividades económicas, por exemplo, através da *provisão de trocos* (sobretudo durante a crise de 1890-1892) e do *desconto de letras* (até final do período em estudo), como já tivemos oportunidade de verificar. Esse apoio era no entanto limitado, como se infere dos sucessivos relatórios anuais remetidos pela Agência do Banco de Portugal à respectiva sede, em Lisboa. Entre as principais causas das restrições à intervenção da dita Agência na vida local — além da por vezes insuficiente disponibilidade de fundos para o desconto —, apontavam-se: a inadequada localização inicial das instalações, a deficiente cobertura do distrito e a concorrência de outras instituições de crédito. Analisemos as duas primeiras, que a terceira já se refere ao último período, a focar mais adiante.

De início, provavelmente devido sobretudo ao grande peso da Universidade e da população a ela ligada, a Agência do Banco de Portugal foi instalada na *Alta* coimbrã. O desenvolvimento do comércio e da indústria viria entretanto a aconselhar a mudança das instalações para local mais adequado, o que logo em 1892 era sugerido: «É certo porem que mais effizamente se exerceria a acção benefica do Banco sobre o commercio e sobre as industriais se a nossa collocação nos permitisse mais intima ligação e mais directa com as classes trabalhadoras» (198). Anos depois (1899), volta a aludir-se ao assunto, uma vez que a referida localização também dificultava a tarefa do único cobrador da Agência: «... tendo que receber muita prata e cobre, o que obriga a chamar um moço para conduzir esta moeda pesada á Agencia que como V. Ex^{as} muito bem sabem está situada na parte alta da cidade e muito longe dos estabelecimentos de commercio» (199). Em 1906 iniciaram-se as diligências tendentes à mudança das

(197) AHBP, *Relatorios de inspecção à Caixa Filial e Agencias. Ano de 1889 a 1899*. Esp. 12117.

(198) AHBP, *Banco de Portugal. Desenvolvimentos. Agencias*. 1892. Esp. 3507.

(199) AHBP, *Banco de Portugal. Desenvolvimentos dos balanços das Agencias*. 1899, L^o A-B, Esp. 3507.

instalações (200), o que finalmente viria a suceder em 1912 (201), com a sua localização no Largo Miguel Bombarda — posteriormente Largo da Portagem (202) —, onde se mantêm.

Acerca da cobertura da área de Coimbra pelos serviços do Banco de Portugal, o problema pôs-se praticamente desde a instalação da sua Agência em Coimbra, pois logo no ano seguinte (1892) se admitia: «... talvez não seja despropositada ao Banco, e mesmo ao desenvolvimento do districto, o estabelecimento de correspondencia em Arganil, Ceia e Tábua» (203). Chegou-se, todavia, a 1917 com uma cobertura incompleta da área, uma vez que operações como o desconto de letras continuavam circunscritas a Coimbra (204). A concorrência de outras instituições de crédito veio entretanto acelerar o processo de extensão da área abrangida pelo desconto do Banco de Portugal. No relatório do ano de 1918, lê-se a propósito: «Sendo natural [...] que a concorrência das novas casas, venham [*sic*] afectar um pouco os interesses desta Agência, torna-se necessario redobrar de trabalho e persistencia no desenvolvimento de operações de letras descontadas, alargando-as por todo o districto, saindo difinitivamente [*sic*] do meio restricto da cidade e estabelecendo um dedicado e amplo serviço de informações, base principal para tal desenvolvimento» (205). Ainda naquele ano de 1918, os correspondentes de Cantanhede, Condeixa, Figueira da Foz e

(200) AABPC, *Cartas. Expediente diverso*. «País», 3, 1906-1911.

(201) A respectiva inauguração teve lugar em 1 de Novembro do dito ano (AHBP, *Relatorios, balanços e desenvolvimentos*. 1912. *Agencias Angra e Funchal*; AABPC, *Copiador de relatorios e balanços da Agencia*, 1908-1913).

(202) Sobre as diferentes designações que aquele largo tem tido, ver José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, pp. 380-394.

(203) ABPC, *Duplicados de balanços*. 1891 a 1928 (Balanço relativo a 1892).

(204) «Esta conta [desconto de letras] que teve algum aumento podia ter um desenvolvimento maior se os descontos não estivessem restritos á clientela da cidade» (AABPC, *Copiador de relatorios e balanços da Agencia*, 2, 1914-1923 (Relatório de 1917).

(205) AABPC, *idem* (Relatório de 1918).

Soure foram autorizados a proceder ao desconto de letras (206). Autorização análoga terá sido posteriormente dada a outros correspondentes, por certo à maioria dos treze existentes no distrito de Coimbra em 1922 (207).

3º — Por último, no terceiro período assiste-se em Coimbra a um surto excepcional na instalação de bancos e casas bancárias. Com efeito, processa-se, em 1918, à abertura das filiais do Banco Nacional Ultramarino (deste também na Figueira da Foz) (208) e do Banco de Seguros (209); um ano depois, preparavam as suas instalações, para abertura ao público, as seguintes instituições: Pinto & Sotto Mayor, Banco Industrial Português, José Henriques Totta & Cª e Borges & Irmão (210); em 1923, inicia as suas operações na filial de Coimbra o Banco do Continente e Ilhas (211).

Assim, incluindo as Agências do Banco de Portugal e da Caixa Geral de Depósitos, localizavam-se em Coimbra, por 1923, nove bancos e casas bancárias, ou seja 29% do total (31) existente no País (212). Considerando

(206) AABPC, *ibidem*. Na Figueira da Foz abriu uma correspondência em 1919, a qual entretanto (1921?) passou a agência (AABPC (AAFF), *Correspondencia da sede. Anos de 1919 a 1923. Repartições diversas*).

(207) Todos os correspondentes se localizavam em sedes concelhias, à excepção do de S. Pedro de Alva (BBP, *Banco de Portugal. Caixa Filial, Agencias e Correspondencias no Continente e Ilhas*, Lisboa, 1922 [impresso]. Dever-se-ia a localização da dita correspondência, em S. Pedro de Alva, à proximidade de uma importante fábrica de cerâmica, de que já tratámos?

(208) Braga Paixão, *Cem anos do Banco Nacional Ultramarino na vida portuguesa. 1864-1964*. Narração histórica e coordenação de documentos por [...], vol. III, Lisboa, 1964, p. 229. Ver fotos das filiais de Coimbra e da Figueira da Foz na obra citada, entre as pp. 320-321 e 340-341, respectivamente.

(209) AABPC, *Copiador de relatorios e balanços da Agência [de Coimbra]*, 2, 1914-1923.

(210) AHBP, *Banco de Portugal. Relatorios, balanços e desenvolvimentos. Agencias Angra a Funchal*. 1919.

(211) AABPC, *Correspondencia de Bancos nacionais*, vol. 1, 1895-1924.

(212) João de Sousa da Câmara, *O Banco Lisboa & Açores. 1875-1969*, Texto de [...], Lisboa, 1972, pp. 72-73.

apenas o centro urbano coimbrão, tratava-se de uma densidade altíssima, visto corresponder a três instituições de crédito por cada 10 000 habitantes (213), quando a partir de 1 instituição/10 000 hab. já é considerada alta (214). Contudo, atendendo à população do concelho e do distrito (em 1920, respectivamente 62 478 e 353 121 habitantes) (215), que a banca coimbrã também em parte servia, já os valores do mencionado índice descem para 1,4 e 0,25, os quais se podem considerar alto (o primeiro) e baixo (o segundo) (216). Daqui se conclui que, na área em foco, as insuficiências da rede bancária se faziam sentir de um modo particular nas zonas situadas fora do concelho de Coimbra (217).

Passada a «grande euforia» (218) bancária dos inícios dos anos 20, alguns dos referidos bancos (ou filiais) desapareceriam — por exemplo, o Banco Industrial Português abriu falência em 1925 (219) —, mas a maior parte, no entanto, consolidou a sua posição na praça de Coimbra e, mais tarde, na respectiva área, prosseguindo assim com êxito uma longa jornada, cujo início, como temos constatado, ocorrera durante o último decénio do nosso estudo.

Data igualmente do último período abordado uma intervenção mais directa da banca na indústria, através da participação em algumas sociedades industriais (220). Tratou-se, no entanto, de uma intervenção bastante

(213) A população coimbrã atingia, em 1920, 30 010 habitantes (A. Carneiro da Silva, *Evolução populacional coimbrã*, p. 281).

(214) R. Cameron *et al.*, *La banca...*, p. 315.

(215) A. Carneiro da Silva, *ibidem*.

(216) R. Cameron *et al.*, *ibidem*.

(217) Porém, a Figueira da Foz não se encontrava tão desprovida de serviços bancários, visto ali se localizarem, além de algumas casas bancárias, as Agências do Banco de Portugal e do Banco Nacional Ultramarino, como verificámos anteriormente.

(218) Cf. J. de S. da Câmara, *O Banco Lisboa & Açores*, p. 73.

(219) AUC, *Judicial*, «Falências», maço 16.

(220) A participação da banca como accionista é uma das três modalidades possíveis.

restrita, pois somente detectámos três casos: uma sociedade bancária, como accionista da Companhia de Cerveja de Coimbra; o Banco Industrial Português, como accionista da Construtora de Coimbra, Ld.^a e da Empresa Mecânica de Palitos, Ld.^a. No primeiro caso, a firma Pinto & Sotto Mayor subscrevia acções no valor de 775 contos, isto é, 36% do capital social da Companhia de Cerveja de Coimbra (1 600 contos) (221). Todavia esta participação, mais do que uma iniciativa da parte da banca, deveu-se a uma solicitação da dita firma industrial, «para maior desenvolvimento dos seus negócios e ampliação do objecto social». Acresce ainda que, do capital subscrito por aquela sociedade bancária, 319 contos (20% do capital social total) correspondiam a créditos concedidos à antecessora daquela empresa cervejeira (Cerveja de Coimbra, Ld.^a) (222). Quanto ao Banco Industrial Português, foram-lhe cedidas (1924), pela Construtora de Coimbra, Ld.^a, 4 quotas de 15 000\$00 cada, ou seja, um total de 60 contos (223). Após a alteração do pacto social da Construtora de Coimbra, Ld.^a (1925) e a fundação da Empresa Mecânica de Palitos, Ld.^a, o dito Banco já subscrevia acções no valor de 227 contos (28,4% do capital social da empresa), mas entretanto cedia parte delas (224). Pouco depois (ainda em 1925), como já indicámos, o Banco Industrial Português abria falência. Também aqui a participação foi fugaz e, por certo, de consequências pouco relevantes.

Como síntese do que se acaba de expor, qual a resposta à questão previamente formulada, sobre a *banca como factor de dinamização industrial?*

Na área de Coimbra, dificilmente se poderá optar pela afirmativa, pelo menos até aos anos 20 do nosso século. Com efeito, a banca nem sequer

As outras duas são: a banca como financiadora ou credora (já vimos esta) e como única proprietária de uma empresa industrial, o que não encontrámos na área estudada (cf. L. Bergeron, *Banquiers, négociants et manufacturiers parisiens du Directoire à l'Empire*, p. 299).

(221) AUC, not. Jaime Correia da Encarnação (Coimbra), l.n. nº 51, fls. 87v.-99.

(222) AUC, *idem, idem*, fls. 88v.-90.

(223) AUC, not. João Ferreira Figueiredo dos Santos (Coimbra), l.n. nº 250, fls. 40-42v..

(224) AUC, *idem*, l.n. nº 253; fls. 20v.-32.

respondia satisfatoriamente à procura, já pelo relativo fracasso em que se saldou a experiência do único banco regional de certa importância (225) — Banco Comercial de Coimbra —, já pelas restrições impostas pelo Banco de Portugal, no respeitante, por exemplo, à operação do desconto.

Na última década deste estudo a situação alterou-se um pouco, particularmente no tocante ao crédito industrial concedido pela Caixa Geral de Depósitos. No entanto, devido às condições em que o crédito era praticado — taxas de juro, prazos e garantias —, eram sobretudo algumas das empresas de maior vulto que dele beneficiavam.

Quanto ao surto da banca comercial em Coimbra nos anos 20, foi especialmente o comércio a tirar daí vantagens, devido ao facto de se terem tornado mais acessíveis as operações bancárias de tipo comercial (226), o que teve como efeito uma contracção nas operações do género até aí praticadas, quase em exclusivo, pelo Banco de Portugal (227).

Relativamente à participação directa da banca na industrialização, ela foi de facto limitada, como acabámos de ver pouco atrás. É que, a banca, ao instalar as suas filiais ou agências em Coimbra, como aliás noutras localidades, não tinha por objectivo primordial o desenvolvimento das respectivas áreas, mas sim o crescimento das próprias empresas bancárias. Diferentes eram, contudo, os fins dos bancos regionais, mas cuja experiência em Coimbra se circunscreveu, como indicámos, ao último quartel de Oitocentos. A propósito, citemos a *Gazeta de Coimbra*, em 1923: «Coimbra

(225) Sobre o assunto, no que se refere ao Norte de França, ver Jacques Laboux, *La rôle des banques locales et régionales du Nord de la France dans le développement industriel et commercial*, Paris, 1924.

(226) Podiam assim atenuar-se os inconvenientes de tal prática, em virtude de o Banco de Portugal ser um «... dos bancos centrais europeus [...] que consagrava ao desconto comercial uma diminuta parte da sua circulação» (A.H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa*, p. 518).

(227) Julgamos poder atribuir a este factor e não a qualquer «grande acção relacionada com a Universidade» de Coimbra — como aventa Martins Barata — a acentuada baixa da Conta Corrente do Banco de Portugal em Coimbra, entre 1921 e 1927 (ver. J.P. Martins Barata, *Fluxos financeiros regionais. Obstáculos estruturais às acções de desenvolvimento regional*, Lisboa, 1981, p. 34 e anexos, Gráfico relativo a Coimbra).

está em maré de bancos. É uma fartura que dificilmente poderá ser excedida em qualquer outra cidade da provincial!»

«Estabelecimento bancario, porem, com o cunho regional, não tem esta cidade nenhum, mas bom seria que o tivesse. Em geral, um Banco, com o cunho regional, é formado com capitais subscritos na região onde tem a sua séde, e destina-se, particularmente, a fomentar a riqueza e o progresso regionaes, sob os seus mais uteis e variados aspectos» (228).

Pode assim concluir-se que a banca, na área em estudo, se apenas muito limitadamente foi dinamizadora, também não se pode, com justeza, apelar de «atrasada», noção que aliás, como ensina J. Bouvier, deve ser usada com precaução (229). Com efeito, banca e indústria, como as restantes actividades económicas, estão interligadas e o ritmo da sua evolução depende de múltiplos factores, não só de ordem económico-social como política, institucional e cultural.

(228) *Notas e impressões*, in «Gazeta de Coimbra», nº 1 477, de 21 de Julho de 1923, p. 1.

(229) Jean Bouvier, *Rapports entre systèmes et entreprises industrielles dans la croissance européenne au XIXe siècle*, in P. Léon *et al.*, «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», p. 117; *Un siècle de banque française*, pp. 34-35.

CONCLUSÃO

Ao focar a estrutura e o desenvolvimento industrial da área de Coimbra, deparámos com algumas dificuldades que nem sempre conseguimos eliminar na totalidade. As que mais condicionaram o nosso estudo prendem-se com os seguintes factores: lacunas e omissões das estatísticas e dos inquéritos industriais; existência de reduzido número de fundos arquivísticos empresariais e/ou falta de acessibilidade a alguns deles; ausência quase total de estudos monográficos sobre empresas ou ramos industriais da área. A fim de minorar o mais possível os efeitos dos ditos factores, tivemos necessidade de recorrer a um número elevado e diversificado de fontes, o que, em virtude da sua relativa vastidão e extraordinária dispersão, obrigou a redobrados esforços. Todavia, nem mesmo assim foi possível esclarecer totalmente — como desejaríamos — certas questões. De entre os assuntos que mereciam um tratamento mais desenvolvido — se os elementos disponíveis o permitissem — destacam-se: os mercados abastecedores e fornecedores; os preços das matérias-primas e dos produtos; a contabilidade das empresas; e o recrutamento e os quantitativos da mão-de-obra.

A despeito das referidas limitações, julgamos ter conseguido lançar alguma luz sobre a problemática em causa. Destacaremos seguidamente as conclusões que nos parecem mais relevantes, tendo como pontos de referência as hipóteses formuladas na introdução (ver *supra*, pp. 34-35).

A. As actividades pré-industriais, inicialmente numerosas e pulverizadas por praticamente toda a área coimbrã, foram-se extinguindo ao longo do período, devido à concorrência da indústria fabril e, em alguns casos, à própria alteração das condições de que dependiam. Assim, a refinação de açúcar, a moagem, a cordoaria e a produção fosforeira, entre outras, viram-se confrontadas com a produção fabril que, por se encontrar melhor aparelhada para dominar o mercado, não teve grandes dificuldades em desalojar as suas concorrentes, geralmente mais frágeis. Por sua vez, profissões como as de correeiro, poleiro, ferrador e ferreiro, além de outras, tornar-se-iam progressivamente dispensáveis, dadas as transformações nos domínios dos transportes, da metalurgia, da serralharia e, em geral, da produção — que se ia mecanizando —, com o conseqüente aparecimento de novas actividades profissionais — serralheiro civil e mecânico, electricista, condutor de máquinas, etc.. Em alguns ramos — como os da alimentação e bebidas e do vestuário e calçado —, a congregação de esforços, através da constituição de sociedades, permitiu a certas empresas uma vida mais longa, bem como a fusão entre ramos de natureza diversa, designadamente industrial e comercial. Porém, em virtude da excepcional importância do mercado — particularmente no que se refere a Coimbra e à Figueira da Foz —, a actividade comercial sobrepunha-se com frequência à industrial, sucedendo não raras vezes que empresas da área, de início exclusivamente produtoras, acabassem por se tornar apenas distribuidoras de artigos — de confecção, calçado e mobiliário —, fabricados por empresas de outras áreas.

B. Na indústria extractiva distinguiam-se dois grandes ramos: o dos minerais não metálicos (carvão, gesso, argila e pedra) e o dos minerais metálicos (antimónio, chumbo, galena e zinco). Quanto aos primeiros, há a destacar a exploração carbonífera do Cabo Mondego, a qual, não obstante se ter efectuado durante cerca de dois séculos, nunca chegou a ser de grande envergadura. A baixa qualidade do carvão, a concorrência do carvão inglês e as deficientes condições tecnológicas da exploração constituíram obstáculos de monta. De menor importância foi ainda a exploração gesseira, nas proximidades de Soure, a qual não terá ultrapassado a fase pré-industrial. A argila, relativamente abundante na área, constituiu um factor de peso para a multiplicidade e difusão das unidades cerâmicas. A pedra, por seu turno, era algumas vezes aproveitada próximo das respecti-

vas pedreiras, para o fabrico de cal (Cantanhede e Figueira da Foz) ou de mós (concelho de Condeixa-a-Nova). Mais frequentemente, porém, tinha de ser transportada para locais distantes — com destino à construção civil —, o que provocava um inevitável agravamento do respectivo custo. As exploração do sal (Figueira da Foz) e das águas minero-medicinais (em diversas localidades, das quais se destacava a Amieira) não registaram no período abordado quaisquer progressos significativos. Relativamente aos minerais metálicos, a sua exploração foi insignificante, não se tendo por vezes ido além da descoberta e do registo das minas, como se deduz do facto de muitas delas estarem isentas do imposto relativo ao minério explorado. Assim, os minerais utilizados pelas oficinas e fábricas da área de Coimbra tinham que ser geralmente importados ou, pelo menos, adquiridos noutras áreas do País. Em suma: a indústria extractiva, em virtude das suas limitações naturais (relativa escassez ou baixa qualidade do minério) ou humanas (deficiente tecnologia, gestão e rede de transportes) condicionou, por vezes negativamente, o processo de industrialização.

C. O abastecimento do mercado regional era assegurado especialmente pela indústria da própria área. O acréscimo do consumo — devido à relativa expansão demográfica — e os progressos tecnológicos, já então alcançados, favoreceram o desenvolvimento de várias actividades produtoras e, conseqüentemente, a criação de unidades fabris. Assim, em ramos como a indústria têxtil, a cerâmica, a produção de papel e a moagem — algumas das principais indústrias-piloto —, implantaram-se diversas fábricas, cuja produção chegava, em alguns casos, a exceder a procura no mercado da respectiva área coimbrã. Contudo, a reduzida elasticidade do mercado — em especial fora dos grandes centros urbanos — limitou a expansão de elevado número de empresas — de ramos como o fabrico de sabão, curtumes, metalurgia e metalomecânica — e dos respectivos estabelecimentos fabris. Deste modo, a pequena ou média dimensão empresarial e as limitações do mercado, agravadas pelas carências da rede de comunicações, contribuíram poderosamente para que a industrialização só numa fase tardia — finais do século XIX/inícios do século XX — viesse a verificar-se e, mesmo assim, de forma bastante incompleta.

D. A localização das primeiras unidades industriais, a exemplo da de grande parte das suas predecessoras do tipo artesanal, encontrava-se bas-

tante dependente dos recursos naturais. Tal devia-se sobretudo a dois factores. Por um lado, aos poucos recursos dos meios de transporte que obrigavam a aproximar, tanto quanto possível, os centros de produção dos locais em que existiam as matérias-primas. Por outro lado, o ainda difícil acesso — inerente à primeira fase das inovações — às modernas formas de energia (a vapor, a gás e eléctrica) levava ao aproveitamento preferencial das formas energéticas tradicionais, nomeadamente a hidráulica e a eólica. Esta fase, de relativa «escravização» aos recursos naturais, é ilustrada pela distribuição geográfica de diversas unidades dos seguintes ramos: têxtil de lanifícios, moagem, cerâmica e indústria do papel. Entretanto, com os progressos tecnológicos, verificados na indústria e nos transportes, a localização industrial passa a ter no mercado um factor de enorme atracção. Consequentemente, numerosas fábricas são instaladas próximo dos principais mercados ou, pelo menos, das vias de comunicação que facilmente lhes dão acesso. É nesta fase — cujo início remonta ao final de Oitocentos mas que atinge a sua máxima expressão somente no pós-guerra — que se implantam unidades fabris, algumas de grande dimensão, em Coimbra (têxteis de lanifícios e de malhas, cerâmica, moagem, e massas alimentícias), Pampilhosa do Botão (cerâmica e serração), Soure (têxtil algodoeira) e Figueira da Foz (cerâmica e vidro).

E. A evolução da indústria, face às novas exigências criadas pela concorrência, exigia a conjugação de esforços, a nível empresarial. Assiste-se, deste modo, à constituição de elevado número de sociedades, primeiramente familiares e em nome colectivo e, mais tarde, anónimas e de responsabilidade limitada. Os primeiros dois tipos, predominantes até inícios do século XX, possibilitaram a formação de algumas dinastias de empresários, em indústrias como a têxtil (de lanifícios e de malhas), a cerâmica e as do sabão e dos curtumes. Também o autofinanciamento, largamente praticado na área, permitiu a várias empresas assegurar uma certa continuidade, dedicando-se frequentemente aos mesmos ramos, durante longos períodos. Todavia, para a realização de alguns grandes empreendimentos industriais, já próximo do final do período estudado, foi necessário recorrer não só aos modernos tipos de sociedade — com destaque para o da sociedade anónima de responsabilidade limitada — como também ao crédito bancário (entre outras, indústrias de cerâmica e de curtumes).

Para finalizar, sublinhemos ainda, numa apreciação global, algumas peculiaridades da industrialização na área de Coimbra:

1. Quando comparada com a de algumas outras áreas do País ou de vários outros países, a industrialização em causa surge-nos desfasada, quer por se ter verificado tardiamente, quer pela sua fraca intensidade.

2. Daí advieram algumas consequências negativas, tanto em termos de progresso económico como da necessidade de «exportação» de mão-de-obra para outras áreas, nacionais e estrangeiras, através dos surtos migratório e emigratório.

3. Em contrapartida, uma certa acalmia social, por um lado, e uma reduzida deterioração do meio ambiente, por outro, têm favorecido a manutenção de algumas das características dos dois principais aglomerados urbanos da área como centros, respectivamente, universitário (Coimbra) e turístico (Figueira da Foz), por excelência.

4. Por outro lado, verificou-se uma certa harmonia no desenvolvimento dos vários sectores económicos, sem que a industrialização, exactamente pelas características apontadas em 1, tivesse atrofiado excessivamente os sectores primário e terciário.

Trata-se, no fundo, de anverso e reverso da mesma medalha, como que a fazer recordar, ainda em nossos dias, o mito de Prometeu.

APÉNDICE I

QUADRO N.º 1

SOCIEDADES INDUSTRIAIS CONSTITUÍDAS NA ÁREA DE COIMBRA (1868-1927)

ANO	DIA/MES	N.º	CAPITAL SOCIAL	ALIMEN- TAÇÃO E BEBIDAS	TÉXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC- VAS E QUÍMICAS	LOCALIZAÇÃO			CAPITAL SOCIAL (REIS- -ESCUDOS)
									RAMO DE ACTIVIDADE	CONCELHO	LOCALIDADE	
DATA DA CONSTITUIÇÃO			TOTAL ANUAL									
1868		2	90.000\$000			Papel	Extracção de pedra		Figueira da Foz	Figueira da Foz		90.000\$000
1869		1					Cerâmica		Lousã	Porto do Boque		
1873		1					Cerâmica		Coimbra	Coimbra		
1874	24/3					Artes gráficas			Coimbra	Coimbra		
1876	30/11	3	3.300\$000		Costura		Cerâmica		Coimbra	Coimbra		3.000\$000
1876	28/1	1	200.000\$000				Transacção de terrenos e construção civil		Coimbra	Coimbra		300\$000
1878	27/11	1			Alfaiataria				Coimbra	Coimbra		
1880		1	600\$000				Cerâmica		Coimbra	Coimbra		600\$000
1881		1				Serração de madeira			Coimbra	Coimbra		
1882		1		Moagem					Coimbra	Coimbra		
1883	11/12	1		Fiação					Penela	Ponte do Espinhal		
1884	5/4	2		Tamancaria					Figueira da Foz	Figueira da Foz		
				Cardação e fiação					Góis	Várzea		
1885				Fiação e tecelagem de algodão					Soure	Paleão		
1886		2							Mimeração	Pampilhosa da Serra		
1887		1	418\$231	Moagem, massas, bolachas					Coimbra	Coimbra		418\$231
1888		2	17.000\$000	Lanifícios					Coimbra	Santa Clara		
				Tecidos de algodão					Tábua	Meda de Mouros		12.000\$000

(Cont.)

DATA DA CONSTITUIÇÃO		TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE			LOCALIZAÇÃO			CAPITAL SOCIAL (REIS-ESCUDOS)	
ANO	DIAMÉS N°	CAPITAL SOCIAL	ALIMEN-TAÇÃO E BEBIDAS	TÉXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC-TIVAS E QUÍMICAS	CONCELHO	LOCALIDADE	
1888	15/11	1		Fiação e tecelagem				Góis	Alvares	
1891	14/1		Moagem, massas, bolachas					Coimbra	Coimbra	
	11/2	2		Fiação						
1893	8/3	1	900\$000						Condeixa-a-Nova	Entre o Travaz e a Ribeira
1896	20/6	1	15 000\$000	Moagem, massas, bolachas,		Metallurgia e me-talomecânica		Coimbra	Figueira da Foz	900\$000
1897		1	600\$000							15 000\$000
1898			1 000\$000							
1900					Serração de madeira			Coimbra	Coimbra	600\$000
								Coimbra	Coimbra	1 000\$000
								Coimbra	Figueira da Foz	
	18/6		Conservas de peixe					Coimbra	Figueira da Foz	15 000\$000
	15/10	4	23 187\$321	Cardação e fiação				Pombal	Santónio	5 000\$000
			Moagem, massas, bolachas					Coimbra	Coimbra	3 187\$321
1901	30/4			Fiação			Mineração	Pombal	Vermoil	500\$000
	27/4		Lagar de azeite					Oliveira do Hospital	S. Gião	
	26/10	4	3 200\$000					Coimbra	Pombalinho	
1903	3/1								Miranda do	2 700\$000
	15/5		Moagem, massas, bolachas	Calçado				Coimbra	Corvo	13 000\$000
								Coimbra	Coimbra	288\$000
								Coimbra	Figueira da Foz	3 000\$000
	31/10	4	57 388\$000					Mealhada	Pampilhosa	41 100\$000
										(Cont.)

DATA DA CONSTITUIÇÃO		TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE				LOCALIZAÇÃO		CAPITAL SOCIAL (REIS-ESCUDOS)	
ANO	DIA/MES N°	CAPITAL SOCIAL	ALIMEN-TAÇÃO E BEBIDAS	TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC-VAS E QUÍMICAS	CONCELHO	LOCALIDADE	
1904	14/12	1				Cerâmica de construção		Penacova	São Paio	10 000\$000
1905		1				Gesso		Soure	Alencarce	6 000\$000
1906	4/2					Metalurgia e me-talomecânica		Figueira da Foz	Figueira da Foz	500\$000
	5/2			Calçado				Figueira da Foz	Figueira da Foz	1 000\$000
	1/8							Miranda do Convo	Miranda do Convo	1 400\$000
1907	14/3				Serração de madeira			Pombal	Albergeria dos Doze	6 000\$000
	24/8				Marcenaria			Coimbra	Coimbra	5 000\$000
1908	1/5				Marcenaria			Figueira da Foz	Figueira da Foz	1 000\$000
	21/5			Alfaiataria				Coimbra	Coimbra	1 000\$000
1909					Serração de madeira			Coimbra	Souseias	
	23/3							Arganil	Arganil	30 000\$000
1910	11/3			Alfaiataria				Figueira da Foz	Figueira da Foz	1 000\$000
	16/6							Coimbra	Coimbra	1 000\$000
1911	8/6			Panificação				Coimbra	Coimbra	2 000\$000
1912	8/5			Panificação				Coimbra	Coimbra	4 000\$000
	10/8				Artes Gráficas			Lousã	Serpins	40 000\$000
	14/10				Serração de madeira			Coimbra	Coimbra	1 200\$000
1913					Carpintaria			Coimbra	Coimbra	17 740\$000
	15/2		Descasque de arroz					Coimbra	Coimbra	50 000\$000
			Moagem, massas, bolachas					Coimbra	Coimbra	
	11/3							Coimbra	Coimbra	9 000\$000
	6/9				Serração de madeira			Pombal	Mota	600\$000
	5/12				Artes gráficas			Coimbra	Coimbra	3 000\$000
					Serração de madeira			Pombal	Vermol	2 700\$000
1914	17/10				Artes gráficas			Coimbra	Coimbra	600\$000
	28/10			Calçado				Coimbra	Coimbra	300\$000
				Curtumes				Coimbra	Coimbra	20 000\$000

(Cont.)

(Cont.)

DATA DA CONSTITUIÇÃO		TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE			LOCALIZAÇÃO			CAPITAL SOCIAL (REIS-ESCUDOS)		
ANO	DIA/MES	Nº	CAPITAL SOCIAL	ALIMEN-TAÇÃO E BEBIDAS	TÉXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC-TIVAS E QUÍMICAS	CONCELHO	LOCALIDADE	
1915	1/2			Moagem, massas, bolachas					Figueira da Foz	Figueira da Foz	3 000\$000
	5/2			Panificação					Coimbra	Coimbra	3 000\$000
	26/5			Confeitaria					Coimbra	Coimbra	2 000\$000
	26/8			Confeitaria e conser- varia					Coimbra	Coimbra	1 500\$000
	4/11	6	31 900\$000				Cerâmica de construção		Arganil	Arganil	2 400\$000
1916	11/1			Confeitaria					Coimbra	Coimbra	6 000\$000
	26/11	2	26 000\$000			Serração de madeira			Lousã	Lousã	20 000\$000
1917	4/6				Maihas				Coimbra	Coimbra	9 000\$000
	18/6					Construção naval			Figueira da Foz	Figueira da Foz	110 000\$000
	6/9			Confeitaria		Construção naval			Figueira da Foz	Figueira da Foz	80 000\$000
	22/8					Construção naval			Coimbra	Coimbra	280\$000
				Lagar de azeite					Figueira da Foz	Figueira da Foz	60 000\$000
				Lagar de azeite					Arganil	Arganil	
1918	8/11	7	259 280\$000						Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	
					Cordoaria				Coimbra	Cabouco	
						Palitos			Penacova	Lorvão	12 000\$000
	18/15								Figueira da Foz	Figueira da Foz	100 000\$000
	13/7				Curtumes	Construção naval			Figueira da Foz	Figueira da Foz	170 000\$000
	16/8					Construção naval			Figueira da Foz	Figueira da Foz	110 000\$000
	19/8							Produtos resinosos	Pombal	Albergaria dos Doze	9 000\$000
	19/8							Produtos resinosos	Pombal	Enguins	8 000\$000
	19/8							Produtos resinosos	Pombal	Enguins	20 000\$000
	3/11							Produtos resinosos	Pombal	Enguins	
	13/12	10	474 460\$000			Construção naval		Metalurgia e me- talomecânica	Coimbra	Coimbra	460\$000
									Figueira da Foz	Figueira da Foz	45 000\$000

(Cont.)

(Cont.)

ANO DIAMÉS N.º	DATA DA CONSTITUIÇÃO	TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE			LOCALIZAÇÃO			CAPITAL SOCIAL (REIS-ESCUIDOS)
			ALIMEN-TAÇÃO E BEBIDAS	TÉXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC-VAS E QUÍMICAS	CONCELHO	
1919									
				Carpintaria	Vidro	Coimbra	Coimbra	1 000\$000	
7/1			Calçado	Energia eléctrica	Figueira da Foz	Murraceira	Figueira da Foz	40 100\$000	
11/2				Serração de madeira	Coimbra	Coimbra	Coimbra	100 000\$000	
25/2				Marcenaria	Oliveira do Hospital	Nogueira do Cravo		5 000\$000	
31/7					Coimbra	Coimbra	Coimbra	2 000\$000	
3/8			Moagem		Figueira da Foz	Figueira da Foz		1 000 000\$000	
26/9			Calçado	Construção naval	Coimbra	Coimbra	Coimbra	100\$000	
5/11				Construção naval	Figueira da Foz	Figueira da Foz		12 000\$000	
20/11			Confeitaria e conser- varia		Figueira da Foz	Figueira da Foz		81 000\$000	
		12			Coimbra	Coimbra		8 000\$000	
1920									
					Cerâmica (por- celanas)	Coimbra	Coimbra	150 000\$000	
					Cerâmica	Coimbra	Coimbra		
					Vidro	Figueira da Foz	Figueira da Foz	150 000\$000	
						Figueira da Foz	Fonteia	100 000\$000	
						Figueira da Foz	Figueira da Foz	20 000\$000	
					Extracção de sal				
						Figueira da Foz	Figueira da Foz	150 000\$000	
10/1			Panificação		Figueira da Foz	Figueira da Foz		30 000\$000	
23/1				Construção naval	Lousã	Piães de Gaiata		5 000\$000	
					Produtos resinosos				
24/1					Adubos	Figueira da Foz	Figueira da Foz	80 000\$000	
30/1						Coimbra	Coimbra	2 000\$000	
2/2			Panificação		Produtos resinosos	S. Tiago de Litém			
27/2						Coimbra	Coimbra	1 200\$000	
4/3			Panificação			Coimbra	Coimbra	40 000\$000	
17/3			Panificação		Produtos resinosos	Mata Mourisca		4 000\$000	
18/3						Coimbra	Coimbra	400\$000	
6/4			Calçado		Produtos resinosos	Arganil	Coja	1 000\$000	
7/4						Figueira da Foz	Tavarede	21 000\$000	
					Cerâmica de construção				

(Cont.)

(Cont.)

DATA DA CONSTITUIÇÃO	TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE				LOCALIZAÇÃO			CAPITAL SOCIAL (RÉIS- -ESCUDOS)
ANO DIA/MÉS N.º	CAPITAL SOCIAL	ALIMEN- TAÇÃO E BEBIDAS	TÉXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADERA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E QUÍMICAS	EXTRAC- VAS E QUÍMICAS	CONCELHO	LOCALIDADE	
19/4					Cerâmica de construção		Figueira da Foz	Figueira da Foz	80 000\$00
27/4				Serração de madeira			Coimbra	Coimbra	10 000\$00
28/4				Marcenaria	Adubos		Figueira da Foz	Figueira da Foz	200 000\$00
4/5				Marcenaria			Coimbra	Coimbra	2 500\$00
7/5				Artes gráficas			Lousã	Lousã	6 000\$00
29/5				Serração de madeira			Lousã	Lousã	35 000\$00
4/6				Serração de madeira			Pombal	Pombal	1 000 000\$00
5/6				Serração de madeira			Pombal	Pombal	120 000\$00
30/7				Artes gráficas			Coimbra	Coimbra	40 000\$00
7/8				Artes gráficas			Coimbra	Coimbra	220 000\$00
20/9		Panificação Leitaria e pastelaria					Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	10 000\$00
21/9		Panificação					Coimbra	Coimbra	50 000\$00
9/10				Construção naval			Figueira da Foz	Figueira da Foz	1 800\$00
11/11							Figueira da Foz	Figueira da Foz	90 000\$00
12/11							Mealhada	Pampilhosa	2 160\$00
15/11				Serração de madeira			Coimbra	Coimbra	95 000\$00
24/11		Panificação Leitaria e pastelaria					Figueira da Foz	Buarcos	600\$00
27/11		Panificação					Coimbra	Coimbra	5 000\$00
3/12				Serração de madeira			Figueira da Foz	Gala	900\$00
6/12				Serração de madeira			Coimbra	Coimbra	65 000\$00
9/12							Coimbra	Coimbra	153 000\$00
31/12							Penacova	São Paio	425 000\$00
31/12	39	3 290 560\$00					Oliveira do Hospital	Ervedal da Beira	54 000\$00

(Cont.)

(Cont.)

DATA DA CONSTITUIÇÃO	TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE				LOCALIZAÇÃO		CAPITAL SOCIAL (RÉIS-ESCUIDOS)	
ANO	DIA/MES Nº	ALIMEN- TAÇÃO E BEBIDAS	TEXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC- VAS E QUÍMICAS	CONCELHO	LOCALIDADE	
1921		Panificação	Malhas				Coimbra	Coimbra	100.000\$00
				Palitos Carpintaria			Figueira da Foz	Figueira da Foz	100.000\$00
		Comércio e industria de cereais					Poiarés	Vila Nova de Poiarés	20.000\$00
	6/1	Leitaria e pastelearia	Alfaiataria				Coimbra	Coimbra	30.000\$00
	13/1						Coimbra	Ribeira de Cernache	
	18/1						Coimbra	Coimbra	
	19/1						Coimbra	Coimbra	7.200\$00
	26/1		Calçado		Cerâmica de construção		Coimbra	Coimbra	50.000\$00
	27/1		Alfaiataria				Coimbra	Trouxemil	110.000\$00
	28/1						Coimbra	Coimbra	70.000\$00
	2/2						Pombal	Pombal	40.000\$00
	9/2						Lousã	Lousã	8.000\$00
	19/2	Moagem, massas, bolachas	Alfaiataria				Miranda do Corvo	Semide	24.000\$00
	28/2	Panificação	Calçado				Coimbra	Coimbra	20.000\$00
	1/3						Lousã	Lousã	8.000\$00
	7/3						Cantanhede	Lemedede	160.000\$00
	22/3						Figueira da Foz	Buarcos	1.600\$00
	28/3						Pombal	Mata do Car-riço	105.000\$00
	19/4						Figueira da Foz	Figueira da Foz	5.500\$00
	1/5						Mealhada	Pampilhosa	8.025\$00
	2/7	Pastelaria e confeite-ria					Coimbra	Coimbra	2.000\$00
	25/7	Panificação					Mealhada	Pampilhosa	70.000\$00
							Coimbra	Coimbra	50.000\$00
							Coimbra	Coimbra	21.000\$00
							Coimbra	Coimbra	5.100\$00

(Cont.)

(Cont.)

DATA DA CONSTITUIÇÃO		TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE				LOCALIZAÇÃO		CAPITAL SOCIAL (REIS-ESCUDOS)		
ANO	DIA/MES	Nº	CAPITAL SOCIAL	ALIMEN- TAÇÃO E BEBIDAS	TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC- VAS E QUÍMICAS	CONCELHO	LOCALIDADE	
15/9							Metalurgia e me- talomecânica		Oliveira do Hospital	Alvoco da Várzea	300\$00
26/9							Cerâmica de construção		Coimbra	Trouxemil	100 000\$00
10/10						Serração de madeira			Poiares	Venda Nova	250 000\$00
19/10					Alfaiataria				Figueira da Foz	Paião	21 000\$00
27/10							Metalurgia e me- talomecânica		Coimbra	Coimbra	8 250\$00
15/11		30	1 469 975\$00			Serração de madeira			Arganil	Arganil	75 000\$00
					Malhas	Carpintaria			Lousã	Lousã	675 000\$00
				Descasque de arroz					Coimbra	Coimbra	108 000\$00
				Conservas					Montemor-o-velho	Gatões	300 000\$00
				de peixe					Figueira da Foz	Buarcos	300 000\$00
				Cerveja					Coimbra	Coimbra	300 000\$00
				Moagem					Coimbra	Coimbra	2700 000\$00
				Moagem, massas, bolachas					Montemor-o-velho	Montemor-o-velho	44 000\$00
5/1				Confeitaria, mercearia, cafés					Coimbra	Coimbra	200 000\$00
10/1									Coimbra	Coimbra	30 000\$00
21/1						Artes gráficas			Penacova	Lorvão	300 000\$00
30/1						Serração de madeira			Mealhada	Pampilhosa	300 000\$00
11/2						Serração de madeira			Góis	Várzea	40 000\$00
3/3					Calçado				Coimbra	Coimbra	8 000\$00
7/3				Moagem, massas, bolachas		Artes gráficas			Coimbra	Coimbra	60 000\$00
8/3									Coimbra	Coimbra	340 000\$00
22/3							Cerâmica de construção		Pombal	Pombal	90 000\$00

(Cont.)

(Cont.)

DATA DA CONSTITUIÇÃO	TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE				LOCALIZAÇÃO			CAPITAL SOCIAL (RÉIS- -ESCUDOS)	
ANO DIAS/MES	Nº	CAPITAL SOCIAL	ALIMEN- TAÇÃO E BEBIDAS	TÉXTEL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC- VAS E QUÍMICAS	CONCELHO	LOCALIDADE	
28/4				Alfaiataria	Artes gráficas			Coimbra	Coimbra	40 000\$00
23/5								Coimbra	Coimbra	6 900\$00
5/7								Mealhada	Pampilhosa	5 000\$00
29/7			Moagem, massas, bolachas					Figueira da Foz	Vila Verde	3 000\$00
28/8			Moagem, massas, bolachas					Montemor-o- -Velho	Arazede	24 000\$00
30/8					Serração de madeira			Cantanhede	Covões	76 500\$00
5/9								Coimbra	Coimbra	30 000\$00
11/9						Metalurgia e me- talomecânica		Tábua	Pinheiro de Coja	21 000\$00
18/10								Coimbra	Coimbra	40 000\$00
27/10					Artes gráficas			Coimbra	Coimbra	6 000\$00
22/11								Cantanhede	Cantanhede	65 000\$00
27/11								Coimbra	Coimbra	21 000\$00
11/12					Marcenaria			Coimbra	Coimbra	32 000\$00
27/12	29	5 613 900\$00	Calçado					Coimbra	Coimbra	48 500\$00
1923								Figueira da Foz	Figueira da Foz	25 000\$00
								Coimbra	Coimbra	75 000\$00
								Coimbra	Coimbra	25 000\$00
								Penacova	Rebordosa	20 000\$00
				Passamanaria	Palitos			Coimbra	Coimbra	50 000\$00
8/1			Panificação					Coimbra	Coimbra	7 000\$00
12/1								Coimbra	Coimbra	20 000\$00
17/1			Panificação					Coimbra	Santões	30 000\$00
22/1			Moagem, massas, bolachas		Serração			Coimbra	Coimbra	21 000\$00
30/1			Moagem, massas, bolachas					Figueira da Foz	Quiaios	65 000\$00

401

(Cont.)

(Cont.)

DATA DA CONSTITUIÇÃO		TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE				LOCALIZAÇÃO			CAPITAL SOCIAL (RÉIS-ESCUDOS)
ANO	DIA/MÊS N.º	CAPITAL SOCIAL	ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	TÊXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC- VAS E QUÍMICAS	CONCELHO	LOCALIDADE	
	2/2				Marcenaria			Coimbra	Coimbra	30 000\$00
	6/2				Construção naval			Figueira da Foz	Figueira da Foz	355 000\$00
	7/3			Alfaiataria				Coimbra	Coimbra	43 214\$00
	5/4				Serração de madeira			Miranda do Corvo	Semide	60 000\$00
	18/4		Legar de azeite					Coimbra	Antanho	50 000\$00
	30/5				Serração de madeira			Penacova	Várzea	215 000\$00
	21/7				Serração de madeira			Cantanheda	S. Caetano	78 000\$00
	17/9				Serração de madeira			Pombal	Roubã	167 000\$00
	15/10	19 1886214\$00			Serração de madeira	Metalurgia e metalomecânica		Coimbra	Coimbra	550 000\$00
1924			Conservas de peixe		Carpintaria			Coimbra	Coimbra	80 000\$00
				Curtumes				Figueira da Foz	Figueira da Foz	80 000\$00
	17/1				Serração de madeira	Cerâmica		Figueira da Foz	Paílo	60 000\$00
	24/1			Alfaiataria				Coimbra	Coimbra	5 000 000\$00
	8/2				Serração de madeira			Cantanheda	Lemedo	300 000\$00
	19/2				Serração de madeira			Coimbra	Coimbra	12 000\$00
	17/4				Serração de madeira			Figueira da Foz	Figueira da Foz	240 000\$00
	19/4					Metalurgia e metalomecânica		Cantanheda	Sepins	60 000\$00
	3/7		Moagem, massas, bolachas			Cerâmica de construção		Arganil	Coja	99 400\$00
	7/7							Coimbra	Souseias	80 000\$00
	25/9		Panificação					Lousã	Lousã — Arnelro	80 000\$00
	31/10				Serração de madeira			Coimbra	Coimbra	20 000\$00
								Montemor-o-Velho	Arazede	114 000\$00

(Cont.)

ANO	DIA/MÊS	Nº	CAPITAL SOCIAL	TOTAL ANUAL	RAMO DE ACTIVIDADE			LOCALIZAÇÃO		CAPITAL SOCIAL (REIS-ESCUDOS)
					ALIMEN-TAÇÃO E BEBIDAS	TÊXTEL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRAC-VAS E QUÍMICAS	
	11/12	15	6 450 400\$00	Conservas de fruta, confeitaria				Coimbra	Coimbra	140 000\$00
1925	30/1			Licores		Carpintaria		Coimbra	Coimbra	20 000\$00
	7/2					Serração de madeira		Coimbra	Coimbra	20 000\$00
1926	3/10			Alfaiataria				Coimbra	Coimbra	60 000\$00
	22/12	5	150 000\$00	Alfaiataria				Coimbra	Coimbra	50 000\$00
	14/4					Carpintaria	Energia eléctrica	Arganil	Arganil	130 000\$00
						Serração de madeira		Penacova	Porto da Raiva	270 000\$00
	24/4			Panificação				Coimbra	Coimbra	18 000\$00
	26/5			Panificação				Coimbra	Coimbra	5 000\$00
	16/6						Produtos resinosos	Góis	Góis	20 800\$00
	9/7							Coimbra	Coimbra	12 000\$00
	2/9							Coimbra	Coimbra	28 000\$00
	24/12			Panificação				Coimbra	Coimbra	15 000\$00
1927	30/12	10	643 800\$00					Coimbra	Coimbra	17 000\$00
	21/7			Maias Curtumes Alfaiataria				Coimbra	Coimbra	210 000\$00
3/10	5	512 000\$00	Panificação				Coimbra	Coimbra	120 000\$00	
								Coimbra	Coimbra	150 000\$00
								Tábua	S. Martinho da Cortiça	20 000\$00
								Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	12 000\$00
Total geral	255	22 809 822\$552	63	44	78	54	16			22 861 822\$00

(a) O total anual referente aos capitais sociais não tem em conta aquelas sociedades em que eles são desconhecidos (cujo espaço, no Quadro, se encontra em branco).

FONTES:

Ver corpo do trabalho, Quadros IV-VII, IX-X, XV e XVIII-XXIII.

QUADRO Nº 2

NÚMERO DE SOCIEDADES INDUSTRIAIS CONSTITUÍDAS ANUALMENTE E CAPITAL SOCIAL

ANO Nº	CAPITAL SOCIAL (RÉIS-ESCUDOS)	ANO Nº	CAPITAL SOCIAL (RÉIS-ESCUDOS)	VALOR MÉDIO (RÉIS-ESCUDOS)
1868 2	90.000\$000	1898 1	1.000\$000	
1869 1		99		5\$797
1870		1900 4	23.187\$321	\$800
1871		01 4	3.200\$000	
72		02		
73 1		03 4	57.388\$000	14\$347
74 3	3.300\$000	04 1	10.000\$000	10\$000
75		05 1	6.000\$000	6\$000
76 1	200.000\$000	06 3	2.000\$000	\$667
77 1		07 2	11.000\$000	5\$500
78 1		08 2	1.000\$000	\$500
79		09 1	30.000\$000	15\$000
80 1	600\$000	10 2	2.000\$000	1\$000
81 1		11 1	2.000\$000	2\$000
82 1		12 3	41.600\$000	13\$867
83 1		13 6	80.340\$000	13\$390
84 2		14 3	3.600\$000	1\$200
85 2		15 6	31.900\$000	5\$317
86 1	418\$231	16 2	26.000\$000	13\$000
87 1		17 7	259.280\$000	37\$040
88 2	17.000\$000	18 10	474.460\$000	47\$446
89 1		19 12	1.399.200\$000	116\$860
90 1		20 39	3.290.560\$000	84\$373
91 2		21 30	1.459.975\$000	48\$999
92		22 29	5.613.900\$000	193\$582
93 1	900\$000	23 19	1.886.214\$000	98\$274
94		24 15	6.450.400\$000	430\$027
95		25 5	150.000\$000	30\$000
96 1	15.000\$000	26 10	643.800\$000	64\$380
97 1	600\$000	27 5	512.000\$000	102\$400

Correlação nº de sociedades-capital, desde 1900 (antes não há sequência): r=0,72.

FONTE:
Quadro nº 1.

QUADRO Nº 3

DISTRIBUIÇÃO DAS SOCIEDADES POR CONCELHO

CONCELHO	Nº	%
Arganil	8	3,1
Cantanhede	7	2,7
Coimbra	116	45,5
Condeixa-a-Nova	4	1,6
Figueira da Foz	51	20,0
Góis	4	1,6
Lousã	10	3,9
Mealhada	6	2,3
Miranda do Corvo	5	2,0
Montemor-o-Velho	4	1,6
Oliveira do Hospital	5	2,0
Pampilhosa da Serra	1	0,4
Penacova	7	2,7
Penela	1	0,4
Poiares	2	0,8
Pombal	19	7,4
Soure	2	0,8
Tábua	3	1,2
	255	100

FONTE:
Ver Quadro nº 1

QUADRO Nº 4

PREÇOS DO MERCADO DE COIMBRA [MILHO, TRIGO, AZEITE] 1870-1907

ANOS	JANEIRO			FEVEREIRO			MARÇO			MÉDIA 1º TRIM.		
	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.
1870	275	549	1 894	275	556	1 895	272	563	1 945	274	556	1 911
1871	474	609	1 248	490	665	1 220	488	677	1 255	484	637	1 241
1872	320	521	1 375	334	537	1 353	325	538	1 345	326	532	1 358
1873	335	533	1 100	340	554	1 045	335	528	1 060	337	538	1 068
1874	301	536	1 345	315	533	1 350				308	535	1 348
1875	371	543	1 286	388	538	1 283	398	550	1 300	386	544	1 290
1876	483	573	1 287				485	568	1 420	484	571	1 354
1877	365	594	1 597	370	529	1 530	360	518	1 540	365	547	1 556
1878	340	640		340	648	1 510	363	670	1 545	348	653	1 528
1879				380	590	1 650				380	590	1 650
1880												
1881				348	478	1 385				348	478	1 385
1882												
1883												
1884												
1885												
1886	295	530								295	530	
1887	295	540	1 190							295	540	1 190
1888				415	540					415	540	
1889				370	510	1 510	375	520		373	515	1 510
1890	355	560	2 325							355	560	2 325
1891			1 960	480		2 110	485		2 050	483		2 040
1892	411	530	2 247	420	520	2 222	445	550	2 365	425	533	2 278
1893	333	566	1 674	345	573	1 622	355	563	1 565	344	567	1 620
1894	316	540	1 989	323	540	2 018	334	540	2 032	324	540	2 013
1895	420	578	1 433	425	590	1 435	449	600	1 446	431	589	1 438
1896	360	564	1 389	361	580	1 469	360	595	1 434	360	580	1 431
1897	388	602	2 037	390	624	2 065	390	625	2 101	389	617	2 068
1898	380	598	1 865	384	605	1 870	398	605	1 914	387	603	1 883
1899	499	608	1 878	510	625	1 883	498	625	1 979	502	619	1 913
1900	459	610	1 581	485	610	1 593	499	610	1 692	481	610	1 622
1901	463	625	2 029	466	625	2 056	468	625	2 038	466	625	2 041
1902	458	584	1 486	460	620	1 390	478	635	1 390	465	613	1 422
1903	362	560	1 625	371	560	1 625	375	560	1 583	369	560	1 611
1904	371	725	1 888	380	730	1 875	383	707	1 725	378	721	1 829
1905	488	720	1 453	496	730	1 453	509	760	1 453	498	737	1 453
1906	360	600	2 092	350	600	2 175	350	580	2 100	353	593	2 122
1907	383	556	2 066	395	580	2 100	405	580	2 136	394	572	2 101

(Cont.)

(Cont.)

ANOS	ABRIL			MAIO			JUNHO			MÉDIA 2º TRIM.		
	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.
1870	253	547	1 825	273	553	1 690	348	585	1 780	291	562	1 765
1871	493	639	1 235	478	616	1 300	499	611	1 295	490	622	1 277
1872	314	534	1 278	303	524	1 220				309	529	1 249
1873	333	536	1 111	327	532	1 098	292	547	1 057	317	538	1 089
1874	315	558		305	600	1 225				310	579	1 225
1875	398	555	1 305	424	544	1 278	443	530	1 220	422	543	1 268
1876	465	588	1 440	465	575	1 380	460	585	1 380	463	583	1 400
1877	365	525	1 530	395	578	1 530	350	528	1 545	370	544	1 535
1878	360	680	1 640							360	680	1 640
1879				409	598	2 100				409	598	2 100
1880												
1881												
1882												
1883	460	600	1 440	480	600	1 440				470	600	1 440
1884												
1885	370	545	1 120			1 200	348	528	1 200	359	537	1 173
1886	285	555	1 230							285	555	1 230
1887				340	555	1 360	380	555		360	555	1 360
1888							450	510	1 520	450	510	1 520
1889	375	550	1 620							375	550	1 620
1890												
1891	525		2 140	504	580	2 160	490		2 155	506	580	2 152
1892							410	580	2 200	410	580	2 200
1893	328	561	1 578	324	570	1 514	318	570	1 569	323	567	1 554
1894	351	540	1 998	378	550	1 984	426	550	1 891	384	547	1 958
1895	465	610	1 433	485	628	1 423	474	626	1 350	475	621	1 402
1896	359	600	1 490	385	612	1 591	345	613	1 594	363	608	1 558
1897	374	629	2 024	357	640	1 999	356	610	1 988	362	626	2 004
1898	415	605	2 006	495	730	2 027	473	734	2 033	461	690	2 022
1899	484	608	1 936	480	629	1 883	475	630	1 880	480	622	1 900
1900	534	610	1 720	577	610	1 724	604	610	1 761	572	610	1 735
1901	467	620	2 005	461	610	1 811	437	600	1 790	455	610	1 869
1902	479	669	1 387	508	688	1 379	545	700	1 345	511	686	1 370
1903	350	560	1 583	350	560	1 583	350	560	1 583	350	560	1 583
1904	410	716	1 833	420	730	1 750	420	730	1 750	417	725	1 778
1905	513	753	1 458	525	730	1 480	545	727	1 604	528	737	1 514
1906	340	580	2 093				280	540	2 045	[310]	560	2 069
1907	403	580	2 260	404	580	2 305	425	580	2 358	411	580	2 308

(Cont.)

ANOS	JULHO			AGOSTO			SETEMBRO			MÉDIA 3º TRIM.		
	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.
1870	327	570	1 797	304	558	1 713	371	552	1 635	334	560	1 715
1871	521	567	1 425	398	505	1 488	318	505	1 420	412	526	1 444
1872	318	501	1 120	288	493	1 120	290	480	1 035	299	491	1 092
1873	301	515	1 122	295	490	1 160	300	505	1 250	299	503	1 177
1874	313	608	1 243				368	588	1 320	341	598	1 282
1875	492	548	1 187	410	543	1 200	435	540	1 200	446	544	1 196
1876				440	528	1 380				440	528	1 380
1877	348	523	1 520				320	555	1 600	334	539	1 560
1878	410	570					370	618	1 780	390	594	1 780
1879				419	553	2 200				419	553	2 200
1880												
1881												
1882	545	585								545	585	
1883												
1884												
1885				310	490	1 080				310	490	1 080
1886				250	490	1 290	250	565		250	528	1 290
1887	390	510								390	510	
1888	465	480					403	483		434	482	
1889												
1890				430	560					430	560	
1891	490		2 117	490	480	2 123	423	500	2 263	[468]	490	2 168
1892	378	520	2 260	332	560	2 295	324	575	2 286	345	552	2 280
1893	315	563	1 823	309	560	2 050	304	554	2 016	309	559	1 963
1894	455	550	1 855	449	541	1 809	392	540	1 715	432	544	1 793
1895	505	600	1 424	414	580	1 485	373	580	1 426	431	587	1 445
1896	298	560	1 600	285	562	1 598	304	560	1 608	296	561	1 602
1897	386	555	2 180	346	528	2 308	351	520	2 323	361	534	2 270
1898	472	590	2 043	450	570	2 114	448	570	2 061	457	577	2 073
1899	475	610	1 897	448	615	1 859	428	618	1 818	450	614	1 658
1900	520	613	1 692	448	618	1 700	440	622	1 676	469	618	1 689
1901	430	600	1 790	398	580	1 777	405	580	1 750	411	587	1 772
1902	568	683	1 362	473	616	1 478	378	525	1 700	473	608	1 513
1903	315	560	1 583	292	560	1 625	309	560	1 763	305	560	1 657
1904	453	710	1 725	458	710	1 725	440	710	1 713	450	710	1 721
1905	506	650	1 632	372	600	1 640	344	600	1 775	407	617	1 682
1906	309	560	2 125	321	580	2 512	304	560	2 713	311	567	2 450
1907	443	580	2 392	442	560	2 505				[443]	570	2 449

(Cont.)

(Cont.)

ANOS	OUTUBRO			NOVEMBRO			DEZEMBRO			MÉDIA 4º TRIM.		
	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.
1870	407	573	1350			1218	456	578	1145	432	576	1238
1871	328	507	1390	318	509	1350	317	508	1393	321	508	1378
1872	286	491	1058	310	544	1043	343	530	1125	313	522	1075
1873	305	534	1258	308	541	1367	303	543	1365	305	539	1330
1874	375	574	1300	365	558	1200	378	561	1228	373	564	1243
1875	445	543	1247	475	543	1150	483	548	1235	461	545	1211
1876	340	499	1408				343	500	1540	342	500	1474
1877	350	595	1650							350	595	1650
1878	380	585	1870	380	603	1820				380	594	1845
1879	430	570	2200	395	598	2260				413	584	2230
1880												
1881				360	670	1830				360	670	1830
1882	410	580		420	585	1425	435	607	1450	422	591	1438
1883												
1884							575	800	1140	575	800	1140
1885	280	555								280	555	
1886	315	560								315	560	
1887							375	530		375	530	
1888												
1889				390	545	1800	355	530	2000	373	538	1900
1890							420	550		420	550	
1891	409	508	2263	415	500	2208	415	530	2258	413	513	2243
1892	341	561	2231	336	577	2224	338	571	1767	338	570	2074
1893	314	550	1958	308	550	2014	311	544	2013	311	548	1995
1894	390	540	1705	386	548	1623	407	566	1426	394	551	1585
1895	373	573	1390	361	560	1400	360	560	1447	365	564	1412
1896	320	560	1722	348	576	1844	388	590	2006	352	575	1857
1897	382	535	2400	383	545	2117	381	558	2014	382	546	2177
1898	450	593	2090	458	590	1975	482	598	1887	463	594	1984
1899	420	618	1730	418	610	1690	415	610	1613	418	613	1678
1900	436	625	1680	430	625	1705	436	625	1993	434	625	1793
1901	428	569	1738	444	555	1625	448	555	1586	440	560	1650
1902	359	500	1690	365	533	1670	348	570	1659	357	534	1673
1903	344	640	1800	347	700	1800	353	710	1850	348	683	1817
1904	450	713	1623	465	715	1538	479	710	1453	465	713	1538
1905	338	600	1995	345	600	2004	360	600	2052	348	600	2017
1906	324	550	2748	354	540	2760	365	540	2350	348	543	2619
1907												

(Cont.)

(Cont.)

ANOS	MÉDIA ANO CIVIL			ÍNDICES (BASE 1870=100)			ÍNDICE MÉDIO
	M.	TR.	AZ.	M.	TR.	AZ.	
1870	324	562	1 657	100	100	100	100
1871	427	577	1 335	132	103	81	105
1872	312	518	1 188	96	92	72	87
1873	315	530	1 166	97	94	70	87
1874	337	568	1 276	104	101	77	94
1875	429	544	1 241	132	97	75	101
1876	435	552	1 404	134	98	85	106
1877	358	549	1 560	110	98	94	101
1878	368	633	1 694	114	113	102	110
1879	407	582	2 082	126	104	126	119
1880							
1881	[354]	574	1 608	109	102	97	103
1882	[453]	589	1 425	140	105	86	110
1883	[470]	600	1 440	145	107	87	113
1884	[575]	800	1 140	177	142	69	129
1885	[327]	530	1 150	101	94	69	88
1886	[279]	540	1 260	86	96	76	86
1887	[356]	538	1 275	110	96	77	94
1888	[433]	503	1 520	134	90	92	105
1889	[373]	531	1 733	115	94	105	105
1890	[402]	557	2 325	124	99	140	121
1891	466	516	2 151	144	92	130	122
1892	374	554	2 210	115	99	133	116
1893	322	560	1 783	99	100	108	102
1894	384	545	1 837	119	97	111	109
1895	425	590	1 424	131	105	86	107
1896	343	581	1 612	106	103	97	102
1897	374	581	2 130	115	103	129	116
1898	442	616	1 990	136	110	120	122
1899	463	617	1 837	143	110	111	121
1900	489	616	1 710	151	110	103	121
1901	443	595	1 833	137	106	111	118
1902	452	610	1 495	140	109	90	113
1903	343	591	1 667	106	105	101	104
1904	427	717	1 717	132	128	104	121
1905	445	673	1 667	137	120	101	119
1906	332	566	2 338	102	101	141	115
1907	[413]	575	2 265	127	102	137	122

FONTE:

O *Conimbricense*, nºs relativos a 1870-1907.

QUADRO N: 5

RITMO MENSAL DO MERCADO DE COIMBRA
(Flutuação sazonal obtida através das médias para cada mês de 1891 a 1907)

	MILHO		TRIGO		AZEITE	
	MÉDIA	DESVIOS	MÉDIA	DESVIOS	MÉDIA	DESVIOS
Janeiro	403	- 5	598	0	1805	- 43
Fevereiro	414	+ 6	607	+ 9	1821	- 27
Março	422	+ 14	610	+ 12	1824	- 24
Abril	425	+ 17	616	+ 16	1809	- 39
Mai	443	+ 35	630	+ 32	1774	- 74
Junho	434	+ 26	623	+ 25	1817	- 31
Julho	430	+ 22	594	- 4	1853	+ 5
Agosto	396	- 12	578	- 20	1918	+ 70
Setembro	373	- 35	573	- 25	1913	+ 65
Outubro	380	- 28	577	- 21	1923	+ 75
Novembro	385	- 23	583	- 15	1887	+ 39
Dezembro	393	- 15	590	- 8	1836	- 12

Milho $\bar{X}_1 = 408$
S=23
V=5,6%

Trigo $\bar{X}_2 = 598$
S=19
V=3,2%

Azeite $\bar{X}_3 = 1848$
S=50
V=2,7%

FONTE:
Ver Quadro nº 4

QUADRO N.º 6

PREÇOS DO MERCADO DE MONTEMOR-O-VELHO [MILHO E TRIGO] (a), 1892-1907

ANO	JAN.		FEV.		MARÇO		MÉDIA 1.º TRIM.		ABRIL		MAIO		JUNHO		MÉDIA 2.º TRIM.	
	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.
1892																
1893	374	665	380	684	380	684	378	671	385	700	363	687	355	678	361	688
1894	363	627	368	623	416	683	382	644	445	750	448	684	508	655	467	696
1895	470	580	490	666	498	675	486	640	505	655	560	675	558	682	541	674
1896	390	633	400	587	375	607	388	609	405	645	435	683	345	650	395	659
1897	435	780	440	728	440	735	438	748	388	704	395	682	413	628	399	665
1898	453	650	484	662	470	653	469	655	680	595	730	540	762	568	724	
1899	575	655	545	670	545	670	555	665	530	680	540	700	535	660	535	680
1900	505	743	555	720			530	732					717	800	717	800
1901	525	640	519	632			522	636	522	633	490	600	450	600	487	611
1902	518	630	525	640	550	650	531	640	559	700	600	710			580	705
1903	385	650	400	670	378	686	388	669	375	692			348	650	362	671
1904	403	650	434	717	471	715	436	684	464	700	449	700	483	650	465	675
1905	544	705	555	800	560	800	553	768	561	800			639	600	600	800
1906	373	607	385	600	363	600	375	602	436	600					436	600
1907	422	620	474	627	440	600	445	616	443	620	483	620	512	600	479	613

(Cont.)

(Cont.)

ANO	JULHO		AGOS.		SET.		MÉDIA 3º TRIM.		OUT.		NOV.		DEZ.		MÉDIA 4º TRIM.		MÉDIA ANUAL		ÍNDICE BASE 1893 = 100		ÍNDICE MÉDIO				
	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.	M.	TR.			
1892																									
1893	365	663	342	698	358	695	355	685	349	660	333	638	368	672	369	643	369	658	360	676	100	100	100	1	
1894	535	590	493	581	448	612	492	594	440	648	440	620	463	616	448	628	447	641	448	628	124	95	110	2	
1895	555	643	395	610	395	638	448	630	410	623	410	623	410	615	410	619	410	619	477	643	133	95	114	3	
1896	293	625	318	670	365	677	325	657	385	730	391	817	413	413	396	774	376	666	376	666	104	99	102	4	
1897	375	543	420	580	440	557	412	560	453	550	445	580	445	580	444	581	423	638	423	638	118	94	106	5	
1898	573	590	483	605	490	623	515	606			510	600	528	620	519	610	513	652	513	652	143	96	120	6	
1899	520	470	485	720	470	670	492	620							465	730	465	730	521	663	145	98	122	7	
1900	580	625	480	660	490	647	517	644	488	635	493	643	503	665	495	648	535	682	535	682	149	101	125	8	
1901			470	600	498	617	484	609	520	580					515	600	518	590	501	611	139	90	115	9	
1902					381	610	381	610							380	622	380	622	502	652	139	96	118	10	
1903	310	590	317	634	392	787	340	670	428	800	414	700	409	787	417	762	378	695	378	695	105	103	104	11	
1904			490	740	496	753	493	747	514	730	505	745	539	720	519	732	477	711	477	711	133	105	119	12	
1905	548	630	395	660	383	630	442	640			375	627	385	600	380	614	485	695	485	695	138	103	121	13	
1906	345	595	345	600	368	593	353	596	409	660	399	640	403	600	404	600	383	610	383	610	106	90	98	14	
1907	555	600					555	600																	15

(a) Não há dados suficientes para os líquidos.

FONTE:

O *Comimbricense*, n.ºs relativos a 1892-1907.

QUADRO Nº 7

DISTRIBUIÇÃO DA PRÉ-INDÚSTRIA PELA ÁREA DE COIMBRA (1867-1927)

CONCELHO	RAMO DE ACTIVIDADE													
	ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	TÉXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO	MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS	SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA	EXTRACTIVAS E QUÍMICAS (a)	TOTAL	Nº DE EMPRESAS	%	Nº DE EMPRESAS	%	Nº DE EMPRESAS	%	Nº DE EMPRESAS	%
Arganil	1	0,5	17,9	95,7				7	3,8					100
Cantanhede	155	45,2	164	47,8				24	7					100
Coimbra	216	24,8	508	58,3	67	7,7	18	2,1	7,1					100
Condeixa-a-Nova	123	67,2	52	28,4				8	4,4					100
Figueira da Foz	303	57,9	164	31,4	36	6,9	1	0,2	3,6					100
Góis	2	1,6	125	98,4										100
Leiria (Pombal)	299	82,1			64	17,6			0,3					100
Lousã	3	3,5	56	65,9	19	22,3	1	1,2	7,1					100
Mealhada (Pampilho- sa do Botão)							1	100						100
Miranda do Corvo	2	1,9	104	98,1										100
Montemor-o-Velho	87	41,4	101	48,1				22	10,5					100
Oliveira do Hospital	152	32,5	262	56,1	40	8,6		13	2,8					100
Pampilhosa da Serra	48	37,2	80	62				1	0,8					100
Penacova			148	94,9	5	3,2		3	1,9					100
Penela	1	1,5	66	97				1	1,5					100
Poiares	22	18,5	87	73,1	3	2,5		7	5,9					100
Soure	56	26,2	147	68,7				11	5,1					100
Tábua	43	17,8	195	80,6				4	1,6					100
TOTAL	1 513	34,4	2 438	55,5	234	5,3	21	0,5	189	4,3	4 395	100		

(a) Excluindo a salicicultura, dada a sua natureza.

FONTES:

Ver *supra*, capítulos I e III.

QUADRO Nº 8
DISTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA PELA ÁREA DE COIMBRA (1867-1927)

CONCELHO	RAMO DE ACTIVIDADE												TOTAL
	ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS		TÉXTIL, VESTUÁRIO E CALÇADO		MADEIRA, CONSTRUÇÃO NAVAL, PAPEL E ARTES GRÁFICAS		SUBSIDIÁRIAS DA CONSTRUÇÃO, METALURGIA E METALOMECÂNICA		EXTRACTIVAS E QUÍMICAS (a)		TOTAL		
	Nº DE EMPRESAS	% EMPRESAS	Nº DE EMPRESAS	% EMPRESAS	Nº DE EMPRESAS	% EMPRESAS	Nº DE EMPRESAS	% EMPRESAS	Nº DE EMPRESAS	% EMPRESAS	Nº DE EMPRESAS	% EMPRESAS	
Arganil			1	25	2	50	1	25					
Cantanhede			5	71,4	2	28,6							
Coimbra	17	28,3	11	18,3	12	20	16	26,7	4	6,7	60	100	
Condeixa-a-Nova	1	50	1	50							2	100	
Figueira da Foz	11	27,5	3	7,5	13	32,5	12	30	1	2,5	40	100	
Góis	1	12,5	2	25	2	25			3	37,5	8	100	
Leiria (Pombal)	1	9,1	1	9,1	8	38,1	3	14,3	9	42,8	21	100	
Lousã			7	63,6	1	9,1	4	36,7			11	100	
Mealhada (Pampilhosa do Bairro)			2	33,3							6	100	
Miranda do Corvo	1	20			2	40	2	40			5	100	
Montemor-o-Velho	3	75			1	25					4	100	
Oliveira do Hospital			1	20	2	40	2	40			5	100	
Penacova					2	50	2	50			4	100	
Penela			1	33,3	2	66,7					3	100	
Poiarés			1	100							1	100	
Soure			1	50			1	50			2	100	
Tábua											1	100	
TOTAL	35	19	23	12,5	60	32,6	47	25,6	19	10,3	184	100	

(a) Excluindo a salicultura, dada a sua natureza.

FONTES:

Ver *supra*, capítulos I e III.

QUADRO N.º 9

**LETRAS DESCONTADAS PELA AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL
EM COIMBRA (1891-1927)**

LETRAS DESCONTADAS				
N.º	MONTANTE (RÉIS-ESCUDOS)	MÉDIA/QUINQUÊNIO (a)		
		LETRAS	MONTANTE (RÉIS-ESCUDOS)	
1891	518	340 505\$880		
1892	1 195	685 334\$785		
1893	1 722	1 005 308\$446		
1895	2 779	1 675 665\$107		
1896	2 581	1 300 622\$382	1 759	1 001 487\$20
1897	2 366	1 116 194\$724		
1898	1 461	735 875\$383		
1900	1 423	644 574\$582		
1901	1 456	666 215\$255		
1902	1 619	588 297\$165	1 665	750 231\$21
1903	1 931	696 475\$879		
1904	2 084	795 250\$632		
1905	1 229	558 104\$970		
1906	1 548	676 555\$231		
1907	2 337	1 031 203\$101	1 826	751 517\$16
1908	2 001	814 898\$851		
1909	1 499	573 042\$925		
1910	1 322	509 496\$748		
1911	1 456	487 957\$563		
1912	1 513	457 766\$867	1 558	568 632\$19
1913	1 724	482 135\$115		
1914	2 242	658 471\$61		
1915	2 685	720 174\$77		
1916	2 909	776 293\$14		
1917	3 058	795 134\$10	2 524	686 441\$14
1918	2 848	1 251 978\$65		
1919	2 406	1 081 152\$885		
1920	2 157	2 381 480\$248		
1921	1 785	4 160 498\$49		
1922	2 390	5 898 105\$27	2 317	2 954 643\$10
1923	2 410	6 834 157\$65		
1924	2 365	6 459 371\$91		
1925	3 404	9 142 521\$85		
1926	3 895	11 410 755\$52		
1927	6 611	19 792 750\$84	3 737	10 727 915\$15

(a) As médias dos dois primeiros quinquênios não incluem os anos (1894 e 1899) sobre os quais não temos dados.

FONTES:

AHBP, *Relatórios, balanços e desenvolvimento. Agência do Banco de Portugal em Coimbra* e AABPC, *Copiador de relatórios e balanços da Agência de Coimbra, 1891-1927.*

QUADRO N.º 10
DISTRIBUIÇÃO, POR DISTRITO, DO CRÉDITO INDUSTRIAL HIPOTECÁRIO CONCEDIDO PELA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
(1917/18-1927/28)

DISTRITO	1918-19		1919-20		1920-21		1921-22		1922-23	
	N.º	MONTANTE (ESCUDOS)	N.º	MONTANTE (ESCUDOS)	N.º	MONTANTE (ESCUDOS)	N.º	MONTANTE (ESCUDOS)	N.º	MONTANTE (ESCUDOS)
Aveiro			2	125 000						
Beja							1	130 000		
Braga										
Bragança										
Castelo Branco					1	500 000	3	425 000	2	288 000
Colimbra										
Évora			1	45 000						
Faro							1	200 000	1	80 000
Guarda										
Leiria					1	100 000			2	150 000
Lisboa			2	902 730	15	7 616 750	18	12 308 600	10	4 779 000
Portalegre										
Porto	1	100 000	1	700 000	2	1 100 000	4	881 000	2	225 000
Santarém										
Setúbal					2	230 000	1	50 000		
Vila Real										
Viseu										
Ponta Delgada							1	60 000	1	100 000
TOTAL	1	100 000	4	1 647 730	23	9 671 750	29	14 034 600	18	5 622 000

(e)

(a) No documento transcrito encontra-se, por lapso, respectivamente 14 134 600 e 21.

(Cont.)

(Cont.)

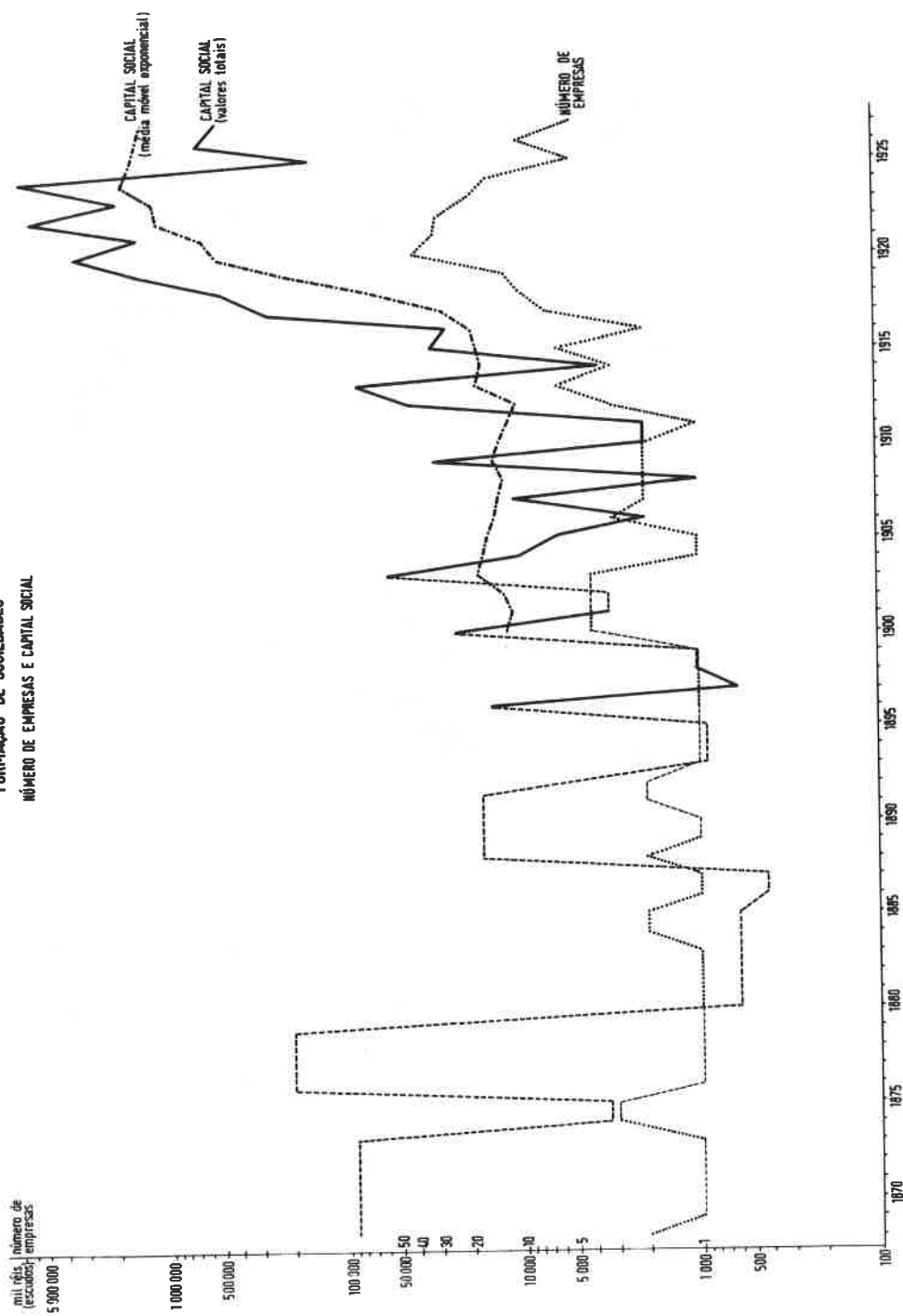
DISTRITO	1923-24		1924-25		1925-26		1926-27		1927-28	
	Nº	MONTANTE (ESCUDOS)	Nº	MONTANTE (ESCUDOS)	Nº	MONTANTE (ESCUDOS)	Nº	MONTANTE (ESCUDOS)	Nº	MONTANTE (ESCUDOS)
Aveiro			1	400 000						
Beja			1	100 000	1	200 000				
Braga			1	640 000						
Bragança										
Castelo Branco			1	85 000	1	25 000	1	66 205,2		
Coimbra	1	100 000	1	1 250 000	2	66 300	2	60 000		
Évora			2	125 000	2	160 000	2	27 000		
Faro	2	120 000	5	275 000	1	160 000	4	218 801,76		
Guarda										
Leiria			3	158 000	2	139 000				
Lisboa	5	3 360 000	9	2 247 000	30	13 969 740,83	10	1 371 000		
Portalegre	1	150 000	1	100 000			1	40 000		
Porto	2	290 000	2	1 540 000	3	405 000				
Santarém			4	330 000	1	31 000	1	15 000		
Setúbal			2	142 000	1	397 500	1	30 000		
Vila Real			1	90 000	3	85 000				
Viseu										
Ponta Delgada					1					
TOTAL	11 (a)	4 020 000	19	2 473 000	43	5 272 000	48	15 722 540,83	23	2 578 006,96

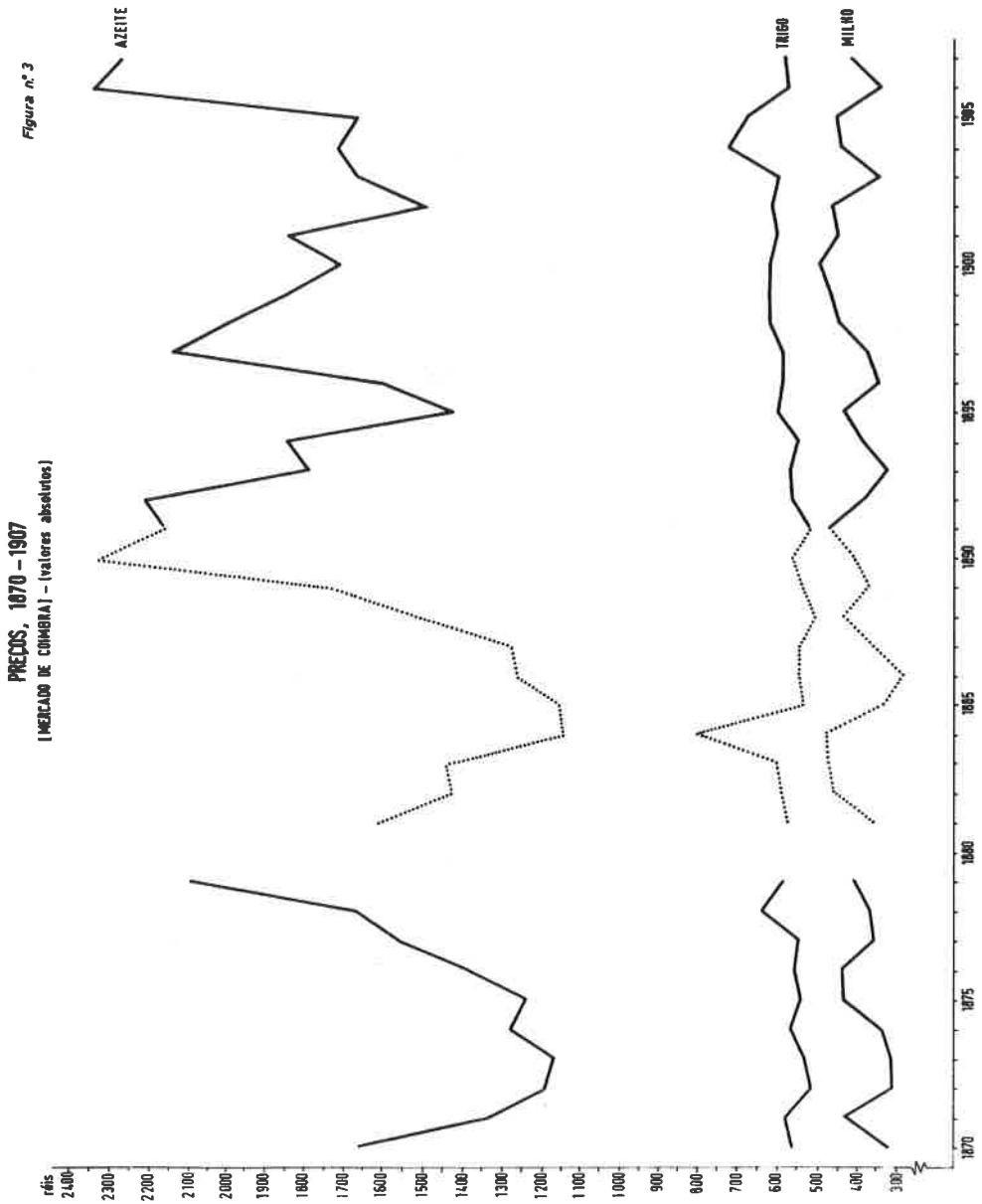
FONTE: AGGD (CR). *Resumo dos registos, por distritos, dos empréstimos concedidos (Conta antiga, curto prazo e longo prazo).* 1918/1919 — 1930/1931.

APÉNDICE II

Figura nº 2

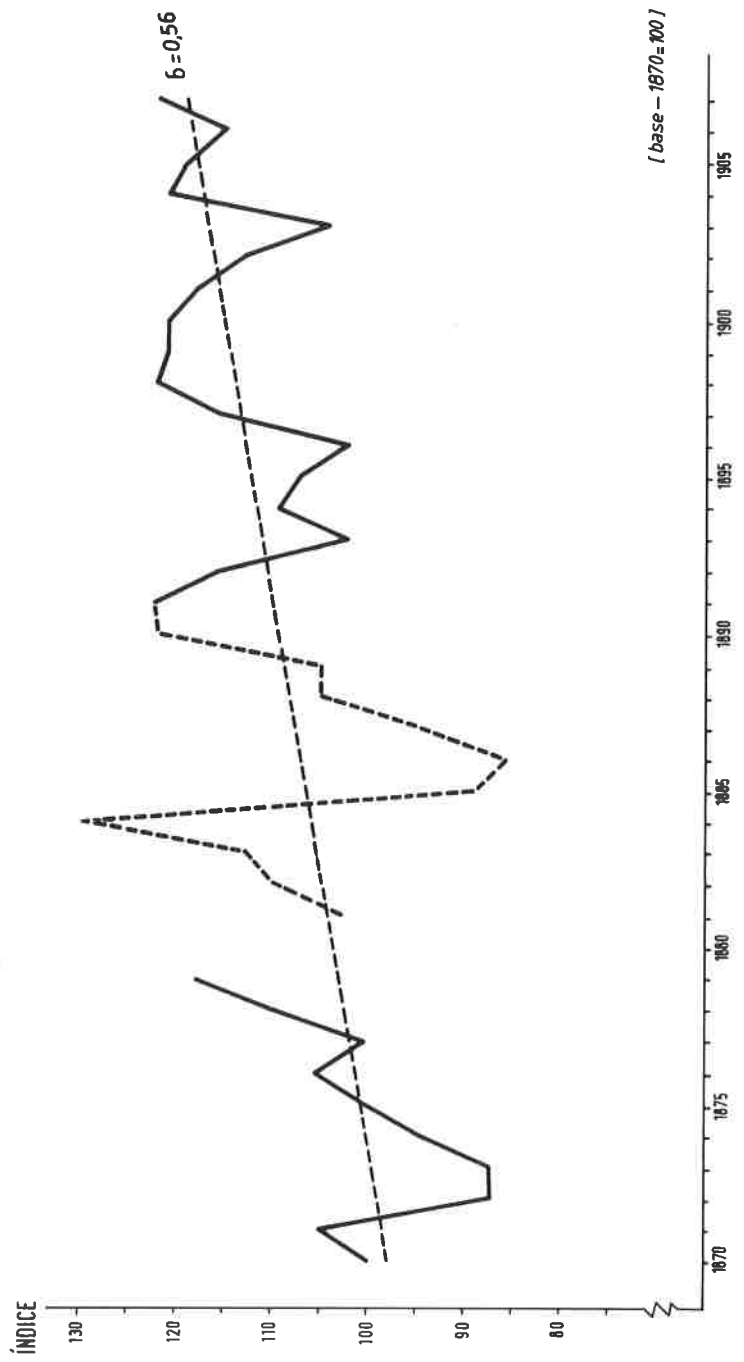
FORMAÇÃO DE SOCIEDADES
NÚMERO DE EMPRESAS E CAPITAL SOCIAL





PREÇOS - ÍNDICE MÉDIO [milho, trigo, azeite] MERCADO DE COIMBRA

Figura n.º 4



[base - 1870 = 100]

PREÇOS MONTEMOR-O-VELHO

Figura n.º 5

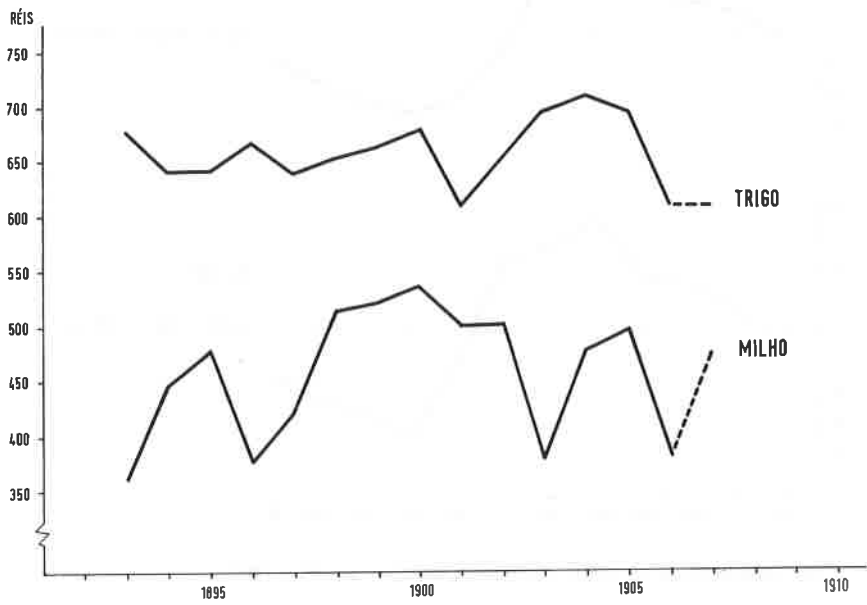
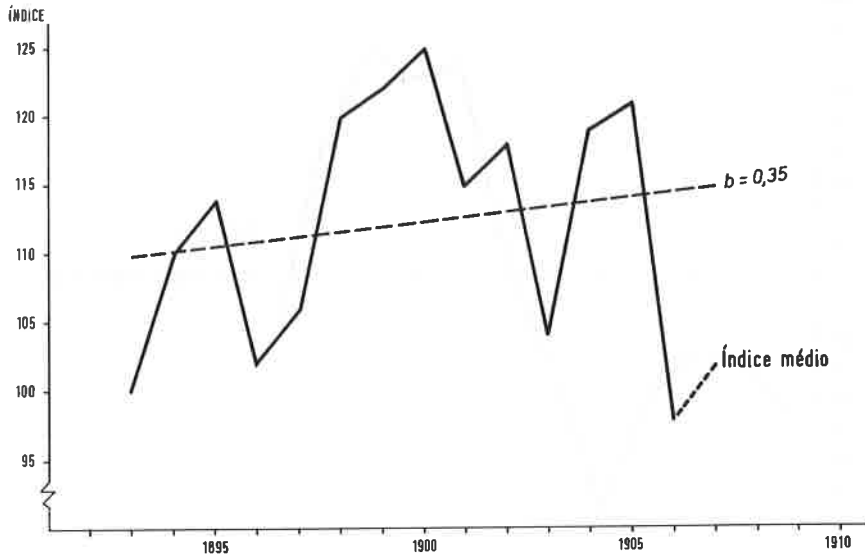
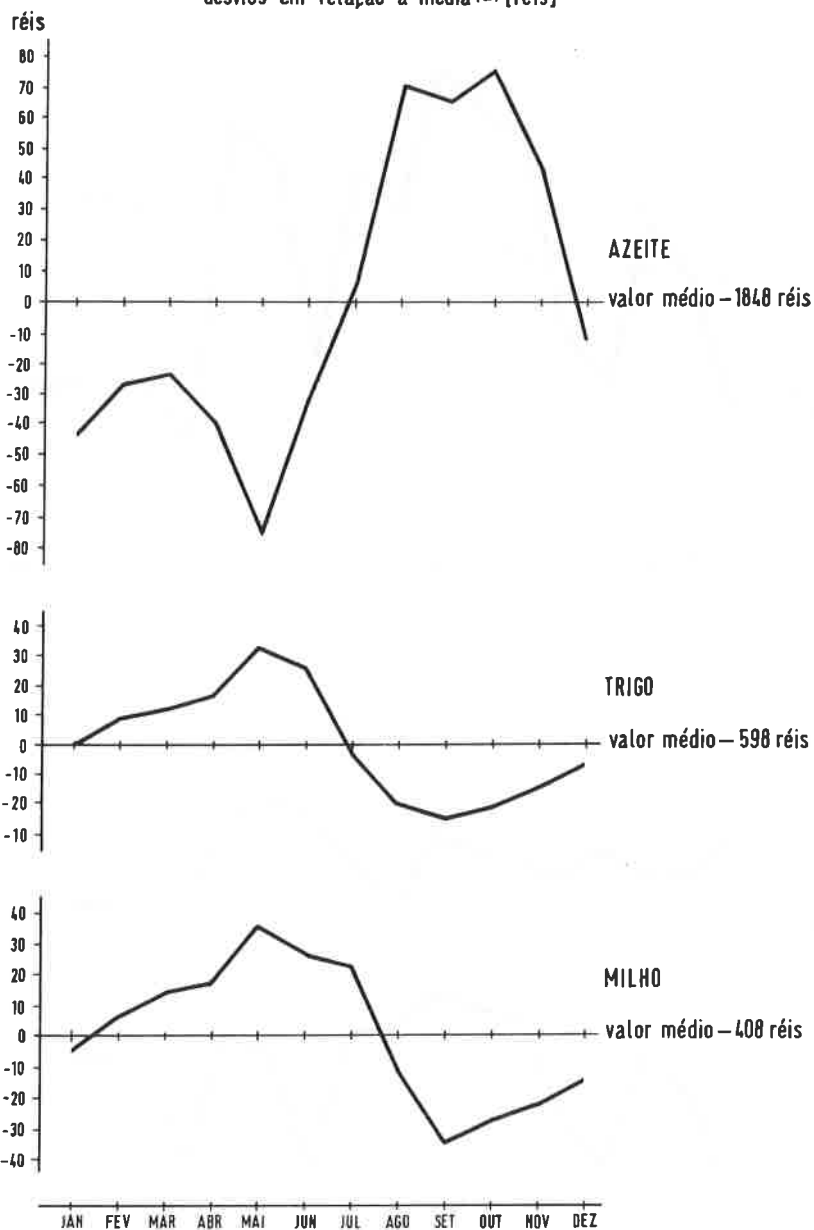


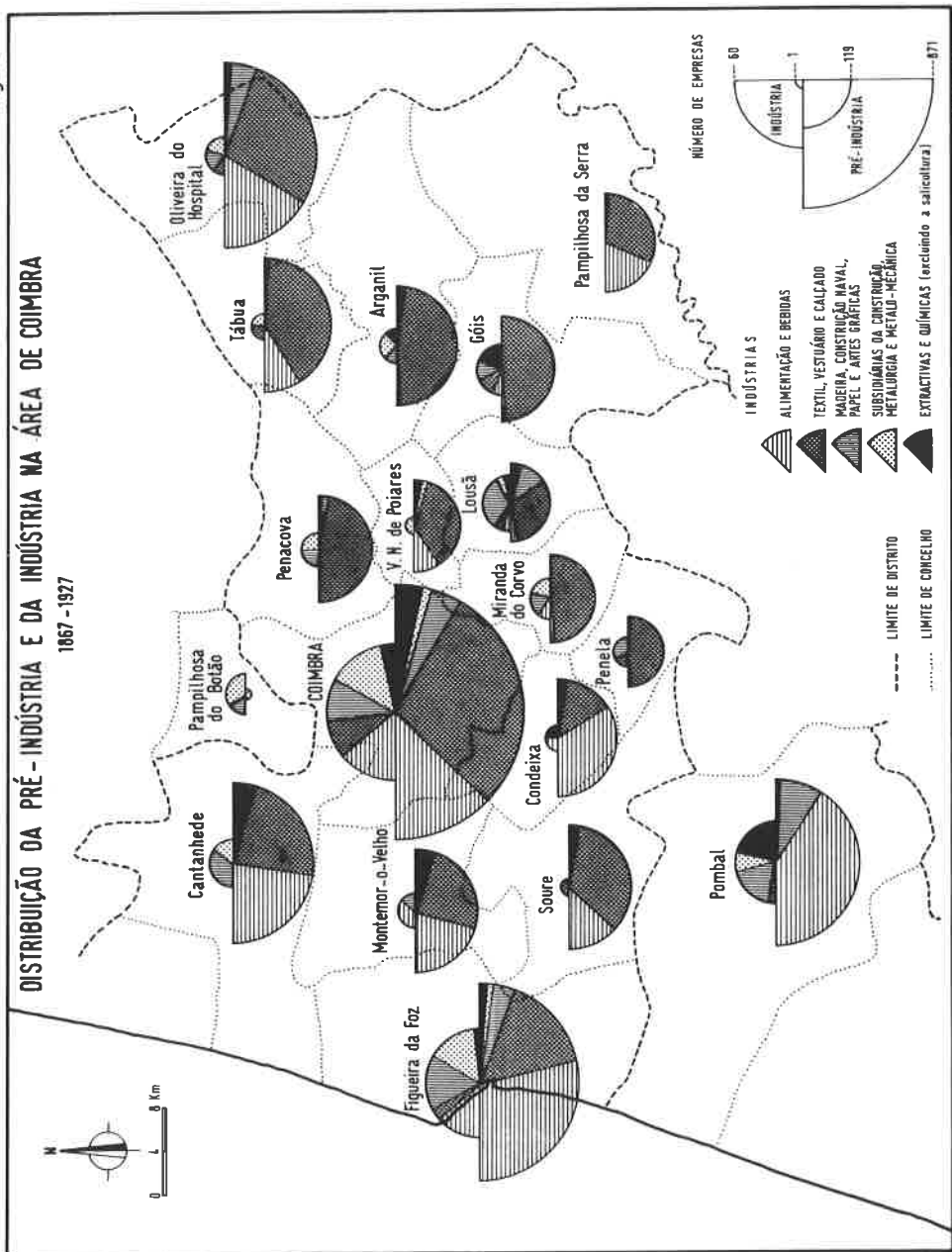
Figura nº 6

RITMO SAZONAL
MERCADO DE COIMBRA
desvios em relação à média (a) [réis]



(a) média obtida a partir das médias mensais de 1891 a 1907

Figura n.º 7



FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Distribuámos as fontes e a bibliografia por três rubricas: A — *Fontes manuscritas*; B — *Fontes impressas*; C — *Obras de consulta*. Não se trata de uma enumeração exaustiva, mas antes circunscrita aos espécimes citados neste trabalho. Nos casos de larga e frequente utilização — os livros notariais e as publicações periódicas *Anais do Município de Coimbra*, *O Conimbricense*, *Diário do Governo*, *Boletim do Trabalho Industrial e Indústria Portuguesa* —, indicam-se apenas os limites cronológicos das respectivas séries aproveitadas.

2. Excluíram-se alguns dicionários e enciclopédias, bem como certos artigos ou pequenos trabalhos insertos em publicações ou colectâneas devidamente referenciadas.

3. Das obras publicadas em mais que uma localidade, indica-se somente a primeira.

A — FONTES MANUSCRITAS

I. ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES (AMAE) — — PARIS

Correspondance commerciale. Porto.

Vol. 9, Octobre 1899-septembre 1900.

Correspondance politique et commerciale 1897-1918. Portugal. Affaires commerciales. Dossier générale. Relations avec l'étranger sauf la France. 1903-1916.

NS, vol. 35.

Europe. 1918-1919. Portugal.

II. ARCHIVES NATIONALES (AN) — PARIS

*Consulat de France à Porto. Revue économique du Portugal.
Année 1912.*

F12 7721

Porto et Portugal en général, 1852.

F12 7165

Portugal. Commerce des machines pour la minoterie portugaise.

F12 7271

III. ARQUIVO DA AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM COIMBRA (AABPC)

Cartas. Expediente diverso. «País».

Nºs 3 (1906-1911), 4 (1912-1914), 5 (1915-1917), 7 (1921-
-1923), 8 (1924-1925) e 9 (1926-1927).

Circulares de clientes.

Nº 6, 1891-1926.

Copiador de relatórios e balanços da Agência.

Nºs 1 (1908-1913) e 2 (1914-1923).

Correspondência de Bancos nacionais.

Vol. 1, 1895-1924.

Correspondência da sede.

Anos de 1919 a 1920. Repartições diversas.

Duplicados de balanços. 1891 a 1926.

Estrangeiro. Correspondência de particulares.

Vol. 1, 1898-1939.

IV. ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE COIM- BRA (AACIC)

Associação Comercial e Industrial de Coimbra.

Copiador nº 1.

*Registo de officios e telegramas da Direcção da Associação
Comercial de Coimbra.*

V. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS

Actas. Sessões da Camara Municipal de Goes.
1909-1912.

VI. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ

Livro de Actas da Comissão Executiva.
1924-1927.

VII. ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO (ADA)

Livros notariais do concelho da Mealhada.
1867-1927.

VIII. ARQUIVO DA FÁBRICA DA COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO
(AFCPP) — LOUSÃ

Fabrica de Lousã

Maços n.ºs 1029-3, 1030-4, 1032-6, 1035-5, 1036-10, 1042-16,
1043-17, 1046-20, 1053-27, 1054-28, 1056-30, 1058-32 e 1094-
-23.

Inventarios e balanços. 1890-1896.
Inventário. Ano de 1890.

Livro de Inventarios da Fabrica da Louzã.
De Março de 1906 a Julho de 1909.

IX. ARQUIVO DA FÁBRICA LUPAPO (AFL) — COIMBRA

Exposição datada de 14 de Agosto de 1933.
Reportagem tecnica na Fabrica de Coimbra de 15 de Janeiro a 15
de Fevereiro de 1934.

Por Luiz Folhas, datada de 26 de Abril de 1934.

Respostas ao anúncio n.º 10887 de «O Comércio do Porto».
Ano LXXVI, n.º 214, de 12 de Setembro de 1930, p. 6,
«Gerente».

X. ARQUIVO DA FÁBRICA DE SABÃO (AFS) — COIMBRA (DE AUGUSTO LUIZ MARTHA & SUCESSORES, LDA.)

Mercadorias geraes. Fabrica de sabão.
1903-1905 e 1911-1917.

XI. ARQUIVO GERAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (AGCGD E AGCGD (CR)) — LISBOA (SEDE, AO CALHARIZ, E CABO RUIVO).

Caixa Nacional de Crédito. Operação de Crédito industrial c/ antiga.

Registo, por distrito, dos empréstimos efectuados.

Caixa Nacional de Crédito. 1ª Repartição.

Crédito industrial. Mapas relativos à sua distribuição, 1918-1940.

N.ºs 43, 62, 72, 76, 86, 87, 137, 167, 225 e 227.

Certidão da Conservatória do Registo Predial de Coimbra, datada de 25 de Março de 1921.

Pasta 868.

Empréstimo de 800 000\$00 feito à Camara Municipal de Coimbra. Contrato de 28 de Maio de 1923.

Pasta 867.

Operações de crédito industrial. Resumo dos registos, por distritos, dos empréstimos concedidos.

Conta antiga, curto prazo e longo prazo, 1918-1930/1931.

Operação de crédito público, 99. Empréstimo de 1 500 000\$00 feito à Camara Municipal de Coimbra, por contrato de 8 de Abril de 1921.

Pasta 868.

XII. ARQUIVO HISTÓRICO DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO (AHBNU) — LISBOA

Banco Nacional Ultramarino. Filial em Coimbra. Relatórios.
Exercícios de 1920, 1920-1924 e 1925-1926.

XIII. ARQUIVO HISTÓRICO DO BANCO DE PORTUGAL (AHBP) —
— LISBOA

Banco de Portugal. Agencias Angra a Funchal.

Agencia do Banco de Portugal em Coimbra.

Anos de 1892 (Esp. 3057), 1899 (L.º A-B, Esp. 3057), 1903,
1912, 1919, 1922, 1924, 1925, 1927, 1928, 1930, 1936 e 1942.

Relatorios de inspecção à Caixa Filial e Agencias.

Ano de 1889 e 1899 (Esp. 12117).

XIV. ARQUIVO HISTÓRICO DA FÁBRICA DE FIAÇÃO DE TOMAR
(AHFFT)

Caixas (C.F.T.) com documentação diversa.

Anos de 1893, 1894, 1895-1896, 1897, 1898, 1900, 1903-1906
e 1906-1907.

Dividendos de 1881, 1885-1895 e de 1908-1911.

Caixa inumerada.

XV. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
(AHMOP) — LISBOA

*Districto administrativo de Coimbra. Estatistica das construções
navaes feitas nos estaleiros do mesmo districto durante o anno
de 1857.*

DGCI, RCI, maço não inventariado.

*Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria. Direcção
Geral do Commercio e Industria.*

SG, 9

*Proposta de pagamento aos que trabalharam no Inquerito de
1890.*

Maço não inventariado.

Documentos diversos. Anos de 1864, 1871, 1872-1876 e 1877.

DGCI, RCI, maços não inventariados.

**XVI. ARQUIVO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE COIMBRA
(ASMC)**

Documentos de despeza. 1923. Mezes de Janeiro a Julho.
Despezas registadas na 4ª semana de Janeiro de 1923, do
dia 22 ao dia 27.

Energia eléctrica. 1922-1931.

XVII. ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC)

Inventários orfanológicos.

José Duarte Areosa (1886).

Pedro Peig Dória (1899).

Livros notariais do distrito de Coimbra.
1867-1927.

Processos judiciais. Falências.
Comarca de Coimbra, maço 3.

Recenseamento político. Coimbra.
1869, 1867-1872 e 1877-1882.

Núcleo proveniente do Governo Civil de Coimbra (GC):

Alvarás. 1ª Repartição. 1883-1897.

N.ºs 1, 3, 15, 18 e 21.

*Distrito de Coimbra. Notas dos concessionários de minas rela-
tivos a 1892-1895.*

Datada de 24 de Agosto de 1897.

Estabelecimentos insalubres, incomodos ou perigosos.
2 maços.

*Mappa dos impostos do districto de Coimbra (Concelho de
Coimbra).*

Referido ao ano de 1899.

Minas, pedreiras e águas minerais.

XVIII. BIBLIOTECA E ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA (BADL)

Livros notariais do concelho de Pombal.
1867-1927.

XIX. BIBLIOTECA E ARQUIVO MUNICIPAL DE COIMBRA (BAMC)

Acordãos do conselho do distrito.

1857-1861.

Arrematações e arrendamentos. 1862-1906.

N.ºs IX, XII, XV e XXX.

Bairro Operário do Bispo-Conde. 1899.

Cemitério da Conchada. Registo de enterramentos.

Anos de 1860-1874, 1893 e 1924.

Correspondência.

1926, A-E.

Representações às Cortes e ao Governo.

Vol. VI, 1907-1913.

Requerimentos diversos.

Anos de 1859-1860, 1903-1906, 1912 e 1921-1923.

Vereações.

Vol. 90.º, 1868-1870.

XX. BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — SALA DE MANUSCRITOS (BGUC) (SM)

Fundo da Imprensa da Universidade (FIU):

Receita e despesa. Documentos.

Maços 51, 54, 56, 70, 89, 90, 104 e relativos a 1867-1927, dos anos terminados em 7.

XXI. BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ (BPAMFF)

Bases para a novação do contrato oficial da iluminação a gaz da Figueira da Foz.

Comercio externo e interno. Cargas de Comboios.

Termos das embarcações por entrada. 1870-1904.

Livros n.ºs 213-215, 217, 222 e 234.

**XXII. FÁBRICA DE LANIFÍCIOS DE SANTA CLARA (DA CLARCOOP-
-TECIDOS E CONFECÇÕES) (FLSC) — COIMBRA**

The University of Leeds. Textile Department.

6 cadernos, com apontamentos de Victorino Planas Dória.

**XXIII. RAIMUNDO LOES DA ASSUMÇÃO (RESIDÊNCIA PARTICULAR) —
— POCARIÇA — CANTANHEDE**

Livro de «Deve» e «Haver» de 1943 a 1949.

XXIV. 2.ª CIRCUNSCRIÇÃO INDUSTRIAL (2.ª CI) — COIMBRA

Processos relativos a unidades industriais.

Aníbal de Lima & Irmão, Lda

N.º 182-2/2817

Augusto Luiz Martha & Sucessores, Lda

N.º 156-2/2536

Sociedade de Mercearis & Fabril, Lda

N.º 993-2/264

Sociedade de Porcelanas, Lda

Fábrica de Fiação e Tecidos de Soure

B — FONTES IMPRESSAS

ALBUQUERQUE, J. da Costa Brandão e — *Censo de 1864. Relação das freguezias do Continente e Ilhas. População, sexos, fogos. Divisão civil, militar, judicial e ecclesiastica*, Lisboa, Tip. da Gazeta de Portugal, 1866.

ALMEIDA, M. Lopes de — *Artes e ofícios em documentos da Universidade*, vols. I-III, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1970-1972.

Anais do Município de Coimbra, 6 vols., Coimbra, Biblioteca Municipal, 1937-1971.

ANDRADE, Agostinho Rodrigues d' — *Chorographia historico-estatistica do districto de Coimbra*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1896.

- Anuário estatístico de Portugal. Anos de 1875, 1884, 1892, 1900, 1921 e 1929*, Lisboa, Imp. Nacional, 1877-1930.
- ARANHA, Pedro W. de Brito — *Memórias historico-estatísticas de algumas vilas e povoações de Portugal com documentos inéditos*, Lisboa, A.-M. Pereira, 1871.
- BAPTISTA, Manoel Dias — *Ensaio de huma descrição física e economica de Coimbra e seus arredores*, in «Memórias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. I, Lisboa, 1789, pp. 254-298.
- BAROSA, Joaquim — *Memórias da Marinha Grande*, 2ª ed., Leiria, Jornal da Marinha Grande, 1977.
- Boletim do Trabalho Industrial*, nºs 1-150, 1907-1931.
- BONANÇA, João — *Enciclopédia de applicações usuaes*, Lisboa, Tip. Lusitana-Artur Brandão, 1903.
- BRANDÃO, João Rodrigues Pinto — *Memoria sobre a industria portuguesa de palitos dos dentes*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 37, 1910, pp. 3-19.
- Breve noticia ácerca da agricultura e pecuaria no districto de Coimbra*, in «Archivo Rural», vol. XII, 1869, pp. 438-443, 453-456 e 483-488.
- Breve noticia histórica da mina de carvão de Buarcos e descrição das mais industrias exploradas pela empresa do Cabo Mondego*, Figueira, Imp. Lusitana, 1901.
- CABIDO, Aníbal Gomes Ferreira — *Chorographia industrial dos concelhos da Mealhada e Vagos (Districto de Aveiro)*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 50, 1911.
- CABRAL, Estevão — *Memoria sobre o papel*, in «Memórias Economicas da Academia das Sciencias de Lisboa», t. IV, 1812, pp. 194-200.
- Caldeiras (As) que a indústria nacional utiliza. Dados estatísticos referidos a 31 de Dezembro de 1927 e algumas características técnicas*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 140, 1931.
- CARVALHO, Evaristo Maria das Neves Ferreira de — *Relatorio e projecto para o estabelecimento d'uma fabrica completa de fiação e tecidos de algodão em Soure*, Lisboa, Netto & Cª, 1885.

- CARVALHO, J. M. Teixeira de — *Taxas dos ofícios mecânicos na cidade de Coimbra no ano de MDLXXIII*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.
- CASTRO, Augusto Mendes Simões de — *Guia histórico do viajante em Coimbra e arredores (com gravuras)*, 2ª ed., Coimbra, Imp. da Universidade, 1880.
- Catalogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris realizada na Avenida da Liberdade em 1888*, vol. II, Lisboa, Imp. Nacional, 1889.
- Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, parte V, Lisboa, Imp. Nacional, 1916.
- Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1930*, vol. I, Lisboa, Imp. Nacional, 1933.
- CHAGAS, M. Pinheiro — *Portugal contemporaneo avaliado por um viajante francez*, in «Panorama», vol. XVII (II da 5ª série), 1867, pp. 283-287, 292-294, 312-314, 320-321, 324-325, 332-333 e 339-340.
- Código Comercial Português e diplomas complementares*. Ed. rev. e act. por Guilherme Alves Morgado, 18ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, s.d..
- Colecção oficial de legislação portuguesa. Anos de 1857, 1867, 1896, 1910, 1914, 1918, 1922, 1923, 1925, 1927, 1929 e 1934*, Lisboa, Imp. Nacional, 1858-1943.
- Commercio (O) de Coimbra*, nº 271, de 12 de Julho de 1894 e nº 539, de 11 de Março de 1897.
- Companhia de Fiação e Tecidos*, in «O Tribuno Popular», nº 1995, de 17 de Março de 1875.
- Concurso para o fornecimento de energia eléctrica. Exposição e documentos que lhe dizem respeito*, Coimbra, Coimbra Editora, 1927.
- Conimbricense (O)*, 1854-1907.
- Correio de Coimbra*, nº 116, de 19 de Julho de 1924.
- Correio da Figueira*, nº 219, de 11 de Fevereiro de 1891.
- Correspondencia de Coimbra*, nº 65, de 26 de Outubro de 1899.

Despertar (O), nº 748, de 16 de Julho de 1924.

Diário do Governo/Diário de Lisboa, 1867-1927.

Disposições regulamentares sobre lavras de pedreiras. Decreto nº 13642, de 7 de Maio de 1927, com as rectificações publicadas em 21 de Junho do mesmo ano, Lisboa, Imp. Nacional, 1927.

Estatística dos alvarás de licença dos estabelecimentos industriais considerados insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos (Referida a 31 de Dezembro de 1927), in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 141, 1930, pp. 1-188.

Estatística industrial. Ano de 1917, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 116, 1926.

Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal, 1929 e anos seguintes.

Exposição districtal de industria agricola e fabril e de archeologia promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra sob a presidência de Olympio Nicolau Ruy Fernandes, Coimbra, Imp. da Universidade, 1869.

Exposição districtal de Coimbra em 1884. Revista. Conferencias. Premios, Coimbra, Antonio Joaquim Pinto Madeira, 1884.

Exposição portuguesa em Sevilha. Catalogo oficial, Lisboa, Commissariado Geral da Exposição, 1929.

FINO, Gaspar Cândido da Graça Corrêa (coord.) — *Collecção de legislação industrial*, Lisboa, Imp. Nacional, 1893.

GAGLIARDINÍ, G. Augusto — *Relatorio nosologico da intendencia pecuaria do districto de Coimbra [no] anno de 1869*, in «Archivo Rural», vol. XII, 1869, pp. 203-205 e 265-269.

GARCIA, Prudêncio Quintino — *Documentos para as biografias dos artistas de Coimbra*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

Gazeta de Coimbra, nº 1447, de 21 de Julho de 1923 e nº 1479, de 26 de Julho de 1923.

Gazeta da Figueira, nº 739, de 15 de Março de 1899 e nº 1620, de 15 de Julho de 1924.

- Imparcial (O) de Coimbra*, nº 841, de 20 de Julho de 1889.
- Imparcial (O) de Pombal*, nº 691, de 11 de Janeiro de 1925.
- Indústria Portuguesa*, nºs 1-128, 1928-1938.
- Informações para a estatística industrial, publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas. Districtos de Leiria e Funchal*, Lisboa, Imp. Nacional, 1863.
- Inquerito industrial de 1881*, 5 vols., Lisboa, Imp. Nacional, 1881-1882.
- Inquerito industrial de 1890*, 5 vols., Lisboa, Imp. Nacional, 1891.
- Inquérito (O) industrial de 1957-1959 (Volume geral)*, Lisboa, INE/Bertrand (Irmãos), s.d..
- Jornal de Coimbra*, nº 16, de 21 de Abril de 1868.
- Jornal de Penacova*, nº 664, de 4 de Julho de 1914.
- LEPIERRE, Charles — *Inquérito. A indústria do sal em Portugal*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1935.
- LOPES, Luis Antunes Dias — *Inquérito à indústria do sal*, vol. III: *Salgado da Figueira da Foz*, Lisboa, Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, 1955.
- LOUREIRO, Fernando Pinto — *Documentos para a história económica da região de Coimbra*, in «Arquivo Coimbrão», vol. VII, 1943, pp. 336-340, vol. VIII, 1945, pp. 150-208, vol. IX, 1946, pp. 304-327 e vol. X, 1947, pp. 193-211.
- Mappa por circumscripções aduaneiras das alfandegas, districtos, concessões e fabricas do imposto de fabrico de phosphoros e respectivos additionaes cobrados nos mezes de Julho, Agosto e Setembro de 1893*, in «Diario do Governo», nº 263, de 20 de Novembro de 1893.
- NEVES, José Acúrsio das — *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa, 1820, reed. em sep. de «Ciência e Técnica Fiscal», nº 59, Lisboa, 1963 e, com introdução e notas de Jorge Custódio, Lisboa, Quercó, 1983.

- NEVES, José Acúrsio das — *Variedades sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Politica*, 2 ts., Lisboa, Imp. Regia, 1814-1817.
- Observador (O)*, nº 649, de 1 de Outubro de 1853 e nº 654, de 18 de Outubro de 1853.
- Officina (A)*, nº 55, de 18 de Janeiro de 1884 e nº 57, de 31 de Janeiro de 1884.
- Operario (O) de Coimbra*, nº 2, de 12 de Outubro de 1895.
- Operario (O) [Figueira da Foz]*, nº 58, de 17 de Julho de 1892.
- Ordem (A) Publica*, nº 2, de 6 de Outubro de 1856.
- PERY, Gerardo A. — *Geographia e estatistica geral de Portugal e Colonias, com um atlas*, Lisboa, Imp. Nacional, 1875.
- PINTO JÚNIOR, Gregório — *Relatório dos Serviços da 2ª Circunscção dos Serviços Técnicos da Indústria em 1911*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 79, 1912, pp. 1-10.
- Povo (O) de Santa Clara*, nº 178, de 1 de Dezembro de 1912, nº 266, de 16 de Agosto de 1914, nº 300, de 11 de Abril de 1915, nº 397, de 18 de Fevereiro de 1917 e nº 416, de 1 de Julho de 1917.
- Projecto de esgoto e saneamento na cidade de Coimbra*, in «Revista de Obras Publicas e Minas», t. XXIV, 1893, nºs 277-278, pp. 18-47, nºs 279-280, pp. 73-103 e nºs 281-282, pp. 161-217.
- Registo do trabalho nacional. Estatística dos estabelecimentos industriais e pessoal empregado, referida a 31 de Dezembro de 1930*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 150, 1931.
- Relatorio apresentado à Junta Geral do districto de Coimbra, na sessão ordinaria de 1874, pelo Governador Civil, o Conselheiro Antonio de Gouveia Osorio, visconde de Vila-Mendo*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1874.
- Relatorio e catalogo da Exposição Industrial Portugueza realizada no Museu Industrial e Commercial de Lisboa em 28 de Julho de 1893*, Lisboa, Imp. Nacional, 1893.

- Relatório dos Serviços da 2ª Circunscrição Industrial nos anos de 1916 a 1920. Resumo dos relatórios do engenheiro António Ferreira Vilas*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 119, 1923, pp. 13-31.
- Revista Ilustrada da Exposição Districtal de Coimbra em 1884*, nºs 1-4, Janeiro-Abril, 1884.
- Ribeira (O) de Pêra*, nº 72, de 23 de Outubro de 1915.
- SAMPAIO, A.P. Forjaz de — *Uma viagem a Serra da Louzã, no mez de Julho de 1838*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1838.
- SECCO, Antonio Luiz Henriques — *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1853.
- SILVA, Francisco Teixeira da — *Catalogo dos productos enviados pela comissão districtal de Coimbra para a Exposição Universal de Londres e Geral de Lisboa, seguido d'alguns dados estatísticos relativos a diversas industrias*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1862.
- SILVA, Francisco Teixeira da — *Informações para a estatística industrial do districto de Coimbra*, Lisboa, Imp. Nacional, 1861.
- SIMÕES, José de Oliveira — *Informações estatísticas sôbre a indústria dos explosivos em 1911*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 73, 1914, pp. 1-27.
- SIMÕES, José de Oliveira — *Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Apuramento das respostas ao questionario da Repartição do Trabalho*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 49, 1910.
- TAVEIRA, Joaquim — I) *A estatística industrial portuguesa*; II) *As serrações de madeira no Norte de Portugal*, in «1º Congresso da Indústria Portuguesa», Lisboa, 1933.
- Tribuna (O) Popular*, nº 1274, de 22 de Abril de 1868, nºs 1365-1445, de 6 de Março a 11 de Dezembro de 1869, nº 1995, de 17 de Março de 1875, nº 2323, de 8 de Maio de 1878, nºs 2081 a 2094, de 12 de Janeiro de 1875 a 15 de Dezembro de 1883 e nº 4700 de 1 de Junho de 1901.
- Voz (A) do Artista*, nº 126, de 27 de Fevereiro de 1888.

C — OBRAS DE CONSULTA

- ABREU, Adelino de — *Oliveira do Hospital. Traços historico-criticos*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1893.
- ACKERMAN, Eugène — *Le Portugal moderne. Étude intime des conditions industrielles du pays*, vol. I, Rixheim, Imp. F. Sutter, 1907.
- Actes (Les) Notariés. Source de l'Histoire Sociale XVIe.-XIXe. siècles. Actes du Colloque de Strasbourg (mars 1978), réunis par Bernard Vogler*, Estrasburgo, Istra, 1979.
- ADDY, John — *The Textile Revolution*, Londres, Longman, 1976.
- AKERMAN, J. — *Une théorie du développement économique est-elle concevable?* in «Économie Appliquée», t. XII, n^{os} 1-2, 1959, pp. 235-252.
- ALARCÃO, J. — *Subsídios para o estudo dos termos fundamentais da economia portuguesa*, in «Revista de Economia», vol. II, fasc. II, 1949, pp. 73-90 e vol. III, fasc. II, 1950, pp. 83-86.
- ALARCÃO, Jorge de — *Introdução ao estudo da história e do património locais*, «Cadernos de Arqueologia e Arte», Coimbra, 1982.
- ALBUQUERQUE, António Maria Soares d' — *Bibliographia da Imprensa da Universidade de Coimbra nos annos de 1872 a 1890*, 2 vols., Coimbra, Imp. da Universidade, 1874-1891.
- ALCOFORADO, M. da Maia — *A industria do sal*, in «Museu Technologico», 1^o anno, n^o 5, 1877, pp. 77-92.
- ALDCROFT, Derek H. — *From Versailles to Wall Street, 1919-1929*, Berkeley, University of California Press, 1977.
- ALLIX, Edgard — *L'industrie à domicile salariée*, in «Annales des Sciences Politiques», 19^o ano, 1904, pp. 469-486.
- ALMEIDA, Fortunato de — *Subsídios para a história económica de Portugal (A propósito da reimpressão das RECORDAÇÕES de Ratton)*, Porto, 1920. Sep. da «Revista de História», vol. IX, n^{os} 33 a 36.

- ALMEIDA, Pinto de — *A indústria portuguesa e o condicionalismo industrial*, Lisboa, Seara Nova, 1961.
- ALMQUIST, Eric L. — *Pre-Famine Ireland and the Theory of European Proto-Industrialization: Evidence from the 1841 Census*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXIX, nº 3, 1979, pp. 699-718.
- ALVES, Ferro e SALREU, A. — *A moagem*, Lisboa, Of. Gráficas d'«O Debate», 1924.
- AMADO, António Peres Correia — *A indústria de curtumes. Evolução e aspectos químicos. Conferência realizada no núcleo de Coimbra em 24-3-1958*. Sep. da «Revista Portuguesa de Química», vol. I.
- Amieira (Banhos da)*, in «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», vol. II, Lisboa, s.d., p. 364.
- AMZALAK, Moses Bensabat — *A fibra de lã*, Lisboa, 1916. Sep. da «Revista do Comercio».
- AMZALAK, Moses Bensabat — *A salicultura em Portugal (Materiais para a sua história)*, in «Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa», vol. XXII, nº 11, 1920, pp. 337-345.
- ANACLETO, Regina — *Arquitectura revivalista em Coimbra*, Coimbra, 1982. Sep. de «Mundo da Arte», nºs 8-9.
- ANACLETO, Regina — *O Coreto do Parque Dr. Manuel Braga em Coimbra*, Coimbra, 1983. Sep. de «Mundo da Arte», nº 14.
- ANDERSON, B.L. (ed.) — *Capital Accumulation in the Industrial Revolution*, Londres, J.M. Dent & Sons, 1974.
- ANDRADE, Anselmo de — *Evolução da moeda*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923.
- ANDRADE, Anselmo de — *Portugal economico. Theorias e factos*, t. I, nova ed., Coimbra, F. França Amado, 1918.
- ANDRADE, Carlos Freire de — *Indústria mineira em Portugal*, in «Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 5-15.
- ANDREANO, Ralph (dir.) — *La nouvelle histoire économique. Exposés de méthodologie* (trad. do inglês). *Précédé de la dossier de la question par Jean Heffer*, Paris, Gallimard, 1977.

- ANTUNES, José — *Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra*, in «Revista de História das Ideias», vol. IV, t. II, 1982, pp. 143-197.
- ANTUNES, Maria Júlia — *Cerâmica beiroa*, in «V Congresso Regional das Beiras. Organização, festas, sessões, teses», vol. II, Lisboa, Torres & Cta.-Livraria Ferin, pp. 145-160.
- ANTUNES, Maria Júlia — *Rendas e bordados da Beira*, in Jaime Lopes Dias, «IV Congresso Regional das Beiras. Relatório, sessões, teses, exposição, imprensa», Vila Nova de Famalicão, Tip. Minerva, 1931, pp. 219-235.
- ARAÚJO, Manuel — *Indústrias de Braga (Notas de um jornalista)*, Braga, Tip. da «Pax», 1928.
- ARON, Raymond — *Dezoito lições sobre a sociedade industrial* (trad. do francês), Lisboa, Presença, 1981.
- Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, Coimbra, vols. I a XXX, 1923-1983.
- ASHTON, T.S. — *A revolução industrial, 1760-1830*, 3ª ed. (trad. do inglês), notas e índice cronológico do Prof. Jorge de Macedo, Mem Martins, Europa-América, 1974 (col. «Saber»).
- ASSUMPÇÃO, Tomaz Lino d' — *As freiras de Lorvão (Ensaio de monographia monastica)*, Coimbra, s.ed., 1899.
- ASSUMPÇÃO, Tomaz Lino d' — *As monjas de Semide (Reconstituição do viver monastico)*, Coimbra, França Amado, 1900.
- ATAACK, Jeremy et al. — *The Regional Diffusion and Adoption of the Steam Engine in American Manufacturing*, in «The Journal of Economic History», vol. XL, nº 2, 1980, pp. 281-308.
- AYMARD, Maurice — *Autoconsomation et marchés: Chaynov, Labrousse ou Le Roy Ladurie?*, in «Annales. E.S.C.», 38º ano, nº 6, 1983, pp. 1392-1410.
- AZEVEDO, Aníbal Lúcio — *O estabelecimento da indústria do ferro e do aço em Portugal. Discurso proferido na sessão da Câmara dos Snrs. Deputados, de 15 de Janeiro de 1917*, Lisboa, Imp. Nacional, 1917.

- BACHELARD, Gaston — *La dialectique de la durée*, nova ed., Paris, PUF, 1950.
- BAIN, G.S. e WOOLVEN, G.B. — *A Bibliography of Industrial Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.
- BAIROCH, Paul — *Commerce extérieur et développement économique au XIXe. siècle*, Paris, Mouton, 1976.
- BAIROCH, Paul — *Niveaux de développement économique de 1810 à 1910*, in «Annales. E.S.C.», 20º ano, nº 6, 1965, pp. 1091-1117.
- BAIROCH, Paul — *Révolution industrielle et sous-développement*, Paris, SEDES, 1964.
- BAIROCH, Paul — *Tailles des villes, conditions de vie et développement économique*, Paris, Étude des Hautes Études en Sciences Sociales, 1977.
- Banco (O) Totta-Alliança*, Lisboa, Banco Totta-Alliança, 1968.
- BANDEIRA, José Ramos — *Universidade de Coimbra*, vol. II: *Edifícios do núcleo central e casa dos Melos*, Coimbra, Casa do Castelo, 1943.
- BAPTISTA, João Maria — *Chorographia moderna do Reino de Portugal*, vol. III, Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências, 1875.
- BAPTISTA, José Arthur — *Breves considerações sobre a industria da moagem em Portugal. Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto d'Agronomia Veterinaria*, Lisboa, Ateliers Graphicos B. Nogueira, Sucessor, 1908.
- BARATA, J.P. Martins — *Fluxos financeiros regionais. Obstáculos estruturais às acções de desenvolvimento regional*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1981.
- BARATA, José Martins — *Indústrias têxteis e confecções*, Lisboa, Banco de Fomento Nacional, 1974.
- BARBIER, Frédéric — *Les ouvriers du livre et la révolution industrielle en France au XIXème siècle*, in «Revue du Nord», t. LXIII, nº 248, 1981, pp. 189-206.

- BARBOSA, António Manuel Pinto — *Sôbre a indústria de conservas em Portugal*, Lisboa, Império, 1941.
- BARBOSA, José Maria Martins — *Sugestões para a solução da crise na indústria portuguesa de malhas, em especial, e na indústria portuguesa em geral*, in «1º Congresso da Indústria Portuguesa», Lisboa, 1933.
- BARROS, Manuel de Freitas — *Das cordas e da arte de as manufacturar na Póvoa de Varzim*, in «Póvoa de Varzim. Boletim Cultural», vol. IV, nº 2, 1965, pp. 189-212.
- BASTO, João Teodoro Ferreira Pinto — *A cerâmica portuguesa. Conferência realizada na Sociedade de Geografia em 20 de Dezembro de 1934 por convite da Associação Industrial Portuguesa*, Lisboa, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, 1935.
- BASTOS, Carlos — *Indústria e arte têxtil*, Porto, s.ed., 1960.
- BÉDARIDA, François — *The Growth of Urban History in France: some Methodological Trends*, in H.J. Dyos (ed.), «The Study of Urban History», reed., Londres, Edward Arnold, 1976, pp. 47-65.
- BELLET, Daniel — *L'évolution de l'industrie*, Paris, Ernest Flammarion, 1914.
- BENEVOLO, Leonardo — *As origens da urbanização moderna* (trad. do italiano), Lisboa, Presença, 1981.
- BEREND, Iván e RÁNKI, Györgi — *The European Periphery and Industrialization, 1780-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- BERGERON, Louis — *Banquiers, négociants et manufacturiers parisiens du Directoire à l'Empire*, Paris, 1978.
- BERGERON, Louis (apr.) — *Les capitalistes en France (1780-1914)*, Paris, Gallimard, 1978 (col. «Archives»).
- BERKHOFER JR., Robert F. — *A Behavioral Approach to Historical Analysis*, Nova Iorque, The Free Press-Collier-MacMillan, 1971.
- BERNARDES, Joaquim de Oliveira da Silva — *Leiria no século XIX. Aspectos económicos*, Leiria, Assembleia Distrital, 1981.

- BEZANSON, Anna — *The Early Use of the Term Industrial Revolution*, in «The Quarterly Journal of Economics», vol. XXXVI, 1922, pp. 343-349.
- BLOCH, Marc — *Introdução à História* (trad. do francês), Lisboa, Europa-América, 1965 (col. «Saber»).
- BORGES, Nelson Correia — *A farinação através dos tempos*, in «História», n.ºs 26-30, 1980-1981, respectivamente pp. 37-43, 62-69, 66-74 e 72-82.
- BOSSON, Rex e VARON, Bension — *The Mining Industry and the Developing Countries*, Nova Iorque, The World Bank/Oxford University Press, 1977.
- BOURGIN, Hubert — *L'industrie et le marché. Essai sur les lois du développement industriel*, Paris, Félix Alcan, 1924.
- BOUVIER, Jean — *Pour une analyse sociale de la monnaie et du crédit: XIXe-XXe siècles*, in «Annales. E.S.C.», 29.º ano, n.º 4, 1974, pp. 813-826.
- BOUVIER, Jean — *Initiation au vocabulaire et aux mécanismes économiques contemporains (XIXe-XXe siècles)*, 2.ª ed., Paris, SEDES, 1972.
- BOUVIER, Jean — *Rapports entre systèmes bancaires et entreprises industrielles dans la croissance européenne au XIXe siècle*, in Pierre Léon et al., (dir.), «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», Paris, 1972, pp. 115-140 (Também publ. nos «Annales. E.S.C.», 27.º ano, n.º 1, pp. 46-70).
- BOUVIER, Jean — *Un siècle de banque française*, Paris, Hachette, 1973.
- BOUVIER, Jean et al. — *Le mouvement du profit en France au XIXe siècle. Matériaux et études*, Paris, Mouton, 1965.
- BOWMAN, Mary Jean e ANDERSON, C. Arnold — *Human Capital and Economic Modernization in Historical Perspective*, in F.C. Lane (ed.), «Fourth International Conference of Economic History (Bloomington, 1968)», Paris, Mouton, 1973, pp. 247-272.
- BRANDÃO, João Rodrigues Pinto — *Casas operarias na 2.ª Circunscricção Industrial*, in «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 66, 1912, pp. 13-22.

- BRAUDEL, Fernand — *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècles*, t. 2: *Les jeux d'échange*; t. 3: *Le temps du monde*, Paris, A. Colin, 1979.
- BRAUDEL, Fernand — *Histoire et sciences sociales: la longue durée*, in «*Annales. E.S.C.*», n.º 4, 1958, pp. 725-753 (Também publicado, traduzido, em Fernand Braudel, *História e ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1972, pp. 7-70 e em *Escritos sobre a história*, S. Paulo, Perspectiva, 1978, pp. 41-78).
- BUCHANAN, R.A. — *History and Industrial Civilisation*, Londres, MacMillan, 1979.
- BUGUET, Léon — *Croissance et créations économiques collectives*, in «*Économie Appliquée*», t. XII, n.ºs 1-2, 1959, pp. 131-142.
- BURKE, Peter — *Sociology and History*, Londres, George Allen & Unwin, 1980.
- BURKE, Peter (ed.) — *The New Cambridge Modern History*, vol. III, comp. vol., Cambridge, Cambridge University Press, 1979.
- BYATT, I.C.R. — *The British Electrical Industry, 1875-1914. The Economic Returns to a New Technology*, Oxford, Clarendon, 1979.
- CABRAL, Francisco — *O arranque para a industrialização. Do isolamento à competição internacional*, in «*Observador*», n.º 47, de 7 de Janeiro de 1972, pp. 105-107.
- CABRAL, Villaverde — *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, A Regra do Jogo/História, 1976.
- CABRAL, Villaverde — *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo/História, 1979.
- CAÇÃO, Olinda Cardoso — *Breve contributo para a história económica e social de Coimbra na segunda metade do século XIX. Actos notariais de 1895*, Coimbra, 1978 (Trabalho apresentado ao curso especializado em Movimentos Económicos e Sociais III, na Faculdade de Letras de Coimbra).

- CAETANO, Lucília de Jesus — *A tecelagem artesanal na freguesia de Almalaguez. Elementos para a sua caracterização etnográfica e sócio-económica*, Coimbra, 1983. Sep. dos «Cadernos de Geografia», vol. 2.
- CAETANO, Lucília de Jesus — *Zona industrial Loreto-Pedrulha da cidade de Coimbra*, Coimbra, 1968 (Diss. de Lic. apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, policopiada).
- CAETANO, Marcelo — *A depreciação da moeda depois da Guerra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1931.
- CAETANO, Marcelo — *História breve das Constituições portuguesas*, 3ª ed., Lisboa, Verbo, 1971.
- CALDAS, Eugénio de Castro — *A agricultura portuguesa no limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- CALDAS, Eugénio de Castro — *Industrialização e agricultura. II Congresso dos Economistas portugueses*, Lisboa, INE, 1957.
- CALDAS, Eugénio de Castro e LOUREIRO, Manuel de Santos — *Regiões homogêneas no Continente português. Primeiro ensaio de delimitação*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Industrial/Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.
- CÂMARA, João de Sousa da (texto de) — *O Banco Lisboa & Açores. 1875-1969*, Lisboa, Banco Lisboa & Açores, 1972.
- CAMERON, Rondo — *Francia y el desarrollo económico de Europe. 1800-1914. Conquista de la paz y semillas de guerra* (trad. do inglês), Madrid, Tecnos, 1971.
- CAMERON, Rondo et al. — *La banca en las primeras etapas de la industrialización. Un estudio de historia económica comparada* (trad. do inglês), Madrid, Tecnos, 1974.
- Caminhos a seguir na indústria de resinosos*, in «Jornal do Comércio», nº 33448, de 27 de Junho de 1963.
- CAMPOS, Ezequiel de — *A conservação da riqueza nacional. A grei, os mineraes, a terra, as matas, os rios*, Porto, ed. do A., 1913.

- CAMPOS, Ezequiel de — *A energia de origem hidráulica e térmica. Conferência. Primeiro Congresso do Trabalho, realizado no Porto de 1 a 4 de Julho de 1923*, Porto, Tip. Sequeira, 1923.
- CAMPOS, Ezequiel de — *Influência da electrificação do País na indústria portuguesa*, in «1º Congresso da Indústria Portuguesa», Lisboa, 1933.
- CAMPOS, Ezequiel de — *O problema da electrificação para a Região Atlântica de Portugal. 3º Congresso de Electricidade. Coimbra — 1926*, Porto. Of. de «O Comércio do Porto», 1926.
- CAMPOS, João Correia Aires de — *Índices e summaries dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, fasc. III, Coimbra, Imp. Literária, 1872.
- CANHÃO, Manuel — *Os caracteres da imprensa e a sua evolução histórica, artística e económica em Portugal*, Lisboa, Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, 1941.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. — *Introducción al trabajo de la investigación histórica. Conocimiento, método e historia*, Barcelona, Crítica, 1981.
- CARON, F. — *Banques et industrialisation au XIXe siècle*, in «Annales. E.S.C.», 23º ano, 1968, pp. 616-632.
- CARQUEJA, Bento — *O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal*, Porto, Lello & Irmão, 1908.
- CARQUEJA, Bento — *O futuro de Portugal. Questões economico-sociais*, Porto, José Bastos, 1900.
- CARQUEJA, Bento — *Indicadores económicos portugueses*, Porto, 1930. Sep. dos «Anais do Instituto Económico-Social da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto».
- CARQUEJA, Bento — *O povo português. Aspectos sociais e económicos*, Porto, Lello & Irmão, 1916.
- CARRIÈRE, Charles et al. — *Banque et capitalisme commercial. La lettre de change au XVIIIe siècle*, Marselha, Institut Historique de Provence, 1976.

- CARVALHO, J. da Silva — *A água nas suas relações com o fabrico do papel*, Alcobaça, 1947. Sep. das «Publicações da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas», vol. XIV, ts. I e II.
- CARVALHO, João Manuel Almeida Saraiva de — *A freguesia do Espinhal do concelho de Penela de 1812 a 1862*, Coimbra, 1974 (Diss. de Lic. apresentada à Fac. de Letras de Coimbra, policopiada).
- CARVALHO, Joaquim Martins de — *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1868.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de — *A cerâmica em Coimbra no século XVI*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1921.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de — *Uma escola de canteiros*, in «*Ilustração Portuguesa*», vol. II, 1906, pp. 162-165.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de — *Como nasceu em Coimbra a indústria do ferro forjado*, in «*Notas de arte e crítica*», Porto, Moreira, 1926, pp. 408-414.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de — *Serralheiros da escola de Coimbra*, in «*Ilustração Portuguesa*», vol. II, 1906, pp. 314-318.
- CARVALHO, José Branquinho de — *História do Bairro Operário «Bispo Conde»*, in «*Arquivo Coimbrão*», vol. XVIII, 1963, pp. 139-170.
- CASCÃO, Rui — *Aspectos sociais e económicos do concelho de Arganil na segunda metade do século XIX*, Coimbra, 1978. Sep. do «*Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*», vol. IV.
- CASCÃO, Rui — *As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário: o caso da Figueira da Foz (1850-1920)*, Coimbra, 1980. Sep. da «*Revista Portuguesa de História*», t. XVIII.
- CASTELO-BRANCO, Fernando — *Os moinhos na economia portuguesa*, in «*Revista Portuguesa de História*», t. VIII, 1959, pp. 35-44.
- CASTELO-BRANCO, Fernando — *Tráfego portuário e história regional portuguesa*, in «*Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. Actas do Colóquio*», Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 241-249.

- CASTRO, Aníbal de — *Um pouco de história*, in «Moinhos e artesanato de Cernache», Cernache, ADRC, 1982, pp. 6-12, policopiado.
- CASTRO, Armando — *Comércio externo na Época Contemporânea*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, Lisboa, 1963, pp. 631-634.
- CASTRO, Armando — *Crises económicas e financeiras*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, pp. 743-746.
- CASTRO, Armando — *A economia portuguesa do século XX (1900-1925)*, Lisboa, Edições 70, 1973.
- CASTRO, Armando — *Linho*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, Lisboa, 1965, pp. 752-753.
- CASTRO, Armando — *Orizicultura*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, pp. 243-245.
- CASTRO, Armando — *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, 3ª ed., Porto, Limiar, 1976.
- CASTRO, Ferrão Forjaz Pacheco de — *Panorâmica da indústria dos resinosos*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957. Comunicações. 1 a 74», Lisboa, s.d..
- CASTRO, D. José de (coord.) — *Cordoeiras*, in «Estudos etnográficos», t. V, I parte: «Indústrias populares», Lisboa, IAC/Centro de Estudos de Arte e Museologia, 1945, pp. 249-255.
- CASTRO, D. Rodrigo de — *Posição actual da sistemática dos linhos portugueses*, in «Boletim da Sociedade Broteriana», vol. XIX (2ª série), 1ª parte, 1944, pp. 223-232.
- CAVAILLÉS, Henri — *La houille blanche*, 2ª ed., Paris, A. Colin, 1929.
- CAYEZ, Pierre — *L'industrialisation lyonnaise au XIXème siècle. Du grand commerce à la grande industrie*, 2 ts., Lille, 1979 (Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lyon II, policopiada).
- CAYEZ, Pierre — *Quelques aspects du patronat lyonnais pendant la deuxième étape de l'industrialisation*, in Maurice Lévy-Leboyer (dir.), «Le patronat de la seconde industrialisation», Paris, 1979, pp. 191-200.

- CHABOT, Georges — *La Côtère Orientale de la Dombes et l'influence de Lyon*, Paris, Les Presses Modernes, 1927.
- CHAPMAN, S.D. — *The Cotton Industry in the Industrial Revolution*, reimpr., Londres, MacMillan, 1977.
- CHATELAIN, Abel — *Une grande industrie motrice française attardée: le Bâtiment*, in «Annales. E.S.C.», 13^e ano, n^o 1, 1958, pp. 573-585.
- CHAUNU, Pierre — *Croissance ou développement (?): A propos d'une véritable histoire économique de l'Amérique latine au XIX^e e XX^e siècles*, in «Revue Historique», n^o 496, 1970, pp. 357-374.
- CHAUNU, Pierre — *Histoire quantitative, histoire sérielle*, «Cahiers des Annales», 37, Paris, A. Colin, 1978.
- CHAVES, João Ubach — *Indústria de lanifícios*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. 1957. Relatórios de sectores industriais», Relatório 2.1., Lisboa, s.d..
- CHAVES, Luís — *O significado social da doçaria*, in Hermínia Basto (org.), «Miscelânea de Estudos à Memória de Cláudio Basto», Porto, Imp. Portuguesa, 1940, pp. 309-320.
- CHAZEL, François — *La théorie analytique de la société dans l'oeuvre de Talcott Parsons*, Paris, Mouton, 1974.
- CID, José — *Demographia e hygiene*, parte II, Coimbra, Imp. da Universidade, 1902.
- CIPOLLA, Carlo M. — *Historia económica de la población mundial* (trad. do inglês), 3^e ed., Barcelona, Crítica, 1982.
- CIPOLLA, Carlo M. — *Sources d'énergie et Histoire de l'Humanité*, in «Annales. E.S.C.», 16^e ano, n^o 3, 1961, pp. 521-534.
- CIPOLLA, Carlo M. (ed.) — *The Fontana Economic History*, vol. 3: *The Industrial Revolution and after, 1700-1914*, Londres, The Harvester Press/Barnes & Noble, 1976.
- CLARK, Colin — *Les conditions du progrès économique* (trad. do inglês), Paris, PUF, 1960.

- CLARK, George Norman — *The Idea of the Industrial Revolution. Being the Twentieth Lecture on the David Murray Foundation in the University of Glasgow delivered on 15th October, 1952*, Glasgow, Jackson, Son & Co., 1953.
- Classificação internacional tipo, por actividades, de todos os ramos da actividade económica* (trad. portuguesa), Lisboa, INE, 1953.
- CLAVAL, Paul — *La localisation des activités industrielles*, in «Revue Géographique de l'Est», n.º 1-2, 1969, pp. 187-214.
- CLAVAL, Paul — *Régions, nations, grands espaces. Géographie générale des ensembles territoriaux*, Paris, M.-Th. Génin, 1968.
- COCHRAN, Thomas C. — *An Historical Approach to Economic Development*, in «Première Conférence Internationale d'Histoire Économique», Paris, Mouton, 1960, pp. 9-16.
- COELHO, Maria Helena da Cruz — *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.
- COELHO, P.M. Laranjo — *Vantagens do estudo das monografias para o conhecimento da história geral portuguesa*, Coimbra, 1926. Sep. de «O Instituto», vol. 73.º, n.º 3.
- COHEN, Jon S. — *The Achievements of Economic History: The Marxist School*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVIII, n.º 1, 1978, pp. 29-57.
- COIMBRA, Alípio Barbosa de Oliveira — *Impressões de viagem*, in «A Comarca de Arganil», n.ºs 1328 a 1342, de 9 de Dezembro de 1926 a 17 de Março de 1927.
- COLAÇO, Magalhães — *Palitos de Lorvão*, in «Ilustração Portuguesa», 1913, 1.º semestre, pp. 169-173.
- Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal. Teses e actas*, Lisboa, Tip. da Empresa do «Diário de Notícias», 1923.
- Congresso (III) Regional das Beiras (Congresso de Aveiro)*. Livro org. por Francisco Pereira Neves, Vila Nova de Famalicão, Tip. Minerva, 1928.

- Congresso (IV) e Exposição Regional das Beiras. Relatório, sessões, teses, exposição, imprensa*, pelo Dr. Jaime Lopes Dias, Coimbra, Tip. Minerva, 1931.
- Congresso (I) da União Nacional. Discursos, teses e comunicações*, Lisboa, União Nacional, 1935.
- CORDEIRO, J.A. da Silva — *A crise em seus aspectos morais. Introdução a uma biblioteca de Psychologia individual e colectiva*, Coimbra, F. França Amado, 1896.
- CORREIA, José d'Almeida — *Economia Política. Apontamentos das lições feitas pelo Sr. Dr. Marnôco e Sousa ao curso jurídico de 1914-1915*, Coimbra, Neves, 1914.
- CORREIA, José d'Araújo — *Notas sobre a localização da indústria e o urbanismo*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», nº 4, pp. 35-39.
- CORREIA, Vergílio — *A arte do sal*, in «A Águia», 2ª série, vol. VI, nº 33, 1914, pp. 83-90.
- CORREIA, Vergílio — *A cidade das grades*, in «Obras», vol. I, Coimbra, Universidade, 1946, pp. 363-367 (Anteriormente publ. no «Diário de Coimbra», nº 1715, de 3 de Junho de 1935).
- CORREIA, Vergílio — *Inventário artístico de Portugal*, vol. VI: *Distrito de Coimbra*. Reorg. e compl. por A. Nogueira Gonçalves, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952.
- CORREIA, Vergílio — *Notas de Arqueologia e Etnografia do concelho de Coimbra*, in «Biblos», vol. XVI, t. I, 1940, pp. 97-142.
- CORREIA, Vergílio — *Oleiros de Miranda*, in «A Rajada», 1ª série, nº 4, 1912, pp. 1-7 (Reimp. em «Etnografia artística portuguesa», Barcelos, pp. 27-36).
- CORREIA, Vergílio — *Velhos teares*, in «A Rajada», 1ª série, nº 3, Maio 1912, pp. 8-13 (Reimp. em «Etnografia artística portuguesa», Barcelos, 1937, pp. 37-48).

- CORVO, João de Andrade — *Estudos economicos e hygienicos sobre os arrozaes*, in «Relatorio sobre a cultura do arroz em Portugal e a sua influencia na saude publica apresentado a S. Ex.^a o Sr. Ministro dos Negocios do Reino, pela Commissão creada por portaria de 16 de Maio de 1859», Lisboa, Imp. Nacional, 1860, pp. 349-543.
- COSTA, Avelino Poole da — *A indústriã do papel em Portugal*, Lisboa, 1946. Sep. do «Boletim da Direcção Geral da Indústria», 2.^a série, n.ºs 22-25.
- COSTA, Cincinato da e CASTRO, D. Luiz de (dir.) — *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisboa, Imp. Nacional, 1900.
- COSTA, Fernando da — *Da indústriã da moagem*, in «Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais», ano V, 1953, n.º 250, pp. 653-662, n.º 251, pp. 669-676, n.º 252, pp. 685-691, n.º 253, pp. 701-705 e n.º 254, pp. 715-719.
- COSTA, J.A. Ferreira da — *A indústriã nacional. Conferência realizada em Tomar, em 25-6-1933*, Lisboa, ISCEF, 1933.
- COTTRELL, P.L. — *Industrial Finance, 1830-1914. The Finance and Organization of English Manufacturing Industry*, Londres, Methuen, 1980.
- COUMET, Ernest — *Karl Popper et l'histoire des sciences*, in «Annales. E.S.C.», 30.^o ano, n.º 5, 1975, pp. 1105-1122.
- Couros e peles nacionais. Trabalho apresentado pela firma Guilherme Augusto d'Oliveira Gama, Suc, Ld.ª*, in «I Congresso da Indústria Portuguesa», Lisboa, 1933.
- Croissance/Développement*, in Jacques Le Goff et al. (dir.), «La nouvelle histoire», Paris, 1978, pp. 94-97.
- CROUZET, François — *Angleterre et France au XVIIIe siècle. Essai d'analyse comparée de deux croissances économiques*, in «Annales. E.S.C.», 21.^o ano, n.º 2, 1966, pp. 254-291 (Reimp. em R.M. Hartwell (ed.), *The Causes of the Industrial Revolution in England*, reimp., Londres, 1980, pp. 139-174).
- CROUZET, François — *La formation du capital pendant la révolution industrielle*, in «Deuxième Conférence Internationale d'Histoire Économique. Aix-en-Provence, 1962», Paris, 1965, pp. 589-642.

- CROUZET, François (ed.) — *Capital formation in the Industrial Revolution*, Londres, Methuen, 1972.
- CROUZET, Maurice — *L'époque contemporaine. A la recherche d'une civilisation nouvelle*, t. VII de «Histoire Générale des Civilisations», 5ª ed., Paris, PUF, 1969.
- CRUZ, João Perpétuo da — *Os combustíveis. Conferências realizadas no Instituto Superior Técnico de Lisboa, durante o ano lectivo de 1924 e 1925, ampliadas e revistas pelo autor*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1927.
- CRUZ, João Perpétuo da — *A indústria. Portugal. Exposição Portuguesa em Sevilha*, Lisboa, Imp. Nacional, 1929.
- CRUZ, João Perpétuo da — *O problema do crédito industrial*, in «Revista de Obras Públicas e Minas», ano LVII, nº 638, 1926, pp. 135-145.
- CRUZ, Maria Alfreda — *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço*, Lisboa, Livraria Portugal (Depº), 1973.
- CRUZ, R. Dias da — *Identificação e delimitação de uma «zona diminuída» no Centro do País*, in «Agros», ano 46, nº 1, 1963, pp. 5-37.
- CUNHA, Arnaldo José — *A estância termal da Amieira*, in «História», nº 51, 1983, pp. 72-78.
- Dados sobre a Central de Cervejas* (Elementos cedidos pelo Dr. António Gomes Simões), s.l.n.d..
- DAUMARD, Adeline — *Les bourgeois de Paris au XIXe siècle*, Paris, Flammarion, 1970.
- DAUMAS, Maurice — *L'archéologie industrielle en France*, Paris, R. Laffont, 1980.
- DAUMAS, Maurice (dir.) — *Histoire générale des techniques*, t. V: *Les techniques de la civilisation industrielle. Transformation. Communications. Facteur humain*, por M. Perrot et al., Paris, PUF, 1979.
- DAUMAS, Maurice e PAYEN, Jacques (dir.) — *Évolution de la géographie industrielle de Paris et sa proche banlieu au XIXe siècle*, 3 vols. (2 de texto e 1 atlas), Paris, Centre de Documentation d'Histoire des Techniques/Conservatoire des Artes et Métiers, 1976.

- DEANE, Phylis — *A revolução industrial* (trad. do inglês), Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- DESCAMPS, Paul — *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935.
- DEVINE JR., Warren D. — *From Shafts to Wires: Historical Perspectives on Electrification*, in «The Journal of Economic History», vol. XLIII, nº 2, 1983, pp. 347-372.
- DEYON, P. — *L'enjeu des discussions autour du concept de «Proto-industrialisation»*, in «Revue du Nord», t. LXI, nº 240, 1979, pp. 9-15.
- DHONDT, Jan e BRUWIER, Marinette — *The Industrial Revolution in the Low Countries, 1700-1914*, in C.M. Cipolla (ed.), «The Fontana Economic History», vol. 4: «The Emergence of Industrial Societies», parte 1, Londres, 1976, pp. 329-366.
- DIAS, Ascânio Pessoa de Sousa — *A indústria metropolitana algodoeira. Do último quartel do século XVIII aos nossos dias*, in «Jornal do Comércio», supl. ao nº 30271, de 17 de Outubro de 1953, pp. 60-61.
- DIAS, Jaime Lopes — *Cordas e cordoeiros. Cordoeiros galegos e cordoeiros portugueses*, in «Etnografia da Beira. Lendas e romances. Costumes. Indústrias rurais. Crenças e superstições. Linguagem», vol. VI, Lisboa, Torres & Cta., 1942, pp. 203-213.
- DIAS, João Rosendo — *A indústria dos cortumes*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 231-246.
- DIAS, Jorge — *Moagem tradicional e moinhos*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. III, pp. 80-82 e 88-91.
- DIAS, Jorge et al. — *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, azenhas e atafonas*, vol. I: *Moinhos de água e azenhas*; vol. II: *Moinhos de vento*, Porto, INIC/Centro de Estudos de Tecnologia Peninsular, 1959.
- DIAS, Luís de Carvalho — *A evolução técnica e as crises económicas*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d..
- DIAS, Pedro — *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982.

- DIAS, Pedro — *João Machado, um artista de Coimbra*, Coimbra, ed. do A., 1975.
- Diccionario de Ciencias Sociales. Redactado bajo el patrocinio de la U.N.E.S.C.O.*, Madrid, Instituto de Estudios Politicos, 1975.
- DUARTE, Acácio de Calazans — *A crise vidreira. Resposta ao sr. Arala Pinto*, Figueira da Foz, Typ. Popular, 1932.
- DUARTE, Acácio de Calazans — *A indústria vidreira na Marinha Grande*, Marinha Grande, Nacional Fábrica de Vidros, 1942.
- DUHARCOURT, Pierre — *La fonction d'investissement*, Paris, Sirey, 1970.
- DURANT, Robert — *Les campagnes portugaises entre Douro e Tago aux XIIIe et XIIIe siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982.
- Duzentos anos de industrialização no Cabo Mondego*, in «Mar Alto», nº 249, de 14 de Abril de 1971.
- EASTERLIN, Richard A. — *Why isn't the whole World Developed?*, in «The Journal of Economic History», vol. XLI, nº 1, 1981, pp. 1-19.
- Empresa (A) Vidreira da Fontela*, in «Indústria Portuguesa», ano 11º, nº 128, 1938, pp. 23-28.
- Empresas portuguesas. As 1000 maiores [...]. Dados referidos a 1981*, in «Expresso». Supl. ao nº 534, de 22 de Janeiro de 1983.
- ENDREI, Walter — *L'évolution des techniques du filage et du tissage du moyen âge à la révolution industrielle* (trad. do húngaro), Paris, Mouton, 1968.
- Estado actual da indústria portuguesa e apreciação da sua evolução recente*, in «Indústria Portuguesa», 8º ano, 1935, pp. 29-37.
- Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2ª Circumscipção dos Serviços Technicos da Industria*, Lisboa, Imp. Nacional, 1905.
- FARIA, António Machado de — *Considerações acerca da importância da história local relativamente à do País*, in «Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. Actas do Colóquio», Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 1-7.

- FARIA, Carlos Vieira — *Novo fenómeno urbano. Aglomeração de Setúbal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1981.
- FARINHA, Carlos — *Indústrias das lãs*, in «Indústria Portuguesa», 9º ano, nº 96, 1936, pp. 41-43.
- FARINHA, Ramiro — *Imprensa Nacional de Lisboa. Sinopse da sua história. II Centenário, 1768-1968*, Lisboa, Imp. Nacional, 1969.
- FARNIE, D.A. — *The English Cotton Industry and the World Market, 1815-1896*, Oxford, Oxford University Press, 1979.
- FEARON, Peter — *The Origins and Nature of the Great Slump, 1929-1932*, Londres, MacMillan, 1979 («Studies in Economic and Social History»).
- FEBVRE, Lucien — *La terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*, 3ª ed., Paris, Albin Michel, 1949 (Trad. portuguesa de Jorge Borges de Macedo e revisão de Joel Serrão, in «Panorama da Geografia», vol. II, Lisboa, Cosmos, 1954, pp. 411-733).
- FENOALTEA, Stefano — *The Growth of the Utilities Industries in Italia, 1861-1913*, in «The Journal of Economic History», vol. XLII, nº 3, 1982, pp. 601-627.
- FERREIRA, Abílio M. — *Um problema nacional. Trigo, farinhas e pão. Conferência realizada na sede do Grémio Alentejano de Lisboa no dia 7 de Junho de 1935*, Lisboa, s.ed., 1935.
- FERREIRA, Anselmo dos Santos (Elmanso) — *Memória acerca da vila de Alvares*, 1ª ed., Coimbra, Tip. Comercial, 1955.
- FERREIRA, J.A. Pinto — *Preços dos géneros alimentícios comerciados nos mercados do Porto no século XIX (1814-1899). Subsídios estatísticos para a história económica da cidade*, Porto, Câmara Municipal/Gabinete de História da Cidade, 1972.
- FERREIRA, José Duarte — *Alguns apontamentos sobre a indústria do sal*, in «I Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 279-294.
- FERREIRA, Manuel Duarte — *A metalurgia em Portugal*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 295-309.

- FERREIRA, Vasco José — *A indústria de construção naval em Portugal*, Lisboa, 1953. Sep. de «Técnica».
- Ferros de arte de Lourenço Chaves de Almeida*. Catálogo com artigos de Vera de Lima *et al.*, Sociedade Nacional de Belas Artes, 7-14 de Maio, Lisboa, 1938.
- FIGUEIREDO, Alphonse de — *Le Portugal. Considérations sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce de ce Royaume*, Lisboa, François Lallemand, 1866.
- FIGUEIREDO, António Mesquita de — *Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.
- FIGUEIREDO, Mário — *Caracteres gerais dos títulos de crédito e seu funcionamento jurídico*, Coimbra, F. França Amado, 1919.
- FISCHER, André — *L'industrialisation contemporaine des Pays-Bas. Recherches sur l'évolution des régions périphériques*, Paris, Sorbonne, Série «N.S. Recherches», 41, 1980.
- FLAMANT, Maurice e SINGER-KEREL, Jeanne — *Crises et récessions économiques*, Paris, PUF, 1974 (col. «Que sais-je?»).
- FOHLEN, Claude — *Qu'est-ce que la révolution industrielle?*, Paris, R. Lafont, 1971.
- FOHLEN, Claude — *L'industrie textile au temps du Second Empire*, Paris, Plon, 1956.
- FONSECA, Armando Xavier da — *Condições de melhoria da agricultura das Beiras*, in «III Congresso Regional das Beiras (Congresso de Aveiro). Relatório, teses, votos», Vila Nova de Famalicão, 1928, pp. 86-95.
- FONSECA, Fernando Taveira da — *Crédito privado em Coimbra no ano de 1885 visto a partir dos actos notariais. Alguns aspectos*, Coimbra, 1978. Sep. do «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra», vol. III.
- FONTANA I LÁZARO, Josep — *Ascensão e decadência da Escola dos «Annales»*, in «História e Ideias», vol. I, nº 3/4, 1979, pp. 65-79.

- FONTVIEILLE, Louis — *Dépenses publiques et problématiques de la dévalorisation du capital*, in «Annales. E.S.C.», 33º ano, nº 2, 1978, pp. 240-254.
- FORSTER, Robert — *Achievements of the Annales School*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVIII, nº 1, 1978, pp. 58-76.
- FORTES, Mário — *O aproveitamento geral da Bacia do rio Mondêgo, pelo sistema confederativo sindical hidrográfico*, Lisboa, 1929. Sep.de «Técnica».
- FORTES, Mário — *A questão crealífera portuguesa (Novos aspectos e soluções)*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1923.
- FOURASTIÉ, Jean — *La productivité*, 10ª ed., Paris, PUF, 1980 (col. «Que sais-je?»).
- FRAGOSO, Viriato de Sá — *A freguesia da Pocariça do concelho de Cantanhede. Apontamentos para a sua história*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1939.
- FRANCO, António Luciano de Sousa — *Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-1980*, in «Análise Social», vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982, pp. 1105-1138.
- FRANCO, António Luciano de Sousa — *A população de Portugal — Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa*, in «Boletim do Banco Nacional Ultramarino», nºs 75/76, 1968.
- Franco, João e Franquismo*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, pp. 298-299.
- FRASER, Derek (ed.) — *A History of Modern Leeds*, Manchester, Manchester University Press, 1980.
- FREEDEMAN, Charles E. — *Joint-Stock Enterprise in France, 1807-1867. From Privileged Company to Modern Corporation*, Chapel Hill, The University of North of Caroline Press, 1979.
- FREITAS, Américo — *A indústria dos resinosos em Portugal*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 117, 1923, pp. 58-75.
- FREITAS, João de — *A crise monetária e a circulação fiduciária em Portugal*, Porto, Imp. Portuguesa, 1898.

- FREITAS, J.J. Rodrigues de — *Crise monetária e política de 1876. Causas e remédios*, Porto, Livraria Moré, 1876.
- FREMDLING, Rainer — *Railroads and German Economic Growth: A Leading Sector Analysis with a Comparison to the United States and Great Britain*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVII, nº 3, 1977, pp. 583-604.
- FREUDENBERGER, Herman e WOLFF, Klaus — *Transfer of Technology*, in «The Journal of Economic History», vol. XXXVII, nº 1, 1977, pp. 231-234.
- FRIEDMAN, Georges — *Sciences sociales et sociologie du travail*, in «Annales. E.S.C.», 16º ano, nº 3, pp. 477-496 e nº 5, pp. 908-921.
- FURTADO, Celso — *Développement-sous-développement. Le cadre conceptuel dans une perspective historique*, in «Culture, Science et développement. Contribution à une histoire de l'homme. Mélanges en honneur de Charles Morazé», Toulouse, Privat, 1979, pp. 477-491.
- FURTADO, Celso — *Teoria e política do desenvolvimento económico*, 2ª ed., rev. e ampl., Lisboa, D. Quixote, 1976.
- GALBRAITH, John Kenneth — *A crise económica de 1929. Anatomia de uma catástrofe financeira* (trad. do inglês), Lisboa, D. Quixote, 1974.
- GALVÃO, João Alexandre Lopes — *Indústrias hidro-eléctricas. Conferência realizada a 15 de Março de 1928 na Liga Naval*, Lisboa, Tip. da «Ilustração», 1928.
- GARCIA, A.A. Torres — *A indústria transportadora na zona de Coimbra (Viação acelerada e portos marítimos). Tese apresentada ao 2º Congresso Económico da Associação Comercial de Coimbra*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.
- GARCIA, A.A. Torres — *O problema municipal de Coimbra. Relatório apresentado à Exmª Comissão Administrativa pelo vereador [...]*, in «Diário de Coimbra», de 27 de Janeiro a 29 de Fevereiro de 1936.
- GARRETT, Francisco Proença de Almeida — *A indústria e os serviços municipalizados*, in «I Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações», vol. V, Lisboa, 1935, pp. 311-325.

- GASPAR, Jorge — *A área de influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1972.
- GASPAR, Jorge — *Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental*, in «Finisterra», vol. X, nº 19, 1975, pp. 107-152.
- GAVERNITZ, Schulze — *La grande industrie* (trad. do alemão), Paris, Guilamin, 1896.
- GEORGE, Pierre — *L'action humaine. Étude géographique*, Paris, PUF, 1968 (col. «SUP»).
- GEORGE, Pierre — *Géographie industrielle du Monde*, 8ª ed., Paris, PUF, (col. «Que sais-je?»).
- GEORGE, Pierre — *Précis de Géographie économique*, 5ª ed., Paris, 1970.
- GEORGE, Pierre — *Précis de Géographie urbaine*, 4ª ed., Paris, PUF, 1974.
- GERSCHENKRON, Alexander — *El atraso económico en su perspectiva histórica* (trad. do inglês), Barcelona, Ariel, 1968.
- GIEDION, Siegfried — *La mécanisation au pouvoir. Contribution à l'histoire anonyme*, t. I: *Les origines* (trad. do inglês), Paris, Denöel/Gonthier, 1980.
- GIERSCH, Herbert — *Uma perspectiva schumpeteriana sobre crescimento, ajustamento estrutural e emprego*, in «Economia», vol. IV, nº 1, 1980, pp. 93-110.
- GILLE, Bertrand — *Les archives d'entreprises*, Paris, Imp. Nationale, 1958.
- GILLE, Bertrand — *La banque et le crédit en France de 1815 à 1848*, Paris, PUF, 1959.
- GILLE, Bertrand (dir.) — *Histoire des techniques*, «Encyclopédie de la Pléiade», Paris, Gallimard, 1978.
- GILLET, Marcel — *Le bassin houiller du Nord et du Pas-de-Calais de 1815 à 1914. Étude économique et sociale*, Lille, 1972 (Tese apresentada à Universidade de Paris IV, em 1971).
- GIRÃO, Aristides de Amorim — *Esbôço duma carta regional de Portugal*, 2ª ed., Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

- GIRÃO, Aristides de Amorim e VELHO, Fernanda de Oliveira Lopes — *Estudos da população portuguesa*, I — *Evolução demográfica e ocupação do solo continental (1890-1940)*; II — *Actividade económica*, in «Biblos», vol. XX, 1944, pp. 1-22 e vol. XXII, 1946, pp. 383-395.
- GODECHOT, Jacques — *L'industrialisation en Europe à l'époque révolutionnaire*, in Pierre Léon et al. (dir.), «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», Paris, 1972, pp. 359-377.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Complexo histórico-geográfico*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. I, pp. 644-649.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Arcádia, 1977.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Les finalités culturelles du développement*, in «Revista de História Económica e Social», 8, 1981, pp. 1-10.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, A. Colin, 1955.
- GOMES, B. Barros — *Cartas elementares de Portugal para uso das escolas. Aprovadas para as escolas primarias pela Junta Consultiva de Instrucção Publica, e duas d'ellas duas vezes premiadas na exposição de Philadelphia de 1876*, Lisboa, Lallemand Frères Typ., 1878.
- GOMES, Jacinto Pedro — *Mineraes descobertos em Portugal*, in «Comunicações da Direcção dos Trabalhos Geologicos de Portugal», t. III, fasc. I, 1895-1896, pp. 199-209.
- GONÇALVES, A. Sebastião — *O capital das sociedades anónimas. Posição dos accionistas do ponto de vista económico*, Lisboa, ed. do A., s.d..
- GOUVEIA, Henrique Coutinho — *Palitos de pá e bico (Exposição itinerante)*, Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1981.
- GRAÇA, Celestino — *A cultura do cânhamo*, Lisboa, Sá da Costa, s.d..
- GUICHARD, François — *Atlas demográfico de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- GUIMARÃES, Feliciano — *Ferros de Coimbra*, Coimbra, s.ed., 1949.

- GUIMARÃES, Manuel da Silva — *História de uma Fábrica. A Real Fábrica de Fiação de Thomar*, Santarém, Junta Distrital, 1976.
- HABAKKUK, H.J. e POSTAN, M. (eds.) — *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. VI; *The Industrial Revolutions and after: Incomes, Population and Technological Change*, partes I e II, Cambridge, Cambridge University Press, 1965.
- HALPHEN, Louis — *Introdução à história* (trad. do francês), Coimbra, Almedina, 1961.
- HAMMARSTRÖM, Ingrid e HALL, Thomas (eds.) — *Growth and Transformation of the Modern City. The Stockholm Conference. September 1978. University of Stockholm*, Estocolmo, Swedish Council for Building Research, 1979.
- HANNAH, Leslie — *Electricity before Nationalisation. A Study of the Development of the Electricity Supply Industry in Britain to 1948*, Londres, MacMillan, 1979.
- HANNAH, Leslie e KAY, J.A. — *Concentration in Modern Industry. Theory, Measurement and U.K. Experience*, reimp., Londres, MacMillan, 1978.
- HARSIN, Paul — *De quand date le mot «industrie»?*, in «Annales d'Histoire Économique et Sociale», t. II, 1930, pp. 235-242.
- HARTWELL, R.M. — *The Industrial Revolution and Economic Growth*, Londres, Methuen, 1971.
- HARTWELL, R.M. (ed.) — *The Causes of the Industrial Revolution in England*, reimp., Londres, Methuen, 1980.
- HAWKE, G.R. — *Economics for Historians*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- HERCULANO, A. — *Opusculos*. T IV: *Questões publicas*, t. III, 3ª ed., Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1901; T. VII: *Questões publicas*, t. IV, 1ª ed., Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1898.
- HICKS, John — *Capital and Growth*, reed., Oxford, Clarendon, 1972.
- HICKS, John — *Une théorie de l'histoire économique* (trad. do inglês), Paris, Seuil, 1973.

- HIRSHMAN, Albert O. — *Estratégia do desenvolvimento económico* (trad. do inglês), Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- HUGHES, J.R.T. — *Le fait et la théorie en histoire économique*, in Ralph Andreano (dir.), «La nouvelle histoire économique. Exposés de méthodologie» (trad. do inglês), Paris, 1977, pp. 146-180.
- HUGHES, Jonathan — *Industrialization and Economic History. Theses and Conjectures*, Nova Iorque, McGraw-Hill, 1970.
- HUNTER, Louis C. — *A History of Industrial Power in the United States, 1780-1930*, vol. I: *Waterpower in the Century of the Steam Engine*, Charlottesville, Eleutherian Mills-Hagley Foundation by the University Press of Virginia, 1979.
- IMBERT, Gaston — *Des mouvements de long durée Kondratieff*, Aix-en-Provence, La Pensée Universitaire, 1959.
- Imprensa (A) da Universidade de Coimbra*, in «O Instituto», vol. XL, 1893, pp. 448-461.
- Indústria continental de cerveja. Memorial*, Lisboa, Of. Gráficas de Bertrand (Irmãos), 1953.
- Indústria do Papel em Portugal. Representações em sua defesa*, Lisboa, Tip. Universal, 1916.
- Indústria (A) portuguesa do papel. Visita à Fábrica da Lousã*, in «Indústria Portuguesa», 10º ano, nº 114, 1937, pp. 21-35.
- INGLEZ, António Lobo d'Aboim — *As indústrias extractivas em Portugal. Conferência realizada a 9 de Fevereiro de 1928 na Liga Naval*, Lisboa, Tip. da «Ilustração», 1928.
- JACOT, Jacques-Henri — *Croissance économique et fluctuations conjoncturelles. Une présentation critique*, Lyon, PUF, 1977.
- JEANNIN, Pierre — *La protoindustrialisation: développement ou impasse? (Note critique)*, in «Annales. E.S.C.», 35º ano, nº 1, 1980, pp. 52-65.
- JENKINS, D.T. — *The West Riding Wool Textile Industry, 1770-1835. A Study of Fixed Capital Formation*, Edigton-Wiltshire, Pasold Research Fund, 1975.

- JONES, E.L. — *Agriculture and the Industrial Revolution*, Oxford, Blackweel, 1974.
- KEEBLE, David — *Industrial Geography*, in «Progress in Human Geography», 1, 1977, pp. 304-312 e 3, 1979, pp. 425-433.
- KELLENBENZ, Hermann — *Les industries dans l'Europe moderne (1500-1750)*, in Pierre Léon *et al.*, (dir.), «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», Paris, 1972, pp. 75-114.
- KELLENBENZ, Hermann — *Industries rurales en Occident. De la fin du Moyen Âge au XVIIIe siècle*, in «Annales. E.S.C.», 18º ano, nº 5, 1963, pp. 833-882.
- KEMP, Tom — *The French Economy, 1913-39. The History of a Decline*, Londres, Longman, 1972.
- KEMP, Tom — *Historical Patterns of Industrialization*, Londres, Longman, 1978.
- KEMWOOD, A.G. e LOUGHEED, A.L. — *Technological Diffusion and Industrialisation before 1914*, Londres, Croom Helm, 1982.
- KEYNES, John Maynard — *The Collected Writtings*, vol. II: *The Economic Consequences of the Peace*, Londres, MacMillan/St. Martin's Press, 1971.
- KEYNES, John Maynard — *Economia*. Org. por Tomás Szmrecsánye e coord. por Florestan Fernandes, S. Paulo, Ática, 1978.
- KINDLEBERGER, Charles P. — *Desenvolvimento económico* (trad. do inglês), Lisboa, Clássica Editora, 1960.
- KLINGENDER, Francis D. — *Arte y revolución industrial* (trad. do inglês), ed. rev. por Arthur Elton, Madrid, Cátedra, 1983.
- KOULISCHER, Joseph — *La grande industrie aux XVIIe et XVIIIe siècles: France, Allemagne, Russie*, In «Annales d'Histoire Économique et Sociale», t. III, 1931, pp. 11-46.
- KRIEDTE, Peter *et al.* — *Industrialization before Industrialization. Rural Industry in the Genesis of Capitalism* (trad. do inglês), Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

- KRIER, Henri — *L'adaptation au travail industriel de la main-d'oeuvre d'origine agricole*, Lisboa, Centro de Estudos de Estatística Económica, 1962. Sep. de «Colectânea de Estudos», 13.
- KULCZYKOWSKI, Mariusz — *En Pologne au XVIIIe siècle: Industrie paysanne et formation du marché national*, in «Annales. E.S.C.», 24^o ano, n^o 1, 1969, pp. 61-69.
- KUZNETS, Simon — *Croissance et structure économiques* (trad. do inglês), Paris, Calmann-Lévy, 1972.
- LABASSE, Jean — *Les capitaux et la région. Étude géographique. Essai sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise*, Paris, Férte-Bernard, 1955.
- LABASSE, Jean — *L'organisation de l'espace. Éléments de géographie volontaire*, Paris, Hermann, 1966.
- LACOSTE, Yves — *A geografia serve antes de mais para fazer a guerra* (trad. do francês), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- LALOUX, Jacques — *Le rôle des banques locales et régionales du Nord de la France dans le développement industriel et commercial*, Paris, Marcel Giard, 1924.
- LANDES, David S. — *L'Europe technicienne. Révolution technique et libre essor industriel en Europe Occidentale de 1750 à nos jours* (trad. do inglês), Gallimard, 1975.
- LANDES, David S. — *Technological Change and Development in Western Europe, 1750-1914*, in H.J. Habakkuk e M. Postan (eds.), «The Cambridge Economic History of Europe», vol. VI, parte I, Cambridge, 1965, pp. 274-601.
- LANE, Peter — *The Industrial Revolution. The Birth of the Modern Age*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1978.
- LAZZAROTTI, Raymont — *L'industrie et les complexes industriels dans la vallée de l'Oise*, Paris (?), Imp. Louis-Jean, GAP, 1968.
- LEBRUN, Pierre et al. — *Capitaux privés et capitaux publics dans l'industrialisation de la Belgique au XXe siècle. Premiers résultats des recherches*, in «Le rôle des capitaux publics dans le financement de

- l'industrie en Europe Occidentale au XIXe e XXe siècle. Colloque des 29 et 30 novembre, et 1er décembre 1979», Bruxelles, Bruylant, 1981.
- LEBRUN, Pierre *et al.* — *Histoire quantitative et développement de la Belgique*, II, 1: *Essai sur la révolution industrielle en Belgique, 1770-1847*, Bruxelles, Palais des Académies, 1979.
- LEBRUN, Pierre *et al.* — *L'industrialisation en Belgique au XIXe siècle. Première approche et premiers résultats*, in Pierre Léon *et al.* (dir.), «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», Paris, 1972, pp. 141-186.
- LEFEBVRE, Georges — *La naissance de l'historiographie moderne*, Paris, Flammarion, 1971.
- LE GOFF, Jacques *et al.* (dir.) — *La nouvelle histoire*, Paris, Retz — CEPL, 1978.
- LEIPOLD, J. — *À Exm^a Direcção do Banco de Portugal. Algumas notas sobre a minha visita ás fabricas de papel*, [Lisboa], Estamparia do Banco de Portugal, 1892.
- LEITÃO, António Cândido d'Almeida — *Do crédito e da circulação fiduciária*, Coimbra, J. Diogo Pires, 1899.
- LEITÃO, Octávio da Silva e FROES, José Rino de Avelar — *Os produtos resinosos*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 135-154.
- LEITE (LUMBRALES), João Pinto da Costa — *Organização bancária portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1926.
- LEJAY, André — *L'utilisation domestique de l'électricité*, Paris, A. Pedrone, 1933.
- LÉON, Pierre — *La naissance de la grande industrie en Dauphiné (fin du XVIIe siècle-1869)*, t. I, Paris, Imp. Louis-Jean-GAP, 1954.
- LÉON, Pierre (dir.) — *Aires et structures du commerce français au XVIIIe siècle. Colloque National de l'Association Française des Historiens Économistes. Paris, 4-6 octobre 1973*, Paris, CNRS, 1976.
- LÉON, Pierre (dir.) — *Histoire économique et sociale du monde*, t. 4; *La domination du capitalisme, 1840-1914*, Paris, PUF, 1978.

- LÉON, Pierre *et al.* (dir.) — *L'industrialisation en Europe au XIXe siècle. Cartographie et typologie. Lyon 7-10 octobre 1970*, Paris, CNRS, 1972.
- LEPIERRE, Charles — *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna*, 2ª ed. (anotada), in «Boletim do Trabalho Industrial», n° 78, 1912 (1ª ed., em livro, Lisboa, Imp. Nacional, 1899).
- LEROI-GOURHAN, André — *Évolution et technique*, vol. I: *L'homme et la matière*, 2ª ed., Paris, Albin Michel, 1971.
- Les Annales, 1928-1979*, in «Annales. E.S.C.», 34º ano, n° 6, 1979, pp. 1 344-1 376.
- LESCURE, Jean — *Des crises générales et périodiques de surproduction*, 2ª ed., Paris, Société du Recueil J.-B. Sirey, 1910.
- LESOURD, Jean-Alain e GÉRARD, Claude — *História económica. Séculos XIX e XX* (trad. do francês), vol. I, Lisboa, Clássica Editora, s.d..
- LEVASSEUR, E. — *Histoire des classes ouvrières et de l'industrie en France avant 1789*, 2 vols, reimp., Genebra, Slatkine, 1981.
- LÉVY-LEBOYER, Maurice — *Les banques européennes et l'industrialisation internationale dans la première moitié du XIXe siècle*, Paris, PUF, 1964.
- LÉVY-LEBOYER, Maurice — *La croissance économique en France au XIXe siècle. Résultats préliminaires*, in «Annales. E.S.C.», 23º ano, n° 4, 1968, pp. 788-807.
- LÉVY-LEBOYER, Maurice — *La «New Economic History»*, in «Annales. E.S.C.», 24º ano, n° 5, 1969, pp. 1 035-1 069.
- LÉVY-LEBOYER, Maurice — *Le rôle historique de la monnaie de banque*, in «Annales. E.S.C.», 23º ano, n° 1, 1968, pp. 1-8.
- LÉVY-LEBOYER, Maurice (dir.) — *Le patronat de la seconde industrialisation*, Paris, Les Éditions Ouvriers («Cahier du Mouvement Social», n° 4), 1979.
- LEWIS, W. Arthur — *The Theory of Economic Growth*, 12ª reimp., Londres, George Allen & Unwin, 1978.

- LIMA, Américo Pires de — *Subsídios para a história das minas de carvão do Cabo Mondego*, «Trabalho do Instituto de Botânica Dr. Gonçalo Sampaio», 2ª série, Porto, 1956.
- LIMA, Durval Pires de — *Bibliografia corográfica de Portugal*, 2 ts. e 5 ts. de Suplementos, Lisboa, Biblioteca Popular de Lisboa, 1962-1978.
- LOPES, A. Simões — *Desenvolvimento regional*, vol. I: *Problemática, teorias, modelos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- LOPES, A. Simões — *As funções económicas dos pequenos centros*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Economia e Finanças, 1971.
- LOPES, Manuel Pereira — *Tecnologia e economia industrial. Subsídios para a organização da indústria de panificação*, in «Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais», ano V, 1953, nº 256, pp. 741-749, nº 257, pp. 757-765, nº 258, pp. 775-782, nº 259, pp. 789-793 e nº 260, pp. 808-813.
- LÖSCH, August — *Teoria económica espacial* (trad. do alemão), Buenos Aires, «El Ateneo» Editorial, 1957.
- LOUREIRO, Adolpho — *Estudos sobre o districto de Coimbra. Extractos do relatório apresentado em 28 de Fevereiro de 1878 ao actual Governador Civil do districto de Coimbra, para acompanhar os productos industriais e agricolas do districto, destinados á ultima Exposição Universal de Paris*, in «Portugal Pittoresco», vol. 1º, 1879, nº 3, pp. 34-38, nº 4, pp. 51-57, nº 5, pp. 66-72, nº 7, pp. 100-105, nº 9, pp. 132-137, nº 10, pp. 154-157 e nº 11, pp. 167-172.
- LOUREIRO, Adolpho — *Memoria sobre o Mondego e a barra da Figueira*, Lisboa, Imp. Nacional, 1874.
- LOUREIRO, Adolpho — *Os portos maritimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, Lisboa, Imp. Nacional, 1904.
- LOUREIRO, Fernando Pinto — *A indústria da moagem ao serviço da Nação. Esboço histórico-económico*, Lisboa, ob. publ. com o patrocínio da FNIM, 1961.

- LOUREIRO, Fernando Pinto — *Jornais e revistas do districto de Coimbra*, ed. act. e ampl. por A. Carneiro da Silva, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1947.
- LOUREIRO, José Pinto — *Livreiros e livrarias de Coimbra do século XVI ao século XX*, Coimbra, 1954. Sep. do «Arquivo Coimbrão», vol. XII.
- LOUREIRO, José Pinto — *O monopólio do sabão e as saboarias em Coimbra*, Coimbra, 1956. Sep. do «Arquivo Coimbrão», vol. XIV.
- LOUREIRO, José Pinto — *Toponímia de Coimbra*, 2 ts., Coimbra, Câmara Municipal, 1960-1964.
- MACEDO, Jorge Borges de — *Um centenário inesperado?* in «Diário de Notícias», n.º 40463, de 2 de Outubro de 1979.
- MACEDO, Jorge Borges de — *Indústria*, in «Verbo — Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura», vol. 10.º, Lisboa, Verbo, s.d., cols. 1343-1359.
- MACEDO, Jorge Borges de — *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963, (2.ª ed., Lisboa, Querco, 1982).
- MACEDO, Jorge Borges de — *A problemática tecnológica no processo de continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo*, Lisboa, 1979. Sep. de «Economia», vol. III, n.º 3.
- MACEDO, Jorge Borges de — *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Porto, Portugália, 1951 (2.ª ed., Lisboa, Moraes, 1982).
- MACHADO, Bernardino — *Depois do 21 de Maio*, vol. I, 2.ª ed., Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.
- MACHADO, Joaquim de Sousa — *Indústria das massas alimentícias*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 1.7, Lisboa, 1957.
- MACHADO, Joaquim de Sousa — *Indústria da moagem*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 1.2, Lisboa, 1957.

- MACHADO, Manuel Ayres Falcão — *Fábrica de cerâmica Estrela de Alva. Meio século ao serviço da economia nacional (1904-1954)*, Coimbra, Tip. Comercial, 1954.
- MAIZELS, Alfred — *Industrial Growth and World Trade. An Empirical Study of Trends in Production, Consumption and Trade in Manufactures from 1899-1959 with a Discussion of Probable Future Trends*, reimp. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
- MALHEIRO, Silveira — *As indústrias metalomecânicas em Portugal*, in «Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais», 1950, nº 77, pp. 533-538, nº 78, pp. 561-566, nº 79, pp. 583-588, nº 80, pp. 613-617 e nº 81, pp. 631-633.
- MALUQUER DE MOTES, Jordi — *Un componente fundamental de la revolución liberal: la despatrimonialización del agua*, in Miriam Halpern Pereira *et al.* (coord.), «O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1981», 2º vol., Lisboa, 1982, pp. 115-150.
- MANTOUX, Paul — *La révolution industrielle au XVIIIe siècle. Essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre* (trad. do inglês), Paris, Génin, 1973.
- MARCZEWSKI, J. — *The Take-off Hypothesis and French Experience*, in W.W. Rostow (ed.), «The Economics of Take-Off into Sustained Growth. Proceedings of a Conference held by the International Economic Association», reimp., Londres, 1964, pp. 119-138.
- MARCZEWSKI, J. — *Y-a-t-il un «take-off» en France?*, in «Cahiers de l'Institut Supérieur d'Économie Appliquée», sup. nº 111, série AD, nº 1, mars 1961, pp. 69-94.
- Marinha mercante em Portugal em 1852*, in «O Panorama», vol. XII (IV da 3ª série), 1855, p. 88.
- MARKOVITCH, Tihomir J. — *Histoire des industries françaises, I: Les industries lainières de Colbert à la Révolution*, Genebra, Droz, 1976.
- MARKOVITCH, Tihomir J. — *La révolution industrielle: le cas de la France*, in «Revue d'Histoire Économique et Sociale», nº 1, 1974, pp. 115-125.

- MARQUES, Alfredo — *Crescimento-desenvolvimento. Exposição e crítica dos conceitos*, Coimbra, 1981 (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, «Comunicações», 2, policopiado).
- MARQUES, A.H. de Oliveira — *História de Portugal*, vol. II: *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas, 1973.
- MARQUES, A.H. de Oliveira — *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, 1968.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) — *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais 1978.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares — *A crise de 1929 — Perspectiva de meio século*, in «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa», Classe de Letras, t. XXI, 1980, pp. 111-133.
- MARTINS, Alfredo Fernandes — *O esforço do homem na bacia do Mondego. Ensaio geográfico*, Coimbra, s.ed., 1940.
- MARTINS, Oliveira — *A circulação fiduciária*, 4ª ed., Lisboa, Guimarães & Cª, 1955.
- MARTINS, Oliveira — *Estudos de Economia e Finanças*, Lisboa, Guimarães & Cª, 1956.
- MARTINS, Oliveira — *Portugal contemporâneo*, vol. II, 8ª ed., Lisboa, Guimarães & Cª, 1977.
- MARTINS, R. — *Da luz do sol à luz eléctrica*, in «Ilustração Portuguesa», vol. II, 1906, pp. 709-712.
- MARVAUD, Angel — *Le Portugal et ses colonies. Étude politique et économique*, Paris, Félix Alcan, 1912.
- MARX, Karl — *Le capital. Critique de l'Économie politique* (trad. do alemão), livro I, ts. I-III e livro II, t. I, Paris, Éditions Sociales, 1973-1975.
- MATHIAS, Peter — *British Industrialization: Unique or not?*, in Pierre Léon et al. (dir.), «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», Paris, 1972, pp. 497-512.

- MATHIAS, Peter — *A primeira nação industrial. Uma história económica da Inglaterra, 1700-1914* (trad. do inglês), Lisboa, Assírio & Alvim, s.d..
- MATOS, Armando de — *O fogo de vistas*, in «Vida e arte do povo português», Lisboa, Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, 1940, pp. 201-216.
- MAUNIER, René — *La distribution géographique des industries*, in «Revue Internationale de Sociologie», 16º ano, nº 8, 1908, pp. 481-514.
- MCCLELLAND, Peter D. — *Causal Explanation and Model Building in History, Economics, and the New Economic History*, Ítaca, Cornell University Press, 1975.
- MCCORMICK, Brian J. — *Industrial Relations in the Coal Industry*, Londres, MacMillan, 1979.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (introd. e coord.) — *Estudos sobre geografia industrial portuguesa*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa/INIC, 1981, policopiado.
- MELLO, Adelino António das Neves e — *Apontamentos para a historia da ceramica em Coimbra*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1886.
- MELLO, José Maria de Campos — *Lans e lanifícios*, Coimbra, França Amado, 1907.
- MENDES, H. Gabriel — *As explorações pombalinas da mina do Cabo Mondego numa planta da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*, in «Boletim de Minas», vol. 7, nº 4, 1970, pp. 283-297.
- MENDES, José Maria Amado — *Cerâmica em Coimbra nos finais do século XIX e inícios do século XX (Achegas para o seu estudo)*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1982, pp. 23-43.
- MENDES, José Maria Amado — *Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX*, in «O Instituto», vol. CXXXIX, 1979, pp. 35-55.
- MENDES, José Maria Amado — *O fabrico do papel no lugar do Espinto (Miranda do Corvo)*, in «Mirante», ano V, nº 58, de Janeiro de 1983, pp. 1 e 5.

- MENDES, José Maria Amado — *Memória sobre a província do Minho pelo 2º Visconde de Balsemão. Introdução, transcrição e notas*, Coimbra, 1980. Sep. da «Revista Portuguesa de História», t. XVIII.
- MENDES, José Maria Amado — *Para a história da indústria em Santa Clara*, in «Munda», nº 2, 1981, pp. 61-67.
- MENDES, José Maria Amado — *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*, in «Análise Social», vol. XVI, nºs 61-62, 1980, pp. 31-52.
- MENDES, José Maria Amado — *Subsídios para a arqueologia industrial de Coimbra. Com nota introdutória sobre o Programa «Coimbra Antiga» por Matilde de Sousa Franco*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.
- MENDES, José Maria Amado — *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, INIC, 1981.
- MENDONÇA, Adolpho de — *Ligeiras observações àcerca da arte e das indústrias gráficas em Portugal*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 315-327.
- MILWARD, Alan S. e SAUL, S.B. — *The Development of the Economies of Continental Europe, 1850-1914*, Cambridge — Massachusetts, Harvard University Press, 1977.
- MINAMI, Ryoshin — *Mechanical Power in the Industrialization of Japan*, in «Journal of Economic History», vol. XXXVII, nº 4, 1977, pp. 935-958.
- MITCHELL, Brian R. — *European Historical Statistics, 1750-1970*, reed. resumida, Londres, MacMillan, 1978.
- MOITA, Luiz — *A Escola Profissional de Tipografia de Bruxelas e o ensino técnico dos gráficos em Portugal*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1938.
- MÓNICA, Maria Filomena — *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária portuguesa (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MÓNICA, Maria Filomena — *Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande*, in «Análise Social», vol. XVII, nº 67-68-69, 1981, pp. 505-571.

- MONTEIRO, Adriano Augusto da Silva — *Plano de inquérito geral económico*, 2ª parte: *Plano de inquérito geral industrial*, in «Boletim do Trabalho Industrial», nº 132, 1929, pp. 1-366.
- MONTEIRO, Manuel — *A loiça de Miranda do Corvo*, in «Portugália», t. II, fascs. 1 a 4, 1905-1908, pp. 431-438.
- MONTEIRO, Rodrigues — *Os palitos*, in «Portugália», t. I, fascs. 1 a 4, 1899-1903, pp. 625-628.
- MORI, Giorgio (ed.) — *L'industrializzazione in Italia (1861-1900)*, Bolonha, Il Mulino, 1977.
- MORINEAU, Michel — *Allergico Cantabile*, in «Annales. E.S.C.», 36º ano, nº 4, 1981, pp. 623-649.
- MORSE, Deane e WARNER, Aaron W. (eds.) — *Technological Innovation and Society*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1966.
- MORSEL, Henri — *Histoire et histoire des entreprises*, in «Revue d'Histoire Économique et Sociale», t. 53, nº 1, 1975, pp. 121-127.
- MORSEL, M. Henri — *Les industries électrotechniques dans les Alpes françaises du Nord de 1860 à 1921*, in Pierre Léon et al. (dir.), «L'industrialisation en Europe au XIXe siècle», Paris, 1972, pp. 557-592.
- MOURA, Bento Pereira de — *Apontamentos para a historia das saboarias em Portugal*, in «Revista Universal Lisbonense», t. II, Anno de 1842-1843, pp. 282-283.
- MOURA, Francisco Pereira de — *Lições de Economia*, 4ª ed., Coimbra, Almedina, 1978.
- MOURA, Francisco Pereira de — *Localização das indústrias e desenvolvimento económico*, Lisboa, Império, 1960.
- MOURA, Francisco Pereira de et al. — *Estrutura da economia portuguesa*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», nº 14, 1954, pp. 7-244.
- MOURA, Francisco Pereira de — *Estudos sobre a indústria portuguesa. II Congresso da Indústria Portuguesa (1957)*, Lisboa, s.ed.n.d..

- MULLIGAN JR., William H. — *Mechanization and Work in the American Shoe Industry: Lynn, Massachusetts, 1852-1883*, in «The Journal of Economic History», vol. XLI, nº 1, 1981, pp. 59-64.
- MURTA, Joaquim Neto — *Indústria de descasque de arroz (Subsídio para a sua reorganização)*, in «Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais», vol. 14, 1962, nº 707, pp. 415-423, nº 708, pp. 435-439, nº 709, pp. 447-454, nº 710, pp. 463-471, nº 711, pp. 483-490, nº 712, pp. 499-504 e nº 713, pp. 515-518.
- MURTEIRA, Mário — *Indústrias motrizes e desenvolvimento industrial*, in «O Tempo e o Modo», nº 19, Setembro, pp. 63-74.
- NADAL, Jordi — *El fracaso de la revolución industrial en España, 1814-1913*, Barcelona, Ariel, 1975.
- Necessidade d'uma caixa filial do Banco de Portugal para empréstimo de capitais em Coimbra*, in «Literatura Ilustrada», 1º ano, nº 10, 1860, pp. 74-75.
- NECK, Anne van — *Histoire quantitative et développement de la Belgique*, II, 2: *Les débuts de la machine à vapeur dans l'industrie belge, 1800-1950*, Bruxelas, Palais des Académies, 1979.
- NÉRÉ, Jacques — *La crise de 1929*, Paris, A. Colin, 1973.
- NEVES, J.P. Castanheira das — *Estudos sobre cimentos nacionais. Relatório apresentado á direcção da 3ª Circumscrição hydraulica em 21 de Abril de 1890*, in «Revista de Obras Públicas e Minas», t. XXII, nºs 259 a 261, 1891, pp. 181-239.
- NIVEAU, Maurice — *Histoire des faits économiques contemporains*, 4ª ed., Paris, PUF, 1976.
- Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*, vol. I, Lisboa, Imp. Nacional, 1908.
- NOUSCHI, André — *Initiation aux sciences historiques*, Paris, Nathan, 1967.
- NUNES, Mário — *Latoaria. Achegas para o estudo de uma arte em extinção*, in «Munda», nº 6, 1983, pp. 11-27.

- NUNES, Virgílio Fernandes Lopes — *Subsídios para a história da arte regional dos lanifícios e zona do Avelar e sua indústria*, Coimbra, 1966, (Diss. de Lic. apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, policopiada).
- O'BRIEN, Patrick — *In Praise of New Economic History*, in «Economia», vol. VI, nº 1, 1982, pp. 1-27.
- O., E. — *A indústria resinera no nosso País. Uma visita à grande fábrica de Pombal*, in « Indústria Portuguesa», 1º ano, nº 8, 1928, pp. 21-27.
- OLIVEIRA, António de — *A vida económica e social de Coimbra. de 1537 a 1640*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1971.
- OLIVEIRA, Camilo Cimourdain e FERREIRA, José Eugénio Duarte — *Localização das indústrias*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», nº 19, 1957, pp. 222-270.
- OLIVEIRA, Carlos J. — *Pela indústria nacional. O fabrico da porcelana e a empresa Electro Cerâmica*, Lisboa, s.ed., 1932.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de et al. — *Tecnologia tradicional portuguesa. O linho*, Lisboa, INIC, 1978.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando — *Tecnologia tradicional. Pisões portuguesas*, Lisboa, INIC, 1977.
- OLIVEIRA, Luiz da Cunha de — *Imprensa clandestina em Coimbra (Apostamento histórico)*, Lisboa, Gráfica Boa Nova, 1958.
- OLIVEIRA, Sebastião José de — *Indústria de cerveja*, in « II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 1.8, Lisboa, s.d..
- ORTIGÃO, Ramalho — *As Farpas. O país e a sociedade portuguesa (Edição integral)*, t. VI: *A sociedade*; t X, Lisboa, Clássica Editora, s.d. e 1971.
- PAELINCK, J. — *Possibilisme et pôles de croissance. Phénomènes de prestige et de propagation dans le cadre de l'industrialisation néerlandaise*, in «Economie Appliquée», t. XII, nºs 1-2, 1959, pp. 167-204.

- PAIS, José Machado *et al.* — *Elementos para a história do fascismo nos campos. A «Campanha do Trigo»: 1928-1938*, in «Análise Social», vol. XII, nº 46, 1976, pp. 400-474 e vol. XIV, nº 54, 1978, pp. 321-389.
- PAIXÃO, Braga (narração histórica e coord. de docs.) — *Cem anos do Banco Nacional Ultramarino na vida portuguesa. 1864-1964*, vol. III, Lisboa, Banco Nacional Ultramarino, 1964.
- PARKER, William N. — *Industry*, in Peter Burke (ed.), «The New Cambridge Modern History», vol. XIII, Companion vol., Cambridge, Cambridge University Press, 1979, cap. III, pp. 43-79.
- PARREIRA, Henrique — *A indústria das conservas de sardinha*, in «I Congresso da União Nacional. Discursos, teses e comunicações», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 261-278.
- PARRINI, Carl P. e SKLAR, Martin J. — *New Thinking about the Market, 1896-1904: Some American Economists on Investment and the Theory of Surplus Capital*, in «The Journal of Economic History», vol. XLIII, nº 3, 1983, pp. 559-578.
- PATO, Roxa — *Impõe-se revitalizar em Coimbra a arte tradicional do ferro forjado*, in «Diário Popular», nº 12 687, de 16 de Novembro de 1978, supl. «Letras e Artes», pp. VII e XIV.
- PEIXOTO, Jorge — *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré, chefe das oficinas da Imprensa da Universidade de Coimbra*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1980.
- PEIXOTO, Jorge — *A Imprensa da Universidade de Coimbra e a acção de Joaquim de Carvalho*, in «Arquivo de História e Bibliografia», 1923-1926, vol. I (publ. em 1976), pp. XXXVI-LX.
- PERDIGÃO, José Henriques de Azeredo — *A indústria em Portugal (Notas para um inquérito)*, in «Arquivos da Universidade de Lisboa», vol. III, 1916, pp. 1-192.
- PEREIRA, Álvaro Ramos — *Sobre o processo histórico do crédito e da banca*, in «O Instituto», vol. CXXXIX, 1979, pp. 99-171.
- PEREIRA, Álvaro Ramos — *O sistema de crédito e a estrutura bancária em Portugal*, t. I, Lisboa, Gabinete de Investigações Económicas, 1969.

- PEREIRA, Benjamim Enes — *Bibliografia analítica de etnografia portuguesa*, Lisboa, IAC/Centro de Estudos de Tecnologia Peninsular, 1965.
- PEREIRA, Esteves — *Subsídios para a história da indústria portuguesa. Com um ensaio económico-social sobre as corporações e mesteres por Carlos da Fonseca*, Lisboa, Guimarães & C^ª, 1979.
- PEREIRA, José de Campos — *Portugal industrial. Características, números e comentários*, Lisboa, Livraria Profissional, 1919.
- PEREIRA, Hélio Paulino — *Monografia das indústrias de fundição do ferro e do aço em Portugal*, Lisboa, Livraria Popular (Dep^o), 1960.
- PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre Câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971 (2^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1983).
- PEREIRA, R. Gonçalves — *Indústria mineira. A intervenção do Estado*, in «O Economista Portuguez», 2^a série, 10^o ano, n^o 44, 1918, pp. 571-572.
- PERES, Damião (dir. lit.) — *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucaleense Editora, 1935.
- PERROUX, François — *A economia do século XX* (trad. do francês), Lisboa, Moraes, 1967 (col. «Temas e Problemas»).
- PESSANHA, D. Sebastião — *Fogo de artifício*, in Fernando C. Pires de Lima (dir.), «A arte popular em Portugal», vol. 3, Lisboa, Verbo, s.d., pp. 293-305.
- PESSANHA, D. Sebastião — *Teares e tecedeiras*, in «Vida e arte do povo português», Lisboa, 1940, pp. 21-35.
- PIMENTA, Belisário — *Oleiros de Miranda do Corvo*, Coimbra, 1933. Sep. de «Arqueologia», vol. II, n^o 1.
- PIMENTA, Belisário — *Uma tipografia ignorada (Em Miranda do Corvo: de 1845 a 1867)*, Coimbra, 1955. Sep. do «Arquivo de Bibliografia Portuguesa», ano I, n^o 3.
- PINA, Mariano — *Os planos financeiros do sr. Mariano de Carvalho*, Lisboa, Tip. da Companhia Nacional Editora, 1893.

- PINHEIRO, Dinis Bordalo — *Alguns pontos de vista sobre artes gráficas*, in «I Congresso da União Nacional», vol. VI, Lisboa, 1935, pp. 329-347.
- PIRES, Ana M. Cristina *et al.* — *Estudo do sistema de lugares centrais da Região Centro*, in «Desenvolvimento Regional. Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro», n.º 11, 2.º semestre de 1980, pp. 47-77.
- PLUM, Werner — *Aspectos socioculturais da industrialização. Utopias inglesas. Modelos de cooperação social e tecnológica. Cadernos do Instituto da Fundação Friederich-Ebert* (trad. do alemão), Bona, Friederich Ebert-Stiftung, 1979.
- POINSARD, Léon — *Le Portugal inconu, I: L'industrie, le commerce et la vie publique*, Paris, Bureaux de la Science Sociale, 1910.
- POISSON, Jean-Paul — *De quelques nouvelles utilisations des sources notariales en histoire économique (XIIe-XX siècle)*, in «Revue Historique», n.º 505, 1973, pp. 5-22.
- POLLARD, Sidney — *Fixed Capital in the Industrial Revolution in Britain*, in F. Crouzet (ed.), «Capital Formation in the Industrial Revolution», Londres, 1972, pp. 145-161.
- POLLARD, Sidney — *Peaceful Conquest. The Industrialization of Europe, 1760-1970*, reimp., Londres, Oxford University Press, 1982.
- PONSARD, Claude — *Économie et espace. Essai d'intégration du facteur spatial dans l'analyse économique*, Dijon, Université de Dijon-Faculté de Droit, 1955.
- POPPER, Karl R. — *Misère de l'historicisme* (trad. do inglês), Paris, Plon, 1956.
- PROENÇA, José d'Azambuja — *A indústria de tecidos de lã em Portugal. Algumas considerações sobre o seu atraso e estacionamento*, Belém, Typ. Belenense, 1884.
- PROST, Marie-Andrée — *La hiérarchie des villes en fonction de leur activités de commerce et de services*, Lyon, Gauthier-Villares, 1965.
- QUEIRÓS, Eça — *Obras de Eça de Queiroz. Da colaboração no «Distrito de Évora» — II (1867)*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d..

- QUEIROZ, José — *Cerâmica portuguesa*, Lisboa, Tip. do Anuário Comercial, 1907.
- RAMOS, Mário F.M. — *Linhos*, in «III Congresso Regional das Beiras (Congresso de Aveiro)». Livro org. por Francisco Ferreira Neves, Vila Nova de Famalicão, 1928, pp. 177-179.
- RASTEIRO, Joaquim — *Éléments pour une mémoire sur la culture du riz en Portugal*, Lisboa, Tip. Universal, 1912.
- REAL, J.A. Corte — *As duas exposições de Coimbra (1869 e 1884)*, in «Revista Ilustrada da Exposição Districtal de Coimbra em 1884», nº 1, Janeiro 1884, pp. 9-12.
- REES, Goronwy — *La grande crise de 1929. Le capitalisme remis en question* (trad. do inglês), Paris, Albin Michel, 1972.
- REES, John et al. (eds.) — *Industrial Location and Regional Systems. Spatial Organization in the Economic Sector*, Nova Iorque, J.F. Bergin, 1981.
- Região (A) Centro em mapas e números*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1979.
- REIS, Jaime — *A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero (1899-1914)*, in «Análise Social», vol. XV, nº 60, 1979, pp. 745-793.
- RIBEIRO, Carlos — *Minas de Portugal*, in «O Panorama», vol. XIV (I da 4ª série), 1857, pp. 105-107.
- RIBEIRO, E. de Queiroz — *O algodão. Da colheita à industrialização*, 1ª ed., Porto, Imp. Portuguesa, 1946.
- RIBEIRO, Emmanuel — *O doce nunca amargou... Doçaria portuguesa. História. Decoração. Receituário*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1928.
- RIBEIRO, José Vitorino — *A Imprensa Nacional de Lisboa. Apontamentos e subsídios para a sua história, 1768-1912*, Lisboa, Imp. Nacional, 1912.
- RIBEIRO, Orlando — *Cultura do milho, economia agrária e povoamento*, in «Biblos», vol. XVII, t. II, 1941, pp. 645-663.

- RIBEIRO, Orlando — *Geografia e civilização*, Lisboa, IAC/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1961.
- RIBEIRO, Orlando — *Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Imp. Nacional — Casa da Moeda, 1977.
- RIBEIRO, Orlando — *Le Portugal Central (Livret-guide de l'excursion C)*, Lisboa, reimp. subsidiada pelo INIC, 1982.
- RIBEIRO, Victor — *Sousa Viterbo e a sua obra. Notas bio-bibliográficas*, Lisboa, Typ. Castro Irmão, 1913.
- RIoux, J.-P. — *A revolução industrial* (trad. do francês), 3ª ed., Lisboa, D. Quixote, 1978.
- ROBIN, Jacques — *Do crescimento económico ao desenvolvimento humano* (trad. do francês), Lisboa, Sociocultura, 1977.
- ROCHA, António dos Santos — *Materiais para a história da Figueira nos séculos XVII e XVIII*, 2ª ed., Figueira da Foz, Câmara Municipal, 1954.
- ROCHA, Graça Maria Tavares da — *Crédito privado e alguns aspectos sociais de Coimbra. Ano de 1876*, Coimbra, s.d.. (Trabalho apresentado ao curso especializado em Movimentos Económicos e Sociais III, na Faculdade de Letras de Coimbra).
- RODRIGUES, Adriano — *O problema nacional do ferro. Tese apresentada ao 2º Congresso Provincial de Traz-os-Montes e Alto Douro*, Porto, Tip. Empresa Guedes, 1941.
- RODRIGUES JÚNIOR, Manuel — *A indústria mineira em Portugal. Estudo económico-jurídico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1921.
- ROLDÁN, Santiago e GARCÍA DELGADO, José (col. de Juan Muñoz) — *La formación de la sociedad capitalista en España, 1914-1920*, 3 ts., Madrid, Confederación Española de Cajas de Ahorro, 1973.
- ROQUE, João Lourenço — *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, 1 vol. 2 ts., Coimbra, 1982 (Diss. de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, policopiada).
- ROSENBERG, Nathan — *Perspectives on Technology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

- ROSIER, Bernard — *Structures agricoles et développement économique*, Paris, Mouton, 1968.
- ROSTOW, W.W. — *Etapas do desenvolvimento económico (Um manifesto não-comunista)* (trad. do inglês), 5ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- ROSTOW, W.W. — *Industrialization and Economic Growth*, In «Première Conférence Internationale d'Histoire Économique», Paris, 1960, pp. 17-34.
- ROSTOW, W.W. (ed.) — *The Economics of Take-Off into Sustained Growth. Proceedings of a Conference held by the International Economic Association*, reimp., Londres, MacMillan, 1964.
- SÁ, Mário Vieira de — *Sal comum*, vol. I: *Sal do mar e sal da mina*; vol. II: *A técnica das marinhas*, Lisboa, Sá da Costa, 1946-1951.
- SALAMONE, Nino — *Causas sociais da revolução industrial* (trad. do italiano), Lisboa, Presença, 1980.
- SALAZAR, Oliveira — *Alguns aspectos da crise de subsistências*, in «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», ano IV, n.ºs 31 a 40, 1917-1918, pp. 272-345.
- SALVADO, Artur — *Contribuição para o estudo da indústria oleícola de Coimbra no século XVIII*, in «Boletim da Junta Nacional do Azeite», n.º 78, 1969, pp. 65-90.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás — *España hace un siglo: una economía dual*, 2ª ed., Madrid, Alianza, 1977.
- SÁNCHEZ RAMOS, Francisco — *La economía siderúrgica española*, t. I: *Estudio crítico de la historia industrial de España hasta 1900*, Madrid, Instituto de Economía «Sancho de Moncada», 1945.
- SANDÃO, Artur de — *Faiança portuguesa. Séculos XVIII-XIX*, Porto, Livraria Civilização, 1976.
- SANTOS, João Lopes Guimarães dos — *Disponibilidades em matérias-primas minerais na Metrópole*, in «Revista do Centro de Estudos Económicos», n.º 13, 1953, pp. 7-163.
- SANTOS-JÚNIOR — *Oleiros e olarias*, in «Vida e arte do povo português», Lisboa, 1940, pp. 217-229.

- SANTOS, Manuel Joaquim Moreira dos — *O complexo industrial do Cabo Mondego. Sua origem e evolução através dos tempos*, «Cadernos Municipais», nº 10, Figueira da Foz, Câmara Municipal, 1982 (Anteriormente publ. no «Boletim Informativo da Cimpor», Ano I (1981) nº 5 e ss.).
- SARAIVA, Virgílio — *Indústria de malhas*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 2.2, s.d..
- SAUL, S.B. — *The Mith of the Great Depression, 1873-1896*, reimp., Londres, MacMillan, 1981 («Studies in Economic and Social History»).
- SCHUMACHER, E.F. — *Small is Beautiful (Um estudo de economia em que as pessoas também contam)* (trad. do inglês), Lisboa, D. Quixote, 1980.
- SCHUMPETER, Joseph — *Théorie de l'évolution économique. Recherches sur le profit, le crédit, l'intérêt et le cycle de la conjoncture* (trad. do alemão), Paris, Dalloz, 1935.
- SCHWARTZMANN, Kathleen — *Lucros, investimentos e coligações políticas na I República*, in «Análise Social», vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982, pp. 741-758.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos — *A Abelheira e o fabrico do papel em Portugal (História de uma propriedade e de uma fábrica)*, Lisboa, Guilherme Graham Júnior, 1935.
- SÉRGIO, António — *Obras completas. Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1976.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX*, Lisboa, 1973. Sep. de «Portugaliae Historica», vol. I, 1973.
- SERRÃO, Joel — *A indústria — A palavra e a ideia*, in «Temas oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado», vol. I, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980, pp. 96-99.
- SERRÃO, Joel — *Janeirinha*, in «Dicionário de História de Portugal», vol. II, Lisboa, 1965, p. 575.

- SERRÃO, Joel — *Rotina e inovação na utilização técnica (1800-1850)*, in «Temas oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado», vol. I, 2ª ed., Lisboa, 1980, pp. 47-99.
- SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971.
- SERRÃO, Joel e MARTINS, Gabriela — *Da indústria portuguesa. Do antigo regime ao Capitalismo. Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978 (Cujo prefácio foi também publicado sob o título *Das razões históricas dos fracassos industriais portugueses*, in «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa», Classe de Letras, t. XX, 1979, pp. 7-50).
- SERRÃO, Maria Isabel dos Santos Magalhães Costa — *Crédito privado em 1892. Alguns aspectos económico-sociais da região de Coimbra através da actividade notarial*, Coimbra, 1978 (Trabalho elaborado no âmbito do Curso especializado em Movimentos Económicos e Sociais III, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- SIDERI, Sandro — *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas* (trad. do inglês), Lisboa, Cosmos, 1978.
- SILVA, Armando Carneiro da — *Evolução populacional coimbrã*, in «Arquivo Coimbrão», vol. XXIII, 1968, pp. 103-305.
- SILVA, Augusto d'Oliveira e — *O valor da moeda. Estudo estatístico de Economia Política*, Porto, Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1934.
- SILVA, L.A. Rebello da — *Compendio de economia industrial e commercial para uso das escolas populares creadas pela lei de 27 de Junho de 1866*, 2ª ed., Lisboa, Imp. Nacional, 1890.
- SILVA, Luísa Vieira da e GARCIA, João Carlos — *O inquérito industrial de 1881. Nota sobre um centenário*, in «Finisterra», vol. XVI, nº 32, 1981, pp. 318-328.
- SILVA, Manuela — *Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)*, in «Análise Social», vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982, pp. 1 078-1 085.
- SILVA, P. Nolasco da — *Indústria do gás*, in «II Congresso da Indústria Portuguesa. Relatórios de sectores industriais», Relatório 7.7, Lisboa, 1957.

- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da — *As fabricas de papel. Informa-
ções da Inspeção Geral dos Pesos e Medidas do Reino. A
fabrica de linhos de Torres Novas*, Lisboa, Typ. Franco-Portuguesa,
1863.
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da — *As fabricas de Portugal*, vol.
I: *Indagações relativas aos tecidos de lã. Resultados da inquirição
feita por ordem do Conselho Geral das Alfandegas*, Lisboa, Imp.
Nacional, 1864.
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da — *O linho em Portugal. Primei-
ras informações para um inquérito*, I, Lisboa, Imp. Nacional, 1872.
- SIMÕES, José de Oliveira — *Escorço dalguns aspectos da indústria fabril
portuguesa. Respostas ao questionario do Ministro das Obras Publi-
cas, Comércio e Indústria, em 1907*, in «Boletim do Trabalho Indus-
trial», nº 83, 1913.
- SIMÕES, José de Oliveira — *A evolução da indústria portuguesa. Bosquejo
histórico*, in «Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de
Janeiro em 1908. Secção Portuguesa», vol. I, Lisboa, 1908, pp: 359-
-375.
- SIMÕES, Nuno — *Sôbre a indústria nacional de curtumes*, Lisboa, 1945.
Sep. de «Indústria Portuguesa».
- SINGER, Charles *et al.* (eds.) — *A History of Technology*, vol. IV: *The
Industrial Revolution (c 1750 to c 1850)*; Vol. V: *The Late Nineteenth
Century (c 1850 to c 1900)*, reimp., Oxford, Clarendon, 1967-1970.
- SMELSER, Neil J. — *The Modernization of Social Relations*, in Myron
Weiner (ed.), «Modernization: The Dynamics of Growth», Forum Edi-
tor — Voice of America, 1966, pp. 119-130.
- SMITH, Adam — *Recherches sur la nature de la richesse des nations* (trad.
do inglês), t. I, Neuchâtel, Fauche-Borel, 1792.
- SMITH, David M. — *Industrial Location. An Economic Geographical Anal-
ysis*, 2ª ed., Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1981.
- SOLLA, Luiz de Castro — *Primeiros tempos da mina do Cabo Mondego*, in
«Boletim de Minas», vol. 7, nº 1, 1970, pp. 5-47.

- SOMBART, Werner — *Il capitalismo* (trad. do alemão), Turim, UTET, 1967.
- SOMBART, Werner — *La industria* (trad. do alemão), Barcelona, Labor, 1931.
- SOUSA, Albano — *Aspectos da vida industrial portuguesa. Artigos técnicos publicados no «Diário de Notícias»*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1930.
- SOUSA, Albano — *A indústria de conservas. Sua organização em «cartel»*, in «Indústria Portuguesa», 4.º ano, nº 37, 1931, pp. 48-58.
- SOUSA, Marnoco e — *Municipalização da tracção eléctrica em Coimbra*, in «Revista da Universidade de Coimbra», vol. I, 1912, pp. 90-101.
- SPOONER, Derek — *Mining and Regional Development*, Londres, Oxford University Press, 1981.
- STALEY, Eugene e MORSE, Richard — *Industrialização e desenvolvimento. A pequena indústria moderna para países em desenvolvimento* (trad. do inglês), São Paulo, Atlas, 1971.
- TAVARES, Paulino Mota — *Iguarias e manjares do século XVII*, in «História», nº 21, 1980, pp. 36-42.
- TAWNEY, R.H. — *La religión en el orto del capitalismo (Religion and the Rise of Capitalism). Un estudio historico* (trad. do inglês), Madrid, Revista de Derecho Privado, 1936.
- TEJERO GARCIA, José M.º — *Instituciones bancarias y de ahorro: características operativas y tipos de interés*, Madrid, Confederación Española de Cajas de Ahorros, 1978.
- TELO, António José — *Decadência e queda da 1.ª República Portuguesa*, vol. I, Lisboa, A Regra do Jogo/História, 1980.
- THEMUDO, José Carlos Freire — *A resinagem química. Solução de importantes problemas nacionais. Breves apontamentos sobre a nova técnica de resinagem*, Coimbra, 1954. Sep. do «Boletim da Federação dos Grémios da Beira Litoral», nºs 7, 8 e 9.
- THOMÁS, Pedro Fernandes — *Fiação popular no concelho da Figueira*, in «Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha», t. I, nº 4, 1907, pp. 136-140.

- THOMPSON, Allan — *The Dynamics of the Industrial Revolution*, Londres, Edward Arnold, 1975.
- THOMPSON, E.P. — *The Making of the English Working Class*, reimp., Harmondsworth, Pelican Books, 1980.
- TORRES ELIAS, Jaume — *Organización de la industria precapitalista. La industria textil lanera*, in «Ler História», nº 2, 1983, pp. 83-97.
- TORTELLA CASARES, Gabriel — *Los orígenes del capitalismo en España. Banca, industria y ferrocarriles en el siglo XIX*, reimp., Madrid, Tecnos, 1975.
- TOYNBEE, Arnold — *Les villes dans l'histoire. Cités en mouvement* (trad. do inglês), Paris, Payot, 1972.
- TREBILCOCK, Clive — *The Industrialization of the Continental Powers, 1780-1914*, Londres, Longman, 1981.
- ULRICH, Ruy Ennes — *Crises económicas portuguesas*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1902.
- USHER, Abbot Payson — *História das invenções mecânicas* (trad. do inglês), vol. II, Lisboa, Cosmos, 1973.
- VALENTE, Vasco — *O vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950.
- VALENTE, Vasco Pulido — *Estudos sobre a crise nacional*, Lisboa, Imp. Nacional — Casa da Moeda, 1980.
- VALENTE, Vasco Pulido — *O poder e o povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote, 1976.
- VALENTE, Vasco Pulido — *Portugal e a guerra de 1914-18*, in «O Tempo e o Modo», nº 33, 1965, pp. 1202-1215 e nº 34/35, 1966, pp. 104-120.
- VALÉRIO, Nuno e MATA, Eugénia — *O Banco de Portugal, único banco emissor, 1891-1931*, in «Revista de História Económica e Social», 10, 1982, pp. 49-69.
- VAQUINHAS, Irene Maria — *O crédito hipotecário em Coimbra no ano de 1866. Tentativa de integração no desenvolvimento capitalista do século XIX*, Coimbra, 1980. Sep. do «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra», vol. IV.

- VÁSQUEZ DE PRADA, Valentim — *Histórica económica mundial*, vol. II: *Da revolução industrial à actualidade* (trad. do castelhano), Porto, Civilização, 1973.
- VEYNE, Paul — *Comment on écrit l'histoire* suivi de *Foucault révolutionne l'histoire*, Paris, Seuil, 1971.
- VIAL, Jean — *L'avènement de la civilisation industrielle de 1815 à nos jours*, Paris, PUF, 1973 (col. «SUP»).
- VICENS VIVES, J. (dir.) — *Historia social y económica de España y América*, vol. V, 2ª reed. (de bolso), Barcelona, Ed. Vicens Vives, 1977.
- VIEIRA, António Pedro Lopes — *Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural*, in «Revista de História Económica e Social», 1, 1978, pp. 105-128.
- VILAR, Pierre — *Croissance économique et analyse historique*, in «Première Conférence Internationale d'Histoire Économique», Paris, Mouton, 1960, pp. 35-82.
- VILAR, Pierre — *La noción de empresa y de empresario, desde los tiempos modernos a los contemporáneos*, in Afonso Otazu (ed.), «Dinero y crédito (siglos XVI al XIX). Actas del Primer Coloquio Internacional de Historia Económica (Madrid-Villalba-Segovia, 21, 22 y 23 de Marzo de 1977)», Madrid, 1978, pp. 241-248.
- VITERBO, Sousa — *Artes industriais e industrias portuguesas. Industrias têxteis e congêneres*, in «O Instituto», vol. 51º, 1904, pp. 283-289, 375-382, 442-448, 504-510, 568-574, 637-640 e 686-691; *O papel*, in «O Instituto», vol. 50º, 1903, pp. 555-563 e 631-633.
- VOLTES BOU, Pedro — *Historia de la empresa española. La revolución empresarial dentro de la economía española*, Barcelona, Hispano Europea, 1979.
- VOVELLE, Michel — *L'histoire et la longue durée*, in Jacques Le Goff et al. (dir.), «La nouvelle histoire», Paris, 1978, pp. 316-343.
- WAISMAN, Carlos H. — *Modelos teóricos da industrialización tardía*, in «Papers: Revista de Sociología», nº 11 («Cambio Social en la Europa Mediterránea»), 1979, pp. 269-299.

- WEBER, Max — *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (trad. do alemão), Lisboa, Presença, 1983.
- WEBER, Max — *Historia económica general* (trad. do alemão), Pánuco-México, Fondo de Cultura Económica, 1942.
- WEINER, Myron (ed.) — *Modernization: The Dynamics of Growth*, Washington, D.C., Forum Editor — Voice of America, 1966.
- WILSON, Francis H. — *Coal. Its Origin, Method of Working, and Preparation for Market*, Londres, Sir Isaac Pitman & Sons, s.d. (1912?).
- WRIGLEY, Edward A. — *Le processus de modernisation et la révolution industrielle en Angleterre*, in «Annales. E.S.C.», 28º ano, nº 2, 1973, pp. 519-540.
- ZBYSZEWSKI, Georges e FARIA, Jorge Barreto de — *Ocorrência de lignito no pliocénico da região de Pombal*, in «Boletim de Minas», vol. 7, nº 4, 1970, pp. 299-303.
- ZEYS, Louise — *Les petites industries rurales et leur évolution*, Paris, Bloud et Gay, s.d..

ÍNDICES

IV

IV

IV

IV

IV

1. ÍNDICE ANTROPONÍMICO (★)

A

- A., P., 101
ABEL, Frutuso, 241
ABREU, Adelino de, 4
ACKERMAN, Eugène, 108
ADDY, John, 139
AKERMAN, Johan, 29, 32
ALARCÃO, Jorge de, 4
ALARCÃO, J., 311, 312
ALBUQUERQUE, António Maria Seabra de, 260
ALBUQUERQUE, J. da Costa Brandão e, 103
ALBUQUERQUE, José Toscano de Figueiredo e, 176
ALBUQUERQUE, Manuel Maria Toscano de Figueiredo, 16, 175, 221, 331
ALCOFORADO, M. da Maia, 128
ALDCROFT, Derek H., 308
ALLIBERTI, Giovanni, 196
ALLIX, Edgard, 40
ALMEIDA, Aires Augusto Quaresma de, 149, 153-154
ALMEIDA, Fortunato de, 184, 189
ALMEIDA, Francisco, 83, 84
ALMEIDA, José Marques de, 77
ALMEIDA, Lourenço Chaves de, 249, 255
ALMEIDA, Luís Ferrand de, XII
ALMEIDA, Manuel Lopes de, 239
ALMEIDA, Pedro António de, 77, 211, 256, 320
ALMEIDA, Pinto de, 15
ALMEIDA, Simão Maria de, 43, 82, 88, 141, 186, 259, 302, 328, 347, 348, 349, 350, 377
ALMQUIST, Eric L., 288
ALVES, Ferro, 198
AMADO, António Peres Correia, 232, 237
AMADO, José Correia, 321-322
AMARAL, António Augusto do, 57, 59
AMARAL, Francisco Antunes do, 57, 59

(★) Excluíram-se os Apêndices dos índices analíticos, já que os seus elementos constam do corpo do trabalho.

- AMARAL, Germano Antunes do, 77-78, 175, 332
 AMZALAK, Moses Bensabat, 129, 151
 ANACLETO, Regina, 92, 123, 250
 ANDERSON, B.L., 144
 ANDERSON, C. Arnold, 179
 ANDRADE, Agostinho Rodrigues d', 5, 96, 97, 148, 195, 196, 234
 ANDRADE, Anselmo de, 5, 130, 199, 223, 360, 373
 ANDRADE, Carlos Freire de, 108
 ANDRADE, José Maria d', 119
 ANDREANO, Ralph, 21, 31, 32
 ANTUNES, Francisco Sebastião Marques, 252
 ANTUNES, José, 261
 ANTUNES, Maria Júlia, 138, 181
 APÓSTOLO, João dos Santos, 202, 221, 322
 ARANHA, P.W. de Brito, 186
 ARAÚJO, Manuel, 82
 AREOSA, José Duarte, 230
 ARKRIGHT, 152
 ARNAUT, Salvador Dias, XII
 ARON, Raymond, 1
 ASHTON, T.S., 13, 20, 336
 ASSUNÇÃO, Raimundo Lopes da, 235
 ASSUNÇÃO, Tomás Lino d', 68, 96, 98, 100
 ATACK, Jeremy, 295
 ATAZU, Afonso, 318
 AYMARD, Maurice, 105
 AZEVEDO, Maurice, 105
 AZEVEDO, 166
 AZEVEDO, A. Lúcio de, 115
 AZEVEDO, Aníbal Lúcio de, 108
 AZEVEDO, António José de Sousa, 158
 AZEVEDO, Joaquim Maria de, 83
- B**
- BACHELARD, Gaston, 11
 BAIN, G.S., 2
 BAIROCH, Paul, 27, 104, 288, 298, 300, 304, 305, 306
 BALMANA, Henrique Elias, 147
 BANDEIRA, Adelino, XIII
 BANDEIRA, José Ramos, 261
 BAPTISTA, A., 196
 BAPTISTA, João Maria, 172
 BAPTISTA, José Artur, 195
 BAPTISTA, Manuel Dias, 45, 96
 BAPTISTA, Neves, 84
 BARATA, António Simões, 175, 331
 BARATA, J.P. Martins, 383
 BARATA, José Martins, 139, 145
 BARBIER, Frédéric, 263
 BARBOSA, António Augusto de Andrade, 347
 BARBOSA, António Manuel Pinto, 212
 BARBOSA, José Maria Martins, 191
 BAROSA, Joaquim, 245
 BARROS, Manuel de Freitas, 47
 BARTOLOMEU, Angelo Parodi Fu, 211
 BASTO, Hermínia, 66
 BASTO, João Teodoro Ferreira Pinto, 178
 BASTOS, Carlos, 149, 157, 162

BEBIANO, João, 149
BÉDARIDA, François, 8
BELLET, Daniel, 76
BENEVOLO, Leonardo, 85
BÉRAUD, Eugène, 264
BEREND, I.T., 341
BERGERON, Louis, 216, 318, 321,
323, 332, 333, 382
BERKHOFER JR., Robert E., 11
BERMUDES, Adães, 255
BERNARDES, Joaquim de Oliveira
da Silva, 246
BEZANSON, Anna, 20
BISPO, António de Matos, 220
BLANQUI, Jérôme Adolphe, 21
BLOCH, Marc, 30, 274
BOLAIS, João, 226
BONANÇA, João, 82, 138
BORGES, António José Alves, 251,
254
BORGES, Nelson Correia, 194
BOSSON, Rex, 107, 108
BOURGIN, Hubert, 134
BOUVIER, Jean, 114, 230, 318, 321,
336, 337, 342, 343, 350, 351,
352, 353, 372, 374, 384
BOWMAN, Mary Jean, 179
BRAGA, Joaquim Maria Duarte, 87,
347
BRANDÃO, Alberto António, 77
BRANDÃO, João Rodrigues Pinto,
83, 96, 97, 99, 209, 213, 219, 251
BRANDÃO, José Maria Ginja, 70
BRAUDEL, Fernand, 2, 12, 16, 21,
23, 28, 39, 40
BRIAVOINNE, Natalis, 21
BRIOSO, Manuel da Costa, 182

BRUWIER, Marinette, 21
BUCHANAN, R.A., 1, 24
BUQUET, Léon, 26
BURKE, Peter, 32, 311
BYATT, I.C.R., 273

C

CABIDO, Aníbal Gomes Ferreira,
176, 219
CABRAL, Conde de, 158
CABRAL, Estêvão, 184
CABRAL, Francisco, 300
CABRAL, Manuel Villaverde, 3, 55,
156, 169, 297, 355
CAÇÃO, Olinda Cardoso, 304
CAETANO, Lucília de Jesus, 137,
292
CAETANO, Marcelo, 46, 198, 239,
299
CALDAS, Eugénio de Castro, 7, 10,
11, 72, 74, 294, 300
CALISTO, Diamantino da Mata, 65,
67, 77, 87, 91, 202, 221, 252,
259, 276, 347
CALISTO, Gualdino da Rocha,
175, 331
CAMACHO, Brito, 361
CÂMARA, João Pedro da, 134
CÂMARA, João de Sousa da, 380,
381
CAMERON, Rondo, 33, 321, 336,
352, 353, 374, 377, 381
CAMPOS, Alfredo da Costa
Almeida, 329, 347, 349
CAMPOS, Artur de Freitas, 204
CAMPOS, Ezequiel de, 108, 115,
278

- CAMPOS, João Correia Aires de, 44
- CANASTRA, Francisco de Oliveira, 50
- CANHÃO, Manuel, 257
- CAPELA, João Fernandes, 115
- CARDOSO, Carlos Augusto das Neves, 247
- CARDOSO, Ciro F.S., 11, 32, 33
- CARDOSO, Joaquim Ferreira, 117
- CARDOSO, Joaquim Maria Correia, 163
- CARDOSO, José Domingos Ferreira, 117, 119
- CARDOSO, José Luís, 215
- CARDOSO, José Maria, 129, 130, 225, 242, 280
- CARDOSO, Luís, 69-70
- CARLOS, Eduardo, 74, 75
- CARNEIRO, José dos Santos, 149, 199
- CARON, F., 374
- CARQUEJA, Bento, 116, 131, 155, 157, 169, 253, 304, 306
- CARRIÈRE, Charles, 352, 354
- CARUS-WILSON, E.M., 23
- CARVALHO, Evaristo Maria das Neves Ferreira de, 158
- CARVALHO, J.M. de A. Saraiva de, 185
- CARVALHO, J. da Silva, 184
- CARVALHO, Joaquim Martins de, 92, 257
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de, 44, 123, 171, 249
- CARVALHO, José Branquinho de, 83
- CARVALHO, Manuel Gaspar, 213
- CARVALHO, Teresa Emília Lopes de, 144
- CASCÃO, Rui, 60, 120, 127, 128, 226
- CASTELO-BRANCO, Fernando, 4, 200
- CASTRO, Alberto de, 221
- CASTRO, Aníbal de, 196
- CASTRO, Armando de, 3, 138, 142, 208, 267, 297, 303, 312
- CASTRO, Augusto Mendes Simões de, 268
- CASTRO, Fernão Forjaz Pacheco de, 248
- CASTRO, José de, 46
- CASTRO, Luís de, 71, 75, 129, 130, 137, 150
- CASTRO, Raúl de, 221
- CASTRO, Rodrigo de, 135
- CASTRONOVO, Valerio, 227
- CAVAILLÉS, Henri, 277
- CAYEZ, Pierre, 7-8, 268, 272, 289, 333
- CHABOT, Georges, 8
- CHADWICK, R., 107
- CHAPMAN, S.D., 155
- CHATELAIN, Abel, 85, 87, 92
- CHAUNU, Pierre, 12, 28, 31
- CHAVES, João Ubach, 150
- CHAVES, Luís, 66-67
- CHAZEL, François, 20
- CID, Augusto de Matos, 83, 149, 221
- CID, José, 208, 264, 265
- CIPOLLA, Carlo M., 2, 21-22, 183
- CLARK, Colin, 17-18, 139

CLARK, George Norman, 21
 CLAVAL, Paul, 170, 283, 287, 288,
 293-294
 CLOW, A., 57
 CLOW, N.L., 57
 COCHRAN, Thomas C., 29
 COELHO, Adriano Vieira, 221, 339
 COELHO, Maria Helena da Cruz,
 45
 COELHO, P.M. Laranjo, 4
 COHEN, Jon S., 40
 COIMBRA, Alípio Barbosa de Oli-
 veira, 177
 COIMBRA, António Alves de
 Andrade, 254
 COIMBRA, Augusto de Oliveira,
 73, 221, 279
 COIMBRA, José Alves, 254, 321
 COLAÇO, Gonçalo Telo de Maga-
 lhães, 215
 COLAÇO, Magalhães, 100
 CONCEIÇÃO, António Maria da,
 249, 255
 CONDE DE FARROBO, 119
 CONSTANTINO, Bartolomeu, 82
 CONSTANTINO, João, 210, 221,
 335
 CORDEIRO, J.A. da Silva, 303
 CORREIA, Alfredo, 84
 CORREIA, Joaquim Ferraz Nunes,
 94, 165, 167, 175, 178-179, 221,
 252, 276, 334
 CORREIA, José d'Almeida, 271
 CORREIA, José de Araújo, 284
 CORREIA, Virgílio, 121, 127, 137,
 171, 249
 CORTE-REAL, J.A., 15
 CORTEZ, Pedro Lopes, 149
 CORVO, João de Andrade, 208
 COSTA, Américo, 163
 COSTA, António Almeida, 176
 COSTA, Avelino Poole da, 187
 COSTA, B.C. Cincinato da, 71, 72,
 75, 129, 130, 137, 150
 COSTA, Elísio da, 84
 COSTA, Fernando da, 196
 COSTA, J.A. Ferreira da, 198, 312
 COSTA, José Lourenço da, 57, 59,
 87, 89, 123, 142, 144, 148, 199,
 206, 303, 338, 373
 COTTRELL, P.L., 328, 330, 336,
 338
 COUDEL, José Maria, 206
 COUMET, Ernest, 31
 CRAVEIRO, António, 249
 CROMPTON, 152
 CROUZET, François, 23, 40, 144,
 145, 151, 313, 322, 329, 332,
 333, 336, 353
 CROUZET, Maurice, 313
 CRUZ, Alberto de Serpa, 67, 74, 83,
 84, 87, 88, 94, 110, 111, 164,
 165, 167, 189, 205, 207, 229,
 259, 275
 CRUZ, António Francisco da, 42,
 43, 74, 87, 164
 CRUZ, Cândida Hermínia Mendes
 da, 119
 CRUZ, João Perpétuo da, 115, 197,
 360, 362
 CRUZ, José Ferreira da, 69
 CRUZ, José Francisco da, 199, 200
 CRUZ, Maria Alfreda, 290
 CRUZ, R. Dias da, 125

CÚCIO, João Simões, 221
CUNHA, Arnaldo José, 126
CUNHA, Augusto Teixeira da, 340
CUNHA, Manuel Correia da, 237
CUSTÓDIO, Jorge, 158

D

DAUMAS, Maurice, 39, 184, 251,
262, 284, 290, 319
DAUMARD, Adeline, 315
DAVERIO, G., 206
DAVID, António Joaquim Simões,
149
DEANE, Phyllis, 22
DESCAMPS, Paul, 143, 144, 146,
147, 148, 181, 241, 243, 244,
245, 249, 296
DEVINE JR., Warren D., 273
DEYON, P., 288
DHONT, Jan, 21
DIAS, António da Costa, 77
DIAS, Ascânio Passos de Sousa,
155
DIAS, Jaime Lopes, 47, 138
DIAS, João Rosendo, 237
DIAS, Jorge, 194
DIAS, Luís de Carvalho, 303
DIAS, Manuel Inácio, 188
DIAS, Pedro, 123, 124
DIAS JÚNIOR, Manuel Barata, 149
DINIS, José Manuel, 149
DOMENECH ROS, Ramon, 190
DORES, António José das, 215
DÓRIA, Maria Vitorino Planas, 148
DÓRIA, Vitorino Planas, 147, 148,
168

DÓRIA BORRELL, Buenaventura,
147, 148
DUARTE, Acácio de Calazans, 245
DUARTE, Elísio da Costa, 83, 85,
87, 89, 94, 104, 109, 224, 252,
280, 347, 351
DUHARCOURT, Pierre, 336
DURAND, Pedro, 242
DURAND, Robert, 45
DYOS, H.J., 8

E

EASTERLIN, Richard A., 26
ELMANO — Vide: FERREIRA,
Anselmo dos Santos, 150
ELSÄSSER, Hermann, 165-66
ELTON, Arthur, 22
ENCARNAÇÃO, Jaime Correia da,
49, 50, 54, 65, 67, 69, 70, 77, 78,
83, 84, 94, 95, 167, 175, 202,
216, 221, 230, 231, 252, 259,
275, 320, 329, 334, 338, 347, 382
ENDREI, Walter, 23
ERNOUT, A., 16
ERVIDEIRA, António Fernandes,
82
EUGÉNIO, Custódio, 83

F

FARIA, António Machado de, 4
FARIA, Carlos Vieira de, 170
FARIA, Jorge Barreto de, 111
FARINHA, Carlos, 150
FARINHA, Ramiro, 262
FARNIE, D.A., 155
FEARON, Peter, 308, 313

FEBVRE, Lucien, 30, 31, 131, 184
 FEIJÓ, Rui, 288
 FEL, André, 290
 FENOALTEA, Stefano, 264, 278
 FERNANDES, Adriano, 94
 FERNANDES, Albino, 43
 FERNANDES, Florestan, 371
 FERNANDES, Olímpio Nicolau
 Rui, 262
 FERREIRA, Abílio M., 197, 198
 FERREIRA, Albino Amado, 94
 FERREIRA, Anselmo dos Santos
 (Elmanso), 150
 FERREIRA, António Mendes, 238
 FERREIRA, J.A. Pinto, 302
 FERREIRA, Joaquim, 96
 FERREIRA, José Albino, 100, 175,
 331
 FERREIRA, José António Lopes,
 87
 FERREIRA, José Dias, 158
 FERREIRA, José Duarte, 130
 FERREIRA, José Eugénio Duarte,
 283
 FERREIRA, José Ribeiro, XIII
 FERREIRA, Manuel Duarte, 250
 FERREIRA, Vasco José Taborda,
 222
 FIGUEIREDO, Afonso de, 111
 FIGUEIREDO, António Mesquita
 de, 4
 FIGUEIREDO, Augusto Máximo
 de, 45, 65, 66, 73, 84, 91, 94,
 166, 202, 203, 204, 206, 229,
 230, 236, 237, 252, 259, 347,
 365, 373
 FIGUEIREDO, Filipe E. de
 Almeida, 150
 FIGUEIREDO, Mário de, 341
 FINO, Gaspar Cândido da Graça
 Corrêa, 48, 53, 107
 FISCHER, André, 281
 FLAMANT, Maurice, 313
 FLORIDO, Francisco Simões, 100
 FOHLEN, Cláude, 21, 23, 145, 206,
 227, 321, 322, 324, 342, 348, 374
 FOLHAS, Luís, 180
 FONSECA, António Carvalho, 56,
 59
 FONSECA, António Tavares, 166
 FONSECA, Armando Xavier da,
 199
 FONSECA, Carlos da, 3
 FONSECA, Fernando Taveira da,
 XIII, 344
 FONSECA, Manuel Pessoa Fer-
 reira, 221, 228, 252
 FONTANA I LÁZARO, Josep, 31
 FONTVIEILLE, Louis, 305
 FORSTER, Robert, 31
 FORTES, Mário, 198, 209
 FOURASTIÉ, Jean, 53
 FOZ, Conde da, 158
 FRAGOSO, Viriato de Sá, 233, 235
 FRANCO, António Luciano de
 Sousa, 103, 314
 FRANCO, João, 355
 FRANTZ, Maximilian, 113, 241
 FRASER, Derek, 147
 FREEDEMAN, Charles E., 299, 319,
 322, 323
 FREITAS, Agostinho Ribeiro de,
 320
 FREITAS, Américo, 245, 246
 FREITAS, Domingos António de,
 254

FREITAS, J.J. Rodrigues de, 302
FREITAS, João de, 303
FREITAS, José Ribeiro de, 320
FRENDLING, Rainer, 133
FREUDEMBERGER, Herman, 278
FRIAS, António da Cunha, 347
FRIAS, Eduardo da Cunha, 221,
247
FRIEDMANN, Georges, 295
FRÓIS, José Rino de Avelar, 245,
248
FURET, F., 230
FURTADO, Celso, 28, 29

G

GADISSEUR, J., 18
GAGLIARDINÍ, G. Augusto, 140
GALBRAITH, John Kenneth, 308
GALHANO, Fernando, 137, 138,
141, 194
GALINHA, António Bernardes, 254
GALINHA, Joaquim Ferreira, 254
GALINHA, José Bernardes, 200,
251, 254
GALINHA, Manuel Bernardes, 254
GALVÃO, Alexandre Pessoa Dias,
233
GALVÃO, João Alexandre Lopes,
278
GAMA, António, 283
GAMA, António dos Santos, 59
GARCIA, A.A. Torres, 315
GARCIA, Fernando António, 94
GARCIA, João Carlos, 37
GARCIA, Prudêncio Quintino, 261
GARCÍA DELGADO, José Luis,
308, 313

GARRETT, Francisco de Proença
de Almeida, 271
GARRIER, Gilbert, 25
GASPAR, Jorge, 9, 104
GAVERNITZ, Schulze, 20
GOMES, João, 255
GEORGE, Pierre, 281, 284, 285,
289, 294
GÉRARD, Claude, 12, 297
GERSCHENKRON, Alexander, 21,
140, 324
GIEDION, Siegfried, 62
GIERSCH, Herbert, 26
GIL ALONSO, María Jesús, 7
GILLE, Bertrand, 152, 159, 290,
295, 349, 350, 353
GILLET, Marcel, 115, 116, 230
GIRÃO, Aristides de Amorim, 5, 6,
103, 104
GODECHOT, Jacques, 23
GODINHO, Adelino Simões Fer-
reira, 65
GODINHO, Vitorino Magalhães,
23, 29, 31, 301, 305
GOMES, A. Barros, 6
GOMES, Jacinto Pedro, 109
GOMES, Luís da Costa, 163
GONÇALVES, A. Nogueira, 121,
255
GONÇALVES, A. Sebastião, 299
GONÇALVES, António Augusto,
123, 171, 249
GONÇALVES, Cristiano, 52
GONÇALVES, José Júlio, 43
GONÇALVES, Júlio, 66, 94, 129,
175, 202, 221, 238, 239, 242, 243
GOUBERT, Pierre, 4

GOUVEIA, Henrique Coutinho, 96,
98, 100
GRAÇA, Celestino, 44
GUEDES, António Pessoa, 377
GUEDES, Armando Marques, 42,
55, 61, 363
GUICHARD, François, 103
GUIMARÃES, Feliciano, 249, 255
GUIMARÃES, José Lopes, 45
GUIMARÃES, Manuel da Silva, 160

H

HABAKKUK, H.J., 23, 40
HALL, Thomas, 296
HALPHEN, Louis, 13
HAMILTON, Earl J., 305
HAMILTON, S.B., 87, 89
HAMMARSTRÖM, Ingrid, 296
HANNAH, Leslie, 169, 276
HARGREAVES, 152
HARSIN, Paul, 18
HARTWELL, R.M., 21, 22, 26, 40,
120, 324
HAWKE, G.R., 29, 206, 371
HEATON, Herbert, 151
HENGELLERY, François, 190
HERCULANO, Alexandre, 18-19,
117
HERMAEZ, 231
HERSEY, Thomas Nesham
Kirkham Carlos, 270
HIBBART, Henrique, 200
HICKS, John, 26, 39
HIRSCHMAN, Albert O., 264
HISLOP, Hardy, 270
HUGHES, J.R.T., 32

HUGHES, Jonathan, 22, 24
HUNTER, Louis C., 287

I

IMBERT, Gaston, 297, 301, 305,
311
INGLÊS, António Lobo d'Aboim,
108
ISABEL (D.), rainha santa, 274
JACINTO, António, 76
JACOT, Jacques-Henri, 25, 26
JAMESON, Ireen, 173, 176
JEANNIN, Pierre, 288
JENKINS, D.T., 147
JESUS, Manuel Pedro de, 249, 255
JOÃO, Álvaro Estanislau, 55
JONES, E.L., 37
JORDÃO, João Maria (de) Salerno,
88, 113, 124, 223, 241
JORGE, António Maria, 84

K

KAY, J.A., 169
KEEBLE, David, 283
KELLENBENZ, Hermann, 40
KEMP, Tom, 60, 313
KENNEDY, William P., 330
KENWOOD, A.G., 274, 332
KEYNES, John Maynard, 311, 371
KINDLEBERGER, Charles P., 27
KLINGENDER, Francis D., 22
KONDRATIEFF (movimentos de),
142, 301, 305
KOULISCHER, Joseph, 154
KRIEDTE, Peter, 40, 103, 191, 288
KRIER, Henri, 292

KULCZYKWSKI, Mariuz, 147
KUZNETS, Simon, 18, 25, 26

L

LABASSE, Jean, 281, 285, 333, 336, 376
LACOSTE, Yves, 5
LALOUX, Jacques, 383
LANDES, David S., 13, 23, 40, 79, 139, 273, 274, 315, 321
LANE, F.C., 179
LANE, Peter, 103, 139
LAZZAROTTI, Raymond, 193
LE GOFF, Jacques, 12, 21, 29, 31
LEAL, Cunha, 197, 206
LEBRUN, Pierre, 21, 24, 34, 318, 336, 337, 343, 354
LEFEBVRE, Georges, 33
LEIPOLD, J., 186
LEITÃO, António Cândido d'Almeida, 303, 340
LEITÃO, Octávio da Silva, 245, 248
LEITE, Manuel Gomes, 92, 199, 218, 220
LEITE (LUMBRALES), João Pinto da Costa, 354
LEJAY, André, 274
LEMOS, José Correia, 230
LEMOS, Maximiano, 17, 20
LEMOS, Pedro Mascarenhas de, 77, 78, 83, 84, 88, 94, 175, 259, 332, 339
LÉON, Pierre, 6, 7, 13, 18, 19, 23, 25, 40, 107, 337, 374, 384
LEPIERRE, Charles, 127, 128, 129, 130, 171
LEROI-GOURHAN, André, 184
LESCURE, Jean, 303, 305
LESOURD, Jean-Alain, 12, 297
LEUSCHNER, Alberto, 117
LEUSCHNER, Carlos, 117
LEVASSEUR, Émile, 2, 284
LÉVY-LEBOYER, Maurice, 22, 31, 289, 336, 339, 341
LEWIS, W. Arthur, 25, 26, 28, 324, 333, 375
LIMA, Almeida, 361
LIMA, Américo Pires de, 112
LIMA, Aníbal de, 322
LIMA, António Manuel de, 165
LIMA, António Maria Pires de, 165
LIMA, Delmiro Aníbal de, 165
LIMA, Durval Pires de, 4
LIMA, Fernando C. Pires de, 54
LIMA, João Barata, 149
LIMA, José Barbosa, 164
LIMA, Luís Augusto de, 74
LIMA, Manuel Dinis Barata, 149
LIMA, Vera de, 250
LÖSCH, August, 283, 287, 289, 294
LOPES, A. Simões, 8, 284, 288
LOPES, Augusto, 88
LOPES, Inácio Augusto, 213
LOPES, João Henriques, 175, 331
LOPES, José do Nascimento, 158
LOPES, Luís Antunes Dias, 127, 130
LOPES, Manuel Pereira, 64
LOUGHEED, A.L., 274, 332
LOUREIRO, Adolfo (Ferreira de), 97, 128, 20, 208, 209, 222, 224
LOUREIRO, Fernando Pinto, 197, 257
LOUREIRO, José Pinto, 43, 44, 51, 228, 260, 266, 268, 270, 309, 379

LOUREIRO, Manuel de Santos, 7,
10, 11, 131, 132, 171
LUCAS, Francisco Rodrigues da
Cunha, 69

M

MCCLELLAND, Peter D., 30
MACCORMICK, B.J., 271
MACEDO, Jorge Borges de, XII, 3,
15, 183, 189, 211, 288, 289, 300,
301, 308, 309, 311
MCGRATH, J., 49
MACHADO, Bernardino, 361
MACHADO, João, 123
MACHADO, Joaquim de Sousa,
197
MACHADO, Manuel Aires Falcão,
176, 178
MACIEIRA, Visconde de, 158
MCKAY, John P., 271
MAGALHÃES, Conde de, 158
MAIZELS, A., 26
MALHEIRO, Lourenço António
Pereira, 156-157
MALHEIRO, Silveira, 249
MALUQUER DE MOTES, Jordi,
286
MANATA, Maria do Rosário, 224
MANN, Júlia de L., 139, 145
MANTOUX, Paul, 2, 19, 20, 22, 32,
103, 147, 155, 286
MARÇAL, R. Larcher, 75
MARCANTE, José Gomes, 223
MARCZEWSKI, J., 22, 300
MARKOVITCH, Tihomir J., 22, 33,
102, 155
MARQUES, A.H. de Oliveira, 3, 14,
55, 102, 138, 195, 205, 206, 226,
308, 383

MARQUES, Albertino, 249,
MARQUES, Alfredo, 29
MARQUES, António, 351
MARQUES, José dos Santos, 92
MARQUES, Matias Hermigo Dias,
237
MARTA, Augusto Luís, 192, 229,
321
MARTÍNEZ, Pedro Soares, 308
MARTINS, Alfredo Fernandes, 6,
208
MARTINS, Bernardo, 223
MARTINS, Gabriela, 3, 298, 301
MARTINS, José Fernandes, 165
MARTINS, Manuel, 59
MARTINS, Manuel, 88
MARTINS, Oliveira, 4, 14, 117, 302,
376
MARTINS, R., 273
MARVAUD, Angel, 306
MARX, Karl, 2, 144, 325, 327, 352
MATHIAS, Peter, 21
MATA, Eugénia, 309, 360, 370
MATOS, Armando de, 52
MATOS, Augusto de, 220
MATOS, Joaquim Gaspar de, 46,
70, 77, 78, 87, 88, 143, 145, 148,
178, 202, 203, 247, 259, 322, 340
MATOS, José Maria da Silva, 376
MATOS, Mário, XIII
MAUNIER, René, 284
MEDEIROS, Carlos Alberto, 284
MEILLET, A., 16
MELO, Adelino António das Neves
e, 171
MELO, José Maria de Campos, 150
MELO, Pedro Mascarenhas de, 175
MENDES, Filipe Gonçalves, 223

- MENDES, H. Gabriel, 112
 MENDES, J. M. Amado, 15, 17, 44, 45, 143, 155, 159, 171, 173, 186, 230, 246, 267, 292, 301, 305
 MENDES, Manuel Gonçalves, 223
 MENDONÇA, Adolfo de, 257
 MENESES, A.A. Teles de, 137, 138
 MESQUITA, Adelino Ferreira de, 65, 202, 205, 214, 221, 225, 226, 238, 252, 280, 334, 335, 339
 MICHON, André, 240
 MILWARD, Alan S., 21
 MINAMI, Ryoshin, 277
 MIRANDA, José Vitorino Botelho de, 201, 202
 MISARELA, António Simões, 88
 MITCHELL, Brian R., 156, 157
 MOITA, Luís, 261
 MÓNICA, Maria Filomena, 3, 243, 244, 245
 MONTALVO, 231
 MONTEIRO, Adriano Augusto da Silva, 39
 MONTEIRO, Rodrigues, 95, 99
 MONTEIRO, Manuel, 171
 MONTEIRO, Silvestre, 224
 MONTEIRO JÚNIOR, Augusto, 100, 175
 MONTEIRO JÚNIOR, José Augusto, 221, 259
 MONTENEGRO, Duarte José Correia de Almeida, 77
 MORAIS, M.C. Rodrigues de, 129
 MOREIRA, João Gomes, 77
 MORGADO, Guilherme Alves, 318
 MORI, Giorgio, 39, 196, 227, 294
 MORINEAU, Michel, 31
 MORSE, Dean, 206
 MORSE, Richard, 37, 38
 MORSEL, M. Henri, 6, 107, 159, 318
 MOTA, José de Paiva Bobela, 202
 MOURA, Avelino de, 81
 MOURA, Bento Pereira de, 228
 MOURA, Francisco Pereira de, 38, 56, 61, 213, 282, 283, 284, 298
 MOURO, Manuel Rodrigues, 223
 MULLIGAN JR., William H., 81
 MUÑOZ, Juan, 308
 MURTA, Joaquim Neto, 285
 MURTEIRA, Mário, 134
- N**
- NADAL, Jordi, 115
 NAISH, George, 222
 NAPOLES, José de, 149
 NAVARRO, Emilio Júlio, 144
 NECK, Anne van, 34
 NEF, J.N., 23
 NÉRÉ, Jacques, 308, 335
 NESTÓRIO, António Boaventura Dias, 214, 252, 320, 347
 NETO, Francisco dos Santos, 202
 NETO, Joaquim da Costa, 88
 NEVES, António das, 220
 NEVES, Francisco Ferreira, 199
 NEVES, J.P. Castanheira das, 86, 113, 120
 NEVES, José das, 220
 NEVES, José Acúrsio das, 3, 232, 233
 NIVEAU, Maurice, 12, 142
 NOBEL, Alfredo, 49
 NOGUEIRA, José Nunes Rodrigues, 347
 NOUSCHI, André, 39

NUNES, Abílio, 56, 59
NUNES, António Carlos, 74
NUNES, Francisco Ferreira, 138
NUNES, Joaquim António Rodrigues, 73, 76, 77, 79, 87, 202, 321
NUNES, Mário, 104
NUNES, Mário da Silva, 73, 221
NUNES, Virgílio Fernandes Lopes, 154, 185

O

O'BRIEN, Patrick, 31
OLIVEIRA, António de, XII, 44, 302, 344
OLIVEIRA, Augusto de, 240
OLIVEIRA, Camilo Cimourdain de, 283
OLIVEIRA, Carlos J., 181
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 137, 138, 141, 194
OLIVEIRA, José Jacinto de, 76
OLIVEIRA, Luís da Cunha de, 256
OLIVEIRA, Sebastião José de, 215, 216
ORTIGÃO, Ramalho, 341, 375, 376
OSÓRIO, António de Gouveia, 122, 126
OSÓRIO, Constantino, 158

P

PAELINCK, J., 27
PAIS, José Alves, 175, 331
PAIS, José Machado, 198
PAIXÃO, Braga, 380
PALMEIRIM, Luís Augusto, 342
PAREDES, Manuel Rodrigues, 100, 106

PARKER, William N., 311
PARREIRA, Henrique, 212
PARRINI, Carl P., 371
PATO, Rocha, 249
PAULA JÚNIOR, José Joaquim, 286
PAYEN, Jacques, 284, 290
PEDRO, José Henriques, 83, 84
PEDROSA, José Adriano da Silva, 118
PEIG DÓRIA, Pedro, 147
PEIXOTO, Jorge, 261, 263
PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo, 43, 108, 120, 169, 214, 219, 251
PEREIRA, Álvaro Ramos, 352, 353
PEREIRA, Benjamim Enes, 4, 137, 138
PEREIRA, Cardoso, 84
PEREIRA, Esteves, 3
PEREIRA, Hélio Paulino, 253
PEREIRA, Joaquim Tomás da Silva Miguel, XIII
PEREIRA, José de Campos, 55, 107, 120, 121, 155, 174, 212, 219, 224, 234, 237, 253, 258
PEREIRA, Miriam Halpern, 72, 198, 286, 301, 305
PEREIRA, R. Gonçalves, 117
PERES, Damião, 14, 309, 355
PERROT, M., 251
PERROUX, François, 7, 25, 27, 28, 133-134, 206
PERY, Gerardo A., 107, 121, 127, 155, 217, 234
PESSANHA, Sabastião, 54, 137
PIMENTA, Belisário, 171, 256

PIMENTEL, Augusto Gomes, 79,
104, 200, 320, 376
PIMENTEL, Joaquim Inácio Car-
doso, 149, 153
PIMENTEL, José Maria Pereira,
221, 335
PIMENTEL, Manuel António, 200
PIMENTEL, Marcelino Nunes Cor-
deiro, 104
PINA, Mariano, 303, 342
PINHEIRO, Dinis Bordalo, 259
PINTO, Alfredo Dias Varela, 153
PINTO, António Rodrigues, 213
PINTO, Aquilino Dias Varela, 153
PINTO, José Clemente, 199, 200
PINTO, Silva, 255
PINTO JÚNIOR, Gregório, 38
PIRES, Ana M. Cristina, 10
PLANAS CORONELLAS, Jayme
147, 148
PLUM, Werner, 16
POINCARÉ, Henri, 33
POINSARD, Léon, 81
POISSON, Jean-Paul, 42
POLLARD, Sidney, 6, 34, 333, 353
PONSÁ CAUTI, Francisco, 147
PONSARD, Claude, 7, 8, 9
POPPER, Karl, 31
PORTO, Joaquim Carvalho, 82, 84
PORTO, Manuel, XII
POSTAN, M., 23, 40
PRESSNELL, L.S., 376
PROENÇA, José d'Azambuja, 150,
341
PROST, Marie-Andrée, 9

Q

QUEIRÓS, Eça de, 14
QUEIRÓS, José, 171

R

RAMOS, Mário, F.M., 138
RÁNKI, G., 341
RAPOSO, José Maria da Silva, 235-
-236
RASTEIRO, Joaquim, 208
REES, Goronwy, 308
REES, John, 283
REIS, Jaime, 197
REIS, Sérgio dos, 84
REVELLI, M., 306
RIBEIRO, Carlos, 111
RIBEIRO, Domingos, 50
RIBEIRO, E. de Queirós, 139, 155
RIBEIRO, José Vitorino, 262
RIBEIRO, Emanuel, 67
RIBEIRO, Orlando, 99, 121, 150,
197
RIBEIRO, Vítor, 3
RIOUX, J.-P., 103, 289, 305
ROBIN, Jacques, 1, 29
ROCHA, A. dos Santos, 222
ROCHA, Francisco dos Santos, 70
ROCHA, Graça Maria Tavares da,
302
RODRIGUES, Adriano, 120
RODRIGUES, Daniel, 249
RODRIGUES JÚNIOR, António
Jorge, 279

RODRIGUES JÚNIOR, Manuel, 107, 108
ROLDÁN, Santiago, 308, 313
ROQUE, João Lourenço, XII, 5, 70, 75, 80, 81, 83, 85, 90, 93, 96, 97, 112, 125, 127, 134, 140, 172, 187, 199, 208, 250, 251, 254, 285
ROSENBERG, Nathan, 222
ROSIER, Bernard, 23, 24
ROSTOW, W.W., 1, 18, 22, 23, 26, 133, 324
ROVIRA, Francisco, 168
RUAS, Elísio Fernandes, 110
RUEFF, Jacques, 352

S

SÁ, Alfredo de Sousa e, 104, 221, 247, 338
SÁ, Mário Vieira de, 126, 128, 129
SALAMONE, Nino, 23
SALAZAR, António de Oliveira, 199, 310
SALES, Francisco, 88
SALREU, A., 198
SALVADO, Artur, 73
SAMPAIO, A.P. Forjaz de, 189
SAMPAIO, José Augusto de, 175, 331
SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas, 116
SANCHEZ RAMOS, Francisco, 114
SANDÃO, Artur de, 178
SANTOS, António, 50
SANTOS, Augusto dos, 59
SANTOS, Clara dos, 58, 59
SANTOS, David Almeida, 47
SANTOS, Elísio Artur dos, 94

SANTOS, J. Guimarães dos, 174
SANTOS, Jacinto Augusto dos, 252, 376
SANTOS, João Lopes Guimarães dos, 116
SANTOS, Joaquim Augusto dos, 224
SANTOS, Joaquim José dos, 223
SANTOS, José dos, 59
SANTOS, José Ferreira Figueiredo dos, 46, 73, 77, 78, 84, 87, 101, 143, 148, 168, 177, 203, 221, 252, 275, 320, 347, 365, 382
SANTOS, José Henriques dos, 153
SANTOS, José M. da Silva P. de M. Albuquerque Sabino dos, 186
SANTOS, Lourenço dos, 59
SANTOS, Manuel Joaquim Moreira dos, 112, 113, 115, 241
SANTOS, Mateus dos, 230
SANTOS JÚNIOR, 182, 183
SARAIVA, Maria dos Anjos, XIII
SARAIVA, Virgílio, 168
SAUL, S.B., 21, 299
SCHMITZ, Eugénio, 112, 113
SCHUMACHER, E.F., 315
SCHUMPETER, Joseph, 315, 317, 341
SCHWARTZMANN, Kathleen, 313
SECO, António Luís de Sousa Henriques, 5, 96, 233
SECO, Lourenço Pinto, 237
SECO, Simão Pinto, 237
SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 187, 188, 189
SÉRGIO, António, 6
SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 10

SERRÃO, Joel, 3, 14, 18, 31, 298,
 301, 303, 312, 355
 SERRÃO, Maria Isabel dos Santos
 Magalhães Costa, 345
 SIDERI, Sandro, 162, 304
 SILVA, Adriano Francisco da, 186
 SILVA, António Maria da, 126
 SILVA, António de Moraes, 17
 SILVA, Armando Carneiro da, 103,
 257, 265, 266, 268, 270, 314,
 375, 381
 SILVA, Artur Duarte Pinheiro e,
 221
 SILVA, Augusto d'Oliveira e, 310
 SILVA, Augusto Simões da, 79
 SILVA, Dias da, 271
 SILVA, Francisco Gonçalves da, 56
 SILVA, Francisco Teixeira da, 13,
 19, 37-38, 41, 51, 70, 72, 73, 76,
 79, 80, 90, 93, 97, 98, 112, 134,
 136, 137, 140, 171, 172, 184,
 185, 186, 188, 195, 218, 233,
 234, 240, 250, 251, 253, 257
 SILVA, João Guedes Coelho da, 82
 SILVA, Joaquim Guedes Coelho
 da, 82
 SILVA, Joaquim Pereira da, 244
 SILVA, José Adriano da, 58
 SILVA, L.A. Rebelo da, 17
 SILVA, Leandro José da, 69
 SILVA, Luísa Vieira da, 37
 SILVA, Manuel Viana e, 209
 SILVA, Manuela, 300
 SILVA, P. Nolasco da, 268
 SILVA, Rita da, 98
 SILVA, Sebastião da, 83
 SILVEIRA, Joaquim Henriques Fra-
 desso da, 19, 135, 140, 186
 SILVEIRA, Maria, 77
 SIMÕES, António José, 77, 104
 SIMÕES, António Gomes, 216
 SIMÕES, Frederico Gonçalves de
 F., 175, 331
 SIMÕES, José de Oliveira, 52, 54,
 80, 81, 82, 154, 162, 212, 306
 SIMÕES, J. de Oliveira, 80, 154,
 162, 212, 306
 SIMÕES, Joaquim António, 71
 SIMÕES, Nuno, 237, 239
 SINGER, Charles, 49, 57, 87, 107,
 139, 145, 164, 166, 173, 182,
 222, 274
 SINGER-KEREL, Jeanne, 313
 SKLAR, Martin J., 371
 SMELSER, Neil J., 24
 SMITH, Adam, 2, 144
 SMITH, David M., 283
 SOARES, Manuel José da Costa,
 255
 SOARES JÚNIOR, António
 Nogueira, 163
 SOLLA, Luís de Castro, 112
 SOMBART, Werner, 38, 102, 340
 SOUSA, Albano de, 11, 205, 212,
 244, 342
 SOUSA, Augusto Gil de, 111, 118
 SOUSA, Frederico de, 175, 247,
 248, 331
 SOUSA, Manuel José de, 104
 SOUSA, Marnoco e, 271, 276
 SOUSA JÚNIOR, José de, 221
 SPOONER, Derek, 117
 STALEY, Eugene, 37, 38
 SZMRECSÁNYI, Tomás, 371

T

TAVARES, Paulino Mota, 68
TAVEIRA, Joaquim, 222
TAWNEY, R.H., 29
TEIXEIRA, Augusto da Silva, 199
TEJERO GARCIA, José Maria, 371, 372
TELO, António José, 297, 308
TEMIDO, António Dias, 69
TEMUDO, José Carlos Freire, 246
THEODORSON, Achilles G., 7
THEODORSON, Georges A., 7
THOMPSON, Allan, 21
THOMPSON, E.P., 2
TOMÁS, Pedro Fernandes, 45
TORRAS ELIAS, Jaume, 40
TORRES, José Maria da Silva, 127
TORRES, Vítor, XIII
TORTELLA CASARES, Gabriel, 333, 337
TOYNBEE, Arnold, 2, 9
TREBILCOCK, Clive, 310, 321

U

ULRICH, Rui Enes, 303
USHER, Abbot Payson, 145, 152

V

VALADARES, Francisco Xavier Moutinho da Silveira Canavarro de, 175, 226
VALE, Adriano do, 83
VALENTE, Vasco, 240
VALENTE, Vasco Pulido, 312, 355
VALÉRIO, Nuno, 309, 360, 370
VANDELLI, Domingos, 182
VAQUINHAS, Irene Maria, 344
VARON, Bension, 107, 108
VASCONCELOS, Francisco Lebre de, 88
VÁSQUEZ DE PRADA, Valentim, 297
VEIGA, Antero Dias de Alte da, 188
VELADO, Caetano Afonso, 230
VELHO, Fernanda de Oliveira Lopes, 103, 104
VENTURA, Benjamim, 92
VEYNE, Paul, 32
VIAL, Jean, 1
VICENS VIVES, J., 147
VIDAL, Fortunato Ferreira, 228
VIEIRA, Abílio Augusto, 92
VIEIRA, António Pedro Lopes, 104
VIEIRA, Augusto Saldanha da Silva, 65, 67, 87, 88, 91, 94, 99, 166, 210, 235, 236, 252, 275, 347, 350
VIEIRA, Eduardo Saldanha da Silva, 45, 67, 84, 86, 99, 164, 167, 175, 291, 347, 365
VIEIRA, Eduardo da Silva, 42, 65, 87, 88, 94, 166, 175, 202, 204, 210, 221, 252, 321, 328, 347, 350, 377
VILAMENDO, Visconde de — Vide: OSÓRIO, António Gouveia
VILAR, Pierre, 26, 32, 318
VILAS, António Ferreira, 236
VITERBO, Sousa, 3, 44, 189
VOGLER, Bernard, 42
VOLTES BOU, Pedro, 222, 268, 278, 336, 372
VOVELLE, Michel, 12

W

WAISMAN, Carlos H., 140
WARNER, Aaron W., 206
WEBER, Alfred, 287
WEBER, Max, 17, 29, 105, 106
WEINER, Myron, 24, 26
WELLS, F.A., 166
WILLIANSSEN, Ernesto H., 115

WILSON, Francis H., 113
WOLFF, Klaus, 278
WOOLVEN, G.B., 2
WRIGLEY, Edward A., 24, 120

Z

ZBYSZEWSKI, Georges, 111
ZEYS, Louise, 235
ZINK, João, 109, 110

2. ÍNDICE TOPONÍMICO

A

- ABELHEIRA — Loures, 190
ABRUNHEIRA — Montemor-o-Velho, 351
ABRUNHÓS — Arganil, 279
ÁFRICA, 162, 242, 305
ÁGUEDA, 226
AGUEIROS — S. Silvestre (Coimbra), 56
ALBERGARIA DOS DOZE — Pom-
bal, 220, 247
ALBERGARIA-A-VELHA, 192
ALCABIDECHE, 195
ALCÂNTARA — Lisboa, 290
ALCARRAQUES — Trouxemil, 178
ALDEIA DAS DEZ — Oliveira do
Hospital, 57, 59, 60
ALEMANHA, 2, 133, 275, 310
ALENCARCE — Soure, 109, 111,
119, 241, 287
ALENTEJO, 375
ALFERRAREDE, 75
ALMALAGUÊS — Coimbra, 73,
136, 138
ALMEGUE — Coimbra, 230
ALMIARA — Montemor-o-Velho,
296
ALPEDRINHA, 162
ALPENDURADAS — Coimbra, 124
ALTA — Coimbra, 266, 378
ALVA, rio, 163, 279
ALVA, S. Pedro, 380
ALVAIÁZERE, 169
ALVARES — Góis, 149, 150, 152
ALVITO, 75
ALVOCO DA VÁRZEA — Oliveira
do Hospital, 252
AMEAL — Coimbra, 134, 210, 211
AMÉRICA, 333
AMIEIRA — Soure, 126, 387
ANADIA, 175, 331
ANAGUÉIS — Coimbra, 136
ANÇÃ, 124, 210
ANÇOS, rio, 158
ANGOLA, 162
ANSIÃO, 169
ANTANHOL — Coimbra, 73
ARAZEDE — Montemor-o-Velho,
202, 210, 220, 221, 335
ARCO DE ALMEDINA — Coimbra,
43, 78
ARCO DE ALMEDINA, n.ºs 10 e 12
— Coimbra, 43

ARCO DO CEGO — Coimbra, 43
 ARCO PINTADO — Coimbra, 91
 ARGANIL, 6, 9, 56, 58-60, 63, 73,
 76, 77, 104, 116, 119, 122, 125,
 136-138, 140, 148, 163, 172, 175,
 188, 192, 193, 220, 221, 247,
 258, 279, 326, 331, 347, 379
 ARGENTINA, 313
 ARNADO — Coimbra, 92, 210, 291
 ARNEIRO — Lousã, 175, 332
 ARREGAÇA — Coimbra, 178, 292,
 296
 ARRIFANA — Condeixa-a-Nova,
 126
 ARRIFANA, S. MARIA — Poiares,
 57
 ARUNCA, rio, 150
 ARZILA — Coimbra, 134
 AVEIRO, 9-11, 38, 85, 169, 211,
 214, 215, 218
 AVELAR, 154
 AVENIDA FERNÃO DE MAGA-
 LHÃES — Coimbra, 291
 AVENIDA DO GASÓMETRO, N.º 15
 — Coimbra, 91
 AVENIDA NAVARRO — Coimbra,
 216
 AVENIDA NAVARRO, N.º 73 —
 Coimbra, 101
 AVENIDA DOS OLEIROS — Coim-
 bra, 67, 92, 205
 AVENIDA DO PORTO DA PEDRA
 — Coimbra, 203
 AVENIDA SÁ DA BANDEIRA —
 Coimbra, 67, 270
 AVENIDA SÁ DA BANDEIRA, N.º
 140 — Coimbra, 101

AVÔ — Oliveira do Hospital, 119
 AZINHAGA DO CARMO — Coim-
 bra, 67
 AZINHAGA DOS FOGUETEIROS
 — Coimbra, 51
 AZINHAGA DO GÁS — Coimbra,
 200

B

BAIRRO DOS FOGUETEIROS —
 Coimbra, 51
 BAIRRO NORTON DE MATOS —
 Coimbra, 296
 BAIRRO NOVO DE SANTA CATA-
 RINA — Figueira da Foz, 86
 BAIRRO OPERÁRIO BISPO-
 -CONDE — Coimbra, 83
 BAIRRO DA PORCELANA —
 Coimbra, 296
 BAIRRO DE SANTA ANA —
 Coimbra, 66
 BANHOS SECOS — Coimbra, 373
 BARBADALHOS — Santo António
 dos Olivais, 117, 119
 BARCELONA — Espanha, 144,
 147, 268
 BARROCA DO CANAVIAL —
 Santo António dos Olivais, 117,
 119
 BATALHA, 250
 BECO DAS CANIVETAS — Coim-
 bra, 43
 BEIRA, 6, 218
 BEIRA ALTA (ou Beira Central), 6,
 120, 127, 288
 BEIRA BAIXA (ou Beira Meridio-
 nal), 6

- BEIRA CENTRAL — Vide: BEIRA ALTA
- BEIRA LITORAL, 6
- BEIRA MERIDIONAL — Vide: BEIRA BAIXA
- BEIRA TRANSMONTANA, 6
- BEIRAS, 199
- BÉLGICA, 2, 313, 336
- BEM DA FÉ — Condeixa-a-Nova, 136
- BENFEITA — Arganil, 58-60
- BERLIM — Alemanha, 267
- BILBAU — Espanha, 120
- BOIÇA — Ceira, 46
- BOIÇA — Oliveira do Hospital, 49
- BOQUE — Serpins, 286
- BORDALO — Coimbra, 124
- BOTÃO — Coimbra, 111, 119, 124
- BRAGA, 14, 54, 81, 170
- BRAGANÇA, 375
- BRASFEMES — Coimbra, 124
- BRASIL, 81, 117, 139, 146, 160, 242, 313
- BUARCOS, 44, 45, 65, 115, 119, 214, 223, 240
- C**
- CABO MONDEGO — Figueira da Foz, 111-114, 119, 124, 126, 131, 160, 161, 240, 242, 272, 287, 296, 386
- CABOUÇO — Ceira, 44, 46, 47
- CADEIA DE SANTA CRUZ — Coimbra, 256
- CÃES, SOBREIRA ou CAVADOS — Coimbra, 117, 119
- CALÇADA DO CARMO, Nº 3 — Coimbra, 67
- CALHABÉ — Coimbra, 50, 167, 168, 178, 292, 296
- CANADÁ, 101, 133, 313
- CANTANHEDE, 9, 16, 48-55, 63, 70, 76, 121-124, 126, 136, 148, 175, 195, 219-221, 228, 232, 233, 235, 252, 258, 285, 316, 326, 331, 379, 387
- CARDIFF — Grã-Bretanha, 120, 160, 184, 271
- CARNIÇOSAS — Figueira da Foz, 49
- CARVALHINHO — Porto, 181
- CARVALHOSAS — Torres do Mondego, 64
- CASA DO SAL — Coimbra, 236, 270, 291
- CASAL DO ERMIO — Lousã, 185, 186, 287
- CASAL DO LUÍS — Vila Verde, 202
- CASARÃO — Rei de Moinhos, 163
- CASTANHEIRA DE PÊRA, 141, 153, 154, 169
- CASTELO BRANCO, 11, 169, 205, 218
- CASTELO VIEGAS, 138, 163, 168
- CATALUNHA — Espanha, 147
- CAVADOS — Pocarica, 49, 51
- CAVADOS — Vide: CÃES
- CEIRA — Coimbra, 44, 46, 185
- CEIRA, rio, 150, 184, 195, 279, 286, 287
- CEIROCO — Fajão, 118, 119
- CELAS — Coimbra, 66, 81
- CEPOS — Arganil, 73
- CEREJEIRA — Eguins, 247
- CERNACHE, 195, 196, 328
- CHAVES, 375

CIDRAL — Coimbra, 215
COENÇOS — Coimbra, 46
COIMBRA, *passim*
COJA — Arganil, 175, 247
CONCHADA — Coimbra, 50, 255
CONDEIXA-A-NOVA, 9, 48, 49, 54,
63, 65, 70-72, 74, 87, 93, 121,
122, 124-126, 131, 135, 136, 148,
149, 151, 152, 195, 228, 231,
326, 346, 347, 379, 387
CONDEIXA-A-VELHA — Condeixa-a-Nova, 124
CONDEIXINHA — Condeixa-a-Nova, 153
CONVENTO DE S. DOMINGOS — Coimbra, 255
CONVENTO DE S. FRANCISCO — Coimbra, 142, 203, 327
CORTIÇA, S. MARTINHO — Tábuá, 77, 78, 119
COSELHAS — Coimbra, 73, 164, 168, 230, 231
COTAS — Pombalinho, 73
COURAÇA DA ESTRELA, Nº 15 — Coimbra, 203
COURAÇA DE LISBOA — Coimbra, 98, 200
COVÃO — S. António dos Olivais, 117, 119
COVILHÃ, 10, 147, 148, 154, 235
COVÕES — Cantanhede, 51-53, 126, 220
CUMEADA — Coimbra, 264, 265

D

DOURO, rio, 267
DUEÇA, rio, 150, 195

E

EGA — Condeixa-a-Nova, 71
EGUINS — S. Simão (Pombal), 247
EIRAS VERDES — Botão, 119
ENTRE-AS-ÁGUAS (LABATINHOS) — Pampilhosa da Serra, 74
ENTRE O TRAVAZ E A RIBEIRA — Condeixa-a-Nova, 149
ERVEDAL DA BEIRA — Oliveira do Hospital, 175
ESPANHA, 114, 125, 147, 244, 313, 333, 359
ESPINHAL — Penela, 232
ESPINHAL, ribeira, 287
ESPINHO, 61, 214
ESPINHO — Miranda do Corvo, 185
ESPOSENDE, 224
ESTAÇÃO VELHA — Coimbra, 178, 270, 273
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2, 8, 133, 157, 160, 287, 313
ESTOCOLMO — Suécia, 120
ESTRADA DA BEIRA, Nº 237 — Coimbra, 167
ESTRADA N1, 291
EUROPA, 140, 268, 298

F

FAJÃO — Pampilhosa da Serra, 118, 119
FALA — S. Martinho do Bispo, 126
FÃO — Esposende, 224
FEIRA, 214

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, 235

FIGUEIRA DA FOZ, 9, 10, 28, 41, 45, 48, 49, 51, 58, 59, 63-66, 70, 71, 76, 77, 83-90, 93, 94, 103, 104, 109, 111, 113-115, 119-127, 129, 130, 136, 148, 172, 175, 195, 201, 202, 204, 205, 208, 209, 211, 213, 214, 218, 220-228, 231, 233, 235, 237-243, 245, 251-253, 256-258, 270, 280, 281, 285, 288-290, 292, 295, 296, 316, 320, 322, 326, 328, 329, 334, 335, 339, 346, 347, 351, 360, 363, 364, 373, 376, 377, 379-381, 386-389

FIGUEIRA DE LORVÃO — Penacova, 119

FIGUEIRÓ DOS VINHOS, 58, 169

FILADÉLFIA — Estados Unidos da América, 157, 275

FOJA — Figueira da Foz, 296

FOLQUES — Arganil, 138

FONTEL — Vila Verde, 223, 240, 242-245, 289

FORNOS — Coimbra, 220

FOZ DE AROUCE — Lousã, 149, 287

FOZ DO MOINHO VELHO — Góis, 149

FRANÇA, 2, 18, 22, 86, 92, 102, 114-116, 133, 141, 177, 198, 235, 244, 246, 263, 272, 289, 293, 305, 306, 313, 321-323, 336, 349, 351, 353, 374, 377, 383

FUNCHAL, 38

G

GAIA, 162, 224

GALA — Figueira da Foz, 65

GALIZA — Espanha, 124

GATÕES — Montemor-o-Velho, 210

GAVINHOS DE BAIXO — Oliveira do Hospital, 220

GESTOSA — Castanheira de Pêra, 153

GLASGOW — Grã-Bretanha, 120, 271

GÓIS, 6, 9, 10, 13, 28, 63, 125, 134, 136, 140, 148-150, 152, 172, 183-190, 194, 199, 220, 221, 246, 247, 278, 279, 286, 287, 326, 327, 331, 346-348.

GONÇALO — Guarda, 244

GONDOMAR, 117

GOUVEIA, 162

GRÃ-BRETANHA, 1, 22, 23, 133, 139, 147, 166, 271, 276, 322, 330, 332, 336, 338 — Ver também: INGLATERRA

GUARDA, 11, 169, 218, 244

GUARDA INGLESA — Almegue, 230

GUIA — Pombal, 240

GUIMARÃES, 375

H

ÍLHAVO, 181, 227

ÍNSUA DE S. DOMINGOS — Coimbra, 51

ÍNDIA, 139

INGLATERRA, 140, 256, 341 — Ver
também: GRÃ-BRETANHA
ITÁLIA, 196, 278

J

JAPÃO, 2, 277, 313
JARDIM — Arganil, 279
JARDIM BOTÂNICO — Coimbra,
254, 264, 265

L

LABATINHOS — Pampilhosa da
Serra, 74
LADEIRA DA FORÇA — Coimbra,
50
LADEIRA DE SANTA JUSTA —
Coimbra, 50
LADEIRA DO SEMINÁRIO —
Coimbra, 230
LAGOAS — Ceira, 46
LAGES — Coimbra, 321
LAMEIRO — Cantanhede, 49, 51
LAPA — Ourentã, 55
LARGO DAS AMEIAS — Coimbra,
95
LARGO DO CASTELO — Coimbra,
67
LARGO MIGUEL BOMBARDA —
Coimbra, 379
LARGO DO POÇO — Coimbra, 66
LARGO DA PORTAGEM, 291, 379
LARGO DO ROMAL — Coimbra,
163, 164
LAVOS — Figueira da Foz, 77, 104,
127, 202, 226, 256, 320
LEEDS — Grã-Bretanha, 147

LEIRIA, 10, 11, 38, 70, 148, 162,
169, 218, 245

LEMEDE — Cantanhede, 220

LEONEL — Soure, 119

LINHA DA BEIRA ALTA, 288

LINHA DO NORTE, 288, 291

LISBOA, 14, 16, 18, 42, 45, 60, 71,
82, 95, 96, 98, 153, 162, 170,
179, 180, 182, 183, 189, 190,
199, 200, 204, 205, 211, 217,
220, 227, 235, 242-244, 254, 255,
258, 261-263, 268, 269, 276, 280,
288-290, 300, 309, 364, 368, 270,
371, 375, 378

LITÉM, SANTIAGO — Pombal, 247

LIVERPOOL — Grã-Bretanha, 120

LONDRES — Grã-Bretanha, 98,
280

LORETO — Coimbra, 178, 216,
291, 296

LORVÃO — Penacova, 95-100, 256,
259

LOURENÇO MARQUES, 166

LOURIÇAL — Pombal, 219

LOUSÃ, 6, 9, 10, 28, 48, 49, 63, 70,
77, 78, 83, 84, 88, 91, 94, 97,
122, 125, 136, 140, 141, 148,
149, 168, 175, 183, 185-187,
189-193, 205, 218, 220, 221, 247,
256, 258, 259, 279, 286-288, 293,
326, 327, 331, 332, 339

LUANDA, 193

LUSA-ATENAS — Vide: COIMBRA

LUZ — Montalegre, 75

LYON — França, 4, 23

M

MACHIO DE CIMA — Pampilhosa da Serra, 74
MANCHESTER — Grã-Bretanha, 161
MANGUALDE, 75
MARANHÃO — Brasil, 160
MARINHA GRANDE, 240, 242-244, 246
MASSARELOS — Porto, 256
MATA DO CARRIÇO — Pombal, 220
MATA MOURISCA — Pombal, 247
MATRENA — Tomar, 185
MEALHADA, 10, 88, 175, 176, 219, 220, 252, 331, 346
MEDA — Gondomar, 117
MEDA DE MOUROS — Tábua, 163, 279
MERCADO D. PEDRO V — Coimbra, 64, 66, 256
MIRA, 9, 63, 134, 296
MIRA DE AIRE, 235
MIRANDA DO CORVO, 6, 9, 63, 65, 70, 96, 125, 136, 140, 141, 148, 171, 172, 174, 175, 185, 186, 220, 256, 326, 331, 346
MISARELA — Torres do Mondego, 117
MOINHOS DA RETORDA — Penela, 185
MONCORVO, 45
MONDEGO, rio, 45, 98, 127, 134, 195, 200, 203, 208, 230, 244, 264, 273, 274, 285, 291, 292
MONTALEGRE, 75

MONTALTO — Arganil, 137
MONTARROIO — Coimbra, 124
MONTE REDONDO — Góis, 188, 279, 287
MONTEMOR-O-VELHO, 9, 76, 121-126, 135, 136, 148, 172, 195, 200, 202, 209, 210, 220, 296, 335, 351
MONTES CLAROS — Coimbra, 236
MONTOURO — Miranda do Corvo, 96
MOTA — Pombal, 220
MURCELÃO — S. Martinho da Cortiça, 119
MURRACEIRA — São Julião (Figueira da Foz), 240, 242, 289

N

NAZARÉ DA RIBEIRA — Coimbra, 134
NEWCASTLE — Grã-Bretanha, 120
NEWPORT — Grã-Bretanha, 120
NOGUEIRA DO CRAVO — Oliveira do Hospital, 87, 220

O

OLDHAM — Grã-Bretanha, 164
OLHÃO, 223
OLIVAIS — Coimbra, 226 — Vide também: SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS
OLIVEIRA DO HOSPITAL, 9, 48-52, 54, 56-60, 63, 70, 72, 76, 87, 92, 116, 119, 125, 135, 136, 140, 141, 148, 149, 151, 172, 175,

185, 218, 220, 221, 235, 252,
325, 331
OLIVEIRINHA — Tábua, 49
ORÃO, rio, 158
OURENTÃ — Cantanhede, 51, 55
OUTEIRINHO — Soure, 119
OUTEIRO DE CRUZ — Avô, 119
OVAR, 210, 214, 218

P

PAÇO DO CONDE, NºS 26-32 —
Coimbra, 67
PAIALVO — Tomar, 162
PAIÃO — Figueira da Foz, 77, 195,
211, 226, 233, 238, 239, 256, 320
PALÁCIO DA JUSTIÇA — Coim-
bra, 250, 256
PALEÃO — Soure, 110, 115, 158,
159, 168, 287, 338
PAMPILHOSA DO BOTÃO, 10, 28,
88, 89, 175, 176, 219, 220, 252,
289, 295, 316, 328, 329, 331,
346, 388
PAMPILHOSA DA SERRA, 9, 72,
74, 75, 116, 118, 119, 125, 136,
140, 148, 172
PANTIN — França, 141
PARÁISO — Condeixa, 49
PARIS — França, 249, 262, 289,
290
PARQUE DR. MANUEL BRAGA —
Coimbra, 250, 255, 264
PAS-DE-CALAIS — França, 114
PÁTIO DO CASTILHO — Coimbra,
95
PEDRÓGÃO — Leiria, 245

PEDRÓGÃO GRANDE, 58, 118,
149
PEDROGUEIRA — Mata Mourisca,
247
PEDRULHA — Coimbra, 291, 296
PEGO — Oliveira do Hospital, 185
PENACOVA, 6, 9, 63, 95, 96, 97, 99-
-101, 116, 119, 125, 135, 136,
140, 148, 175, 176, 220, 221,
254, 258, 259, 325, 331, 335
PENEDO — Covões (Cantanhede),
49, 51-53
PENEDO — Lousã, 185, 186, 189,
286
PENEDO DA SAUDADE — Coim-
bra, 215
PENELA, 9, 48, 49, 70, 87, 136, 140,
141, 148, 149, 172, 185, 232, 325
PEREIRA — Montemor-o-Velho,
134
PERNAMBUCO — Brasil, 160
PESO DA RÉGUA, 267
PINHEIRO — Soure, 119
PINHEIRO DE COJA — Tábua, 175
PISÃO DE COJA — Arganil, 58, 59
PISÃO DE GAIATE — Lousã, 247
POCARIÇA — Cantanhede, 51,
232-235
POIARES ou VILA NOVA DE
POIARES, 6, 9, 48, 49, 54, 56,
58, 59, 63, 70, 93, 96, 97, 100,
106, 122, 125, 135, 136, 141,
172, 179, 220, 232, 325, 335
POMBAL, 10, 70, 72, 76, 79, 93,
104, 111, 116, 118, 149, 152-154,
169, 172, 175, 195, 218-221, 240,

246-248, 280, 285, 289, 316, 328,
331, 332, 338, 339
POMBALINHO — Soure, 73
PONTA DELGADA, 368, 369
PONTE DO ESPINHAL — Penela,
149, 152, 153, 185, 186, 287
PONTO DO SÓTÃO — Góis, 13,
183, 184, 186, 188-190, 279, 286
PONTE VELHA — Lousã, 49
PORTALEGRE, 170
PORTO, 14, 16, 18, 42, 56, 60, 61,
85, 95, 96, 117, 146, 153, 162,
165, 170, 179-181, 198, 199, 204,
205, 227, 232, 235, 242, 243,
255, 258, 270, 275, 288, 289,
300, 302, 306, 307, 309, 329,
346, 349, 360, 368, 370
PORTO DO BOQUE — Serpins,
186, 188, 286
PORTO DA PEDRA — Figueira da
Foz, 223
PORTO DA RAIVA — Penacova,
220
PORTUGAL, 2, 17, 18, 20, 33, 37,
54, 75, 81, 107, 120, 121, 142,
154-157, 177, 190, 212, 215, 234,
237, 246, 253, 261, 267, 278,
284, 298, 301, 303, 305, 313,
322, 341, 342, 350, 351, 353, 359
PORTUNHOS — Ançã, 124
PÓVOA — S. Martinho (Coimbra),
87
PÓVOA DO BISPO — Cantanhede,
49, 51, 55
PRAÇA DO COMÉRCIO, Nº 51 —
Coimbra, 84

PRAÇA DO COMÉRCIO, Nºs 100-
-103 — Coimbra, 164
PRADO — Tomar, 189, 192, 256

Q

QUIAIOS — Figueira da Foz, 115,
119, 202
QUINTA DA ALMIARA — Montem-
mor-o-Velho, 296
QUINTA DO ALVA — S. Gião (Oli-
veira do Hospital, 149, 151
QUINTA DOS ANJOS — Soure, 49
QUINTA DA BANANA — Avô, 119
QUINTA DA BOIÇA — Penela, 87
QUINTA CONTÍGUA À QUINTA
DOS ANJOS — Soure, 49
QUINTA DE FOJA — Figueira da
Foz, 296
QUINTA DE SANTA CRUZ —
Coimbra, 86
QUINTA DE S. JOSÉ DO
PINHEIRO — Soure, 109
QUINTA DO SEBAL — Almala-
guês, 73

R

RAMAL DA LOUSÃ, 288
REBORDOSA — Lorvão, 100
REDINHA — Pombal, 93
REGO DE BENFINS — Coselhas,
164
REI DE MOINHOS — Meda de
Mouros, 163, 279
RIBAS DE ALGAÇA — S. Maria da
Arrifana, 57, 59

RIBEIRA — Condeixa-a-Nova, 149
 RIBEIRA DAS CALDAS — Montemor-o-Velho, 126
 RIBEIRA DE CERNACHE, 346
 RIBEIRO DA SERRA — Meda, 117
 RIO DE JANEIRO — Brasil, 146
 RIO DE VIDE — Miranda do Corvo, 346
 RISCA SILVA — Poiares, 49
 ROSSADAS — S. Simão (Pombal), 247
 ROSSIO DE SANTA CLARA — Coimbra, 44, 203, 229, 230, 231, 237
 ROUBÃ — Pombal, 220
 RUA ABÍLIO ROQUE — Coimbra, 270
 RUA ADELINO VEIGA — Coimbra, 66, 200
 RUA ADELINO VEIGA, N.º 54 — Coimbra, 254
 RUA AFONSO DE ALBUQUERQUE — Figueira da Foz, 228, 229
 RUA ANTERO DE QUENTAL — Coimbra, 269
 RUA DO ARNADO — Coimbra, 291
 RUA BORDALO PINHEIRO, N.ºs 82-84 — Coimbra, 69
 RUA CÂNDIDO DOS REIS, N.ºs 2-4 — Coimbra, 67
 RUA DO CERCO DOS JESUÍTAS — Coimbra, 269
 RUA DO CEMITÉRIO DA CONCHADA — Coimbra, 51
 RUA CORPO DE DEUS — Coimbra, 92
 RUA DO CORVO — Coimbra, 274
 RUA DO COTOVELO — Coimbra, 266
 RUA DIREITA — Coimbra, 43, 66
 RUA DIREITA, N.ºs 2-10 — Coimbra, 69
 RUA DIREITA, N.ºs 90 e 92 — Coimbra, 231
 RUA DIREITA, N.ºs 112 e 114 — Coimbra, 43
 RUA EMÍDIO GARCIA — Coimbra, 270
 RUA DOS FANQUEIROS, N.º 56 — Lisboa, 77
 RUA FERNANDES TOMÁS — Coimbra, 67
 RUA FERREIRA BORGES — Coimbra, 43, 269, 274, 275, 291
 RUA FERREIRA BORGES, N.ºs 138-140 — Coimbra, 67
 RUA FERREIRA BORGES, N.ºs 138-148 — Coimbra, 67
 RUA FIGUEIRA DA FOZ — Coimbra, 50, 66, 268
 RUA DE FORA DE PORTAS — Coimbra, 50, 268
 RUA DO GASÓMETRO — Coimbra, 164
 RUA INFANTE D. HENRIQUE, N.ºs 44-50 — Porto, 205
 RUA DE JOÃO MACHADO — Coimbra, 164
 RUA DA LOMBA — Figueira da Foz, 71
 RUA DA MADALENA — Coimbra, 43, 291
 RUA DA MOEDA — Coimbra, 177, 178

RUA DA MOEDA, N.ºs 72 a 78 —
Coimbra, 203
RUA DA NOGUEIRA — Coimbra,
43, 291
RUA DA NOGUEIRA, N.º 34 —
Coimbra, 91
RUA NOVA — Figueira da Foz,
228, 229
RUA OCIDENTAL DE MONTAR-
ROIO — Coimbra, 66
RUA DOS OLEIROS — Coimbra,
291
RUA DO PAÇO DO CONDE —
Coimbra, 67
RUA DAS PADEIRAS — Coimbra,
43
RUA DAS PADEIRAS, N.º 27 —
Coimbra, 42
RUA PADRE ANTÓNIO VIEIRA —
Coimbra, 270
RUA DO POÇO — Coimbra, 42
RUA DA PROVIDÊNCIA —
Figueira da Foz, 58
RUA DE QUEBRA-COSTAS —
Coimbra, 95
RUA DA REPÚBLICA, N.º 190 —
Figueira da Foz, 239
RUA SÁ DA BANDEIRA — Coim-
bra, 67
RUA DE SÃO JULIÃO, N.ºs 49-51
— Lisboa, 205
RUA DA SOFIA — Coimbra, 200,
255
RUA DA SOFIA, N.ºs 80-82 —
Coimbra, 67
RUA DAS SOLAS — Coimbra, 200,
254

RUA DAS SOLAS, N.º 58 — Coim-
bra, 254
RUA DA SOTA — Coimbra, 217
RUA VISCONDE DA LUZ —
Coimbra, 67, 269, 274, 275, 291
RUA VISCONDE DA LUZ, N.ºs 44-
-50 — Coimbra, 67
RÚSSIA, 133

S

SABADELL — Espanha, 147
SACAVÉM, 181
SANGUINHEIRO — Figueira de
Lorvão, 119
SANTA APOLÓNIA — Lisboa, 244
SANTA CLARA — Coimbra, 66,
103, 124, 142-144, 146, 148, 151,
154, 202, 203, 237, 265, 269,
292, 293, 296, 303, 322, 327,
338, 340
SANTA COMBA DÃO, 248
SANTA CRUZ — Coimbra, 206,
265
SANTA MARIA DA ARRIFANA —
Poiães, 57
SANTARÉM, 11, 162, 170, 211
SANTIÃES — Pombal, 220
SANTIAGO DE COMPOSTELA —
Espanha, 124
SANTIAGO DE LITÉM — Pombal,
247
SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS
— Coimbra, 66, 67, 80, 103, 117,
119, 265
SANTO VARÃO — Montemor-o-
-Velho, 134

SANTÓNIO — Pombal, 149
 SÃO BARTOLOMEU — Coimbra, 42, 265
 SÃO CAETANO — Cantanhede, 220
 SÃO GIÃO — Oliveira do Hospital, 149, 151
 SÃO JOÃO, ribeira, 286
 SÃO JOÃO DO CAMPO — Coimbra, 73
 SÃO JOÃO DA TERRA NOVA, 224
 SÃO JULIÃO — Figueira da Foz, 127, 175, 240
 SÃO MARTINHO DO BISPO — Coimbra, 87, 124, 126, 134, 256
 SÃO MARTINHO DA CORTIÇA — Tábuia, 77, 78, 119
 SÃO PAIO — Lavos, 202
 SÃO PAIO — Penacova, 175
 SÃO PAULO DE FRADES — Coimbra, 111
 SÃO PEDRO DE ALVA, 380
 SÃO SILVESTRE — Coimbra, 56, 59
 SÃO SILVESTRE — Lousã, 183
 SÃO SIMÃO — Pombal, 247
 SÉ NOVA — Coimbra, 50, 265
 SÉ VELHA — Coimbra, 265, 346, 350
 SEIA, 379
 SEIXAL, 170
 SEMIDE — Miranda do Corvo, 202, 220
 SEPINS — Cantanhede, 220
 SERNACHE — Vide: CERNACHE
 SERPINS, 10, 28, 183, 186-188, 193, 220, 286

SERRA DA BOA VIAGEM — Figueira da Foz, 115
 SERRA DA ESTRELA, 56-58
 SETÚBAL, 170, 205, 211
 SEVILHA — Espanha, 146
 SIGNO SAMO — Pampilhosa da Serra, 74
 SOBREIRA — Vide; CÃES
 SÓTÃO, rio, 286
 SOURE, 9, 10, 28, 48, 49, 63, 70, 73, 76, 109-111, 115, 119, 121, 122, 124-126, 136, 138, 148, 158-162, 168, 172, 195, 209, 241, 258, 280, 287, 325, 338, 380, 386, 388
 SOURE, rio, 195, 287
 SOUSELAS — Coimbra, 202, 220

T

TÁBUA, 9, 48, 49, 63, 70, 72, 76-78, 125, 134-137, 140, 141, 148, 163, 168, 172, 175, 218, 279, 325, 331, 332, 379
 TAVAREDE — Figueira da Foz, 127, 175, 224
 TAVEIRO, 178, 244
 TEATRO SOUSA BASTOS — Coimbra, 275, 276
 TEJO, rio, 246, 290
 TENTÚGAL, 138
 TOMAR, 156, 159, 160, 162, 170
 TORRE — Ega, 71
 TORRE DE BERA — Coimbra, 136, 138
 TORRES DO MONDEGO — Coimbra, 64, 117-118
 TRAVAÇÃO — Águeda, 226
 TRAVAZ — Condeixa-a-Nova, 149

TROUXEMIL — Coimbra, 175, 178

U

URSO — Leiria, 245

V

VAL DE CABRA — Semide, 220

VALADA — Serpins, 220

VALE DOS CARREIROS — Albergaria dos Doze, 247

VALE DAS ÉGUAS — Lousã, 186

VALE MAIOR — Albergaria-a-Velha, 159, 192

VALE DE MEDEIROS — Cantanhede, 49

VALE DA PRESA — Oliveira do Hospital, 49, 52

VALE SERRÃO — Pampilhosa da Serra, 74

VALE VIDEIRO — Paião, 232-233, 238

VALE DA VILARIÇA — Trás-os-Montes, 45

VALEIRO DA VINHA — S. Maria da Arrifana, 57

VÁRZEA — Góis, 149, 152, 220

VÁRZEA — Penacova, 220, 221

VENDA NOVA — Poiares, 220, 335

VENDAS DE CEIRA — Coimbra, 46

VERMOIL — Pombal — 111, 220

VERRIDE — Montemor-o-Velho, 126

VIANA DO CASTELO, 54, 170

VIEIRA DE LEIRIA — Leiria, 243

VILA NOVA DE GAIA, 375

VILA NOVA DE POIARES — Vide: POIARES

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, 211

VILA SECA — Condeixa-a-Nova, 136

VILA VERDE — Figueira da Foz, 202, 240, 243

VILELA — Nogueira do Cravo, 87

WISEU, 10, 11, 95, 169, 218

VISO — Figueira da Foz, 228

VISTA ALEGRE — Ílhavo, 181

VOLTA DAS CALÇADAS — Santa Clara (Coimbra), 296

Z

ZÊZERE, rio, 150

ZURIQUE, Suíça, 267

3. ÍNDICE DE FIRMAS, SOCIEDADES E INSTITUIÇÕES

A

- A CONSTRUTORA ARGANILLENSE, LDª — Arganil, 220
- A IDEAL, LDª — Fábrica de Malhas — Coimbra, 165, 167, 334
- A INDUSTRIAL DE LEMEDE, LDª — Leme de, 220
- A LUSITANA — Coimbra, 229
- A INDUSTRIAL, LDª — Figueira da Foz, 225
- A PENINSULAR — Coimbra, 203
- A PRIMOROSA, DE FANZERES, DIAS & Cª — Coimbra, 167
- A. AMADO & Cª — Coimbra, 94, 364, 366, 367
- A. ANDORINHA — Coimbra, 364
- A.G. CUNHA — Coimbra, 275
- A. MORAIS & Cª, LDª — Marinha Grande, 243
- ABÍLIO SEVERO, SUCESSORES — Coimbra, 259
- ABREU & PIEDADE — Coimbra, 42
- ADRIANO DA CUNHA & IRMÃO — Cantanhede, 54
- AGRIA & Cª, LDª — Coimbra, 275
- ALBERTO, FELICIANO & Cª, LDª — Roubã, 220
- ALBINO ANTÓNIO PEREIRA & IRMÃO, LDª — Coimbra, 220
- ALBUQUERQUE & CORREIA — Coimbra, 67
- ALFAIATARIA CENTRAL, LDª — Lousã, 77
- ALIANÇA DA BEIRA, LDª — Figueira da Foz, 66
- ALMEIDA & COSTA — Coimbra, 322
- ALMEIDA, LDª — S. Paio, 202
- ALMEIDA RODRIGUES & Cª — Coimbra, 252
- ALONSO, ALVES & Cª — Figueira da Foz, 252
- ÁLVARO & FERRÃO — Coimbra, 94
- ÁLVARO SIMÕES & FILHO — Coimbra, 84
- ALVES & MENDES — Buarcos, 65
- ALVES, VALENTIM, MENDES & Cª, LDª — Pinheiro de Coja, 175, 331

- AMADO, BISARRO & C^a — Coimbra, 67, 68
- ANDRADE & SILVA, LD^a — Lousã, 83, 84
- ANÍBAL DE LIMA & IRMÃO — Coimbra, 163-166, 169, 277, 334
- ANÍBAL LOBO & CARVALHO — Coimbra, 252
- ANTÓNIO DIAS TEMIDO, FILHO — Coimbra, 69
- ANTÓNIO JACINTO & FILHO — Coimbra, 77, 79, 321
- ANTÓNIO LOPES FERREIRA, FILHOS — Alvoco da Várzea, 252
- ANTÓNIO MALHO & FILHOS — Vermoil, 220
- ANTÓNIO DAS NEVES, JOSÉ DAS NEVES, ANTÓNIO DE MATOS BISPO E AUGUSTO DE MATOS — Valada, 220
- ANTÓNIO PINTO DE MAGALHÃES, LD^a — Coimbra, 94, 95
- ANTÓNIO SIMÕES MISARELA E AUGUSTO LOPES — Coimbra, 88
- ANTÓNIO SIMÕES MISARELA E JOAQUIM DA COSTA NETO — Coimbra, 88
- ANTÓNIO SIMÕES MISARELA, MANUEL MARTINS E FRANCISCO SALES — Lousã, 88
- AREOSA & C^a — Coimbra, 275
- ARGANILENSE — Arganil, 56, 57
- ARMAZÉM DE LANIFÍCIOS DE S. JULIÃO, LD^a — Lisboa, 77
- ARSÉNIO LOPES QUARESMA & C^a — Vila Nova de Poiares, 100
- ARTUR MOURA, MOUSINHO & C^a (CASA MINERVA) — Coimbra, 259
- ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS DE COIMBRA — 346
- ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS FABRICANTES DE CALÇADO DE COIMBRA, 81, 82
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE COIMBRA, 61, 87, 203, 270, 308, 309
- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA — Lisboa, 189, 248
- AUGUSTO LUIZ MARTHA, SUCESSORES, LD^a — Coimbra, 229, 231
- AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA & IRMÃOS — Coimbra, 54
- AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA E MARIA DE JESUS BATISTA — Coimbra, 54
- AUGUSTO DA SILVA TEIXEIRA — Coimbra, 199
- AURÉLIO ANTÓNIO FERREIRA & C^a — Coimbra, 77
- AUTO INDUSTRIAL, LD^a — Coimbra, 364, 336, 367
- AVELINO RODRIGUES & CAMPOS — Coimbra, 91
- AYRES AUGUSTO QUARESMA DE ALMEIDA — Ponte do Espinhal, 149, 153-154
- AYRES, VALADARES & MATOSO, LD^a — Ameal, 210
- AZEVEDO & C^a, LD^a — Paleão, 159

B

BAERLEIN & COMPANY — Manchester, 161
BANCO DO ALENTEJO, 375
BANCO BORGES & IRMÃO, 356, 380
BANCO DE BRAGANÇA, 375
BANCO DE CHAVES, 375
BANCO COMERCIAL DE COIMBRA, 319, 360, 372, 376, 377, 383
BANCO COMERCIAL DE VIANA, 302, 372, 376
BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 375
BANCO DO CONTINENTE E ILHAS, 380
BANCO DE GUIMARÃES, 375
BANCO INDUSTRIAL PORTUGUÊS, 102, 356, 363, 364, 380-382
BANCO LISBOA & AÇORES, 376
BANCO NACIONAL, 375
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, 356, 357, 359, 380, 381
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR, 217, 356, 380, 382
BANCO DE PORTUGAL, 303, 309, 314, 329, 351, 354, 356, 357, 359, 360, 363, 364, 366, 370-373, 375, 378-381, 383
BANCO PORTUGUÊS, 375, 376
BANCO DE SEGUROS, 380
BANCO DE VILA NOVA DE GAIA, 375
BANQUE DE FRANCE, 351

BAPTISTA, TABORDA & MARTINS, LDª — CERÂMICA ARGANILENSE — Arganil, 175
BARBOSA & Cª — Coimbra, 178
BARBOSA, COIMBRA & Cª, LDª — S. Paio, 175, 331
BARBOSA & COIMBRA, LDª — ESTRELA DE ALVA — S. Paio, 175, 176-178
BASTOS, SANTOS & Cª — Val da Cabra, 220
BEBIANO & FERREIRA — Pampilhosa da Serra, 118
BERGAMIM, LDª — Pampilhosa do Botão, 88, 89
BOLSA AGRÍCOLA, 362
BONIFÁCIO, MAGALHÃES & Cª — Pampilhosa do Botão, 175, 331
BÖRSIG & Cª — Berlim, 267
BRANDÃO, AFONSO, NAZARETH & Cª, LDª — Ervedal da Beira, 175, 331
BRÍZIDO & IRMÃO — Miranda do Corvo, 65
BRÍZIDO & IRMÃO — Coimbra, 65

C

CABRAI, MELICH & Cª, LDª — Coimbra, 276
CAIXA GERAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA, 362
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, 179, 273, 280, 343, 352, 353, 361, 363, 364, 366, 368-370, 373, 380, 383
CAIXA NACIONAL DE CRÉDITO, 362

- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, 83, 115, 118, 208, 266-271, 273, 277, 314
- CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ, 280
- CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS, 279
- CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ, 192
- CÂMARA MUNICIPAL DE PESO DA RÉGUA, 267
- CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE, 280
- CAMILO, SILVA & C^a — Pisão de Gaiate, 247
- CAMPOS & IRMÃO — Coimbra, 321
- CARDOSO & EUGÉNIO — Coimbra, 83, 84
- CARLOS FUCHS, LD^a — Lisboa, 276
- CARPINTARIA MECÂNICA CONIMBRICENSE, LD^a — Coimbra, 91, 220
- CARVALHO, MARIANO & C^a — Semide, 202
- CASA BANCÁRIA JOSÉ HENRIQUES TOTA & C^a, LD^a, 356, 363, 364, 373, 380
- CASA COLONIAL — Coimbra, 67
- CASA MINERVA — Vide: ARTUR, MOURA, MOUSINHO & C^a
- CASA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS, 346
- CENTRO FABRIL DE CALÇADO, LD^a — Coimbra, 84, 85
- CERÂMICA ARGANILENSE — Vide: BAPTISTA, TABORDA & MARTINS, LD^a
- CERÂMICA EXCELSIOR DA PAMPILHOSA — Vide: FIGUEIREDO & C^a, LD^a
- CERÂMICA & EXPORTAÇÃO, LD^a — Tavarede, 175
- CERÂMICA FIGUEIRENSE, LD^a — Figueira da Foz, 175
- CERÂMICA, LD^a — Coimbra, 178, 179, 291, 363, 364, 366, 367
- CERÂMICA MONDEGO, LD^a — Trouxemil, 175, 364, 373
- CERVEJA DE COIMBRA, LD^a — Coimbra, 70, 216, 217, 277, 382
- COELHO DA SILVA, LD^a — Coimbra, 65
- CLARCOOP — TECIDOS E CONFECÇÕES (FÁBRICA DE LANIFÍCIOS DE SANTA CLARA) — Coimbra, 146, 147
- COIMBRA EDITORA, LD^a — Coimbra, 259, 260
- COIMBRA & IRMÃO — Coimbra, 254
- COLÉGIO DAS ARTES — Coimbra, 184
- COLÉGIO DA GRAÇA — Coimbra, 50
- COMPANHIA AUXILIAR DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL — Porto, 360
- COMPANHIA DE CERVEJA DE COIMBRA — Coimbra, 217, 382
- COMPANHIA DE CERVEJAS ESTRELA — Lisboa, 217

- COMPANHIA CONIMBRICENSE
DE ILUMINAÇÃO A GÁS —
Coimbra, 270, 271
- COMPANHIA EDIFICADORA
FIGUEIRENSE — Figueira da
Foz, 88, 89, 123, 241, 319
- COMPANHIA EDIFICADORA E
INDUSTRIAL DE COIMBRA —
Coimbra, 88, 89, 123, 302
- COMPANHIA ELÉCTRICA FI-
GUEIRENSE — Figueira da
Foz, 280
- COMPANHIA DAS FÁBRICAS
CERÂMICA LUSITÂNIA —
Coimbra, 181
- COMPANHIA FABRIL E INDUS-
TRIAL DE SOURE — Soure,
158, 160-162
- COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECI-
DOS DE COIMBRA — Coim-
bra, 141, 142, 319
- COMPANHIA INDUSTRIAL DE
PORTUGAL & COLÓNIAS —
Lisboa, 205
- COMPANHIA LUSITANA DE FÓS-
FOROS — Porto, 61
- COMPANHIA DA MINA DE MUR-
CELÃO — S. Martinho da Cor-
tiça, 119
- COMPANHIA MINEIRA E INDUS-
TRIAL DO CABO MONDEGO
— Figueira da Foz, 113, 114,
118, 241
- COMPANHIA DE MOAGEM DO
CENTRO DE PORTUGAL —
Figueira da Foz, 202, 204
- COMPANHIA NACIONAL DE PES-
CAS E TRANSPORTES —
Figueira da Foz, 363, 369
- COMPANHIA DE PAPEL DE GÓIS
— Góis, 188, 279, 346, 348
- COMPANHIA DO PAPEL DO
PRADO — Lisboa, 189, 192, 256
- COMPANHIA PORTUGUESA
EXPLORADORA DOS JAZI-
GOS DE ALENCARCE E
OUTROS — Soure, 109, 119
- COMPANHIA PORTUGUESA DE
FÓSFOROS — Lisboa, 55, 61,
220
- COMPANHIA PRODUTORA DE
MALTE E CERVEJA PORTU-
GÁLIA — Lisboa, 217
- COMPANHIA DA REAL FÁBRICA
DE FIAÇÃO DE TOMAR —
Tomar, 156, 159, 160
- COMPANHIA UNIÃO FABRIL
PORTUENSE — Porto, 215
- COMPANHIA UNIÃO INDUSTRIAL
PORTUGUESA, LDª — Pombal,
220
- COMPETIDORA INDUSTRIAL E
COMERCIAL DE ARGANIL, LDª
— Arganil, 279
- CONFRARIA DO SANTÍSSIMO
SACRAMENTO DA SÉ VELHA
— Coimbra, 346, 350
- CONSTRUCTORA DE COIMBRA,
LDª — Coimbra, 101, 382
- COOPERATIVA FAMILIAR OPE-
RÁRIA — Poiares, 106

COOPERATIVA DE PÃO «A
CONIMBRICENSE» — Coimbra,
364

CORREIA, GAITO & CANAS —
Coimbra, 42

CORTINHAS & FERREIRA —
Coimbra, 65

COSTA E SILVA & ALMEIDA —
Figueira da Foz, 94

CRUZ & IRMÃO, LDª — Figueira da
Foz, 252

CRUZ LEAL & Cª — Mata do Car-
riço, 220

D

DÂMASO LUÍS DOS SANTOS, LDª
— Vieira de Leiria, 243

DAMIÃO & Cª — Coimbra, 77, 320

DEPARTAMENTO TÊXTIL DA
UNIVERSIDADE DE LEEDS —
Leeds, 147

DIAS DA COSTA & BAPTISTA —
Coimbra, 252

DIAS PEREIRA, MARQUES PINTO
& Cª — Estrela — Coimbra, 202,
205, 364

DINIS DE CARVALHO & Cª —
Coimbra, 88

DINIS COSTA & REIS — Coimbra,
91

DIRECÇÃO GERAL DO COMÉR-
CIO E INDÚSTRIA — Lisboa,
310

DOMINGOS DA CUNHA & FILHOS
— Cantanhede, 54

DUARTE LOPES, LDª — Figueira
da Foz, 225

E

EDUARDO DE BRITO & FERREIRA
— S. Gião, 149

EDUARDO MARTHA & Cª — A
PENINSULAR — Coimbra, 202

ELECTRO-CONIMBRICENSE, LDª
— Coimbra, 275

ELECTROTÉCNICA DE COIM-
BRA, LDª — Coimbra, 276

ELISÁRIO CASAL & Cª — Coimbra,
259

EMPRESA DE CALÇADO FOX —
Braga, 81

EMPRESA DE CERÂMICA DO
ARNEIRO, LDª — Lousã, 175,
332

EMPRESA CERÂMICA DA CAR-
RIÇA, LDª — Coja, 175, 331

EMPRESA CERÂMICA MONTE
BELO, LDª — Trouxemil, 175

EMPRESA CONSTRUTORA DO
TEATRO FIGUEIRENSE —
Figueira da Foz, 319

EMPRESA FABRIL DE MALHAS,
LDª — Coimbra, 167

EMPRESA FIGUEIRENSE, LDª —
Figueira da Foz, 225, 227

EMPRESA INDUSTRIAL DE ADU-
BOS ORGÂNICOS, LDª —
Figueira da Foz, 364, 366, 367

EMPRESA INDUSTRIAL DE
COVÕES, LDª — Covões, 220

EMPRESA INDUSTRIAL DE LOR-
VÃO, LDª — Lorvão, 259

EMPRESA INDUSTRIAL DO MONDEGO, LDª — Murraceira, 242, 243

EMPRESA INDUSTRIAL DE PENACOVA, LDª — Várzea, 220

EMPRESA INDUSTRIAL PORTUGUESA — Lisboa, 256, 269

EMPRESA INDUSTRIAL DE SEPINS, LDª — Sepins, 220

EMPRESA INDUSTRIAL VARZEENSE — Várzea, 220

EMPRESA LUSITANA DE CONSTRUÇÕES NAVAIS, LDª — Figueira da Foz, 225

EMPRESA MECÂNICA DE PALITOS, LDª — Coimbra, 101, 102, 382

EMPRESA DE SERRAÇÃO E MOAGEM, LDª — Lousã, 220

EMPRESA VIDREIRA DA FONTELA, LDª — Fontela, 243, 245

ESCOLA LIVRE DAS ARTES DO DESENHO — Coimbra, 92, 123, 249

ESPÍRITO SANTO, AREOSA & Cª — Coimbra, 201, 202, 206

ESTRELA DE ALVA — Vide: BARBOSA & COIMBRA, LDª

ESTRELA DE OURO — Coimbra, 69

EXPORTAÇÃO MONDEGO, LDª — Rebordosa, 100

F

F. STREET & Cª, LDª — Londres, 280

FÁBRICA «ANDORINHA» — Coimbra, 210

FÁBRICA DE CAL DE COIMBRA, LDª — Coimbra, 91

FÁBRICA DE CERÂMICA DE TAVEIRO — Taveiro, 178

FÁBRICA DE CERVEJA JANSEN — Porto, 217

FÁBRICA DE CERVEJA DA TRINDADE — Lisboa, 217

FÁBRICA DE COELHO & IRMÃO — Rei de Moinhos, 163

FÁBRICA CONIMBRICENSE DE ARTEFACTOS DE MALHA — Coimbra, 164

FÁBRICA DE CONSERVAS A COMPENSADORA, LDª — Buarcos, 214

FÁBRICA DE CURTUMES DE COIMBRA — Coimbra, 236, 334

FÁBRICA DE FIAÇÃO DE CONDEIXA — Vide: JOSÉ DE NÁPOLES E JOÃO BEBIANO

FÁBRICA DE FIAÇÃO DA PONTE DO ESPINHAL — Ponte do Espinhal, 152-154

FÁBRICA DE FIAÇÃO DE POMBAL — Pombal, 152-153

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE ALGODÃO — Paleão, 110, 115

FÁBRICA DE FIAÇÃO DE TOMAR — Tomar, 110, 170

FÁBRICA DO GÁS — Coimbra, 115, 268, 269, 272, 276

- FÁBRICA INDUSTRIAL DO PINHAL — Vide: SIMÕES & SIMÕES
- FÁBRICA DE JOSÉ CLEMENTE PINTO — Coimbra, 199-200
- FÁBRICA DE JOSÉ FRANCISCO DA CRUZ — Coimbra, 200
- FÁBRICA DE LANIFÍCIOS DE SANTA CLARA (CLARCOOP — TECIDOS E CONFECÇÕES) — Coimbra, 146-148, 151, 168
- FÁBRICA DE LOIÇA DO CARVALHINHO — Porto, 181
- FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM — Sacavém, 181
- FÁBRICA DE LOIÇA DA VISTA ALEGRE — Ílhavo, 181
- FÁBRICA DE LOUÇAS & CERÂMICA, LDª — Cantanhede, 175, 331
- FÁBRICA DE PAPEL DA PONTE DO SÓTÃO — Góis, 13, 279
- FÁBRICA PERSEVERANÇA — Vide: JOSÉ DOS SANTOS CARNEIRO
- FÁBRICA «SANTA MARIA» — Vila Réal de Santo António, 211
- FÁBRICA UNIÃO — Vide: MONTEIRO & Cª
- FÁBRICA «VULCANO» — Barcelona, 144
- FÁBRICAS MONDEGO, LDª — Ameal, 210
- FÁBRICAS TRIUNFO, LDª — Coimbra, 204, 205, 277, 334
- FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO — Porto, 180
- FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA — Coimbra, 309
- FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA — Coimbra, 292, 302, 304, 344, 345
- FANZERES, DIAS & Cª, LDª — Coimbra, 167, 334, 346, 348
- FARIA & MAIA — Coimbra, 65
- FEITIERAS & Cª, LDª — Figueira da Foz, 66
- FEITORIA ou ARMAZÉM DO GUIMARÃES — Santa Clara, 45
- FEITORIA DOS LINHOS CÂNHAMOS — Rossio de Santa Clara, 44
- FEITORIA DE MONCORVO — Moncorvo, 45
- FERNANDES & FERREIRA, LDª — Coimbra, 94
- FERNANDO ANTÓNIO GARCIA E ELÍSIO ARTUR DOS SANTOS — Figueira da Foz, 94
- FERREIRA, BRITO & ALVES — Nogueira do Cravo, 220
- FERREIRA & FERREIRA, LDª — Antanhol, 73
- FERREIRA SANTIAGO & Cª, LDª — Pampilhosa do Botão, 220
- FERREIRA & SERRA — Coimbra, 259
- FIGUEIREDO & Cª, LDª — CERÂMICA EXCELSIOR DA PAMPILHOSA — Pampilhosa do Botão, 175

FLORESTAL MONDEGO, LDª —
Porto da Raiva, 220
FOMENTADORA MARÍTIMA, LDª
— Figueira da Foz, 225, 227,
335, 339
FONSECA & ALBUQUERQUE —
Coimbra, 67
FONSECA & FILHO — Lages, 321
FORMIGAL & COMANDITA —
Porto, 329, 346, 349
FOSFOREIRA PORTUGUESA —
Espinho, 61
FOZ DO MONDEGO — Figueira da
Foz, 226
FRANCISCO ANTUNES — Figuei-
ra da Foz, 364, 366
FRANCO & HERMENEGILDO —
Coimbra, 91
FUNDIÇÃO ALVES COIMBRA —
Coimbra, 254

G

GALVÃO & FERREIRA — Coimbra,
69
GARLAND LAIDLEY & Cª —
Figueira da Foz, 351
GENTIL & BROEIRO — Figueira
da Foz, 83, 84
GONÇALVES SILVA & Cª — Argan-
nil, 73
GOUVEIA & DIAS — Coja, 247
GRÁFICA CONIMBRICENSE, LDª
— Coimbra, 259, 260
GRÉMIO DOS EXPORTADORES
DE SAL DA RIA DE AVEIRO —
Aveiro, 130

GRÉMIO DOS PRODUTORES DE
SAL DA FIGUEIRA DA FOZ —
Figueira da Foz, 129
GUILHERME DE ALMEIDA ALVES
MELÃO & Cª — Góis, 247
GUILHERME AUGUSTO D'OLI-
VEIRA GAMA, SUC., LDª, 239
GUILHERME DE OLIVEIRA & Cª —
Figueira da Foz, 252
GUIMARÃES & BRACOURT —
Cabo Mondego, 115

H

HIDRO-ELÉCTRICA DE ARGANIL,
LDª — Arganil, 163, 279

I

IMPrensa LUSITANA — Figueira
da Foz, 256, 364
IMPrensa NACIONAL DE LIS-
BOA — Lisboa, 261-263
IMPrensa DA UNIVERSIDADE —
Coimbra, 193, 257, 260-263, 274
INÁCIO ALVES CHAVES & Cª —
Coimbra, 67
INÁCIO & BAPTISTA — Coimbra,
91, 92

J

J.A. PINTO LDª — Figueira da Foz,
214
J. GARCIA & Cª, LDª — Coimbra,
67
J.M. AMARAL & OLIVEIRA —
Coimbra, 77

J. PEDROSA & COSTA, LDª —
Pampilhosa do Botão, 252
J. ZINK & ESTEVES — Soure, 109,
110
JOAQUIM DE ALMEIDA & Cª —
Coimbra, 252
JOAQUIM CRISÓSTOMO & GUE-
DES, LDª — Coimbra, 94, 95
JOAQUIM MIRANDA & FILHO —
PROGRESSO — Coimbra, 202,
207
JOAQUIM DOS SANTOS CAR-
RIÇO — Figueira da Foz, 364
JOAQUIM DE SOUSA NEVES
JÚNIOR & Cª — Coimbra, 65
JOÃO MARIA FIGUEIRA — Coim-
bra, 364, 366
JOÃO MARIA DE SOUSA & Cª —
Figueira da Foz, 220
JOÃO VIEIRA & FILHOS — Coim-
bra, 210
JORGE & CASTOR — Albergaria
dos Doze, 220
JOSÉ ALVES COIMBRA, SUCES-
SORES — Coimbra, 254, 256
JOSÉ ANTÓNIO COELHO & Cª,
LDª — Lousã, 94
JOSÉ BATISTA DE MELO & Cª —
Cabouco, 46
JOSÉ CARLOS BENTO & Cª —
Cantanhede, 252
JOSÉ CORREIA MARQUES & Cª
— S. Martinho da Cortiça, 77,
78
JOSÉ GASPAR MARQUES NEVES
& FILHO — Figueira da Foz,
238

JOSÉ HENRIQUES PEDRO E
FRANCISCO ALMEIDA —
Coimbra, 84
JOSÉ LINO & Cª, LDª — Figueira
da Foz, 228
JOSÉ MARIA DE CARVALHO E
SÉRGIO DOS REIS — Coim-
bra, 84
JOSÉ DE NÁPOLES E JOÃO
BEBIANO. «FÁBRICA DE FIA-
ÇÃO DE CONDEIXA» —
Condeixa-a-Nova, 149, 151, 152
JOSÉ PEDRO GOMES, LDª — Lis-
boa, 243
JOSÉ DOS SANTOS CARNEIRO.
«FÁBRICA PERSEVERANÇA»
— Várzea, 149, 199
JOSÉ SIMÕES PEREIRA &
IRMÃOS — Coimbra, 88, 89
JOSÉ VICTORINO BOTELHO DE
MIRANDA — Coimbra, 201, 202
JUNCEIRO, MÓNICA & Cª —
Figueira da Foz, 225
JUNTA AUTÓNOMA DAS ESTRA-
DAS — Lisboa, 15

L

L.M. DA COSTA DIAS & FILHOS,
LDª — Coimbra, 67, 68
LAIDLEY & COMANDITA —
Figueira da Foz, 205
LAMARTINE, PIMENTEL & IRMÃO
— Coimbra, 77, 78
LEAL, DUARTE & Cª — Guia, 240
LEITARIA CONIMBRICENSE, LDª
— Coimbra, 67, 68

LEITES, SOBRINHO & C^ª —
Soure, 111
LIMA MAYER & C^ª — Lisboa, 71
LINDOTE & BARRETO — Gala,
224
LISBOA, NETTO & COMPANHIA
— Soure, 158
LOBO & FILHO (depois: FILHOS)
— Coimbra, 167, 364
LOPES & C^ª (TIPOGRAFIA
MODERNA) — Coimbra, 259
LOURENÇO & C^ª, LD^ª — Coimbra,
67
LUFAPO — Coimbra, 178
LUÍS MANUEL DA COSTA DIAS
— Coimbra, 364, 366
LUIS DENIZ, LD^ª — Figueira da
Foz, 220
LUIZ FERREIRA DE SOUSA CRUZ
& IRMÃO — Porto, 255
LUSITÂNIA — Coimbra, 178, 277

M

M. CRAVEIRO & IRMÃO — Lorvão,
100
M. FERREIRA & C^ª, LD^ª — Lorvão,
99
M. FERREIRA, IRMÃO & ALVES —
Buarcos, 65
MAGALHÃES & COSTA, —
Coimbra, 84
MAIA SIMÕES & C^ª — Coimbra, 65
MALVA & FARIA — Soure, 110,
111
MANUEL BARATA LIMA, MU-
LHER E FILHOS, JOSÉ
MANUEL DINIS E PEDRO
LOPES CORTEZ — Alvares,
149
MANUEL FRANCISCO MIRANDA
& C^ª — Coimbra, 94
MANUEL GOMES LEITE — Coim-
bra, 199, 220
MANUEL GONÇALVES & IRMÃO
— Cantanhede, 54
MANUEL LOPES RAMOS & C^ª,
LD^ª — Pedrogueira, 247
MANUEL JAIME PESSOA —
Figueira da Foz, 364, 366
MANUEL RODRIGUES FERREIRA
& IRMÃO — Penacova, 100
MANUEL SIMÕES & C^ª, LD^ª —
Lemedo, 220
MARIA DA SILVA MOTA & C^ª,
SUCESSORES DE MOTA DE
QUADROS — Figueira da Foz,
252
MARQUES & C^ª — Gala, 65
MARQUES MANSO & C^ª — Coim-
bra, 199
MARQUES & PELICANOS —
Casal de Luís, 202
MARTINS & COMANDITA —
Figueira da Foz, 364, 366
MATOS, LD^ª — Figueira da Foz,
364, 366
MELLO, MARQUES, PARAÍZOS &
C^ª — Coimbra, 275
MENDES, RODRIGUES & C^ª, LD^ª
— Santiago de Litém, 247
MESQUITA, PIMENTEL & C^ª —
Miranda do Corvo, 175, 331
METALÚRGICA DE COIMBRA,
LD^ª — Coimbra, 252
MIGUEL DIAS BARATA & FILHO
— Coimbra, 76
MIGUEL VIEIRA & ARRIBANÇA,
LD^ª — S. Caetano, 220

MINERVA — Oliveira do Hospital, 56-58
MINERVA, LDª — Coimbra, 202
MISERICÓRDIA DE COIMBRA — OFICINAS DE CALÇADO, 81-82
MOAGEM PARTICULAR — Coimbra, 177
MOITA & Cª — Condeixa-a-Nova, 74
MÓNICA & Cª, LDª — Figueira da Foz, 225
MONTEIRO & Cª (FÁBRICA UNIÃO) — Vale dos Carreiros, 247, 338
MONTEIRO, SANTOS & Cª — Coimbra, 77
MONTEMOR INDUSTRIAL, LDª — Montemor-o-Velho, 202
MOURA GOMES NETO & Cª, LDª — Lisboa, 280

N

NACIONAL — Poiares, 56, 57
NÁPOLES, FERREIRA & Cª, LDª — Coimbra, 220
NÁPOLES, PINTO BASTO & Cª, LDª — Figueira da Foz, 225, 227
NASCIMENTO & OLIVEIRA, SUCS. — Figueira da Foz, 280
NESTÓRIO DIAS, SUCESSORES, LDª — Figueira da Foz, 129
NETO & IRMÃO, LDª — Vide: PADARIA PROGRESSO
NEVES FERNANDES & Cª, LDª — Coimbra, 101
NEVES & VIEIRA — Coimbra, 259

NOVA CERÂMICA DA PAMPILHOSA — Pampilhosa do Botão, 175
NOVA EMPRESA INDUSTRIAL LOUSANENSE, LDª — Lousã, 91
NOVA IMPRENSA INDUSTRIAL LOUSANENSE, LDª — Lousã, 259, 339
NOVA COMPANHIA NACIONAL DE MOAGEM — Lisboa, 205
NOVA SOCIEDADE INDUSTRIAL — Santiães, 220
NUNES & FERREIRA — Coimbra, 65
NUNES & IRMÃO — Figueira da Foz, 65
NUNES & NUNES, LDª — Gatões, 210
NUNES & VENTURA — Condeixa-a-Nova, 65

O

OLIVEIRA, DUARTE & MARQUES — Figueira da Foz, 65
OTTO BIENER & Cª, LDª — Coimbra, 220

P

PACHECO SOBRINHO & MORAIS, LDª — Souselas, 202
PADARIA PROGRESSO, DE NETO & IRMÃO, LDª — Coimbra, 266
PADILHA, REBELO & Cª, LDª — Lousã, 205, 280
PAI DE MANUEL DINIS BARATA LIMA — Foz de Arouce, 149

PAIVA e Cª — Figueiró dos Vinhos,
58
PALAIS DE LA MODE — Coimbra,
78
PANIFICAÇÃO DE COIMBRA, LDª
— Coimbra, 64-66
PEDRO GOMES, LDª — Porto, 243
PEDRO HENRIQUES & Cª —
Penacova, 99
PEIG, PLANAS & Cª — Coimbra,
142-144, 269, 303, 325, 338, 340
PENINSULAR — Figueira da Foz,
256
PENITENCIÁRIA DE COIMBRA —
OFICINAS DE CALÇADO —
Coimbra, 81
PEREIRA, OLIVEIRA & FERREIRA,
LDª — Coimbra, 252
PLANAS & Cª EM COMANDITA —
Coimbra, 144, 146, 277, 322,
364
PLANAS & PONSÁ — Coimbra,
144, 340
PLANAS & ROVIRA — Coimbra,
168
PLATT BROTHERS & Cª — Old-
ham, 164
PORCELANA DE COIMBRA, LDª
— Coimbra, 277, 364, 366, 371
PREDIAL ECONÓMICA, LDª —
Coimbra, 88
RAMOS & SANTOS, LDª — Coim-
bra, 252
RAPOSO, AMADO, GODINHO &
Cª, LDª — Coimbra, 235
RAYMUNDO & IRMÃO — Figueira
da Foz, 85

RIBEIRO & ÁGUAS — Figueira da
Foz, 213
RIBEIRO DIAS & Cª — Figueira da
Foz, 228
RIBEIRO E FERREIRA, LDª —
Coimbra, 65
RIBEIRO & FILHO — Paião, 77,
320
RIBEIRO MAGALHÃES & Cª, LDª
— Coimbra, 65
RODRIGUES DOS SANTOS & Cª
— Coimbra, 166
ROLA, NOGUEIRA & MACHADO
— Quiaios, 202
ROMÃO, HENRIQUES & SAMORA
— Mota, 220, 338
ROSÁRIA DOS SANTOS, VIÚVA &
FILHOS — Cantanhede, 54
ROST & JAMES, SUCESSORES —
Porto, 165

S

SABOARIA UNIÃO DE COIMBRA,
LDª — Coimbra, 230, 338
SANTA CLARA — Arganil, 56
SANTOS ALMEIDA FILHO &
CUNHA — Coimbra, 65
SANTOS, CARVALHO & FERNAN-
DES — Coimbra, 88
SANTOS & Cª, LDª — Coimbra, 94,
95
SANTOS & Cª (TIPOGRAFIA LITE-
RÁRIA) — Coimbra, 259
SANTOS & OLIVEIRA, LDª —
Gavinhos de Baixo, 220
SANTOS & SILVA — Coimbra, 231

- SECO, ALVES & C^ª, LD^ª — Coimbra, 237-238
- SECO, GRAÇA & MARQUES — Coimbra, 252
- SENADO MUNICIPAL — Coimbra, 267
- SERRAÇÃO DE ARAZEDE, LD^ª — Arazede, 220, 329, 334-335
- SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE COIMBRA — Coimbra, 266, 267, 276-278
- SILVA, DUARTE & C^ª — Arganil, 73
- SILVA & FILHO — Coimbra, 84, 85
- SILVA E SANTOS — Coimbra, 65
- SIMÕES, FIGUEIREDO & C^ª, LD^ª — Coimbra, 364
- SIMÕES, NOGUEIRA & C^ª, LD^ª — Venda Nova, 220, 335
- SIMÕES & PAGUIM (FÁBRICA INDUSTRIAL) — Cerejeira, 247
- SIMÕES & SIMÕES (FÁBRICA INDUSTRIAL DO PINHAL) — Rossadas, 247, 338
- SIMÕES E SOUSA — Coimbra, 65
- SINDICATO AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE SAL DA FIGUEIRA DA FOZ — Figueira da Foz, 129, 130
- SOARES & BAPTISTA — Miranda do Corvo, 175, 331
- SOARES, MATOS, PINHEIRO & C^ª — Coimbra, 67
- SOCIEDADE BEBIANO & FERREIRA — Fajão, 119
- SOCIEDADE DE BROWEN & C^ª — Zurique, 267
- SOCIEDADE BURQUETS & AMIL — Avô, 119
- SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS — Coimbra, 217
- SOCIEDADE CENTRAL DE PANTIN — França, 141
- SOCIEDADE CERÂMICA DE POMBAL, L^ª — Pombal, 175, 331, 332
- SOCIEDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL DE COIMBRA, LD^ª — Coimbra, 364
- SOCIEDADE CONSTRUTORA DE NAVIOS, LD^ª — Figueira da Foz, 225, 227, 335
- SOCIEDADE DE CURTUMES, LD^ª — Figueira da Foz, 238, 239
- SOCIEDADE EDUARDO MARTHA & C^ª — Coimbra, 203
- SOCIEDADE FIGUEIRENSE DE CONSTRUÇÕES NAVAIS, LD^ª — Figueira da Foz, 225, 227
- SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ARAZEDE, LD^ª — Arazede, 202
- SOCIEDADE INDUSTRIAL EXPORTADORA, LD^ª — Pombal, 220
- SOCIEDADE DAS MALHAS, LD^ª — Coimbra, 167, 334, 364
- SOCIEDADE DE MERCEARIAS, LD^ª — Coimbra, 202, 204, 334
- SOCIEDADE DE MERCEARIAS E FABRIL, LD^ª — Coimbra, 203, 204, 207
- SOCIEDADE MINEIRA DE VERMOIL — Pombal, 111, 118
- SOCIEDADE NACIONAL DE FÓSFOROS — Lisboa, 61

SOCIEDADE DE PESCARIAS,
CONSERVAS E ADUBOS, LDª
— Buarcos, 214
SOCIEDADE DE PESCAS AMI-
ZADE, LDª — Figueira da Foz,
225
SOCIEDADE DE PORCELANAS,
LDª — Coimbra, 178, 181

T

TANQUE — Arganil, 56
TAVARES, DUARTE & SIMÕES —
Coimbra, 65
TAVARES IRMÃS — Coimbra, 79
TERMEC — EQUIPAMENTOS
TÉCNICOS DE COIMBRA, Lª
— Coimbra, 255
THE ANGLO-PORTUGUESE
WATER COMPANY, LIMITED
— Figueira da Foz, 270
THOMÁS DA CRUZ & FILHOS —
Pampilhosa do Botão, 219
TIPOGRAFIA LITERÁRIA — Vide:
SANTOS & Cª
TIPOGRAFIA MODERNA — Vide:
LOPES & Cª
TRANSFORMADORA, LDª —
Coimbra, 91, 348
TRICANA, LDª — Coimbra, 67, 68

U

UNIÃO — Arganil, 56
UNIÃO COMERCIAL DE COIM-
BRA — Coimbra, 364

UNIÃO DE CURTUMES, LDª —
Figueira da Foz, 238, 239, 334
UNIÃO ELÉCTRICA PORTU-
GUESA — Lisboa, 277, 278
UNIÃO INDUSTRIAL E COMER-
CIAL, LDª — Pampilhosa do
Botão, 220, 329, 346, 348
UNIÃO RESINEIRA PORTU-
GUESA — Pombal, 248
UNIVERSIDADE DE COIMBRA —
Coimbra, 257, 260-263, 274,
344, 345, 378, 383
UNIVERSIDADE DE LEEDS —
Leeds, 147
UNIVERSIDADE DE LISBOA —
Lisboa, 309
UNIVERSIDADE DO PORTO —
Porto, 180, 309

V

VARELLA & IRMÃO & JOSÉ HEN-
RIQUES DOS SANTOS — San-
tónio, 149, 153
VENTURA & COUCEIRO — Coim-
bra, 94
VIEIRA LIMA & SOARES — Coim-
bra, 210
VIÚVA MACIEIRA E FILHOS —
Porto do Boque, 188

W

W.G. BATES & Cª, LDª — Grã-
-Bretanha, 167
WEST ELECTRIC HAIR CURLER,
Cª — Filadélfia, 275

4. ÍNDICE IDEOGRÁFICO (★)

A

ABASTECIMENTOS — Água, 264-267; Electricidade, 273-281; Gás, 267-273
ACÚCAR — Refinação — Pré-indústria, 41-43, 62
ÁGUA — Abastecimento, 264-267
AGUARDENTE — Destilação — Pré-Indústria, 70, 72
ÁGUAS MINERO-MEDICINAIS, 125-126
AGRICULTURA — Fonte do capital industrial, 330-332
ALFAIATARIA — Pré-indústria, 75-79
ALGODÃO — Indústria, 138-140, 155-171
ARTES GRÁFICAS, 256-263
ARTESANATO — Século XIX, 37-41
AUTOFINANCIAMENTO INDUSTRIAL, 329-330, 335-340

AZEITE — Lagares — Pré-indústria, 72-75

B

BANCA — Relações com a industrialização — O caso da zona de Coimbra, 374-384
BOLACHAS — Indústria, 199-208

C

CAL — Pedreiras, 124, 125, 129
CAL HIDRÁULICA, 113
CÂMBIO — Letras, 353-360
CÂNHAMO — Cordoaria — Pré-indústria, 44-47
CAPITAL INDUSTRIAL, 324-335
CARPINTARIA — Pré-indústria, 89-92
CARVÃO DE PEDRA — Minas, 111-116, 131-132

(★) Neste índice, que está longe de ser exaustivo, apenas se registam os assuntos que consideramos mais relevantes.

CERÂMICA — Indústria, 171-183
CERVEJA — Pré-indústria, 70;
Indústria fabril, 215-217
CICLOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO,
298-316
CIMENTO — Pedreiras, 124
COLÓNIAS DE ÁFRICA — Comércio em fins do séc. XIX com empresas da zona de Coimbra, 305-306
COLÓQUIO DE LYON SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO — 1970, 4, 23, 337
COMÉRCIO — Fonte do capital industrial, 332-335
COMÉRCIO COLONIAL, 305-306
CONFEITARIA — Vide: PASTELARIA
CONSERVARIA — Vide: PASTELARIA
CONSERVAS DE PEIXE — Indústria, 211-215
CONSTRUÇÃO CIVIL — Pré-indústria, 85-89
CONSTRUÇÃO NAVAL — Indústria, 222-227
CORDOARIA — Pré-indústria, 44-47
COSTURA — Pré-indústria, 79
COTURNOS — Fabrico, 163
COURO — Vide: CURTUMES
CRÉDITO HIPOTECÁRIO, 360-371
CRÉDITO INDUSTRIAL, 340-384;
Crédito industrial bancário, 351-384; Crédito industrial não bancário, 344-351

CRISES COMERCIAIS — Alter-nância com o surto industrial, 301-305

CURTUMES — Indústria, 232-239

D

DESCASQUE DE ARROZ — Indústria, 208-211

DESTILAÇÃO DE AGUARDENTE — Pré-indústria, 70-72

DOÇARIA — Vide: PASTELARIA

E

ELECTRICIDADE — Indústria, 273-281

EMPRESA — Evolução experimentada a partir de fins do séc. XIX na zona de Coimbra, 317-324

EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS

Brasil (1922-23), 146

Distrital da Indústria Agrícola e Fabril e de Arqueologia (Coimbra, 1869), 138

Industrial do Distrito de Coimbra (1884), 71, 93, 254, 274

Industrial de Lisboa (1888), 69, 98, 254

Internacional de Filadélfia (1876), 157

Londres (1862), 98

Paris (1900), 249

Porto (1897), 146

Rio de Janeiro (1908), 146

Sevilha (1929-30), 146

EXTRACÇÃO MINEIRA, 107-132

F

FÓSFOROS — Pré-indústria, 55-62
FUNDIÇÃO — Indústria, 249-256

G

GÁS — Iluminação — Indústria, 267-273
GASOSAS — Pré-indústria, 69-70
GELO — Fabrico, 217
GESSO — Indústria, 109-111
GUERRA MUNDIAL (I) — Industrialização intensa na zona de Coimbra, 306-316

H

HIPOTECA — Fonte de créditos industriais na zona de Coimbra a partir na segunda década do séc. XX, 360-371

I

ILUMINAÇÃO A GÁS, 267-273
INDÚSTRIA — Localização — Factores — Vide: LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA
INDÚSTRIA DOMÉSTICA — Séc. XIX, 37-41
INDUSTRIALIZAÇÃO — Relações com o sistema bancário — O caso da zona de Coimbra, 374-384
INDUSTRIALIZAÇÃO — Ritmos, 297-316
INDÚSTRIAS RESIDUAIS, 227-282

J

JURO — Evolução das taxas na zona de Coimbra, 371-374

L

LÃ — Indústria, 139-155
LAGARES DE AZEITE — Pré-indústria, 72-75
LANIFÍCIOS — Indústria, 139-155
LETRAS DE CÂMBIO — Crédito a curto prazo, 353-360
LICORES — Pré-indústria, 69-70
LINHO — Indústria, 134-139
LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA — Factores:
Mercado, 290-292, 294-296
Recursos humanos, 292-296
Recursos naturais, 284-287, 294-296
Transportes, 287-289, 294-296
MADEIRA — Serração — Indústria, 217-222
MALHAS — Fábricas — Indústria, 164-169
MANUFACTURA — Séc. XIX, 40-41
MARCENARIA — Pré-indústria, 92-95
MARINHAS DE SAL, 126-132
MASSAS ALIMENTÍCIAS — Indústria, 199-208
MEIAS — Fábricas — Indústria, 163
MERCADO — Factor de localização da indústria, 290-292, 294-296

METALOMECÂNICA — Indústria, 249-256

METALURGIA — Indústria, 249-256

MINAS — Extração, 109-120
Carvão de pedra, 111-116
Minerais metálicos, 116-120, 132

MINÉRIOS — Indústria, 109-120

MOAGEM — Mecânica, 196-208;
Tradicional, 194-196

MUTUALISMO, 74-75

N

NAVIOS — Construção, 222-227

O

ORIZICULTURA, 208-211

P

PADARIAS — Vide: PANIFICAÇÃO

PALITOS DOS DENTES — Pré-indústria, 95-99

PANIFICAÇÃO — Pré-indústria, 63-66

PAPEL — Indústria, 171, 183-194

PASSAMANARIA — Fábrica, 168-169

PASTELARIA, CONFEITARIA, CONSERVARIA — Fase pré-comercial ou familiar, 66-68

PEDREIRAS, 120-125, 131-132

PEIXE — Conservas — Indústria, 211-215

PEQUENA INDÚSTRIA — Séc. XIX, 37-41

PIROTECNIA — Pré-indústria, 48-55

PÓLVORA — Pré-indústria, 48-55

PRODUTOS RESINOSOS, 245-249

PROTECCIONISMO INDUSTRIAL, 305-306

R

RECURSOS HUMANOS — Factores de localização da indústria, 292-296

RECURSOS NATURAIS — Factores de localização da indústria, 284-287, 294-296

REFINAÇÃO DE AÇÚCAR — Pré-indústria, 41-43, 62

REFRIGERANTES — Fabrico, 217

RESINA — Indústria, 245-249

REVIVALISMO — Sua influência no surto de construção civil experimentado em Coimbra em fins do Séc. XIX, 123

RITMOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO, 297-316

S

SABÃO — Indústria, 228-232

SALINAS, 126-132

SAPATARIA — Pré-indústria, 79-85

SERRAÇÃO DE MADEIRA — Indústria, 217-222

SERRALHARIA — Indústria, 249-256

SINDICATO SALINEIRO — Definição e fins, 129-130

SISAL — Cordoaria — Pré-indústria, 47

T

TAMANCARIA — Pré-indústria, 85

TAXAS DE JURO BANCÁRIO —
Evolução na zona de Coimbra,
371-374

TECNOLOGIA — Fábricas de fiação, 144-146

TÊXTEIS — Indústria, 134-171

TIPOGRAFIA — Indústria, 256-263

TRANSPORTES — Factores de
localização da indústria, 287-
-289, 294-296

V

VIDRO — Indústria, 112-113, 239-
-245

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	XI
SIGLAS E ABREVIATURAS	XV
INTRODUÇÃO — PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA	1
O QUADRO	5
1. O espaço	5
2. O tempo	11
DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	16
1. Indústria e industrialização	16
2. Crescimento e desenvolvimento	25
METODOLOGIA, PLANO E HIPÓTESES DE TRABALHO	30
1. Metodologia	30
2. Plano e hipóteses de trabalho	34
CAPÍTULO I — PRÉ-INDÚSTRIA E CONCORRÊNCIA	37
EFEITOS DA CONCORRÊNCIA EXTERNA	41
1. Refinação de açúcar	41
2. Cordoaria	44
3. Pirotecnia e pólvora	48
4. Fósforos	55
CONCORRÊNCIA INTERNA E CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES	62
1. Alimentação e bebidas	63

2. Vestuário e calçado	75
3. Construção civil e trabalhos em madeira	85
CAPÍTULO II — DÉBIL INDÚSTRIA EXTRACTIVA	107
1. Minas	109
2. Pedreiras	120
3. Águas minero-medicinais	125
4. Salinas	126
CAPÍTULO III — O DEALBAR DA INDÚSTRIA FABRIL	133
INDÚSTRIAS-PILOTO	133
1. Têxtil	134
2. Cerâmica e papel	171
3. Indústrias alimentares	194
4. Serração de madeira e construção naval	217
INDÚSTRIAS RESIDUAIS	227
1. Sabão, curtumes, vidro e produtos resinosos	228
2. Metalurgia e metalomecânica	249
3. Artes gráficas	256
4. Abastecimento de água, gás e electricidade	263
CAPÍTULO IV — GEOGRAFIA INDUSTRIAL E RITMOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO	283
DISTRIBUIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS	283
1. Factores condicionantes da localização da indústria	284
Recursos naturais	284
Meios de transporte	287
Mercado	290
Factores humanos e sociais	292
2. Principais alterações locacionais da indústria	294
RITMOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO	297
1. Ciclos principais	298

2. Ciclos industriais e sua interpretação	300
Crise comercial/industrialização?	301
Proteccionismo e comércio colonial	305
I Guerra Mundial e indústria	306
CAPÍTULO V — EMPRESAS E FINANCIAMENTO	317
DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E/OU FAMILIAR	
À SOCIEDADE	317
1. Importância e evolução da empresa	317
2. Persistência das formas societárias pouco evoluídas	319
3. Empresa industrial moderna na área de Coimbra	323
O CAPITAL INDUSTRIAL	324
1. Capital social	325
2. Proveniência geográfica do capital	328
3. Fontes do capital industrial	329
4. A agricultura como fonte de capital industrial	330
5. Capital: do comércio para a indústria	332
AUTOFINANCIAMENTO E CRÉDITO	335
1. Autofinanciamento	335
2. Crédito	340
3. Crédito industrial não bancário	344
4. Crédito industrial bancário	351
5. Crédito a curto prazo: letras de câmbio	353
6. Crédito hipotecário	360
7. Taxas de juro	371
8. A banca como factor de dinamização industrial?	374
CONCLUSÃO	385
APÊNDICE I	391
Quadro nº 1 — Sociedades industriais constituídas na	
área de Coimbra (1868-1927)	393
Quadro nº 2 — Número de sociedades industriais constituídas	
anualmente e capital social	404
Quadro nº 3 — Distribuição das sociedades por concelho	404

Quadro nº 4 — Preços do mercado de Coimbra [milho, trigo, azeite], 1870-1907	405
Quadro nº 5 — Ritmo mensal do mercado de Coimbra (Flutuação sazonal obtida através das médias para cada mês de 1891 a 1907)	410
Quadro nº 6 — Preços do mercado de Montemor-o-Velho [milho e trigo], 1892-1907	411
Quadro nº 7 — Distribuição da pré-indústria pela área de Coimbra (1867-1927)	413
Quadro nº 8 — Distribuição da indústria pela área de Coimbra (1867-1927)	414
Quadro nº 9 — Letras descontadas pela agência do Banco de Portugal em Coimbra (1891-1927)	415
Quadro nº 10 — Distribuição, por distrito, do crédito industrial hipotecário concedido pela Caixa Geral de Depósitos (1917/18-1927/28)	416
APÊNDICE II	419
Figura nº 1 — Área industrial de Coimbra, 1867-1927	421
Figura nº 2 — Formação de sociedades — número de empresas e capital social	422
Figura nº 3 — Preços, 1870-1907 [Mercado de Coimbra] — — (valores absolutos)	423
Figura nº 4 — Preços. Índice médio [milho, trigo, azeite], Mercado de Coimbra	424
Figura nº 5 — Preços. Montemor-o-Velho	425
Figura nº 6 — Ritmo sazonal. Mercado de Coimbra. Desvios em relação à média [réis]	426
Figura nº 7 — Distribuição da pré-indústria e da indústria na área de Coimbra, 1867-1927	427
FONTES E BIBLIOGRAFIA	429
A. FONTES MANUSCRITAS	431
B. FONTES IMPRESSAS	438
C. OBRAS DE CONSULTA	445

ÍNDICES	497
1. ÍNDICE ANTROPONÍMICO	499
2. ÍNDICE TOPONÍMICO	517
3. ÍNDICE DE FIRMAS, SOCIEDADES E INSTITUIÇÕES	531
4. ÍNDICE IDEOGRÁFICO	547
ÍNDICE GERAL	553
CORRIGENDA	559

CORRIGENDA

<i>Pág.</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Leia-se</i>
3	17	Sous	Sousa
6	antepenúltima	<i>Assotiation</i>	<i>Association</i>
17	22	Lopes	Lemos
19	7	peranta	perante
22	penúltima	Dean	Deane
26	17	A.W.	W.A.
26	26	Hics	Hicks
29	6	Ackerman	Akerman
29	30	le Golf	Le Goff
29	33	religiãao	religião
43	19	Francisco	Francisco
43	21	Loureiro	Loureiro
49	25	de	do
55	3	gestao	gestão
55	16	ilações, que	ilações que,
59	33	João	José
59	penúltima	cti.	cit.
60	6	da Dez	das Dez
62	4	entando	entanto
71	7	Conceixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova
77	38	Melo	Lemos
78	antepenúltima	Melo	Lemos
83	penúltima	Melo	Lemos
84	27	peculiaridades	peculiaridades
84	38	Melo	Lemos
85	penúltima e última	Batiment	Bâtiment
86	33	J. da P.	J.P.

<i>Pág.</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Leia-se</i>
87	antepenúltima	retardée	attardée
94	7	Fernando	Fernandes
98	antepenúltima	Assumpção	Assumpção
109	18	Zing	Zink
113	16	eng.	engº
113	21	Maximiliano	Maximilian
114	penúltima	Espana	España
115	26	Espana	España
116	29	Espana	España
116	última	séxulo	século
119	8	Cavadas	Cavados
120	antepenúltima	J. da P.	J.P.
124	23	<i>Portugal...</i>	M. Pinheiro Chagas, <i>Portugal...</i>
125	penúltima	diminuida	diminuída
138	18	A.A.	A.H.
140	10	como,	como
142	28	Niveaux	Niveau
145	23	(automática	(automática)
145	28	Seconde	Second
148	18	Jaime	Joaquim
149	21-22	e e	e
151	25	indidcadas	indicadas
152	31	<i>jeeny</i>	<i>jenny</i>
159	12	permitie	permite
162	23	Sidery	Sideri
162	25	se	de
167	15	industrialização	industrialização
173	20	da	de
175	45	Mousinho	Moutinho
175	47	Melo	Lemos
175	última	Gerlano	Germano
183	24	<i>próprio</i>	<i>propício</i>
185	7	dimenões	dimensões
185	24	V.P.	V.F.
187	13	se	de

<i>Pág.</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Leia-se</i>
187	24	industrial	nacional
190	25	maquinofactureia	maquinofactureira
202	47 (9)	Coimbra	Lousã
204	2-3	Moagens	Moagem
220	penúltima	Media	Média
221	34	Pereira	Ferreira
235	3	de	da
237	22	J.P.	A.P.
252	46	Joaquim	José
252	última	1860	1861
256	21	AFPL	AFCPP
284	20	Lavasseur	Levasseur
289	30	à la capitaler	favorable à la capitale
290	penúltima	Y.	J.
295	25	Diffussion	Diffusion
299	32	Priviliged	Privileged
305	26	manufactures	manufactures
308	penúltima	Rolo	Telo
322	28	Figueira da Foz	Lousã
331	penúltima	elavação	elevação
334	2	& º	& Cº
337	26	origines	órigenes
338	última	João	José
339	30	Empresa	Imprensa
346	32	so	do
354	penúltima	citadosa	citados
360	21	Eugénio	Eugénia
363	penúltima	Pesca	Pescas
366	última	XXVI	XXVII
372	29	espanola	española
373	31	António	Augusto
375	15	po	por
375	19	grande	grandes
380	6	à	a

<i>Pág.</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Leia-se</i>
382	penúltima	João	José
393	5-6	Extracvas	Extractivas
a			
403			
455	22	1«	1ª
465	9	crealífera	cerealífera
472	28	Raymont	Raymond
476	1	districto	distrito
477	6	Trendes	Trends
479	antepenúltima	Espinto	Espinho
482	18	1950	1850
483	antepenúltima	Phénomène	Phénomène
491	1	utilizagem	utensilagem
495	8	Espana	España
495	antepenúltima	da	de
510	15	Napoles	Nápoles

**Composto e Impresso
na Secção de OFFSET da
Comissão de Coordenação
da Região Centro
Outubro 1984**

Tiragem: 1200 exemplares